

**O ESTADO-DE-GOLPE: UMA ANÁLISE DO ESTADO  
BOLIVIANO SOB O PERÍODO DE MAIOR  
INSTABILIDADE E CRISE POLÍTICA (1978-1982)**

**ALDO DURÁN GIL**

**O ESTADO-DE-GOLPE: UMA ANÁLISE DO ESTADO  
BOLIVIANO SOB O PERÍODO DE MAIOR  
INSTABILIDADE E CRISE POLÍTICA (1978-1982)**

*Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de Ciência Política do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas, sob orientação do Prof.  
Dr. Décio Azevedo Marques de Saes.*

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**CAMPINAS – 1998**

ALDO DURÁN GIL

**O ESTADO-DE-GOLPE: UMA ANÁLISE DO ESTADO  
BOLIVIANO SOB O PERÍODO DE MAIOR  
INSTABILIDADE E CRISE POLÍTICA (1978-1982)**

*Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de Ciência Política do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas, sob orientação do Prof.  
Dr. Décio Azevedo Marques de Saes.*

Este exemplar corresponde à redação  
final da dissertação defendida e  
aprovada pela Comissão Julgadora em

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

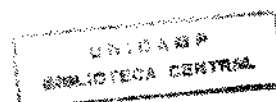
Banca:

Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes

Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho

abril/1998



3813411

|              |                                     |
|--------------|-------------------------------------|
| UNIDADE      | BC                                  |
| N.º CHAMADA: | TUNICAMP                            |
|              | D931e                               |
| V.           | Ex.                                 |
| TOMBO BC     | 34 230                              |
| PROC.        | 395/98                              |
| C            | <input type="checkbox"/>            |
| D            | <input checked="" type="checkbox"/> |
| PREÇO        | R\$ 11,00                           |
| DATA         | 11/06/98                            |
| N.º CPD      |                                     |

CM-00112811-4

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**D931e**

**Duran Gil, Aldo**

**O Estado-de-Golpe: uma análise do estado boliviano sob o período de maior instabilidade e crise política (1978-1982) / Aldo Duran Gil. - - Campinas, SP: [s.n.], 1998.**

**Orientador: Décio Azevedo Marques de Saes.**

**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Bolívia – política e governo - Golpe de Estado, 1978 - 1982. 2. Estado – Bolívia. I. Saes, Décio, 1942 - II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

*Para*  
*Ceferino Durán Vasques*  
*Mercedes Gil Suares*  
*e Evy Durán*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, devo agradecer o Prof. Dr. Décio Saes, orientador desta tese. Ele foi o responsável pela ampla liberdade de pesquisa que proporcionou e, sobretudo, pela direção firme e decidida que imprimiu ao texto definitivo - através de valiosas sugestões e observações - ; também pela leitura cuidadosa e pela paciente revisão das primeiras versões do texto. Evidentemente, as imperfeições, incoerências e erros de português que porventura tenham permanecido no texto final são de minha inteira responsabilidade. Agradeço também o Prof. Dr. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes (Universidade Estadual de Campinas) e ao Prof. Héctor Luis Saint-Pierre (Universidade Estadual de São Paulo/Franca), membros da banca do Exame de Qualificação, pelas críticas e sugestões que contribuíram muito para a versão final desta dissertação.

Agradeço também aos funcionários das Bibliotecas da Faculdade de *Sociología, Economía e Ciencias Jurídicas y Políticas* da *Universidad Mayor de San Andrés* (UMSA), da Biblioteca do *Centro Boliviano de Estudios Multidisciplinarios*, da Biblioteca do *Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario* (CEDLA), da Biblioteca do Congresso Nacional de Bolívia, da Biblioteca do Banco Central da Bolívia, da Biblioteca do *Instituto Nacional de Estadísticas* (INE), da Biblioteca da *Unidad de Análisis de Políticas Económicas* (UDAPE), da Biblioteca Municipal de La Paz, da Biblioteca da *Cámara Nacional de Industria* (CNI), da Biblioteca da *Asociación Nacional de Mineros Medianos* (ANMM) e aos funcionários da *Confederación de Empresarios Privados de Bolivia* (CEPB) que permitiram a reprodução de cópias (xerox) de alguns documentos e *Memorias Anuales*. Sou especialmente grato ao bibliotecário da *Cámara Nacional de Comercio* (CNC), Samuel Vilca, pela atenção e a informação prestada durante o período de pesquisa em La Paz. Igualmente agradeço aos funcionários do *Centro de Documentación e Información* (CEDOIN) e aos do *Sistema de Documentación e Información Sindical* (SIDIS) da FSTMB. Devo agradecer a entrevista que me concedeu o Diretor do SIDIS, o Sr. Guillermo Dalence, e pela sugestão da Tese de Licenciatura em Economia de Marcelo Moscoso.

Agradeço também aos funcionários da Biblioteca do *Centro de Estudios da la Realidad Económica y Social* (CERES) de Cochabamba, da Biblioteca de *Ciencias Políticas e Jurídicas* e da Biblioteca de Economia da *Universidad Autónoma Gabriel René Moreno* da cidade de Santa Cruz de la Sierra.

Devo também registrar o meu especial agradecimento a Guillermo Lora pela valiosa entrevista realizada na sua casa em La Paz. Ele sugeriu-me uma boa parte do material bibliográfico utilizado nesta tese.

Agradeço a Sandra Regina Zarpelon, que revisou parte do texto apresentado para o Exame de Qualificação. Sou especialmente grato também a Angela Malta Schoenmaker, colega e amiga minha, que também revisou parte do texto que foi apresentado para esse Exame e parte do texto final da tese, além de incentivar-me constantemente com a pesquisa e com a redação da tese. Agradeço também a Márcia Fantinatti pela gravação do Exame de Qualificação em maio de 1997.

Sou grato a meus irmãos, especialmente, às minhas irmãs Evy e Fanny, que me hospedaram nas suas casas na cidade de Santa Cruz de la Sierra durante o período de pesquisa na Bolívia. Margit Marlei Breunig incentivou-me, o tempo todo, na elaboração deste trabalho. Tenho para com ela uma dívida muito especial.

Para a confecção deste estudo contei com o apoio decisivo, durante a fase dos créditos no Programa de Mestrado em Ciência Política do IFCH/UNICAMP, da CAPES. Fica aqui registrado meu reconhecimento a essa instituição.

“O partido proletário aparece como um apêndice do partido pequeno-burguês democrático. É traído e abandonado por este a 16 de abril, a 15 de maio e nas jornadas de junho. O partido democrata, por sua vez, se apoia no partido republicano burguês. Assim que consideram firmada a sua posição os republicanos burgueses desvencilham-se do companheiro inoportuno e apoiam-se sobre os ombros do partido da ordem. O partido da ordem ergue os ombros fazendo cair aos trambolhões os republicanos burgueses e atira-se, por sua vez, nos ombros das forças armadas. Imagina manter-se ainda sobre estes ombros militares quando, um belo dia, percebe que se transformaram em baionetas. Cada partido ataca por atrás àquele que procura empurrá-lo para frente e apoia-se pela frente naquele que o empurra para trás. Não é de admitir que nessa postura ridícula perca o equilíbrio e, feitas as inevitáveis caretas, caia por terra em estranhas cabriolas. A revolução move-se, assim, em linha descendente”.

Karl Marx, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*

“Los militares a la Garcia Meza decían otra cosa: que había que golpear al punto porque cada día después sería más difícil. Eso, obedeciendo al viejo instinto militar que advierte que un corazón resuelto vale más que una escuadra perpleja”.

René Zavaleta, *Las Masas en Noviembre*

## SUMÁRIO

|                                                                                                               |               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| AGRADECIMENTOS .....                                                                                          | 4             |
| LISTA DE QUADROS .....                                                                                        | 11            |
| LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....                                                                          | 12            |
| RESUMO .....                                                                                                  | 16            |
| INTRODUÇÃO .....                                                                                              | 17            |
| <br><b>CAPÍTULO I — RELEVÂNCIA DA APLICAÇÃO DO CONCEITO<br/>DE ESTADO BURGUESES AO ESTADO BOLIVIANO .....</b> | <br><b>29</b> |
| 1.1 Interpretações Sobre o Estado Boliviano .....                                                             | 30            |
| 1.1.1 Teoria da democracia e da modernização .....                                                            | 30            |
| 1.1.2 Interpretações marxistas .....                                                                          | 34            |
| 1.1.2.1 Guillermo Lora .....                                                                                  | 35            |
| 1.1.2.2 René Zavaleta e o conceito de <i>Estado atrasado</i> .....                                            | 38            |
| 1.2 Relevância da Aplicação do Conceito Poulantziano de <i>Estado<br/>Capitalista</i> ao Caso Boliviano ..... | 49            |
| 1.3 Definição das Crises Políticas, Formas de Estado e Formas de Regime .....                                 | 57            |
| 1.4 Uma Hipótese Alternativa .....                                                                            | 62            |
| <br><b>CAPÍTULO II — O CONTEXTO GERAL E OS ATORES<br/>POLÍTICOS EM CENA .....</b>                             | <br><b>70</b> |
| 2.1 A Crise Econômica .....                                                                                   | 70            |
| 2.2 Classes Dominantes, Capital Monopolista e Imperialismo .....                                              | 77            |
| 2.3 Crise de Organização e da Representação Partidária .....                                                  | 84            |
| 2.4 O Aparelho de Estado .....                                                                                | 87            |
| 2.5 As Classes Dominadas .....                                                                                | 95            |

## **CAPÍTULO III — O ESTADO BOLIVIANO E AS CLASSES**

### **DOMINANTES SOB O REGIME DE BANZER .....107**

|                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.1 Observações Sobre o Estado e a Formação Social Boliviana da Década de 70 ..... | 108 |
| 3.2 O Bloco no Poder de Agosto de 1971 .....                                       | 114 |
| 3.3 Forma de Estado e Políticas Estatais .....                                     | 123 |
| 3.4 Fatores que Contribuíram à Queda do Regime Banzerista .....                    | 137 |
| 3.4.1 Elementos fundamentais da forma estatal boliviana da década de 70 .....      | 145 |
| 3.4.2 Importância da representação burocrática .....                               | 150 |

## **CAPÍTULO IV — O ESTADO BOLIVIANO E AS CLASSES**

### **DOMINANTES SOB OS EFÊMEROS**

### **GOVERNOS DO PERÍODO PÓS-78 .....157**

|                                                                                     |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.1 Modalidade da Intervenção Econômica no Político .....                           | 157 |
| 4.2 O Estado e o Bloco no Poder .....                                               | 170 |
| 4.2.1 O governo Gueiler .....                                                       | 173 |
| 4.2.2 O “Governo de Reconstrução Nacional” de Garcia Meza .....                     | 180 |
| 4.2.2.1 Política mineira .....                                                      | 180 |
| 4.2.2.2 Política econômica .....                                                    | 182 |
| 4.2.2.3 Transferência de capitais ao setor privado .....                            | 187 |
| 4.2.2.4 A dívida externa .....                                                      | 190 |
| 4.2.2.5 A fuga de capitais .....                                                    | 194 |
| 4.2.2.6 Facilidades outorgadas ao funcionamento do capital do<br>narcotráfico ..... | 196 |
| 4.2.3 O governo Torrelío .....                                                      | 206 |

## **CAPÍTULO V — GOVERNOS EFÊMEROS E PRÁTICA GOLPISTA.....219**

|                                                                                              |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.1 O Estado e a Acirrada Disputa pela Sucessão Governamental .....                          | 221 |
| 5.2 Periodização Política .....                                                              | 224 |
| 5.2.1 Primeiro Período: Da Reabertura do Sufrágio Universal ao Golpe<br>de Padilla .....     | 226 |
| 5.2.1.1 Manobras eleitorais e golpistas .....                                                | 226 |
| 5.2.2 Segundo Período: Da Abertura do Congresso Nacional ao Golpe de<br>Natusch .....        | 230 |
| 5.2.2.1 Manobras golpistas e eleitorais .....                                                | 231 |
| 5.2.2.2 Abertura do regime democrático-parlamentar: governo<br>Guevara .....                 | 234 |
| 5.2.2.3 O golpe de “ <i>Todos Santos</i> ” .....                                             | 247 |
| 5.2.3 Terceiro Período: Do Golpe de García Meza à Instauração do<br>Regime Democrático ..... | 251 |
| 5.2.3.1 O golpe de García Meza .....                                                         | 252 |
| 5.2.3.2 <i>Monœuvres</i> golpistas .....                                                     | 262 |
| 5.2.3.3 O Retorno ao regime democrático .....                                                | 267 |

## **CAPÍTULO VI — A SUCESSÃO GOVERNAMENTAL, A UNIDADE DO PODER E A AUTONOMIA RELATIVA DO ESTADO BOLIVIANO.....279**

|                                                                                                 |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.1 A Forma da Sucessão Governamental .....                                                     | 279 |
| 6.1.1 Confluência da crise de unidade do Exército e da crise de sucessão<br>governamental ..... | 281 |
| 6.1.2 Relação entre a sucessão pela via do golpe e a Constituição<br>Boliviana de 1967 .....    | 284 |
| 6.1.2.1 O caráter da Constituição de 1967 e o golpe de Estado .....                             | 284 |
| 6.1.2.2 A Constituição de 1967 e o regime militar .....                                         | 295 |

|                                         |                                                                                                                                |     |
|-----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.1.3                                   | Caráter Geral da Relação Constituição-golpe na República Boliviana .....                                                       | 304 |
| 6.1.3.1                                 | Lora e Zavaleta: dissociação entre Constituição e prática golpista .....                                                       | 306 |
| 6.1.3.2                                 | Caráter da Constituição bolivariana de 1826 .....                                                                              | 310 |
| 6.1.3.3                                 | Uma hipótese alternativa: Constituição + direito privado + prática golpista .....                                              | 316 |
| 6.1.4                                   | O método da sucessão governamental pela via do golpe e a representação burocrática .....                                       | 324 |
| 6.2                                     | Elementos da Unidade do Poder Político e da Autonomia Relativa do Estado .....                                                 | 330 |
| 6.2.1                                   | Caráter da unidade do poder político institucionalizado do Estado militar no processo de transição ao regime democrático ..... | 330 |
| 6.2.2                                   | Indicadores da Autonomia relativa do Estado boliviano face às classes dominantes .....                                         | 338 |
| <b>CONCLUSÃO</b> .....                  |                                                                                                                                | 346 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> ..... |                                                                                                                                | 354 |
| 1.                                      | Livros e Artigos .....                                                                                                         | 354 |
| 2.                                      | Artigos Assinados em Jornais e Periódicos .....                                                                                | 368 |
| <b>FONTES</b> .....                     |                                                                                                                                | 371 |
| 1.                                      | Documentos das associações de classe .....                                                                                     | 371 |
| 2.                                      | Partidos políticos .....                                                                                                       | 373 |
| 3.                                      | Jornais .....                                                                                                                  | 373 |
| 4.                                      | Documentos oficiais .....                                                                                                      | 374 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                              |     |
|------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1: Cronologia do Processo Político Boliviano: Século XX .....         | 377 |
| Quadro 2: Cronologia do Processo Político Boliviano: Período 1978-1982 ..... | 379 |

## SIGLAS E ABREVIATURAS

|          |                                                                    |
|----------|--------------------------------------------------------------------|
| ANMM     | Asociación Nacional de la Minería Mediana                          |
| ASOBAN   | Asociación de Bancos y Entidades Financieras                       |
| BAB      | Banco Agrícola de Bolivia                                          |
| BAMIN    | Banco Minero                                                       |
| BCB      | Banco Central de Bolivia                                           |
| BID      | Banco Interamericano de Desarrollo                                 |
| BM       | Banco Mundial                                                      |
| CAO      | Cámara Agropecuaria del Oriente                                    |
| CAINCO   | Cámara de Industria y Comercio de Santa Cruz                       |
| CBF      | Corporación Boliviana de Fomento                                   |
| CEBEM    | Centro Boliviano de Estudios Multidisciplinarios                   |
| CEPAL    | Comisión Económica para América Latina                             |
| CEPB     | Confederación de Empresarios Privados de Bolivia                   |
| CIE      | Consejo Internacional del Estaño                                   |
| CNC      | Cámara Nacional de Comercio                                        |
| CNI      | Cámara Nacional de Industrias                                      |
| CERES    | Centro de Estudios de la Realidad Económica y Social               |
| COB      | Central Obrera Boliviana                                           |
| CNTCB    | Confederación Nacional de Trabajadores Campesinos de Bolivia       |
| CSUTCB   | Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia |
| COFADENA | Corporación de las Fuerzas Armadas para el Desarrollo Nacional     |
| CONADE   | Comisión Nacional de Defensa de la Democracia                      |
| CONAL    | Consejo Nacional de Asesoramiento y Legislación                    |
| CONAPOL  | Consejo Nacional Político y Social                                 |
| CONARE   | Consejo Nacional de Reformas Estructurales                         |
| CONASE   | Consejo Nacional de Seguridad                                      |
| CONEPLAN | Consejo Nacional de Economía y Planificación                       |
| COMIBOL  | Corporación Minera de Bolivia                                      |

|           |                                                                             |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------|
| COMSUR    | Compañía Minera del Sur                                                     |
| CORDECRUZ | Corporación de Desarrollo de Santa Cruz                                     |
| CORDECH   | Corporación de Desarrollo de Cochabamba                                     |
| CORDEPAZ  | Corporación de Desarrollo de La Paz                                         |
| CUCN      | Comité Unificado dos Campesinos de Bolivia                                  |
| DEA       | Department Enforcement Agency                                               |
| DIE       | Departamento de Inteligencia do Estado                                      |
| ECN       | Ejército Cristiano Nacionalista                                             |
| EMUSA     | Empresa Minera Unificada S. A.                                              |
| ENAF      | Empresa Nacional de Fundiciones                                             |
| FBCF      | Formação Bruta de Capital Fixo                                              |
| F&D       | Fascismo e Ditadura                                                         |
| FMI       | Fondo Monetário Internacional                                               |
| FONEM     | Fondo Nacional de Exploración Minera                                        |
| FSTMB     | Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia                      |
| FURMOD    | Fuerzas Unificadas de Represión para el Mantenimiento del Orden Democrático |
| GEOBOL    | Servicio Geológico de Bolivia                                               |
| GRACE     | Empresa Minera W. R. Grace & Co.                                            |
| INALPRE   | Instituto Nacional de Preinversión                                          |
| INDEF     | Instituto Nacional de Financiamento Externo                                 |
| INI       | Instituto Nacional de Inversiones                                           |
| INE       | Instituto Nacional de Estadísticas                                          |
| ILDIS     | Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales                       |
| MMC       | Matilde Mines Corp.                                                         |
| MPC       | Modo de Produção Capitalista                                                |
| NPE       | Nueva Política Económica                                                    |
| PABON     | Empresa Minera Pabón Ltda.                                                  |
| PPCS      | Poder Político e Classes Sociais                                            |
| SEAMOS    | Sistema Educativo Antidrogas y de Movilización Social                       |

|       |                                                               |
|-------|---------------------------------------------------------------|
| SES   | Servicio Especial de Seguridad                                |
| SIE   | Servicio de Inteligencia do Estado                            |
| SOMCO | Sociedad Minera y Comercial                                   |
| TGN   | Tesoro General de la Nación                                   |
| UDAPE | Unidad de Análisis de Política Económica                      |
| UMSA  | Universidad Mayor de San Andrés                               |
| USAID | Agência para el Desenvolvimento Internacional norte-americano |
| YPFB  | Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos                  |

### **Partidos Políticos**

|         |                                                                 |
|---------|-----------------------------------------------------------------|
| ADN     | Acción Democrática Nacionalista                                 |
| ADRN    | Alianza Democrática da Revolução Nacional                       |
| AFIN    | Alianza del Frente de Izquierda Nacional                        |
| CONDEPA | Conciencia de Pátria                                            |
| DC      | Democracia Cristiana                                            |
| FRA     | Frente Revolucionario Antimperialista                           |
| FSB     | Falange Socialista Boliviana                                    |
| FPN     | Frente Popular Nacionalista                                     |
| FUDP    | Frente Unidad Democrática y Popular                             |
| MIR     | Movimiento de Izquierda Revolucionario                          |
| MITKA   | Movimiento Indio Tupac Katari                                   |
| MIRTKA  | Movimiento Indio Revolucionario Tupak Katari                    |
| MNR-A   | Movimiento Nacionalista Revolucionario - Alianza                |
| MNR-H   | Movimiento Nacionalista Revolucionario Histórico-Paz Estenssoro |
| MNR-I   | Movimiento Nacionalista Revolucionario de Izquierda-Siles Suazo |
| MNRP    | Movimiento Nacionalista Revolucionario del Pueblo               |
| MNR-U   | Movimiento Nacionalista Revolucionario Unidad-Bedregal          |
| NFR     | Nueva Fuerza Republicana                                        |
| PCB     | Partido Comunista de Bolivia (linha moscovita)                  |

|        |                                                          |
|--------|----------------------------------------------------------|
| PCML   | Partido Comunista Marxista-Leninista (linha maoista)     |
| PDC    | Partido Demócrata Cristiano                              |
| PIR    | Partido de Izquierda Revolucionaria                      |
| POR    | Partido Obrero Revolucionario                            |
| PRA    | Partido Revolucionario Auténtico - Guevara               |
| PRIN   | Partido Revolucionario de la Izquierda Nacional - Lechin |
| PS-1   | Partido Socialista Uno - Quiroga Santa Cruz              |
| PS     | Partido Socialista (facção dissidente do PS-1)           |
| PURS   | Partido Unión Republicana Socialista                     |
| RADEPA | Razón de Pátria (lógica militar)                         |
| USC    | Unión Cívica Solidaridad                                 |
| UDP    | Unidad Democrática y Popular                             |
| UNP    | Unión Nacionalista del Pueblo                            |

## RESUMO

Esta dissertação discute o funcionamento do Estado boliviano no período 1978-1982, tendo como objeto de análise a relação do Estado com as classes dominantes. Num primeiro momento, procura-se entender, de um lado, as razões que levaram o Estado boliviano a funcionar como um Estado burguês relativamente mais modernizado - apesar do seu alto índice de atraso e dependência - ; e de outro, pretende-se determinar as principais características, bem como a performance desse Estado ao longo do regime militar de Banzer (1971-1978).. Em seguida, faz-se uma caracterização do Estado boliviano sob os governos efêmeros instaurados no período em questão, buscando determinar as principais contradições e crises do Estado; sendo estas últimas agravadas pelas lutas entre as frações dominantes com o fim de controlar o aparelho estatal através do golpe de Estado e impor, dessa maneira, a política estatal determinada pela prática da maximização do lucro a curto prazo - esse fator tornou-se um dos elementos importantes de instabilidade política do período, marcado pelos golpes e contra-golpes de Estado.

A dissertação utiliza como conceito-chave o “conceito de Estado capitalista” proposto por Nicos Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais*. Tal conceito, que está imbricado com um elenco de conceitos correlatos, permite determinar, entre outros fatores, tanto o funcionamento complexo do Estado como a relação entre o aparelho estatal, as classes e frações dominantes (bloco no poder) e as classes dominadas, no período em consideração.

Neste estudo contesta-se a tese largamente difundida no âmbito acadêmico boliviano segundo a qual o Estado boliviano formado em 1952 teria entrado num processo de “queda gradativa” entre 1978 e 1982; em 1985 ele teria caído definitivamente, erguendo-se um novo Estado mais democrático e mais modernizado. A tese defendida nesta dissertação é a de que o Estado de 1952 não entrou em processo de queda no período pós-78 (nem caiu em 1985). O que caiu foi o regime militar e seu correspondente Estado militar, cujo colapso foi provocado por um conjunto de fatores e contradições internas (fatores principais) e por causa das lutas das massas populares (fator determinante).

## INTRODUÇÃO

Entre 1978 e 1982, a Bolívia teve seis golpes de Estado, nove presidentes, seis efêmeros governos militares e dois governos parlamentares, três eleições gerais interrompidas pelos golpes, além da crise econômica e da enorme resistência das massas populares contra a permanente intervenção militar. Foi assim que nesses anos o país experimentou um novo período de instabilidade política, como se dera em outras ocasiões na história do país. Frente a essa situação, as perguntas mais comuns formuladas pelos sociólogos e analistas políticos bolivianos foram: por que a instabilidade política e o golpismo constituíram-se, pelo menos até 1982, em dois problemas que atormentaram a vida dos bolivianos? Quais as verdadeiras causas da proliferação de golpes e contragolpes de Estado durante esse “período caótico”?

Dentre as diversas interpretações surgidas ao longo da década de 80 e boa parte da década de 90, existe uma corrente teórica que relê o período de “transição à democracia” (1978-1982) - e das diferentes fases históricas do Estado formado em 1952 - , na ótica das reformas estatais neoliberais feitas em 1985: quer dizer, ela tende a interpretar o passado através da lente da suposta nova “Revolução” boliviana de 1985. Além disso, essa corrente teórica coloca demasiada importância à estabilidade política que forneceu a “nova revolução”: treze anos, período relativamente maior, até agora, que o do regime do MNR instaurado entre 1952 e 1964.

O curioso, entretanto, dessa transformação política é que os partidos majoritários (MNR e a ADN) - que durante a década de 70 mantiveram uma prática abertamente autoritária e golpista - , estejam assumindo a liderança do processo democrático. O exemplo paradigmático dessa “liderança democrática” é o próprio ex ditador Hugo Banzer: depois de ser deposto por um golpe de Estado em 1978, ele nunca perdeu as esperanças de voltar ao governo. Em 1985, a ADN-Banzer foi co-governo com o MNR-Estenssoro; em 1989 repetiu essa façanha com o MIR (Paz Zamora); finalmente, em 1997, Banzer conquistou novamente a presidência. As perguntas que se impõem seriam: a que se deveu a

modificação da forma da dominação política desse país? Em que período ocorreria tal mudança política e quais foram as suas principais determinações?

Podemos dizer que existem dois tipos de interpretações que tentaram dar uma resposta ao fenômeno do golpismo e da instabilidade política do final da década de 70. O primeiro tipo provém dos autores bolivianos filiados à teoria da democracia e da modernização;<sup>1</sup> o segundo tipo provém dos autores filiados à corrente marxista. No primeiro caso, a experiência boliviana de 1978-1982 foi interpretada normalmente como expressão de um fenômeno “patológico”, devido principalmente à natureza estatista, autoritária e corporativista do Estado formado em 1952. Basicamente, esse período “caótico” refletiria uma crise “global” (da sociedade, do Estado, da economia, dos valores, etc.), que teria iniciado a *queda gradativa* do Estado de 52. Durante o governo Siles Suazo (1982-1985), esse Estado entraria na sua fase *terminal*, caindo, definitivamente, em 1985: ano que marcaria uma nova Revolução política e social na história do país. Essa nova revolução não teria sido possível sem a histórica luta democrática das elites econômicas que dirigiram a CEPB, luta que teria sido iniciada justamente no período de “transição à democracia” (1978-1982).

No que respeita ao segundo tipo de interpretações, temos os trabalhos importantes de Guillermo Lora e René Zavaleta.<sup>2</sup> Para os nossos propósitos, basta aqui apresentar alguns pontos das interpretações de Zavaleta. No que tange às crises políticas, as interpretações deste autor foram adotadas e reelaboradas pelos autores da teoria da modernização, a tal ponto de serem apresentadas como “teoricamente consensuais”. Embora detecte a crise de hegemonia durante o período 1978-1980 (além de apontar as contradições internas das classes dominantes e das contradições do Estado), Zavaleta considera essa crise como crise nacional de “vasto alcance” (social, político, ideológico e crise no nível da *intersubjetividade* [crise dos valores]). Assim sendo, as descomunais crises desse período refletiriam a síntese do Estado de 1952 e sua “dissolução hegemônica”, quer dizer, o início do colapso desse Estado.

<sup>1</sup> Os maiores representantes são H.C.F. Mansilla e René Antônio Mayorga. No primeiro capítulo, apresentamos uma breve síntese das principais teses sobre o Estado boliviano defendidas por esses autores.

<sup>2</sup> Tanto as principais teses como a bibliografia desses autores serão apresentadas no primeiro capítulo, onde fazemos um balanço das principais interpretações do Estado boliviano.

Por outro lado, as análises de Zavaleta dão muita importância ao fator *atraso*. Ele considera que a natureza atrasada e “invertebrada” da formação social boliviana teria condicionado o funcionamento tanto do Estado como da democracia representativa, limitando a eficácia das instituições políticas. Além disso, o Estado deste tipo de sociedade não apresentaria as mesmas características teóricas dos seus homólogos avançados, justamente porque as classes dominantes instrumentalizariam *de fato* o Estado, situação em que este perde a sua unidade e autonomia relativa. A fusão Estado-classes-dominantes é tida como um indício de permanente instabilidade e regressão estatais. Esse seria o caso dos regimes de Banzer e dos pós-banzeristas (1978-1982), nos quais a burguesia teria tomado o poder em suas “próprias mãos”. Nesse sentido, para Zavaleta seria mais correto falar de um *Estado atrasado*,<sup>3</sup> o qual estaria mais de acordo com a formação social boliviana.

Em suma, as duas interpretações acerca do Estado boliviano tendem a concordar em dois pontos: 1) durante o período de maior crise e instabilidade política assistiríamos a uma *queda gradativa* do Estado de 1952, devido a uma crise *global* (crise política, do Estado, da economia, da sociedade, dos valores, etc.) e 2) a ausência da unidade institucional do poder político do Estado e da autonomia relativa estatal. No que toca a este último ponto, a primeira corrente teórica baseia-se em concepções neoliberais, articuladas a visões do “equilíbrio” e de pluralismo do liberalismo clássico. Neste caso, a ausência desses dois elementos do Estado tem um caráter positivo. Vale dizer, trata-se de uma situação em que a unidade do poder político acaba sendo diluída numa multiplicidade pluralista de novos centros de decisão, instaurando-se entre eles um certo “equilíbrio automático”, provocado pela “harmonização” dos diversos “grupos de pressão”, agrupamento de forças (empresas, sindicatos, etc.), “representando as forças econômicas” de uma sociedade supostamente integrada. A autonomia relativa do Estado apareceria como uma exceção, portanto como uma disfuncionalidade do sistema numa sociedade-sujeito.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> O conceito de *Estado atrasado* será também analisado no primeiro capítulo, item “René Zavaleta e o conceito de Estado atrasado”.

<sup>4</sup> Em termos gerais, são diversas as posturas que tendem a: 1) depreciar o nível específico do político, 2) excluir uma concepção da unidade de poder do Estado e do poder político, 3) excluir uma concepção da autonomia relativa do poder político e 4) negar ausência da luta de classes. Um breve balanço dessas interpretações, oferece Nicos Poulantzas, **Poder Político e Classes Sociais**, São Paulo, Martins Fontes, 1986, 2ª ed., pp. 259-265. No caso dos autores da teoria da modernização, eles tendem a considerar que o equilíbrio entre dois agrupamentos de forças, que exclui as outras, seria um claro indício de anormalidade ou disfuncionalidade, que comprometeria a “harmonização” do sistema. Esse é o caso da tese do “empate

Já a segunda corrente teórica tende a considerar esses dois elementos como negativos, na medida em que o Estado é instrumentalizado, de fato, pelas classes dominantes. O único aparelho que refletiria uma unidade do poder político e uma centralização estatal seria o Exército. Caso ocorresse a autonomia relativa, esta assumiria uma feição deformada, uma “autonomia por atraso”, como diz Zavaleta.<sup>5</sup> O Estado, neste caso, é tido como um instrumento ou Coisa, o contrário da postura anterior, que considera o Estado como Sujeito ou entidade neutra.

Pois bem, o objeto de estudo desta dissertação não é a “revolução neoliberal” de 1985, mas a *análise do Estado boliviano sob os efêmeros governos militares do período 1978-1982*. Para tanto, tomamos como referência teórica o conceito de *Estado capitalista* proposto por Nicos Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais*.<sup>6</sup> A dissertação busca analisar o funcionamento do poder político institucionalizado do Estado boliviano e a sua relação com as classes dominantes. Trata-se, pois, de tomar um caminho inverso ao feito pela corrente teórica que interpreta as modificações do Estado à luz das “transformações democráticas” de 1985. A nossa análise parte do exame dos traços constitutivos do Estado de 52, passando pelas suas modificações (formas de Estado e formas de regime) durante a década de 70, até detectar, finalmente, o caráter concreto de seu funcionamento e identificar as suas principais crises e contradições no período em questão. Para implementar tal análise, deve-se proceder preliminarmente a uma revisão crítica das interpretações sobre o Estado boliviano das décadas de 70 e 80.

A hipótese a ser defendida nesta dissertação é a seguinte: o Estado boliviano da década de 70, sob a sua forma ditatorial-militar, apesar de ter características atrasadas,

---

histórico” entre os militares e a COB defendida por Antônio Mayorga. Ver “*Empate histórico y debilidad constructiva: la crisis del proceso de democratización en Bolivia (1978-1979)*”, in Julio Labastida Martin del Campo (coord.), *Hegemonía y Alternativas Políticas en América Latina*, México, Siglo XXI, 1985, pp. 395-424.

<sup>5</sup> Referindo-se ao caráter do Estado boliviano de 1978-1980, Zavaleta afirma que, no momento da descomunal crise do Estado, refletida “pateticamente” no Exército, o Estado se apresenta inorgânico e débil frente à sociedade civil. Não obstante, ele conseguiu manter uma relativa superioridade sobre aquela: “contudo, tal inferioridade [do Estado], de nenhuma maneira não poderia significar que a sociedade, nem nos seus momentos de maior sublimação unitária, se colocasse sobre o Estado. A comunicação entre ambos os setores da formação social boliviana está tão obliterada por toda uma sorte de vícios que termina por construir uma espécie de isolamento do Estado ou *autonomia relativa por atraso estatal*”, René Zavaleta, “*Bolivia: la Fuerza de la Masa. De Banzer a Guevara Arce*”, em *Nueva Sociedad*, N° 47, Marzo/Abril 1980, p. 91. Grifo nosso.

<sup>6</sup> São Paulo, Martins Fontes, 1986, 3ª. ed.; doravante *PPCS*.

funcionou tipicamente como um Estado burguês dependente, no que se refere à unidade do poder político institucionalizado, à sua autonomia relativa frente às classes dominantes e ao estabelecimento de diversos tipos de legitimidade burguesa. No período pós-78, o Estado - embora em franca crise - colocou à disposição das classes dominantes um aparelho organizacional e material relativamente modernizado e consistente; este aparelho tentou, por todos os meios, reorganizar o bloco no poder e, por conseguinte, organizar a hegemonia da grande burguesia mineira, com o intuito de manter a forma estatal boliviana estabelecida sob o regime de Banzer, num contexto de ostensiva crise de hegemonia e de unificação burguesa.

Essa hipótese comporta cinco elementos fundamentais que estão estreitamente articulados entre si:

1) O período 1978-1982 de nenhuma maneira manifesta uma queda gradativa do Estado de 1952. Trata-se do período mais crítico que atravessou esse Estado depois de 1952 (início da Revolução Nacional) e 1970-71 (governo Torres, Assembléia Popular). Contudo, o Estado soube se readaptar e se reorganizar frente a suas principais crises. A mudança da forma de Estado e da forma de regime em 1982 não significou uma alteração substantiva da dominação de classe. Caiu, isto sim, o regime militar e, por conseguinte, a forma estatal militar, e não o Estado de 1952.

2) Não estamos frente a uma *crise global*. As contradições e crises do período tiveram um impacto no conjunto da sociedade, mas não se converteram necessariamente em crise global. Se fosse assim, assistiríamos, na pior das hipóteses, de um lado, a uma dissolução da própria dominação de classe, da desintegração das classes dominantes, típica de uma situação revolucionária; e de outro, a um processo de queda real (seja gradativa ou não) do Estado, em virtude dessa desintegração, provocada por essa crise global. Na melhor das hipóteses, a crise global implicaria uma suposta “transformação interna” do regime militar boliviano, desaguando num Estado “constitutivamente” diferente do anterior.

Ora, o caso boliviano do período em questão não apresentou nenhuma das situações acima mencionadas. Bem pelo contrário, houve uma particular condensação das crises e contradições que tiveram maior impacto na relação Estado-classes dominantes, isto é, nos níveis do aparelho estatal (principalmente no seu aparelho dominante: o Exército), no bloco

no poder e no interior de cada classes e fração dominante. Assim, houve uma confluência de três crises importantes: a) a crise de hegemonia, no duplo sentido (no interior do bloco no poder e frente ao conjunto da sociedade); b) a crise de organização e representação partidária burguesa e c) a crise de legitimidade, articulada à crise de unificação e da ideologia burguesa (esta última expressa na crise do *nacionalismo revolucionário*). A esse respeito, tentaremos mostrar que a condensação das crises e contradições do Estado e das classes dominantes converteram-se nos fatores diretos e principais do colapso do regime militar boliviano e que as lutas das classes populares resultaram ser o fator determinante da sua queda.

3) Em virtude da crise de legitimidade, o *Estado militar*<sup>7</sup> esforçou-se em ampliar sua base de legitimação nas massas populares, principalmente na pequena e média burguesia e, sobretudo, num amplo setor do campesinato. A partir de 1974, esse processo de busca de legitimação foi concomitante ao processo de expansão da burocratização e da militarização do Estado. Nesse contexto, o Estado militar aprofundou um tipo de representação popular, denominada aqui *representação burocrática*. No período pós-78, pressionado pelas massas populares, o Estado abriu espaço para o funcionamento da representação política (eleições gerais, a representação partidária, abertura do Parlamento, etc.), entrando logo em contradição interna em relação à sua estrutura organizacional, determinada pela lógica do funcionamento do Estado militar. O que ocorreu foi a drástica liquidação da representação política, em curtos intervalos de tempo, por parte da burocracia estatal, refletindo esse processo uma das principais causas da instabilidade política. Tal situação configura a existência daquilo que nós chamamos *Estado-de-golpe*: vale dizer, um Estado marcado pelos golpes e contragolpes de Estado e pela fragilidade e contingência do funcionamento da representação política.

4) A prática de maximização dos lucros a curto prazo, por parte das classes e frações dominantes, está em direta relação com a prática do golpe de Estado. Essa relação permanece oculta, na medida em que a prática de classe assumiu uma postura ideológica (discurso político) democratizante. Todavia, tal prática econômica levou essas classes a um

---

<sup>7</sup> Os conceitos grifados (itálico) serão explicitados no seu devido momento, no primeiro capítulo. Esses conceitos são: *Estado militar*, *Estado-militar-de-crise*, *Estado-de-golpe*, *representação burocrática*, entre outros.

extremado “egoísmo de fração”, em detrimento dum sacrifício em prol do interesse geral de classe. Tal situação que provocou uma disputa acirrada entre as principais frações burguesas pelo controle do aparelho estatal, disputa que se definiu através do golpe de Estado. Veremos que o conteúdo das políticas estatais dos governos efêmeros refletiu a prática da maximização dos lucros. Esse seria um dos principais fatores determinantes da instabilidade política que caracterizou o período. Ao contrário das interpretações dos autores da teoria da modernização (que sustentam a tese de que o processo de democratização e de modernização do Estado teria sido realizado por uma “elite iluminada”), tanto o conjunto da burguesia, quanto as frações dominantes, de vocação golpista, não tinham um projeto ou um plano econômico e político nacional (do tipo das “burguesias nacionais”) para tirar o país do atraso e da dependência frente ao capital estrangeiro.

5) Na conjuntura de 1982, foi a mínima unidade do aparelho e da burocracia estatal que forneceu uma base material para a o estabelecimento de um tipo de solução da crise política boliviana (a instalação do Congresso de 1980 que elegeu Siles Suazo presidente). Portanto, a concretização dessa solução não se deveu à ação democratizante de um setor da elite “iluminada” que dirigiu a CEPB. O papel do Estado, como poder político institucionalizado, revelou-se de suma importância para reorganizar a hegemonia e a unidade burguesa a médio e longo prazos. Mas essa solução somente foi possível graças ao funcionamento da unidade do poder político do Estado e da autonomia relativa estatal frente às classes dominantes.

Dito isso, passemos a explicitar a metodologia adotada nesta dissertação. Mas antes de abordar essa questão, devemos fazer os seguintes esclarecimentos: primeiro, este trabalho não tem como objetivo fazer uma análise sistemática da problemática da autonomia relativa do Estado boliviano no período em questão. Entretanto, utilizamos esse conceito, como o de unidade do poder político, como um conceito-chave para a nossa análise, na medida em que nos fornece um caminho para examinar a complexa relação entre o Estado e as classes dominantes. É assim que podemos entender o papel da burocracia estatal, da representação burocrática e dos efêmeros governos militares e civis frente às classes e frações dominantes, bem como frente ao bloco no poder. Essa análise aparece

sobretudo nos capítulos que abordam a periodização das formas de Estado (relação do econômico com o político) e a periodização das formas de regime, conforme o Poulantzas de PPCS.

Segundo, não temos por objetivo discutir e aprofundar temas igualmente importantes, como por exemplo: 1) a relação complexa Estado-classes dominadas; 2) a problemática do militarismo boliviano e das variantes de regimes militares; 3) o sindicalismo e o movimento operário boliviano e 4) a Revolução Nacional Boliviana de 1952. No último capítulo inserimos, em termos gerais, a discussão da problemática do golpismo e da instabilidade política. Mas isso somente é feito na medida em que essa breve análise tem como objetivo ilustrar a relação entre a Constituição de 1967 e a prática do golpe como método de sucessão governamental.

Terceiro, não pretendemos analisar o pensamento político dos autores bolivianos aqui considerados, especialmente os de Guillermo Lora e René Zavaleta. Esclareça-se, as críticas e as observações feitas a esses dois autores de nenhuma maneira devem ser vistas como uma crítica geral e definitiva, porém como uma crítica circunscrita à problemática do Estado boliviano. Devemos acrescentar ainda que a aplicação do conceito poulantziano de Estado capitalista ao caso boliviano deve ser visto como um esforço de interpretação teórica do Estado boliviano, com as suas respectivas limitações, fruto da nossa leitura particular de PPCS. Nesse sentido, esta dissertação não deve ser considerada como um trabalho acabado e definitivo, que visaria esgotar os temas e problemas aqui discutidos.

Para demonstrar a nossa hipótese, adotamos a seguinte metodologia:

1) Fazemos uma caracterização do Estado boliviano do período, tentando apreender os seus traços constitutivos, como por exemplo: as características gerais da formação social boliviana, a natureza de classe do Estado, o caráter da dominação política estabelecida no país durante a década de 70, o caráter das classes e frações dominantes, o caráter da intervenção do capital estrangeiro, a configuração do aparelho do Estado (em particular o Exército), bem como o caráter das classes dominadas. Para tanto, tal caracterização geral é feita, na maior parte das vezes, com a devida ilustração histórica e o fornecimento de dados empíricos necessários. Entretanto, nem sempre foi possível equilibrar, na exposição da análise, o aspecto teórico e o histórico.

2) Outro elemento metodológico importante que deve ser salientado é a necessária inclusão de um capítulo referente ao regime de Banzer. Teórica e metodologicamente, tornar-se-ia difícil apreender as características fundamentais do Estado boliviano, no período aqui analisado, sem a análise da forma estatal que vigorou durante a década de 70. Em suma, o Estado boliviano do período pós-78 é o prolongamento do Estado que vigorou durante o regime banzerista e uma particular síntese do Estado de 1952.

3) O *Estado-de-golpe* não é um tipo de Estado burguês nem uma forma particular de Estado de exceção, porém uma decorrência do caráter do *Estado-militar-de-crise*, uma expressão particular. Portanto, somente podemos apreender esse conceito *a posteriori*: uma vez feita a caracterização geral do Estado e da prática geral de classe do conjunto da burguesia boliviana. Nesse sentido, o Estado boliviano não é constitutivamente um Estado-de-golpe, que exprimiria uma espécie de deformação ou patologia. Vale dizer, ele apresenta os ingredientes gerais do Estado burguês, quais sejam, entre outros: a unidade do poder político institucionalizado, a autonomia relativa estatal frente às classes dominantes e a força da representação burocrática, traduzida na dominância do golpe de Estado como método de sucessão governamental.

Esta dissertação divide-se em duas partes. A primeira parte se propõe alcançar três objetivos: 1) definir o instrumental teórico-metodológico, bem como os conceitos gerais que serão utilizados ao longo da dissertação, 2) apresentar elementos gerais do contexto sócio-histórico da década de 70 e 3) caracterizar tanto o Estado boliviano sob o regime banzerista como os principais atores políticos do período em foco.

Assim sendo, o primeiro capítulo tem como objetivo central justificar a relevância da aplicação do conceito de Estado burguês ao Estado boliviano, tarefa que é cumprida partindo-se de uma avaliação crítica das interpretações sobre o Estado em questão desenvolvidas pelos dois autores bolivianos mais representativos. O segundo capítulo visa reconstruir parte do contexto geral e do drama político do período em foco; para tanto, fornece uma caracterização dos principais atores políticos. Finalmente, o terceiro capítulo tem como objetivo analisar o caráter da relação do Estado boliviano e as classes dominantes sob o regime banzerista. Este capítulo visa propiciar o entendimento dos seguintes elementos: 1) a natureza da forma estatal boliviana vigente durante a década de 70 - forma

estatal essa que se prolonga, com suas devidas modificações, até 1982 - ; 2) a complexa estrutura do Estado militar e 3) o caráter da burocracia estatal.

A segunda parte visa aprofundar a análise do Estado do período em foco. Para tanto, tenta identificar os traços fundamentais do Estado boliviano e o caráter da prática de classe dominante, como substrato da instabilidade política e do golpismo. Nesse sentido, o quarto capítulo é a continuação do terceiro, na medida em que tem como objetivo examinar a relação do Estado e das classes dominantes, sob a ótica da intervenção do econômico sobre o político durante os governos efêmeros do período pós-78. Em outros termos, esse capítulo tenta desvendar o caráter da relação Estado-bloco no poder, o caráter e conteúdo da política estatal, bem como identificar as tensões e contradições entre as frações detentoras do aparelho de Estado e a fração hegemônica no bloco no poder.

Já o quinto capítulo se propõe analisar o processo propriamente político do período; focaliza a relação entre prática geral de classe dominante e postura ideológica das frações burguesas dominantes, em dois níveis: 1) entre prática econômica e prática política e 2) entre a prática geral de classe (econômica e política) e o discurso político-ideológico. Para tanto, utilizamos a metodologia da periodização política, porque nos permite acompanhar o movimento complexo, no espaço delimitado pela forma estatal que funcionou sob o regime banzerista, das contradições entre práticas de classe e discurso político no jogo da representação partidária na cena política.

Finalmente, o sexto capítulo se propõe desenvolver, de forma conclusiva, três questões importantes, que estão estreitamente relacionadas: 1) a sucessão governamental pela via do golpe, 2) o caráter da unidade do poder institucionalizado do Estado e 3) a autonomia relativa do Estado face às classes dominantes. O desenvolvimento dos últimos dois pontos está direcionado para a discussão sobre a questão do papel determinante que supostamente teriam jogado as "elites iluminadas", na conjuntura de 1982, face à retirada dos militares da direção do aparelho de Estado e à volta do regime democrático. A nossa análise mostrou que foi a mínima unidade do poder político do Estado que forneceu a base material para a eventual solução da crise política (instalação do Congresso de 1980). Além da análise do caráter da unidade do poder político nessa conjuntura, fornecemos também alguns indicadores importantes da autonomia relativa do Estado frente às classes

dominantes. Quanto ao primeiro ponto, fazemos uma discussão sobre a hipótese da dissociação (não relação), defendida por alguns autores, entre a sucessão governamental pela via do golpe de Estado e as constituições bolivianas. A esse respeito, colocamos a nossa hipótese alternativa: é revertendo os termos da relação entre Constituição de 1967 e a prática do golpe, que se deve entender o caráter dessa relação; assim, a relação fundamental se trava entre o direito privado e prática da maximização dos lucros a curto prazo. Finalmente, consideramos que o método de sucessão governamental pela via do golpe foi o efeito da dominância, sob o Estado militar boliviano, da representação burocrática.

Chegamos assim a nosso último ponto: as fontes utilizadas nesta dissertação. As fontes primárias foram basicamente as seguintes: 1) documentos econômicos e políticos dos setores organizados da burguesia boliviana (CEPB, ANMM, CNI e CNC), tanto as publicações próprias como, por exemplo, Memórias anuais, análises de conjuntura e documentos recompilados pela CEPB; quanto às publicações na imprensa; 2) documentos do governo: Memórias anuais do Banco Central, do *Instituto Nacional de Estadística*, números do jornal *Gaceta Oficial*, alguns documentos do Ministério da Fazenda (Plano Quinquenal 1976-1980, *Informe Musgrave* e o Plano Trienal do governo Torrelío) e do Ministério de Mineração e Metalurgia (*Anuário Estadístico Minero*, Declaração de *Tarija*), bem como a legislação sobre o narcotráfico (do governo Banzer e do governo Torrelío); 3) programas dos principais partidos políticos perante os pleitos de 1978 e 1979, bem como alguns documentos publicados e 4) documentos da FSTMB e da COB. A análise dessas fontes foi complementada com as informações adquiridas da leitura dos principais jornais sobre o processo político boliviano (*Presencia*, *El Diálogo*, *Hoy*, *Aquí*, entre outros).

Devido ao caráter amplo e variado das fontes secundárias (literatura, dados e informações, etc.), privilegiamos, em primeiro lugar, as análises de Guillermo Lora e de René Zavaleta. Em segundo lugar, utilizamos as valiosas informações e dados proporcionados por autores como Sérgio Almaraz, Marcelo Quiroga Santa Cruz, J. F. de la Cueva, Paulo Ramos e os dados fornecidos por Marcelo Moscoso sobre a Mineração Mediana. Finalmente, utilizamos dados e informações provenientes das análises de Antônio Mayorga, H.C.F. Mansilla e Carlos Toranzo.

Finalmente, esta dissertação é fruto de uma pesquisa de campo realizada durante três meses na capital boliviana (La Paz): os meses de outubro e novembro de 1996 e no mês de junho de 1997. A leitura de jornais foi realizada basicamente em três locais: 1) na Biblioteca do Congresso Nacional, 2) na Biblioteca Municipal de La Paz e 3) no *Centro de Documentación e Información* (CEDOIN). Já a pesquisa bibliográfica foi feita em vários lugares, sendo os principais: a *Universidad Mayor de San Andrés* (UMSA), o *Centro Boliviano de Estudios Multidisciplinarios* (CEBEM), a biblioteca da *Cámara Nacional de Comercio* (CNC), a biblioteca do Banco Central de Bolívia, o *Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario* (CEDLA) e o *Centro de Documentación e Información Sindical* (SIDIS).

## CAPÍTULO UM

### RELEVÂNCIA DA APLICAÇÃO DO CONCEITO DE ESTADO BURGUEÊS AO ESTADO BOLIVIANO

No período de 1978-1982, a Bolívia teve seis golpes de Estado e nove Presidentes; dois efêmeros governos parlamentares (Guevara e Gueiler), três eleições gerais (1978, 1979, 1980), sendo que, um governo permaneceu apenas dezesseis dias (Natusch), enquanto que outro (o de Garcia Meza) conseguiu a façanha de permanecer o tempo recorde de doze meses. Além das permanentes greves e manifestações das massas proletárias e camponesas, as intrigas e conspirações golpistas de civis e militares, a crise econômica, bem como a crescente inflação, entre outras coisas. Este é quadro político geral que nossa análise política deverá abordar.<sup>1</sup>

Contudo, a nossa investigação não se limitará à análise do desvendamento das principais causas da instabilidade política desse período; também avançará no exame do Estado boliviano a partir do conceito de Estado capitalista na acepção de Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais*.<sup>2</sup> Este capítulo tem como objetivo explicitar a relevância da aplicação desse conceito ao caso boliviano. O que nos leva a relembrar as interpretações teóricas mais recorrentes do Estado boliviano, principalmente as de René Zavaleta, reconstruindo parte do debate teórico sobre o assunto. A seguir, apresentamos o conceito de Estado burguês, as formas de Estado e as formas de regime, bem como as variantes de crise política. Finalmente, colocamos a nossa hipótese geral sobre o Estado boliviano no período 1978-1982.

---

<sup>1</sup> Ver cronologia do processo político do período no **Quadro 2**.

<sup>2</sup> PPCS, obra já citada. Também utilizaremos o conceito de Estado burguês apresentado por Décio Saes; ver "O conceito de Estado Burguês", in **Estado e Democracia: Ensaios Teóricos**, IFCH-UNICAMP, 1994, pp. 13-51.

## 1.1 Interpretações Sobre o Estado Boliviano

O objetivo deste item é apresentar o problema do qual parte a nossa dissertação: como o Estado boliviano foi interpretado no período da maior instabilidade política (década de 70)? A partir de que conceitos teóricos? Quais são as interpretações predominantes? Para responder essas questões, faremos um balanço das duas principais concepções teóricas que apareceram na década de 70 e inícios da década de 80. Esclareça-se que o foco da análise aqui não é a avaliação geral do pensamento político dos autores em consideração, mas o exame das suas principais tendências e interpretações diretamente relacionadas com a problemática do Estado.

Dentre as diversas interpretações surgidas, no período mencionado, podemos reduzir basicamente a duas as correntes teóricas importantes: 1) a teoria da democracia e da modernização e 2) a concepção marxista, nas versões de René Zavaleta e de Guillermo Lora.

### 1.1.1 Teoria da democracia e da modernização

A teoria da democracia e da modernização - tributária da ciência política norte-americana - privilegia um enfoque político-institucional; os seus principais autores são René Antônio Mayorga<sup>3</sup> e H.C.F Mansilla.<sup>4</sup> O argumento acerca do Estado é basicamente o

<sup>3</sup> Entre os trabalhos mais importantes deste autor: "*La Democracia entre la fragmentación y la imposición*", in René A. Mayorga (Comp.), **Democracia a la deriva. Dilemas de la participación y la concertación social en Bolivia**, La Paz, CLACSO-CERES, 1987; **Democratización y Modernización del Estado en Bolivia**, La Paz, CEBEM, 1991; finalmente, **Democracia e Modernización del Estado: el caso de Bolivia. Proyecto PNUD-UNESCO-CLACSO**, La Paz, 1988. Este projeto, que faz parte de um projeto de pesquisa que abarca a região sul-americana, foi integrado por um bom número de cientistas políticos e sociólogos bolivianos. Os trabalhos foram publicados pela CLACSO-Buenos Aires (entre 1988 e 1990) em sete volumes intitulado **Hacia un Nuevo Orden Estatal en América Latina?**, cujos temas centrais são: democratização e modernização, centralização/descentralização do Estado, os atores sócio-políticos perante as mudanças estruturais e inovação cultural, bem como os atores sócio-culturais.

<sup>4</sup> Entre os trabalhos de H. C. F. Mansilla ver: "*Gobernabilidad, élite del poder y cultura política*", in René Antônio Mayorga (Coord.), **Democracia y Gobernabilidad en América Latina**, La Paz, CEBEM-ILDIS, 1992; **La Empresa Privada Boliviana y el Proceso de Democratización**, La Paz, CEBEM, 1994. Mayorga foi fundador e diretor do *Centro de Estudios de la Realidad Económica y Social* (CERES) de Cochabamba, ao passo que Mansilla foi fundador e diretor do *Centro Boliviano de Estudios Multidisciplinarios* (CEBEM) de La Paz. Estes autores também foram (ou ainda são) pesquisadores do *Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales* (ILDIS) da mesma cidade, do qual faz parte Carlos Toranzo, seguidor da linha de pesquisa de Zavaleta na área econômica. Por último, não devemos esquecer James Malloy autor de *Bolivia*:

seguinte: o Estado surgido da Revolução Nacional de 1952 entrou na sua fase de maior crise no final da década de 70 e inícios da década de 80, entendida como parte de uma crise orgânica, caracterizada como *crise global* (da sociedade e do Estado). Devido à natureza intervencionista do Estado, à alta politização das massas, através de um movimento sindical corporativista e ao surgimento do autoritarismo militar<sup>5</sup> (instaurado em 1964) que incorporou e reproduziu o intervencionismo estatal, o Estado boliviano teria entrado num colapso generalizado no período da maior instabilidade política e de transição à democracia (1978-1982). Assim, as crises dos regimes militares do período seriam o reflexo das crises do Estado e da sociedade boliviana. No regime democrático da UDP-COB (1982-1985), o Estado de 1952 entraria numa fase decisiva. Quer dizer, nesse período se faria mais patente a incapacidade desse Estado de resolver os conflitos sociais e políticos sobre a base de uma lógica de ação racional *concertada* ou *pactuada* entre os principais atores políticos (governo, militares, a COB, partidos políticos, empresários etc.). A principal razão disso estaria na predominância de uma lógica de ação *destrutiva*.<sup>6</sup>

---

**La Revolución Inconclusa**, La Paz, CERES, 1989, cuja primeira edição em inglês data de 1970 e cujas linhas de pesquisa parecem ter amplamente influenciado os autores bolivianos dessa corrente teórica.

<sup>5</sup> Sobre a questão do autoritarismo militar e da caracterização dos regimes militares da corrente institucionalista norte-americana, cujos principais autores são Alfred Stepan, Samuel Huntington, Juan Linz, James Malloy e Philippe Schmitter, ver os principais problemas teóricos apontados por João Roberto Martins Filho, **O Palácio e a Caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**, Tese de doutorado, IFCH-UNICAMP, Campinas, 1993; ver o item, "As perspectivas da ciência política", pp. 7-16; ver também a crítica do autor à versão do autoritarismo burocrático de Guillermo O'Donnell e ao elitismo burocrático, ver os itens "Crítica do autoritarismo burocrático" e "Elitismo burocrático e dinâmica política", pp. 22-43.

<sup>6</sup> Ver René Antônio Mayorga, "*La Democracia entre la fragmentación...*", cit. pp. 26-27. Além do mais, para Mayorga, "a intensidade da crise manifesta-se precisamente neste enorme desacerto: a sociedade boliviana tem produzido novos problemas e realidades enquanto que as ideologias do marxismo dogmático e do nacionalismo revolucionário ficaram para trás. Por outro lado, as práticas políticas firmadas nestas ideologias e em pautas de cultura política tradicionais são claramente caducas e contrárias a uma resolução democrática da crise", pp. 27-28. Ver também "*Crise de Estado y democracia*", in **Democracia a la deriva**, cit., pp. 129-169.

Em suma, o período de 1978-1985 manifestaria a dissolução do Estado de 1952, cujo pacto constitutivo teria sido quebrado por uma lógica de ação política destrutiva, lógica essa que teria minado as bases estruturais e institucionais do Estado, impossibilitando, dessa maneira, um novo pacto entre os principais atores políticos. Assim, seria só em 1985 que se ergueria um novo Estado, a partir do *Pacto pela Democracia* que derivou no co-governo Estenssoro-Banzer, cuja maior façanha teria sido a implementação da Nova Política Econômica (NPE), base de uma estabilidade econômica e política, considerada como uma nova Revolução no país.<sup>7</sup>

Essa corrente também ficou amplamente influenciada pelas posturas teóricas de Zavaleta, especificamente no que se refere a seu último conceito de Estado e a sua interpretação das crises gerais (crise global). A nosso ver, a tese da queda do Estado de 1952 foi praticamente retirada das análises de Zavaleta, como veremos mais à frente, sendo bem aproveitada pelos autores da teoria da democracia.

Outra tese que defendem insistentemente os autores desta corrente é o “empate”<sup>8</sup> político prolongado entre o Exército e a COB, o qual teria surgido do pacto de 1952 e acabado degenerando no corporativismo militar e sindical pela lógica de ação destrutiva intrínseca às suas práticas políticas. O empate teria paralisado ambos os atores, impossibilitando a criação de uma alternativa de poder estatal ou de poder popular. Assim, o empate é tido como algo constitutivo do Estado de 1952 e uma das maiores causas da instabilidade política do país.

<sup>7</sup> Ver as justificações teóricas de René A. Mayorga acerca do pacto democrático em “*La democracia entre la fragmentación...*”, cit., especialmente a parte V: “*Pacto democrático y concertación social: algunas consideraciones*” pp. 77-86. Esta tese também aparece de forma mais clara no artigo do autor intitulado “*La Democracia en Bolivia: Consolidación o Desestabilización?*”, em *Pensamiento Iberoamericano*, Nº 14, julio-diciembre, 1988. Na área da análise econômica sobre essa “nova” Revolução, ver Juan Antônio Morales & Jeffrey Sachs, “*Bolivia’s Economic Crisis*”, in Jeffrey Sachs (edit.), *Developing Country Debt and the World Economy*, Chicago, The University of Chicago Press, 1989, pp. 57-79, e Juan Antônio Morales & Jeffrey Sachs, “*Bolivia’s Economic Crisis*”, in Jeffrey Sachs (edit.), *Developing Country Debt and Economic Performance*, Chicago, The University of Chicago Press, 1990, Vol. 2, pp. 157-268. Este trabalho é uma versão mais completa que o primeiro.

<sup>8</sup> Ver René Antônio Mayorga, “*Empate histórico y debilidad constructiva...*”, op. cit.; “*La Democracia en Bolivia...?*”, op. cit., pp. 22-23. Em relação à lógica racional democrática ou racionalismo crítico, que privilegia a defesa da democracia e da solução dos conflitos na base de uma ação pactuada, supostos teóricos utilizados pelo autor, ver “*El racionalismo crítico y la sociedad abierta*”, em *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. XLII, Nº 2, Abril-Junio, 1980, pp. 865-882. Cf. também outro artigo do autor, “*Problemas metodológicos de la dialéctica y del análisis marxista del Estado capitalista*”, em *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. XLI, Nº 4, Octubre-Diciembre, 1979, pp. 1385-1419.

Por outro lado, H.C.F. Mansilla - o maior representante boliviano da teoria das elites e da modernização - defende a tese de que nas décadas de 70 e inícios de 1980 o empresariado boliviano teria sido o único setor da sociedade a passar por um processo de modernização altamente positivo, superando suas próprias deficiências culturais e ideológicas e deixando para trás os seus maiores concorrentes tradicionais: a retrógrada classe operária e seu movimento sindical, bem como a corrupta elite política tradicional. Assim, os empresários teriam descoberto sua verdadeira vocação no contexto dos conflitos econômicos, políticos e sociais do país; e teriam conseguido converter essa força modernizadora num processo igualmente democratizador extensivo a toda a sociedade e ao Estado, processo esse que se teria evidenciado a partir de 1985.<sup>9</sup>

É verdade que o Estado de 1952 foi profundamente abalado pelas crises políticas de 1978-1982 e que manifestou uma crise estrutural, orgânica. É verdade também que as causas das crises desse Estado não provêm unicamente dos regimes militares. Contudo, as principais teses que defende esta corrente são altamente discutíveis. Em primeiro lugar, ela tende a interpretar a crise estrutural como crise global. Vale dizer, embora identifique a crise estrutural como crise de hegemonia no período pós-78, esta crise perde a sua especificidade no conceito de *crise global*: crise do Estado, das principais instituições políticas, crise econômica, crise da sociedade, dos valores e da cultura.

Em segundo lugar, tal postura defende a *quedada gradativa* do Estado de 1952, em consequência das crises globais - inscritas nas suas próprias instituições políticas desde o seu nascimento - , as quais teriam se agravado no período caótico e de transição à democracia (1978-1982). A partir desse período, o Estado entraria em fase *terminal* durante o governo UDP-COB. Além do mais, o desenvolvimento das lutas democráticas, naquele período, teria desaguado num processo irreversível e inevitável, culminando no estabelecimento de uma lógica do pacto político, em virtude do bom senso das elites econômicas e políticas, o que supostamente teria salvado o país de um caos generalizado. Enfim, o pacto teria aberto espaço para a democratização do sistema político e da

---

<sup>9</sup> Ver H.C.F. Mansilla, *La Empresa Privada...*, op. cit., ver parte III, "El período heroico 1978-1985: la lucha contra el estatismo y el populismo" e parte IV, "La lucha por la modernización de la sociedad y el Estado bolivianos". Ver também, *La cultura del autoritarismo ante los desafíos del presente*, La Paz, CEBEM, 1991 e "Elite del poder, problemas de gobernabilidad y cultura política en Bolivia", in Mário Miranda Pacheco (comp.), *Bolivia en la Hora...*, cit.

modernização do Estado, processo político que teria sido iniciado justamente a partir de 1985.

Finalmente, do ponto de vista da teoria do Estado, esta corrente considera o Estado como Sujeito, o qual possui uma vontade própria e cuja autonomia seria absoluta. Visto assim, o Estado seria uma entidade racionalizadora da sociedade civil. Os portadores desse poder e da racionalidade estatal seriam a burocracia e as elites políticas. Essa corrente centra a sua análise na problemática “autoritarismo x democracia”, e tende a interpretar as crises do Estado como crises institucionais, crises essas agravadas pela natureza da cultura política predominante. Enfim, tanto as crises econômicas como políticas são consideradas “patológicas”, como um momento “disfuncional”, que rompe o equilíbrio harmonioso do sistema.<sup>10</sup>

Em suma, ambos os autores propõem uma leitura política complexa e, até, sofisticada da realidade boliviana, apresentando diferenças analíticas e de matiz teórico, mas no fundamental, as suas análises sobre o Estado boliviano resultam bastante limitadas e insuficientes, além de apresentarem uma forte carga ideológica.

### 1.1.2 Interpretações marxistas

A segunda corrente importante provém das análises marxistas do Estado. Igualmente aqui as concepções não são monolíticas ou homogêneas, ramificando-se de acordo com a postura teórica adotada por cada autor. Contudo, podemos dizer que dois autores encarnaram, pelo menos até o início da década de 80, o debate teórico não apenas sobre o Estado boliviano, mas também acerca de um elenco de questões como, por exemplo: o caráter da Revolução Nacional de 1952, o movimento operário, a natureza das classes dominantes, bem como a luta pelo socialismo. Referimo-nos a René Zavaleta<sup>11</sup> e Guillermo

<sup>10</sup> Ver Nicos Poulantzas, *As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado*, in *Estado em Crise*, Rio de Janeiro, Graal, 1977, pp. 4-5.

<sup>11</sup> Sociólogo, jornalista, escritor e cientista político, professor universitário, além de militante político, René Zavaleta foi deputado pelo MNR em 1962 e Ministro de Minas em 1964; teve uma trajetória política sinuosa que começou no MNR, passando pelo MIR e o PCB no início da década de 70 para, finalmente, abandonar a militância partidária. De teórico de segunda geração do nacionalismo revolucionário, Zavaleta passou a adotar uma postura teórica marxista até sua morte em 1984. Ver o artigo de Carlos Toranzo, *“René Zavaleta Mercado: marxista y radicalmente boliviano”*, in Carlos Toranzo, *Bolivia: reproducción de capital y política*, Santa Cruz, Editorial Universitaria, 1988, pp. 270-306. Ver também a *“Presentación”* de Ignacio

Lora.<sup>12</sup> Na verdade, o debate sobre a natureza do Estado boliviano tem sua origem nas décadas de 30 e 40 (entre o nacionalismo e o marxismo). As principais questões desse debate, conforme diria Lora, deveriam ser procuradas no início do século (no período liberal) e no século passado.

### 1.1.2.1 Guillermo Lora

Tanto o conceito de Estado quanto a caracterização do Estado boliviano propostos por Lora provêm, basicamente, das décadas de 40 e 50; partem das concepções trostkistas e da IV<sup>a</sup>. Internacional e exprimem uma forte influência das concepções instrumentalistas de Estado. O primeiro filão conceptual parte da célebre *Tesis de Pulacayo* (1946), onde a Bolívia é considerada como um país capitalista atrasado, mas inserido na economia mundial através da exportação de minérios. Em outros termos, o país refletiria o desenvolvimento combinado de diversos modos de produção (pré-capitalista e capitalista), com predomínio das relações capitalistas na indústria de mineração e das relações de tipo feudal no campo; nesse processo de desenvolvimento o imperialismo norte-americano submete a classe dominante. E essa classe é caracterizada como *feudal-burguesia*, porque estava articulada tanto aos interesses feudais como aos interesses imperialistas; articulação essa que manifestava-se nas três maiores empresas mineiras que controlavam a vida econômica e política do país. Em relação ao Estado, a Tese diz o seguinte: “o Estado feudal-burguês justifica-se como um organismo de violência para manter os privilégios do latifundiário e do capitalista. O Estado é um poderoso *instrumento* que possui a classe dominante para esmagar seu adversário.”<sup>13</sup>

---

Mendoza ao livro de Zavaleta, *La formación de la conciencia nacional*, La Paz, Los Amigos del Libro, 1990.

<sup>12</sup> Dirigente trotskista, fundador do POR (um dos principais partidos de esquerda do país com longa trajetória de luta política), sociólogo, professor universitário e historiador do movimento operário boliviano com uma produção teórica bastante significativa. Guillermo Lora continua na direção do POR e ainda mantém sua postura teórico-ideológica.

<sup>13</sup> “*Tesis de Pulacayo (Tesis Central de la Federación de Trabajadores Mineros de Bolivia)*”, in Guillermo Lora, *Documentos Políticos de Bolivia*, La Paz, Futuro, 1987, p. 11; grifo nosso. A classe trabalhadora deveria fazer uma revolução combinada: a revolução proletária e a revolução democrático-burguesa, cuja estratégia predominante estaria comandada pela revolução socialista, p. 13. A Tese também sustenta que a contradição fundamental se dá entre o proletariado e o imperialismo.

O Estado boliviano posterior à Revolução Nacional de 1952 é caracterizado por Lora como “Estado burguês atrasado” devido basicamente a uma dupla razão: a derrota do proletariado (a não realização da Tese de Pulacayo), por um lado, e o fracasso do partido pequeno-burguês (MNR, que dirigiu a revolução) em realizar as tarefas democrático-burguesas e criar um vigoroso Estado nacional burguês, por outro. Se a incapacidade da feudal-burguesia era tal, que não conseguiu instaurar um Estado nacional e, por conseguinte, uma democracia formal, melhor não poderia fazer - segundo Lora - a pequena burguesia do MNR: esta fracassou politicamente. Nesse sentido, o Estado boliviano “ainda não é um Estado moderno na mais ampla acepção da palavra”.<sup>14</sup>

Devido ao atraso do país, a inexistência de uma burguesia nacional, a incapacidade da pequena-burguesia do MNR de realizar as tarefas democráticas e de criar um Estado moderno, bem como a permanente intervenção do imperialismo no país, para Lora seria *inviável* a instauração da democracia e, por conseguinte, de um Estado burguês de tipo avançado. Nas palavras do autor: “uma das grandes tarefas democráticas, a criação do Estado nacional soberano, ficou frustrada *para sempre*, como consequência da inviabilidade do desenvolvimento capitalista pleno e livre, da impossibilidade da organização da democracia formal e da submissão da burguesia nacional ao imperialismo”.<sup>15</sup> Lora conclui, assim, que, “se se descarta a possibilidade do desenvolvimento das forças produtivas dentro do capitalismo, já não se pode esperar a estruturação desse grande Estado”.<sup>16</sup>

Entretanto, haveria um outro elemento que justificaria a tese dessa dupla inviabilidade (do capitalismo e da democracia): a herança histórica - numa prática sempre presente, que pesa sobre as costas do país e atormenta os bolivianos - do caudilhismo, do golpismo e da instabilidade política, cujas causas materiais estariam justamente no fraco desenvolvimento do capitalismo no país. Neste contexto, o Exército tende a se configurar como uma potência política em torno do qual gira a política nacional, em razão da

<sup>14</sup> Guillermo Lora, “La Revolución Boliviana”, in **Obras Completas**, La Paz, Massas, 1996, Tomo XIV (1963-1964), pp. 145-146.

<sup>15</sup> Guillermo Lora, **Inviabilidad de la Democracia - Proletariado y Nación Oprimida**, La Paz, El Amauta, 1980, p. 10; grifo nosso.

<sup>16</sup> Idem, *Ibidem*, p. 10. “[...] o democratismo burguês e o generoso surgimento do parlamentarismo resultam inviáveis pela extrema pobreza do país, resultado da impossibilidade de que ainda possa se dar um pleno e independente desenvolvimento do capitalismo. Podem se pronunciar discursos em favor do ‘processo democrático’ e inclusive praticar eleições periódicas, mas não será possível preencher a ausência do embasamento material para a democracia com declarações vazias acerca de suas virtudes”, p. 18.

incapacidade das classes dominantes de cumprir as suas tarefas nacionais e democráticas, bem como do fracasso dos partidos políticos burgueses. Assim, o caudilhismo, principalmente o militar, “foi se nutrindo da extrema debilidade política e do golpismo, como método preferido, num país que não tem possibilidades de viver a experiência de uma generosa democracia burguesa”.<sup>17</sup> Segue-se disso que a maior crise do Estado boliviano, manifestada com forte impacto no final da década de 70 e inícios de 1980, seria a do nacionalismo burguês, cuja maior expressão estaria na crise do Exército.<sup>18</sup>

Finalmente, Lora considera que as duas formas fundamentais de governo, no que diz respeito ao Estado burguês, são o fascismo e a democracia. Na etapa do capitalismo monopolista, o imperialismo teria substituído a democracia pelo fascismo, formas de governo que equivaleriam à ditadura da burguesia. Nesta etapa, portanto, a contradição fundamental a nível mundial se daria, segundo Lora, entre fascismo e socialismo. Quanto aos regimes militares bolivianos das décadas de 60 e 70, eles seriam portanto fascistas.<sup>19</sup>

Em suma, se descontamos a concepção instrumentalista do Estado e a classificação binária das formas de Estado burguês (democracia e fascismo), podemos reconhecer que as análises de Lora dão um salto qualitativo na caracterização dos principais problemas relacionados ao Estado boliviano. As suas análises têm um forte embasamento histórico-estrutural, o que é a sua maior virtude. Nesse sentido, os trabalhos de Lora são obrigatórios para o analista do Estado boliviano. Contudo, a despeito da importância e a riqueza da análise de Lora sobre a Revolução Boliviana, o movimento operário, o Estado e os militares, e apesar de utilizarmos os seus trabalhos como uma fonte necessária, distanciamos-nos das posturas do autor com relação a vários aspectos que dizem respeito ao Estado, como veremos mais à frente.

---

<sup>17</sup> Guillermo Lora, *Causas de la Inestabilidad Política y de la Crisis de las Fuerzas Armadas*, La Paz, Massas, 1983, p. 62.

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, p. 87 e segs.

<sup>19</sup> *Inviabilidad...*, op. cit., pp. 12-13.

### 1.1.2.2 René Zavaleta e o conceito de *Estado atrasado*

No que diz respeito a Zavaleta: a nosso ver, é o autor que mais escreveu sobre o problema do Estado boliviano a partir de um esquema teórico definido. Contudo, Zavaleta tampouco escapou da influência da concepção instrumentalista do Estado, a qual aparece permanentemente nos seus principais trabalhos. Isso é evidente na sua primeira obra de maturidade (1972), onde o autor propõe um esboço de teoria do *Estado atrasado*.<sup>20</sup> Dissemos esboço, porque Zavaleta não chegou a elaborar uma teoria propriamente dita desse tipo de Estado: limita-se a expor uma série de *elementos gerais* que fariam parte de um Estado atrasado, por contraste com o Estado avançado.

Antes de apresentar o conceito de Estado atrasado de Zavaleta, convém fazer uma importante observação metodológica. Para o nosso autor, haveria supostamente uma impossibilidade lógica de aplicação de teorias gerais à realidade boliviana (seja uma teoria geral do Estado, seja teorias sociológicas de longo alcance) dada a natureza *invertebrada* da sua formação social. Esta característica impediria, segundo o raciocínio do autor, qualquer tentativa de dar unidade àquilo que seria disperso através de uma simples fórmula. Em vez de teorias gerais, Zavaleta prefere utilizar, no caso de sociedades *invertebradas*, a *crise* como conceito-chave; esta é entendida como um momento *anômalo* na vida de uma

<sup>20</sup> Ver René Zavaleta, *El Poder Dual*, La Paz, *Los Amigos del Libro*, 1987, 3ª ed. Ver o item “*El episodio superestructural en la teoría del país atrasado*”, pp. 90 e segs. Obra escrita em 1972 que analisa a seguinte questão: teria havido ou não situações de dualidade de poderes na Revolução Boliviana de 1952, na Assembléia Popular Boliviana de 1971 e no Chile de Allende? É nesse contexto que se esboçam as considerações sobre o Estado boliviano, em correspondência com uma formação social atrasada. O autor caracteriza essa formação social indistintamente como *invertebrada* e *ossificada* (o termo utilizado é sociedade *abigarrada*). Vejamos um exemplo: Zavaleta considera as sociedades boliviana e peruana como “ossificadas” devido ao peso característico do Estado nessas formações sociais (Ver “*El Estado en América Latina*” em *El Estado en América Latina*, La Paz, *Los Amigos del Libro*, 1990, p. 195). A imagem remete à caracterização gramsciana das sociedades da Europa do Leste (Rússia, etc.). Assim, Zavaleta estampou o termo *abigarrado*, adjetivo que significa em espanhol: de cores mal combinadas, multicolor, heterogêneo, confuso. Daí o substantivo *abigarramiento* passou a ser utilizado como sinônimo da formação social boliviana, significando heterogeneidade, dispersão do todo social, sobreposição de diferentes modos de produção fracamente combinados, atraso endêmico da estrutura social. Cf. “*El Estado...*”, op. cit., pp. 194-195; “*Las Masas en Noviembre*”, in René Zavaleta (org.), *Bolivia Hoy*, México, Siglo XXI, 1983, pp. 17-19. Tal conceito virou um chavão na sociologia boliviana. Ver, por exemplo, o título “*Dinámica de una sociedad abigarrada*” que faz parte de uma coletânea intitulada *Bolivia en la hora de su modernización* (Mário Miranda Pacheco (org.), México, UNAM, 1993), e o artigo de Luís Antezana, “*Formación abigarrada y democracia como autodeterminación*” que faz parte da mesma coletânea, pp. 257-283. Todas as vezes em que aparecer o termo espanhol *abigarrado*, ele será aqui traduzido por *invertebrado*, por não termos encontrado outro termo semelhante em português.

sociedade, “como a aparição patética das pontas da sociedade que, de outra maneira, se manteriam submersas e gelatinosas”. Assim, a crise adquiriria uma conotação particular, principalmente em sociedades de difícil “quantificação” como a boliviana. Nas palavras do autor:

“É a própria necessidade que faz que cada modo de ser convoque uma forma de conhecimento e por isso argumentamos que será discutível falar de um método de conhecimento geral a todas as sociedades. [...] A quantificação [...] tem um papel mais relativo quanto mais invertebrada é uma sociedade; antes, é na crise ou no seu equivalente (a instância de intensidade) que pode manifestar sua síntese, pois trata-se da única fase de concentração ou centralização, de uma formação [social] que, de outra maneira, apareceria como arquipélago”.<sup>21</sup>

Voltemos ao problema do Estado atrasado. Tratar-se-á mais de uma descrição de “um conjunto de características que são mais ou menos uma norma no que se refere à superestrutura de um país atrasado”.<sup>22</sup> Zavaleta parte do suposto de que as características de um país capitalista avançado e, as de outro, situado na periferia, seriam totalmente diferentes. E quais seriam as principais características que os diferenciariam? Existiriam três características fundamentais nos Estados capitalistas avançados: 1) a dupla autonomia do Estado (autonomia relativa com respeito à estrutura econômica e a autonomia perante a classe dominante); 2) a unidade ou centralização do Estado (que provém da base econômica e que reflete a realização plena do modo de produção capitalista - MPC); 3) a sobredeterminação da base pelo retorno ou réplica da superestrutura, o que aceleraria o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, o Estado capitalista conservaria sua “unidade teleológica” de classe por meio da suposta independência da burocracia,<sup>23</sup> da

<sup>21</sup> René Zavaleta, *Lo Nacional-Popular en Bolivia*, México, Siglo XXI, 1986, p. 21. A nota 1 dessa página diz o seguinte: “O método geral resulta no mínimo numa possibilidade tão remota como a de uma teoria geral do Estado. Cada sociedade deve reconhecer o método que a ela pode se referir ou ser pertinente. (...) O conhecimento crítico, pela forma aglutinada de índole heterogênea nesse *pathos*, é próprio de sociedades de duvidosa quantificação como a da Bolívia”. Em outra passagem, referindo-se o autor à justificação da sua metodologia expositiva: “em defesa do método deve-se dizer que nenhuma ciência social é possível de outra maneira num país com as características da Bolívia”, p. 9.

<sup>22</sup> René Zavaleta, *El Poder Dual*, op. cit., pp. 167-168.

<sup>23</sup> Zavaleta refere-se aqui à burocracia moderna na acepção weberiana: “Na autonomia relativa do Estado capitalista avançado é onde melhor se realiza o trabalho da burocracia moderna que, a seu turno, se movimenta com grande comodidade no cenário que lhe possibilita a separação de poderes”, Idem, *ibidem*, p.155.

separação de poderes e da apresentação da ideologia burguesa como algo natural. O Estado, aqui, segundo o raciocínio do autor, seria mais eficiente na medida em que as *diversas* frações da burguesia o utilizariam como seu “comitê para o arranjo dos assuntos comuns”, pelo fato de que tais frações viveriam num certo equilíbrio de poder e teriam uma maior racionalidade na utilização do Estado, coisa que dificilmente ocorreria nos países periféricos.<sup>24</sup>

Assim sendo, o Estado atrasado careceria dessas três características básicas. Vejamos:

“[...] a determinação EM ÚLTIMA INSTÂNCIA da base econômica sobre a superestrutura política é algo que ocorre de um modo muito mais imediato em uma formação social atrasada: aqui o Estado não tem as astúcias de um país avançado”.<sup>25</sup>

Além do mais,

“nesses tipos de países, com efeito, a autonomia relativa que os sociólogos do mundo desenvolvido descrevem morosamente ou existe pouco ou não existe em absoluto. Aqui, a classe dominante exerce diretamente o poder, *manu propria*. Isso mesmo, quando pode fazê-lo”.<sup>26</sup>

Em outros termos, Para Zavaleta, nos países periféricos ocorre uma instrumentalização real, de fato, do Estado por parte das classes dominantes. Assim, o Estado “é instrumental por antonomásia”, porque “a imediata ocupação do Estado por parte de homens que pertencem a uma classe dominante não indica uma visão ou interpretação instrumentalista do Estado, mas uma *situação* instrumental”.<sup>27</sup> Isso significa que o atraso do país teria um efeito direto na constituição das classes, refletindo o atraso e a fraqueza das frações burguesas, bem como o predomínio das classes ou frações oligárquicas aliadas ao imperialismo. A essas classes ou frações Zavaleta tende a designar como a classe dominante que instrumentaliza o Estado segundo o seu arbítrio.

<sup>24</sup> Idem, ibidem, pp. 154-160.

<sup>25</sup> Idem, ibidem, p. 160. Grifo do autor.

<sup>26</sup> Idem, ibidem, pp. 160-161; grifo do autor.

<sup>27</sup> “*El Estado...*”, op. cit., pp. 175-176; grifo nosso.

Por outro lado, a fraca combinação ou coexistência de vários modos de produção e a decorrente contradição entre eles impediria a realização das tarefas democrático-burguesas. A tarefa da unificação, por exemplo, ficou para trás: o fato dela não acontecer ou demorar mais para ser estabelecida, torna ainda mais consistente o atraso dessa formação social e, porém, mais difícil a resolução da questão nacional. Por isso, essa tarefa (unificação e centralização) tende a ser cumprida, com muita dificuldade, pela pequena burguesia e pelo proletariado. Assim, esse tipo de Estado, dominado e subordinado ao Estado imperialista norte-americano, constituiu-se no verdadeiro obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas. Esse fracasso político se deve ao caráter tardio e atrasado da formação do Estado e das burguesias locais.<sup>28</sup>

Além disso, Zavaleta acrescenta duas características importantes do Estado atrasado. Uma delas é a instabilidade política, cuja causa mais freqüente provém das contradições insolúveis entre as diversas frações das classes dominantes, as quais tenderiam a ser altamente centrífugas, e não concêntricas, em virtude de uma dupla razão: a sua fraqueza e a sua fragmentação permanentes, reflexos do atraso; e a pressão divisionista da burguesia imperialista, que impede a unificação e centralização do Estado. A outra característica diz respeito ao papel do Exército: em geral, este estaria à disposição dos latifundiários e do imperialismo. Mas em casos excepcionais, o Exército poderia assumir a tarefa da centralização. Daí o caráter relativamente progressista de algumas experiências bonapartistas dos países atrasados, as quais teriam uma natureza diferente do bonapartismo clássico.<sup>29</sup>

Vemos que a teoria de Zavaleta apresenta traços analíticos comuns aos de Lora (a influência das análises deste autor em Zavaleta parece evidente) e, em geral, aos de algumas análises marxistas da década de 60 e 70 na América Latina que se diferenciaram da teoria da dependência. Ele identifica problemas como, por exemplo, a natureza de classe do Estado e sua configuração nacional diante do imperialismo, a incapacidade das classes dominantes de cumprir com suas tarefas, o papel do Exército e do proletariado, enfim, uma

<sup>28</sup> Idem, *ibidem*, pp. 160-167. Sobre o imperialismo, ver René Zavaleta, "*Las luchas antimperialista en América Latina*", em *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 38, Nº 1, Enero-Marzo, 1976, pp. 9-27.

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*, pp. 165-167. Provavelmente o autor esteja-se referindo aqui ao exército boliviano sob direção de Ovando e Torres no final da década de 60. Cf. René Zavaleta, *50 Años de Historia*, La Paz, Los amigos del Libro, 1992; ver o item "*Ovando, el bonapartista*".

série de elementos que são da maior importância para o análise do Estado boliviano. Contudo, o esforço de criar uma nova teoria do Estado atrasado, colocando ênfase na particularidade de cada caso e na análise do primado dos fatores internos na área de influência direta do imperialismo norte-americano, levou o autor ao seguinte paradoxo metodológico. De um lado, defendeu insistentemente que a formação social boliviana, de natureza invertebrada, não admite a aplicação de teorias gerais; bem pelo contrário, ela apenas permite análises concretas que privilegiem a sua natureza particular e complexa. De outro lado, as suas observações sobre o Estado atrasado funcionam como uma verdadeira teoria geral, justamente o contrário do que o autor defende. Tais contradições se manifestam no seu excessivo empirismo metodológico, de um lado; e no seu claro ecletismo de sua concepção de Estado (Lenin, Gramsci, Lukács, Weber, Offe e Habermas), de outro.

As contradições da análise de Zavaleta aparecem mais claras ainda quando analisamos o conceito de Estado nos seus artigos e obras de final da década de 70 e inícios da década de 80. No seu artigo "*El Estado en América Latina*", publicado em 1983, no qual parece abandonar suas posturas instrumentalistas, Zavaleta critica o "teoricismo" das fórmulas metodológicas provenientes das teorias gerais do Estado (instrumentalista, estruturalista, hegeliana, etc.), cuja aplicação à realidade dos países atrasados resulta ser quase inviável. Em vez disso, deve-se considerar o Estado como *situação concreta, agregação histórica e particularidade*.<sup>30</sup> Seria por aí que a análise do Estado cobraria maior força, estabelecendo o primado da realidade sobre a teoria: "os termos (...) estruturalista ou instrumentalista [e por extensão, o hegeliano] descrevem antes de mais nada *dados fatuais* do que marcos metodológicos para estudar o Estado".<sup>31</sup> Nesse sentido, a chave interpretativa para analisar o Estado atrasado estaria no conceito de *equação social* formulada pelo autor, entendida como a forma de *entrecruzamento* entre a sociedade civil, as mediações entre esta e o Estado e o momento político-estatal:

<sup>30</sup> "*El Estado...*", cit. p. 170. Zavaleta alude à problemática teórica sobre o Estado capitalista que foi exprimida no debate europeu (instrumentalismo, estruturalismo, escola lógica do capital, etc.), debate esse que, segundo ele, não avançou muito. Por isso, tenta criar sua própria teoria. Sobre esse debate, ver o artigo que sintetiza os principais problemas e elementos do debate, Ferrán Brunet, "*El Estado, la política, las clases sociales y el capital*", em *Nueva Sociedad*, Noviembre-Dicembre, 1986, pp. 49-56; e sobretudo, ver Nicos Poulantzas & Ralph Miliband, *Debate sobre o Estado capitalista*, Porto, Afrontamento, 1975. 50 pp.

<sup>31</sup> Idem, ibidem, p. 176; grifo nosso.

“...o grau em que a sociedade existe para o Estado e vice-versa, mas também as formas de sua separação ou estranhamento. A análise mesma do Estado como *aparelho* e como *instância classista* sugere a forma de sua relação com a sociedade civil. Por razões próprias de cada caso, há equações nas quais a sociedade é mais forte e ativa que o Estado, equações em que o Estado parece preexistir e dominar sobre a sociedade, (...) e sistemas onde há uma relação de conformidade ou ajuste. Esta relação supõe um movimento...”<sup>32</sup>

E continua o autor,

“A equação ou o bloco [bloco histórico gramsciano] tem então elementos verificáveis de historicidade e acaso, não é uma estrutura previsível (...). Como em todo modelo superestrutural, podemos obter algumas séries causais ou linhas de agregação mas em último termo a teoria do Estado, se é alguma coisa, é a *história de cada Estado*. O que importa portanto é o percurso dos *factos* na edificação de cada Estado”.<sup>33</sup>

Mas aqui nos deparamos com o primeiro problema que está implícito na argumentação do autor: como então se deve entender o Estado para que possamos identificá-lo na hora da equação social? Primeiro elemento: o Estado não é uma mera “coisa”, embora seja um “aparelho”, uma “instância classista”; ele é Estado, sobretudo, porque “produz matéria estatal”. Segundo elemento: o Estado é uma instância da sociedade que tende a se autonomizar, a possuir uma racionalidade própria; o Estado-Sujeito. Conclusão: o Estado é uma agregação ou combinatória de vários elementos; quer dizer, uma síntese complexa que produz matéria estatal, reforçando sua condição de ator consciente:

“Na gestação da equação, o Estado é um *ator consciente* (...) dentro da sociedade civil, seja como produtor, como emissor ideológico e ainda como *facção*, segundo o momento do desenvolvimento dessa relação. O valor mesmo [resultado?] é a igualdade ou equação histórico-moral entre o bloco da dominação, cujo centro é o Estado, e o trabalhador produtivo total”.<sup>34</sup>

Admitida a autonomia das esferas (sociedade civil, Estado) e o seu entrecruzamento complexo, o próximo passo seria detectar o carácter da equação social de uma determinada

<sup>32</sup> Idem, ibidem, p. 177; grifo nosso.

<sup>33</sup> “*El Estado...*”, op. cit., p. 180; grifo nosso.

<sup>34</sup> Idem, ibidem, p. 173; grifo nosso.

sociedade. Para fazê-lo, Zavaleta recorre ao conceito de “momento constitutivo”<sup>35</sup> - que remete à idéia das “causas originárias” - definido como “um efeito da concentração do tempo histórico” e que, em todos os casos, conteria uma implantação hegemônica. O momento constitutivo manifestaria a concentração de vários momentos históricos, que seriam determinados pelo tipo de hegemonia implementada: o momento de “esvaziamento” e de “disponibilidade universal”, de um lado; e o momento de “interpelação” e “penetração hegemônica”, de outro.<sup>36</sup> Estaria aí a idéia de Zavaleta dos momentos estatais, traduzidos na emergência histórica dos “tipos” de Estado - instrumentalista, estruturalista, hegeliano, etc.

Visto isso, impõe-se a seguinte pergunta: como o autor soluciona o problema da identificação da natureza de uma sociedade equacionada em termos do entrecruzamento das esferas estatal e societal? A resposta não poderia ser outra: uma sociedade civil pode ser constituída por uma maior ou menor presença e intervenção estatais. Essa realidade seria definida pela capacidade de expansão hegemônica de uma das instâncias (ou a sociedade civil, ou o Estado): “o grau de autonomia societária do ato hegemônico é quase um coeficiente de desenvolvimento estatal, porque o Estado deve intervir mais onde existe menos desenvolvimento da sociedade civil”. Nesse sentido, “não há dúvida de que o próprio Estado pode ser mais instrumental, mais burocrático-hegeliano ou mais popular-estrutural”. Com efeito, o essencial seria “reter o caráter móvel, intercambiável e aleatório das instâncias”.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> Os conceitos de “momento constitutivo” e “equação social” estão imbricados com outros conceitos criados por Zavaleta como, por exemplo, “forma primordial” (“combinação própria da formação econômico-social como particularidade”), “autodeterminação do Estado” e “capacidade de retenção do excedente” ou “disponibilidade do excedente”. Um exemplo bem esquemático: devido à forma primordial do Estado boliviano, que remete a seu momento constitutivo em 1952 (um sociedade onde o Estado é quase tudo [equação social]), o Estado teve uma fraca capacidade de autodeterminação nacional (dependência forânea) e uma incapacidade de retenção do excedente. É sob essa ótica que o autor analisa o Estado boliviano (até 1952) na sua última obra: *Lo Nacional-Popular...*, op. cit. Ver também “*Problemas de la determinación dependiente y la forma primordial*”, in *El Estado...*, op. cit.; e “*Autodeterminación y democracia en Bolivia (1978-1980)*”, in Pablo Gonzales Casanova (coord.), *No Intervención, Autodeterminación y Democracia en América Latina*, México, Siglo XXI, 1983.

<sup>36</sup> Idem, *ibidem*, pp. 180-186.

<sup>37</sup> Idem, *ibidem*, p. 178.

Também encontramos essa idéia na última obra de Zavaleta, onde ele analisa o Estado oligárquico derrubado em 1952. Esse Estado manifestaria a agregação histórica (combinação) da *situação* de quatro *momentos* estatais: 1) o “Estado aparente”, em cuja situação exprimiria os elementos formais e não os alicerces de sua entidade substantiva; 2) uma situação oposta (o Estado racional hegeliano), na qual o Estado político se constitui com um poder mais ou menos indefinido sobre a sociedade civil; 3) o Estado como aparelho especial desprendido da sociedade - “a classe dominante não só ocupa o Estado mas este e aquela são a mesma coisa”; 4) por último, uma situação de “capitalismo organizado”, na qual o Estado, desprendido, conquista “autonomia relativa”: um exercício hegemônico em que o opressor tende a inserir sua lógica de dominação, de um modo complexo, no oprimido.<sup>38</sup>

Na caracterização do Estado oligárquico boliviano, Zavaleta diz o seguinte:

“Se nos ativermos a esta distribuição, que tem um valor bem mais taxonômico (distribuição incompleta sem dúvida), veremos que o Estado oligárquico, em sua fisionomia e até em seu caráter, continha uma *oscilação* entre o momento do Estado aparente e o Estado instrumental. Sua maior distorção é [...] a espacial. [...] Por outro lado, o fato de que durante todo o período não houve um só Presidente que não estivesse vinculado [...] às empresas mineiras [...], é inegável que falar aqui de *autonomia relativa* do Estado é uma pura digressão.

<sup>38</sup> **Lo Nacional-Popular...**, op. cit., pp. 203-204. Esclareça-se que os elementos apontados pelo autor não são conceitos de Estado, mas uma caracterização dos “momentos estatais”. Por essa razão, não apresentaremos aqui o que Zavaleta entende por Estado aparente, Estado hegeliano, Estado estrutural e o Estado que corresponderia ao capitalismo organizado (caracterizado pelo funcionamento da autonomia relativa). Até porque o autor não expõe sistematicamente essas características estatais, as quais aparecem de forma fragmentária em todos os seus trabalhos. Basta aqui complementar as idéias do autor apresentada acima: 1) o “Estado aparente” conteria elementos formais do Estado moderno (ou seja, seria uma espécie de Estado atrasado) e se caracterizaria pela não correspondência, de um lado, entre espaço estatal (núcleo de dominação) e o espaço geográfico (território); de outro, entre esses dois elementos e o âmbito demográfico (população); o “Estado racional” (hegeliano) conteria os elementos de um pacto de dominação: “o Estado é capaz de regulamentar a rotina” dos indivíduos na base de uma “reforma pactuada do cotidiano”; 3) o “Estado-aparelho especial” (desprendido da sociedade) diz respeito ao Estado-instrumento: “a subordinação do Estado ao grupo dominante é tão grande que não existem mensagens de intercâmbio entre a sociedade civil e o Estado: a classe dominante impõe-se sobre ambos” setores. Assim sendo, o sentido leninista ou engelsiano [...] do Estado, o chamado “conceito instrumental”, não indica uma visão arcaica das coisas, mas um momento histórico concreto”; 4) o Estado desprendido da sociedade, que conquista autonomia relativa, refletiria uma situação de “exercício hegemônico, no qual o fator dominante apreende as formas pertinentes de sua dominação no próprio dominado; ou seja, o argumento do opressor, aspira, de um modo sofisticado, abranger [conter], no seu próprio argumento, o argumento do oprimido”. Esse fenômeno estaria “presente na teoria da ditadura de Lenin” (o autor não explica a relação entre o “exercício hegemônico” descrito por ele e os elementos que integrariam a teoria da ditadura de Lenin), Idem, ibidem, pp. 203-204.

O conceito mesmo de Estado moderno não existia nas altivas e ocas cabeças dos homens da oligarquia”.<sup>39</sup>

No referente ao Estado burguês, cujo momento constitutivo seria 1952, Zavaleta defende a tese da *dissolução hegemônica* desse Estado, manifesta na crise orgânica ou *crise global* do período de 1978-1980.<sup>40</sup> Em outras palavras, as contradições do Estado do final da década de 70 seriam o reflexo das contradições do Estado de 1952, cuja decadência aparece mais patente na crise da hegemonia burguesa, aqui concretizada como crise do nacionalismo revolucionário. Por conseguinte, o Estado burguês formado em 1952 seria um Estado deformado, atrofiado, com sérias dificuldades de instaurar-se plenamente e realizar as principais tarefas democrático-burguesas.

Nesse sentido, para Zavaleta a Revolução Nacional de 1952 não teria sido outra coisa senão uma “revolução burguesa contra a burguesia”. Ela estaria marcada por uma contradição fundamental, que o autor chama “o paradoxo senhorial”: de um lado, a antiga classe dominante (oligárquico-liberal) teria sido incapaz de se auto-transformar numa burguesia moderna, pelo fato de carecer de ideais burgueses ou porque todos os seus padrões culturais seriam pré-capitalistas; de outro, ela seria capaz de se reconstituir como classe dominante “através das diversas fases estatais, de mudanças sociais imensas e inclusive de vários modos de produção”. Assim, a Revolução Nacional teria desaguado na “colocação de seus fatores ao serviço da reposição oligárquico-senhorial”. A marca senhorial constituiria, segundo o autor, um fato permanente na história do país.<sup>41</sup>

Nesse quadro, o aparecimento do Exército no centro da vida política do país manifestaria a qualidade dessa “equação social” boliviana. Com efeito, estaríamos frente a uma “hegemonia negativa”, segundo o autor: expressão patética da crise e, por conseguinte, de dissolução do Estado de 1952 no final da década de 70.

Por outro lado, é provável que a idéia do “empate histórico” tenha saído de algumas observações de Zavaleta referente ao caráter da Revolução de 1952. De um lado, o Estado burguês não teria se instaurado plenamente, devido à incapacidade das classes dominantes

---

<sup>39</sup> Idem, *Ibidem*, p. 205. Grifo nosso.

<sup>40</sup> Ver “*Las Masas en Noviembre*”, op. cit., pp. 29-32.

<sup>41</sup> *Lo Nacional-Popular...*, op. cit., p. 15. A tese do “paradoxo senhorial” é uma das maiores contribuições do autor.

em cumprir as tarefas democrático-burguesas. De outro, teria restado ao proletariado realizar essa enorme tarefa; mas este, afinal, teria sido incapaz de tomar o poder ou de tornar-se classe hegemônica, porque ter-se-ia apoiado, entre outras coisas, no partido alheio. Em consequência disso, teria havido um equilíbrio instável entre o MNR e a COB. Posteriormente, tal equilíbrio ter-se-ia prolongado, nos regimes militares, num equilíbrio quase catastrófico. No final da década de 70, assistiríamos a uma espécie de equilíbrio catastrófico (crise global). Mas frente à irrupção das massas, que tinham incorporado a democracia ao seu acervo político, nem os militares e as classes dominantes, nem a esquerda e a COB, tinham alternativas substantivas para a solução das crises, porque estavam presos ao Estado de 52. Se em 1952 a pequena burguesia foi incapaz de interpretar a enorme tarefa do proletariado e de canalizar as expectativas das massas proletárias, em 1978-80 foi a COB a que não soube fazer esse duplo papel frente às massas populares.<sup>42</sup>

Com efeito, o Estado pós-52 estaria em uma situação - embora Zavaleta não tenha chegado a propor essa caracterização, é possível deduzi-la - que combinaria os seguintes elementos: 1) imposição de uma situação instrumental ao Estado por parte das classes dominantes, 2) um fraco Estado de "capitalismo organizado", por sua relativa modernização e 3) reemergência da herança do Estado aparente sob nova forma, até porque a Bolívia, conforme Zavaleta, é um país onde a questão da "nação" ainda não foi resolvida.<sup>43</sup>

Visto assim, o conceito de equação social implicaria apreender metodologicamente o Estado como equação mesmo (há uma lógica matemática embutida neste conceito, na medida em que alude a uma somatória de "produtos" diversos), no sentido de agregação-combinatória específica. Daí a ênfase de Zavaleta no *Estado-síntese* da sociedade, que concentra situações totalmente diversas e até excludentes. Aliás, o Estado não seria uma

---

<sup>42</sup> "Las Masas en Noviembre", op. cit., pp. 22-24. Essas idéias aparecem também em *El Poder Dual, La Revolución Democrática...*, *Lo Nacional-Popular...*, obras já citadas. Em meio à irrupção da massa, segundo Zavaleta, a COB apresenta um fraco "programa de corretivos tecnocráticos à economia" de cunho cepalino. Assim, "poucas vezes viu-se tão clara contradição entre o grande poder do organismo [COB] e a pobreza do seu programa para o país", ver nota 36, p. 23.

<sup>43</sup> Ver "Sobre la Cuestión Nacional en América Latina", in René Zavaleta, *El Estado en América Latina*, op. cit., pp. 43-60. É verdade que a questão da "Nação", do Estado-Nação, enquanto carência de integridade espacial, da presença do Estado e da expansão do mercado, é um problema sério nos países dependentes e não só da Bolívia. Pergunta: será que a insistência do autor nesse tema não reflete ou reproduz sua fase nacionalista revolucionária, e que o autor a vive como tragédia?

coisa, mas uma abstração: ele exprimiria uma *relação* entre o território, a população e o poder político (conceito de tipo weberiano).<sup>44</sup>

Em suma, a última concepção geral de Estado de Zavaleta aparece muito mais complexa que a primeira, colocando ênfase na questão da análise da particularidade histórica de cada Estado. Por outro lado, Zavaleta identifica os principais problemas do Estado de 1952, cujo caráter classista e cujo déficit em relação às tarefas democrático burguesas - devidos à sua atrasada ou problemática "equação social" - , manifesta-se claramente no "paradoxo senhorial".

Contudo, detectamos algumas contradições e deslizes teóricos sérios na própria construção do (s) conceito (s) de Estado de Zavaleta. Para começar, além de ser influenciado pelo empirismo metodológico, o seu último conceito tende a ser demasiado genérico e eclético. Por outro lado, o seu conceito de *Estado atrasado*, elaborado em 1971 (Estado-instrumento, ou Estado-Coisa), permanece nos seus trabalhos, tendo um peso igualmente importante em relação ao conceito de Estado-situação-agregação-particularidade, na medida em que o Estado atrasado parece ser, na sua essência, instrumentalista por *autonomasia*. Isto é particularmente claro na caracterização do Estado boliviano anterior e posterior a 1952. Podemos arriscar e dizer que a tese instrumentalista reaparece de uma forma mais sofisticada nos seus últimos trabalhos. Se o anterior é verdade, haveria então dois conceitos concorrentes na própria teoria do Estado de Zavaleta (Estado instrumento e Estado-agregação). Mesmo na situação do "capitalismo organizado" que, nos países como a Bolívia, aparece na versão de ditadura, o critério predominante continua sendo a instrumentalização do Estado.<sup>45</sup> Afinal, qual o critério-conceito que o autor toma como norma?

Além do mais, há uma outra contradição muito mais séria que deve ser salientada. Em uma leitura atenta das proposições de Zavaleta vemos que as suas formulações carecem

---

<sup>44</sup> *El Poder Dual*, p. 111.

<sup>45</sup> O *capitalismo organizado*, segundo Zavaleta, exprimiria a situação de *autonomia relativa* do Estado. Noutra passagem, o autor diz o seguinte: "*a ditadura é então a democracia para nós [os bolivianos], a democracia interior ou no seio da ditadura proletária, da mesma maneira que a chamada democracia em geral é a democracia no seio da ditadura [...] burguesa. Assim, os critérios de ditadura e democracia adquirem um caráter binário permanente*", *Lo Nacional-Popular...*, cit. p. 204; grifo nosso. Sublinhamos essas palavras para indicar que o autor trabalha com conceitos diversos. No caso do critério número quatro (sua caracterização geral das situações estatais), ele se limita ao terceiro critério: a situação instrumental.

de uma elaboração teórica rigorosa, ficando no plano da generalidade, como ele próprio adverte no seu artigo sobre o Estado. Aliás, um dos sérios problemas na ordem da argumentação teórica seria a existência de uma pluralidade de critérios e conceitos divergentes que comprometem seriamente o seu conceito de Estado: isto é evidente na oscilação entre vários conceitos de Estado (conforme sublinhado anteriormente): Estado-instrumento-coisa, Estado-Sujeito, Estado-aparelho, Estado-facção, Estado-síntese, Estado-relação, enfim, Estado-situação-agregação-particularidade. Se o Estado fosse tudo isso, qual seria a sua especificidade e a sua função? Por outro lado, o seu conceito de equação social aparece sobretudo como um esforço teórico de “superação” dos conceitos de *formação social*, de *modo de produção* e de *Estado* propostas pela corrente estruturalista, corrente essa que Zavaleta ataca permanentemente.<sup>46</sup>

Finalmente, vemos que o autor defende a impossibilidade de sustentação de uma teoria geral do Estado e, ao mesmo tempo, a proposição de um conceito empirista e historicista de Estado. Além disso, Zavaleta é amplamente influenciado pelas concepções weberianas e, sobretudo, pela idéia da *intersubjetividade* de Habermas. Mas o problema maior estaria num duplo perigo: não estaríamos frente a uma concepção que, afinal de contas, acabaria diluindo, de um lado, o próprio conceito de Estado, e de outro, o próprio Estado como estrutura materializada que organiza a dominação de classe de um modo particular, sendo ele atravessado pelas lutas de classes?

## 1.2 Relevância da Aplicação do Conceito Poulantziano de *Estado Capitalista* ao Caso Boliviano

No item anterior fizemos um balanço das principais concepções teóricas acerca do Estado boliviano com o intuito de identificar os problemas gerais das interpretações teóricas mais recorrentes. O razoável espaço dedicado a essa questão de nenhuma maneira indica uma crítica definitiva, muito menos ainda a pretensão, nesta dissertação, da criação de um

---

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*, pp. 85-90. Em referência ao conceito de Lenin acerca do Estado como *síntese* da sociedade, Zavaleta diz o seguinte: “Falamos portanto de uma síntese, mas de uma síntese realizada sob um determinado ponto de vista, uma síntese qualificada. É estranho que estruturalistas como Poulantzas retomaram a idéia da síntese como espelho ou reflexo. O Estado seria assim um processo objetivo ou conclusão, isto é, não se faria sujeito nunca”, “*El Estado...*”, p. 172; grifo nosso.

conceito de Estado que se adapte à realidade dos Estados atrasados, principalmente ao Estado boliviano.

Em vez disso, preferimos justificar a relevância do conceito de Estado capitalista de Poulantzas e sua aplicação ao caso boliviano. Para isso, devemos apresentar alguns elementos teóricos fundamentais que fazem parte desse conceito de Estado, os quais serão utilizados como instrumento analítico neste trabalho.

Em termos breves e esquemáticos, o conceito de Estado capitalista em PPCS está articulado com um conjunto de conceitos derivados ou complementares que dão forma e conteúdo a uma teoria regional do político no modo de produção capitalista. Assim, ele insere-se na problemática marxista da “correspondência entre os tipos de Estado e os tipos diversos de relações de produção”;<sup>47</sup> problemática que se especifica no capitalismo, como correspondência entre as relações capitalistas de produção e a dominação política burguesa. Nesse sentido, para Poulantzas o Estado capitalista possui características fundamentais específicas, que o diferenciam dos Estados dos modos de produção não-capitalistas. E tais características, pela sua generalidade, estarão presentes inclusive em Estados capitalistas periféricos.

Quais seriam, então, o conceito geral de Estado e o conceito de Estado capitalista defendidos em PPCS? Em primeiro lugar, Poulantzas entende o *Estado* como aparelho específico de dominação materialmente organizado cuja função particular é a de “constituir o fator de coesão dos níveis de uma formação social”, função essa que faz dele o “lugar de condensação das diversas contradições entre as instâncias”.<sup>48</sup> Daí derivam as diversas modalidades de função do Estado nos níveis político, econômico e ideológico.

---

<sup>47</sup> Cf. Décio Saes, “O Conceito de Estado Burguês”, op. cit. Ver o item “Problemática teórica: a dos tipos de Estado em correspondência com tipos diversos de relações de produção”, p. 16 e segs. Seguindo a notável contribuição teórica de Poulantzas em PPCS, Saes retoma certos elementos do conceito de Estado capitalista e propõe a expressão clássica *Estado burguês*, que “conota o caráter de classe do Estado”, em vez da expressão *Estado capitalista*, que conota uma “ação econômica” estatal favorável ao capital”, pp. 50-51

<sup>48</sup> PPCS, cit., pp. 42-43.

Em segundo lugar, Poulantzas define o Estado capitalista a partir de sua dupla função: 1) *de isolamento*: a individualização dos agentes da produção ou a constituição dos indivíduos jurídico-políticos - e 2) *de representação da unidade* desses indivíduos-agentes isolados num corpo político, o Povo-Nação. Isto significa que o Estado “representa a unidade de um isolamento o qual, em grande parte - dado o papel que o ideológico aí desempenha - é o seu próprio efeito”;<sup>49</sup> vale dizer, o duplo efeito: de isolamento e de representação da unidade.

Como decorrência do anterior, o Estado capitalista se apresenta com uma aparência de “neutralidade” - não deixa transparecer, na suas instituições, a dominação política de classe. Esta característica fundamental o diferencia dos Estados dos modos de produção não capitalistas e aparece como um elemento invariável de todos os Estados capitalistas.<sup>50</sup>

Em relação ao caráter da dominação de classe, é importante apreender o conceito de *bloco no poder*, que diz respeito à relação entre o Estado e as classes dominantes. Mais especificamente, os Estados capitalistas concretos apresentam a particularidade de terem de organizar a coexistência entre várias classes ou frações dominantes, devida à superposição de vários modos de produção nas formações sociais capitalistas. Tal conceito afasta uma concepção “dualista” (classes dominantes/dominadas), típica das visões instrumentalista e historicista do Estado. Neste sentido, o conceito de bloco no poder refere-se a dois elementos: 1) um jogo institucional particular, que está inscrito na própria estrutura do Estado capitalista e que funciona como uma “unidade especificamente política do poder do Estado”, e 2) uma configuração específica das relações entre as classes ou frações dominantes. Em uma palavra, o conceito de bloco no poder indica “a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com

---

<sup>49</sup> Ibid, ibidem, p. 130.

<sup>50</sup> No referente à função ou efeito da representação da unidade do Estado burguês detectado por Poulantzas, Décio Saes prefere qualificá-la como função de “dissolução da classe social, através da constituição do Povo-Nação”; ver “*O conceito de Estado burguês*”, op. cit., p. 32. Por outro lado, o conceito de Estado burguês apresentado por Saes permite fazer uma caracterização do Estado boliviano tomando em conta a sua *função específica* da organização da dominação de classe, enquanto Estado burguês dependente; e não, a partir de sua função técnica, econômica ou de acumulação (capitalista, atrasado, avançado, etc.): “[...] *é o Estado burguês que cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalista*. É neste sentido que o Estado burguês organiza de um modo particular - o modo burguês - a dominação de classe: as condições ideológicas por ele criadas definem um tipo particular de dominação de classe, a dominação burguesa. É o desempenho dessa função particular que define, fundamentalmente, o Estado burguês; a mera

uma forma particular do Estado capitalista”.<sup>51</sup> Assim, a unidade política do bloco no poder sob o comando da classe ou fração hegemônica não significa outra coisa, na acepção de Poulantzas, que a unidade do poder do Estado na sua correspondência com os interesses específicos dessa classe ou fração.

Por outro lado, o conceito de bloco no poder remete ao conceito de *hegemonia*. Este conceito está limitado - diferentemente do conceito gramsciano de hegemonia - particularmente ao campo das *práticas*<sup>52</sup> das classes ou frações dominantes (e não do Estado), podendo ser aplicado a uma classe ou fração no interior do bloco no poder. Para Poulantzas, o conceito de hegemonia comporta dois sentidos: 1) na relação entre as classes dominantes e o Estado capitalista, refere-se à constituição dos interesses políticos dessas classes, na medida em que estes se apresentam como representativos do “interesse geral” do Povo-Nação e que têm como base o efeito de isolamento no econômico; e 2) no funcionamento do bloco no poder, refere-se ao fato de que uma das classes detém um papel dominante, caracterizado como papel hegemônico.

Em suma, uma classe hegemônica seria aquela que concentraria a dupla função: a de representar o interesse do povo-nação ao nível da formação social; e, no interior do bloco no poder, de organizar sob seu comando a relação específica entre as classes e frações

---

*referência a uma função técnica, econômica ou de acumulação, pouco pode agregar a essa definição*”, Idem, ibidem, p. 50; grifo do autor.

<sup>51</sup> PPCS, p. 229.

<sup>52</sup> O conceito de *prática de classe* poulantziano tem como pressuposto o conceitos de *classe social* e de *estrutura*. A esse respeito ver os itens I, III e V do capítulo dois de PPCS, “*Política e Classes Sociais*”. Por classe social Poulantzas entende “os efeitos do conjunto das estruturas, da matriz de um modo de produção ou de uma formação social sobre os agentes que constituem os seus suportes; esse conceito indica pois os efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais” (p. 65). Nesse sentido, “as classes conotam sempre *prática de classe*, e estas práticas não são estruturas [econômica, política e ideológica] - a prática política não é superestrutura do Estado, nem a prática econômica as relações de produção” (p. 66, nota 16). Ou por outra, “o conceito de classe não pode ser constituído unicamente a partir da relação entre as relações sociais e as estruturas econômicas: [ele] recobre a unidade das práticas de classe - “luta” de classe -, das relações sociais como efeitos da unidade dos níveis de estruturas” (p. 72). Para tanto, deve-se relacionar e distinguir dois sistemas de relações: o das estruturas e o das relações sociais; “o conceito de classe recobre a produção das relações sociais como efeito das estruturas”. O fundamental aqui, conforme o autor, é reter os “dois sistemas de relações”, por duas razões: 1) essa “distinção recobre a das *estruturas* e das *práticas*, isto é, das práticas de classe” e 2) “as relações sociais consistem em práticas de classe, encontrando-se as classes sociais aí situadas em *oposições*: as classes sociais não podem ser concebidas senão como práticas de classe, existindo estas práticas em oposições que, na sua unidade, constituem o campo da luta de classes” (p. 83; grifo do autor em todas as citações).

dominantes. O Estado capitalista é, assim, “um Estado com direção hegemônica de classe”.<sup>53</sup>

Devemos ainda mencionar, brevemente, os conceitos poulantzianos de *burocracia* e de *burocratismo*, outros dois elementos constitutivos do Estado capitalista, analiticamente diferentes, mas relacionados mutuamente. Para Poulantzas, o “fenômeno burocrático é um fenômeno especificamente político” que diz respeito ao funcionamento complexo desse tipo de Estado. Nesse sentido, a burocracia é uma *categoria social específica*, atribuída ao funcionamento do aparelho de Estado. Por burocratismo, o autor entende “um modo particular de organização e de funcionamento do aparelho de Estado *coextensivo*, no caso do Estado capitalista, à categoria burocrática específica”. Assim, o burocratismo “é devido, nesse caso, tanto às estruturas do Estado capitalista como ao impacto da ideologia capitalista dominante sobre as regras normativas de organização do aparelho de Estado”.<sup>54</sup> Vista assim, a burocracia - categoria específica - , comandada pelo tipo específico de organização - burocratismo - , exprime um despotismo burocrático, homólogo ao despotismo de fábrica.<sup>55</sup>

Por outro lado, é importante sublinhar mais dois elementos do funcionamento da burocracia apontados por Poulantzas:

1) O caráter da autonomia relativa da burocracia (devido à unidade própria que ela apresenta no seu funcionamento como grupo social e devido à autonomia relativa, seja frente às classes a que pertence, seja frente às classes dominantes) face às classes ou frações dominantes, nomeadamente face à fração hegemônica do bloco no poder.

2) As relações da burocracia com a luta de classes. Este ponto diz respeito a uma série de questões dentre as quais apontamos as seguintes: a) o papel específico que assume a burocracia (econômico, político e ideológico) frente às conjunturas específicas, às configurações do Estado e ao do bloco no poder; b) a *representação burocrática* e a sua

---

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*, pp. 133-137.

<sup>54</sup> Idem, *ibidem*, pp. 343; grifo do autor.

<sup>55</sup> Idem, *ibidem*, p. 340. Sobre essas questões, ver também as observações de Décio Saes, “O conceito de estado burguês”, *op. cit.*; ver o item “O burocratismo burguês”.

forma de legitimidade decorrente: a *legitimidade burocrática* e c) o papel da burocracia como *força social*.<sup>56</sup>

Essas observações teóricas são da maior importância, porque questionam uma visão, bastante estendida, de que a burocracia, no Estado moderno, é totalmente hermética, impermeável à luta de classes. O esquema teórico poulantziana rejeita a disjuntiva de se considerar a burocracia estatal como instância racionalizante (sujeito) ou como instrumento (coisa). Essas duas interpretações coincidem em considerar (além de confundirem burocracia e burocratismo), em última análise, a burocracia como instância neutra. É o caso de Zavaleta: este autor considera que, apesar de o Estado, enquanto aparelho, ser considerado como cenário das lutas de classe, essas situações só se concretizariam em “determinadas instâncias”. No fundamental, esse fato somente ocorreria no “Estado inestruturado ou aparente e no chamado Estado estrutural”, do capitalismo organizado. Assim, “a impenetrabilidade da burocracia à luta de classes é [...] a normalidade do Estado moderno”.<sup>57</sup>

Dito isso, devemos ainda esclarecer o seguinte: para os efeitos desta dissertação, é suficiente apresentar os conceitos poulantzianos de *autonomia relativa do Estado* e de *unidade institucional do Estado*. Os conceitos de *formas de Estado*, *formas de regime* e outros conceitos correlatos, utilizados como base teórica deste trabalho, aparecerão ao longo da exposição.<sup>58</sup>

Passemos agora a definir o que se entende por *autonomia relativa e unidade do Estado*, dois conceitos correlatos e específicos do Estado capitalista, ambos da maior importância. Para Poulantzas, esse Estado possui uma unidade própria relativa ao caráter do poder político institucionalizado. Ou seja, as instituições do poder do Estado, que aparecem relativamente emancipadas do econômico, apresentam uma coesão interna específica que impede uma partilha, fragmentação ou repartição (como no caso dos Estados feudais) desse

<sup>56</sup> Ver sobre essas questões em PPCS, capítulo V, item “*A burocracia e a luta de classes*”. O conceito de *representação burocrática* será retomado no terceiro capítulo, quando abordemos o papel da burocracia estatal no contexto do Estado boliviano formado em 1952.

<sup>57</sup> René Zavaleta, “*El Estado...*”, op. cit., pp. 172-173.

<sup>58</sup> O conceito de *bloco no poder*, por exemplo, está relacionado com outros conceitos como o de *periodização de uma formação*, com os *tipos de alianças*, etc., da *periodização política*, da *cena política*, de *classes reinantes e classe detentora do Estado*, conceitos esses que igualmente se relacionam com o de *formas de Estado* e *formas de regime*, os quais não serão expostos aqui.

poder institucionalizado por obra das relações entre as classes ou frações do bloco no poder, e entre estas e as classes ou frações aliadas ou apoios.

Por *autonomia relativa do Estado* capitalista Poulantzas entende, não diretamente a imbricação das suas estruturas com a base, mas a relação do Estado com o campo da luta de classes, particularmente no que se refere às classes ou frações do bloco no poder e a seus aliados ou suportes. Tal conceito conflita com a concepção instrumentalista e outras posturas teóricas semelhantes (o Estado-sujeito, Estado “agente” da classe dominante, etc.). Nas palavras do autor, “essa unidade e autonomia do tipo capitalista de Estado reportam-se à *especificidade* das suas estruturas - relativamente autônoma face ao econômico - na sua ligação com a luta política de classe - relativamente autônoma face à luta econômica de classe”.<sup>59</sup>

Por outro lado, devem-se tomar em conta duas observações de Poulantzas. A primeira refere-se à própria unidade de classe desse Estado, a qual decorre da sua função de unidade política (povo-nação) que, por sua vez, é um efeito do isolamento econômico. O resultado disso parece ser paradoxal, mas não o é. Ocorre que esse é, de fato, o “segredo” do Estado-nacional-popular-de-classe, na medida em que o poder institucionalizado do Estado capitalista tem a capacidade de apresentar uma unidade própria de classe justamente por sua aparência universal (nacional-popular). Isto é, o Estado capitalistas não se apresenta como o poder de nenhuma classe; e sim, como a unidade política dos agentes privados isolados. A segunda observação diz respeito à relação da característica anteriormente mencionada com a *função ideológica* do Estado, a qual remete ao problema complexo da legitimidade (que é diferente do problema da intervenção do ideológico na organização desse Estado, ou seja, a questão do duplo papel na constituição de sujeitos jurídico-políticos e do corpo nacional-popular). O fato de existir uma relação entre a superestrutura jurídico-política do Estado e a sua função ideológica não quer dizer que tal relação se reduza ao ideológico. Muito pelo contrário, tal aparência de neutralidade não significa pura ilusão ou engano: “o Estado ‘representante’ da unidade política do povo-nação reflete-se (...) em *todo um quadro institucional real* [portanto material] *que tende a funcionar efetivamente*”,

---

<sup>59</sup> PPCS, cit., p. 253; grifo do autor.

segundo a situação específica da articulação de forças, “*no sentido* de uma unidade própria do poder do Estado e de uma autonomia relativa a respeito das classes dominantes”.<sup>60</sup>

Deparamo-nos agora com um outro problema, a saber, como é que a unidade de poder de classe do Estado permite o seu funcionamento como poder político unívoco das classes dominantes? Como esse funcionamento unívoco do Estado resulta numa autonomia relativa frente a essas classes? Para responder essa questão deve-se ter em conta uma premissa fundamental: o “antagonismo entre o Estado e a sociedade” conota “uma autonomia relativa do Estado e das classes politicamente dominantes”.<sup>61</sup> Logo, o problema pode-se resumir no seguinte enunciado de Poulantzas: a unidade política do Estado capitalista é a sua unidade enquanto poder político unívoco das classes dominantes; a sua autonomia relativa é a sua autonomia necessária à organização hegemônica dessas classes, a qual é indispensável ao seu poder unívoco.<sup>62</sup> Assim, a unidade política do Estado constitui a condição necessária da sua autonomia relativa frente às classes dominantes. Isso significa que ela decorre da função propriamente política desse Estado em relação às diferentes classes ou frações do bloco no poder de uma formação social capitalista. Mais especificamente, tal autonomia decorre de três tipos de funções: 1) a função de fator de organização política das classes dominantes; 2) a função de fator de desorganização política da classe operária; e 3) a função particular de representante política de classes ou frações não dominantes no modo de produção capitalista (campe sinato e pequena burguesia).

Apresentados esses conceitos, passemos agora a considerar os últimos dois pontos deste capítulo: a definição das crises políticas no quadro da definição concreta do Estado boliviano da década de 70 e a apresentação de nossa hipótese geral.

---

<sup>60</sup> Idem, *ibidem*, p. 273; grifo do autor. No exercício da sua dupla função, conforme observa Saes, o Estado burguês produz formas que constituem ilusões, ilusões essas que produzem efeitos reais “necessários à reprodução das relações de produção capitalistas”, ou seja, “os efeitos ideológicos são produzidos por uma estrutura jurídico-política materialmente organizada”, “O conceito...”, *op. cit.*, p. 33.

<sup>61</sup> Idem, *ibidem*, p. 278.

<sup>62</sup> Idem, *ibidem*, p. 285.

### 1.3 Definição das Crises Políticas, Formas de Estado e Formas de Regime

Em primeiro lugar, a principal crise política<sup>63</sup> do período analisado (1978-1982) é aquela que denominamos *crise de hegemonia*, a qual indica uma incapacidade das classes e frações dominantes do bloco no poder de impor sua direção hegemônica de classe no duplo nível - no próprio bloco e em relação à formação social. Esta é uma crise profunda, “que afeta o conjunto das relações sociais (crise econômica e crise política) e que se manifesta, numa conjuntura, como situação de desvendamento e de condensação das contradições inerentes à estrutura social”.<sup>64</sup> Enquanto manifestação das contradições do bloco no poder, ela tem uma repercussão notável na crise do Estado; isto é, ela projeta elementos da crise no seio do aparelho do Estado. Vale lembrar que esta crise política é determinada pela luta de classes, e não se refere à “crise das instituições” ou à crise do “sistema político”, conforme defendem a concepção “institucionalista-funcionalista” ou a teoria política da democracia e da modernidade, presentes nos autores bolivianos.

Por outro lado, a crise de hegemonia que detectamos no caso boliviano de nenhuma maneira exprime uma situação de fascismo, conforme uma interpretação errônea generalizada no âmbito latino-americano, e endossado por vários autores bolivianos. Segundo tal interpretação, os regimes militares da América Latina seriam regimes fascistas ou uma versão degenerada destes.<sup>65</sup> Isto nos levará a definir, mais para frente, a forma específica de Estado e o tipo particular de regime.

<sup>63</sup> Adotamos aqui o conceito de *crise política* proposto por Poulantzas em F&D. A crise política “consiste em uma série de *características particulares* da luta de classes” e que é entendida como uma “situação de condensação das contradições”, F&D, ver parte II, item 1: “A crise política: fascismo e Estado de exceção”, pp. 63-65 passim. Ver também Nicos Poulantzas, “*As transformações atuais...*”, op. cit., pp. 9 e 12. Este artigo, que reproduz as observações de F&D, oferece um bom resumo sintético do conceito de crise política e seu desdobramento em crise de Estado.

<sup>64</sup> “*As transformações...*”, op. cit., p. 10. Deve ser lembrado que uma crise econômica não se traduz necessariamente em crise política, nem uma crise política resulta necessariamente em uma crise econômica. Entretanto, ocorre que em circunstâncias específicas, num determinado país e numa determinada conjuntura, é possível que uma crise econômica se traduza em crise política que afete profundamente o conjunto das relações sociais. Mas a especificidade dessa crise não apenas reside na sua manifestação econômica, como também no seu desdobramento em crise política e crise do Estado. Este tipo particular de crise política é denominada *crise de hegemonia* (crise orgânica ou crise estrutural), pp. 9-12. Ver também F&D, p. 78.

<sup>65</sup> O exemplo mais patente, no caso boliviano, é Pablo Ramos, *Siete Años de Economía Boliviana*, La Paz, UMSA, 1980. Sua concepção é tributária da IIIª. Internacional no que diz respeito ao fascismo. Aqui identifica-se, pura e simplesmente, o regime de Banzer como regime fascista. Daí a tendência em relacionar fascismo, corrupção, narcotráfico e fracasso econômico (em desenvolver economicamente o país). Ver Pablo Ramos, *Radiografía de un golpe de Estado*. Cf. também LAB-IEPALA, *Narcotráfico y Política*.

A segunda crise importante do período em consideração é a crise de unificação das classes ou frações do bloco no poder, cuja expressão evidente manifesta-se na incapacidade de unificação das frações do bloco no poder, traduzida em termos de uma crise de *representação partidária* na condução da hegemonia de classe. Em outros termos, detectamos “uma ruptura da relação, simultaneamente na ordem de *representação* - no sistema estatal - e na ordem de *organização* entre as classes e frações de classe dominantes e os seus *partidos políticos*”.<sup>66</sup> Dá-se portanto a reprodução das contradições entre as classes ou frações dominantes no seio do aparelho de Estado (particularmente no Exército que funciona como partido político da burguesia); bem como a reprodução das contradições entre este aparelho e o bloco no poder, entre este e a pequena burguesia e, enfim, entre o bloco no poder e as massas populares. Tais contradições se exprimem, de forma mais direta, nas três eleições ocorridas no período, como veremos nos capítulos quarto e quinto desta dissertação. Entretanto, basta aqui mencionar algumas contradições importantes.

Frente a um bloco no poder desorganizado, em razão da crise de hegemonia e da crise de unificação burguesa, o Estado militar tentou reorganizar a hegemonia da *fração mineira* através dos partidos políticos burgueses tradicionais e do Exército (ramo de aparelho estatal dominante). Essa tentativa expressou-se nos dois métodos políticos praticados durante o período 1978-1980: a fraude eleitoral e o golpe de Estado. De um lado, o Exército já não conseguia desempenhar seu papel de partido político da burguesia, devido as suas crises internas, agravadas pela corrida presidencial dos coronéis e generais golpistas. De outro, os partidos burgueses permaneceram fragmentados e incapazes de conquistar o aparelho governamental pela via do voto direto: eles perderam eleitoralmente (nas três eleições), mesmo fazendo amplas coligações partidárias para atrair as massas populares. Assim, as frações burguesas dominantes recorreram tanto ao Exército, para aplicar um golpe salvador, quanto aos partidos burgueses para ganhar as eleições. Nesse sentido, a prática da fraude e a prática do golpe predominou no período pós-78.

---

**Militarismo y Máfia en Bolivia**, Madrid, 1982. No âmbito latino-americano, essa postura é suficientemente conhecida e amplamente criticada. Para dar um só exemplo, ver René Zavaleta, “*Notas sobre fascismo, dictadura y coyuntura de disolución*”, in *El Estado...*, op. cit., pp. 1-17. Por último, ver Nicos Poulantzas, *A Crise das Ditaduras*, op. cit., e, sobretudo, F&D.

<sup>66</sup> F&D, p. 79.

Outro indicador importante das contradições no seio do bloco no poder refere-se às lutas entre a burguesia *mineira* e a denominada “*burguesia industrial*”<sup>67</sup> em torno do “controle” do aparelho estatal. Esta última fração passou a apoiar, em determinados momentos, alguns setores da burocracia estatal e o setor *consitucionalista* do Exército, que não apenas estavam descontentes com o regime militar, mas também se haviam posicionado em contra da fração mineira. Mas o objetivo principal da fração industrial não era o de se converter em fração hegemônica, mas o de controlar o aparelho estatal e definir o conteúdo da política econômica. Vale dizer, essa fração pretendia monopolizar os recursos econômicos provenientes do Estado (empréstimos externos, projetos leoninos, empréstimos dos bancos estatais, etc.), tal como o haviam feito as outras frações burguesas. Ao mesmo tempo, essas contradições tiveram um forte impacto no aparelho estatal, principalmente no Exército. Esse foi o caso do governo Torrelío, por ocasião do lançamento do *Plano Trienal*. Tal governo sintetizou as contradições, em matéria de política econômica, entre a fração “industrial” e a CEPB (sob o controle da fração mineira). Nesse sentido, frente à descomunal crise de hegemonia e de representação partidária, a CEPB passou a ter uma função de partido político das frações politicamente dominantes da burguesia, além de passar a representar, naquela ocasião, o bloco no poder.

Finalmente, temos a crise de legitimação que se expressa na ordem da relação classes dominantes-classes dominadas. Conforme Poulantzas, dado que “a crise política se articula sempre a uma crise ideológica, que é um elemento constitutivo da crise política”, a crise ideológica se traduz, no que toca ao Estado, em crise de legitimação. Nesse sentido, “a crise política se articula notadamente a uma crise da ideologia dominante, tal como ela se materializa não apenas nos aparelhos ideológicos [...], mas igualmente no aparelho de intervenção econômica do Estado e nos seus aparelhos por excelência repressivos”.<sup>68</sup> Esta crise particular é detectada na crise do *nacionalismo revolucionário* burguês, cujas principais causas estão na própria origem do nascimento dessa ideologia materializada no partido pequeno-burguês do MNR nas décadas de 40 e 50.

---

<sup>67</sup> A definição das diferentes classes e frações dominantes é feita no próximo capítulo; ver item “*Classes dominantes, capital monopolista e imperialismo*”. Cf. o trabalho de Göran Therborn, *Como Domina la Clase Dominante?*, México, Siglo XXI, 1982, 2ª ed.

<sup>68</sup> Nicos Poulantzas, “*As transformações...*”, op. cit., p. 14.

Dito isso, nossa análise deverá abordar a confluência dessas três crises e a sua relação com a forma de Estado, de um lado, e com a forma de regime, de outro. Em *Fascismo e Ditadura*, Poulantzas tinha proposto um exame da forma de Estado de exceção dentro do tipo capitalista de Estado; a implantação de tal forma de Estado implicaria “toda uma série de transformações dos aparelhos de Estado e do sistema institucional no seu conjunto”.<sup>69</sup> Partindo dessa caracterização, recorreremos, na análise do caso boliviano, ao conceito de *Estado militar*<sup>70</sup> como uma forma de Estado específica, dentro do tipo de Estado burguês dependente que corresponde a uma crise política. Neste sentido, este Estado representa uma forma de regime de exceção específica, para o qual reservaremos o termo de *regime ditatorial-militar-de-crise*, no sentido em que igualmente corresponde a crises políticas específicas. Na Bolívia, o período pós-78 corresponde a uma conjuntura de condensação das contradições, típica de uma situação de transição de uma forma para outra de Estado burguês, diferentemente de uma situação revolucionária.<sup>71</sup>

Mais especificamente, na caracterização do Estado boliviano, preferimos utilizar o conceito de formas de regime proposto em PPCS, no que tange particularmente a uma dupla questão: à *periodização* propriamente política e à *cena política*. Tal conceito nos permite desvendar o movimento complexo da configuração, das *práticas* e do *discurso ideológico*<sup>72</sup> das classes e frações dominantes, no quadro circunscrito pela forma de Estado,

<sup>69</sup> F&D, p. 385. A partir desse critério, Poulantzas caracteriza o Estado de exceção usando as seguintes variáveis: 1) formas de intervenção do Estado, 2) modificações das relações entre o aparelho repressivo e os aparelhos ideológicos, 3) deslocamento do ramo ou do aparelho dominante, 4) modificações do sistema jurídico, 5) modificações do princípio do sufrágio e suas significações, 6) índice de burocratização e 7) centralismo e contradições internas: paralelismo das redes e das correias de transmissão, pp. 335-353. Este também parece ser o plano de pesquisa em *A Crise das Ditaduras*, op. cit.

<sup>70</sup> Sobre a utilização do termo “Estado Militar”, ver Alain Rouquié, *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo, Alfa-Omega, 1984, 476 p. Cabe esclarecer que este autor não analisa seu objeto de estudo a partir das formulações teóricas poulantzianas feitas em F&D e PPCS.

<sup>71</sup> Ver Nicos Poulantzas, *A Crise das Ditaduras*, op. cit., pp. 71-72 e 95. Ver João Roberto Martins Filho, o qual propõe uma caracterização do *regime militar-de-crise* e o exame da dinâmica das crises políticas do regime militar brasileiro pós-64 a partir de uma leitura poulantziana; *O Palácio e a Caserna...*, op. cit.

<sup>72</sup> Ao longo desta dissertação utilizaremos o termo *postura ideológica* e *postura política* para indicar o discurso e o posicionamento ideológico como variáveis da prática ideológica dos atores de classe e das forças sociais, nomeadamente das classes e frações dominantes. Tanto a prática ideológica como a ideologia dominante estão sobredeterminadas pelo papel da ideologia burguesa (dominada pela região jurídico-política). A esse respeito, devemos diferenciar dois tipos de defasagens importantes (o que não indica uma situação de “disfuncionalidade” ou patologia): 1) a de caráter geral, instaurada entre a prática ideológica, de um lado, e a prática política e a prática geral de classe, de outro e 2) a de caráter específico, instaurada entre prática política e cena política. Em relação essa última defasagem, um dos papéis importantes da ideologia burguesa - que, regra geral, dissimula e oculta a dominação de classe -, é o de intervir no funcionamento da *cena política*

através de modalidades específicas de representação política partidária, peculiares a uma determinada conjuntura. Nesse sentido, os regimes políticos referem-se à “combinação das formas de Estado e da configuração da cena política”, na medida em que “as formas de Estado fixam os limites desse espaço particular que é a cena política” e que circunscreve “o quadro geral do papel dos partidos em relação ao bloco no poder”. Por sua vez, “a cena política diz respeito às modalidades concretas da representação política partidária relativamente à ação aberta ou declarada das forças sociais”.<sup>73</sup>

Excetuando uma série de problemas<sup>74</sup> que suscita a postura teórica de Poulantzas, preferimos operar com o critério da combinação das formas de Estado e das formas de regime na *periodização* do político e da *cena política*. Porém, não sustentamos que a imbricação entre representação partidária burguesa e vida política seja um elemento necessários do conceito de Estado burguês.<sup>75</sup>

---

(lugar da representação política do Estado capitalista, aparecendo o Parlamento como “representante” da vontade popular, etc.). Conforme Poulantzas, “a ideologia intervém aqui no funcionamento do Estado, a fim de cobrir os *atores* de classe com um *traje* de representação graças ao qual se poderão inserir nas instituições do Estado-popular-de-classe, e sob a *capa* do qual poderão ocultar os inevitáveis *desvios* [defasagens], no quadro do Estado capitalista, entre a representação destes atores e as classes que eles representam”, PPCS, p. 211 (ver também pp. 244-245). Os termos posicionamento, posição, postura, máscara (na cena política) os encontramos em Karl Marx, “*O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*”, in Karl Marx & Friedrich Engels, **Obras Escolhidas**, São Paulo, Alfa-Omega, s/d.; ver pp. 203, 221.

<sup>73</sup> PPCS, pp. 314-315.

<sup>74</sup> Tais problemas são a: 1) incorporação da caracterização dos regimes políticos feita por Maurice Duverguer, 2) direta ou necessária vinculação entre representação partidária burguesa e vida política embutido no conceito de *cena política* e 3) o problema do critério da predominância do executivo ou do legislativo para distinguir as formas de Estado e formas de legitimidade (PPCS, pp. 3-5-318). Em relação ao último ponto, Décio Saes já tinha criticado a incoerência da classificação das formas de Estado com base no critério da *dominância*, além da difícil operacionalização do conceito de democracia ou de regime democrático proposto por Poulantzas (os regimes presidencialistas tendem a ser classificados como regimes ditatoriais). Ver a classificação das formas de Estado burguês a partir do critério das duas variantes de formas de representação popular (a política e a burocrática) proposto por Saes, in “*O Conceito...*”, op. cit.; ver o item “A Representação Popular”, pp. 47-49. Sobre o segundo ponto, ver João Roberto Martins Filho (que prefere utilizar o termo *dinâmica política* em vez de *cena política*), **O Palácio...**, op. cit. p. 20. Mais uma observação: o problema do conceito de *conjuntura* utilizado por Poulantzas; ver o artigo de José Luís Fiori, “*A análise política do tempo conjuntural*”, Dados, Vol., 34, N° 3, 1991, pp. 379-414. Contudo, ainda utilizamos o termo *conjuntura*, por não encontrarmos outro, o qual indica o “momento político atual”, “condensação das relações de força”, que conota relações ou articulações complexas de um determinado momento político. Ver Hélio Gallardo, **Fundamentos de Formación Política. Análisis de Coyuntura**, San José, DEI, 1988.

<sup>75</sup> Quanto ao conceito de *regime político*, preferimos utilizar o de Décio Saes: o regime político corresponderia ao âmbito específico da implementação da política de Estado, resultando da ação política do corpo de funcionários e das classes ou frações dominantes do bloco no poder. Ver **Democracia**, São Paulo, Ática, 1987, p. 22. Para Saes, o conceito de regime entendido como a configuração da cena política não é só constitutivo do conceito de Estado capitalista, conforme tende a interpretar Poulantzas, mas um conceito complementar ao de Estado em geral.

Contudo, nossa análise não fará um exame da dinâmica das crises políticas do regime militar nem da problemática específica da transição. Ela focalizará sobretudo o caráter das contradições inscritas na luta de classes e sua repercussão, de um lado, na relação entre as classes ou frações dominantes no seio do bloco no poder, na relação deste com o aparelho de Estado e com o aparelho dominante (o Exército), e de outro, na relação entre o bloco no poder e as classes apoios e entre o bloco e as classes populares. A dinâmica das crises dos regimes militares será abordada, assim, de uma forma indireta, na medida em que contribuir para a explicitação das contradições apontadas. Essa observação nos leva ao último ponto deste capítulo: a colocação de nossa hipótese geral.

#### **1.4 Uma Hipótese Alternativa**

O fato de que a Bolívia seja um país atrasado (em relação aos países sul-americanos) não indica que seu Estado não apresente as principais características do Estado burguês. Em outros termos, apesar do atraso, o Estado boliviano da década de 70 funcionou como um Estado burguês dependente no que se refere, entre outras coisas, à sua unidade de poder institucional particular, à autonomia relativa e ao processamento de diversas formas de legitimidade burguesa.

Essa observação deve levar-nos a definir a forma específica de funcionamento e estruturação que adotou o Estado boliviano sob os regimes militares sem cair em uma concepção instrumentalista (e outras semelhantes), tencista-economicista (que dá demasiado ênfase no “atraso”) do Estado. Como se processou o funcionamento do Estado burguês dependente? Qual teria sido a forma assumida pela unidade do poder político institucionalizado do Estado e pela autonomia relativa sob o regime militar-de-crise? Enfim, quais teriam sido as principais contradições do Estado? Estas e outras questões deverão ser abordadas ao longo do trabalho tomando em conta o primado dos fatores internos.

Entretanto, coloquemos desde já a nossa hipótese geral: o Estado instaurado em 1952 modernizou-se paulatinamente e colocou à disposição das classes ou frações dominantes uma estrutura institucional de poder mais efetivo do que o chamado “Estado

oligárquico-liberal”. Pelo menos quatro fatores contribuíram decididamente para esse fato. O primeiro está relacionado com a revolução nacionalista de natureza democrático-burguesa, mais conhecida como Revolução Nacional de 1952. Dissemos revolução de natureza *democrático-burguesa*, porque ela teve como força motora a massa popular liderada pelo proletariado mineiro e urbano e como força dirigente<sup>76</sup> a pequena burguesia representada pelo MNR. A direção pequena-burguesa imprimiu um caráter conservador ao processo revolucionário que acabou sepultando as expectativas de reformas radicais por parte das massas proletárias e camponesas e obstruindo um significativo desenvolvimento econômico de tipo endógeno, para tirar o país de seu endêmico atraso.

A pequena burguesia acabou-se submetendo politicamente à burguesia compradora, mas em compensação converteu-se em fração detentora do aparelho de Estado; e aos poucos, contribuiu para expandir, de forma espetacular, a burocracia estatal, tornando-se assim uma nova fração burguesa (“burguesia de Estado”). O novo Estado boliviano, enquanto Estado nacional, experimentou uma expansão razoável, só comparável à do período liberal do início do século (1899-1920). Por outro lado, a presença das massas populares no seio do aparelho de Estado foi significativa: houve nesse momento uma abertura (traço característico do Estado burguês) muito mais acentuada dos aparelhos estatais para as classes procedentes das massas populares (proletariado urbano, campesinato, pequena burguesia) do que no Estado boliviano anterior. Inclusive, certos aparelhos e ramos de aparelho chegaram a ser “controlados” por setores do proletariado e das massas populares nas primeiras fases da revolução. Vejamos alguns exemplos: o aparelho repressivo em mãos das milícias proletárias; o aparelho sindical nas mãos da COB, que foi criada logo após a Revolução de Abril; certos ministérios ocupados por líderes das massas; a abertura formal do Exército às massas populares, principalmente às classes procedentes do campesinato. Contudo, a abertura do Estado e a sua relativa modernização não significaram uma mudança substantiva no controle e na direção de classe do aparelho estatal. Isto nos leva ao segundo fator da modernização do Estado boliviano.

---

<sup>76</sup> Sobre os conceitos de força motora (principal) e força dirigente, ver Mao-Tsé-Tung, “*Problèmes stratégiques de la guerre révolutionnaire en Chine*”, in *Six Écrits Militaires de Mao-Tsé-Tung*, Pequim, Éditions en Langues Étrangères, 1976, citado em Décio Saes, *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 51.

Nos governos do MNR (1952-1964), houve uma grande expansão da burocracia estatal. As reivindicações das massas, logo após a revolução, passaram a ser centralizadas e intermediadas pelo MNR - este funcionou como partido único -, e pela burocracia do Estado. Configurou-se assim uma espécie de ditadura da burocracia (é o que Zavaleta chama de "fase semi-bonapartista" do Estado de 1952). Os altos escalões (executivo, administração do Estado e das empresas nacionalizadas, judiciário, Alto Comando do Exército) foram "controlados" pela pequena burguesia dirigente. Esta, afinal, fez uma aliança com a grande burguesia compradora subordinada ao capital monopolista norte-americano. Isto pode ser constatado na direção conferida à política de Estado no governo Siles Suazo (1956-1960). Daremos alguns exemplos do caráter dessa direção política mais à frente, quando abordarmos a política econômica desse governo.

O terceiro fator de modernização do Estado boliviano refere-se à reorganização do aparelho militar. Uma vez desarmadas as milícias populares que desagregaram o Exército oligárquico, o novo Estado investiu, com o decidido apoio dos EUA, na reorganização e modernização das Forças Armadas. O apoio econômico norte-americano aos governos do MNR foi um dos mais altos da América Latina na década de 50 e na primeira metade da década de 60; sendo, por conseguinte, também elevada a ajuda ao setor militar.<sup>77</sup>

O último fator da modernização do Estado boliviano está relacionado com as políticas econômicas desenvolvimentistas adotadas pelos governos do MNR. O Estado passou a ter um papel fundamental na economia, ora intervindo a favor da burguesia de Estado (na pujança da criação de uma "burguesia nacional"), ora intervindo a favor da burguesia compradora e do grande capital norte-americano. Este capital (interessado no

---

<sup>77</sup> Ver James Malloy, **Bolivia: La Revolución...**, op. cit., pp. 367, 385. Segundo os dados que utiliza Malloy, a ajuda norte-americana a Bolívia no item do programa USAID entre 1952-1966 foram da ordem de 313 milhões de dólares; no programa *Social Progress Trust Fund* foram de 14 milhões entre 1952-1965; *Food For Peace*, 69,1 milhões; empréstimos de importação-exportação por 39, 4 milhões e o Corpo de Paz, 16,9 milhões (ver nota 8, capítulo 13). O orçamento nacional destinado ao Exército aumentou consideravelmente de 1957 a 1963, chegando a 12,4%. Na véspera da revolução caiu de 23% a 6,7%, permanecendo nessa percentagem até 1957. A ajuda norte-americana destinada ao Exército entre 1961 e 1965 chegou a 10,1 milhões de dólares, ajuda que foi fornecida através da USAID (ver nota 27, do capítulo 13). Segundo James Wilkie, a ajuda militar dos EUA entre 1958 e 1966 foi da ordem de 12,9 milhões de dólares; ver **The Bolivian Revolution and U.S. Aid since 1952**, Los Angeles, University of California, 1969. Ver *Appendix A*, p. 48. Estos são dados referentes à ajuda formal, sem contar com os alimentos doados (principalmente trigo) da famosa *Lei PL-480* e os materiais bélicos (aviões, tanques, vestuário militar etc.) doados ao Exército. Sobre a ajuda do EUA ao Exército e a importância de sua reorganização, do ponto de vista dos militares bolivianos,

setor da grande mineração e no do petróleo) conseguiu impor, primeiramente, o *Código do Petróleo* (Código Davenport), depois o *Plano Triangular* (no governo Paz Estenssoro, 1952-1956) e, finalmente, o *Plano Eder*, aplicado no governo Siles Suazo, cujas diretrizes econômicas foram ditadas pelo FMI sob a orientação dos EUA.<sup>78</sup> O Plano Triangular sustentava a reabilitação da maior empresa estatizada do país, a COMIBOL, através de empréstimos internacionais, e para tanto, previa um estudo da situação da empresa de mineração a ser realizado por uma comissão técnica composta por representantes dos EUA, do BID e da Alemanha Federal. Em uma palavra, o Plano tirava o poder e influência da COB (hegemonizado pelo POR e a esquerda do MNR) sobre o governo e sobre a COMIBOL e possibilitava ampla margem de recuperação da posição perdida pelo capital monopolista estrangeiro no setor chave da economia boliviana.

Já o Plano de estabilização econômica (denominado *Plan Decenal de Desarrollo Económico y Social*, mais conhecido como Plano Eder porque foi elaborado pelo norte-americano Jackson Eder,<sup>79</sup> funcionário do FMI) do governo Siles Suazo tinha uma conotação muito mais profunda. O país atravessava uma certa paralisia econômica e uma inflação galopante, resultante de um duplo efeito: de um lado, de vários fatores diretamente relacionados aos processos revolucionários (a significativa queda da produção e da produtividade na mineração, a relativa expansão do mercado interno como efeito da reforma agrária, o aumento do déficit fiscal, etc.); e, de outro, da acumulação da dívida externa, junto com os pesados juros e serviços monetários que o país devia pagar desde a década de 20, situação em que o governo norte-americano e as instituições financeiras internacionais aproveitaram para pressionar o governo boliviano a renegociar a dívida em

---

ver Gral. Gary Prado, *Poder y Fuerzas Armadas 1949-1982*, La Paz, Los Amigos del Libro, 1987; e Gral. David Padilla, *Decisiones y Recuerdos de un General*, La Paz, Urquiza, 1982.

<sup>78</sup> Cf. René Zavaleta, "*La Revolución Democrática...*", op. cit. e *50 Años de Historia*, op. cit.; Sérgio Almaraz, *Requiem para uma República*, La Paz, Los Amigos del Libro, 1988. Este livro retrata muito bem o fracasso da revolução burguesa dirigida pelo MNR, o caráter da burguesia e a presença espoliadora do imperialismo norte-americano. O Código do Petróleo (que concede o monopólio da exploração e comercialização do produto às firmas norte-americanas), promulgada em 1955, foi praticamente a primeira lei pós-revolucionária formulada por americanos, sem participação dos trabalhadores e decretada sem modificações pelo governo. Ver Laurence Whitehead, *The United States and Bolivia. A Case of Neocolonialism*, Oxford, Haslemer Group, Publications, 1969, p. 11.

<sup>79</sup> Jackson Eder escreveu um livro baseado no relatório sobre a economia boliviana do período: *Inflation and Development in Latin America. A Case History of Inflation and Stabilization in Bolivia*, em Laurence Whitehead, *The United States and Bolivia...*, op. cit. p. 9. Seria interessante fazer uma análise comparativa

troca de maciças reformas econômicas e políticas. Neste contexto, o governo justificava que se deveria dar uma solução imediata à inflação. Mas tal solução caiu sobre as costas da classe trabalhadora, principalmente do proletariado mineiro, significando o maior golpe para a massa popular e para a revolução nacional.

O Plano basicamente desvalorizou a moeda, congelou os salários, além de retirar parte da subvenção estatal (*pulperia minera*) dos produtos de maior consumo da classe trabalhadora conquistada depois de 1952; reforçava a nova lei do petróleo e, finalmente, obrigava o governo boliviano a comercializar seus produtos (importação e exportação) só com os EUA.<sup>80</sup>

No segundo governo Paz Estenssoro (1960-1964), o aparelho militar já estava suficientemente maduro para o golpe (designado como a “Restauração da Revolução”) de Barrientos,<sup>81</sup> em 1964. A burocracia do Estado caminhou para esse desenlace devido a três razões: 1) a significativa expansão do aparelho militar, 2) o perigo duma nova dissolução do Exército cuja derrota em 1952 frente as massas havia ficado como uma lembrança negativa na instituição castrense e 3) a direta participação do Pentágono norte-americano (através do coronel da Força Aérea desse país, Edward Fox). Não foi por acaso a enorme ajuda dada pelos EUA - a qual era também do interesse das classes ou frações dominantes - ao Exército boliviano, pois o interesse do capital norte-americano no país era evidente.

Depois de um período de crise acentuada do regime militar (1969-1971), no qual o movimento popular aproveitou a abertura dos regimes militares reformistas (principalmente Torres) para implantar a Assembléia Popular,<sup>82</sup> ressurgiu novamente, e com maior força, o movimento conservador e de direita iniciado em 1964. O que não quer dizer que só a partir do golpe de 64 o movimento contra-revolucionário tornou força. No meio das contradições

---

entre os trabalhos de Eder e os de Jeffrey Sachs (op. cit.). Sachs trabalhou na equipe econômica do governo Estenssoro (1985-1988) que aplicou a NPE e acabou com hiperinflação (que chegou a 25.000% em 1985).

<sup>80</sup> Ver Guillermo Lora, “*La Revolución Boliviana*”, op. cit.; sobre o Plano Triangular, pp. 186-196, passim; “*El Plan Decenal, Descomunal Impostura e Instrumento del Imperialismo. Estabilización Monetária*”, in **Obras Completas**, La Paz, Masas, 1996, Tomo XIV, pp. 281-300.

<sup>81</sup> Cf. René Zavaleta. *La Caída del MNR y la Conjunción de Noviembre*, La Paz, Los Amigos del Libro, 1995.

<sup>82</sup> Sobre a Assembléia Popular, ver René Zavaleta, *El Poder Dual*, op. cit. Guillermo Lora, *Estudios Histórico-Políticos sobre Bolivia*, La Paz, *El Amauta*, 1978, ver a parte sobre “*Bolivia: de la Asamblea Popular ao golpe fascista*”, pp. 167-330; Jorge Gallardo Lozada, *De Torres a Banzer*, La Paz, Editorial G. H., 1991. Ver a réplica de Isaac Sandoval ao trabalho de Gallardo Lozada, *Culminación y Ruptura del Modelo Nacional-Revolucionario. Torres en el escenario político boliviano*, La Paz, Urquiza, 1979.

do processo político iniciado em 1952, os governos do MNR contribuíram a alimentar as posturas conservadoras e de direita.

Nesse sentido, a instauração do regime de Banzer através do golpe de 1971 não foi outra coisa senão a continuação da revolução burguesa dirigida pelo MNR, na medida em que o Estado organizou politicamente as classes ou frações dominantes no momento em que atravessavam uma crise de hegemonia e de acumulação. A partir de 1971 e, sobretudo, de 1974 ocorreu uma nova expansão da burocracia estatal, principalmente do aparelho militar, dando lugar àquilo que denominamos *Estado militar*. A primeira versão desse Estado aparecera, a rigor, depois de 1964, nos regimes de Barrientos e Ovando. É essa situação que Zavaleta caracteriza como a de um “Estado mais modernizado” e, ao mesmo tempo, “mais deslegitimado”: o regime banzerista.<sup>83</sup>

Podemos agora retomar a nossa hipótese. Os processos políticos de 1978-1982, longe de manifestar uma *queda gradativa* do Estado de 1952, manifestaram uma situação em que esse Estado atravessava o seu maior período crítico, depois de 1952 e 1971, mas soube se readaptar e se reorganizar frente a suas principais crises. Na verdade, o seu funcionamento a partir de então não alterou profundamente a dominação de classe. O período expressa uma condensação de contradições e crises, de um lado, nos níveis do bloco no poder, do aparelho de Estado e das classes dominadas, e de outro, na relação complexa entre eles. A esse respeito, detectamos uma condensação de três crises principais: 1) a crise de hegemonia no duplo sentido (no interior do bloco no poder, e da fração hegemônica frente ao conjunto da sociedade), 2) a crise de organização e de representação partidária das classes e frações dominantes e 3) a crise de legitimidade (articulada à crise da ideologia burguesa e patenteada na crise do *nacionalismo revolucionário*).

O exame político do período detectou, primeiramente, que as contradições e crises têm um impacto no conjunto da sociedade; mas não se convertem necessariamente em crise global, cujo perigo é justamente a diluição da especificidade das crises e das contradições. Estas têm um conteúdo particular: estão diretamente relacionadas com a própria formação

---

<sup>83</sup> René Zavaleta, “*Bolivia: la fuerza de la masa*”, op. cit., p. 90. Existe um trabalho que tenta analisar o papel do Estado de Segurança Nacional a partir de certos conceitos poulantzianos mas carece de um rigor conceitual e analítico. A tese defendida é que em 1971 surgiu um novo Estado, mais forte e mais consistente, o qual sepultou o Estado Nacionalista Revolucionário criado em 1952. Ver Isaac Sandoval, *El Proyecto Político Militar - 1971-1982. El Estado de la Seguridad Nacional en Bolivia*, Santa Cruz, Universitária, 1988.

desse Estado. Mas elas também têm um conteúdo específico, porque estão relacionadas com a configuração dos regimes militares do período e se manifestam através da deflagração de golpes e contragolpes de Estado. Essa forma específica da dinâmica das contradições e crises é com muita frequência vista como deformação (patologia), como expressão da “cultura política” boliviana ou como algo constitutivo de um “Estado atrasado”, o que é um erro teórico.

Por outro lado, nossa hipótese é contrária à tese da queda do Estado de 1952. Não podemos confundir a queda do regime militar, e portanto, do Estado militar com a queda do Estado burguês dependente de 1952. A queda do regime militar deveu-se à condensação de um conjunto de fatores oriundas de contradições e crises específicas do Estado militar, agravadas pelas contradições induzidas pelo capital monopolista norte-americano (imperialismo). Tais contradições agiram no seio da formação social boliviana, situada num dos elos mais fracos da cadeia imperialista na região sul-americana. Assim, o fator determinante da queda do regime ditatorial-militar foi a luta das massa populares e o fator direto ou principal foram as próprias contradições internas do Estado militarista.<sup>84</sup> Esta observação metodológica afasta a tese da corrente da teoria da modernização (uma versão da corrente institucionalista), que detecta o fator principal e o fator determinante dessa queda na luta pela democracia e na paulatina modernização do Estado; processo de luta democrática que teria sido dirigida por elites iluminadas e democratizantes, num contexto de alta expectativa e participação popular.

Enfim, houve uma mudança na correlação de forças das principais classes ou frações de classe dominantes no seio do bloco no poder resultando numa nova forma de Estado e forma de regime. É que a partir de 1982, o novo Estado democrático-parlamentar permitirá a circulação da hegemonia das *velhas* classes dominantes (representadas pelo MNR-Estenssoro, ADN-Banzer e o MIR-Zamora), resultando numa reorganização dos aparelhos do Estado mas passando a ter um papel decisivo o Direito e a Constituição.<sup>85</sup>

No caso das reformas do sistema político e do Estado feitas a partir de 1985 - do que a corrente político-institucionalista parece aplaudir - , evidencia-se uma patente hegemonia

---

<sup>84</sup> Cf. Nicos Poulantzas, *As Crises das Ditaduras - Portugal, Grécia, Espanha*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 62.

<sup>85</sup> Cf. Idem, *ibidem*, p. 172.

da burguesia compradora (ligada ao capital monopolista estrangeiro) representada pela CEPB, detentora indiscutível do controle do aparelho estatal. Esta fração burguesa só conseguiu impor a NPE e fazer as reformas neoliberais esfacelando e reprimindo o movimento operário com a ajuda dos aparelhos repressivo e militar. Portanto, essa nova forma de Estado configurou-se num novo autoritarismo de tipo civil.<sup>86</sup>

Em suma, mesmo que a Revolução de 52 tinha sido feita contra a burguesia e que tal processo tenha desaguado na reorganização das antigas classes dominantes e, por conseguinte, na reorganização do seu Estado (o “paradoxo senhorial” de Zavaleta), o Estado boliviano da década de 70 estava capacitado para intervir, de forma decisiva, na organização econômica e política, apesar de suas contradições e crises internas. O que nos leva ao segundo capítulo, no qual reconstituiremos parte do contexto político, o papel dos principais atores e a identificação das maiores contradições e crises do Estado.

---

<sup>86</sup> Sobre o autoritarismo de tipo civil, presidencialismo autoritário e a ascensão de um populismo neoliberal na América Latina, ver Décio Saes, “*A emergência do populismo no Brasil e na América Latina*”, in Evelina Dagnino (org.), **Anos 90. Política e Sociedade no Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1994; e Décio Saes, “*O governo de FHC e o campo político conservador*”, em **Princípios**, N° 40, fevereiro/março, 1996, São Paulo.

## CAPÍTULO DOIS

### O CONTEXTO GERAL E OS ATORES POLÍTICOS EM CENA

O objetivo deste capítulo é reconstruir parte do contexto geral e do drama político do período em foco (1978-1982). Faremos o esforço de identificar o lugar e a postura política dos principais atores, bem como as principais contradições que intervieram no processo político. Primeiramente avaliaremos os principais elementos da crise econômica, logo examinaremos o caráter das classes dominantes e as suas maiores contradições, para depois considerar alguns elementos centrais da configuração do aparelho de Estado e as suas principais contradições; e, finalmente, fechar o capítulo avaliando a natureza da participação política das classes dominadas, bem como as suas principais contradições frente ao aparelho de Estado e às classes dominantes.

Para começar, desde já devemos lembrar a análise feita no primeiro capítulo, onde afastamos uma interpretação culturalista da instabilidade política característica da Bolívia (também Lora tem criticado esta postura acertadamente). Mas devemos também evitar outro extremo: a tendência de interpretar esse fenômeno em termos economicistas (o “atraso” econômico como fator fundamental). Esta tendência parece ter influenciado Zavaleta e, até, em parte, o próprio Lora.<sup>1</sup>

#### 2.1 A Crise Econômica

A queda do regime de Banzer em julho de 1978 não abalou, no fundamental, a forma de Estado implantada em 1971 e reorganizada em 1974. Entretanto, as classes e frações de classes integrantes do bloco no poder haviam entrado em franca fragmentação, em razão da crescente perda de hegemonia da burguesia mineira no seio do bloco no poder e no conjunto da sociedade, e que traduziu-se na perda do controle e direção do aparelho de Estado com o afastamento de Banzer. Em uma palavra, detectamos uma conjunção entre crise de hegemonia e crise de organização e representação das classes e frações dominantes

---

<sup>1</sup> Ver Guillermo Lora, *Causas de la Inestabilidad Política...*, op. cit.; *Inviabilidad de la Democracia*, op. cit. Sobre Zavaleta, remetemos ao capítulo um, em especial sua concepção de “Estado atrasado”.

como efeito de um conjunto de contradições internas ao bloco no poder, de um lado, e entre este e o aparelho de Estado, principalmente o aparelho militar, de outro. Este é o primeiro ponto a ser retido.

O segundo ponto importante é a acentuação, cada vez maior, da crise econômica que aparece articulada às crises anteriormente apontadas. Não obstante, a crise econômica não foi determinante para a o colapso dos regimes militares (o de Banzer e os pós banzeristas) nem para uma fase decisiva da “queda” do Estado de 1952 (reiteramos, este não estava em processo de “queda”). Contribuiu notavelmente, isto sim, para a condensação das crises e contradições do Estado militar, na sua relação com o bloco no poder e com as classes dominadas. Lembremos que a crise econômica foi um dos fatores determinantes do afastamento de Siles Suazo da presidência em 1985. Esta observação é importante porque nos alerta para duas interpretações que a nosso ver são problemáticas e inexatas: 1) uma postura economicista, determinista (herdeira da III<sup>a</sup>. Internacional) que associou a crise do capitalismo com um processo de fascistização na década de 70, 2) uma postura que coloca demasiada ênfase na crise das instituições e do modelo econômico do Estado intervencionista e autoritário (herdeira da ciência política institucionalista norte-americana). Embora a crise do capitalismo seja um fator importante e que tem seu desdobramento na crise do modelo de Estado keynesiano, não é possível reduzir a complexidade das crises do capitalismo na sua fase monopolista a um determinismo econômico (ponto sobre o qual as duas interpretações tendem a concordar, em última análise).

Dito isso, cabe agora apresentar alguns dados importantes da crise econômica. A partir de 1976, o PIB começa sua vertiginosa queda até apresentar índices negativos dramáticos: de 6,8% em 1976 vai despencando para 2,0% em 1979 e para 0,8% em 1980, ficando em -9,2% em 1982. Em relação ao PIB por setor, só a agricultura manteve um índice positivo (2,7% em 1978, 2,0% 1979 e 1,7% em 1980), o que indica que a Bolívia mantém seu *status* de país predominantemente agrícola e camponês. Os outros setores (mineração, indústria manufatureira, construção) mantiveram índices descendentes e negativos. Os acentuados índices negativos no setor da mineração de 1974 até 1980 só se

explicam pelos elevados preços do estanho (e do petróleo) no mercado mundial<sup>2</sup> e pelo declínio, a partir desse último ano, da produção e de consumo mundial de estanho.<sup>3</sup>

Quanto aos investimentos estrangeiros, estes foram fraquíssimos. No regime de Banzer (1971-1978) os investimentos gerais alcançaram a parca soma de 516,4 milhões de dólares, segundo o Instituto Nacional de Investimento (INI), cujo origem remonta à nova Lei de Investimentos depois do golpe de 71.<sup>4</sup> Desse total, os investimentos estrangeiros representaram apenas um 57%, o que equívale a 294,8 milhões de dólares. Agora, dessa quantidade, só 46,7 milhões aparecem como investimento estrangeiro direto (ações) e 149

<sup>2</sup> Ver dados da CEPAL em Horst Grebe, "*El excedente sin acumulación. La génesis de la crisis económica actual*", in René Zavaleta (org.), **Bolivia Hoy**, op. cit., p. 107; René Antonio Mayorga, "*La democracia entre la fragmentación...*", op. cit., p. 23; **Estadísticas Económicas de Bolivia**, La Paz, UDAPE, 1990; INE 1980 e 1985.

<sup>3</sup> Embora a crise do padrão de acumulação baseado na chamada "economia mineiro-estatal" apresente sinais de esgotamento a partir de 1978-1980, crise que expressaria algo mais que uma fase recessiva conjuntural - conforme sustentam alguns autores - , ela não foi determinante para a queda do regime militar no período em questão. Sobre a crise desse padrão de acumulação ver: Horst Grebe, "*El excedente sin acumulación...*", op. cit.; Carlos Toranzo, "*Banzerato: Nuevo Modelo de Acumulación?*", in **Bolivia: Reprodução de Capital y Política**, Santa Cruz, Universitária, 1988 e Eliana Castedo Franco, "*El desarrollo de la sociedad boliviana entre 1980 y 1990*", in Eliana Castedo Franco & H.C.F. Mansilla, **Economía Informal y Desarrollo Socio-Político en Bolivia**, La Paz, CEBEM, 1993. Neste capítulo não entraremos na análise da crise desse "padrão de acumulação" defendido por esses autores; simplesmente colocaremos algumas observações de caráter geral referente ao problema da crise econômica e da crise de acumulação. No terceiro e quarto capítulos deste trabalho fazemos algumas colocações sobre a última crise. No entanto, basta colocar aqui, de forma sintética, o problema da crise desse padrão de acumulação: tal padrão ter-se-ia instaurado desde o surgimento do Estado de 1952 (capitalismo de Estado que funcionou na base minas nacionalizadas), cujos excedentes, ao longo das décadas de 60 e 70, foram consumidos ou dilapidados de forma irracional pelas classes dominantes, o que teria impossibilitado a reprodução ampliada do capital. As causas desse modelo de acumulação - caracterizado como irracional - , estariam na irresponsabilidade da burguesia boliviana e na "classe política" que dirigiu o Estado, modelo esse que entrou em colapso no período 1978-1980, coincidindo com as crises de produção e de consumo mundial do estanho. A partir desse ano teria surgido um novo modelo de acumulação (propiciado por uma espécie de diversificação da economia) baseado na produção de produtos não-tradicionais para exportação (basicamente a agro-indústria) e, sobretudo, na economia da coca-cocaína. Um dos problemas sérios dessa interpretação é que tende a ocultar o poderio econômico e político da grande burguesia mineira durante o período pós-82 e pós-85. Para dar um só exemplo, ver Rolando Jordán Pozo, "*Colapso de la minería tradicional y el surgimiento de la nueva minería*", in Mário Miranda Pacheco, **Bolivia en la Hora de su Modernización**, op. cit., pp. 63-79. Para Villegas e Aguirre, que preferem utilizar a teoria dos ciclos de longo prazo na economia capitalista, haveria que especificar qual seria o período que abarca esse "padrão de acumulação", os seus aspectos que teriam entrado em crise, bem como o tipo de tendência que configuraria a "nova estrutura econômica a médio e longo prazos". Cf. Carlos Villegas Quiroga & Alvaro Aguirre Badani, **Excedente y acumulación en Bolivia: 1980-1987**, La Paz, CEDLA, 1989, p. 13; ver especialmente o capítulo I: "*Evolución reciente y crisis de la economía boliviana*", pp. 13-27.

<sup>4</sup> A maior parte do capital foi destinado ao setor da agro-indústria (157 milhões). Dizemos *setor*: e não que todo o investimento foi absorvido pela burguesia agro-industrial de Santa Cruz. O setor têxtil aparece em segundo lugar e, em terceiro, o de manufaturas de minerais não metálicos. O setor da mineração figura apenas com 37 milhões, sendo menor que o de serviços (hotelaria e turismo) que alcançou a soma de 50 milhões.

milhões como crédito dos bancos estrangeiros. O resto foi coberto pelas próprias firmas e pelos bancos nacionais. Não obstante, a fuga de capitais durante a década de 70, segundo um informe das Nações Unidas, chegou a 340,4 milhões de dólares, superior aos investimentos estrangeiros gerais no país.<sup>5</sup> Segundo Ramos, o investimento estrangeiro privado direto alcançou a parca soma de 81 milhões de dólares. Em compensação, as transferências de capitais ao exterior por retribuição aos investimentos foi de 384,4 milhões de dólares para o mesmo período, quase cinco vezes o capital investido. Mais um detalhe importante: as doações ao governo central chegaram a 85 milhões de dólares, superior aos investimentos.<sup>6</sup>

Nesse contexto, a alta centralização do capital monopolista no setor financeiro e bancário na Bolívia - cuja natureza é altamente especulativa - não apresenta nenhuma novidade em relação aos demais países atrasados. Em 1978, existiam 23 bancos privados e quatro bancos estatais associados a ASOBAN, além de uma centena de agências bancárias, num país cuja percentagem de pessoas ligadas ao sistema bancário é baixíssima. Já dissemos que a maior parte do capital do setor da mineração (sendo as principais firmas: GRACE, EMUSA, COMSUR, PABON, ESTALSA e SOMCO) está presente no sistema financeiro e bancário através de grupos ou *holdings* com uma ramificação complexa, ancorada no capital financeiro de procedência norte-americana. O *First National City Bank*, *Bank of America* e o Banco de Boston não apenas são as maiores entidades financeiras do Estado boliviano como participam com ações maciças em várias firmas e bancos nacionais (GRACE, COMSUR e EMUSA, entre outros). Basta ver os casos do Banco Hipotecário Nacional, Banco Industrial e Banco de Investimento Boliviano (BIBSA), Banco Boliviano Americano, Banco Mercantil, cuja teia de relações expressa a natureza do sistema financeiro e bancário boliviano.<sup>7</sup>

---

Dados do Ministério de Indústria e Comércio e o INI, 1978, em J. M. de la Cueva, **Bolívia: Imperialismo y Oligarquía**, La Paz, Roalva, 1983, pp. 68-69.

<sup>5</sup> Ver Idem, *ibidem*, p. 86.

<sup>6</sup> Pablo Ramos, **Siete Años de Economía...**, op. cit., pp. 124-132.

<sup>7</sup> Ver J. M. de la Cueva, **Bolívia: Imperialismo...**, op. cit., principalmente capítulo VI, "*Minería: fuente de acumulación y capital imperialista*" e capítulo VII, "*Dependencia financiera. El Sistema financiero-bancario*". Sobre a história e caráter altamente especulativo e espoliador do investimento norte-americano na Bolívia, ver Margarita Alexander Marsh. **Nuestros Banqueros en Bolivia**, La Paz, Juventud, 1980.

O que aqui deve ser retido é o grau de espoliação a que foi submetido o país por parte do capital estrangeiro, induzindo-o não a uma industrialização dependente - a qual já foi descartada na década de 50 - mas a um processo brutal de endividamento externo que funcionou através da transferência ou reexportação dos capitais aos países centrais.<sup>8</sup> Este processo não poderia ser feito sem o papel crucial que jogou (e ainda joga) o Estado nacional por meio da burguesia compradora (representante e intermediária direta do capital estrangeiro) e as próprias firmas e instituições financeiras estrangeiras presentes no país.

Quanto à dívida externa, a Bolívia tampouco apresenta rasgos diferentes frente aos demais países da América Latina em relação ao endividamento externo. No entanto, a sua dívida externa só tem um caráter específico no que diz respeito ao grau de espoliação imposto pelo capital monopolista estrangeiro ao país. O descomunal crescimento da dívida, que de 481,7 milhões de dólares em 1970 passou para 2,7 bilhões em 1982 (permanecendo em 3,1 e 3,2 bilhões entre 1983 e 1985), só se explica pela materialização das políticas de Estado traduzidas na transferência desses capitais aos países centrais, ficando apenas uma pequena parte com os setores da burguesia compradora no regime de Banzer e nos regimes pós-banzeristas (1978-1982). A dívida pulou de 1,7 bilhão de dólares em 1977 a 2,4 bilhões em 1981. O pagamento de juros e serviços da dívida representava 43% do valor total das exportações em 1982.<sup>9</sup>

A balança comercial também apresenta índices negativos em razão do aumento das importações a partir de 1975. O teto das exportações chegou em 1980 a 1 bilhão de dólares, caindo para 897,0 milhões em 1982. Em 1979 as importações foram de 1,2 bilhões, enquanto que as exportações chegaram apenas a 871 milhões. Quanto ao saldo total da balança de pagamentos, na década de 70 praticamente o país manteve um déficit permanente, segundo os dados da CEPAL (1978: -406; 1979: -506 e 1980: -166 milhões de dólares).<sup>10</sup>

<sup>8</sup> Ver o Informe da CEPAL, *Los Bancos Transnacionales, El Estado y el Endeudamiento Externo en Bolivia*, Santiago de Chile, 1983.

<sup>9</sup> Sobre a dívida externa, ver os dados do BM (1986-1987) em Juan Antonio Morales & Jeffrey Sachs, "*Bolivia's Economic Crisis*", 1989, op. cit., p. 66. Ver também BCB 1979 e 1982; Oscar Ugarteche, *El Estado Deudor*, Lima, IEP, 1986, p. 134; e CEPAL, *Los Bancos...*, op. cit., p. 13.

<sup>10</sup> Ver Horst Grebe, "*El excedente sin acumulación...*", op. cit., p. 118. Os dados do BCB (1981) registram um quase equilíbrio entre 1977 e 1979 e, em 1980-81, um déficit entre 200 e 250 milhões de dólares da balança comercial.

Acrescente-se a isso a elevada taxa de inflação que chegou a 35,5% ao ano em 1981 e, em 1982 elevou-se subitamente a 300%.<sup>11</sup> O déficit fiscal subiu de 140.9 milhões de dólares em 1980 a 259,4 em 1981.

Para fechar o quadro, em 1980 a taxa de desemprego pulou de 5,7% em 1980 a 9,7% em 1981, ficando em torno de 10,8% em 1982. Deve-se tomar em conta que esses dados referem-se ao total da PEA com população maior de 10 anos. Portanto, são cifras atenuadas, oficiais. Mesmo assim, a taxa de subemprego é bastante alta, pulando de 48,5% em 1980 para 53,5% em 1982. Na verdade, o que está por detrás desses números é a acentuada situação de informalização da força de trabalho do país. Para dar um exemplo, a maior cidade da Bolívia (La Paz) absorvia 36,4% da PEA (de 1,5 milhões de pessoas) em 1976, no que se refere a pessoas inseridas numa relação de trabalho formal. O resto participava da economia informal (serviços domésticos, economia familiar, vendedores de ruas [camelôs] etc.). Essa situação tende ao agravamento no início da década de 80, piorando ainda mais a partir de 1985 com a política neoliberal implantada desde então. Além do mais, da PEA de 1980, 11,2% (193 mil pessoas) é absorvido pelo emprego no setor público, subindo para 11,4% (204 mil) em 1982, sendo o terceiro setor empregador em importância, depois da agricultura, que ocupa o primeiro lugar (mantendo o patamar de quase 800 mil pessoas entre 1980 e 1982), e do setor manufatureiro, ligeiramente superior ao setor estatal. A mineração aparece no último lugar, entre 68 e 70 mil pessoas para o mesmo período (significando apenas 0,4% do total da PEA).<sup>12</sup>

Os efeitos do desemprego e da informalidade manifestam-se também de três outros modos: 1) a exportação da força de trabalho aos países vizinhos (emigração elevada que foi acentuando-se a partir da década de 60), principalmente à Argentina e ao Brasil; 2) o inchaço do Estado, como decorrência de ser o maior empregador, e por isso, o excesso do pessoal do Estado, o que tem como efeitos, entre outras coisas, a luta pelo controle do

<sup>11</sup> Cf. Antonio Mayorga, "*La democracia entre...*", op. cit., pp. 23-24. Ver também Juan Antonio Morales & Jeffrey Sachs, "*Bolivia's Economic Crisis*", in Jeffrey Sachs (edit.), **Developing Country Debt...**, op. cit., p. 170. A taxa de inflação anual apresentada por estes autores tende a ser menor: 10,4 em 1978, 19,7 em 1979, 47,2 em 1980, 32,1 em 1981, 123,5 em 1982 e 275,6 em 1983.

<sup>12</sup> Para os dados sobre as taxas de emprego e desemprego ver UDAPE 1990; quanto aos dados da pesquisa sobre La Paz (1976), ver Casanovas e Pabón, 1984, em René A. Mayorga, "*La democracia entre...*", op. cit., pp. 24-25.

orçamento (que tende a ser sempre maior) no seio dos altos escalões da burocracia estatal, bem como o brutal déficit público; 3) a exportação de cocaína, como parte da economia subterrânea e informal (a produção da droga teve uma franca expansão no governo Banzer) e que teve sua espetacular expressão no golpe de García Meza em julho de 1980. Alguns autores estimam que, a partir desse ano, a exportação da cocaína chegou a uma soma em torno de 1,6 bilhão de dólares anuais, três vezes menor que o PIB oficial do mesmo ano (4,9 bilhões) e quase equivalente ao de 1982, que foi de 1,9 bilhão de dólares.<sup>13</sup>

Em suma, estamos frente a um quadro econômico que apresenta uma estagnação e uma recessão marcantes, que, no início da década de 80, terão um efeito “bola de neve”, a qual arrebentará no governo Siles Suazo (1982-1985) com uma descomunal inflação (25,000% ao ano) e a ostensiva falência do Estado. Não obstante, vemos que a crise econômica, que se inicia no governo Banzer, principalmente a partir de 1976, não necessariamente teve o mesmo peso das crises políticas do período pós-78. Isso significa que o desencadeamento explosivo da crise econômica tendeu a ser retardado no período.

Essa observação é importante porque alguns autores como Mayorga, Toranzo, e Grebe,<sup>14</sup> entre outros, tendem a conferir o mesmo peso das crises políticas à crise econômica no período pós-78, no sentido de que incorporam a tese de Zavaleta. Este autor caracteriza a crise do período como crise de hegemonia, crise orgânica, e, ao mesmo tempo, como *crise global*, dando maior importância a esta última caracterização.<sup>15</sup> Ora, estes autores não se dão conta da ambigüidade e da ambivalência da tese de Zavaleta. De um lado, ele caracteriza a crise de hegemonia, identificando as principais contradições e fragmentações no seio da classe dominante e seus efeitos na pequena burguesia e nas massas (a crise do nacionalismo revolucionário, a crise do Exército e a crise do Estado de

<sup>13</sup> O PIB oficial de 1981 foi de 3,5 bilhões. O cálculo para o PIB foi feito em base do dólar de 1980 e de dezembro de 1982; ver BCB 1982, INE 1980 e 1985. Ver também Morales-Sachs, “*Bolivia's Economic Crisis...*”, op. cit., p. 164. O cálculo destes autores (PIB real) não chega a um bilhão no final na década de 70 e inícios da de 80. Nicolás Hardinghaus estima cerca de 3 bilhões para a “*narcocconomía*” boliviana e um PNB oficial de 4 bilhões, “*Droga y crecimiento económico. El narcotráfico en las cuentas nacionales*”, em *Nueva Sociedad*, N° 102, 1989.

<sup>14</sup> Ver René Antonio Mayorga, “*La Democracia en Bolivia...*”, op. cit.; ver também do mesmo autor, “*La Democracia entre...*”, op. cit. pp. 20-29. Carlos Toranzo, “*La lucha política en Bolivia*”, in **Bolivia: Reproducción de Capital y Política**, op. cit.; Horst Grebe, “*El excedente sin acumulación...*”, op. cit.

<sup>15</sup> Essas teses estão basicamente no seu dois artigos sobre o período pós-78: “*Las Masas en Noviembre*”, op. cit., e “*Bolivia: la fuerza de la masa*”, op. cit.

1952); e de outro, caracteriza essa crise como crise global (crise da sociedade, do Estado, dos valores etc.), no sentido genérico, no âmbito da *intersubjetividade* de tipo habermasiano. E mais: esta caracterização tem predominância sobre a primeira. A conclusão a que chega o autor é, então, o colapso do Estado de 1952, em virtude dessa crise global. É aí que se inserem as teses da queda gradativa do Estado de 1952, associando as crises econômicas como sempre contemporâneas e com o mesmo peso das crises políticas do chamado “Estado autoritário”, “intervencionista” e “populista”.

## 2.2 Classes Dominantes, Capital Monopolista e Imperialismo

Passemos agora a identificar e caracterizar as classes e frações dominantes integrantes do bloco no poder sob o regime banzerista e pós-banzerista, para a seguir, identificar, igualmente, algumas contradições que contribuíram para o colapso do regime militar pós-78.

É por demais conhecido - pela maioria dos analistas políticos bolivianos - o caráter oligárquico e atrasado da burguesia boliviana, a qual está enfeudada ao capital norte-americano. A esta burguesia designamos aqui como *burguesia compradora*;<sup>16</sup> ela é representada pela grande *burguesia mineira*. A reboque desta, temos a fração *agro-exportadora*, amplamente conhecida como burguesia agro-industrial, composta sobretudo dos grandes proprietários de terra do oriente do país. O capital monopolista, do qual a burguesia compradora é a maior intermediária, está presente em quase todos os setores da economia boliviana: mineração, capital financeiro, capital bancário, capital industrial, capital agro-industrial, serviços, além de controlar boa parte das importações e exportações.

Durante a década de 70, a burguesia mineira e a burguesia agro-exportadora comportaram-se como frações *preponderantes* no seio da classe dominante. Aqui lançamos mão daquilo que Poulantzas denomina (em PPCS) impropriamente de classe ou fração “economicamente dominante”: o caráter de uma ou várias frações burguesas que adquiriram

---

<sup>16</sup> Ver os conceitos de *burguesia compradora*, *burguesia interior* e *burguesia nacional*, in Nicos Poulantzas, *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975, pp. 78-80; *A Crise das Ditaduras*, op. cit., pp. 35-37.

uma *preponderância econômica*<sup>17</sup> no interior da classe dominante; mas essa preponderância econômica (nível econômico) tem um sentido e caráter diferente da hegemonia política (nível político), embora ambos os níveis estejam sobredeterminados devido ao funcionamento característico do modo de produção capitalista (a autonomia relativa das instâncias). A nosso ver, a diferença estaria na seguinte situação: o fato de uma classe ou fração ser preponderante no interior da classe dominante, não necessária e automaticamente implica que ela detenha a hegemonia política no seio do bloco no poder. Em outros termos, a hegemonia política é detida por uma classe ou fração, podendo ela (numa situação normal, diferente de uma crise ou ruptura revolucionária), ser uma fração preponderante.

<sup>17</sup> Ao longo desta dissertação utilizaremos o conceito de classe ou fração *preponderante*, conotando o predomínio econômico. Esse termo aparece em "*As Lutas de Classes na França*" de Marx, que conotaria a ação das classes ou frações *politicamente dominantes*. Foi sobre esse termo (conceito em estado prático) que Poulantzas elaborou o conceito impróprio de "classe economicamente dominante", diferenciando-o dos conceitos de bloco no poder e de hegemonia (ver PPCS, p. 233-234). Vejamos um trecho do texto de Marx: "A classe burguesa se dividia em duas grandes frações, que haviam alternadamente tido o monopólio do Poder: a grande propriedade territorial sob a monarquia restaurada, e a aristocracia financeira e a burguesia industrial sob a Monarquia de Julho. Bourbon era o nome real para designar a influência *preponderante* dos interesses de uma fração; Orleans o nome real que designava a influência *preponderante* dos interesses da outra fração; o reinado anônimo da República era o único sob o qual ambas as frações podiam afirmar, com igualdade de participação no Poder, seu interesse comum de classe, sem abandonar a mútua rivalidade", Karl Marx, "*As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*", in Karl Marx & Friedrich Engels, **Obras Escolhidas**, São Paulo, Alfa-Omega, s/d., pp. 153-154; grifo nosso. Por outro lado, a diferenciação entre classe preponderante e classe hegemônica já foi sublinhada por Portantiero (embora este autor trabalhe com um conceito de hegemonia diferente ao de Poulantzas), que tinha designado o conceito de *predomínio* para se referir ao "nível dos interesses, das classes, das alianças de classe, cujo campo de constituição é a economia", isto é, o conceito de "classe predominante": "[...] a classe ou fração de classe predominante em seu campo de interesses, não é automaticamente hegemônica no bloco de forças. Isto é válido para qualquer dos dois polos da contradição principal. Assim, a classe ou fração de classe, predominante no interior das classes proprietárias, pode não ser hegemônica sobre as outras classes e frações pertencentes a seu próprio campo de interesses. No extremo oposto, a classe ou fração de classe, sobre cuja exploração se fundamenta, principalmente, a dominação, pode não ser hegemônica sobre as outras classes ou frações, pertencentes a seu próprio campo de interesses". E continua o autor: "toda política orgânica de poder tende a tornar compatível, em cada um dos extremos, o predomínio com a hegemonia"; processo esse que expressa contradições e defasagens importantes: "a assincronia, em um como no outro, pode durar bastante tempo", Juan Carlos Portantiero, "*Classes Dominantes e Crise Política na Argentina Atual*", em **Estudos CEBRAP**, Nº 6, 1973, p. 82. Cf. também Miguel Murmis & Juan Carlos Portantiero, **Estudos Sobre as Origens do Peronismo**, São Paulo, Brasiliense, 1973. Göran Therborn utiliza, indistintamente, os conceitos de *predomínio* e o de *classe economicamente dominante*: "A dominação de uma classe (ou duma fração dela), aludirá a sistemas de intervenção do Estado que supõem a potenciação ou conservação da posição de uma classe só; ou uma situação na qual uma classe específica tem uma situação *predominante*, pelo menos no aparelho de Estado; ou uma situação em que o Estado atua contra as posições de uma classe dominante sem potenciar a posição de outra, e sem manter as posições de outra classe economicamente dominante (no caso de que exista). A gama de possibilidades manifesta situações variadas: casos em que a classe dominante está na cúspide de seu poder, até a etapa em que essa classe, embora mantenha o monopólio do poder, vê-se forçada a retroceder e a fazer concessões", **Como Domina la Clase Dominante?**, op. cit., p. 186; grifo do autor.

Ao passo que o papel preponderante pode ser compartilhado por várias classes ou frações burguesas. Pode ocorrer também, em determinadas conjunturas concretas, que a fração hegemônica não seja uma fração preponderante (o caso dos regimes de Ovando e Torres na Bolívia, por exemplo).<sup>18</sup>

Frente à grande burguesia compradora, a *burguesia interior* praticamente aparece como insignificante por uma dupla razão: a marcada presença da primeira quase em todos os setores da economia e, em decorrência disso, a fraca diversificação econômica, relacionada com déficit acentuado da industrialização do país. A burguesia interior ficou relegada a setores, senão secundários, pelo menos bem reduzidos da economia boliviana, onde predomina o capital individual e familiar, representativo geralmente do pequeno e médio capital (capital não monopolista): indústria leve de bens de consumo não duráveis (tecidos, calçados, alimentos, etc.), setor da indústria da madeira, construção, cimento, e setores da mineração, agro-indústria e serviços, enfim, setores não controlados pela burguesia compradora e pelo capital estrangeiro. A esta fração de capital designamos como *burguesia manufatureira*, que em geral aparece com o adjetivo de “industrial”.

Contudo, a característica particular desta fração é a enorme dependência do capital monopolista que a atravessa de ponta a ponta,<sup>19</sup> vale dizer, a burguesia interior não apenas depende dos investimentos maciços do grande capital estrangeiro no setor como da própria presença desse capital para funcionar. Daí sua forte tendência à fragmentação.

No que tange às associações econômicas burguesas, o órgão de representação do conjunto da burguesia boliviana é a famosa CEPB, sendo os setores majoritários a CNC, CNI, ASOBAN e a ANMM (mineração). No período pós-78, a CEPB funcionou como um verdadeiro partido político no momento em que o Exército tinha sérias dificuldades de

---

<sup>18</sup> Em geral, essa situação faz, conforme sustenta Saes, que “toda fração de classe dominante que chega à *preponderância econômica* passa a se sentir estimulada, por essa mesma vantagem, a lutar pela conquista da hegemonia propriamente política (isto é, o exercício de uma influência sobre o Estado capaz de levar a política estatal a se alinhar com os seus interesses específicos de fração)”, Décio Saes, “*Democracia e Capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas*”, em *Revista de Sociologia e Política*, N.º 6/7, 1996, p. 140, nota 7; grifo nosso.

<sup>19</sup> Ver a exaustiva análise descritiva de J. M. de la Cueva acerca da complexa composição do capital monopolista na Bolívia na década de 70, suas categorias, ramos e setores de investimento, a concentração e centralização do capital e sua presença determinante para o setor não monopolista, **Bolívia: Imperialismo...**, op. cit. Embora seja uma análise tradicional (a partir do conceito de imperialismo de Lenin), a virtude deste

representar e organizar a burguesia. Durante quase todo 1982 foi uma das principais propaladoras da tese da volta do Congresso de 1980 (onde a maioria parlamentar pertencia ao MNR e ADN, por obra do pleito desse ano) como a única saída para a crise do regime militar. Afinal, o governo Vildoso (agosto a outubro de 1982) acabou aceitando essa solução, que já tinha se tornado consensual no conjunto da burguesia.

Dito isso, devemos fazer duas observações.

1) Deve-se afastar a idéia de que as frações do capital são blocos homogêneos e que os setores onde participa o grosso do capital estrangeiro seriam estanques. A nosso ver, a grande propriedade fundiária está amalgamada com o capital mineiro (burguesia mineira); e este, por sua vez, com o capital agro-industrial. As extremas concentração e centralização do capital no setor mineiro, financeiro e bancário de um lado, e a complexidade da articulação do grande capital nos setores chaves da economia boliviana, bem como a sua rotação entre esses setores, de outro, não permitem fazer uma separação entre burguesia mineira (do ocidente do país) e burguesia "agro-industrial" (do oriente), como geralmente se faz - uma separação espacial, topográfica (e as vezes, de tipo culturalista). O que não indica que tais frações de classe e do capital não tenham suas diferenças e contradições específicas provenientes das contradições do grande capital monopolista.

2) Dada a natureza da burguesia boliviana e a reprodução, no seu seio, das contradições do capital monopolista internacional, é típico o caso de vários setores da burguesia compradora que assumem o papel de burguesia interior ou comportam-se como tais. É o caso das frações ligadas à mineração que entram em contradições com o capital norte-americano e passam a defender o "controle nacional" da extração, fundição e comercialização dos minerais, e, inclusive pedem a intervenção do Estado para materializar tais projetos, quando na verdade estão descontentes com a distribuição do "bolo" em favor das grandes firmas (GRACE, COMSUR, EMUSA, etc.). O exemplo mais patente foi a concretização dos maciços empréstimos feitos pelo governo Padilla, em 1979, para o desenvolvimento da primeira fase do projeto Complexo Mineiro-Metalúrgico

---

trabalho está justamente na sua descrição e os dados que fornece sobre o caráter da presença do capital monopolista no país no período de 1971-1978. Ver particularmente os capítulos III, IV, VI e IX.

*Karachipampa* (usina de fundição de chumbo e prata), verdadeiro “elefante branco”; projeto esse que foi sobreavaliado, além do milionário desfalque dos recursos estatais.

Mas também podemos ter o caso inverso; isto é, setores da burguesia interior adotando o papel e a atitude da burguesia compradora, de mera intermediadora do capital estrangeiro. É o caso da burguesia manufatureira (principalmente da capital do país) e de setores da burguesia agro-exportadora de Santa Cruz que se apresentaram como os “novos empresários”, “empreendedores” e “dinâmicos”, cujo objetivo seria o de canalizar os empréstimos estatais e os investimentos estrangeiros, em franca disputa com os setores preponderantes da burguesia compradora. Nesse contexto, a luta dos grandes proprietários de terra do oriente do país (certas frações da burguesia agro-exportadora) contra o centralismo adquiriu uma tonalidade regionalista e separatista (a “República de Santa Cruz”).

No âmbito político, essas contradições aparecerão mais claras de acordo com os processos políticos específicos no período pós-78. Em princípio, o conjunto da burguesia boliviana se configurou como golpista. Não obstante, os setores da burguesia compradora que representou Paz Estenssoro assumirão um papel democratizante. O mesmo pode-se falar da liderança exercida por Siles Suazo e Paz Zamora, tendo ambos um apoio oriundo tanto de setores da burguesia compradora como da interior. Mas em determinados momentos ambos os grupos apoiam empreitadas golpistas, aproximando-se das práticas dos setores mais recalcitrantes, representados por Banzer, Pereda, Meza, Natusch ou Rico Toro.

Contudo, o importante aqui é sublinhar que as semelhanças entre as classes e frações de classe dominante são mais fortes do que as diferenças: a enorme dependência e submissão do conjunto da burguesia boliviana ao capital norte-americano, o qual nucleou os setores da mineração e do petróleo, principalmente a partir do governo Siles Suazo (1956-1960). Isto faz que a burguesia compradora adquira um peso decisivo no âmbito nacional e caminhe a reboque do imperialismo. As outras frações burguesas são arrastadas pela burguesia compradora; mas entram em contradições permanentes, tentando atrair ou oferecer melhores “condições” para o capital norte-americano. Esta é uma das razões da instabilidade política do bloco no poder e dos permanentes golpes de Estado. Entretanto, essa situação faz com que, devido à extrema dependência da burguesia, a intervenção do

grande capital adquira a forma de verdadeira pilhagem do país (como sarcasticamente comentou Lora, a burguesia boliviana se limitou a correr atrás das migalhas deixadas pelo capital estrangeiro).

Haveria que ir mais longe e perguntar a que se deve a descomunal submissão da burguesia boliviana e, por conseguinte, sua enorme vulnerabilidade à intervenção do imperialismo. Será que as classes e frações dominantes são meros peões do país do Norte e de certos "subimperialismos" (Brasil, Argentina), conforme tendem a interpretar alguns autores?

Em primeiro lugar, as contradições do capital monopolista são interiorizadas no país e reproduzem, de forma induzida, as contradições da cadeia imperialista.<sup>20</sup> Dado que a Bolívia se situa num dos elos mais fracos dessa cadeia no âmbito sul-americano, o impacto dessas contradições é quase devastador no seio do conjunto da burguesia boliviana. O atraso endêmico do país está, portanto, em direta relação com a complexidade das contradições e do lugar que ocupa no elo da cadeia. Daí provém uma das causas determinantes da incapacidade da burguesia em se converter em *burguesia nacional* e materializar um projeto de desenvolvimento de tipo endógeno; ou em implementar políticas antimonopolistas nos seus setores chaves da economia. Isto ocorre não porque ela não queira, mas principalmente porque não pode se contrapor ao imperialismo. A única coisa que consegue é reproduzir o atraso ao qual o país foi submetido. Em virtude da fraca acumulação originária e da convivência do MPC com modos de produção pré-capitalistas, o capital monopolista na Bolívia contribui maciçamente não só para preservar como para reproduzir as formas de produção pré-capitalista e relações de produção que lhe correspondem.

Esclareça-se, entretanto, que nossa interpretação é diversa daquela que coloca demasiada ênfase no fator "vontade" ou o critério da "responsabilidade" da burguesia nativa. Esses são critérios subjetivos de caracterização da burguesia boliviana; como por exemplo, a de Carlos Toranzo. Embora aluda a uma situação real, de crise de acumulação,

---

<sup>20</sup> Sobre a questão do caráter que assumiu a cadeia imperialista na Europa, as suas contradições, bem como a configuração dos elos mais fracos (Alemanha e Itália) nas primeiras três décadas do presente século, ver Nicos Poulantzas, F&D, pp. 23-25; sobre o caso da Espanha, Portugal e Grécia, ver *A crise das Ditaduras*, op. cit., pp. 19-20.

ele vê uma burguesia irresponsável, que não investe no país (reprodução ampliada do capital) e, sobretudo, que se destrói a si própria, consumindo irracionalmente o excedente.<sup>21</sup>

Frente à inexistência de uma indústria de transformação e de bens de consumo não duráveis, e sobretudo de uma indústria de ponta no próprio setor de mineração, as classes e frações dominantes praticamente dependem do Estado, cujo modelo predominante de acumulação é a transferência de capital do setor estatal ao setor privado. Não estamos dizendo com isso que o Estado não possui uma função econômica. Ao contrário, é porque possui essa função que ele passa a ter uma importância decisiva para organizar o processo de acumulação. Assim, o Estado converte-se no alvo de lutas acirradas dessas classes, movidas pelo objetivo de controlar o aparelho estatal. Este é outro fator importante de instabilidade política: nessas condições o processo de sucessão governamental é definido, geralmente, pela via do golpe de Estado. Entretanto, esse fator não é novo na história política do país e não cabe aqui fazer um balanço histórico dessa questão.<sup>22</sup>

Em segundo lugar, embora participe do bloco no poder, é ainda mais acentuada e patente a fraqueza econômica e política da burguesia interior, traço diferente do papel daquela dos países dependentes onde houve uma maior “industrialização dependente induzida” (Espanha, Portugal, Brasil, etc.). Mas em determinadas conjunturas entra em contradição com a burguesia compradora e apoia ou a abertura democrática ou caudilhos golpistas que favorecem a sua relativa ascensão ao aparelho de Estado. Esse parece ser o caso dos governos Guevara e Torrelio.

Em terceiro lugar, a contradição fundamental se dá entre capital monopolista norte-americano e as massas populares, lideradas pelo proletariado mineiro e urbano. Os efeitos

---

<sup>21</sup> Para o autor, a burguesia boliviana é caracterizada como irresponsável e até como “antropofágica”, isto é, uma burguesia que, além de não investir no país, ela se destrói a si própria, dilapidando o excedente; nos termos do autor, trata-se duma “burguesia ratona”. Ver Carlos Toranzo, “*Banzerato: Nuevo Modelo de Acumulación?*”, in **Bolivia: Reprodução de Capital y Política**, Santa Cruz, Universitária, 1988, p. 15. Cf. também Horst Grebe, “*El excedente sin acumulación...*”, op. cit. É inútil deter-se nas variações e seqüelas das interpretações que derivaram da imagem de *lumpemburguesia* de André Gunder Frank.

<sup>22</sup> Retomaremos essa problemática no último capítulo, onde fazemos um breve balanço histórico da relação entre Constituição e o método do golpe de Estado como via de sucessão governamental. Entretanto, remeto aqui principalmente os trabalhos de Guillermo Lora (ver a nota 1 deste capítulo): **Historia de los Partidos Políticos de Bolivia**, La Paz, Masas, 1987; **Estudios Histórico-Políticos sobre Bolivia**, La Paz, El Amauta, 1978. Ver também René Zavaleta, **50 Años de Historia**, op. cit.; Herbert Klein, **Orígenes de la Revolución Boliviana**, La Paz, Juventud, 1995; Herbert Klein, **Historia de Bolivia**, La Paz, Juventud, 1996; James

das contradições do capital internacional, basicamente a baixa tendencial da taxa média de lucro, cuja consequência notável exprime-se no aumento da exploração intensiva da força de trabalho, é sentido com muito maior força no país. Em decorrência disso, a descomunal exploração da força de trabalho, sobretudo no setor de mineração (a média de vida de um trabalhador mineiro não passou de 30 anos na década de 70), chegou a extremos inusitados, ao ponto da ruptura permanente das massas proletarizadas com os regimes de exploração da burguesia compradora aliada ao imperialismo norte-americano. Situação de latente explosividade, onde a intervenção do Exército esteve na ordem do dia.<sup>23</sup>

### 2.3 Crise de Organização e da Representação Partidária

A permanente intervenção do Exército, em razão da crise de hegemonia e de acumulação das classes dominantes, nos leva a identificar uma outra crise igualmente importante: a crise de organização e representação partidária das classes e frações participantes do bloco no poder. Neste caso, o aparelho militar passa a organizá-las e assumir o papel de partido político delas, razão pela qual este aparelho sofre os maiores efeitos das contradições de classe do bloco no poder. Mas antes de entrar na questão do Exército, vejamos como se configurou a disputa dos representantes políticos pela representação partidária dos diferentes setores da burguesia boliviana.

---

Malloy, **Bolivia: la Revolución...**, op. cit. Ver, finalmente, Tulio Halperin Donghi, **História da América Latina**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

<sup>23</sup> Não por acaso o movimento operário boliviano, sobretudo, o mineiro, liderado pela COB, foi considerado um dos mais combativos da América Latina. Isso não significa que ele não esteja atravessado de contradições e ambigüidades. Ver a caracterização do proletariado mineiro feita por Zavaleta em "*Forma Clase y Forma Multitud en el Proletariado Minero en Bolivia*", in René Zavaleta (org.), **Bolivia Hoy**, op. cit., pp. 219-240. Neste artigo o autor critica as interpretações do historiador peruano Heraclio Bonilla (*El Minero de los Andes*, Lima, IEP, 1974), que considerou o proletariado mineiro boliviano como atrasado, incipiente e minoritário (um proletariado não industrial e não urbano). Por outro lado, vários autores tendem a relacionar a situação *explosiva* das massas populares bolivianas como algo constitutivo ou natural da cultura política do país ("revolução permanente", instabilidade endêmica, etc.), ver James Dunkerley, **Rebellion in the Veins, Political Struggle in Bolivia: 1952-1982**, London, Verso Editions, 1984. Embora não se possa negar o papel da FSTMB na resistência contra o regime banzerista, alguns autores sobrestimam esse papel, como o caso de Carlos Soria Galvarro, **Con la Revolución en las Venas**, La Paz, Roalva, 1980. O próprio Zavaleta, em um de seus trabalhos caiu na redução da participação dos índios (na história do país) associando-a uma situação de irrupção "esporádica" e por "explosões", como um *malón* (ataque, saqueio), ver **50 Años de Historia**, op. cit., pp. 80-81.

Nas três eleições gerais realizadas no período (1978, 1979, 1980) concorreram quase os mesmos representantes políticos tradicionais da burguesia provenientes da década de 50: Paz Estenssoro, Siles Suazo, Guevara Arze, Lúcia Gueiler e o próprio Lechin, secretário executivo "vitalício" da COB. O único partido novo é a ADN que insere-se na cena política em 1979, cujo caudilho é Banzer, com uma longa trajetória na década 70.

Primeiramente, consideremos o maior partido burguês que exprime não apenas a fragilidade do sistema partidário boliviano como encarna a crise de organização e representação dos setores dominantes - referimo-nos ao MNR. Em 1978, o partido chega totalmente fragmentado à eleições convocadas pelo regime de Banzer. Não obstante, as causas dessa fragmentação devem ser procuradas na década de 50. O MNR foi liderado pelo velho caudilho populista Vítor Paz Estenssoro, um dos principais dirigentes da Revolução de 1952 e do nacionalismo burguês. Foi presidente da Bolívia em três oportunidades (1952-1956, 1960-1964; nos primeiros meses do terceiro mandato foi deposto pelo general Barrientos). Procedente da média burguesia, Estenssoro tornou-se um dos maiores expoentes da burguesia de Estado aliando-se, logo, com a grande burguesia compradora e com o capital norte-americano. Apoiou o golpe de Banzer em 1971 com a esperança de voltar ao poder, mas logo foi obrigado a abandonar esse governo em 1974. Em 1978, Estenssoro participa das eleições gerais convocada pelo regime militar.

Mas a esta altura o MNR já estava fragmentado em facções caudilhistas dissidentes, diretamente relacionadas com os governos que dirigiu entre 1952 e 1964. Um dos principais motivos da divisão foi a sucessão presidencial. Walter Guevara, o terceiro homem de importância no partido devia assumir a presidência em 1960. Frustrado no seu intento - porque Estenssoro, entre outras coisas, utilizou habilmente sua figura populista para impor seu segundo mandato - , Guevara abandona o MNR e funda seu próprio partido, o PRA, passando à oposição. O PRA não só apoiou o golpe de Barrientos como deu uma boa base de sustentação partidária a esse regime militar.

A outra facção dissidente do MNR foi a representada por Juan Lechin, caudilho sindicalista da esquerda do partido. Como Guevara, Lechin defendia a "justa alternância do poder", porquanto alimentava as esperanças de chegar à presidência; mas apenas conseguiu derrotar a candidatura de Guevara (na convenção do partido em 1960) e ser lançado como

vice de Estenssoro. Afinal, Lechin renuncia à vice presidência, cria seu próprio partido, o PRIN, e passa à oposição.

A outra figura importante do MNR é Siles Suazo, ex presidente do país (1956-1960), que buscava, naquela ocasião, um segundo mandato. Siles foi um dos mais obstinados opositores à terceira candidatura de Estenssoro em 1964, sendo, contudo, derrotado na convenção do partido nesse ano: a fórmula Estenssoro-Barrientos (este último era general da Força Aérea) havia saído vitoriosa. Assim, Siles rompeu as relações com Estenssoro e apoiou, juntamente com Lechin, o golpe de Barrientos (em novembro de 1964) contra o governo Estenssoro. No apoio do MNR (facção Estenssoro) ao golpe de Banzer em 1971, o partido fechou seu primeiro ciclo de fragmentação com a retirada definitiva de Siles, passando este a liderar o MNR-I<sup>24</sup> que, na verdade, não era mais do que a oposição a seu principal rival. Desde então o MNR não conseguiu sua unificação e é assim como o encontramos em 1978.

O interessante do período pós-1978 é que estes caudilhos aparecem com uma nova roupagem, trocando seus papéis políticos. De um lado, imitam os processos políticos originários da década de 50, tentando trazer o passado de volta, e de outro, disputam a representação partidária da burguesia compradora e interior num momento de franca crise de hegemonia. Siles Suazo e Guevara faziam parte da direita do primeiro MNR da década de 50, passando a defender os grandes proprietários de terra e o grande capital mineiro. No primeiro governo do MNR, Lechin era o representante da esquerda do partido, aliada à COB e aos partidos mais radicalizados (POR). Finalmente, Estenssoro representava o centro, a facção pragmática que, através de sua figura populista, conseguia unificar o partido, num equilíbrio precário entre as três facções (unificação essa cheia de atritos e contradições).

---

<sup>24</sup> O *Movimiento Nacionalista Revolucionario de Izquierda* (MNRI) foi fundado por um “grupo generacional do MNR” a 19 de dezembro de 1970. Durante o primeiro ano da ditadura banzerista, o MNRI, na clandestinidade, unificou-se com outro grupo do MNR liderado por Siles Suazo, cujos princípios ideológicos e programáticos eram semelhantes (ambos os grupos rejeitaram a facção do MNR liderada por Estenssoro, que havia apoiado o golpe de Banzer). Foi assim que em novembro de 1972, Siles Suazo passou a liderar o MNRI. Em outubro de 1979 (no governo Guevara), esse partido rachou-se: uma parte apoiou a Guevara e a outra permaneceu com Siles Suazo. A facção do MNR dirigida por esse último caudilho é designada aqui como MNR-I. Cf. Guillermo Lora, *Diccionario Político, Histórico, Cultural*, La Paz, Masas, 1986. 2ª ed.

Nas eleições pós-78, encontramos Estenssoro (MNR) à direita, como uma das melhores alternativas da burguesia compradora depois de Banzer, Siles Suazo (MNR-I) estando aliado à esquerda pequeno-burguesa e às massas populares. Lechin hesita entre a esquerda pequeno-burguesa e o populismo do MNR-Siles e, finalmente, Guevara oscila entre a oposição e o apoio ao MNR-Estenssoro. O fato novo das eleições de 1979 é a entrada de Banzer na cena política com seu próprio partido, a ADN. Este partido, cuja ideologia foi transplantada do FSB,<sup>25</sup> aglutinou os setores mais recalcitrantes e reacionários da burguesia boliviana. Lembremos que Banzer lançou a candidatura de Pereda na coligação UNP nas eleições de 1978, as quais foram anuladas pela descarada fraude feita pelo governo. Vemos que a maioria dos representantes políticos provêm da década de 50 e 60, inclusive Lidia Gueiler, que abandonou o MNR e ingressou no PRIN de Lechin, mas em 1979 reconciliou-se com Estenssoro.

Outro elemento notável é que, no período pós-78, os partidos burgueses tradicionais disputam com a cúpula do Exército a organização e a representação partidária da burguesia, num momento de franco declínio do Exército no comandar essa tarefa.

## 2.4 O Aparelho de Estado

Em razão das crises políticas apontadas acima, o Estado militar dependente boliviano sofrerá uma metamorfose importante: em outubro de 1982, volta à sua forma democrático-parlamentar. Na passagem de uma forma de Estado para outra e, igualmente, de um regime para outro (período 1978-1982), as massas populares jogaram um papel determinante. Vale dizer, a causa determinante do colapso dos regimes militares esteve na luta das massas, que provocou uma “ruptura democrática”. Zavaleta já tinha observado essa

---

<sup>25</sup> O FSB nasceu em 1937. O seu principal fundador foi Oscar Unzaga de la Vega, que morreu num intento de golpe contra o governo Suazo em 1959. De ideologia fascista e integralista, e que posteriormente imitou a falange espanhola do tempo de Franco, este partido não passou de um bando de caudilhos enfurecidos contra o comunismo e a massa proletária. Sua maior época de glória foi a década de 50, quando conseguiu aglutinar as classes médias urbanas descontentes contra o MNR. Apoia os regimes militares de Barrientos e Banzer. No final desse último regime e nos regimes pós-banzeristas, estará dividido entre duas águas: o apoio às facções golpistas do Exército e o apoio ao “processo democrático”. Do mesmo modo que o PDC, o FSB não passou de mero satélite e fornecedor de “notáveis” (Guillermo Bedregal, Rolón Anaya, Valverde Barbary, Mário Gutierrez, entre outros) aos demais partidos de direita e da burguesia compradora.

situação quando referiu-se ao fato de o regime de Banzer não ter caído pelo “ferro da guerra civil”, mas pela “ação difusa” da massa. É importante retermos esta idéia, pois ela aparecerá ao longo deste e do próximo item.

Mas não devemos cair na armadilha de pensar que a ruptura democrática deveu-se a um movimento interno de transformação do aparelho de Estado militar; e que tal transformação desaguaria, necessária e inevitavelmente, no Estado democrático, através de um processo controlado por cima, em virtude da ação iluminada das “elites democráticas”. Esta tese aparece na discussão sobre a questão da “transição à democracia”, proposta pelo autores da teoria da modernização.<sup>26</sup>

Poulantzas já tinha observado a impossibilidade de transformação dos regimes ditatoriais por um movimento interno do aparelho de Estado, pois “o *papel determinado e o peso específico* de seu aparelho institucional atuam maciçamente no sentido a uma resistência a tais transformações”.<sup>27</sup> Portanto, os regimes ditatoriais são substituídos justamente porque não conseguem controlar repressivamente o movimento popular e, sobretudo, porque não podem “controlar e dirigir sua própria transformação” num momento de condensação das crises e das contradições. É nesse sentido que deve-se entender a “ruptura democrática”, ruptura essa que pode tomar a forma de um *efetivo processo* em virtude das contradições internas dos regimes em questão, oferecendo oportunidade às massas populares de intervir na *realização fatural* do próprio processo de ruptura.<sup>28</sup> A nosso ver, esta seria a situação do caso boliviano do período 1978-1982.

As contradições e crises do aparelho de Estado, como efeito das contradições do bloco no poder, tornaram-se patentes no aparelho militar, chegando este à beira do colapso depois da queda do regime de Banzer. Uma das crises importantes é a crise de unidade da instituição militar. Esta crise é agravada devido a uma *crise ideológica* do Exército, patenteada em três fatores importantes: 1) a derrota que sofreu frente à massa popular em

---

<sup>26</sup> Para Laurence Whitehead, por exemplo, os processos políticos do período dizem respeito a uma “abertura controlada”, “*A Democratização Fracassada da Bolívia: 1977-1980*”, in Guillermo O'Donnell, *Análise do Autoritarismo Burocrático*, São Paulo, Paz e Terra, 1990. Por sua parte, H.C.F. Mansilla, defende a tese da “transição pelo controle” das elites, ou “transição pactuada à democracia”, semelhante ao caso espanhol, *La Empresa Privada...*, op. cit., pp. 107-108.

<sup>27</sup> *A Crise das Ditaduras*, op. cit., p. 73; grifo do autor.

<sup>28</sup> Idem, ibidem, pp. 75-76. Lembremos que “o Estado de exceção não consegue, como desejaria, suprimir a luta de classes”, F&D, p. 351.

1952, 2) a instauração da Assembléia Popular de 1971 sob o regime reformista do general Torres 3) a constante presença da massa proletária na vida política do país.

Mas há uma outra crise igualmente importante que está articulada com a anterior: a crise da sucessão governamental. Esta crise particular não é restrita aos regimes ditatoriais do Estado burguês dependente, tampouco aos de seus regimes democrático-parlamentares (na medida em que permitem com uma certa dificuldade, a circulação da hegemonia no seio do bloco no poder): ela é um traço característico do Estado boliviano em geral desde a República e tem os seus momentos cíclicos acentuados, segundo a instabilidade política do período. A sucessão pela via do golpe de Estado é então predominante e se evidencia tanto nos regimes democráticos como nos regimes militares. Neste século, a Bolívia teve dois períodos de relativa estabilidade política: o período liberal (1899-1920) e o período do MNR (1952-1964). Ambos os períodos foram interrompidos com golpes de Estado, justamente devido ao problema da sucessão presidencial. Os outros períodos estão relacionados com a instabilidade característica dos golpes e contragolpes:

1) a crise que suscitou a Guerra do Chaco, os anos de 1936 a 1952. Aqui temos os famosos golpes de um setor militar reformista, chamado "socialismo militar" (Toro, Busch e Villarroel); os golpes da oligarquia (PURS), como o de 1946, que derivou no linchamento de Villarroel por parte dos setores das massas manipuladas pelo PURS e o PIR e o golpe de Mamerto Urriolagoitia em 1951, o "*mamertazo*", que entregou o poder aos militares em virtude da derrota da oligarquia frente ao candidato do MNR, Paz Estenssoro;

2) o "golpe restaurador" de Barrientos em 1964; golpe esse que abriu novamente um período de crise pela sucessão governamental em razão da morte de Barrientos (1968): os contragolpes de Ovando (1969) e de Torres (esquerda radical do Exército) em 1970, cujo governo contribuiu a instaurar a Assembléia Popular;

3) o chamado "golpe fascista" de Banzer (1971); o autogolpe de Banzer em 1974, que resultou na expulsão do MNR-Estenssoro do governo, em razão da crise da sucessão governamental, agravada pelas conspirações golpistas de Estenssoro contra Banzer;

4) o período de 1978-1982.

Surge então a seguinte pergunta: como se processaram essas duas crises no Estado militar boliviano da década de 70? Ou, como a crise característica (de sucessão governamental) do Estado boliviano manifestou-se na particular crise de sucessão dos regimes ditatoriais do final da década de 70? Estas questões serão respondidas no item sobre a problemática da sucessão governamental no sexto capítulo desta dissertação. Aqui, basta antecipar alguns elementos do caráter da fragmentação do aparelho militar como efeito dessa dupla crise.

Depois da liberalização do regime de Banzer (1978), proliferam os candidatos militares à presidência. É que o aparelho militar continua sendo não só o “partido político” dominante do conjunto da burguesia, como centro de poder real, apesar de a corrida pela presidência se fazer por meio do sufrágio universal. Entretanto, o Alto Comando Militar, que em geral faz o papel dirigente, possuindo a prerrogativa de definir a sucessão presidencial, além de desenvolver as funções do próprio Executivo, passará a ter, a partir de 1978, sérias dificuldades de cumprir esse papel e definir a sucessão. Banzer havia controlado parcialmente essa situação - a partir de 1974 - monopolizando as funções de Presidente, Capitão Geral e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, ou seja, reorganiza o aparelho militar numa nova correlação de forças: cria o Estado Maior Conjunto em lugar do Estado Maior Geral do Comando-em-Chefe, abolindo a circulação dos generais no Alto Comando, o que lhe permite uma ampla margem de manobra e controle do funcionamento do regime, a pesar de suas crises e instabilidade.

Nos processos políticos pós-78, detectamos uma notável contradição: de um lado, o controle deste ramo de aparelho militar converte-se no alvo de acirradas disputas entre os integrantes da hierarquia castrense; e de outro, o controle do Alto Comando não garante mais tanto uma boa empreitada golpista como o desmantelamento e a repressão de qualquer golpe através de depurações sistemáticas. Esta é a situação dos regimes militares em consideração. Isso significa que, dada a característica do Estado militar de ter a incapacidade de “estabelecer a suas próprias ‘regras’ de funcionamento”, num contexto onde reina o arbitrário e não o direito, no sentido de normas que prevejam “as suas próprias

transformações”,<sup>29</sup> os efêmeros regimes militares não conseguiram controlar esta particular crise interna, a qual contribuiu para a deflagração dos golpes, contragolpes, conspirações e depurações, situação que teve uma aparência absurda e imprevisível. Aparência necessária ligada à própria natureza dos regimes e que remete a uma situação típica de instabilidade hegemônica, onde as relações de força no bloco no poder adquirem um caráter movediço. Esta situação foi interpretada pela corrente da teoria da modernização como “patológica”; e, por conseguinte, como “degenerescência” do Estado de 1952, cuja queda definitiva seria uma questão de tempo.

Na luta constante entre as diversas facções do Exército pelo controle da cúpula e de seus ramos mais importantes, o coronel ou general golpista devia se precaver contra o seu próprio camarada de armas, já que, num determinado momento, este podia voltar-se contra àquele. É uma situação conspirativa limite que experimentou a instituição castrense boliviana a partir de 1978.

Em suma, dado o desdobramento das crises e contradições no seio do aparelho militar, que se traduzem na descomunal fragmentação do Exército, a sua divisão não se reduz a duas tendências: as linhas “dura” e “branda”, ou *continuísmo* e constitucionalismo. Na verdade, as rachaduras e as linhas de clivagens na cúpula castrense manifestam que o processo foi mais complexo. Em termos gerais, a tendência da divisão adquiriu a *forma* da fragmentação operada na esfera dos partidos políticos: o caudilhismo e o personalismo. Mais especificamente, a fragmentação do aparelho militar, enquanto partido político da burguesia, não se relacionava necessariamente com a fragmentação do conjunto da burguesia.<sup>30</sup> Os próprios generais Prado e Padilla reconheceram que a famosa unidade do Exército, que os caudilhos militares e a própria instituição castrense apresentaram como seu mais apreciado tesouro, não passava de um mito ou ficção.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> Ver F&D, pp. 344-345.

<sup>30</sup> Ver a observação de João Roberto Martins Filho sobre a hipótese poulantziana referente à questão da necessária ou inevitável reprodução das cisões dos partidos militares enquanto expressão das cisões intraburguesas, *O Palácio e a Caserna*, op. cit., p. 48.

<sup>31</sup> Gral. Gary Prado Salmon, *Poder y Fuerzas Armadas*, op. cit., pp. 185-186. Gral. David Padilla Arancibia, *Decisiones y Recuerdos...*, op. cit., p. 30. Para René Antônio Mayorga o problema expressa-se no axioma político da “unidade institucional”, derivada do trauma político de 1952, frente a qualquer ameaça de dissolução proveniente das massas populares, ver *Empate Histórico...*, op. cit., pp. 405-507. René Zavaleta

A esse respeito, utilizamos a sugestiva análise de Martins Filho sobre as cisões internas do regime militar brasileiro pós-64. Em poucas palavras, no exame da complexa dinâmica militar das crises da ditadura, o autor detecta “um processo de *unidade na desunião*”, o qual expressa uma configuração de um duplo processo: de um lado, um “processo unitário” manifestado “no aprofundamento da militarização a cada momento em que o regime se vê ameaçado”, e de outro, um processo de “cisão no seio das Forças Armadas”, que se manifesta “nas sucessivas crises militares”. Neste sentido, “a crucial união constituída na oposição ao ‘mundo político’ convive, assim, com a constante discórdia castrense”. Em síntese, a desunião expressa-se “de forma diversa na hierarquia (desunião em torno da sucessão presidencial) e na oficialidade (cizânia nos quartéis, relacionada à expectativa de influenciar diretamente o governo)”.<sup>32</sup> Por outro lado, para o autor, as ditaduras militares do tipo da brasileira, longe de serem estáveis, constituem “formas estatais *de crise*”, devido a suas crises específicas, e “formas estatais *críticas*”, por sua instabilidade particular.<sup>33</sup>

Essas observações cobram maior importância no caso dos regimes militares do tipo boliviano - considerados instáveis por “natureza” devido à cultura política predominante no país, reflexo do atraso - porque reforça a nossa hipótese de que as crises e contradições internas do aparelho militar tiveram uma expressão particular, sobredeterminadas por causas histórico-estruturais e de nenhuma maneira por fenômenos transhistóricos.

Sem entrar na análise das diversas facções ou tendências, podemos identificar:

1) O setor palaciano, cujos integrantes eram os coronéis e generais que estavam ligados a Banzer (Pereda, Natusch, Meza, Bernal Pereira, Torrelio), mas adquiriram seu próprio caminho e fisionomia. Este grupo adotou o populismo militar na linha de Barrientos e Banzer. Meza praticamente fez uma paródia desses dois regimes: 1) decretou a vigência do Pacto Militar Camponês, explorando ao máximo a ação cívico-militar do Exército no campo e proclamando-se líder dos camponeses; 2) decretou a vigência do INI junto com um

---

chama o “medo da noite triste” da instituição castrense: a derrota que sofreu o Exército frente às massas populares a 9 de abril de 1952, ver “*Las Masas en Noviembre*”, op. cit., p. 51.

<sup>32</sup> O Palácio e a Caserna, op. cit., p. 49; grifo do autor.

<sup>33</sup> Idem, Ibidem, p. 49; grifo do autor.

pacote de medidas econômicas para atrair o capital estrangeiro, como o fez Banzer em 1971 na Lei dos Investimentos.

2) O setor da caserna, que se expressou através dos oficiais e suboficiais descontentes com a forma como foi conduzido o regime pelo grupo palaciano. O setor protestava insistentemente contra a não consulta às bases do Exército por parte da cúpula na hora da elaboração e da implantação das políticas adotadas por ela, criticando o despotismo da hierarquia e a falta da unidade castrense. Seus maiores representantes são aqueles que foram conhecidos como o “Grupo Topáter” e alguns coronéis e generais descontentes que participaram do governo Banzer (coronel Miguel Ayoroa, general Iriarte, entre outros). Este grupo adotou a postura da democratização e da moralização da administração pública, face à corrupção desmedida dos regimes. É também o caso dos generais Cayoja, Natusch e Añez que passam à oposição, em permanente conspirações golpistas, contra o corrupto governo Meza, brandindo a bandeira da democracia.

3) O grupo do chamado “*movimiento generacional*”, cuja principal bandeira de luta foi o constitucionalismo, defendendo a volta dos militares aos quartéis (Gary Prado, López Leyton, e o próprio Padilla).<sup>34</sup> Este grupo não apenas simpatizava como apoiava politicamente o MNR-Estenssoro.

4) Finalmente, um setor reformista, simpatizante do regime de Torres, cuja figura central é o próprio Ovando (general aposentado), que apoiou abertamente a UDP. A linha nacionalista-reformista de Torres foi esfacelada com o assassinato do mesmo em 1977, no exílio.

---

<sup>34</sup> Depois do falido golpe a Banzer em 1974, conhecido como o “*tanquetazo*”, o grupo ficou conhecido como *movimiento generacional* e emitiu vários documentos à opinião pública onde se assumem como “militares revolucionários”. Ver: “*Documento Programático del Movimiento de los Militares Revolucionários de Bolivia*”; el “*Plan Organizativo del MMRB*”; e “*El Movimiento Generacional de las FF.AA. y las tareas urgentes del momento*”, no qual fala da criação de um “*Estado Mayor Central de la Oficialidad Joven*” (EMCOJ). Cf. Marcos Domich, *Militares en la Revolución y en la Contrarrevolución*, La Paz, IDIS-UMSA, 1993. Ver o item “*Revolución y contrarrevolución en la disputa por las fuerzas armadas*”, pp. 61-66.

O primeiro grupo esteve ligado aos setores majoritários da burguesia compradora e de certos setores da burguesia interior democratizante. O segundo grupo, fonte de inesgotável reserva para os setores golpistas da burguesia, tendeu a fazer alianças variadas para recuperar posições e privilégios através do controle dos principais segmentos da burocracia estatal e chegar, com o seu homem forte, à presidência. Finalmente, o terceiro e quarto grupo estiveram mais ligados ao setor democratizante da burguesia compradora e da burguesia interior, conforme podemos constatar nos casos do regime de Padilla que colocou à disposição o aparelho de Estado no apoio à candidatura de Paz Estenssoro em 1979; bem como do regime de Vildoso, que acabou aceitando a volta do Congresso de 1980 para eleger o presidente em setembro de 1982 e possibilitar a saída “honrosa” do Exército.

Aqui chegamos a nosso último ponto. Dada a fragmentação de seu principal aparelho e a sua impossibilidade de controlar suas próprias transformações quando ameaçada pela “ruptura democrática”, as sucessivas crises do Estado militar - conforme observa Poulantzas - tornam-se “mais temíveis” que as crises do Estado democrático-parlamentar. É que este Estado dispõe de meios institucionais para sua administração, meios esses que dizem respeito a uma das suas funções particulares (sufrágio universal, pluralidade dos partidos e representações políticas, etc.) que é a de “permitir as modificações das relações de força dentro do bloco no poder *sem graves perturbações dos aparelhos de Estado*: este é particularmente o papel da Constituição e do Direito”.<sup>35</sup> O que significa que a própria estrutura organizacional do Estado democrático possibilita a “circulação orgânica da hegemonia entre as frações do bloco no poder através de seus representantes políticos, e até mesmo certa ventilação regulamentada do poder no seio das classes e frações dominantes (...). *Mas tal situação se revela totalmente impossível no estado de exceção*”.<sup>36</sup>

Quanto à configuração particular do Estado militar - continuando com as anotações de Poulantzas - , dada a sua incapacidade de articulação da hegemonia, agravada pela ausência do partido fascista, que desloca essa função para as Forças Armadas, o esqueleto e o cimento interno, ideológico e repressivo “fundamentam-se numa divisão muito delicada

<sup>35</sup> Nicos Poulantzas, *A Crise das Ditaduras*, op. cit., p. 72; grifo do autor.

<sup>36</sup> Idem, ibidem, p. 72; grifo do autor.

entre clãs e facções, entre ramos e aparelhos prodigiosamente emaranhados, reiterados e hierarquizados nas respectivas funções e esferas de competência”.<sup>37</sup> O que torna este Estado demasiado vulnerável a qualquer mudança ou reorganização de seus aparelhos em virtude do “*desequilibrio permanente*” na sua relação com a luta das classes que tentou neutralizar, em um duplo sentido: no conjunto da formação social e no seio do bloco no poder. Neste sentido, a única maneira de conter e controlar as contradições internas e seus aparelhos dominantes (o Exército) é “através de uma ordenação do Estado em ‘feudos’”, cujas relações são bastante rígidas. Assim, é justamente este tipo de organização do Estado militar que permite o funcionamento de sua *autonomia relativa* particular, “sobre uma base de potência própria, das diversas facções e clãs, alguns dos quais defendendo seus privilégios, podem criar constantemente obstáculos às eventuais tentativas de ‘normalizar’ e ‘fazer evoluir’ o regime, de outras facções”.<sup>38</sup>

É neste quadro teórico que deve-se avaliar o caso boliviano, pois geralmente interpreta-se o período como uma situação onde reinou o caos e a anarquia aliada à incapacidade e fraqueza “congenita” da democracia boliviana; seja a democracia dinamizada pelo movimento operário (COB), seja aquela oriunda das elites políticas democráticas. É também a partir dessas observações que examinaremos a autonomia relativa do Estado nos próximos capítulos desta dissertação. Isto nos leva à questão da caracterização geral das classes dominadas e da sua relação com os processos políticos do período.

## 2.5 As Classes Dominadas

Começemos com a seguinte observação importante: a presença das massas altamente politizadas no cenário político boliviano da década de 70 remonta à revolução de 52. Mas nem sempre estiveram juntos o movimento camponês e o proletariado mineiro-urbano; e nem sempre sua relação foi das melhores, quer dizer, sem ambigüidades e contradições. Contudo, quando estes dois grupos andaram juntos em alianças ocasionais ou

---

<sup>37</sup> Idem, ibidem, p.74.

<sup>38</sup> Idem, ibidem, p. 74.

planejadas, forneceram uma boa sustentação ao Estado burguês, como no primeiro governo do MNR (1952-1956), ou fizeram tremer os alicerces desse Estado (1978-1980). Com efeito, é essa aliança que o conjunto da burguesia boliviana teme; por isso, ela tenta evitar, por todos os meios, que tal aliança se materialize e se prolongue no tempo.<sup>39</sup>

A partir de 1978, os camponeses invadem as cidades, juntando-se à massa proletária na luta contra os regimes ditatoriais e na defesa do sufrágio universal. Em 1979, os camponeses fizeram uma das suas maiores greves da década, com bloqueio de estradas (só comparada as greves camponesas de 1974 contra o regime banzerista, que massacraram os impiedosamente), contra as medidas econômicas do FMI adotadas pelo governo Gueiler.

Lembremos que os camponeses chegaram por último aos processos revolucionários de 1952 e, quando se inseriram nele, deram uma nova tonalidade aos mesmos, viabilizando a Reforma Agrária em 1953. Mas essa reforma não mudou substancialmente sua situação econômica; apenas converteram-se os camponeses em pequenos proprietários de terra (minifúndio), cuja produção agrícola é basicamente de subsistência. Em razão das políticas populistas dos governos do MNR e da própria miséria camponesa, entre outras coisas, estes acabaram adotando a ideologia nacionalista revolucionária e, posteriormente, o populismo militar, dando origem ao Pacto Militar Camponês no regime de Barrientos.<sup>40</sup> Nesse sentido, a diferença do movimento camponês em relação ao proletariado é enorme, pois não conseguiu permanecer na COB, tendendo, pelo contrário, a ser tutelado pelo Estado.

Banzer restaurou esse Pacto logo após o golpe de 1971; e no final desse ano surgiu a Confederação Nacional de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CNTCB) ligada ao governo por laços de clientela. Esta organização serviu como veículo para a busca da ampliação da base de apoio ao regime no campo, cujos princípios ideológicos giraram em torno da modernização do campo e da oposição à ideologia comunista.<sup>41</sup> Mas em 1974 o

<sup>39</sup> Ver Guillermo Lora, "*Proletariado y Nación Oprimida*", in *Inviabilidad de la Democracia...*, op. cit. quanto ao pavor da burguesia boliviana frente aos índios, ver René Zavaleta, *Lo Nacional-Popular...*, op. cit., especialmente o capítulo "*El Mundo del temible Wilka*".

<sup>40</sup> Ver César Soto, *Historia del Pacto Militar Campesino*, Cochabamba, CERES, 1994. 70 pp.

<sup>41</sup> Ver Gonzalo Flores, "*Estado, políticas agrarias y luchas campesinas: revisión de una década en Bolivia*", in Calderon & Dandler (comp.), *Bolivia: La Fuerza Histórica del Campesinado*, Cochabamba, CERES-UNRISD, 1984, p. 499 e segs. Ver também os artigos da mesma coletânea: Jean Pierre Lavaud, "*Los campesinos frente al Estado*", pp. 273-308; Andrew Pearse, "*Campesinado y Revolución: el caso de Bolivia*",

Pacto ficou abalado com o massacre camponês executado pelo regime banzerista, por ocasião de uma irrupção camponesa contra a desvalorização monetária e o aumento dos preços dos produtos de maior consumo popular.

A partir desse ano, o regime militar tenta criar sindicatos operários controlados pelo Estado através dos famosos “*coordinadores laborales*”, mas fracassa pela enorme e decisiva presença da COB (criada em 1952), cuja maior resistência provinha da FSTMB, a qual manteve-se em greve permanente e, por essa razão, foi a que sofreu a maior repressão e massacre nos centro mineiros, centro esses que foram convertidos em zona militar.

A CNTCB, tutelada pelo Estado, foi sucessivamente combatida por alguns sindicatos camponeses independentes durante o regime; mas estes não conseguiram deslocar a direção e o controle detidos pelo governo. Na queda do regime banzerista, a CNTCB ficou ao desamparo, tentando ser reorganizada no governo Pereda; mas a esta altura, já estava em franca fragmentação devido aos efeitos das crises procedentes do governo Banzer de um lado, e dos processos eleitorais de 1978 e 1979 de outro.

É impressionante como a luta pelo controle das organizações camponesas (que chegavam a seis) - no contexto da criação de uma nova organização nacional - entre os partidos burgueses (MNR, ADN e UDP) e a COB foi tão acirrada em 1979 que precisou do arbitramento do governo Padilla nas soluções dos conflitos. Contudo, o arbitramento do governo não era gratuito, pois contribuiu a criar o Comitê Unificado do Campesinato da Bolívia (CUCN) amplamente controlado pelo MNR-Estenssoro. É nesse contexto de lutas que nasce no seio da COB, na base de apenas três organizações camponesas, a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB).<sup>42</sup>

Em suma, as massas camponesas haviam revertido a situação de meros sustentáculos de regimes burgueses; e passavam a organizar sua própria representação sindical conjuntamente com o proletariado mineiro e urbano, sob a direção política da COB.

---

pp. 309-358. Ver também, Silvia Rivera, “*Luchas Campesinas Contemporáneas en Bolivia: El Movimiento 'Katarista': 1970-1980*”, in René Zavaleta (org.), *Bolivia Hoy*, op. cit., pp. 129-168.

<sup>42</sup> Ver Gonzalo Flores, “*Estado, políticas agrarias...*”, op. cit., pp. 499-506.

É neste contexto que deve-se avaliar a participação decisiva destes dois grupos nos processos políticos da “ruptura democrática”. Para tanto, devemos fazer algumas observações sobre a natureza da representação político-partidária das massas populares e a disputa da direção dessa representação no interior do processo político. Já vimos como os partidos burgueses chegam fragmentados às eleições pós-78 e como as cisões do MNR dão uma amostra típica da crise de organização e representação partidária burguesas. Agora veremos as contradições da representação partidária das classes proletárias e os efeitos das contradições partidárias intra-burguesas, de um lado, e das contradições do aparelho militar (Exército) no seio das mesmas.

Na década de 70, emergiu uma nova geração de políticos de extração pequeno-burguesa que, se não são meros satélites das principais facções do MNR, apresentam-se como a nova força renovadora do nacionalismo revolucionário. É bastante sugestiva a observação de Zavaleta quando diz que a massa popular deixou de ser nacionalista revolucionária, enquanto a pequena burguesia passou a sê-lo. É o caso do MIR, fundado em 1971 e cuja origem é a Democracia Cristã (seus maiores expoentes são Jaime Paz Zamora, Antônio Aranibar, Oscar Eid Franco). Este partido firmou-se na resistência à ditadura banzerista, motivo pelo qual os seus dirigentes viveram a sua maior parte exilados em países europeus. Nos processos políticos pós-1978, o MIR apresentou-se com uma clara ideologia social-democrata (*à la* Willy Brandt) e contribuiu à formação da coligação UDP, liderada pelo MNR-Siles. Em outubro de 1982, Paz Zamora foi empossado vice presidente da República.

Por outro lado, temos um outro grupo de partidos pequenos burgueses que lutaram pela direção das massas proletária e camponesa: o PS-1, o PCB e o POR.<sup>43</sup> O PS-1, de

---

<sup>43</sup> Há também um grupo de partidos menores enquistados nos partidos burgueses, entre eles o MITKA e os resíduos do PIR. O primeiro é uma espécie de MNR índio, reivindica a luta indigenista, étnica. Não conseguiu aglutinar a massa índia como o MNR. O partido cindiu-se em várias frações caudilhistas. Vítor Hugo Cárdenas, do MIRTKA, chegou a ser vice presidente do governo Sánchez de Lozada (1994-1997), do MNR-Estenssoro. O PIR, nascido em 1940, chegou a ser o partido de esquerda (a primeira versão do PC boliviano) mais conspícuo do colaboracionismo de classe, apoiando a grande burguesia compradora e os regimes golpistas. Defendeu obstinadamente a revolução por etapas até chegar ao socialismo e, segundo a sua doutrina, a realidade boliviana só estava madura para fazer a revolução democrático-burguesa. Na prática, o PIR foi um MNR disfarçado. Desaparece da cena política em 1952 e nunca mais conseguirá se recompor. Um de seus caudilhos fundadores, Ricardo Anaya, reaparece apoiando Barrientos em 1964 e em 1979 apoiando a ADN de Banzer.

Marcelo Quiroga, radical-reformista, defendeu a transparência da administração do Estado. As principais tarefas consideradas pelo partido eram a conquista e a moralização do Parlamento, cujo funcionamento deveria aproximar-se de uma tribuna popular no quadro de uma democracia burguesa. Quiroga propôs o Inquérito Parlamentar a Banzer em 1979 (Inquérito esse que nunca se materializou pela permanente intervenção militar golpista) e acabou sendo assassinado no golpe de García Meza de julho de 1980. O PCB, que nasceu em 1950, nunca manteve uma consistência partidária, pois viveu fragmentado (em facções caudilhistas) devido a um duplo fator: o acirramento das contradições provenientes das diversas tendências ideológicas (principalmente das linhas moscovita e maoísta) e o efeito das contradições de classe da pequena burguesia. Entretanto, o PCB stalinista foi predominante, o qual não hesitava em fazer uma aliança com os setores mais esclarecidos da burguesia compradora para implantar a democracia burguesa, conforme rezava a sua ideologia da revolução por etapas. Com efeito, este partido integrou a UDP sob a direção do MNR-I de Siles Suazo. Já a facção maoísta do PCB estava apoiando o MNR-Estenssoro.

O POR-Lora, parece ser o partido que permaneceu mais conseqüente com sua postura ideológica e sua prática política, apesar de suas fragmentações e contradições internas. Sempre na oposição militante desde a sua reorganização em 1936, o POR participou do processo político boliviano acompanhando o movimento proletário. Em 1971 o partido ajudou a criar o FRA, o qual reaparecerá em 1978. Diante das experiências de 1952 (revolução mobilizada pelas massas populares) e 1971 (Assembléia Popular), reivindica a Tese de Pulacayo cuja tática e estratégia - segundo o partido - resultaram ser verdadeiras. Ao contrário do PIR, PCB, MIR, e o próprio MNR, que consideram que a Bolívia somente está em condições maduras para a revolução democrática-burguesa,<sup>44</sup> o POR sempre considerou que a revolução socialista estava na ordem do dia. Isto é importante porque o embate ideológico - quanto ao programa, tática e estratégia - entre os partidos de esquerda, de um lado, e entre estes e os partidos burgueses, de outro, estará presente nos processos políticos pós-78 quase nos mesmos termos da década de 40 e 50: a luta ideológica entre o nacionalismo burguês e o marxismo. O MNR (que nasceu em 1941)

---

<sup>44</sup> Ver a crítica do POR-Lora ao democratismo e cretinismo parlamentar do PS-1, MIR, PCB e do nacionalismo do MNR; Guillermo Lora, *Cuál es el Partido revolucionario?*, Lima, Masas, 1981.

defendeu obstinadamente que não estavam dadas as condições para a revolução socialista; bem pelo contrário, era a revolução nacional, isto é, democrático-burguesa, o mais importante no momento. Por seu lado, o PIR defendia a revolução por etapas até chegar ao socialismo; no fundo, esse partido defendeu estrategicamente a revolução burguesa, igual que o MNR.

O fato novo nos processos políticos e ideológicos do pós-78 é que as massas populares defenderam a democracia burguesa num contexto em que o conjunto da burguesia boliviana era golpista. Contudo, esse processo de luta pela democracia - que Poulantzas chama de "ruptura democrática" - foi bem aproveitado pelos setores democratizantes da burguesia (o MNR-Estenssoro, o MNR-Siles, militares reformista como Ovando, etc.) e pela pequena burguesia (MIR, PCB, PS-I, Lechin), processo que acabou sendo dirigido pela fração burguesa representada por Siles Suazo.

A pergunta que se impõe então é: a que se deveu a perda da direção do processo de democratização por parte do proletariado boliviano? Ou, havia a possibilidade de se reverter essa situação a favor da classe operária, e de que esta tomasse o poder? Esta questão remete a uma problemática que está diretamente relacionada com o caráter das lutas e experiências do movimento operário e de esquerda bolivianos, pelo menos desde 1952, passando por *Nancahuasu* (nome do lugar das operações da guerrilha comandada pelo *Che* Guevara, 1967) e a Assembléia Popular de 1971.<sup>45</sup> Mas não é aqui o espaço para a análise da questão. Basta mencionar aqui duas contradições importantes que nos parecem sintetizar o caráter do movimento operário e que se manifestaram claramente, de forma combinada, no seio da COB.

A primeira contradição refere-se ao problema da criação e direção autônoma do partido de classe do proletariado. Zavaleta e outros autores interpretam que esta contradição manifesta-se na tendência da substituição do partido pelo sindicato e pelo caráter

---

<sup>45</sup> Ver Guillermo Lora, *História del Movimiento Obrero Boliviano, 1947-1979*, in *Obras Completas*, Tomo XXII, op. cit.; *Obras Completas*, Tomo XIV, 1963-1964, op. cit.; *Movimiento Obrero Contemporáneo (1952-1979)*, La Paz, Masas, 1979; Ver também René Zavaleta, *El Poder Dual*, op. cit. Sobre o *Che*, ver Luiz Bernardo Pericás, *Che Guevara e a luta revolucionária na Bolívia*, Tese de Mestrado, USP-FFLCH, São Paulo, 1996.

espontaneista do movimento operário boliviano.<sup>46</sup> Para Lora, o problema é mais complexo, as suas causas estando na luta de classes e se manifestando na articulação de, no mínimo, quatro elementos: 1) a história e a formação do próprio movimento operário e seus erros internos, 2) o enorme papel do proletariado nas tarefas nacionais, frente à inexistência da burguesia nacional, 3) a influência da ideologia burguesa sobre as massas e 4) na pressão das classes dominantes, do Estado burguês e do imperialismo sobre o proletariado.<sup>47</sup>

A nosso ver, a COB nunca foi um bloco homogêneo - e não poderia sê-lo. Ela nasce sob as tensões e contradições das tendências ideológicas dos partidos de esquerda, de um lado, e da dupla influência ou efeito da ideologia dos partidos burgueses e da presença do Estado burguês, por outro. Com efeito, a COB nasceu na revolução burguesa de 1952 e se constituiu em algo assim como um "mega-sindicato" com uma função de partido político. Contudo, não era o partido, propriamente falando, da classe trabalhadora. Esta protagonizou a revolução com seu próprio programa, a Tese de Pulacayo - com forte influência sindicalista - mas "seu" partido foi o MNR. Por sua vez, este partido pequeno-burguês utilizou demagogicamente o programa do proletariado como forma de atrair as massas, sem nunca realizá-lo. Em compensação, o MNR materializou seu próprio programa, de conteúdo burguês. Quando a direção da COB e a do POR se depararam com esse fato, os processos da revolução burguesa já eram irreversíveis. Este erro vai ser saneado na Assembléia Popular de 1971, mas a experiência foi tão curta que a vanguarda cometeu um novo erro: o de não armar a massa popular para defender a Assembléia e, quando tentou fazê-lo, já era demasiado tarde.

Nos processos políticos pós-78, a COB mantém no seu interior as suas contradições originárias com a seguinte agravante: a reiterada presença do caudilho Lechin na direção executiva. Este problema é sintetizado no amplamente conhecido *burocratismo sindical*,<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> Ver René Zavaleta, *El Poder Dual*, op. cit. Cayetano Llobet reproduz a tese de Zavaleta, ver "*Apuntes para una Historia del Movimiento Obrero en Bolivia*", in Pablo Gonzales Casanova (Cord.). *Historia del Movimiento Obrero en América Latina*, México, Siglo XXI, 1984.

<sup>47</sup> *Por qué la clase obrera no tomó el poder en 1952?*, La Paz, 1984, pp. 24-30 e segs. Ver também, *El Proletariado en el proceso político 1952-1980*, La Paz, Masas, 1980 e "*La clase obrera después del 52*", op. cit., pp. 177 e segs.; "*Sindicatos y Revolución*", in Guillermo Lora, *Hacia la dictadura del Proletariado*, La Paz, Masas, 1978, pp. 5-45.

<sup>48</sup> Ver Guillermo Lora, "*La burocracia sindical y la masacre de Siglo XX - 1963*", in *Hacia la Dictadura...*, op., cit., pp. 49-102. Ver também do mesmo autor, *La Burocracia Sindical*, La Paz, Masas, 1984.

que funcionou como uma espécie de controle - provocando um claro retrocesso - do próprio movimento operário e de contenção das massas radicalizadas. A COB, portanto, não estava isenta desta prática muito comum dos caudilhos burgueses e pequenos burgueses que convertem em "feudos" os órgãos da burocracia estatal e os transformam em postos vitalícios. Lechin procurou por todos os meios ser presidente da República mas fracassou rotundamente, ficando relegado ao âmbito do sindicalismo. Não esqueçamos que este caudilho foi o homem da aristocracia sindical por meio do qual os governos do MNR controlaram a COB.

A segunda contradição diz respeito ao abandono das posturas revolucionárias da COB - como a de suas Teses Políticas do Congresso de 1970 que contribuiu implantação da Assembléia Popular - em favor da adoção da luta pela *democracia burguesa*.<sup>49</sup> Isto foi patente no colaboracionismo de classe implementado pela direção da COB, sob o controle de Lechin e outros dirigentes (oriundos das frações do PCB), e que se traduziu na aliança com o MNR-Siles e os partidos pequenos burgueses (MIR, PCB, PRIN, PS) dando lugar à *Frente Unidad Democrática y Popular* (FUDP) em 1978. Inclusive o programa econômico da COB, conforme observou Zavaleta, não passava de um tecnocratismo de cunho cepalino. Pode-se dizer que a massa popular foi induzida, desde vários flancos, a abraçar a democracia burguesa. Primeiro, as suas expectativas quanto à implantação de um regime democrático eram altíssimas, o que a levou a defender ferreamente o sufrágio universal e o Parlamento. Segundo, relacionado com o primeiro elemento, a derrubada da ditadura militar estava associada com o melhoramento da sua situação econômica. E terceiro, abalado o nacionalismo revolucionário burguês (na suas versões militar e civil), a direção da COB e setores da burguesia e pequena burguesia democratizante adotaram a estratégia da luta democrática numa linguagem que remetia ideologicamente à imagem da primeira fase da

---

<sup>49</sup> Ver "Tesis Política de la C.O.B.", 6 de maio de 1970, e "Declaración Política del Vº Congreso de la Central Obrera Boliviana", 8 de maio de 1979. As diferenças de conteúdo programático e ideológico são enormes nestes dois documentos: no primeiro a ênfase é o socialismo, no segundo, a luta pela democracia, luta essa que não passa de um puro reivindicacionismo salarial. Ambos os documentos foram publicados por Guillermo Lora, *Documentos Políticos de Bolivia*, La Paz, Futuro, 1987, Tomo II, pp. 43-75.

revolução de 1952 (a participação das massas populares), reforçando as expectativas das massas.<sup>50</sup>

A aliança entre a COB e a UDP traduziu-se na perda da direção do “processo democrático” por parte da COB, ficando esta apenas com sua capacidade tradicional de poder de convocação e mobilização da massa popular; sendo esse poder canalizado em favor da burguesia democratizante. As contradições e ambigüidades dessa aliança não apenas se manifestaram nas práticas políticas no interior do próprio processo ao longo dos quatro anos de luta contra os regimes militares (1978-1982), mas também no chamado governo UDP-COB (1982-1985).

Vejamos apenas dois exemplos. Durante o governo Gueiler (1980) criou-se a CONADE, formada basicamente pelo MIR, setores do MNR-I, PS-1 e a COB, cuja dupla função era, de um lado, defender o novo regime democrático e o Parlamento de um eventual golpe, e de outro, organizar as bases de sustentação política do governo democrático (UDP) que sairia das eleições de junho de 1980. Só que os integrantes da CONADE caíram num ativismo democratizante que os levou a subestimar a função política do Exército. Ora, este aparelho permanecia sendo o centro de poder mais importante. No dia do golpe de Meza (julho 1980), um regimento do Exército surpreendeu os dirigentes da CONADE, no momento em que esta realizava uma reunião na sede da COB, caindo nessa ação, vários dirigentes, entre eles, Marcelo Quiroga do PS-1.

Segundo exemplo. O regime de Garcia Meza tinha-se tornado incômodo demais, de um lado, para as frações da burguesia compradora e interior, e de outro, para o governo norte-americano, em razão de uma série de contradições entre esses atores, entre as quais estava o rumo adotado pelo regime e sua articulação direta com o narcotráfico. Dentre as cinco tentativas de golpes para derrubar o regime, uma delas foi planejada pelo Pentágono dos EUA em direta colaboração com a burguesia democratizante ligada à UDP, o MIR e a

<sup>50</sup> A “Declaração Política” da UDP praticamente utiliza a imagem da Revolução Nacional, designa-se a si própria como a dinamizadora de uma nova etapa histórica que reatualiza o processo de 1952 e reivindica as conquistas de 1969 (nacionalização da *Gulf Oil Co.*) e 1971 (*Asamblea Popular*). Se esta Declaração pode-se considerar um programa político, ele não passa de uma pura consigna populista. Ver “*Declaración Política del Frente de Unidad Democrática y Popular*”, in Guillermo Lora, **Documentos Políticos...**, Tomo II, op. cit., pp. 327-336. Ver a crítica de René A. Mayorga ao governo da UDP-COB do ângulo da queda do Estado de 1952, “*La Democracia...*”, op. cit., ver principalmente pp. 29-63.

cúpula da COB (Lechin). O objetivo desse golpe era colocar um general dissidente no comando do Estado para logo facilitar a transmissão do poder aos civis, neste caso a Siles, que reivindicava a presidência por ser o justo ganhador das eleições de 1980. Este fato exacerbou as expectativas dos coronéis e generais dissidentes face à sucessão presidencial, colocando em sérios atritos as relações destes com os norte-americanos em razão de terem colocado a Siles Suazo e Jaime Paz Zamora na empreitada golpista. Conclusão: o intento do golpe contra Meza fracassou, deixando no caminho um bando de frustrados candidatos à presidência (a análise das tentativas golpistas contra Meza será retomada no capítulo quinto desta dissertação).

Um último ponto a ser considerado. A UDP representava apenas um bloco invencível eleitoralmente, conforme diz Zavaleta, no sentido de que foi a massa popular que elegeu Siles Suazo e não este à massa. Era um voto *aymara* (da massa índia, camponesa), anti-Banzer (1978), que derrotava o bloco “oligárquico” Estenssoro-Banzer (1979).<sup>51</sup> Com efeito, por que a massa não se alçou em armas para defender a sua primeira vitória eleitoral, que foi interrompida pela fraude cometida por Banzer em 1978? A nosso ver, os complexos processos políticos pós-78 apontam para uma série de fatores que indicam que a insurreição armada foi excluída como uma via para a tomada do poder pelas massas. Isto manifesta-se no seguinte paradoxo: de um lado, os representantes políticos da burguesia (incluído o Exército) parodiaram insistentemente os processos de 1952 no que respeita ao populismo nacionalista (evidência da crise da ideologia nacionalista burguesa), de outro, não queriam repetir a experiência da insurreição das massas de abril de 1952. Essa tragédia foi vivida com maior intensidade pelo Exército e pela fração burguesa que representou o MNR-I e a pequena burguesia do MIR. Neste contexto, a UDP funcionou como um verdadeiro muro de contenção das massas desarmadas em estado de “virtual insurreição” e que poderiam ter revertido esse quadro.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> Ver “*Las Masas en Noviembre*”, op. cit., pp. 26 e segs.

<sup>52</sup> Para Zavaleta, frente à vitória de 1978, a UDP não quis defender e, portanto, *vencer* “porque aquelas condições já assinalavam a negação do espírito do nacionalismo revolucionário (...), ao qual, no fundo, pertenciam todos. Era, portanto, melhor engolir um 78 que vencer com um 79”, Idem, *Ibidem*, p. 35.

Se o período manifestava uma situação política que se encaminhava para uma vitória eleitoral com uma enorme expectativa e participação das massas, o programa da UDP não ia além dessas expectativas democratizantes. Vale dizer, embora o seu programa considere a intervenção do Estado na economia (planificação econômica), o controle das principais empresas estatais em benefício do país e dos trabalhadores, o estímulo à produção camponesa e sua modernização, e sobretudo, a realização de políticas anti-monopolistas no setor industrial e agro-industrial, ele não passou de uma pura imitação das políticas estatais do primeiro processo revolucionário de 1952. Imitação, eleitoralista ou não, que foi levada a sério pela pequena burguesia (MIR, PCB, PS) e pela direção da COB controlada por Lechin. Inclusive, a arma da COB foi o *co-governo*, conforme a versão feita no primeiro governo Paz Estenssoro (1952-1956). Naquela ocasião, o co-governo (MNR-COB) foi um verdadeiro fracasso, resultando na derrota da COB e das massas proletárias. Frente a essa situação, a COB passou a defender a co-gestão da principal empresa estatal, a COMIBOL, e não passou disso. Agora, a COB defende um novo co-governo, num processo em que incorpora os erros do passado e os pratica como virtude no presente.

Em suma, a contradição inscrita na cúpula da COB (carência de seu próprio partido de classe e adoção da ideologia burguesa materializada na luta democrática) arrastou o principal órgão das massas à perda da direção do “processo democrático” em favor do MNR-Siles, para cair em novas contradições provenientes da natureza da aliança com a UDP e da prática política democratizante. Neste sentido, a COB foi absorvida tanto pela ideologia burguesa (discurso político) como pelo ativismo democratizante (prática política) que caracterizou a burguesia boliviana da época. Isto é, ficou encurralada no campo político do inimigo de classe, um processo político semelhante ao já ocorrido em 1952, só que desta vez, como tragédia e farsa ao mesmo tempo.

Cabe agora trazer a tona a hipótese de Poulantzas sobre os fatores que definiram a derrubada dos regimes militares português, grego e espanhol; e que, a nosso ver, foram semelhantes aos fatores determinantes da queda dos regimes militares bolivianos da década de 70 e inícios da década de 80. Nesse sentido, podemos dizer que as *lutas das classes populares* - já unificadas no período pós-78 - a favor da democracia burguesa e contra os efêmeros regimes militares constituíram o *fator determinante* do colapso dos mesmos. Mas

os fatores que tiveram um papel *direto* ou *principal* nessa queda foram as próprias contradições dos regimes, quer dizer, nas palavras de Poulantzas, “*eles próprios*, determinados pelas lutas populares”.<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup> *As Crises das Ditaduras*, op. cit., p. 62; grifo do autor.

## CAPÍTULO TRÊS

### O ESTADO BOLIVIANO E AS CLASSES DOMINANTES

#### SOB O REGIME DE BANZER

O objetivo deste capítulo é fazer uma caracterização da forma de Estado, das principais políticas estatais, bem como das mudanças do bloco no poder ocorridas ao longo da década de 70. Para tanto, examinaremos a configuração que assumiu tanto o Estado como o bloco no poder, tomando como parâmetro teórico a relação entre o político e o econômico. Conforme Poulantzas, as formas de Estado estão relacionadas com as modificações específicas da relação entre o político e o econômico. Em outras palavras, as formas de Estado referem-se “à *relação do Estado com o isolamento das relações sociais econômicas*” (luta econômica). Relação essa que é traduzida num conjunto de resultados que dizem respeito às transformações de legitimidade, bem como às relações diferenciais do executivo e do legislativo, entre outras coisas. Diz respeito também - este ponto é o que mais nos interessa - “à *relação do Estado com a hegemonia de classe e com o bloco no poder*” (luta política). Assim, “uma forma de Estado, localizada em um estágio de uma formação social, corresponde a uma configuração típica desse bloco no poder: esses diversos estágios, caracterizados por formas diferentes de Estado, serão escandidos por modificações desse bloco”.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> PPCS, cit., p. 147; grifo do autor. Esclareça-se que uma situação de redefinição da hegemonia no seio do bloco no poder implica, como regra geral, uma transformação da forma de Estado e do regime político. Referindo-se às modificações do bloco no poder e às contradições decorrentes de uma aliança de classes (inversão importante das relações de força ou da dissolução do bloco no poder, bem como o caráter da aliança) Poulantzas sustenta que esses “fenômenos, no quadro do bloco no poder, *correspondem*, regra geral, a uma transformação da forma de Estado” (PPCS, p. 236; grifo do autor). Em síntese, “a configuração típica de um bloco no poder determinado depende da conjuntura”, isto é, da *combinação concreta* de três fatores importantes: 1) “da classe ou fração que nele detém concretamente a hegemonia, 2) das classes ou frações que nele participam; 3) das formas que esta hegemonia assume”, ou seja, “da natureza das contradições e da relação concreta entre as forças no bloco no poder”. A combinação desses fatores oferece “um quadro de decifração das relações de classe típicas de um *estágio* de uma formação determinada, ao assinalar os *limites* desta tipicidade”. E continua o autor: “no interior dos limites fixados por este estágio, constatamos uma série de variações de classe, modificações do bloco no poder, que não põem, contudo, em questão a sua configuração típica e a forma de Estado correspondente” (PPCS, p. 237; grifo do autor). Entretanto, a relação entre bloco no poder e forma de Estado - no sentido de que as modificações do primeiro implica numa alteração ou transformação da forma de Estado - não pode ser estabelecida no sentido inverso, como perfeitamente observou Saes: “nem toda transformação da forma de Estado e do regime político resulta de uma redefinição da hegemonia política no seio do bloco no poder”. Até porque, “a rigor, ela pode também resultar da pressão da massa popular. Nesse caso, a fração hegemônica da classe dominante terá de se adaptar

Por outro lado, as formas de Estado têm como pressuposto imediato a independência específica entre o político e o econômico, que caracteriza o Estado burguês. Nas palavras de Poulantzas: “são as modificações das suas relações, no quadro invariante dessa autonomia, que regulam precisamente as modificações das suas intervenções respectivas, fixando os respectivos limites”.<sup>2</sup>

### 3.1 Observações Sobre o Estado e a Formação Social Boliviana da Década de 70

A nossa análise parte do conceito de Estado de 1952 (parte da caracterização desse Estado já foi feita no primeiro capítulo desta dissertação). Entendemos por Estado de 1952 o tipo de Estado burguês instaurado na Bolívia, como produto do processo revolucionário de caráter nacional desenvolvido na década de 50.<sup>3</sup> Trata-se de um Estado dependente que tem, evidentemente, características atrasadas acentuadas, devido às limitações das transformações sócio-econômicas e políticas de tipo capitalista e à permanente intervenção do imperialismo norte-americano nos assuntos internos do país. Em outros termos, o Estado de 52 teve sérias dificuldades de se realizar plenamente e de implementar uma dominação nos moldes democrático-burgueses, manifestando, assim, um duplo déficit: 1) de desenvolvimento capitalista e 2) de desenvolvimento da democracia burguesa.<sup>4</sup>

Por outro lado, a formação social boliviana da década de 70 manifesta a predominância de um capitalismo monopolista periférico, centralizado no setor de

---

às novas condições imperantes no aparelho de Estado e no processo de luta política institucional a fim de não perder a hegemonia política para qualquer outra fração da classe dominante”, Décio Saes, “*Democracia e Capitalismo no Brasil...*”, op. cit., p. 140, nota 8.

<sup>2</sup> PPCS, p. 148.

<sup>3</sup> Não estamos afirmando que o Estado burguês boliviano nasceu em 1952. O que emergiu foi uma variante ou tipo de Estado burguês. Vários autores caracterizam o Estado anterior a 1952 como “feudal-burguês” (Lora) e “Estado oligárquico” (Zavaleta). Ver o item “Interpretações Teóricas Sobre o Estado Boliviano” do primeiro capítulo desta dissertação. O estudo sobre a formação do Estado burguês boliviano ainda deve ser feito. Zavaleta periodiza quatro fases do Estado de 1952: 1) fase da hegemonia das massas (1952-1953); 2) fase semi-bonapartista do poder (1953-1964); 3) fase militar-camponesa (iniciado em 1964); e 4) fase militar-burguesa (a partir de 1971). Tais fases não deveriam ser consideradas em formas taxativas. Cf. “*La Revolución...*”, op. cit. pp. 28-31.

<sup>4</sup> Citamos apenas dois autores importantes que analisaram essa problemática: Guillermo Lora, *Inviabilidad de la Democracia...*, op. cit.; e os trabalhos mais importantes sobre o Estado de René Zavaleta. O seu artigo “*Bolívia: la fuerza de la masa*” é uma análise da problemática do funcionamento da democracia no país invertebrado. O “paradoxo senhorial” assinalado por Zavaleta, uma das observações importantes do autor, manifesta também o duplo déficit mencionado acima.

mineração (economia de enclave). Além do mais, esse tipo de produção convive com outras três formas de produção: 1) uma forma de capitalismo competitivo, que vigora basicamente em setores do grande e médio capital (setores agro-industrial, industrial ou manufatureiro, o setor da Pequena Mineração, o setor serviços, entre outros); 2) um tipo de produção comercial simples, ligado ao amplo setor informal, em que predomina o pequeno capital e as atividades econômicas da grande massa popular urbana; 3) uma predominante produção agrícola pré-capitalista, maioritariamente camponesa, surgida da Reforma Agrária da década de 50, a qual combina um tipo de produção incaica nas regiões de maior população andina e sub-andina - um dos produtos de maior cultivo é a folha de coca; 4) um "nicho" de produção agrícola capitalista na região de Santa Cruz.<sup>5</sup>

Esclareça-se que a exemplificação dos setores que participariam em cada uma das formas de produção tem um sentido didático. Sabemos que a combinação dos diferentes modos de produção, bem como a combinação das fases e estágios do modo de produção capitalista, numa formação social, processam-se de modo complexo. Vale dizer, ambas as combinações não se processam de uma maneira unilinear, segundo um modelo cronológico evolucionista.<sup>6</sup>

Outra observação importante. O tipo de capitalismo instaurado na Bolívia - economia de enclave - desde o início do século XX, impediu um desenvolvimento diversificado da economia boliviana, inclusive no seu setor chave (mineração), devido basicamente ao caráter da intervenção do capital estrangeiro no país. Vale dizer, as três maiores empresas mineradoras do país (Patiño, Hoschschild e Aramayo) impediram, desde as décadas de 20 e 30, o desenvolvimento econômico do país baseado na industrialização do setor mineiro: investimentos em bens de capital, ou seja, a implementação de tecnologia e maquinaria para extração de minérios, bem como a instauração de usinas de processamento e de fundição dos diversos tipos de metais, principalmente estanho,

---

<sup>5</sup>Sobre o desenvolvimento da produção agrícola do Departamento de Santa Cruz, ver Mário Arrieta, *Agricultura en Santa Cruz: de la Encomienda Colonial a la Empresa Modernizada (1559-1985)*, La Paz, ILDIS, 1990.

<sup>6</sup> Trata-se de uma dupla problemática analisada por Poulantzas: 1) da coexistência de vários modos de produção com o modo de produção capitalista e 2) da coexistência de vários estágios e fases do capitalismo. Cf. PPCS, cit., pp. 144-148; sobre o problema da periodização das formas de Estado, ver pp. 150-152. Ver também Nicos Poulantzas, *As Classes Sociais no Capitalismo...*, op. cit.; ver especialmente os itens "*A fase atual do imperialismo e a dominação dos Estados Unidos*" e "*As contradições atuais da burguesia*".

elementos importantes que possibilitariam uma diversificação econômica. Essas três firmas mineradoras bolivianas estavam articuladas ao grande capital estrangeiro; e dentre elas, a Patiño Mines controlava (desde as décadas de 40 e 50) a maior usina de fundição de estanho do mundo, que se encontrava em Liverpool, Inglaterra. Assim, o país ficou relegado somente à extração e exportação de “concentrado” de minérios (produto não fundido que possui diversas qualidades de um determinado mineral; no caso de “concentrados de estanho”, maior teor de estanho de alta e baixa lei). Além do mais, tanto a comercialização nacional de minérios como a comercialização ultramarina estava controlada por essas três empresas monopolistas e pelas firmas norte-americanas (como a *Philipp Brother*, por exemplo).

Apesar da nacionalização das minas em 1952, o desenvolvimento capitalista do país não avançou muito: a modificação substantiva do aparelho econômico e à implementação de um projeto de industrialização nacional na base da produção de minérios fracassaram. O governo Estenssoro (1952-1956) nacionalizou as minas, mas pagou uma cara indenização às três firmas mineradoras, principalmente à *Patiño Mines*. E esta ainda continuou controlando a fundição ultramarina de estanho, feita pela usina *Williams Harvey* em Liverpool.<sup>7</sup> No geral, os planos de desenvolvimento implementados pelo MNR (conforme vimos no primeiro capítulo), na década de 50, foram determinados pelo capital estrangeiro, através de um diversificado mecanismo de imposição das políticas de desenvolvimento contida no Plano Triangular e no Plano Eder. Com o golpe de 1964, esse capital passou a interferir com maior força na vida econômica e política do país.

Em síntese, o tipo de capitalismo instaurado na Bolívia reforçou a conservação dos modos de produção pré-capitalista, facilitando, desse modo, o desenvolvimento de um tipo de acumulação de capital marcado pela intensa e maciça transferência de capital (basicamente através da exportação de minérios e de produtos petrolíferos) aos países centrais. Essa situação expressou-se no caráter peculiar da intervenção do capital estrangeiro no país, aliado à grande burguesia compradora e aos setores da burocracia

---

<sup>7</sup> A única usina de fundição nacional de estanho era a de Mariano Perú (“*Fundición de Estano Oruro S. A.*”), que começou a funcionar precariamente em 1937. Na década de 60, a capacidade de fundição da usina chegava a 5.040 toneladas finas anuais, representando um quarto da produção nacional de estanho. Contudo, a tentativa de Perú, de consolidar a usina nacional, fracassou devido à resistência da *Patiño Mines* que detinha ainda o monopólio da fundição do estanho boliviano produzida pela COMIBOL. Ver Sérgio Almaraz, *El*

estatal. Nesse sentido, pode-se dizer que a prática de acumulação de capital, por parte desses três setores,<sup>8</sup> adquiriu uma forma de extorsão e pilhagem, típica de uma relação colonial.<sup>9</sup> A esse respeito, é sobejamente conhecida, por parte da maioria dos autores bolivianos, que esse tipo de capitalismo implementado na Bolívia determinou a forma de acumulação de capital por parte do conjunto da burguesia; tal forma de acumulação caracterizou-se pelo predomínio da prática da pilhagem. Essa característica foi identificada de várias maneiras: o “sistema de maio” observado por Almaraz, a “corrupção generalizada” ou “saqueio” denunciada por Quiroga Santa Cruz, o “sistema *prebendário*” detectado por Zavaleta e o sistema de acumulação denominado por Toranzo de “banzerato”.<sup>10</sup>

Basta aqui dar dois exemplos do caráter da intervenção do capital estrangeiro na Bolívia, intervenção essa feita basicamente nos setores chaves da economia boliviana: a mineração e o petróleo. O caso da concessão da exploração da “Mina Matilde” a uma empresa norte-americana e os contratos adquiridos pela *Gulf Oil Company* para a

---

**Poder y la Caida**, op. cit., pp. 210-231; ver também o capítulo “*El Mito de la Fundición*”, pp. 125-140.

<sup>8</sup> A prática de acumulação de capital é entendida aqui como prática econômica – que visa a realização do lucro – do conjunto da burguesia boliviana. O conceito de *prática econômica* está relacionado com o conceito de *prática de classe* e o conceito geral de *classes sociais* propostos por Poulantzas (sobre o conceito de *prática de classe*, ver nota 52 do primeiro capítulo deste trabalho). As classes sociais “não são colocadas senão na sua *oposição*”; isso significa que as práticas de classe são analisáveis como “práticas conflitantes no campo da “luta” de classe, composto por relações de oposição, relações de contradição no sentido mais simples do termo”. A relação conflitante das práticas das diversas classes, “definem, a todos os níveis, relações fundamentais de *dominação e subordinação* das classes – das práticas de classe – que existem como contradições particulares. Trata-se, por exemplo, da contradição entre as práticas que visam à realização do lucro e as que visam ao aumento dos salários – luta econômica –, entre as que visam a manutenção das relações sociais existentes e as que visam a sua transformação – luta política – etc.”, PPCS, pp. 83-84; grifo do autor. Nesse sentido, a *prática econômica* – que, de um lado, tem efeitos importantes na *prática política* e na *prática ideológica*, partes constitutivas da prática de classe; e de outro, está também relacionada com os conceitos de *interesses de classe* e de *poder* – deve ser entendida a partir dessas observações teóricas. Uma variante da prática econômica é a *prática de maximização do lucro a curto prazo*, realizada pelos setores dominantes da burguesia boliviana. Essa questão será retomada ao longo deste e dos próximos capítulos.

<sup>9</sup> A prática da pilhagem imperialista é denominada por vários autores como uma situação de neocolonialismo. Ver Laurence Whitehead, *The United States and Bolivia. A Case of Neocolonialism*, op. cit. Ver também, James Petras, *Ensaio Contra a Ordem*, São Paulo, Página Aberta, 1995; ver o item “*A decadência imperialista e a intensificação da pilhagem*”. Ver também Noam Chomsky, *Ano 501. A Conquista Continua*, São Paulo, Página Aberta, 1993; ver o capítulo sobre “*A velha e a nova ordem mundial: a América Latina*”.

<sup>10</sup> Ver Sérgio Almaraz, *Requiem para una República* e *El Poder y la Caida*, ambas as obras citadas; Marcelo Quiroga Santa Cruz, *El Saqueo de Bolivia*, La Paz, Puerta del Sol, 1979; René Zavaleta, “*Las Masas en Noviembre*”, op. cit.; Carlos Toranzo, “*Banzerato: un nuevo modelo de acumulación?*”, op. cit.

exploração do petróleo, são exemplos paradigmáticos da exploração, extorsão e pilhagem do capital estrangeiro no país..

Em 1964, o governo Estenssoro pretendia transformar uma das principais minas nacionalizadas em 1952, a Mina Matilde (rica em diversos minérios, principalmente zinco, mineral estratégico para a indústria bélica norte-americana), em uma empresa mista, a qual contribuiria com maiores rendas para o Estado. Entretanto, essa medida era parte de um processo mais amplo de abertura da economia do país ao capital estrangeiro, iniciada com maior força a partir de 1956. Em 1966, a Junta Militar excluiu os planos do anterior governo (transformar Matilde em uma empresa mista) e arrendou Matilde, por um período de 30 anos, às firmas norte-americanas *United States Steel Corp.* e *Minerals and Chemicals Philipp Corp.*, formando, assim, a “*Matilde Mines Corp.*” (MMC). O governo Torres conseguiu nacionalizá-la novamente sem indenização. Mas em 1971, o governo Banzer, pagou uma indenização, sobreavaliada, de 13,4 milhões de dólares, quando os investimentos feitos pela MMC chegavam apenas a 5,9 milhões. Naquela ocasião, os advogados da MMC conseguiram entrar na justiça contra o governo boliviano para “recuperar” o capital investido na Mina Matilde. Na verdade, as negociações, por parte dos antigos arrendatários da mina, estiveram caracterizadas pelo intento permanente de extorsão dos parques recursos do governo boliviano: a soma exigida pelos asseguradores (empresas de seguro) da MMC era inicialmente de 16,7 milhões de dólares.

Contudo, a MMC não somente queria recuperar o seu capital investido, com um enorme acréscimo, mas também pretendia ser dono da mina. O valor das jazidas de zinco da mina chegavam a 64,6 milhões de dólares. Nesse sentido, a MMC queria obter cerca de 78,5 milhões em troca de 5,9 milhões de dólares.

Na negociação do pagamento da indenização à MMC, intervieram o Banco Mundial (BM) e o governo norte-americano. Naquela ocasião, o governo Banzer teve que fazer um empréstimo ao BM, em condições onerosas para o país, para efetivar o pagamento. Em virtude do crédito outorgado ao governo boliviano, o BM impôs suas prerrogativas políticas: o governo deveria excluir da administração estatal (COMIBOL) a Mina Matilde, passando a ser administrada pelo governo norte-americano, cujo gasto administrativo (técnicos e funcionários estrangeiros) corria por conta do Estado boliviano. Além do mais,

o país não receberia nenhum benefício da exploração da mina até que o governo pagasse o crédito adquirido para a indenização.<sup>11</sup>

O outro caso refere-se aos contratos leoninos do governo boliviano com a *Gulf Oil Company*. Esta empresa petrolífera teve uma participação decidida no golpe de 1964, através de maciços subornos aos militares golpistas e ao próprio Barrientos. O objetivo da *Gulf* era o de obter o monopólio geral do petróleo (exploração, produção e comercialização do gás e do petróleo) e das reservas energéticas do país. Com efeito, a *Gulf* conseguiu firmar um contrato com o governo Banzer para a exploração petrolífera durante 30 anos. Tal contrato incluía a concessão de 80% das reservas energéticas do país (gás e petróleo), o rebaixamento de 19% para 11% do imposto (*regalias petroleras*) aos Departamentos produtores, além das isenções fiscais (incentivos) da produção e comercialização dos derivados do petróleo e da liberação de impostos aduaneiros (exportação). A *Gulf* passava a ter um predomínio quase absoluto sobre a empresa estatal do petróleo (YPFB), ficando esta obrigada a vender os seus produtos à firma norte-americana.

Em outubro de 1969, o governo Ovando reverteu os contratos e nacionalizou a *Gulf*, recuperando novamente o monopólio estatal do petróleo: a produção petrolífera e as reservas energéticas passavam a ser controladas pela YPFB. Entretanto, a firma norte-americana utilizou o mesmo esquema de negociações (referente às indenizações) que tinha utilizado a MMC. Em dezembro de 1972, o governo Banzer comprometeu-se a pagar a indenização de 78,6 milhões de dólares à *Gulf*. Ademais, essa firma recuperou o monopólio da exploração e da comercialização do petróleo e do gás (além de ser o maior fornecedor de tecnologia, equipamentos, maquinaria, insumos para a exploração, assessoramento técnico para a empresa estatal boliviana). O contrato de indenização previa o pagamento da quantia acima mencionada, num período máximo de oito anos (inicialmente era de 20 anos). Incluía também o desconto de 19,5% do total das exportações de gás e de petróleo, que corresponderiam à *Gulf*, em razão das amortizações do capital indenizado. Além do mais, o contrato obrigava o governo boliviano a manter um ritmo acelerado e intensivo de produção

---

<sup>11</sup> Ver Marcelo Quiroga, *El Saqueo de Bolivia*, op. cit., pp. 31-40. Esta obra analisa o caráter dos contratos do capital estrangeiro no regime de Banzer. A lógica da exploração e pilhagem do capital norte-americano na Bolívia, em colaboração com a velha classe dominante, é retratado muito bem por Sérgio Almaraz em *Requiem para uma República*, op. cit.; ver o capítulo VII, "*El Sistema de Mayo*", especialmente o item "*Historia de Matilde*".

e exportação de gás e de petróleo para pagar, no tempo previsto, a dívida à empresa estrangeira. É que a *Gulf* havia calculado o esgotamento das reservas de petróleo bolivianas num período de 7 anos, razão pela qual induziu o governo Banzer à exploração e exportação intensiva dos produtos petrolíferos.<sup>12</sup>

### 3.2 O Bloco no Poder de Agosto de 1971

Feitas essas observações gerais, passemos a caracterizar a nova forma de Estado surgida do golpe de Banzer de 1971, em razão da crise de hegemonia e de acumulação das classes dominantes. Antes de caracterizar a configuração do bloco no poder de agosto de 1971 e da forma estatal correspondente, devemos apresentar, a título indicativo, alguns elementos importantes tanto da forma estatal boliviana da década de 60 como da crise de acumulação. Esses dados serão complementados ao longo deste e do próximo capítulo (quando abordemos os traços gerais da forma estatal boliviana da década de 70, bem como da política estatal que vigorou durante o regime banzerista e nos regimes pós-banzeristas).

No que tange à forma estatal da década de 60, ela apresenta um prolongamento dos traços fundamentais do Estado formado em 1952. Esses traços são:

1) A continuação da “revolução burguesa” por parte do regime militar em 1964. A partir desse ano, o capital estrangeiro, principalmente norte-americano, junto com a grande burguesia compradora, passaram a determinar, de forma mais direta, o conteúdo da política econômica.

2) A fraca organização e unificação burguesa, devido ao novo papel econômico exercido pelo Estado desde 1952; o Estado havia determinado um papel secundário ao conjunto do empresariado boliviano em relação ao desenvolvimento econômico. A *Confederación de Empresarios Privados de Bolivia* (CEPB), que nasceu em 1962, não questionou essa situação de subordinação frente à função econômica do Estado, mesmo

<sup>12</sup> A partir de 1978, a Bolívia passou a ser ostensivamente importador de petróleo, quando no final da década de 60 tinha reservas suficientes para um período de 30 anos. Ver Marcelo Quiroga, *El Saqueo...*, pp. 67-81. Outro trabalho importante de Marcelo Quiroga, sobre a problemática do gás e do petróleo, é *Oleocracia o Pátria*, México, Siglo XXI, 1982; ver os itens “Reservas” e “Banzer se niega a sostener sus observaciones”. Cf. também, Sérgio Almaraz, *Requiem...*, op. cit., ver o item “Invasión de los inversores”. Sobre a relação de Barrientos com os norte-americanos e com a *Gulf*, ver René Zavaleta, *50 Años de Historia*, op. cit.; ver o item “El déspota idiota” e “El sistema de Mayo”.

detendo privilégios no governo Barrientos. Já a chamada *Asociación Nacional de Mineros Medianos* (ANMM), fundada em 1939, aspirava a se converter no setor dirigente no interior do empresariado boliviano, além de tentar possibilitar a conquista da hegemonia política de uma das frações da burguesia mineira no seio do bloco no poder. As frações burguesas unificaram-se somente em 1970 (em torno da CEPB e sob a direção da ANMM), durante o governo Torres, e em 1971, durante a instauração da Assembléia Popular.

3) O reforço do aparelho de Estado, principalmente do aparelho militar, bem como da burocracia na definição da política estatal. Devido à crise de sucessão governamental provocada pela morte de Barrientos em 1968 e agravada pela crise interna do Exército (em relação ao tipo de regime a ser instaurado), o regime militar entrou num processo de instabilidade política marcada por golpes e contragolpes de Estado (golpe de Ovando, Miranda, Torres e Banzer). Para o general Ovando, um dos líderes militares que comandou a reorganização da instituição castrense, o regime a ser instaurado deveria continuar com a política desenvolvimentista adotada pelos governos do MNR. A diferença de Barrientos, Ovando defendia um nacionalismo reformista que visava resgatar o papel estratégico do Estado na economia. Em 1968, Ovando depõe o presidente Salinas, vice de Barrientos que havia assumido a presidência da República conforme prescrevia a Constituição de 1967. Uma vez no governo, Ovando reorienta o papel estratégico do Estado e nacionaliza a *Gulf Oil Company*, empresa petrolífera norte-americana que não apenas tinha o monopólio da produção e comercialização dos produtos petrolíferos, mas também o controle da empresa estatal do petróleo, a YPFB.

4) A vulnerabilidade do regime nacionalista de Ovando frente ao capital estrangeiro, a permanente oposição da grande burguesia compradora, bem como o agravamento das crises internas da instituição castrense, contribuíram para a destituição de Ovando por um setor conservador do Exército sob o comando do general Miranda em 1970. Mas um setor radical-reformista do Exército, sob o comando do general Torres, depõe, dias depois, a Junta Militar chefiada por Miranda. Torres aprofunda a política nacionalista de Ovando em três direções: a) restabelece o papel estratégico do Estado na economia boliviana, determinando o monopólio estatal dos recursos naturais e energéticos do país; b) controla os contratos e os investimentos do capital estrangeiro no país e c) estabelece o monopólio

estatal da fundição e comercialização de minérios. Neste governo instaura-se a Assembléia Popular, uma espécie de Parlamento popular que funcionou na própria sede do Congresso Nacional.

Quanto à crise de acumulação das classes dominantes no final da década de 60 e inícios da década de 70, devemos mencionar basicamente os seguintes elementos:

1) O fracasso da pequena burguesia do MNR (na década de 50) em instaurar um desenvolvimento capitalista de tipo endógeno, inclusive nos setores chaves da economia boliviana: a mineração e o petróleo. Apesar de ser feita a Reforma Agrária em 1953, ela não capitalizou o campo nem expandiu o mercado interno; os seus efeitos econômicos foram limitados (criação de minifúndios para o funcionamento duma agricultura de subsistência nas regiões de maior população camponesa e índia). Os efeitos políticos, entretanto, tiveram maior alcance: a reforma agrária serviu para atrair à massa camponesa à órbita política do governo, dando uma ampla sustentação eleitoral que garantiu a permanência dos regimes do MNR entre 1952 e 1964.

2) Os excedentes econômicos provenientes da produção estatal de minérios foram canalizados para as frações detentoras do aparelho estatal, para a criação de uma “burguesia nacional” (na verdade tratava-se do enriquecimento da “burguesia de Estado”), bem como para os altos escalões da burocracia estatal; e não unicamente para o suposto “maciço investimento” do setor agro-industrial do setor de Santa Cruz, em benefício das frações da burguesia agro-exportadora.<sup>13</sup>

3) A crise do modelo de acumulação de capital instaurado em 1952. O modelo de acumulação (“acumulação originária” sob o modelo de capitalismo de Estado estabelecido no país na base da nacionalização das grandes empresas mineiras) sustentou-se na transferência de capitais do setor estatal ao setor privado. Transferência essa que foi feita

---

<sup>13</sup> É verdade que houve um deslocamento de capitais procedente da produção estatal de minérios para os setores da burguesia agro-exportadora da região oriental do país, mas a transferência de capitais a esse setor não foi a única nem a mais importante como pensam a maioria dos autores (Toranzo, Grebe e inclusive René Zavaleta; ver “*La Revolución Democrática...*”, op. cit., p. 42). Durante a década de 70, o Estado transferiu uma grande massa de capital ao setor privado, principalmente ao setor da *Minería Mediana* (doravante *Mineração Mediana*), mineração média, que na verdade é o maior setor monopolista privado nesse setor. Essa transferência foi feita através de um complexo mecanismo que ia desde as políticas estatais, a política econômica, até o investimento maciço em bens de capital feito pelo Estado para o setor mineiro, beneficiando diretamente às maiores empresas mineradoras (COMSUR, GRACE e EMUSA). Esta questão será retomada no item 2 e 3 deste capítulo.

através de um diversificado mecanismo, entre os quais os principais estão: a) a política econômica e os planos de desenvolvimento, que incluía isenções fiscais, incentivos econômicos e créditos com fundos perdidos para os setores comercial e da indústria leve, para a mineração média e o setor bancário e financeiro, bem como para o setor agro-industrial; b) os capitais procedentes da produção estatal de minérios (COMIBOL) foram transferidos principalmente para os setores da *Minería Mediana*, o setor financeiro e o setor agro-industrial do Departamento de Santa Cruz, bem como para os setores dominantes da burocracia estatal (convertida em “burguesia de Estado”); c) mecanismo de transferência de capital pela via da corrupção generalizada por parte da burocracia estatal (é o que Zavaleta chama de “*mediação prebendária*”).

4) A crise de acumulação por parte das classes dominantes se deveu basicamente à intervenção permanente do capital monopolista estrangeiro, de origem norte-americano, que praticamente limitou-se a garantir a extração intensiva de matérias primas (exportação de minérios e de produtos petrolíferos); além de não investir no país nem permitir o desenvolvimento nacional da indústria de mineração e do petróleo. Por outro lado, essa crise também foi provocada pelo fracasso dos planos de desenvolvimento e da política industrial implementada pelo regime do MNR e pelo regime militar estabelecido em 1964. As facções dominantes do MNR (Estenssoro e Siles Suazo) defendiam um modelo de desenvolvimento capitalista, cujo papel principal, nesse processo, ainda o deveria deter o Estado. Contudo, esse desenvolvimento somente seria possível, de um lado, com uma maior abertura do país ao capital estrangeiro, e de outro, com a decidida ajuda econômica norte-americana. Pois o país dependia praticamente dos EUA no que tange aos empréstimos externos, à ajuda econômica e ao comércio exterior: exportação de minérios e outras matérias primas; importação de bens de consumo não duráveis, de bens de capital (tecnologia, maquinaria e insumos tanto para a indústria leve como para os setores mineiro e petroleiro).

5) A crise de acumulação foi agravada pela crise política, expressa nas contradições entre a burocracia estatal nacionalista-reformista e os setores *preponderantes* da grande burguesia compradora. O primeiro grupo rompeu com o modelo de acumulação instaurado no regime do MNR e no regime militar de Barrientos, ao passo que o segundo grupo

tentava recuperar esse modelo de acumulação com a ajuda dos setores de direita do Exército; para tanto, os setores dominantes da burguesia boliviana defendiam a instauração de uma rígida ditadura sobre as massas populares.<sup>14</sup>

Foi assim que no final da década de 60, o setor nacionalista da burocracia estatal (incluído aí o setor progressista do Exército) reivindicou o *Mandato* das Forças Armadas (lideradas por Ovando e depois por Torres) para lutar contra a extrema dependência, situação a que foi submetido o país por parte do imperialismo norte-americano. Esse setor da burocracia estatal assumiu uma postura típica de uma “burguesia nacional”, cujo programa fundamental definiu-se na “*Estratégia sócio-econômica de desenvolvimento nacional*”: para realizar a tarefa de libertação nacional, frente às estruturas de dependência, a estratégia previa a *criação* de uma *burguesia nacional* “forte e autônoma” que seja capaz de constituir um frente [político] com os grupos populares”.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Essa contradição, segundo Zavaleta, refletiu-se entre Ovando-Torres e Banzer. Ou seja, tratava-se de uma crise interna do Exército pelo fato ter “o monopólio formal do poder, embora ele represente o Estado burguês e seja de fato a fase de emergência do Estado de 52”. Numa palavra, para Zavaleta, a contradição expressou-se entre os setores militares estatistas e os setores “incorporados à nova burguesia” (setor de direita). Estes últimos, cuja forma de acumulação era feita através da “corrupção desde os aparelhos estatais”, pretendiam “acelerar a acumulação capitalista”, para isso deveria se implantar “uma ditadura sobre as massas populares”. Os setores militares estatistas aspiravam “à reconstrução da fase semi-bonapartista [1956-1964], sob a hegemonia da burocracia militar e não da civil”. Em suma, para Zavaleta, no final da década de 70 assiste-se a uma situação de dupla contradição: 1) entre Exército-Exército e 2) entre Exército-burguesia. Essa situação teria manifestado uma coincidência política e ideológica entre o setor estatista do Exército (Ovando e Torres) e a classe operária. Ver René Zavaleta, “*La Revolución Democrática...*”, op. cit., p. 49.

<sup>15</sup> Ver *Ministerio de Planificación, Estrategia Socio-Económica de Desarrollo Nacional*, La Paz, 1970. O discurso de Ovando ao país, a 31 de dezembro de 1969 (por ocasião dos primeiros 90 dias de governo), já expressava a necessidade da criação da burguesia nacional: “No país, não se formou uma burguesia nacional sólida que pudesse dispor de meios econômicos suficientes para fazer investimentos necessários para a transformação da nossa economia. Por isso, os investimentos públicos cumprem um papel fundamental no desenvolvimento nacional. [...] a característica do modelo nacional revolucionário [planejamento econômico e reforço do papel estratégico do Estado no processo de desenvolvimento] é diversa da característica do modelo socialista, posto que a via que temos escolhido implica [a aplicação de] métodos de nacionalização contra o capital estrangeiro que lesione os interesses do país e comprometa nossa autonomia de decisão [política]”, em *Realizaciones, Objetivos y Propósitos del Gobierno Revolucionario de Bolivia. Mensaje del Presidente de la República, Gral. Alfredo Ovando Candia el 31 de diciembre de 1969, Ministerio de Informaciones, s/d*, p. 9. Tratava-se de uma variante progressista das posturas do *nacionalismo revolucionário*, a qual dava concessões democráticas às massas populares; mas no fundamental, tanto as reformas políticas como o processo de direção da libertação nacional deveria ficar nas mãos das frações da pequena e média burguesia e da “burguesia de Estado” nacionalista. Numa palavra, a direção política caberia às frações burguesas que aspiravam a se converter em “burguesia nacional”, aproveitando apenas “o dinamismo” das massas populares, porém limitando a sua ascensão ao poder e impossibilitando uma radicalização das massas, como se dera na primeira fase da Revolução de 1952. Vejamos um trecho do documento *Estrategia Sócio-Económica de Desarrollo Nacional*: dado que “os diferentes setores sociais articulam-se entre si, os grupos dominantes internos substituem a grande mineração e os latifundiários [“derrotados” em 1952], sem formar um *grupo nacional forte e autônomo*, capaz de constituir um *frente* com os grupos populares para tornar viável o

Feita essas observações sobre o caráter da forma de Estado, da crise de acumulação de capital das classes dominantes e das crises políticas do final da década de 60, passemos a analisar o caráter do bloco no poder instaurado em agosto de 1971. Primeiramente, começemos com a caracterização política da configuração desse bloco no poder. As contradições do Estado de 1952 reapareceram, de forma condensada, em 1971, através de três projetos políticos de classe: a *Asamblea Popular* do proletariado, o militarismo de esquerda, sob a direção do general Torres, e o projeto da restauração burguesa, sob a égide dos militares de direita e dos empresários (CEPB). Assim, o golpe de 71 foi realizado por um movimento conservador que derrotou a *Asamblea Popular* sob o governo Torres. Movimento sustentado pela Frente Popular Nacionalista (FPN) integrada por: 1) setores conservadores das Forças Armadas, 2) o MNR-Estenssoro; 3) a FSB (partido de ideologia fascista) e 4) a CEPB.<sup>16</sup>

Dito isso, vejamos a composição do bloco no poder. Este estava composto por: 1) a grande burguesia mineira; 2) a burguesia agro-exportadora; 3) setores da burguesia interior, basicamente a fração *manufatureira*. As duas primeiras eram praticamente as frações dominantes da burguesia compradora, cujo predomínio no capital financeiro, bancário e industrial era ostensivo nas décadas de 60 e 70. A grande propriedade fundiária estava presente no bloco no poder através dessas duas frações, tendo a burguesia agro-exportadora, especialmente a fração da região oriental do país, um predomínio econômico e político. Contudo, o papel hegemônico cabia à fração da grande mineração. A fração manufatureira representava os setores do capital não monopolista que originalmente estavam organizados na CNC e na CNI. A CEPB nasceu sob o predomínio dessas frações de classe em 1962. A

---

processo revolucionário de 52". Para tanto, deveria se cumprir com os "dois objetivos principais dessa Estratégia: a libertação das estruturas de dependência e a participação popular [...]. Para lograr a participação popular [...] deve se *aproveitar o dinamismo* que existe nos grupos populares, reatualizando-o sobre novas bases [políticas]", em René Zavaleta, "*La Revolución Democrática...*", op. cit., pp. 58-59; grifo nosso. Ver a crítica de Zavaleta a esse documento nas pp. 50-60 desse artigo. Uma análise mais abrangente e pormenorizada do processo político do final da década de 70 é feita por Guillermo Lora, "*De la Asamblea Popular al Golpe Fascista*", op. cit., pp. 167-330.

<sup>16</sup> O braço armado da CEPB no golpe de 1971 foi o Exército Cristão Nacionalista. A CIA, o Pentágono e a Embaixada norte-americana participaram decididamente no golpe, através de recursos materiais (armas e dinheiro) e humano (assessores militares e políticos). Alguns autores afirmam que a Embaixada brasileira teria participado do golpe através do fornecimento de armas e que o ex-embaixador, Hugo Bethlem estaria implicado diretamente na empreitada golpista. Sobre a participação dos governos norte-americano e brasileiro no golpe, ver Jorge Gallardo, *De Torres a Banzer*, op. cit., pp. 279-280 e segs. Gallardo coloca demasiado peso nos fatores externos, caindo numa visão conspirativa. Ver a crítica de René Zavaleta a essas posturas em

partir de 1964, a ANMM (criada em 1939), passou a criticar a postura política submissa da CEPB frente ao Estado, além de ambas as entidades discordarem sobre o papel que deveria jogar o empresariado boliviano. Com a unificação burguesa, em 1971, a ANMM passou a ter um predomínio político sobre a CEPB.

Por outro lado, três classes ou frações constituíram as classes apoios. A primeira foi a “burguesia de Estado”. Essa fração burguesa nasceu nas décadas de 50 e 60, em virtude do processo de nacionalização e da criação das empresas estatais. Ela era numericamente pequena e politicamente débil, pois estava em franco declínio e fragmentação desde 1964. Mas a partir de 1971, ela passou a se unificar e ser liderada politicamente por Estenssoro.<sup>17</sup> Nos primeiros três anos do regime, a “burguesia de Estado” aspirou a se converter em fração detentora do aparelho estatal, sendo encorajada por sua *postura*<sup>18</sup> política e ideológica de defesa do Estado intervencionista, herdada dos governos do MNR. Nos primeiros anos do governo Banzer, ela ainda considerava a necessidade de manter a predominância da direção do Estado na economia.<sup>19</sup>

O segundo grupo foi constituído pela classe média e a pequena burguesia urbana, ligadas ao MNR e ao FSB: médios e pequenos empresários, principalmente do setor de transporte urbano e de longa distância, comerciantes e pequenos proprietários de terra. Os integrantes do Exército Cristão Nacionalista, da CEPB, saíram desse grupo. Já o terceiro grupo estava constituído por um bom setor do campesinato, principalmente do campesinato parcelar. O apoio dos camponeses ao bloco no poder manifestou-se através do Pacto Militar Camponês - reaberto por Banzer - e por meio da CNTCB, criada pelo governo.

---

**El Poder Dual**, op. cit., ver o item “*Norteamericanos y brasileños en la construcción de Banzer*”.

<sup>17</sup> Vale fazer um esclarecimento: Estenssoro e o seu partido (MNR) aspiravam representar os setores dominantes da burguesia compradora e não unicamente à burguesia de Estado. Para Estenssoro, esta última fração servia como uma plataforma política para possibilitar a reconquista do governo.

<sup>18</sup> Sobre o sentido da utilização desse termo, ver nota 72 do primeiro capítulo desta dissertação.

<sup>19</sup> O Ministério das Finanças e o Ministério de Mineração e Metalurgia estavam nas mãos do MNR-Estenssoro. Em fevereiro de 1973, um documento sobre a “Política Metalúrgica” do último Ministério (cujo Ministro era Carlos Serrate), contrariava as posturas econômicas da grande mineração. Vejamos um trecho do documento: “As empresas da Mineração Mediana, em muito dos casos, carecem do capital adequado, são pouco dinâmicas, temerosas ante o risco [econômico] e sensíveis às mudanças políticas. [...] A COMIBOL terá prioridade na eleição de áreas [de desenvolvimento] sob programas definidos”, em Marcelo Moscoso, **Mineria Mediana e Política e Política Econômica Minera - 1971-1978**, Tese de Licenciatura em Economia, UMSS, Cochabamba, 1993, 2 tomos, p. 90. A rejeição ao documento foi imediata por parte da grande mineração; ela alegava que essa política mineiro-metalúrgica discordava “da política do Supremo Governo”, pp. 90-91.

Por outro lado, até 1973, foram várias frações burguesas que “controlaram” o aparelho de Estado: a “burguesia de Estado”, representantes da frações mineira e agro-exportadora, frações de classe média representadas pelo MNR-Estenssoro, frações da pequena e média burguesia ligadas ao FSB. Entretanto, a “burguesia de Estado” junto com as frações burguesas dominantes (mineira e agro-exportadora), forneceram ostensivamente o pessoal que dirigiu o Executivo e os altos escalões da burocracia estatal. Nesse contexto, a “burguesia de Estado” conseguiu se converter em fração detentora dominante do aparelho estatal, em virtude de “controlar” os postos chaves da burocracia estatal.

Sobre a questão do “controle” do aparelho de Estado, devemos fazer o seguinte esclarecimento. O “controle” é entendido em termos do alinhamento das políticas do Estado com os interesses econômicos gerais da fração hegemônica. Nesse sentido, partimos do suposto de que as políticas estatais são elaboradas e implementadas, conjuntamente, por parte da burocracia estatal (categoria social que possui uma unidade interna, sendo comandada pela organização específica que lhe é própria: o burocratismo) e pelos representantes das frações políticas dominantes do bloco no poder. Em termos gerais, esse fenômeno não ocorre sem conflitos, tensões e contradições, em razão da luta de classes, pelo menos nos seguintes aspectos: 1) entre a burocracia estatal e o bloco no poder; 2) entre a fração hegemônica e setores da burocracia; 3) entre a fração hegemônica e as classes ou frações detentoras do aparelho estatal. A participação na elaboração da política estatal por parte da burocracia é um dos indicadores importantes da autonomia relativa do Estado frente às frações políticas dominantes, nomeadamente frente à fração hegemônica. As contradições processam-se de uma forma complexa e variada, dependendo da forma de Estado e da forma de regime, da configuração do bloco no poder, da configuração do sistema partidário, da conjuntura específica de cada caso (quando a burocracia passa a se configurar como *força social* etc.), bem como das lutas de classes.<sup>20</sup>

Essa observação teórica afasta a concepção do Estado como: a) Instrumento-Coisa e b) Sujeito, entidade racionalizadora, com autonomia “absoluta”. Vários autores referem-se

---

<sup>20</sup> Essa problemática foi amplamente analisada por Poulantzas em PPCS. Ver o item “O Estado capitalista e as classes dominantes”, do capítulo quatro; ver especificamente o capítulo sobre “A burocracia e as elites”, particularmente o item “A burocracia e a luta de classes”. Ver também F&D, pp. 350-353. Cf. também **As Classes Sociais no Capitalismo...**, op. cit.; ver capítulo IV, item “Os ‘vértices’ do Aparelho de Estado”. Finalmente, ver o artigo de Décio Saes sobre o caso brasileiro, onde aborda parte dessa problemática:

ao regime de Banzer como sendo uma dominação de “gerentes burgueses”, porém qualificando essa dominação como uma instrumentalização do Estado pela burguesia.<sup>21</sup>

A nosso ver, até finais de 1973, a burguesia mineira limitou-se a deter o papel hegemônico, embora alguns representantes (notáveis) participassem de alguns postos da burocracia estatal, como: direção de bancos e empresas estatais. Mais especificamente, as frações detentoras do aparelho estatal foram as seguintes: 1) as frações representadas pelo MNR-Estenssoro: setores da burguesia interior e, principalmente, a “burguesia de Estado”, que passou a se constituir em fração detentora dominante do aparelho estatal; 2) as frações representadas pelos notáveis do FSB, mormente procedentes da fração agro-exportadora; 3) as frações representadas pelo PDC e 4) as frações da pequena burguesia ligada ao FSB. Esta última fração monopolizou tanto os escalões médios da burocracia estatal como os ramos mais importantes do aparelho escolar: o Conselho Universitário Boliviano (CUB) e a direção das universidades estatais.

Em razão da crise de gabinete ocorrida em novembro de 1973, a fração hegemônica passa a se constituir em fração detentora *dominante* do aparelho de Estado. O Ministério da Mineração (Raul Lema), o Ministério de Finanças (Jaime Quiroga, da EMUSA), bem como o Ministério do Trabalho (Alfredo Franco) passaram a ser dirigidos pelos representantes da Mineração Mediana. Naquela ocasião, o próprio Estenssoro afirmou o seguinte:

“A última crise de gabinete resultou em benefício, não das forças Armadas [...], nem dos partidos políticos da Frente [FPN]. Favoreceu, diretamente à grande empresa privada [alusão à Mineração Mediana], cujos interesses nem sempre coincidem com os da Nação nem com os das grandes maiorias. A ela encomendou-se a direção dos campos econômicos, financeiros e sociais do aparelho estatal”.<sup>22</sup>

---

“*Democracia e Capitalismo no Brasil...*”, op. cit. pp. 129-147.

<sup>21</sup> Referimo-nos a Pablo Ramos, *Siete Años de Economía Boliviana*, op. cit.; J. M. de la Cueva, *Bolivia: Imperialismo e Oligarquia*, op. cit.; e o próprio René Zavaleta, “*Bolivia: La Fuerza de la Masa*”, op. cit.

<sup>22</sup> Documento do MNR-Estenssoro em que justifica o retiro do partido do governo Banzer, em Guillermo Lora, *El Proletariado en el Proceso Político*, op. cit., p. 480. O documento foi também publicado em *Presencia*, 28.11.1973. Estenssoro insinuava que a Mineração Mediana tinha-se convertido num novo poder mineiro, semelhante ao poder dos antigos “Barões do Estanho”. O vice-presidente da CEPB, Jorge Lonsdale, manifestou sua satisfação pela “presença de um Ministro, como Jaime Quiroga, em lugar de gente improvisada”. Pessoal “improvisado” era aquele que dirigiu os altos escalões do aparelho de Estado de 1971-1973, conforme a visão da CEPB, em direta referência ao MNR-Estenssoro. *Presencia*, 29.11.1973, em Marcelo Moscoso, op. cit., pp. 105-106.

Entretanto, as declarações de Gonzalo Sanches de Lozada, acionista majoritário da COMSUR, reflete com maior nitidez a mudança da direção do aparelho de Estado:

“Pessoalmente, eu acredito que essa imagem [dos novos “Barões do Estanho”] nasce sobretudo da ignorância, porque realmente as maiores empresas da *Mineração Mediana* - existem três - não são nem o pálido reflexo daquilo que foram Hochschild, Patiño, Aramayo, [...]. Imagem que está mantendo-se viva - certa ou não - porque ele [Estenssoro] a lançou como uma linha política [...]: a briga de Estenssoro não era porque colocaram um mineiro médio ou qualquer outra pessoa, mas porque o MNR perdia, justamente, o Ministério mais importante depois do Interior. Os Ministérios chaves deste país são o da Fazenda e o do Interior”.<sup>23</sup>

Vemos, então, uma primeira mudança significativa no seio do bloco no poder e que se patenteou no conflito pela direção do aparelho estatal entre a fração hegemônica e a “burguesia de Estado”, comandada por Estenssoro. Numa palavra, ocorreu um reforço da hegemonia da fração mineira, no interior do bloco no poder, ao passo que a “burguesia de Estado” perdeu sua condição de fração detentora dominante do aparelho de Estado. Com a saída de Estenssoro do governo, em razão do auto-golpe de Banzer (1974), o MNR rachou-se e permaneceu fragmentado ao longo da década. A “burguesia de Estado” permaneceu, como classe apoio, submetida politicamente à fração mineira.

### 3.3 Forma de Estado e Políticas Estatais

Vejamos alguns exemplos de como se processaram as políticas estatais no regime banzerista. A grande burguesia mineira conseguiu impor, no interior do bloco no poder e no conjunto da sociedade, seus interesses econômicos particulares, os quais apareceram como os interesses de “toda” a nação. Essa dominação de classe foi materializada através da *política mineira*, a qual converteu-se na política econômica do regime. Com efeito, o alinhamento das políticas de Estado com os interesses econômicos e políticos da fração hegemônica ficou patenteado na Lei Geral de Investimentos de dezembro de 1971, formulada basicamente pelos representantes da Mineração Mediana. Em síntese, entre os

<sup>23</sup> “*La Industria Minera Privada*”, *Revista Minera BAMIN*, N.º 89, julio/septiembre 1976, p.13, em Marcelo Moscoso, op. cit., pp. 106-107. Grifo nosso.

principais benefícios outorgados por essa lei à burguesia compradora e ao capital estrangeiro estavam:

1) Liberação de impostos para a importação de bens de capital e bens de consumo duráveis e não duráveis.

2) Liberação de imposto sobre a produção e sobre a exportação de produtos manufaturados.

3) Isenções fiscais ao capital investido no país e sobre os lucros anuais das empresas.

4) Disponibilidade e convertibilidade de divisas - que forneceria o Banco Central - para a amortização do capital investido procedente do crédito externo.<sup>24</sup>

Entre os benefícios específicos para a fração mineira estavam: 1) a inalterabilidade do regime tributário por sete anos e 2) a liberação total de impostos, por um período de dez anos, pelas novas construções e investimentos feitos pelas firmas mineiras (nacionais e estrangeiras) no país.<sup>25</sup> Ademais, a política econômica tinha como objetivo imediato a desvalorização da moeda e reajustes econômicos periódicos: um dos mecanismos importantes de obtenção de divisas por parte das frações dominantes. Em outubro de 1972, a moeda nacional foi desvalorizada em 68% - medida que não havia sido feita desde 1959, experimentando o peso boliviano uma sobrevalorização que oscilou entre 25% e 35%. Nessa ocasião, Estenssoro comentou publicamente que o FMI tinha pressionado o governo para a aplicação da desvalorização e, assim, dar melhores garantias ao capital estrangeiro. Esse fato criou atrito com o presidente Banzer, o qual teve que fazer declarações públicas oficiais negando a interferência do FMI.<sup>26</sup>

Não obstante, a desvalorização era também um incentivo que aplicava a fração mineira a seu próprio setor (o principal setor exportador), cujos lucros em moeda nacional tinham-se incrementado. Esses lucros não estavam sendo compensados frente à moeda

<sup>24</sup> Um resumo da Lei de Investimentos fornece J. M. de la Cueva, **Bolivia: Imperialismo...**, op. cit., p. 68.

<sup>25</sup> Vale lembrar que na elaboração da Lei de Investimentos participou decididamente Sanchez de Lozada, um dos maiores acionistas da COMSUR, que era, naquela ocasião, o presidente da ANMM. Por outro lado, o diretor do recém criado Instituto Nacional de Investimentos (INI) era outro representante da grande mineração, Guillermo Gutierrez Vea Murgia, da EMUSA. Ver Marcelo Moscoso, op. cit., pp. 72-74.

<sup>26</sup> Sobre a questão do atrito entre a equipe econômica - comandada pelo MNR-Estenssoro - e o Executivo, ver Guillermo Lora, *El Proletariado en el Proceso Político*, op. cit., pp. 417-418. A declaração de Estenssoro foi a seguinte: "a pressão do FMI veio exercendo-se em forma permanente, convertendo-se numa exigência prévia para qualquer financiamento internacional [...]".

norte-americana, proveniente das exportações - apesar de que os preços dos metais no mercado mundial começaram a ter um ostensivo crescimento a partir de 1971, incrementando-se ainda mais com a crise do petróleo.<sup>27</sup>

Segundo Pablo Ramos, a política econômica do regime tinha uma natureza inflacionária, na medida em que ela se baseava no desequilíbrio da balança de pagamentos, na utilização sistemática do déficit fiscal e na expansão do crédito bancário às grandes e médias empresas.<sup>28</sup> O crescente déficit fiscal, por exemplo, foi provocado por: 1) a fraca capacidade de arrecadação do Estado, 2) o desmesurado gasto fiscal e 3) a partilha do Orçamento Público<sup>29</sup> entre a burocracia estatal e os representantes políticos das frações dominantes. Por outro lado, o setor privado, que monopolizou o crédito bancário, ficou ainda mais favorecido pela desvalorização monetária de 1972. Para se ter uma idéia, os benefícios diretos obtidos por esse setor foram: 1) créditos feitos em moeda nacional; a inflação e os reajustes econômicos facilitavam seu pagamento; 2) créditos com fundos perdidos, isto é, o não pagamento das dívidas quando as empresas decretavam falência propositadamente. Basta ver os empréstimos feitos, sob o aval do Banco Central, pelo Banco Agrícola, Banco Mineiro (BAMIN) e o Banco do Estado (todos estatais) ao setor privado. A fração agro-exportadora absorveu uma boa parte dos créditos agrícolas com fundos perdidos.<sup>30</sup>

Devemos acrescentar ainda a determinação de uma outra política estatal, igualmente importante: a *política tributária*. A fração mineira já tinha conseguido impor o novo Código Mineiro em 1965.<sup>31</sup> Basicamente, esse Código estabelecia a livre exploração e

<sup>27</sup> O total das exportações da mineração privada chegou a 44,9 milhões de dólares em 1973. Em razão do novo tipo de câmbio, ela obteve um lucro adicional de 18,2 milhões de dólares. Ver Marcelo Moscoso, op. cit., p. 79. O preço (libra fina) do principal metal de exportação, o estanho, passou de 1,69 em 1972 a 3,60 em 1974, chegando a 5,72 em 1978; para assim alcançar o seu maior preço em 1980: 7,61.

<sup>28</sup> Pablo Ramos, *Siete Años de Economía...*, op. cit., pp. 160-164.

<sup>29</sup> A FPN foi um instrumento de ação política na participação do Orçamento, inclusive, foram acirradas as lutas pelo seu controle entre os estensoristas e banzeristas. Depois de 1974, a forças banzeristas tiveram um controle absoluto do Orçamento até 1978. Cf. Idem, *Ibidem*, p. 160.

<sup>30</sup> Ver Mário Arrieta, *Agricultura en Santa Cruz...*, op. cit., ver especialmente o capítulo sobre "*Las Relaciones Sociales para la Producción*", o item "*El Mercado de Dinero: el Crédito*". As dívidas, provenientes dos empréstimos externos do setor agro-exportador, foram absorvidas geralmente pelo Banco Agrícola (BAB) e o Banco do Estado. No período de 1972-1977, o Departamento de Santa Cruz absorveu, em relação ao país, 66,6% dos créditos outorgados pelo BAB; entre 1978-1982, 49,2%, p. 271. Ver também CEPAL, *Los Bancos Transnacionales...*, op. cit.; ver o capítulo 7, particularmente o item sobre os empréstimos do BAB ao setor algodoeiro.

<sup>31</sup> Ver o trabalho de um representante da mineração privada que apresentou recomendações ao governo

comercialização dos minérios, a aquisição de reservas fiscais para exploração, bem como a fixação de um imposto único às empresas mineradoras privadas. Ao mesmo tempo, o Código previa a reorientação econômica da empresa estatal (COMIBOL), em benefício, evidentemente, da Mineração Mediana. É que a maior luta da burguesia mineira, naquela ocasião, reivindicava duas coisas: 1) a livre comercialização dos metais, pois o Estado detinha (através da COMIBOL e do BAMIN) esse monopólio e 2) o rebaixamento do imposto mineiro, conhecido como *regalías mineras*, imposto criado em 1957 e reformulado no Código Mineiro de 1965.

Entretanto, nos governos nacional-reformistas de Ovando (1969-1970) e de Torres (1970-1971), o Estado volta a ter uma função decisiva, intervindo estrategicamente nos setores chaves da economia boliviana. Os setores dominantes da burguesia compradora atravessaram o período da sua maior derrota. A burguesia mineira, organizada na ANMM, permaneceu isolada. É que esses regimes tinham obrigado o conjunto da burguesia compradora a se submeter às orientações do Estado. Em síntese, foram quatro medidas econômicas que impuseram tais governos: 1) o monopólio do Estado nos setores estratégicos da economia (mineração e petróleo), 2) o controle do investimento estrangeiro no país, 3) a elevação das taxas de imposto (*regalías* mineiras e petroleiras, e o imposto à exportação) e 4) a entrega obrigatória dos 100% das divisas do setor privado (principalmente mineiro e petroleiro) ao Banco Central.<sup>32</sup>

Não obstante, alguns representantes da Mineração Mediana participaram do gabinete ministerial do governo Ovando (esse governo tinha nacionalizado a empresa petrolífera norte-americana, *Gulf Oil Co.*), tendo sido convidados pelo próprio presidente. Dentro do governo, os notáveis da burguesia mineira conseguiram garantir que o processo de nacionalização não atingisse as principais empresas mineiras privadas. Contudo, frente às posturas políticas dos regimes nacionalistas e à maciça intervenção do Estado, as frações

---

Barrientos sobre a descentralização da COMIBOL, bem como o projeto de imposto único mineiro e projetos de decretos relacionados com o Código Mineiro: Roberto Arce, **Pasado y Futuro de la Minería en Bolivia**, Oruro, Universitaria, 1990; ver o capítulo II: "*Recomendaciones para la Rehabilitación de la Industria Minera*".

<sup>32</sup> Ver Marcelo Moscoso, op. cit., pp. 34-39. Pela primeira vez, depois de 1952, as empresas petrolíferas e mineiras pagaram impostos elevados. Para o setor mineiro foram fixadas alíquotas, nos anos de 1969 e 1970, entre 25 e 19% dos impostos totais (*regalías* e imposto à exportação). Os impostos mineiros gerais (estatal e privado) chegaram a 27,96% em 1969; 37,58% em 1970; 27,3% em 1971. O imposto petrolífero, pago ao município produtor, foi fixado em 19%. No governo Banzer, esse imposto foi rebaixado para 11%.

burguesas dominantes já estavam divididas. Os conflitos começaram quando a ANMM abandonou a CEPB, em 1967, em razão das divergências entre ambas as entidades sobre o papel que deveria jogar o empresariado no país. Os setores que integravam a CEPB não tinham questionado o papel secundário da empresa privada, delimitado pelos anteriores governos do MNR. Mesmo recebendo alguns privilégios no governo Barrientos, a CEPB não aspirava a se converter numa entidade politicamente forte, que facilitasse a conquista da hegemonia, no seio do bloco no poder, de uma das frações burguesas. Já a ANMM pretendia reconquistar suas posições adquiridas a partir de 1964, além de aspirar a ser uma entidade politicamente dominante no interior do empresariado boliviano.

Em 1969, a CEPB passou a concordar abertamente com alguns pontos do programa do governo Ovando - principalmente no que se refere ao monopólio do Estado sobre os recursos naturais -, fato que foi duramente criticado pela Mineração Mediana. Por essa ocasião, a fração mineira apresentou um documento em que criticava o programa do governo: a crítica estava centrada contra a excessiva carga tributária e a ilimitada intervenção do Estado na economia.<sup>33</sup> Afinal, a Mineração Mediana voltou à CEPB, em dezembro de 1970, justificando a necessidade da unificação burguesa frente à sua situação desvantajosa do momento: a radicalização do proletariado (mineiro e urbano) e das massas populares e a ascensão do general Torres ao governo.<sup>34</sup>

Por outro lado, o governo Torres inaugurou a primeira usina estatal de fundição de metais do país: a Empresa Nacional de Fundições (ENAF). Esse ansiado projeto estatal demorou décadas para ser materializado, devido à férrea oposição das usinas de fundição estrangeiras e da grande burguesia mineira. O Estado passou a ter o monopólio em dois setores importantes: 1) na fundição do estanho, principal metal de exportação e 2) na comercialização tanto do estanho como dos outros minérios (basicamente antimônio e

---

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*, pp. 40-41. Quando o governo elaborou a “Estratégia Sócio-Econômica do Desenvolvimento Nacional 1971-1991”, criou a “Comissão Nacional para a Estratégia de Desenvolvimento”, em março de 1970, e convidou a Mineração Mediana a participar da “Subcomissão de Investimentos Privados”. A entidade mineira participa da Comissão e apresenta sua posição no documento intitulado “Evolução e Diagnóstico do Investimento Privado”. Vejamos alguns pontos do documento: “A Mineração Privada está sendo novamente estrangulada pela sobretributação; As escalas de *regalías* [imposto] sobre o cobre, antimônio e wolfram [...] são excessivas; A entrega obrigatória de divisas ao Banco Central [tem por objetivo] beneficiar o Estado com a diferença do tipo de câmbio; Racionalidade e estabilidade do regime impositivo [...]; Livre comercialização dos minerais”, em Idem, *Ibidem*, p. 40.

<sup>34</sup> Ver Idem, *Ibidem*, pp. 49-51. No congresso de maio de 1970, a COB tinha se proposto lutar pelo

wolfram). Assim, as empresas mineradoras foram obrigadas pelo governo a vender sua produção de estanho à ENAF, bem como à venda dos outros minérios ao BAMIN, para a sua comercialização.

Foi nesse contexto de luta econômica que se processou o golpe de Banzer de 1971. A CEPB, já unificada e liderada pela Mineração Mediana, teve uma decisiva participação na empreitada golpista.

Na reforma econômica de 1972, a fração hegemônica logra estabelecer, também, a Reforma Tributária, recuperando o conteúdo do Código Mineiro de 1965. Entretanto, a fração mineira não conseguiu estabelecer um imposto único para o setor mineiro, porque a burocracia estatal conseguiu impor o imposto à exportação, inicialmente fixado em 35 e 40% e tendo como objetivo captar uma parte dos sobrelucros obtidos pelo setor exportador, basicamente do setor mineiro-metalúrgico, em razão da desvalorização monetária de 1972 e da alta dos preços dos metais no mercado mundial. Não obstante, em outubro de 1973, a grande mineração conseguiu rebaixar a alíquota impositiva para 7,5% e 6,5%.<sup>35</sup> O imposto à exportação vigorou até 1979, período em que a fração mineira não se opôs radicalmente a seu pagamento. Contudo, por que a burguesia mineira não se posicionou contra o pagamento do imposto de exportação durante esse período?

É que ela estava interessada em minimizar o pagamento de outro imposto, bem mais importante, do qual dependia boa parte da arrecadação fiscal: tratava-se do imposto denominado *regalías mineras*, pago ao governo central, por parte dos produtores mineiros (indústria estatal e privada), pela extração, produção, fundição e comercialização dos metais. Colocaremos, a seguir, alguns dados importantes para se ter uma idéia do caráter desse imposto. Primeiramente a alíquota impositiva não era fixa;<sup>36</sup> ela variava segundo o cálculo baseado em critérios diversos como, por exemplo, os preços dos metais no mercado

---

socialismo; no dia 7 de outubro, Torres depõe a Junta Militar comandada pelo general Miranda.

<sup>35</sup> A alíquota impositiva foi fixada numa escala, segundo o setor mineiro (COMIBOL e Mineração Mediana, mineração pequena e cooperativas) e segundo o tipo de metal. Para o primeiro setor e os seus principais metais (estanho, wolfram, antimônio e cobre), a alíquota oscilava entre 7,5% e 6,5%. Ver Idem, ibidem, pp. 100-101 e segs.

<sup>36</sup> A taxa anual das *regalías* (setor mineiro) variou bastante: de 95,64 em 1970 (26,5 milhões de dólares), desceu para 5,85 em 1972 (12,6 milhões), pulando para 126,7 em 1974 (55,7 milhões); em 1977 desceu para 18,9 (48,7 milhões), pulando de novo para 87,0 em 1977 (91,5 milhões). Entretanto, a partir de 1974, a contribuição do setor para o Tesouro Geral da Nação (TGN) teve um ostensivo crescimento. Contudo, o ônus desse imposto recaiu sobre a COMIBOL: em 1972 a empresa contribuiu com 60,15% do total do imposto do

mundial, o preço determinado pelo governo, bem como o tipo e pureza do metal. Quando definida, a alíquota era aplicada a partir de uma *escala de regalias*, conforme o tipo de mineral e conforme o sub setor mineiro (os sub setores eram: a COMIBOL e a Mineração Mediana, a Mineração Pequena e as Cooperativas mineiras). Por outro lado, o cálculo da alíquota era feito na base de dois elementos: 1) dos preços da Bolsa de Metais de Londres e 2) do *custo presumível*, fixado para cada metal, determinado pelos Ministérios de Mineração e das Finanças.<sup>37</sup>

Entre 1973 e 1980, a fração hegemônica fez permanentes modificações tributárias ao setor mineiro, uma espécie de Reformas Tributárias contínuas, que tinham o claro objetivo de minimizar a carga impositiva. Isso foi feito através do rebaixamento sistemático das escalas das alíquotas do imposto mineiro, num período de franca elevação dos preços dos metais no mercado mundial.<sup>38</sup> Um indicador específico do mecanismo de diminuição do pagamento do imposto, era o próprio *conceito* tributário contido nas *regalias* mineiras, cujo caráter era complexo, ambíguo e impreciso. A diversidade de critérios para o cálculo da alíquota dava uma ampla margem tanto para a manipulação da fixação das taxas impositivas, quanto para a evasão fiscal.<sup>39</sup>

Todavia, a grande mineração conseguiu estabelecer outros tipos de isenções tributárias como, por exemplo, o famoso *bônus de sobreprodução*, criado em 1972. O objetivo desse bônus era incentivar tanto a produção de minérios como os investimentos do setor, liberando 50% dos impostos, por um período indefinido, às empresas que ultrapassassem a produção de 1971-1972. Vejamos o artigo 7º do decreto de 1974 (D.S. 11333):

---

setor; em 1974, 58,67% e 68,75% em 1977. Ver Idem, Ibidem, Quadro Nº 2-2.

<sup>37</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre a questão do imposto mineiro (*regalias*) no governo Banzer, ver Idem, Ibidem, ver basicamente os capítulos III e IV. 18% desse imposto correspondia aos municípios ou Departamentos produtores. O governo central vivia retardando o pagamento aos municípios. Quando o pagava, servia como instrumento (clientelismo) para assegurar apoio político.

<sup>38</sup> O rebaixamento da alíquota das *regalias* mineiras foi decretado em: 1) outubro de 1972, 2) fevereiro de 1974, 3) setembro de 1975. Entre 1977 e 1978, ficou pendente a definição de novas escalas de *regalias*. Estas serão definidas (e rebaixadas novamente) somente em 1980.

<sup>39</sup> Os mecanismos de evasão fiscal eram variados. Basta aqui dar um exemplo: a mistura do metal (basicamente de estanho) de alta lei com o de baixa lei, modificando a qualidade do metal, para logo ser vendido à empresa estatal que detinha o monopólio das fundições (ENAF). Esse mecanismo serviu para alterar o preço do pagamento total dos impostos, sendo praticado pelas maiores empresas mais bem equipadas tecnologicamente (COMSUR, EMUSA e GRACE), fixando a lei do metal no ponto mais conveniente para elas. Ver Idem, ibidem, pp. 120-121

“[...] Para incentivar a produção de minérios e fomentar os investimentos e os reinvestimentos dos lucros, libera-se 50% do imposto assinalado no Decreto Supremo N.º 11143 de 6 de outubro de 1973, bem como 50% das *regalias* estabelecidas para todos os minérios, referidos no Artigo 1º deste Decreto, para toda sobreprodução anual, a qual será calculada em relação à média de exportação dos anos de 1971 e 1972, durante um período de três anos a partir de 1974. A partir de 1977, se tomará como base a média das exportações dos anos 1972 e 1973, e assim por diante”.<sup>40</sup>

Além do mais, o “bônus de sobreprodução” deu lugar a inúmeras fraudes cometidas pelas firmas mineradoras, em razão da forma como ele foi administrado pelo governo:

“O incentivo não está regulamentado pela Aduana, mas através de certidões emitidas pelo Ministério de Mineração e Metalurgia. O exportador somente necessita acreditar, ante esse Ministério, que sua mercadoria para exportação tem efetivamente direito à redução de 50% das *regalias*. O despachante aduaneiro reduz a percentagem das *regalias* e imposto de exportação sobre a base da certidão emitida pelas autoridades governamentais. Mas o Ministério não possui o pessoal suficiente para determinar se a totalidade de um carregamento representa ou não um incremento na produção da firma exportadora, ou meramente os resgates do exportador de outras firmas que, de outra maneira, não teriam direito ao incentivo. Houve várias denúncias [...] de que está ocorrendo uma fraude enorme desse tipo. Seria surpreendente que não acontecesse [a fraude], dada a facilidade com que se faz. Como resultado, a perda econômica [para o Estado] por causa desse incentivo é maior e o efeito desejado muito pobre”.<sup>41</sup>

Por outro lado, é a partir dos anos de 1973 e 1974 que os setores dominantes da Mineração Mediana experimentaram uma ostensiva expansão e centralização na economia. Os próprios representantes das maiores firmas (COMSUR, EMUSA e GRACE) denominaram esse fenômeno como “diversificação econômica”: o investimento em outros setores da economia boliviana como, por exemplo, nos setores industrial-manufatureiro,

<sup>40</sup> Citado em Idem, *Ibidem*, pp. 121-122. Em 1974, a *International Mining*, associada à GRACE, foi liberada de imposto sobre 61% da produção de wolfram; a EMUSA obteve redução de 100% da sua produção de antimônio; ao passo que a COMSUR obteve 50% de redução de impostos (*regalias* e imposto à exportação) sobre 81% de sua produção total de estanho. Somente nesse ano, o Estado deixou de arrecadar 1,5 milhões de dólares provenientes das *regalias* e do imposto à exportação. A administração da COMIBOL, a empresa de maior produção de estanho, simplesmente se excluiu do benefício do bônus.

<sup>41</sup> “*Informe Howard*”, La Paz, dezembro de 1975, Vol. VII, p. 45, em Idem, *ibidem*, p. 125.

agro-industrial, serviços, construção etc. Uma boa parte desses investimentos teve um caráter altamente especulativo, feito no setor financeiro e bancário

Conforme mencionamos no segundo capítulo desta dissertação, os investimentos estrangeiros no país durante o regime banzerista foram insignificantes. Segundo os dados do INI, entre 1971 e 1977, os investimentos do setor da Mineração e Metalurgia chegaram apenas a 37 milhões de dólares. No caso do sub setor da mineração privada, os investimentos também foram fracos: esses limitaram-se aos bens de capital, predominantemente em equipamentos, maquinaria e tecnologia de extração de minérios. Mais especificamente, os investimentos foram feitos pelas firmas monopolistas na área de tratamento de minérios “concentrados” (produtos não fundidos que possuem alta concentração de minérios de baixa e alta lei), principalmente de estanho; na aquisição de equipamentos de extração de minérios ao ar livre, bem como na fundição de alguns minérios, feitas, por exemplo, pelas fundidoras HORMET e BERNAL. Segundo os próprios dados da Mineração Mediana, entre 1976 e 1983, os seus investimentos chegaram apenas a 113,4 milhões de dólares.<sup>42</sup> Esse capital é insignificante em relação ao imposto (*regalías*, imposto à exportação) pago pela COMIBOL ao Estado, entre 1972 e 1978, que chegou a 482,5 milhões de dólares. Todavia, essa quantidade é ligeiramente inferior àquela dos investimentos gerais (nacionais e estrangeiros) feitos durante o regime banzerista, que foi de 516,4 milhões, dez vezes superior ao investimento estrangeiro direto (que chegou apenas a 46,7 milhões de dólares).

Um outro indicador importante do escasso investimento nos setores produtivos é a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Entre 1971 e 1977, a FBCF chegou ao redor de 853,7 milhões de dólares, tendo uma média anual de 121,9 milhões. Essa quantidade significava apenas entre 14,85 e 16,32% do PIB do período.<sup>43</sup> Todavia, se considerarmos as

<sup>42</sup> O ano de maior investimento do setor da mineração privada foi 1976: 24,8 milhões de dólares. Em suma, os investimentos deste setor foram fraquíssimos, conforme os seguintes dados: 1977, 20 milhões de dólares; 1978, 17,1; 1979, 22,1 (previsão); 1980, 12,3; 1981, 13,0 (previsão); 1982, 3,6 e apenas 500 mil dólares em 1983. Ver *Medium Miners, Annual Report*, 1978 e 1980; *Mineria Mediana, Memoria 1982*. Ver também Carlos Barragán, “*Diagnóstico general del sector minero-metalurgico*”, in *El Sector Minero. Crisis y Perspectivas*, La Paz, FLACSO-ILDIS, 1986, p. 46.

<sup>43</sup> Ver Carlos Toranzo, “*Banzerato, Nuevo Modelo...*”, op. cit., pp. 24. O Cálculo foi feito por nós tomando como base o dólar de 1972. A FBCF, em relação ao PIB, foi descendo de 14,2% em 1980, passando para 13,7 em 1981, para ficar em 10,2% em 1982. Para o período de 1980-1982, ver também Carlos Toranzo, “*Bolivia: Macrodiagnóstico Económico y Social (1980-1991)*”, in Gonzalo Chaves & Carlos Toranzo, *Claves y*

percentagens em relação à participação da FBCF dos setores estatal e privado, veremos uma clara diminuição da formação de capital do setor estatal. Quer dizer, a FBCF do setor estatal diminuiu de 59,9 a 41,9%. Entretanto, a parte que correspondeu ao setor privado incrementou-se de 40,1 a 58,1%. No referente à FBCF em relação aos meios de trabalho, o setor estatal contribuiu com 76,6% em 1971, ao passo que, em 1978, reduziu-se para 43,2%. No setor privado, para os mesmos anos, incrementou-se de 24 a 56,8%.<sup>44</sup>

Assim, na década de 70, não houve um avanço significativo tanto no investimento de bens de capital (maquinaria com tecnologia avançada, etc.) como na renovação das condições de trabalho no setor chave da economia boliviana (estatal e privado), que pudesse dar um salto qualitativo na reprodução ampliada do capital. Em outros termos, o modelo de acumulação de capital esteve orientado não para o investimento maciço no setor produtivo (Setor I da economia), que permitisse um desenvolvimento capitalista de tipo endógeno, bem como a transformação - conforme observa Toranzo - das "condições técnico-materiais do processo de trabalho". Nesse sentido, tal modelo de acumulação teve um caráter de transferência direta de capital aos países centrais, através de um mecanismo variado: enorme fuga de divisas; investimento fraco e altamente especulativo na economia doméstica (no setor financeiro e bancário, serviços, etc.); elevada transferência de capitais pelo pagamento da dívida externa (juros e amortizações da dívida); extorsão e pilhagem dos recursos estatais por parte das empresas estrangeiras no país (feitas através dos contratos leoninos, como nos casos da mina "Matilde" e da *Gulf Oil Co.*, entre outros). Em uma palavra, a forma de acumulação de capital, por parte do conjunto da burguesia boliviana, foi determinado pelo tipo de acumulação estabelecido pelo capital monopolista estrangeiro no país.

---

**Problemas de la Economía Boliviana**, La Paz, ILDIS, 1993, p. 50. Cf. também Juan Antonio Morales, "*Política Económica Después de la Transición a la Democracia*", in Mário Miranda Pacheco, **Bolivia en la Hora de su Modernización**, op. cit., p. 151.

<sup>44</sup> Cf. Carlos Toranzo, "*Banzerato...*", op. cit., p. 28. Conforme Toranzo, "[...] o capital privado, [apesar de ter facilidades colocadas pelo Estado], não aumentou significativamente o montante da parte ativa dos meios de trabalho, que sirvam para revolucionar as condições da produtividade com as quais opera a economia boliviana. O crescimento da parte ativa [da FBCF], gerada pelos capitalistas privados, não significa que o setor esteja dando saltos importantes na produtividade do trabalho, porque não chega a superar - como participação relativa - àquela que possui o Estado [...]", p. 30. Nesse sentido, "Foi uma norma assinalar que o Estado outorga uma série de facilidades infra-estruturais para que o capital privado possa operar com taxas de lucro mais elevadas, e que, no fundamental, o aparelho estatal é o fiador - através do investimento público - das condições favoráveis com as quais contam os capitalistas privados para funcionar. O caso boliviano não

Contudo, o déficit das transformações das forças produtivas no setor mineiro não remonta à década de 70. Já na década de 50 estava vedado o caminho da industrialização do país, na base da diversificação do próprio setor mineiro, conforme ficou patenteado no Plano Triangular, elaborado no final do primeiro governo Estenssoro. A mineração estatizada (COMIBOL) passou a depender dos empréstimos externos para o funcionamento das empresas mineradoras, as quais operavam com tecnologia adquirida nas décadas de 20 e 30.<sup>45</sup> Quer dizer, tecnologia obsoleta, que precisava de investimentos maciços para o seu funcionamento. É que a forma de intervenção econômica feita pelas firmas mineiras oligopólicas (inseridas desde cedo no capital internacional, portanto, orientadas para o exterior), anterior a 1952, determinou o tipo de investimento no setor de mineração. Quando houve investimentos no setor de bens de capital, estes foram limitados: apenas na área de extração e concentração de minérios, necessários para o funcionamento das minas e usinas mineradoras, sem modificações substantivas nas relações de trabalho e da produção. Nesse sentido, a Bolívia possui um déficit industrial e tecnológico acentuado no seu próprio setor chave na economia, estando atrasada cerca de meio século em matéria de industrialização de minérios.

Na década de 50, para fazer funcionar o aparelho econômico, o país teve que renovar parte da maquinaria e dos equipamentos tecnológicos obsoletos. Isso significava que a COMIBOL passava a ser reorganizada, economicamente, pelo governo norte-americano, em colaboração com o BIRF (Banco Mundial) e o BID: clara submissão da empresa estatal ao capital monopolista estrangeiro. A partir de 1971, o Estado passou a investir, sobretudo, na área de fundição de estanho (ENAF), bem como de outros minérios (chumbo, prata, etc.), nas usinas “La Palca” e “Karachipampa”. O Estado não investiu na extração e prospecção (processo de busca de novas jazidas, estudos de solos e regiões geológicas, etc.), além de não modernizar as usinas de concentração de minérios. Justamente nessas áreas, a empresa privada investiu mais. Inclusive, ela recuperou o controle da comercialização dos metais. Por sua vez, a comercialização ultramarina de metais estava nas mãos de empresas norte-americanas (como, por exemplo, a *Philips*

---

foi uma exceção, antes, ratifica em grau superlativo a formulação teórica geral”, p. 29.

<sup>45</sup> Ver Horst Grebe, “*Esbozo General del Ciclo de la Minería del Estaño*”, in *El Sector Minero*, op. cit., pp. 15-16.

*Brother*). Quando a ENAF começou a funcionar, as principais minas e jazidas já estavam numa fase de esgotamento, por tal motivo ela teve que operar com uma capacidade produtiva aquém da sua produção estabelecida. Além do mais, os custos de produção tornaram-se muito elevados, com perdas enormes para o Estado: a ENAF fundiu minérios para a Mineração Mediana com custos praticamente subvencionados.<sup>46</sup>

O déficit geral da COMIBOL é outro indicador importante da transferência de capitais para o setor privado e para os representantes dos altos escalões da burocracia estatal. No período de 1972-1978, o déficit anual da empresa incrementou-se 400%: de 25 milhões passou para 127,8 milhões de dólares. As suas dívidas também cresceram em 393%: pularam de 31,4 milhões para 155 milhões de dólares. Isso aconteceu num período de maior alta dos preços dos metais no mercado mundial e de maior incremento dos lucros, tanto para o setor estatal como para o setor privado. Em 1977, no momento de deixar a Gerência Geral da principal empresa estatal, o general Carlos Alcoreza, dizia: “a COMIBOL está em colapso”. Com efeito, o regime de Banzer levou à falência a maior empresa produtiva boliviana. Em 1983, a dívida total da empresa chegou a 450 milhões de dólares, dos quais 40 milhões representavam a sua dívida externa. O resto da dívida era assumida pelo Tesouro Geral da Nação e pelo Banco Central.<sup>47</sup>

Finalmente, devemos mencionar o caráter da política salarial. O instrumento dessa política foi o congelamento do salário e a liberação dos preços. O salário praticamente permaneceu congelado até 1978, num período de permanente elevação do índice dos preços ao consumidor (IPC), provocados pela inflação e pelos permanentes reajustes econômicos (1972, 1973, 1974). O governo utilizou o sistema de bonificações (Bônus de Compensação Social), com o fim de oferecer compensações monetárias ao salário mínimo. Na verdade, o objetivo das bonificações era o de “distorcer os salários e evitar o seu reajuste adequado, de

---

<sup>46</sup> Em 1977, a ENAF fundia cerca de 70% da produção total de estanho no país e quase 30% da produção de antimônio. Para o mesmo ano, a Mineração Mediana vendeu à ENAF 65% de sua produção de estanho. A partir de 1985, a capacidade produtiva da ENAF desceu para 50%, tendendo a baixar para 30%. No caso do custo da fundição, a COMIBOL pagava à ENAF 805 dólares por cada tonelada fundida; a Mineração Mediana pagava apenas 596,50 dólares pela mesma tonelada. Entretanto, o custo de fundição da ENAF, por cada tonelada, era de 790 dólares. É outro mecanismo de transferência de capitais do setor estatal para o privado. Ver Edgar Ramírez, “*Fundamentos Teóricos y Realidad Histórica de la Cogestión*”, in *El Sector Minero*, op. cit., p. 114. Ver também Horst Grebe, “*Esbozo General...*”, op. cit., pp. 17-21.

<sup>47</sup> Ver Carlos Barragán, “*Diagnóstico General...*”, op. cit., ver o item “*Comentario*”, p. 54. Ver também Marcelo Moscoso, *Minería Mediana y Política...*, op. cit., pp. 192-193.

acordo com as variações do custo de vida”, porque a aplicação do sistema de bônus (gerais e especiais) “se fez com o propósito de desviar as pressões da massa trabalhadora e manter a política de congelamento dos salários”.<sup>48</sup>

Junto com a desvalorização monetária de 1972, o regime banzerista decidiu congelar os salários por um ano (até outubro de 1973), mas tal medida vigorou até 1978. O governo apenas concedeu aos trabalhadores um bônus mensal, que oscilava entre 135 e 150 pesos bolivianos (equivalente a 6,75 e 7,5 dólares de 1971). Esse bônus era de caráter único - não incluía bônus de antigüidade e de categoria profissional - , o qual era pago de forma independente do *salário básico* (300 pesos, equivalente a 15 dólares). Sobre o salário base, fazia-se o cálculo do salário mínimo: ele incluía o bônus, horas extras, subsídios e outros benefícios do trabalhador. À parte do salário mínimo, os trabalhadores mineiros recebiam a *pulperia*, conquistada desde 1952: os produtos de maior consumo (basicamente alimentação) para a reposição física da força de trabalho eram subvencionados pelo Estado (a questão da *pulperia* mineira será retomada no próximo capítulo).

O bônus significava, assim, um incremento salarial que oscilava entre 45 e 50%, sendo que a moeda foi desvalorizada em 68% e o IPC tinha-se incrementado, entre 1972 e 1973, em 64,9%. Além do mais, os impostos de renda e as contribuições para o Seguro Social deveriam ser pagos sobre a base do salário total, isto é, incluindo o *Bônus de Compensação*. Assim, o aumento do salário, provocado pela inflação, praticamente não “compensava” a perda aquisitiva do salário real, o incremento dos preços, bem como os descontos do imposto de renda e das contribuições sociais.<sup>49</sup>

Ademais, o Ministério do Trabalho elaborou diversas escalas de salários para serem aplicadas segundo o setor produtivo. Quer dizer, cada setor industrial e ramo profissional tinham sua própria escala e tabela sobre a qual se fazia o cálculo salarial. Com o reajuste provisório do salário (120 pesos), em 1973, e o aumento do bônus mensal (400 pesos), em

<sup>48</sup> Pablo Ramos, *Siete Años de Economía Boliviana*, op. cit., p. 180.

<sup>49</sup> Os trabalhadores urbanos e os camponeses foram os mais afetados pelas medidas econômicas do governo, porque eles não tinham a subvenção dos produtos de maior consumo popular. Não obstante, as lutas salariais do proletariado mineiro quase sempre determinaram o aumento salarial para as demais categorias e setores. Segundo o CONEPLAN e o Conselho Nacional do Salário, entre 1970 e 1977, os salários do setor mineiro tiveram um incremento de 152%. Entre 1971 e 1977, o salário médio foi de 1.878 pesos bolivianos (93,9 dólares). Nos anos de 1971 e 1974, o primeiro período de expansão da Mineração Mediana, os salários não passaram de 70 dólares. Ver Marcelo Moscoso, op. cit.; ver Quadro N° 81.

1974, ficou mais complicado ainda o cálculo da base salarial por unidade e setor profissional.<sup>50</sup>

Por outro lado, a política salarial também incluía a livre contratação da força de trabalho, dando liberdade ao empregador para contratar trabalhadores (sem pagar nenhum benefício social) por um período de três meses, bem como demitir operários por razões que o empresário achasse convenientes. A partir de 1974, essa política foi reforçada pelo estabelecimento do sindicalismo de Estado, através dos “coordenadores trabalhistas”, visando controlar os sindicatos operários. Os “coordenadores” eram designados diretamente pelo Ministério do Trabalho. Além do mais, tanto as negociações salariais como a reivindicação dos outros benefícios sociais, entre os trabalhadores e os empresários, deveriam ser processadas em dois níveis: 1) individualmente, entre operário e o empresário e 2) isoladamente, entre cada sindicato e o empresário, intermediadas pelos “coordenadores”.

Em síntese, o regime salarial baseou-se num sistema confuso e impreciso para definir o salário mínimo, bem como para o cálculo de seu reajustamento frente à desvalorização e à inflação. O sistema salarial estabelecido pelo governo carecia de unidade de critérios para a elaboração do cálculo salarial do trabalhador, dando ampla margem de manipulação para fixar arbitrariamente o salário mínimo por parte do empregador. Essa política salarial aprofundou a exploração intensiva da força de trabalho, num período de enorme crescimento dos lucros do setor de mineração, do aumento das divisas provenientes do setor exportador (estatal e privado), bem como dos empréstimos externos absorvidos pelo governo. Enfim, a política salarial teve um caráter semelhante ao da política tributária, contida nas *regalias* mineiras. Quanto à política tributária: evasão fiscal, fraude e extorsão

---

<sup>50</sup> Cf. Idem, Ibidem, pp. 179-185. Entre 1971 e 1978, o IPC subiu de 100 a 288,2. A participação dos salários em relação ao PIB foi de 39,3% em 1971, descendo para 36,5% em 1975 (2,8 pontos percentuais), segundo dados do Banco Central. Contudo, a diminuição foi mais de 10%, segundo os dados da COB de 1979. Entre 1971-1978, o PIB manteve uma média de crescimento de 4,6%, sendo que nos anos de 1973 e 1975, o PIB alcançou seu ponto mais alto: 6,8 e 6,6%. Em 1973, a FSTMB reivindicava: 1) o aumento geral dos salários e 2) um salário mínimo vital que deveria ser complementado com a escala móvel de salários. O incremento salarial exigido ao governo era de 540 pesos bolivianos. Por essa ocasião, os trabalhadores do setor da construção exigiam um salário mínimo de 1.200,90 pesos mensais, apesar de que seus próprios cálculos sobre o custo de vida mensal eram de 3.095,00 pesos (154,7 dólares de 1972). Cf. Guillermo Lora, *El Proletariado en el Proceso Político*, op. cit.; ver o capítulo X, “*Nuevo Ascenso de Masas*”.

dos recursos do Estado; quanto à política salarial: fraude e extorsão do salário do trabalhador, bem como a elevação da exploração da força de trabalho.

Em suma, a forma de Estado, instaurada a partir de 1971, viabilizou uma política de transferência<sup>51</sup> direta de capitais do setor público para o setor privado, em benefício das frações burguesas ligadas à grande mineração, ao setor agro-industrial, bem como aos capitais financeiro e bancário. A transferência foi feita através de quatro medidas econômicas que foram a base do sistema de acumulação: 1) a Lei Geral de Investimentos; 2) a monopolização dos recursos externos (empréstimos, doações, ajuda econômica, etc.) por parte da empresa privada; 3) utilização sistemática do Orçamento Público - gerador de um brutal déficit fiscal - , tanto por parte da burocracia estatal como por parte dos representantes políticos das frações burguesas e 4) o congelamento dos salários e a liberação dos preços. Nesse sentido, a Lei de Investimentos forneceu a base da política econômica, materializada na política tributária e na política salarial do regime banzerista. Essa base econômica importante deu sustentação ao modelo de acumulação de capital da fração hegemônica: a burguesia mineira.

### 3.4 Fatores que Contribuíram à Queda do Regime Banzerista

É da maior importância o exame dos principais fatores que contribuíram para a queda do regime banzerista, pois este manteve-se por sete anos, período bastante extenso para os padrões políticos bolivianos.

Para tanto, devemos colocar algumas observações relevantes. Primeiramente, o bloco no poder não conseguiu manter uma estabilidade, na base do amplo acordo político, entre as principais forças que sustentaram o golpe. A aliança partidária, materializada na FPN, resultou ter uma curta duração, devido à luta intensa da fração hegemônica contra a própria aliança partidária, particularmente contra o MNR-Estenssoro. Essa luta tornou-se violenta no final de 1973, culminando com o exílio de Estenssoro. Entretanto, o bloco no

---

<sup>51</sup> A transferência de capitais adquiriu diversas formas. Quiroga Santa Cruz a chama de *corrupção generalizada*; Zavaleta a designa como *sistema prebendário*, uma espécie de corrupção institucionalizada a qual combinou práticas populista, clientelista e a mediação do narcotráfico. Para Toranzo, trata-se de um sistema irracional de acumulação de capital devido à incapacidade das classes dominantes de modificar as forças produtivas e reproduzir organicamente o capital em escala ampliada. A esse sistema Toranzo chama

poder manifestou uma maior duração, motivo pelo qual atravessou constantes crises políticas, agravando a crise de hegemonia. Essas crises obedeceram a diversos fatores, dentre os quais os mais importantes seriam:

1) A crise da definição do caráter do regime. O MNR-Estenssoro defendia um regime “forte”, que controlasse rigidamente a classe operária, mas com o funcionamento do sufrágio universal e a realização de eleições periódicas, restrita aos partidos políticos da FPN. O partido de Estenssoro aspirava a conquistar o aparelho estatal; já o setor militar, que apoiava Banzer e a fração hegemônica, pretendia instaurar um partido único, sob a liderança do Exército.

2) As tentativas de golpe do MNR-Estenssoro para depor Banzer. Estenssoro buscou apoio político dos militares dissidentes e descontentes com o regime para materializar esse objetivo. A Junta Militar que deporiam Banzer possibilitaria a passagem do governo a Estenssoro; esse setor militar ficou posteriormente conhecido como o grupo “*generacional*”.

3) A militarização do Estado, em razão do auto-golpe de Banzer em 1974. Esse golpe “preventivo” excluiu o tipo de regime defendido pelo MNR; e implicou a expulsão de Estenssoro do governo, bem como a diluição da FPN. A fração hegemônica tornou-se a fração detentora do aparelho estatal.

4) A crise da sucessão presidencial, no interior do Exército, e a crise desencadeada sobre o tipo de regime defendido pelas diferentes facções militares.

5) A permanente luta da fração agro-exportadora para conquistar a hegemonia, no seio do bloco no poder. As facções de direita dessa fração, ligadas ao FSB, lideraram revoltas *regionalistas* contra o regime, em razão de não conseguirem maior cota de poder nas decisões governamentais.

Por ocasião do auto-golpe de Banzer de 1974, o MNR estenssorista ficou dividido em duas facções: uma que apoiava Estenssoro e outra que apoiava Ciro Humbolt. Com o exílio de Estenssoro, Humbolt tornou-se o chefe do partido e passou apoiar o governo Banzer. Foi assim que vários caudilhos e “notáveis” do partido permaneceram em alguns postos importantes do aparelho estatal. O FSB também dividiu-se: a sua fragmentação foi

---

*banzerato*. Ver também Horst Grebe, “*El excedente sin acumulación...*”, op. cit.

ainda maior, pelo fato de que não tinha uma base de sustentação popular, como a que possuía o MNR-estenssoro.<sup>52</sup>

Nesse sentido, a nova configuração do regime político, traduzida em uma maior expansão do aparelho militar e em militarização das funções do Estado, significou o bloqueio à abertura de qualquer mecanismo de democracia política, bem como o aumento da repressão das massas populares, principalmente do proletariado mineiro. Entretanto, houve uma ampla resistência das massas ao regime, especialmente da FSTMB e dos sindicatos operários urbanos. Em 1974, os camponeses fizeram greves, seguidas de bloqueios de estradas, no interior do país, em rejeição às medidas econômicas adotadas pelo governo. Em resposta, o regime massacrou centenas de camponeses em greve, numa das regiões de maior concentração de camponeses parcelares (Tolata e Epizana, no Vale de Cochabamba), abalando o Pacto Militar Camponês.

Por outro lado, a partir de 1974, o governo tentou controlar, sem maior êxito, o movimento popular e sindical, através da imposição dos “coordenadores trabalhistas” e do “serviço civil obrigatório”. Os coordenadores eram indicados pelo Ministério do Trabalho, cuja função era a de dirigir os principais sindicatos e as organizações trabalhistas, uma espécie de sindicalismo de Estado.<sup>53</sup> Já o “serviço civil” era uma reedição “moderna” das relações sociais que vigoravam no campo até 1952. Naquela época, o índio-camponês devia prestar, obrigatoriamente, um serviço gratuito, de um dia na semana, na casa do patrão (latifundiário ou mineiro), além de trabalhar na terra deste.<sup>54</sup> No regime banzerista, esse serviço foi imposto ao “cidadão” - nesse caso, restrito à massa popular - em favor dos “novos patrões”: o “Estado”, os “empresários” e os “chefes militares”. As duas medidas aplicadas tinham como objetivos principais, de um lado, a busca de apoio político nos setores urbanos, e de outro, o reforço do Pacto Militar Camponês no campo. Essa busca de apoio político processou-se nos momentos de maiores crises do regime.

<sup>52</sup> Ver Guillermo Lora, *El Proletariado en el Proceso Político*, op. cit.; ver especialmente capítulo X, “*Nuevo Ascenso de Masas*” e o capítulo XI “*El autogolpe de noviembre de 1974 e a clase obrera*”.

<sup>53</sup> Ver os Decretos sobre os Coordenadores Trabalhistas e a regulamentação de suas funções, em *Ley General del Trabajo* (reedição de Manuel José Ríos Suazo), La Paz, 1977, pp. 113-121.

<sup>54</sup> Esse sistema social conhece-se na literatura boliviana como “*pongueaje*”. Os índios e camponeses eram chamados de “*pongos*”, os quais eram explorados pelos patrões mineiros ou pelos “*gamonales*” (latifundiários).

Em suma, a partir de 1974 detectamos uma primeira manifestação da condensação das crises políticas e das contradições de classes, dentre as quais, as mais importantes seriam: 1) os atritos e as contradições entre a fração hegemônica e a “burguesia de Estado”; 2) a intensa luta das frações mineira e agro-exportadora contra a aliança partidária (FPN), luta que se traduziu entre o aparelho militar e o MNR-Estenssoro; 3) os conflitos e as contradições do bloco no poder com as classes apoios (pequena e média burguesia ligada ao MNR-Estenssoro e o FSB, massacre dos camponeses) e 4) a deterioração das relações do aparelho de Estado (Exército) com as massas populares urbanas. Essas crises e contradições permaneceram até a queda do regime em 1978.

Debrucemo-nos, a seguir, sobre os outros fatores importantes da queda do regime banzerista. Vários autores defenderam a tese de que o êxito inusitado do regime estaria na sua natureza fascista, sendo a repressão o fator determinante.<sup>55</sup> Outros, como por exemplo Whitehead,<sup>56</sup> consideram que as causas estariam na combinação das variáveis maquiavélicas da *fortuna* do líder militar (Banzer) e do *medo* (imposição do regime de terror). Já as análises de René Zavaleta vão mais longe (embora considere Banzer como um “soldado de fortuna”). Para este autor, a permanência do regime estaria na consistência do aparelho de Estado, em termos de *corrupção-terror-inteligência*. A sua queda teria sido provocada por basicamente três fatores: 1) pelo peso do próprio Estado, modernizado, mas ao mesmo tempo mais deslegitimado; 2) pela fusão burguesia-aparelho de Estado, fusão que manifestaria um indício de crise e regressão estatais e 3) pela pressão da massa popular - “era o destino de Banzer, diz o autor, não cair por um golpe nem pelo ferro da guerra civil, mas pela *determinação difusa* da massa”.<sup>57</sup>

O ponto dois da argumentação de Zavaleta é, a nosso ver, o mais problemático. É provável que essa seja uma das crises importantes detectadas pelo autor, na medida em que

<sup>55</sup> É o caso de Ramos, J. F. de la Cueva (obras já citadas), de Jorge Echazú Alvarado, *El Militarismo Boliviano*, La Paz, Liberación, 1988, ver o capítulo XI, “*El fascismo militar dependiente*”.

<sup>56</sup> Laurence Whitehead, “*A democratização fracassada da Bolívia: 1977-1980*”, in Guillermo O'Donnell, *Análise do Autoritarismo Burocrático*, São Paulo, Paz e Terra, 1990, p. 85. Para esse autor, além das variáveis da militarização do aparelho estatal e da restauração da economia conservadora, estava o “catalisador do medo, que fez muito para cristalizar a unidade de direita”. Assim, o regime de Banzer “repousava numa base relativamente sólida de interesses, ideologia e sentimento de classe” coroada de dureza e rigor militar, p. 86.

<sup>57</sup> René Zavaleta, “*Bolívia: la fuerza de la masa*”, op. cit., p. 90; grifo nosso. Zavaleta refere-se ao caráter da participação da massa popular na queda do regime: foi ela que determinou sua queda. Mas a participação da

o Estado poderia ter perdido, momentaneamente, a autonomia relativa. Mas o problema fundamental não está em que as classes ou frações dominantes sejam as mesmas que detêm o aparelho de Estado. A questão é saber se essa fusão reflete uma incapacidade das frações do bloco no poder para solucionar a crise de hegemonia e como esse problema tem efeitos na relação desse bloco com o aparelho estatal, principalmente com o Exército. Por outro lado, é comum ocorrer o caso em que a fração burguesa hegemônica é a mesma que detém o aparelho estatal, fato esse que está longe de significar uma “regressão” ou “deformação estatal”, mas pelo menos um indício de crise de hegemonia. Esse foi o caso, conforme a nossa análise tem mostrado, da fração hegemônica que, a partir de 1974, passou a ser a fração detentora do aparelho estatal.

Feita essa observação, podemos agora colocar a seguinte hipótese de trabalho: os fatores diretos da queda do regime banzerista foram as contradições internas do Estado militar, agravadas pelas crises de hegemonia e de legitimidade burguesa frente às massas populares. A nosso ver, três foram as principais contradições do Estado:

1) A contradição proveniente do efeito de isolamento na esfera econômica: a fração hegemônica (a burguesia mineira) induziu às demais frações integrantes do bloco no poder à corrida pela maximização dos lucros no curto prazo. Essa prática econômica foi expressa nas diversas modalidades de acumulação de capital, sendo um dos principais mecanismos a transferência de capitais do setor público para o setor privado. Tal situação provocou uma disputa acirrada, entre as frações não-hegemônicas no seio do bloco no poder, pelo “controle” do aparelho de Estado (esse foi o caso das frações burguesas representadas por Estenssoro até 1974), pois, era o principal meio e fonte de acumulação de capital. É por isso que em 1974 a fração mineira passa a se constituir em fração detentora do aparelho estatal, além de possuir a função hegemônica. Começa a se configurar, a partir desse ano, um bloco no poder que tende a incrementar a instabilidade hegemônica devido às contradições do efeito de isolamento no econômico.

2) A contradição proveniente do funcionamento do aparelho de Estado dominante (aparelho militar). De um lado, o aparelho militar, sob a égide do Exército, passou a funcionar como partido político da burguesia, pois organizou, com certa dificuldade, a

---

massa foi “difusa”, não tão homogênea ou maciçamente consistente, como se pensa.

hegemonia da fração mineira no seio do bloco no poder. Nesse contexto, a fração agro-exportadora aspirava a se converter em fração hegemônica, ao passo que a “burguesia de Estado” tentava se constituir em fração detentora do aparelho estatal. Essa situação provocou uma instabilidade política do regime banzerista durante os primeiros três anos (1971-1973), a qual expressou-se na crise sobre a forma de regime a ser instaurado. O Exército, entretanto, teve maior dificuldade de organizar a hegemonia da fração mineira face o conjunto da sociedade, o que se manifestou no massacre dos camponeses e no aumento da repressão ao proletariado mineiro e urbano: claro indício de crise de legitimidade do Estado militar frente às classes dominadas.

De outro lado, à medida que o papel do Exército aumentava (funcionando como partido político da burguesia), ocorria paralelamente um desgaste político, contribuindo de modo não menos enfático para o agravamento das suas crises internas: a luta das diferentes facções militares referente ao tipo de regime a ser instaurado e a corrida presidencial através do método do golpe de Estado. Para solucionar as crises políticas provenientes do bloco no poder, bem como das crises provenientes da instituição castrense, o setor de direita do Exército passou a intervir novamente através do auto-golpe de Banzer em 1974, estabelecendo assim uma maior militarização do Estado e a expansão da burocracia estatal. O que significava o reforço de um outro tipo de representação popular: a representação burocrática e, por conseqüência, a busca de maior legitimidade para o regime. Nesse contexto, foi se agravando uma contradição entre a reorganização do aparelho estatal, comandado pela burocracia (organizada sob o princípio do burocratismo), e a democracia política, mobilizada pelas massas populares. Assim, foi se configurando aquilo que denominamos Estado-militar-de-crise (condensação das contradições e crises) no início de 1978; esse Estado foi pressionado pelas massas populares a abrir espaço para o funcionamento da democracia política (abertura democrática).

Essas contradições estariam sobredeterminadas pelo funcionamento do poder institucionalizado do Estado, quer dizer, a sua dupla função - isto é, a individualização dos agentes da produção e a *neutralização* da ação coletiva do produtor direto<sup>58</sup> - contribuiu

<sup>58</sup> O efeito de representação de unidade, no Povo-Nação, assinalada por Poulantzas, Saes prefere qualificá-la de efeito de *neutralização* da ação coletiva do produtor direto, ou “*dissolução* da classe social”; ver Décio Saes. “O conceito de Estado burguês”, op. cit., p. 32; grifo nosso.

decisivamente tanto para o sucesso como para a queda do regime banzerista, na medida em que o Estado *aparecia* como univocamente consistente.

Em síntese, as causas da queda do regime banzerista estiveram determinadas pelo funcionamento do Estado burguês dependente, nesse caso, do Estado militar. O efeito de isolamento foi devastador para as classes ou frações dominantes do bloco no poder, na medida em que elas permaneceram fragmentadas e incapazes de se unificar devido, entre outras coisas, ao típico “egoísmo de fração”<sup>59</sup> que as caracterizou (provocado pela prática de maximização dos lucros no curto prazo), num contexto de elevado índice de resistência das massas. Nesse contexto, foi o aparelho de Estado, através do Exército, que unificou as frações burguesas. É por isso que, durante os sete anos que permaneceu a ditadura banzerista, o papel político da CEPB, a qual cumpriu uma função importante na unificação burguesa nos anos de 1970-1971, foi irrelevante. No período pós-78, a CEPB reaparecerá com uma função de partido político. Do lado das classes populares, especificamente do proletariado mineiro, o processo de trabalho tendeu para a ação coletiva. Ação essa que foi, paradoxalmente, reforçada pela persistente ação neutralizadora do Estado, através de suas diversas formas: propaganda ideológica contra a classe operária, intervenção do sindicalismo de Estado através dos “coordenadores trabalhistas”, a imposição do “serviço civil” ao cidadão comum, bem como a repressão direta.

Surge, assim, a seguinte pergunta: por que a *consistência* do Estado, observada por Zavaleta, não deu conta do controle do proletariado mineiro e das massas populares? Essa pergunta remete a uma dupla questão: à unidade institucional e à autonomia relativa do Estado, analisadas teoricamente por Poulantzas. Dupla característica fundamental e correlata do funcionamento do Estado burguês, quer dizer, dois elementos constitutivos desse tipo de Estado. No caso da “unidade própria do poder político institucionalizado”, o caráter desse Estado faz com que as suas instituições de poder, “relativamente emancipadas do econômico, apresentem uma coesão interna *específica*”. Essa unidade “impede as relações entre as classes ou frações do bloco no poder e, com maior razão, entre essas e as classes ou frações aliadas ou apoios, de serem estabelecidas em uma partilha, em uma

---

<sup>59</sup> Sobre essa questão ver Décio Saes, “A Democracia Burguesa e a Luta Proletária”, in *Estado e Democracia...*, op. cit., pp. 176-177.

fragmentação ou em uma repartição do poder institucionalizado do Estado”.<sup>60</sup> Unidade essa que funciona efetivamente “em todo um quadro institucional real”. Nesse sentido, a unidade do Estado é a unidade das classes ou frações políticas dominantes do bloco no poder.

Em relação à autonomia relativa do Estado, já mencionamos os seus aspectos gerais no primeiro capítulo desta dissertação. Sublinhemos, entretanto, um elemento importante que não foi colocado nesse capítulo. De acordo com as variações das formas de regime do Estado burguês e, em conjunturas específicas, determinadas pelo acirramento das lutas de classe, a autonomia relativa do Estado pode manifestar-se de maneiras diversas. Ou seja, dentro do quadro invariante da autonomia, dos limites colocados pela sua ação, a autonomia reflete variações específicas. No caso de um regime ditatorial-militar particular, determinado por um certo grau de acirramento das lutas de classes, a autonomia relativa *pode* manifestar-se através de uma “partilha” do aparelho estatal, de sua organização em “feudos” e “facções” por parte do pessoal do Estado. Nesse contexto, a unidade do Estado torna-se bastante frágil e, qualquer abertura ou a mínima concessão política às massas converte-se em uma empreitada perigosa para esses regimes. A nosso ver, a unidade e a autonomia relativa do Estado no regime banzerista não impediram a “partilha” do aparelho estatal; este se apresentou como uma organização em “feudos” e “facções” da burocracia estatal, processo semelhante àquele observado por Poulantzas, em *A Crise das Ditaduras*, nos casos dos regimes grego, português e espanhol.

Feita essa observação teórica, passemos a colocar alguns elementos relevantes da forma adquirida pela unidade e autonomia relativa do Estado, sob o regime banzerista. Para começar, foi com a greve de fome de quatro mulheres mineiras que esse regime desabou. Greve que se alastrou pelo país por quase dois meses, ganhando força com a participação de milhares de grevistas. O movimento grevista converteu-se num fato político da maior importância, conseguindo anistia geral para os presos e exilados políticos e a convocação de eleições gerais para 1978. Vemos, assim, que, a mínima concessão dada às massas populares converteu-se numa faca de dois gumes para a ditadura: o movimento popular aproveitou para “engolfar-se” - como diz Poulantzas - no processo político e, ao mesmo tempo, converteu-se no fator determinante da queda do regime. Poulantzas tinha observado

---

<sup>60</sup> PPCS, p. 251.

que estes tipos de regimes deparam-se no seguinte dilema: “ou concedem  *muito pouco*, e as pretensas transformações em nada respondem às necessidades da situação, ou então tais transformações constituem apenas um início de resposta mas dão a impressão, quase automaticamente, de que os regimes fizeram  *demasiadas concessões*”.<sup>61</sup>

### 3.4.1 Elementos fundamentais da forma estatal boliviana da década de 70

Dito isso, passemos a caracterizar três elementos fundamentais da forma estatal boliviana da década de 70 - os quais são importantes para entender a ascensão e queda da ditadura banzerista - , que estão relacionados com o funcionamento da unidade do poder institucionalizado do Estado, com a autonomia relativa estatal face às classes dominantes e com a representação burocrática.

O primeiro elemento diz respeito ao papel do Estado de organizar às classes e frações dominantes, especialmente a hegemonia política da fração mineira. Mesmo que precária, a unidade institucional do Estado - através da função de representação da unidade no Povo-Nação - tornou possível o funcionamento de sua autonomia relativa face às classes dominantes, na medida em que o Estado organizou essas classes no momento do aguçamento da crise de hegemonia e de acumulação de capital. Esses momentos foram: o golpe de 1971 e o auto-golpe de Banzer de 1974. Mais especificamente, foi o aparelho de Estado, particularmente o Exército, que unificou e organizou as frações burguesas dominantes, devido a: 1) a crise de unificação, como efeito da crise de hegemonia e do “egoísmo de fração”; 2) os efeitos econômicos e políticos da configuração popular do Estado, sob os governos de Ovando e Torres e da Assembléia Popular; 3) os efeitos da inexistência de uma burguesia nacional capaz de colocar limites à intervenção do capital estrangeiro e ao imperialismo norte-americano e 4) a sistemática intervenção do Exército na vida política do país; quer dizer, a fraqueza econômica e política das frações burguesas dominantes faz com que recorram permanentemente ao Exército para impor sua dominação política de classe.

---

<sup>61</sup> Nicos Poulantzas, *A Crise das Ditaduras*, op. cit., p. 75; grifo do autor.

Nesse sentido, o Exército funcionou como partido político do conjunto da burguesia boliviana. O setor de direita do Exército, sob a liderança de Banzer, representou a fração hegemônica (a grande burguesia mineira) do bloco no poder, a qual conseguiu impor seus interesses econômicos particulares como sendo os interesses políticos gerais, expressando sua dominação política de classe e o seu modelo de acumulação de capital. Com a militarização do Estado, em 1974, a fração hegemônica torna-se também a fração detentora do aparelho estatal. Isso foi evidente na insistente interpelação ideológica, por parte dos militares e das frações políticas dominantes, na busca de legitimação da organização militar do Estado, feita através da recorrência à unidade do Povo-Nação, do patriotismo nacionalista, da imagem da função tutelar das Forças Armadas, bem como da preservação da propriedade privada, da ordem e da integridade da Pátria.

Outra variável importante do apelo ao Povo-Nação foi a enorme campanha ideológica, montada pelo regime, em torno da recuperação do litoral boliviano, perdido na guerra com o Chile no século passado. Na verdade, o objetivo dessa campanha visava a busca de maior apoio político das massas urbanas ao governo, situação que possibilitaria uma prolongação do regime banzerista até 1980. As negociações diplomáticas com esse país, liderada pelo próprio Banzer, fracassaram rotundamente. Contudo, a campanha conseguiu três importantes objetivos de curto prazo: a) o deslocamento da atenção para o problema do mar, no momento do aguçamento das crises internas do regime nos anos de 1976 e 1977; b) a relativa unificação do Exército, situação que contribuiu à permanência do setor militar banzerista até o primeiro semestre de 1978 e c) o apoio político da classe média e de setores das massas urbanas, as quais aderiram em cheio à campanha do governo.

O segundo elemento característico da forma estatal boliviana da década de 70 diz respeito ao papel econômico da burocracia estatal, a qual implementou mecanismos que visavam garantir a acumulação de capital a longo prazo para as classes dominantes. Embora pareça paradoxal, o Estado garantiu a sobrevivência do proletariado mineiro e de setores das massas populares. Vale dizer, a função econômica do Estado, sobredeterminada pela função política, garantiu, através de vários mecanismos, o processo de trabalho e o processo de produção. Isso manifestou-se através da criação dos “coordenadores trabalhistas” que, apesar de ser um intento de controlar e dividir o sindicalismo “contra-estatal”, mostrava o

esforço do Estado em preservar, minimamente, a força de trabalho e, por conseqüência, garantir o processo de produção, ameaçado pelas permanentes greves. Por outro lado, as lutas e reivindicações econômicas - que se converteram em lutas políticas - conquistadas pelas organizações sindicais mais combativas, foram outro indicador de como o Estado cedeu ante às pressões dos trabalhadores. Organizações essas que o regime não podia controlar e desorganizar nem com o recrudesimento da repressão. Basta aqui dar um exemplo: em maio de 1976 a FSTMB conseguiu realizar o XVI Congresso Mineiro em Corocoro (cidade mineira que fazia parte da zona militarizada), no momento em que a COB estava na clandestinidade e quando era proibido organizar congressos e reuniões sindicais.<sup>62</sup> Podemos inferir, assim, que, indiretamente, o Estado se posicionava contrariamente aos interesses imediatos e de curto prazo dos setores de direita da grande mineração: esses setores exigiam o recrudesimento da repressão do proletariado mineiro, para manter a exploração intensiva da força de trabalho e aumentar, ainda mais, os seus lucros. Lembremos que os dois mecanismos principais de acumulação de capital foram a política salarial e a política tributária, analisada anteriormente.

Basta aqui dar alguns exemplos de como o Estado deparou-se com a contradição de aumentar a repressão e, ao mesmo tempo, manter algumas conquistas salariais do proletariado mineiro e de outros setores profissionais. Apesar de manter o salário mínimo congelado, que incidia diretamente na perda do poder aquisitivo da classe trabalhadora, o regime manteve a *pulperia* (uma espécie de cesta básica que foi conquistada em 1952, cujos produtos de maior consumo eram subvencionados pelo Estado) dos trabalhadores mineiros. Nesse sentido, ela não permitiu que o trabalhador mineiro caísse em níveis ainda mais miseráveis. No governo Gueiler (1980), a burguesia mineira tentou eliminar a *pulperia*, mas voltou atrás, porque podia desencadear uma explosão política, sem precedentes, das massas populares. Essa fração burguesa apenas conseguiu eliminar, no pacote econômico do dia 30 de novembro de 1979, um bônus de transporte dos trabalhadores urbanos. As novas medidas econômicas também afetaram seriamente os camponeses que, junto com aqueles,

---

<sup>62</sup> Ver *Documentos de la Resistencia a la Dictadura de Banzer da FSTMB*. Ver também Carlos Toranzo, "La Lucha Política en Bolivia", op. cit.; ver o item "Necesidad de destrucción física del movimiento obrero. (Avance del movimiento proletario y popular)".

fizeram uma enorme greve, seguida de bloqueios de estradas, paralisando o país por várias semanas.

O governo Meza (1980-1981) manteve estrategicamente a *pulperia* como um dos pontos fundamentais da sua política salarial. Essa medida tinha como principal objetivo manter “isolado” o proletariado mineiro, para não desencadear um perigoso protesto que se estendesse às massas populares; fato que podia derrubar o regime. Contudo, o proletariado mineiro resistiu, armado, ao golpe de Meza (julho de 1980), durante quase quinze dias consecutivos. Para controlar o movimento, o Ministério do Interior seqüestrou Lechin e o obrigou a fazer declarações públicas (rádio e televisão) para que os trabalhadores mineiros depusessem as armas e terminassem a greve.<sup>63</sup> O governo conseguiu o seu objetivo: os trabalhadores depuseram as armas. Enfim, desde 1979, a burguesia mineira junto com o FMI pressionaram os governos bolivianos para a eliminação da *pulperia* porque, segundo as suas justificações, ela era um dos principais fatores inflacionários (que incidia no aumento dos salários) e do déficit fiscal.

Outro indicador importante da autonomia relativa do Estado, sob o regime banzerista, foi a intervenção do Estado. Já vimos exemplos da intervenção do Estado na preservação da força de trabalho. Isso foi feito através de sua função econômica, na medida em que o Estado boliviano tendia a assegurar os interesses de longo prazo do conjunto das classes ou frações dominantes, no momento em que o “egoísmo de fração” (entre outras coisas) das frações burguesas tendia à maximização dos lucros, no curto prazo. Esse fato manifestou-se claramente nas contradições entre a burocracia estatal e a fração hegemônica, no que diz respeito ao papel estratégico do Estado na economia e na planificação econômica. Foi o caso da elaboração do *Plano Quinquenal* para o período de 1976-1980 e

---

<sup>63</sup> O seqüestro, bem como as declarações de Lechin, na televisão, tornou-se uma polêmica no interior do movimento sindical e de esquerda. Durante os dias que se seguiram ao golpe de Meza (17 de Julho de 1980), Lechin havia desaparecido, dando a entender que fora assassinado junto com outros líderes (Quiroga Santa Cruz, etc.). Na verdade, os militares golpistas haviam elaborado um plano, no qual incluíram a não eliminação da *pulperia* e o seqüestro de Lechin, com o objetivo de controlar o proletariado mineiro e desorganizar as massas. O plano conseguiu os efeitos esperados. Entretanto, a entrevista de Lechin feita a Arce Gomes, Ministro do Interior, era suspeita: o caudilho sindicalista concitava seus companheiros a abandonar a resistência e a greve porque, segundo justificou, a estratégia da luta da COB havia sido modificada pela direção da CONADE, em favor da “luta pacífica” e “democrática”. Ver Guillermo Lora, *Autópsia del Gorilismo*, op. cit., pp. 40-46 e segs. O jornal *Clarín*, de Buenos Aires, publicou um artigo sobre esse incidente, intitulado “Otra muerte para Juan Lechin?”, 30.07.1980.

do *Informe Musgrave* sobre a reforma fiscal, ambos os trabalhos elaborados pela burocracia estatal sob o governo Banzer.<sup>64</sup>

Por outro lado, a prática da maximização dos lucros e o recrudescimento da repressão, na busca de materializar os interesses imediatos e de curto prazo, por parte dos setores dominantes da fração mineira, manifestou-se claramente no golpe de Natusch em 1979, bem como na implementação de medidas econômicas amplamente inflacionárias e recessivas do governo Gueiler. Além disso, o golpe de Meza (1980) dava continuidade a esse tipo de prática, conforme analisaremos nos capítulos seguintes.

O terceiro elemento característico importante da forma estatal boliviana sob o regime de Banzer diz respeito ao estabelecimento da *representação burocrática*.<sup>65</sup> O Estado militar tentou aprofundar, a partir de 1974, a representação burocrática, em consequência da *insuficiência* dos efeitos ideológicos produzidos tanto pela representação propriamente política (partidos da FPN), como pela intervenção do aparelho estatal para desorganizar as massas populares.<sup>66</sup> É a essa insuficiência que chamamos a atenção. Insuficiência que incidiu no aprofundamento da forma de representação burocrática - "apoiada na mediação entre o Estado e as classes populares desorganizadas/reorganizadas em indivíduos-Povo"<sup>67</sup> - surgida em resposta à pressão da massa popular.

<sup>64</sup> Ver *Ministerio de Planeamiento y Coordinación de la Presidencia de la República, Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social - 1976-1980*. La Paz, 1976. 5 Tomos; *Ministerio de Finanzas, Informe Musgrave*, La Paz, 1977. 2 Tomos. Esse informe foi feito, a pedido do governo Banzer, por uma Missão de economistas nacionais e estrangeiros dirigida por Richard Musgrave da Universidade de Harvard, EUA.

<sup>65</sup> O conceito poulantziano de *representação burocrática* integra o conceito de Estado capitalista na medida em que a categoria burocrática e o tipo específico de organização do aparelho de Estado, o burocratismo, são constitutivos do Estado capitalista (PPCS, pp. 341-342). A organização particular do aparelho de Estado (burocracia), sob o comando do burocratismo, implica uma representação *direta* do corpo político (dos indivíduos-sujeitos isolados), do povo-nação, sem necessidade da mediação de outro tipo de representação política (consulta popular). Além disso, para Poulantzas, "a soberania do Estado e a soberania do povo se superpõem", pois qualquer órgão particular do Estado ou qualquer "parte" do poder de Estado, "são fixados institucionalmente como representando simultaneamente a unidade do corpo político e a unidade do poder de Estado" (PPCS, p. 274; grifo do autor).

<sup>66</sup> Para Décio Saes, a representação burocrática pode ser considerada como uma variante da "forma de representação popular", diferentemente da representação propriamente política e oposta a esta. Assim, "em qualquer Estado burguês, o burocratismo é mecanismo criador de uma aparência de representação popular para o Estado", no sentido em que "se define como o agente de concretização do *interesse geral* de todos os indivíduos". Quer dizer, "a burocracia do Estado burguês não se apoia em nenhuma mediação para se apresentar como o representante do Povo-Nação: é a sua própria estrutura (o "burocratismo"), e não a presença de qualquer mecanismo específico de consulta à vontade popular, que a define como tal", in "O conceito de Estado Burguês", op. cit., p. 47; grifo do autor. Ver o item "Representação popular", pp. 47-49.

<sup>67</sup> Idem, *Ibidem*, p. 48.

### 3.4.2 Importância da representação burocrática

A representação burocrática manifesta uma das contradições importantes do Estado burguês, a qual está inscrita no seu próprio funcionamento. De um lado, o poder institucional do Estado permite a reorganização do aparelho estatal para o estabelecimento desse tipo de representação e, assim, possibilita a reorganização da hegemonia no seio do bloco no poder. De outro lado, essa representação torna-se limitada para prolongar a dominação política da fração hegemônica, tanto no seio do bloco (não ventilação da hegemonia, etc.), como no conjunto da sociedade (supressão do sufrágio universal; enfim, supressão da representação propriamente política). Limitação essa que torna-se um fator importante de crise política e fator de contradição do funcionamento do Estado burguês.<sup>68</sup>

Essa forma de representação apareceu, de uma maneira mais nítida, primeiramente no regime militar instaurado em 1964 e, depois, no regime banzerista. Esclareça-se, não estamos dizendo que a representação burocrática apareceu pela primeira vez no regime de Barrientos. Nos governos do MNR (1952-1964), a burocracia estatal teve um papel fundamental na mediação política e na direção do processo da Revolução Nacional, bem

<sup>68</sup> Para Poulantzas, a contradição entre burocracia e representação política é uma problemática que diz respeito a dois tipos de legitimidade e, portanto, dois tipos de representação popular: a que surge da dominância do executivo e a da dominância do legislativo. A pergunta, então, é: esses dois tipos de representação popular são constitutivos do Estado burguês? De um lado, Poulantzas defende a tese de que o burocratismo burguês e a categoria burocrática que lhe corresponde, são constitutivos do Estado burguês, na medida em que integram o conceito desse tipo de Estado em particular: o conceito de Estado capitalista. De outro lado, para Poulantzas, a representação que emerge da dominância do executivo pode ser caracterizada como burocrática (sob o domínio do princípio do burocratismo) e, por consequência, como legitimidade burocrática, embora a burocracia não se reduza ao executivo. Este tipo de legitimidade estaria determinado pela caracterização da *dominância do executivo*: "Essa legitimidade própria da burocracia não é, contudo, senão uma *forma particular da legitimidade burguesa*, a que caracteriza a dominância do executivo" (PPCS, p. 352; grifo do autor). Isso significa que os dois tipos de representação popular (a política e a burocrática) seriam constitutivas do Estado burguês, na medida em que uma sairia da dominância do parlamento e a outra do executivo, resultando assim no estabelecimento de diversos tipos de formas de Estado e de formas de legitimidade (já havíamos adiantado parte do problema na nota 74 do primeiro capítulo desta dissertação). O resultado então é o seguinte: o autor sustenta, indistintamente, duas teses diferentes: 1) os dois tipos de representação popular (a burocrática e a política) seriam constitutivos do Estado capitalista e 2) somente a representação burocrática seria constitutiva do Estado burguês, na medida em que integra o conceito de Estado capitalista. Detectada a ambigüidade da formulação de Poulantzas, preferimos aqui adotar a observação pertinente de Décio Saes, que considera a representação burocrática como constitutiva do Estado burguês; já a representação propriamente política teria um caráter *contingente*. Referindo-se à contradição instaurada entre esses dois tipos de representação, Saes diz: "Tal contradição pode-se prolongar no tempo, ou se resolver através da liquidação da representação política pela burocracia estatal (*o contrário é impossível*, já que o burocratismo é a própria estrutura do Estado burguês). [...] a representação política não integra o conceito mais geral de Estado burguês; este se reduz ao direito burguês e ao burocratismo" ("*O conceito de*

como na busca de ampliação da legitimidade nos setores das classes populares, principalmente no campesinato. A partir do governo Siles Suazo (1956-1960), houve um deslocamento gradativo da representação propriamente política para a representação burocrática. Nessa ocasião, o modelo democrático da Revolução Nacional estava dando sinais de deterioração: acirraram-se os confrontos e as contradições entre as facções de esquerda (aliada à COB) e de direita do MNR; o proletariado mineiro rejeitou os Planos econômicos do governo; o regime era incapaz de implementar um desenvolvimento econômico nacional e o capital estrangeiro voltou a impor o seus interesses no país.

Nesse contexto, o Exército atravessava um processo de reorganização sob a liderança de Ovando e Barrientos, passando a ser uma instituição *deliberadora*, isto é, deveria participar normalmente na política, conforme justificavam Siles Suazo e Estenssoro. Basicamente, o Exército passou a ter duas funções políticas: 1) de controle e repressão sobre: a) o proletariado mineiro, b) a oposição (nomeadamente do FSB) e c) os protestos *regionalistas* contra o regime (principalmente do Departamento de Santa Cruz) e 2) de reorganização das massas camponesas. Nesse último ponto, o governo tinha controlado as milícias camponesas através do Exército, mas também utilizou-as como instrumento de dissuasão contra os levantes *regionalistas*. As “milícias camponesas” nasceram depois da Reforma Agrária (1953), cujo objetivo fundamental era o de proteger os camponeses parcelares dos antigos proprietários de terra e dar segurança ao processo da Reforma Agrária. O governo Estenssoro (1952-1956) viu a necessidade de reforçar as milícias, fornecendo-lhes armas e outorgando-lhes um papel político. Dessa maneira, Estenssoro converteu as milícias camponesas numa das principais bases de apoio político ao regime. A partir de 1956, elas tinham-se tornado perigosas para o regime, tendo que intervir o Exército no seu desarmamento.

Por outro lado, a reorganização camponesa processou-se, também, através da *Ação Cívica* das Forças Armadas no campo. O Exército construiu escolas, postos de saúde, estradas, latrinas; distribuiu alimentos doados pelo governo norte-americano nos programas *Alimentos para a Paz* e *Aliança para o Progresso*. Em 1964, Barrientos só conseguiu estabelecer o Pacto Militar Camponês porque aprofundou esse tipo de relação, entre o

Exército e a massa camponesa, instaurado nos governos do MNR: uma espécie de populismo militar.

Voltemos à problemática da representação burocrática no regime banzerista. A militarização do Estado, particularmente a partir de 1974, pode-se tomar como uma referência da busca de legitimação e de representação na massa popular, na medida em que tem como base política a representação do Povo-Nação, contribuindo no processo de desorganização/reorganização das massas populares (das classes da pequena burguesia e do campesinato). Há vários indicadores de como o regime tentou aprofundar a representação burocrática. Coloquemos sumariamente alguns deles:

1) O Pacto Militar Camponês, restaurado em 1971; Banzer designou-se chefe dos camponeses.<sup>69</sup>

2) O reforço do Pacto através da criação, nesse ano, da Confederação Nacional de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CNTC), sob a tutela do Estado.

3) O estabelecimento de redes paralelas de poder. Uma das redes importantes foram os paramilitares (formados pelo *lumpen*, mercenários estrangeiros, narcotraficantes, etc.), comandados diretamente por oficiais do Exército. Entre as funções principais desse grupo, estava a busca de apoio político (no campo e nas regiões urbanas) ao regime militar.<sup>70</sup> Uma das manifestações do método da “corrupção-terror-inteligência”, observada por Zavaleta, expressou-se nas atividades do Exército, através dos paramilitares.

---

<sup>69</sup> O referido Pacto, nasceu com o nome de Pacto Militar Camponês Anticomunista. Por ocasião do massacre aos camponeses, em 1974, Banzer reafirmou sua condição de líder dos camponeses: “O governo fará cumprir o Estado de sítio e nesta tarefa devem cooperar os camponeses, porque o país necessita de ordem. [...] A vocês, irmãos camponeses, darei uma ordem, falarei uma consigna como líder: o primeiro agitador que apareça no campo, eu os autorizo, me responsabilizo, podem matá-lo. Ou, podem trazê-lo até aqui para que eu, pessoalmente, defina a situação. Eu darei a vocês uma recompensa. Os camponeses devem saber que o comunismo expropriará as suas terras e as reverterá ao Estado, mas nós vamos defender as suas terras. Em que país do mundo comunista a terra é dos camponeses? Tudo é do Estado. Mas nós manteremos as terras dos camponeses e, se as terras que vocês têm não é suficiente, lhes ofereço maiores no Alto Beni [...]”, *Presencia*, 01/02/1974, em Isaac Sandoval, *El Proyecto Político Militar...*, op. cit., pp. 182-183.

<sup>70</sup> Os métodos de ação dos paramilitares eram variados: iam da infiltração dos seus integrantes nos sindicatos e organizações populares com o fim de desorganizá-los, à imposição do terror nas regiões de maior população do país e até a prática de atentados terroristas para, depois, serem atribuídos às organizações comunistas. A origem dos paramilitares remonta à FURMOD, criada no regime de Barrientos. No golpe de 1971, a CEPB participou com seu grupo paramilitar: o ECN. Não obstante, a atividade desses grupos tentava resgatar a função das “milícias camponesas”, criadas no governo Estenssoro (1952-1956): a de buscar apoio político ao regime e de dissuadir os setores opocionistas de promover levantes contra o governo.

4) O estabelecimento do sindicalismo de Estado, controlado diretamente pelo Ministério do Trabalho, através dos “coordenadores trabalhistas”. Vários sindicatos da pequena burguesia e da classe média foram reforçados politicamente pela intervenção desse tipo de sindicalismo: foi o caso dos sindicatos do transporte público e dos sindicatos de transporte interdepartamental (interestadual), para mencionar alguns.

5) O estabelecimento do “Serviço Civil Obrigatório”. Setores das massas populares, da pequena burguesia e da classe média legitimaram esse programa para conseguir emprego na burocracia do Estado (na base e nos setores intermediários da burocracia estatal) e obter benefícios econômicos (emprego estatal como fonte de rendimentos; as “prebendas” assinaladas por Zavaleta).

6) A campanha da recuperação do litoral boliviano. O governo Banzer incentivou a criação de Comitês Cívicos de apoio ao mar, conseguindo aglutinar setores da massa urbana, setores da classe média, bem como boa parte da pequena burguesia.

7) O Estado atribuiu um novo papel ao Exército: ele deveria contribuir ao “desenvolvimento” econômico do país. Foi o caso da criação da COFADENA, empresa militar que tinha um controle majoritário sobre outras empresas estatais e autárquicas. Entretanto, a COFADENA teve uma função mais política e ideológica do que econômica.

8) Finalmente, as reivindicações de índole econômica, política e social feitas pelos municípios, departamentos e regiões eram intermediadas pelo governo central, através de um mecanismo emaranhado de instâncias burocráticas, sob o controle do Executivo. Trata-se de uma das manifestações do “paralelismo das redes de poder” e da “superposição constante das suas correias de transmissão”, dos ramos e dos aparelhos de Estado, observada por Poulantzas.<sup>71</sup> Para dar um só exemplo: as Corporações de Desenvolvimento Departamentais, criadas em 1972, passaram a ter um enorme poderio econômico e político, inclusive um poderio maior que os próprios governos locais (*Alcaldías e Prefecturas*)<sup>72</sup> na elaboração da política econômica local e regional. Tanto Quiroga Santa Cruz como Zavaleta chamaram a atenção para esse tipo de mediação do Estado, denominada por

---

<sup>71</sup> Ver F&D, pp. 351-353.

<sup>72</sup> O equivalente da *Alcaldía* no Brasil é a Prefeitura, e o da *Prefectura* é o Governo Estadual. O *Departamento*, que faz parte do sistema político unitário e centralizado (semelhante ao sistema francês) é equivalente ao *estado*, no sistema político federativo. As corporações de desenvolvimento mais fortes foram: a CORDEPAZ (La Paz), a CORDECRUZ (Santa Cruz) e a CORDECH (Cochabamba).

Zavaleta como “*mediação prebendária*”: um sistema de corrupção institucionalizada que combinou práticas clientelista e populista e a “mediação” do narcotráfico.<sup>73</sup>

Devemos lembrar também que o regime militar fez um apelo insistente tanto à ideologia militar quanto a um nacionalismo conservador. De um lado, a doutrina de Segurança Nacional contribuiu ao reforço ideológico do papel tutelar das Forças Armadas no econômico, social e político, bem como à representação da soberania e segurança do Estado boliviano. De outro, o nacionalismo conservador, uma variante da ideologia do nacionalismo revolucionário burguês, nascida nas décadas de 50 e 60, ajudou a reforçar as relações provenientes da ideologia do trabalho, da estabilidade econômica e da ordem política e social. A combinação de ambas as ideologias manifestou-se no populismo militar e na famosa trilogia de Banzer: “ordem, paz e trabalho” (ordem para a massa popular, paz para a classe dominante e trabalho para o proletariado mineiro).

Apesar do intento de reforço da representação burocrática, o regime banzerista não conseguiu os efeitos desejados, devido ao acirramento das lutas de classe, à alta resistência das massas ao regime, bem como à condensação das crises e contradições. Por essas razões, o regime foi obrigado a convocar eleições gerais no início de 1978. No período pós-78, o Estado apelará a ambos tipos de representações (a burocrática e a política). Contudo, a representação burocrática contribuiu para desorganizar/reorganizar (efeito de isolamento) amplos setores do campesinato parcelar, setores da massa popular urbana e, principalmente, da pequena burguesia (pequenos proprietários, comerciantes, etc.). Enfim, os efeitos desse tipo de representação, nas massas populares, vão manifestar-se tardiamente. Por exemplo, nas eleições de 1979 e 1980, Banzer obteve o terceiro lugar, tendo pouca diferença de votos em relação ao MNR-Estenssoro.<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> Ver René Zavaleta, “*Las Masas en Noviembre*”, op. cit., p.25; ver especialmente o item “*Quiroga Santa Cruz*”. Com exceção do narcotráfico, o sistema *prebendário* seria estabelecido nos governos do MNR (1952-1964). Barrientos teria incorporado o narcotráfico a esse sistema, sendo aprofundado por Banzer e convertido em uma das mediações importantes do governo Meza. Zavaleta também baseia-se nas análises de Sérgio Almaraz (*Requiem para una República*, op. cit.) sobre o “*sistema de mayo*” (corrupção generalizada nos governos do MNR). Ver René Zavaleta, *50 Años de Historia*, op. cit.; ver os itens “*La corrupción considerada como mediación estatal*” e “*El Sistema de Mayo*”.

<sup>74</sup> Em 1979, a UDP obteve 31,2% do total dos votos, ao passo que o MNR-Estenssoro 31,1%. Só que esse último partido cometeu fraude. Banzer (ADN) obteve 12,9% (218.587 votos). Em 1980, o MNR-Aliança (Estenssoro) obteve 17,7% e a ADN, 14,7%. Ver *INE* 1994.

Por outro lado, a burocracia estatal foi incapaz de se converter em *força social* e, por consequência, de impor o programa ou estratégia de desenvolvimento econômico para as frações burguesas dominantes. Isso não significa que a burocracia não tenha desempenhado um papel importante no processo decisório das políticas estatais. Ela conseguiu elaborar Planos de desenvolvimento e programas econômicos (como o *Plano Quinquenal* e o *Informe Musgrave*), mas acabou se submetendo politicamente à fração hegemônica. Contudo, nem por isso deixou de criar atritos e contradições frente ao modelo de acumulação de capital dessa fração.

É nesse contexto que devemos considerar a “consistência” do Estado observada por Zavaleta que, a nosso ver, é uma relativa consistência. O autor considera que o êxito de Banzer estaria na modernização do aparelho de Estado. Mais especificamente, a consistência do Estado teria se manifestado através de dois elementos: 1) da *corrupção-terror-inteligência* (que teria caracterizado a prática do Exército) e 2) do *pragmatismo político* (que teria caracterizado as políticas estatais): um modelo de mediação política imposto pelo imperialismo norte-americano e que atuaria em combinação com a doutrina de segurança nacional.<sup>75</sup>

Ora, não foi a instauração do pragmatismo político (que é mais patente nas políticas econômicas) que tornou possível o funcionamento efetivo da burocracia, mas, ao contrário, a dominância do burocratismo sobre a burocracia possibilitou o funcionamento do pragmatismo político, manifestando o caráter despótico da organização estatal (burocratismo). No caso do Exército, o ramo dominante do aparelho estatal, o despotismo hierárquico manifestou-se com maior nitidez, portanto, com maior força. Nesse sentido, a própria reorganização do aparelho estatal (a burocracia e o burocratismo) bem como a estrutura do poder político institucionalizado do Estado (unidade estatal) permitiram o estabelecimento da *corrupção-terror-inteligência* e da “mediação *prebendária*”. Ambos os métodos políticos não apenas foram praticados pelos setores dominantes do Exército, mas também pelo conjunto da burguesia boliviana.

Em suma, a queda do regime militar banzerista deveu-se a um conjunto de fatores internos desencadeados pela condensação das contradições e das crises políticas, dentre as

---

<sup>75</sup> René Zavaleta, “*Bolivia: la fuerza de la masa*”, op. cit., pp. 89-90.

quais as mais importantes seriam: 1) a crise de hegemonia, 2) a crise de unificação das frações burguesas, agravada pela imposição dos interesses imediatos e de curto prazo (“egoísmo de fração”) das frações politicamente dominantes e 3) a crise de legitimidade burguesa. Por outro lado, o funcionamento da unidade do poder institucionalizado do Estado contribuiu decisivamente para a permanência do regime por sete anos, na medida em que facilitou:

1) A sua unidade estatal contraditória, manifestada pela aparência de uma forte consistência e pela relativa modernização do aparelho estatal.

2) O funcionamento da autonomia relativa do Estado frente à fração hegemônica, expressa através de: a) a militarização das tarefas estatais, b) a função econômica do Estado através da preservação mínima da força de trabalho, c) a projeção da acumulação de capital, a longo prazo, para as frações burguesas dominantes e d) a participação da burocracia na implementação das políticas estatais.

3) O reforço da representação burocrática.

Fatores que manifestaram o funcionamento contraditório do poder institucional do Estado, os quais contribuíram para a condensação das crises e contradições do Estado militar. Nesse contexto, o fator determinante da queda do regime banzerista foi a pressão da massa popular.

Feita a caracterização geral da forma estatal boliviana, das políticas estatais, das mudanças do bloco no poder, bem como da análise dos principais fatores que contribuíram para a queda do regime banzerista, o passo seguinte será o de analisar o caráter geral do Estado boliviano e sua relação com as classes dominantes durante o período 1978-1982. O que nos leva ao próximo capítulo.

## CAPÍTULO QUATRO

### O ESTADO BOLIVIANO E AS CLASSES DOMINANTES SOB OS GOVERNOS EFÊMEROS DO PERÍODO PÓS-78

O objetivo deste capítulo é analisar o caráter da relação entre a forma de Estado e o bloco no poder durante o período 1978-1982. Para tanto, tomamos como base a análise feita no capítulo anterior, no qual avaliamos o caráter dessa relação sob o regime de Banzer. Para começar, faremos uma caracterização geral da modalidade de intervenção do econômico no político, da forma de Estado estabelecida a partir de 1974. A seguir, examinaremos a relação dessa forma estatal com o bloco no poder durante os efêmeros governos do período em questão. Em síntese, analisaremos a natureza das políticas estatais dos governos Gueiler, Meza e Torrelio, tentando desvendar a forma de acumulação de capital por parte das frações burguesas dominantes.

#### 4.1 Modalidade da Intervenção Econômica no Político

Uma breve análise da modalidade de intervenção do econômico no político e, do político no econômico, sob o Estado militar pós-74, mostra as contradições no seio das práticas de acumulação de capital, implementadas pelas classes ou frações *preponderantes*.<sup>1</sup> Tais contradições patentearam-se nas políticas estatais de desenvolvimento e planificação econômica. Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento *cepalinas*,<sup>2</sup> centradas basicamente na substituição das importações, foram um verdadeiro fracasso na Bolívia. Entretanto, elas foram ideologicamente utilizadas como uma alternativa de desenvolvimento nacional, na medida em que justificavam a decisiva intervenção do Estado na vida econômica do país. Os governos do MNR (1952-1964) não conseguiram implantar um desenvolvimento econômico de caráter endógeno, tomando como norte essa política. Somente os regimes de Ovando e, principalmente o de Torres tentaram levar a sério a

<sup>1</sup> Sobre o conceito de *frações preponderantes*, ver nota 17 do segundo capítulo deste trabalho.

<sup>2</sup> Um boa síntese dos problemas, temas e questões relacionados com as idéias da CEPAL, ver Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes, Celso Furtado. *O Subdesenvolvimento e as Idéias da CEPAL*, São Paulo, Ática, 1995.

implementação de um desenvolvimento planejado, baseando-se na substituição das importações.

Banzer retomou tal política, utilizando-a, ideologicamente, como uma bandeira de luta, para legitimar seu modelo de desenvolvimento nacionalista. Primeiramente, o seu governo tinha elaborado um Plano de Desenvolvimento 1972-1977, cujo objetivo era o de inserir a lógica, no programa econômico, de um desenvolvimento planejado. Mas o Plano nem foi aplicado devido à instabilidade política dos primeiros anos do regime (1971-1974). Em 1975, o governo elaborou um novo Plano, denominado *Plano de Desenvolvimento Econômico e Social 1976-1980*, mais conhecido como *Plano Quinquenal*. Tratava-se do projeto mais ambicioso - que apareceu depois de 1952 - , em matéria de investimentos, à disposição da empresa privada. Através dele, as frações burguesas que apoiavam Banzer buscavam prorrogar o regime militar, pelo menos até 1980.<sup>3</sup>

Contudo, os programas de desenvolvimento e planificação econômica do governo Banzer foram um absoluto fracasso. É que o modelo econômico adotado conseguiu transferir a maior parte do capital proveniente do setor público ao setor privado. O Plano Quinquenal previa um maciço investimento (3,5 bilhões de dólares) nas áreas produtivas da mineração, agro-indústria e indústria. O objetivo fundamental era o de lograr uma diversificação econômica, baseada na lógica da substituição das importações, com um ritmo anual de crescimento de 7,5% do PIB. Mais especificamente, o plano pretendia fortalecer a empresa privada, transformando-a no motor da economia boliviana. Para tanto, no intento de estabelecer uma indústria pesada, o Estado deveria fazer um significativo investimento em bens de capital, bem como fortalecer o setor privado através de uma política econômica inovadora. Esses dois elementos permitiriam a decolagem da empresa privada, o que transformaria o país numa economia razoavelmente desenvolvida e menos vulnerável ao setor externo (mono-exportador).

Sem entrar numa análise pormenorizada das próprias contradições teóricas e ideológicas do Plano, a extrema vulnerabilidade do país frente ao capital estrangeiro (financeiro, bancário e industrial), agravada pela lógica de acumulação de capital instaurada

---

<sup>3</sup> O Plano colocava claramente a política de substituição das importações como uma forma de robustecer a indústria nacional. Ver *Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social - 1976-1980*, op. cit. Ver também *Informe Musgrave*, op. cit.

no país, converteram-se em dois fatores importantes do fracasso do Plano. É que o processo de decisão, para a aprovação e o financiamento dos projetos de investimentos de grande envergadura, realizou-se de uma maneira totalmente diferente do previsto pelos mecanismos de decisões formais, determinadas pela burocracia estatal. Aqui novamente detectamos - conforme já havíamos observado no capítulo anterior - as tensões e contradições entre os setores da burocracia estatal e as classes ou frações politicamente dominantes. A primeira, interessada na implementação da planificação econômica de longo prazo; enquanto que a segunda, interessada na maximização dos lucros, pois estava dominada pela lógica de acumulação de capital em curto prazo.

Em 1978, o próprio Ministério de Planificação deparou-se com uma triste realidade: durante o período 1974-1978, houve um claro divórcio entre os objetivos econômicos planificados e a realidade do andamento da economia boliviana. Os setores de mineração, petróleo, agro-indústria, indústria e agricultura manifestaram uma taxa de crescimento aquém das metas propostas. No caso dos setores mineiro e petroleiro, foi mais decepcionante ainda: obtiveram uma taxa de variação de -21,1% frente ao planificado (44,7 e 75,5% respectivamente). O setor de serviços (incluindo as atividades gerais do Governo) praticamente manteve o mesmo ritmo de expansão desde 1974. A grande "surpresa", segundo o documento do próprio Ministério, era a de que os setores *transporte e comunicação* mantiveram uma taxa de variação relativamente alta, desproporcional àquela prevista pelo programa de planificação.

Enfim, na prática, a política econômica seguida pelo regime caminhou em direção oposta ao Plano, situação que acabou reforçando, contrariamente ao previsto, o setor público e o dos serviços.<sup>4</sup> Não é por acaso que, a partir de 1977, o aumento do *Orçamento Público* e dos gastos governamentais tendem a ser mais acentuados, chegando a adquirir, no período pós-78, uma brutal defasagem entre o Orçamento Geral e a capacidade produtiva do

---

<sup>4</sup> Ver *Ministerio de Planeamiento y Coordinación* em CEPAL, *Los Bancos Transnacionales...*, op. cit., pp. 151-153 e segs. "O crescimento planificado, que deveria se basear na liderança do setor externo, não chegou a se produzir, devido, em primeiro lugar, ao enfraquecimento do setor exportador e, em segundo lugar, à política econômica adotada. O excedente comercial converteu-se, rapidamente, num imenso déficit comercial, razão pela qual arrasou-se com uma fundamental fonte de financiamento para os investimentos", p. 151. Entretanto, a "fundamental fonte de financiamento", proveniente dos empréstimos externos, não apenas foi utilizada para o saneamento do déficit comercial e fiscal, mas também para transferir maciços capitais ao setor privado. Grande parte desse capital não foi investida no país; foi transferida para o exterior através de uma enorme fuga de capitais, como veremos mais à frente.

país. Este ponto será retomado adiante, quando analisarmos o governo Meza. Basta aqui dar alguns exemplos de como se processou a transferência de capitais ao setor privado.

Retomando as denúncias do próprio subsecretário de Planificação do governo Banzer, Enrique Garcia Rodrigues, Arze Cuadros já havia observado que os projetos de investimentos, os quais eram financiados com as verbas do Orçamento Público, eram aprovados através de mecanismos de decisões totalmente arbitrários, longe dos mecanismos das decisões formais, delimitadas pelo próprio CONEPLAN e os demais órgãos estatais. Conforme Garcia, existiam quatro “grupos de pressão” que se beneficiavam dos projetos de investimentos:

1) As *empresas transnacionais*, vendedoras de tecnologia e equipamentos industriais: elas influenciavam as entidades financeiras governamentais e privadas de seus países de origem para a concessão dos recursos externos requeridos. Tais empresas estavam interessadas em obter lucros elevados e não na implementação de projetos de qualidade.

2) As *firmas comerciais locais*, representantes das empresas transnacionais, interessadas em ampliar as vendas de seus representados, obtendo enormes lucros, sem lhes interessar a qualidade dos projetos e os interesses nacionais [muitos dos projetos foram aplicados na área de serviços, com um alto teor especulativo como, por exemplo, o caso de vários hotéis de cinco estrelas, cujos recursos provinham do Estado].

3) “Os promotores locais dos projetos”: *funcionários* tanto das empresas estatais como governamentais, que davam seu apoio incondicional à implementação dos projetos.

4) Os grupos cívico-regionais (Comitês Cívicos Departamentais e Corporações de Desenvolvimento [sob a direta influência das classes ou frações dominantes locais]), que agiam em conformidade com os objetivos dos anteriores “grupos”. Esses grupos converteram-se no “elemento de pressão política mais importante para a aprovação dos projetos respectivos por parte do governo”.<sup>5</sup>

Nesse sentido, para Arze Cuadros, o “patético diagnóstico” elaborado por Enrique Garcia manifestaria a “dilapidação” dos investimentos do Estado, o que constituiria um “sério risco para o futuro de um país com a escassez de recursos financeiros”. Tal diagnóstico expressa, segundo Cuadros, “a existência de um quarto grupo social na

---

<sup>5</sup> Citação de Eduardo Arze Cuadros, em CEPAL, *Los Bancos Transnacionales...*, op. cit., p. 155.

determinação do bloco hegemônico na Bolívia: as empresas transnacionais e os seus agentes nativos". A ação desses grupos, já nesse período, teria agravado a crise econômica do país.<sup>6</sup>

A análise de Arze Cuadros não faz mais do que confirmar as nossas observações sobre a modalidade de intervenção do econômico durante o governo Banzer. O Estado militar transferiu enormes capitais ao setor privado, com o claro objetivo de transformar esse setor no motor da economia boliviana. O grosso desse capital provinha basicamente dos empréstimos externos e dos lucros das empresas estatais. Nessa empreitada, o Estado ultrapassou, de longe, a sua capacidade produtiva, esgotando os seus recursos internos e externos, além de gastar mais do que arrecadava. Como é um Estado que possui fraca capacidade de arrecadação interna, através dos impostos, ele teve que depender, no fundamental, dos empréstimos externos para tentar sanear tanto o déficit da balança comercial como o déficit fiscal. Assim, o Estado beneficiou, ainda mais, o capital privado, através dos seguintes elementos:<sup>7</sup>

1) Controle da iminente explosão da inflação, através dos maciços empréstimos externos; 2) Liberação de uma maior proporção de poupança privada interna. Quer dizer, o Estado passou a poupar pelo setor privado, transferindo esses capitais, através do sistema bancário estatal, ao capital privado; fazendo isso, evitava-se o aumento das taxas de juros; 3) Generosos incentivos fiscais e tributários à empresa privada [como no caso do principal setor exportador privado, a Mineração Mediana]; 4) A política cambial, permitindo uma relativa estabilidade do tipo de câmbio; 5) A não restrição do comércio exterior (liberação das importações e exportações). Acrescente-se a isso a política salarial, baseada no congelamento dos salários e a aplicação do sistema de bônus de compensação salarial.

Em suma, mantendo-se essas condições, em especial o investimento líquido no setor extrativo estatal (principal fonte de divisas internas), tais excedentes passaram, de forma direta e indireta, ao setor privado. O Estado manteve o valor real desses excedentes através

---

<sup>6</sup> Eduardo Arze Cuadros, *La Economía de Bolivia: Ordenamiento Territorial e Dominación Externa, 1492-1979*, La Paz, Los Amigos del Libro, 1979, p. 474-475, em Idem, *Ibidem*, p. 155.

<sup>7</sup> De acordo com o informe da CEPAL de 1982, tais observações se baseiam nas análises de Irvin George, *Planning Investment in Bolivia: The Changing Role of the Public Sector*, *Research Report Series*, Nº 6, Institute of Social Studies, La Haya, 1979, em *Los Bancos Transnacionales...*, op. cit., pp. 153-154.

do tipo de câmbio estável, ao passo que o déficit em conta corrente, foi financiado mediante a enorme afluência de capital na conta do capital público.

O período pós-78 manifestou o mesmo tipo de intervenção econômica, anteriormente descrito, estabelecido no Estado militar sob o regime de Banzer. A diferença, entretanto, com o anterior período, é que não houve nenhum Plano de Desenvolvimento, tampouco um Plano de Estabilização Econômica sério que tirasse o país da sua crise econômica. Se o Plano Quinquenal do governo Banzer fracassou, melhor não poderiam fazer os Planos dos governos efêmeros do período em questão. Por outro lado, marcados pela instabilidade política característica, esses governos apenas elaboraram programas econômicos contingentes com duração máxima de seis meses. Isso significa que as frações burguesas preponderantes (sobretudo as frações mineira e agro-exportadora), continuaram com as mesmas práticas de acumulação de capital, determinadas pela maximização dos lucros no menor tempo possível.

Entretanto, a mudança ideológica da CEPB - entre os anos 1979-1980 - referente à forma de intervenção econômica (a instauração de uma política econômica neoliberal) manifestou novamente as contradições, no interior de cada organização econômica (CNI, CNC, etc.) e no interior da própria CEPB, entre prática econômica de classe e o discurso econômico e político, como veremos mais à frente.

No que tange aos empresários industriais, alguns setores empresariais associados à CNI - especialmente frações da burguesia manufatureira - defendiam ainda o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações, na medida em que esse modelo possibilitava a implementação de mecanismos de proteção à "indústria nacional". Mas o objetivo fundamental, na defesa dessa política, era o de colocar limites ao crescimento desmedido das importações (controlada pela burguesia compradora) e ao contrabando. Já os setores preponderantes da CNI, ligados ao grande capital, posicionavam-se abertamente a favor dessas medidas, conforme o Plano Quinquenal manifestava. Só que na prática, esses setores somente aceitavam o combate ao contrabando e não a implementação de medidas contrárias que acabassem "desincentivando" e "estrangulando" a indústria nacional. A justificação era a de que a indústria nacional é dependente de insumos (matéria prima) e tecnologia (maquinaria, etc.) provenientes do exterior para o seu funcionamento. Nesse

sentido, as medidas de controle “irracional” das importações como, por exemplo, o depósito prévio de 500% para efetuar operações de importação, estariam totalmente fora de ordem.<sup>8</sup>

Durante 1978 e 1979, as principais organizações econômicas (ANMM, CNI, CNC, ASOBAN, bem como a própria CEPB) simplesmente repetiram, ideologicamente, o modelo de desenvolvimento proposto no Plano Quinquenal. Em novembro de 1978 e março de 1979, a CEPB havia emitido vários documentos nos quais defendia claramente a política de substituição seletiva das importações, aliás, ainda apoiava um desenvolvimento *planificado*.<sup>9</sup> O mesmo fez a ASOBAN em janeiro de 1979: “É urgente impulsionar a política de substituição de importações. As importações que poderiam ser substituídas pela indústria nacional chegaram a 100 milhões de dólares em 1975”.<sup>10</sup>

Na verdade, tanto a ASOBAN como os setores dominantes da CEPB, buscavam chamar a atenção do governo Padilla para canalizar os capitais provenientes dos empréstimos externos e dos projetos de desenvolvimento, uma prática que foi comum no governo Banzer, principalmente a partir de 1974.

As primeiras mudanças das posturas econômicas e ideológicas da CEPB aparecem em julho de 1979, no contexto de uma possível derrota eleitoral dos candidatos burgueses tradicionais. Naquela ocasião, a CEPB passou a criticar duramente a intervencionismo

---

<sup>8</sup> Durante o governo Banzer vigorou o depósito prévio de 25% para as operações de importação. Ou seja, cada importador deveria depositar, nas contas do governo, essa porcentagem do total do capital destinado à importação. Em vez disso, o que aconteceu foi o contrário. Para realizar as operações de importação de insumos, a indústria nacional (leia-se os setores dominantes) recorreu às divisas provenientes do Estado, basicamente através da compra de divisas do Banco Central e dos maciços financiamentos para as operações de capital (compra de matéria prima, maquinaria, etc.). Além do mais, a dívida externa contraída pela indústria era transferida para o Estado através da reconversão em moeda nacional. O Banco Central possuía um Fundo de Refinanciamento dessa dívida. Segundo a CNI, em 1981 a indústria nacional solicitou ao Banco Central a soma de 196,7 milhões de dólares, somente para a importação de matéria prima. Ver CNI, **Memoria Informe 1982-1983**, pp. 15-16.

<sup>9</sup> Ver o documento da CEPB publicado a 22 de novembro de 1978, em CEPB, **Documentos, Congreso Nacional Extraordinario 27 y 28 de Julio de 1979**. A preocupação aqui é que o Estado deveria garantir a livre oferta de divisas para o setor privado. Para tanto, a sua proposta seria a de que, independente ou não de aplicar uma desvalorização monetária (sem flutuação do dólar), o governo deveria ter um plano de estabilização que incrementasse a oferta de divisas e diminuísse a demanda, pp. 3-4. Para obter as divisas, uma das medidas a serem tomadas seria: “substituição seletiva de importações através de um imediato diagnóstico de prioridades no campo produtivo, identificando projetos destinados a cobrir as necessidades nacionais e a captar os mercados de exportação. Para isso, seria necessário formular uma agressiva política de desenvolvimento, instituir sistemas financeiros de incentivo e estabelecer uma taxa alfandegária racional”, p. 7.

<sup>10</sup> *Presencia*, 11.01.1979.

estatal e, por conseguinte, o seu modelo de planificação econômica. Durante o governo Guevara, tal crítica intensificou-se.

Visto isso, podemos agora tirar algumas conclusões importantes. As organizações econômicas burguesas, representadas pela CEPB, adotaram posições totalmente defasadas com o tipo de capitalismo instaurado na Bolívia. Em primeiro lugar, as frações burguesas preponderantes não conseguiram se desvencilhar da sua pesada herança estatista, quer dizer, dependeram do Estado para manter em funcionamento o seu processo de acumulação de capital. Nesse sentido, elas foram parasitárias do Estado, conforme mostrou o Plano Quinquenal. Essa situação redundou em acentuado déficit do desenvolvimento do capitalismo no país e está em direta relação com a intervenção do capital monopolista na Bolívia.

Em segundo lugar, o conjunto da burguesia boliviana foi golpista. A nosso ver, a prática golpista está em direta relação com a prática da maximização dos lucros no curto prazo, claro sinal de crise de acumulação. Por sua vez, essa dupla prática foi determinada pelo efeito de isolamento no nível econômico. Nesse sentido, a burguesia apoiou caudilhos civis e militares de conhecida tradição golpista para tomar o governo. Uma vez no governo, as frações detentoras do aparelho estatal aplicaram políticas econômicas marcadas por um extremado “egoísmo de fração”, quer dizer, a colocação em prática da maximização dos lucros no curto prazo, em detrimento de um “sacrifício geral de classe”. Situação que agravou ainda mais a crise de unificação burguesa. É por isso que a CEPB, durante o período 1978-1982, exige, de maneira desesperada, a “*unidade nacional*”, pois as suas organizações atravessaram flagrantes contradições internas, permanecendo fragmentadas, provocadas justamente por essa prática de classe. No fundamental, elas tentaram restaurar a forma estatal boliviana que vigorou durante o Estado militar iniciado em 1971. Durante 1982, a CEPB passou a funcionar como um partido político, tentando unificar os setores burgueses dominantes e, nessas condições, propôs o “Grande Acordo Político”. No final de 1978, já havia proposto timidamente um “Grande Acordo Nacional”.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Proposta que aparece no documento de 22 novembro de 1978, cit.; ver também “*Convocatoria de la CEPB a un Gran Acuerdo Nacional (marzo 1979)*”, em *Documentos*, cit.

Em terceiro lugar, a CEPB adotou uma postura liberal radical, do tipo neoliberal.<sup>12</sup> Postura totalmente defasada com a sua prática de classe e com o tipo de capitalismo implementado na Bolívia. Em outros termos, a CEPB passou a defender, ora um capitalismo de tipo concorrencial, no qual o Estado deveria se limitar às funções de “guardião noturno”, que garantisse o processo de troca e a segurança (interna e externa) do país; ora defende um “Estado mínimo” (neoliberal). Assim, para a CEPB, as verdadeiras causas da crise econômica e política estariam no *estatismo*, marca constitutiva do Estado de 1952. Esse estatismo seria a fonte do populismo, do clientelismo, do prebendalismo ou da extrema corrupção. Nessas condições, o Estado, deformado, contribuiu à perda da sua própria autoridade, levando a uma descomunal anomia social, exprimida na atitude destrutiva da COB e do “sindicalismo esquerdista” e “retrógrado”. A única solução, portanto, seria deixar que o mercado funcionasse naturalmente (porque seria o melhor alocador de recursos), porém recuperando a autoridade do Estado e ajustando-o às diretrizes do mercado. Para tanto, o Estado deveria transferir (privatizar) as empresas estatais ao setor privado. Tal transferência deveria ser determinada pelo preço do mercado (preço justo). Enfim, dado o fracasso do estatismo, para a CEPB era urgente que o setor privado tomasse conta da economia do país, pois o Estado, além de ser um péssimo planejador, não tinha vocação empresarial.<sup>13</sup>

Vamos colocar dois exemplos da realidade econômica do país para desmontar as posturas ideológicas da CEPB e dos seus autores representativos. No âmbito dos investimentos gerais, os investimentos do setor privado foram baixíssimos, inclusive no seu

---

<sup>12</sup> Um trabalho sintético e didático sobre as principais temas do liberalismo e neoliberalismo oferece Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes, **Liberalismo e Neoliberalismo - Uma introdução comparativa**, em *Primeira Versão*, N° 73, IFCH/UNICAMP, novembro de 1997, 30 pp.

<sup>13</sup> Tais posturas encontram-se claramente nos discursos, seminários, encontros, documentos, bem como nas *Memorias Anuales* da CEPB. Durante o regime de Meza, por exemplo, a CEPB publicou uma série de documentos nos quais manifestava, já nesse ano, as suas propostas neoliberais, semelhantes aquelas que foram aplicadas em 1985. Ver “*Lineamientos para una Política Económica*”, publicado a 9 de julho de 1981, nas vésperas da renúncia de Meza à presidência. A nosso ver, esse documento é um dos precursores da política econômica neoliberal adotada em 1985, patenteada no famoso Decreto 21060. Ver também “*Posición de la CEPB en Relación a la Interacción del Estado y la Empresa Privada, Planteamientos que Propone Sean Incorporados en la Constitución Política del Estado*”, Mayo de 1981. Ambos os documentos estão em CEPB, **Gestión 1981-1982**, La Paz, 1986. O governo Meza pretendia fazer uma reforma do Estado de grande envergadura (reforma administrativa, privatizações das empresas estatais, ajuste econômico, a elaboração de uma nova Constituição Política do Estado). Para isso, criou o CONAL, que tinha funções legislativas para elaborar tal reforma na base das propostas e expectativas da “sociedade”. A CEPB tinha enviado as suas propostas nesse último documento.

setor de ponta, a mineração privada. Esse setor não renovou as condições técnico-materiais do processo de trabalho, nem investiu em bens de capitais para que pudesse dar um salto qualitativo no seu mesmo setor, a tal ponto de superar os investimentos feitos pelo Estado. Apesar disso, o pouco que o Estado investiu foi dedicado ao setor privado e a massa de capitais destinados para os investimentos estatais foi transferida para a empresa privada. Esses capitais foram parar novamente nas mãos dos investidores e bancos estrangeiros, através de um variado mecanismo de transferência de capitais. Somente a fuga de capitais durante a década de 70 significou quase a metade dos investimentos previstos no Plano Quinquenal 1976-1980. Em consequência, não houve expansão do mercado, ele permaneceu demasiado estreito, com um consumo interno baixíssimo. Enfim, o mercado não alocou os recursos provenientes do Estado nem do investidor estrangeiro (que não houve). Onde estava então a capacidade “inovadora” e extremamente “eficiente” do empresariado boliviano?

A outra questão está relacionada com os investimentos feitos no setor da reprodução da força de trabalho. Se o mínimo de investimentos feitos pelo conjunto do empresariado foi destinado apenas para maximizar os lucros das empresas (basicamente no setor de mineração), à custa da intensa exploração do trabalhador boliviano, melhor não poderiam ser os investimentos para a reprodução da força de trabalho. Vale dizer, durante a década de 70 (e basicamente desde 1952), contrariamente ao que defende o pensamento liberal dos setores dominantes da CEPB, o mercado foi incapaz de: 1) “alocar”, de forma “natural” e “eficiente”, os recursos destinados à reprodução material da força de trabalho e 2) os mínimos recursos investidos tanto acentuaram como reproduziram o atraso dos setores produtivos do país. Entretanto, conforme defende a empresa privada boliviana (postura econômica, discurso ideológico), a alocação natural de capitais destinados à reprodução da força de trabalho deveria repercutir no aumento da produtividade e na elevação do nível de vida das massas trabalhadoras (ampliando-se assim o consumo e o mercado nacional), de acordo com as exigências da reprodução da força de trabalho (padrões de saúde, educação, habitação, etc.) dos países capitalistas centrais.

A conclusão a que podemos chegar é a seguinte: o tipo de “industrialização” instaurado na Bolívia (economia periférica de enclave, basicamente produtor de minérios)

manifesta um elevado déficit de desenvolvimento capitalista, devido à fraca capacidade de investimentos em bens de capital (ausência de indústria pesada) e à escassa incorporação de tecnologia nos seus setores mais avançados. Tal situação acabou pesando mais para o lado da reprodução da força de trabalho: com um custo demasiado baixo de investimentos nessa área, garantiu-se a extração de lucros (adotando o caráter de extração de mais-valia absoluta) elevadíssimos. Assim, no caso boliviano, a maior defasagem processou-se, não entre o funcionamento da economia de enclave e os fracos investimentos na área da reprodução da força de trabalho, diferentemente da experiência dos países onde se instaurou um modelo de “industrialização dependente, retardatária e acelerada” (o Brasil)<sup>14</sup> ou “industrialização dependente induzida” (Espanha, Portugal, Grécia). A maior defasagem processou-se justamente entre a elevadíssima extração dos lucros das empresas e os salários de fome. Nesse sentido, nem os salários e nem os fracos investimentos destinados à reprodução material da força de trabalho compensaram a situação paupérrima do trabalhador boliviano, fenômeno que teve sérias implicações políticas.

Como os recursos destinados para a reprodução da força de trabalho não se estabelecem de forma natural, precisando da intervenção do Estado (intervenção que é constitutiva não apenas para a reprodução da força de trabalho, mas também, e sobretudo, para o funcionamento do modo de produção capitalista), os trabalhadores, organizados na COB, pressionaram permanentemente o Estado para obter o mínimo de seus direitos. Por exemplo, os trabalhadores mineiros conseguiram, depois de anos de lutas, a *pulperia* mineira (uma espécie de cesta básica, cujos produtos eram subvencionados pelo Estado). Tratava-se de um item que diz respeito apenas à reposição física da força de trabalho, não

---

<sup>14</sup> Inclusive em países como o Brasil - conforme Décio Saes - , onde se instaurou um tipo de desenvolvimento capitalista induzido (padrão dependente, retardatário e acelerado de industrialização), foi enorme a defasagem entre as exigências do aparelho de produção e de serviços frente à reprodução da força de trabalho (padrões de habitação, transporte, saúde, educação, “cultura”, etc.). Essas exigências “decorrem de padrões tecnológicos instaurados pelos países capitalistas centrais e incorporados pela economia brasileira”. Mas tais padrões ficaram “*alguém* do nível alcançado de ‘urbanização’ dos custos da reprodução da força de trabalho”. Para as massas urbanas, no caso do modelo de industrialização brasileiro, “a superação dessa defasagem” se colocou “como uma questão material crucial ‘urgente’”. Isso se deveu ao fato de que “as massas urbanas não podem se acomodar a uma evolução natural e espontânea - isto é, comandada por imperativos de mercado - de seu padrão material de vida”. Caso fizessem isso, “estariam colocando em risco a própria reprodução de sua condição de trabalhadores urbanos”. Enfim, tal urgência material acaba se traduzindo em “urgência política”: “as massas urbanas se dirigirão *diretamente* - isto é, sem a mediação da esfera partidária - ao Estado - para dele obter uma intervenção compensatória que liquide a defasagem entre o seu padrão material de vida e as

permitindo ao trabalhador morrer de fome (contudo, morria mesmo de silicose e de outras doenças, aos 30 anos).

Para a empresa privada e a burocracia estatal (direção das empresas públicas), a política de subvenção estatal (*pulperia*) em favor dos trabalhadores mineiros era totalmente errada e “injusta”. Porque tal política, segundo as justificações, além de incidir no aumento dos salários, era um dos fatores de pressão inflacionária, repercutindo tanto na queda dos lucros quanto nos investimentos das empresas.<sup>15</sup> Ora, a *pulperia* era paga pelos próprios trabalhadores de duas maneiras: 1) na medida em que uma parte do capital salarial (capital variável) era investido na compra dos produtos alimentícios da *pulperia* e 2) os produtos adquiridos pelos trabalhadores eram descontados do salário deles mesmos. Isso sem falar que permaneceram as mesmas condições de exploração intensiva da força de trabalho, numa situação de extrema miséria e repressão política da classe trabalhadora.<sup>16</sup> Frente a essa situação, as lutas dos trabalhadores bolivianos, principalmente do setor mineiro, caracterizaram-se por sua alta politização (sem fazer uma relação direta entre nível de exploração e nível de politização), na medida em que permanentemente se colocaram contra o Estado.

A defesa do desenvolvimento natural do mercado (a “mão invisível” de Adam Smith) e do “Estado mínimo” por parte da CEPB, foi, ao mesmo tempo, reforçada pela postura ideológica adotada por essa instituição no que diz respeito à “luta pela democracia”

---

exigências capitalísticas de reprodução da força de trabalho”, in “*Democracia e Capitalismo no Brasil...*”, op. cit., p. 138. Grifo do autor.

<sup>15</sup> Em uma palavra, seria uma política salarial totalmente equivocada, que não permitiria o aumento da produtividade, dos investimentos, da expansão do setor produtivo e do crescimento econômico! Essa concepção econômica, proveniente da empresa privada, aparece claramente em autores que fazem uma leitura das transformações neoliberais de 1985, passando logo a interpretar o passado através dessa lente. É o caso de Morales, Sachs (obras já citadas), os últimos trabalhos de Toranzo e Chaves (*Claves y Problemas de la Economía Boliviana*, La Paz, ILDIS, 1993) e Rodolfo Eróstegui, *Economía, Sindicato y Conflicto Laboral*, La Paz, ILDIS, 1996.

<sup>16</sup> Ver os depoimentos de Domitila Chungara, trabalhadora mineira boliviana: Moema Viezzer, *Se me deixam falar...*, São Paulo, Símbolo, 1979, 4ª. ed. Vejamos um trecho do livro: “A vivenda ocupada pelo trabalhador no acampamento é emprestada [...], é obtida quando ele cumpriu alguns anos de serviço. Pela escassez de vivendas, a empresa não a empresta de imediato. Muitos mineiros trabalham até cinco, dez anos, sem ter sua vivenda. E então alugam quartos em um dos povoados civis. Ademais, a vivenda é emprestada somente durante o tempo em que o trabalhador estiver na empresa. Quando o trabalhador morre ou é despedido do trabalho pela doença profissional [silicose], que é o mal da mina, a viúva ou a esposa do trabalhador é posta para fora e ela tem noventa dias para desocupar a vivenda. [...] a vivenda que nos empresta a empresa [...] é um quartinho de quatro por cinco metros [...] sem nenhum serviço de água ou instalação sanitária. E assim temos que viver com nossos filhos, apertados”, pp. 23-24.

na esfera política (que segundo Mansilla teria sido uma luta histórica, devido a seu caráter “radical” e modernizador). Tal postura era claramente defasada com relação a sua prática política. Isso foi patente na utilização do sufrágio universal, através do método da fraude, e do método do golpe. Dois métodos políticos utilizados ao mesmo tempo para conquistar a máquina governamental. Durante o período em questão, foram as massas populares as que adotaram a democracia burguesa, ao passo que esta última era rejeitada pelas frações burguesas dominantes.

A postura política, econômica e ideológica do conjunto da burguesia boliviana, particularmente das frações preponderantes, exprimida na luta contra o estatismo e na luta pela democracia, foi tido, por parte de vários autores que já conhecemos, como o maior acontecimento político da modernização das “elites bolivianas”. Tal acontecimento modernizador teria sido um processo que se estendeu ao Estado e a toda sociedade.<sup>17</sup> É verdade que houve setores dos empresários que fizeram o possível por articular as suas posturas políticas e ideológicas com sua prática de classe, quer dizer, acreditaram num processo de democratização. Mas foram grupos minoritários e sem poder político para influenciar os setores dominantes da CEPB. Trata-se da pequena burguesia e de certas frações ligadas ao capital não-monopolista. As frações politicamente dominantes desses setores adotaram a postura democrática defendida pela CONADE. Contudo, elas ficaram

---

<sup>17</sup> As principais teses dos autores da teoria da modernização já foram apresentadas no primeiro capítulo. O maior mérito do trabalho de H.C.F. Mansilla referente à empresa privada boliviana (*La Empresa Privada Boliviana...*, op. cit.) é que ele mostra justamente as posturas ideológica, política e econômica do empresariado boliviano. Só que esse trabalho é mais um tratado ideológico que sociológico, colocando virtudes no conjunto do empresariado boliviano que na verdade não existem. Confunde, assim, a postura de classe e a prática de classe. Ver o trabalho de Sebastião Velasco e Cruz, que analisa o empresariado brasileiro a partir da lógica econômica da empresa privada e da sua relação com o Estado: *Empresariado e Estado na Transição Brasileira: um Estudo Sobre a Economia Política do Autoritarismo (1974-1977)*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1995. No que respeita as análises de Toranzo, ele acabou endossando as teses defendidas pela corrente da teoria da modernização: o “Pacto pela Democracia de 1985”, “junto com a implementação da Nova Política Econômica é o momento no qual começou a desmontagem da economia estatal surgida em 1952. Aliás, o processo de estabilização e a decolagem do programa de ajuste estrutural é o caminho pelo qual transita o câmbio da sociedade boliviana”, Carlos Toranzo, “*Bolivia: Macrodiagnóstico Económico y Social (1980-1991)*”, in Carlos Toranzo & Gonzalo Chaves, *Claves y Problemas...*, op. cit., p.46; grifo do autor. Ver o item “1980-1982. Estatismo bajo la figura autoritario-militar”. Aqui Toranzo analisa as deformações provocadas pelo estatismo, as quais seriam agravadas pelo populismo, prebendalismo, clientelismo e a excessiva corrupção estatal. Além do mais, considera os regimes Torrelio e Vildoso como a continuação do estatismo praticado no governo Meza, sem diferenciar as variações do caráter das políticas estatais implementadas nesses governos. Em suma, essa corrente teórica considera o estatismo “característico” do Estado de 1952 como um mal *per se*, como uma deformação do Estado

decepcionadas com a direção política adotada por essa entidade, como ocorreu com um bom setor das massas populares

No âmbito da burguesia interior democratizante (setores do capital não-monopolista, setores da burguesia manufatureira e setores de esquerda da burguesia compradora), o “processo de democratização” foi vivido como uma verdadeira tragédia política. Atravessou-se o seguinte paradoxo: de um lado, o decidido apoio político para garantir o mínimo funcionamento da democracia burguesa, de outro, a queda na prática do golpismo, método apreciado pelos setores dominantes da burguesia compradora. O que nos leva, a seguir, ao exame do caráter da relação entre o Estado militar e o bloco no poder no período pós-78.

#### 4.2 O Estado e o Bloco no Poder

Neste item examinaremos o caráter da relação entre a forma de Estado e o bloco no poder nos governos Gueiler, Meza e Torrelio, focalizando tanto o conteúdo das políticas estatais como o processo de sua implementação. Para tanto, a nossa análise parte da distinção de dois momentos específicos das modificações no interior do bloco no poder:

1) o deslocamento do índice de dominância das frações da grande mineração e agro-exportadora para a fração *manufatureira* - que assumiu uma postura *democratizante*<sup>18</sup> - em três ocasiões: nos governos Padilla (1978-1979), Guevara (1979) e Torrelio (1981-1982) e 2) a relativa recuperação da hegemonia da fração mineira nos governos Gueiler (1979-1980) e Meza (1980-1981).

No primeiro momento, detectamos um ligeiro deslocamento, no interior do bloco, do índice de hegemonia para a burguesia *manufatureira*. O segundo momento expressa as

---

boliviano. Assim, o estatismo, junto com as suas outras manifestações, populismo, clientelismo, prebendalismo, são tidos como *antagônicos* ao funcionamento do Estado burguês.

<sup>18</sup> Em razão das lutas e contradições com o grande capital ou o capital norte-americano, as frações ligadas ao capital não-monopolista passam a adotar, em conjunturas determinadas, uma postura democratizante e a fazer alianças com a classe trabalhadora contra o capital monopolista. Isso não queria dizer que o capital não-monopolista estivesse isento de contradições ou não fosse atravessado pelas contradições provenientes tanto do grande capital como das suas contradições internas. Cf. Nicos Poulantzas, *As Classes Sociais...*, op. cit., especialmente cap. II. Ver também sobre o democratismo das frações burguesas não-hegemônicas, Décio Saes, “A democracia burguesa e a classe proletária”, in *Estado e Democracia...*, op. cit., pp. 176 e segs.

recuperações relativas da hegemonia da fração mineira no interior do bloco no poder, mas isso não significou uma redefinição da hegemonia.

A partir do governo Padilla, a fração manufatureira esforça-se em se converter em fração detentora do aparelho estatal: consegue fornecer parte do seu pessoal para a administração estatal, mas sem controlar todos os postos-chaves da burocracia. O governo Padilla tentou dar uma orientação nacionalista às políticas estatais (nacionalismo do MNR, bem entendido), um tanto diferente dos governos militares anteriores (Banzer, Pereda). Basicamente, o Estado deveria recuperar seu papel estratégico na economia, bem como a sua soberania no âmbito político. Frente à situação de instabilidade política e econômica do país (irrupção das massas contra os regimes militares, aparecimento dos sintomas da crise econômica), o governo Padilla excluiu a implementação de medidas econômicas (pacote ou reformas econômicas). Em vez disso, o governo centrou os seus esforços na “constitucionalização” do país. Para tanto, deveria garantir o pleito eleitoral definido para julho de 1979.

Entretanto, alguns postos importantes da burocracia estatal foram ocupados pelos “notáveis” da fração mineira como, por exemplo, o assessoramento econômico da Presidência da República, ligado ao Ministério das Finanças. O Ministério de Mineração e Metalurgia e os órgãos estatais diretamente relacionados (FONEM, BAMIN, ENAF, COMIBOL) ainda permaneceram sob a influência da burguesia mineira. Quer dizer, as frações mineira, e em parte a fração agro-exportadora, continuaram sendo as frações preponderantes, no sentido de que participaram em alguns postos importantes do aparelho estatal e mantiveram, ao mesmo tempo, a sua presença na cena política.

Quando a situação econômica começou a dar sinais de deterioração, e quando o candidato da UDP aparecia como o virtual ganhador do pleito do 1º de julho de 1979, a CEPB (cujo presidente era Marcelo Pérez Monastérios, da CNC) passou a pressionar o governo Padilla em duas direções. De um lado, exigia a implantação de um regime de estrita submissão à lei e à ordem (regime forte). Conforme o seu discurso político, tal instituição passou a apoiar o processo de “abertura democrática”, exigindo um Estado de Direito, porém que controlasse rigidamente as massas populares. De outro, exigia o estabelecimento de um regime econômico, cujo papel principal seria desempenhado pela

empresa privada (sistema econômico de cunho neoliberal). Não era por acaso o ataque direto da CEPB ao setor estatal, considerado como a principal causa da crise econômica.<sup>19</sup>

Durante o governo Guevara, a CEPB aprofundou seus ataques ao setor público (contra o “estatismo”). Os ataques viraram-se contra o governo porque Guevara havia decretado, a 18 de setembro, o drástico controle das importações. Tratava-se de uma medida que atingia diretamente à burguesia compradora: o depósito prévio de 500% para a substituição das importações.<sup>20</sup> No dia seguinte, as reações não tardaram a aparecer: “A Bolívia não pode agüentar mais o déficit de suas empresas estatais” - vociferava a CEPB - porque a empresa privada “está estrangulada e sufocada”.<sup>21</sup> No golpe de Natusch (novembro de 1979), as frações mineira e agro-exportadora conseguem abolir esse decreto, além de anular o imposto de 7,5% à exportação, que já estava incomodando à burguesia mineira. No governo Gueiler, este imposto volta a ser anulado.<sup>22</sup>

Vemos, então, as tentativas, por parte da fração manufatureira, de reverter a sua situação de subordinada às burguesias mineira e agro-exportadora, num momento de crise de hegemonia e de unificação burguesa (situação que foi agravada pela abertura do processo de Inquérito Parlamentar contra Banzer em setembro de 1979).

Na verdade, a fração manufatureira tentava tirar proveito dessa situação para monopolizar os recursos econômicos provenientes do Estado. Duas razões nos levam a fazer essa afirmação. Em primeiro lugar, a política de substituição das importações havia fracassado na Bolívia desde a década de 50. Em segundo lugar, a imposição do depósito prévio de 500% era praticamente irrealizável: a fração manufatureira não tinha poderio político suficiente para obrigar a burguesia compradora a fazer o depósito.

---

<sup>19</sup> “*El desproporcionado, ineficiente y deficitario crecimiento del sector público, principal causante de la crisis económica que afecta al país*”, afirma o documento “*A la Nación*”, da CEPB, publicado em *Presencia* 30.07.1979. Em novembro de 1978 e março de 1979, a CEPB propõe um “Grande Acordo Nacional”. Cf. **Documentos**, cit.

<sup>20</sup> Sobre o Decreto do Depósito Prévio de 500%, ver BCB, **Memoria Anual - Gestión 1980**, p. 115. Contrariamente aos interesses gerais da burguesia compradora, a ASOBAN defendia (em janeiro de 1979) a aplicação da política de substituição de importações, quando a CEPB criticava duramente a intervenção do Estado na economia, *Presencia* 11.01.79.

<sup>21</sup> *Presencia* 19.09.79.

<sup>22</sup> No governo Torrelio, volta a ser aplicado o imposto à exportação (7%). Mas não demorou nem um mês a ser abolido (foi decretado em fevereiro e abolido em março de 1982).

Passemos, a seguir, a examinar a relação entre o econômico e o político, basicamente no que se refere ao caráter das políticas estatais implementadas nos governos Gueiler, Meza e Torrelio.

#### 4.2.1 O governo Gueiler

Havíamos dito que a intervenção do Exército, comandada por Natusch, conseguiu abolir, de um só golpe, o Decreto prévio de 500% e o imposto de 7,5% às exportações. Não era casual que a Mineração Mediana nunca tivesse se queixado do imposto à exportação durante o governo Banzer. É que ela estava interessada em minimizar o pagamento de outro imposto bem mais importante, que contribuía com boa parte da arrecadação estatal: o imposto das *regalias mineras*. Vale dizer, ela pagou o imposto à exportação, mas, em compensação, determinou a política tributária mineira, baseada no rebaixamento permanente das *escalas de regalias*. Além do mais, a elaboração dessa política permitiu-lhe, através de variados mecanismos, evitar e evadir, ostensivamente, o pagamento dos impostos, conforme detectou a nossa análise no terceiro capítulo.

Entretanto, vejamos as políticas estatais implementadas durante o governo Gueiler (Gueiler assumiu a Presidência da República a 18 de novembro de 1979). Foi impressionante a rapidez do governo em implementar a sua primeira medida econômica, a 30 de novembro: decretou um pacote econômico de consideráveis efeitos na economia boliviana.<sup>23</sup> As principais medidas foram as seguintes: 1) desvalorização da moeda nacional em 20% (de 20 passou para 25 pesos bolivianos por cada dólar); 2) elevação das tarifas dos combustíveis em 136%, com o intuito de fortalecer as exportações de petróleo; 3) elevação

---

<sup>23</sup> O governo Gueiler reestruturou o aparelho econômico: extinguiu o INDEF, transferindo as suas funções ao Banco Central; ao mesmo tempo, criou o *Conselho Nacional de Política Monetária*. Essa reestruturação foi feita no mesmo dia em que lançou o pacote econômico. Quer dizer, o pacote já estava pronto para ser aplicado no governo Natusch. Entretanto, é provável que as principais medidas do pacote tenham sido elaboradas pelos técnicos do MNR-Estenssoro durante os últimos meses da campanha eleitoral de julho. Como esse partido esperava uma virtual vitória no Congresso, o pacote seria implementado por Estenssoro. Com efeito, a equipe econômica do governo Gueiler estava comandada por Augusto Cuadros Sanchez (MNR-Estenssoro), Ministro das Finanças (que ocupou o mesmo posto no governo Banzer entre 1971 e 1974). A outra figura era Oscar Bonifaz, da Mineração Mediana, o qual ocupou o cargo de Ministro de Mineração e Metalurgia. Sobre os extensos decretos do dia 30 de novembro de 1979, ver BCB, *Memoria Anual - Gestión 1979*, pp. 152-164. Ver também, Oscar Ugarteche, *El Estado Deudor*, op. cit.; ver principalmente capítulo três, item "Insolvencia, política de ajuste de 1979 y su fracaso".

dos preços do transporte público em 30%; 4) elevação dos preços dos alimentos; 5) diminuição dos impostos à mineração privada para fortalecer o setor exportador e 6) depósito prévio de 100% para as importações.

Segundo o Ministro das Finanças, o principal objetivo da desvalorização era justamente promover a expansão das exportações: “o novo regime cambial, junto com outras medidas de ajuste econômico, ajudará a promover a expansão das exportações”. Era uma medida econômica semelhante àquela de 1972. Conforme a nossa análise, a fração mineira conseguiu estabelecer novamente a política econômica no governo Gueiler (pois durante o governo Banzer ela estava acostumada a defini-la). Três fatores importantes reforçaram essa hipótese.<sup>24</sup>

Primeiro fator: a Mineração Mediana estabeleceu a política cambial: desvalorizou a moeda em 20%. Pelo novo regime cambial, a fração mineira obteve um acréscimo dos seus lucros equivalente a 31,6 milhões de dólares; o total das suas divisas adquiridas pelas exportações foi de 174,4 milhões de dólares.

Segundo fator: no dia 5 de março de 1980, o governo decretou a anulação do imposto à exportação (que oscilava entre 7,5 e 6,5 %). Com a eliminação desse imposto o Estado deixava de arrecadar, para 1981, cerca de 30 milhões de dólares, ou seja, 5,3% da arrecadação do TGN. Já para a Mineração Mediana, significava um acréscimo de 10 milhões de dólares.

Terceiro fator: a fração mineira estabeleceu também (a 5 de março) uma nova reforma tributária para o setor mineiro, onde conseguiu o maior rebaixamento das taxas de *regalías* em relação à década de 70. Basicamente estabeleceu o imposto único, medida que a burguesia mineira vinha tentando impor desde 1965 (o Novo Código Mineiro). Em relação à escala de *regalías* de 1976, o imposto foi baixado para 50%. Havia casos - segundo o tipo e a qualidade do metal - em que o metal ficava livre de tributação (imposto zero).

---

<sup>24</sup> Baseamo-nos nos dados de Marcelo Moscoso, *Minería Mediana y Política...*, op. cit.; ver principalmente o capítulo V: “*Proyecciones inmediatas: la acumulación del impuesto a la exportación y la crisis de la política tributaria minera*”. Sobre a citação de Cuadros Sanchez, ver Ministério das Finanças, Augusto Cuadros Sanchez, “*Definición de Política Económica*”, La Paz, enero de 1980, em Marcelo Moscoso, cit., p. 209. Ver também “*Minería Mediana salió con la suja*”, *AQUI*, 15 a 20.03.1980.

Vejamos parte do processo da luta econômica da burguesia mineira. No mês de dezembro (1979), Gonzalo Sanchez de Lozada, da COMSUR, tinha exigido ao governo a eliminação do imposto à exportação. O argumento do empresário era o de que tal imposto não apenas tinha se tornado gravoso, mas também era ilegal. Já para o presidente da ANMM, Raúl España-Smith (EMUSA), o imposto não tinha nenhuma justificação, porque os efeitos da desvalorização monetária de 1972 haviam desaparecido. Nos meses de janeiro e fevereiro de 1980, o Ministério de Mineração, a Direção Geral de Minas (detalhe: os dois postos os ocupava o pessoal da fração mineira) e os representantes da ANMM elaboraram o projeto de Reforma Tributária para o setor mineiro. Esse projeto nunca foi discutido no Parlamento. Naquele momento, o Parlamento debatia o Inquérito contra Banzer e o imposto ao cigarro.

A nova política tributária mineira concedia novas isenções fiscais, bem como uma extrema rebaixa das alíquotas das *regalias*. O “golpe econômico” da fração mineira estava baseado no mecanismo da elevação dos *custos presumíveis* para o cálculo da alíquota impositiva. Os custos presumíveis deveriam ser fixados de acordo com a alta dos preços mínimos da escala de preços dos metais do Conselho Internacional do Estanho (CIE). Entre 1979 e 1981, o preço do estanho experimentou a sua maior alta em toda a década de 70 (para os três anos: 6,7; 7,6 e 6,4, a libra fina em dólares). Todavia, a elaboração do cálculo para a fixação das alíquotas impositivas, bem como a fixação dos preços oficiais dos metais, foi feito sobre parâmetros claramente arbitrários. Os próprios artigos do decreto governamental sobre a nova escala de *regalias* deixavam transparecer esse fato.

Para se ter uma idéia do caráter da reforma tributária mineira, o mecanismo de rebaixamento do imposto foi basicamente o seguinte: o aumento do *custo presumível* do metal tinha como resultado a redução da carga tributária, obtendo as grandes firmas mineradoras um enorme benefício fiscal. Em outros termos, a taxa marginal do imposto baseado em preços demasiado altos, para o cálculo da alíquota impositiva, resultava ser menor que a preços baixos. A alíquota de *regalias* era o resultado da diferença entre o preço oficial do metal (fixado pelo Ministério das Finanças, juntamente com o Ministério de Mineração) e o correspondente custo presumível (fixado na base dos preços do mercado mundial). Se o preço oficial era igual ou inferior ao custo presumível, o produto ficava livre

de imposto. Assim, elevando-se o preço do custo presumível do metal, “automaticamente” (esse foi o termo utilizado num dos artigos do Decreto) incrementavam-se os preços oficiais. A tendência, então, era, senão pagar imposto zero, pelo menos reduzi-lo ao mínimo possível.<sup>25</sup> Isso é o fundamental a reter sobre o caráter do imposto mineiro.

Ademais, o novo Ministro da Fazenda decretou, a 14 de abril de 1980, uma nova redução de 10% das alíquotas (os preços presumíveis dos metais foram reajustados em 10%), ficando o cobre e o zinco praticamente livres de imposto. Entretanto, os mesmos mecanismos de manipulação e evasão fiscal, durante o governo Banzer, continuaram vigorando em 1980. As firmas diretamente beneficiadas foram a COMSUR, a EMUSA e a GRACE. A COMSUR, por exemplo, não havia exportado estanho, acumulando-o nos três meses anteriores à reforma de março de 1980. Em 1981, essa firma obteve um lucro adicional de aproximadamente 2,3 milhões de dólares, graças à eliminação do imposto à exportação, à redução de *regalías*, bem como à redução especial (semelhante ao bônus de sobreprodução, o qual foi eliminado a 5 de março) de 50% de imposto pela sua produção de estanho.

Conforme uma declaração de Gonzalo Sánchez de Lozada (COMSUR):

“[...] a Mineração Mediana, por ser um setor importante, num alto nível empresarial, atrai e cria parte da gente mais capacitada do país. Nos últimos anos houve [no setor] uma tendência tecnocrata na direção da coisa pública, particularmente na coisa financeira. [Frente a essa situação] nos regimes de esquerda ou de direita, o Ministério de Finanças converteu-se num posto da mineração ou de homens vinculados a esse setor [...]. De outro lado, os empresários que aceitam esses postos quase sempre têm uma formação mais tecnocrata que empresarial. Em síntese, convida-se a esses postos pessoas como Antônio, meu irmão, Carlos Calvo, Quiroga Mattos, etc., que são gente mais da coisa técnica que da empresarial. De tudo isso, resulta que a nossa influência é quase nula; *é um mito*”.<sup>26</sup>

<sup>25</sup> O custo presumível do estanho (na categoria da mineração privada) passou de 1,80 (1976) para 3,30 dólares a libra fina (1980). Nos governos de Ovando e Torres, embora os preços dos metais fossem diferentes, tanto os custos presumíveis como os preços oficiais foram fixados bem baixos com o fim de aumentar a carga tributária.

<sup>26</sup> “La Indústria Minera Privada”, *Revista Minera BAMIN*, N° 89, julio-septiembre 1976, La Paz, p. 58, em Marcelo Moscoso, *Minería Mediana y Política...*, op. cit., pp. 201-202. Grifo nosso.

Vejamos agora os efeitos da Reforma Tributária mineira na economia boliviana. Para se ter uma idéia da importância da contribuição fiscal do setor mineiro para o Estado, é necessário colocar alguns dados importantes. Entre 1971 e 1973, o total dos impostos mineiros (*regalias*, imposto à exportação) representou 35,9% dos impostos totais arrecadados pelo TGN. Entre 1974 e 1977, caiu para 30,9%. Entre 1980 e 1982, desceu para 25,8% do total arrecadado. O imposto pago pela Mineração Mediana ao TGN caiu de 21,2 milhões de dólares em 1980, para 7,4 milhões em 1982, portanto, baixou 75%. Entretanto, a COMIBOL, na qual recaiu o maior ônus do imposto, pagou 51 milhões de dólares em 1980, 14,4 milhões em 1981 e 20,5 milhões em 1982.<sup>27</sup> Em razão da reforma tributária mineira de 1980, o Estado deixava de arrecadar 32 milhões nesse ano e 37,3 milhões de dólares em 1981. Isso significava cerca de 6,5% menos da arrecadação nacional desse último ano. Já as perdas gerais para o TGN chegavam a 67 milhões de dólares em 1981. Fato que aprofundava ainda mais o déficit fiscal, que já era alto, aumentando-o a mais de 50%: ele pulou de 140,9 milhões em 1980 a 259,4 milhões de dólares em 1981.

Para o governo Gueiler, o incremento do déficit fiscal, provocado pela reforma tributária, apenas se tratava de um “sacrifício fiscal”, que devia ser compensado pela redução do Orçamento Geral da Nação e a racionalização do gasto público. Conforme o novo Ministro de Finanças, Adolfo Aramayo (o terceiro Ministro em três meses): “racionalizaremos o gasto público com um recorte no orçamento de todos os ministérios, com exceção dos dois ministérios sociais: saúde e educação”.<sup>28</sup> Essa medida, entretanto, não passava de uma pura propaganda do governo. Ele sabia muito bem que o rombo do déficit público não podia ser saneado com simples medidas paliativas; sabia também que não precisava fazer recortes orçamentários nos setores da saúde e da educação, pois as suas verbas já eram insignificantes.<sup>29</sup> Por último, tanto o governo como a equipe econômica

<sup>27</sup> Ver Marcelo Moscoso, *Minería Mediana y Política...*, op. cit.; ver Quadro Nº 13-4 e 9-5. O cálculo percentual foi feito na base do dólar norte-americano. Segundo os dados da Mineração Mediana, esta teria pago ao governo, em 1982, (impostos diretos, neste caso *regalias* e imposto da investigação) 19,2 milhões de dólares, ao passo que a COMIBOL teria pago 37 milhões de dólares. Ver *Minería Mediana Memoria 1982*, pp. 18-20.

<sup>28</sup> *Presencia*, 22.03.1980, em Marcelo Moscoso, *Minería Mediana y Política...*, op. cit., p. 240.

<sup>29</sup> Em relação ao PIB, o gasto público para os anos de 1980-1982 era o seguinte: 1) Saúde: foi recortado em 50%, (de 0,8 passou para 0,4%); 2) seguridade social: de 1,4 passou para 1,1 e 3) educação: de 4,1 baixou para 2,9 (1981), para ficar em 3,2 em 1982. Fonte: Banco Mundial, em Juan Antonio Morales, “*Política Económica...*”, op. cit., p. 147.

sabiam muito bem que as medidas econômicas adotadas estiveram marcadas pela *provisoriedade*,<sup>30</sup> dado o caráter efêmero do governo, servindo os interesses imediatos da fração mineira.

Em relação aos efeitos sobre o salário, a lógica da reforma tributária fazia que as pressões salariais do setor mineiro, particularmente do sub-setor da mineração privada, fossem absorvidas pelo Estado, devido à redução do imposto mineiro. No pacote de 30 de novembro, o governo apenas concedeu aos trabalhadores o “*Bônus de Compensação ao Custo de Vida*” (equivalente a 1.000 pesos bolivianos), o qual deveria ser pago de forma independente do salário básico.<sup>31</sup> Em abril de 1980, os empresários mineiros, motivados pelo “sacrifício fiscal”, chegaram ao seguinte acordo com os trabalhadores mineiros: estes deveriam receber o salário *quinze* e um bônus extraordinário como compensação, por parte dos empresários, em razão da eliminação do imposto à exportação.<sup>32</sup> Na verdade, o que houve foi a manutenção da política salarial do regime banzerista: o congelamento do salário

<sup>30</sup> Sublinhamos essa palavra porque há uma diferença entre *medidas provisórias* e políticas estatais determinadas pela *provisoriedade*. As medidas provisórias (multiplicação de decretos de Estado) foram um mecanismo típico da implementação da política estatal dos regimes militares latino-americanos da década de 70 e 80, as quais tinham um caráter permanente. Os regimes democráticos, que substituíram os regimes militares, adotaram a prática das medidas provisórias dos governos militares. É o caso dos governos bolivianos pós-85, dos governos Collor e Cardoso, no caso brasileiro, bem como do governo Menem, no caso argentino. As políticas estatais, principalmente a política econômica, dos efêmeros regimes bolivianos do período 1978-1982 estiveram marcadas por uma aguda instabilidade política. A prática do golpe de Estado reforçava a *provisoriedade* dos governos, na medida em que refletia a prática de acumulação de capital das frações dominantes: a maximização dos lucros, extorsão, bem como desfalque e pilhagem dos recursos do Estado no menor tempo possível. A circulação de três ministros das Finanças, em menos de quatro meses, durante o governo Gueiler, era um claro efeito dessa prática de classe.

<sup>31</sup> Segundo os dados do INE e do BCB, dados atenuados por certo, em relação ao mês anterior ao reajuste econômico, o IPC aumentou 21,57% (dezembro de 1979), a variação mais alta registrada desde 1973. Em relação ao ano anterior, a variação foi da ordem de 45,45%. Entre 1978 e 1979, a inflação global teria chegado a 26,09%, (47,2% em 1980). Partindo da base de 1966 (=100), o IPC chegou a 622,12 em 1979. Ver BCB, *Memoria Anual 1979*, pp. 100-103. Esse índice (IPC) passou para 689 em 1980, 923 em 1981 e 2.063 em 1982. Ver *Muller & Asociados*, em Carlos Toranzo, “*Bolivia: Macrodiagnóstico...*”, op. cit., p. 54. Em suma, o bônus salarial significou apenas um aumento de 28,3% em relação ao salário nominal médio, que era de 3.532 pesos bolivianos. Ao passo que o salário médio real chegava a 1.594 pesos bolivianos (63,7 dólares de 1979), não acompanhando em nada a elevação dos preços e a inflação.

<sup>32</sup> O acordo entre a ANMM e a FSTMB era de que o salário deveria consistir no pagamento de uma soma equivalente a 75% do salário médio geral, obtido durante um ano. Ver Marcelo Moscoso, op. cit., pp. 237-238. O *salário navideño* é o equivalente ao décimo-terceiro no Brasil. O salário quatorze era o “*Bono Patrio*” (bônus patriótico), que se pagava em agosto. Segundo os dados da CEPAL, a média do salário real geral, entre 1977 e 1980, oscilou entre 115 e 119 dólares. Já o salário médio real do setor mineiro oscilou entre 90 e 92 dólares. Entretanto, a partir de 1977 os salários experimentaram uma queda vertiginosa. No setor mineiro, a taxa de crescimento foi negativa: -8,1 em 1978; -9,2 em 1979 e -19,4 em 1980. O salário médio geral também experimentou uma taxa de crescimento negativa: de 0,4 em 1978, passou para -25,2 em 1980. Ver CEPAL, *Los Bancos Transnacionales...*, op. cit., p. 12.

mínimo e a aplicação de bonificações mínimas e provisórias, num contexto do aumento acelerado do IPC, bem como de uma inflação galopante.

Finalmente, em razão da alta dos preços dos metais no mercado internacional, as exportações incrementaram-se 20% durante os anos de 1979 e 1980. Para o setor mineiro, significou um aumento de 18%; já o sub-setor da mineração privada obteve um incremento de 15% (22,7 milhões de dólares em relação a 1979). O déficit da balança de pagamentos experimentou uma relativa melhoria (de 537 diminuiu para 396 milhões de dólares). Contudo, essa melhoria resultou em benefício dos empresários mineiros, em razão da política econômica adotada pelo governo. Por outro lado, a taxa de inflação já estava em 47%; o PIB caiu para 0,8%, despencando brutalmente para -9,2% em 1982.

Em suma, as políticas monetária e tributária, determinadas pelos empresários mineiros, foram a base da política econômica do governo Gueiler, tendo efeitos claramente inflacionários, manifestados no enorme déficit fiscal, na queda da produção e do PIB, bem como na queda do salário real. Fatores que contribuíram para a hiperinflação e a aceleração da recessão. Assim, a política econômica do governo Gueiler manifestou a continuidade do modelo de acumulação de capital estabelecido no regime banzerista.

A única novidade na forma de acumulação de capital estava na prática seguinte: maximizar a acumulação de capital, através de métodos variados (extorsão, desfalque, fraude fiscal, elevação da exploração da força de trabalho, etc.) no menor tempo possível. O exame das políticas econômicas do governo Gueiler justamente mostrou esse fato. Se no regime banzerista a acumulação adquiriu a forma de uma verdadeira *pilhagem* e *extorsão* dos recursos do Estado, junto com a alta exploração da força de trabalho por parte das frações burguesas dominantes, no período pós-78 tais classes *aprofundam* esse método de acumulação. Lembremos que a pilhagem e a extorsão foram uma prática bastante comum do capital monopolista estrangeiro na esfera da relação com a economia do país. Por outro lado, as políticas econômicas foram marcadas pela *provisoriedade* devido a uma dupla razão: 1) à instabilidade característica destes regimes e 2) à sua natureza efêmera. Vemos então que a tônica dessas políticas era justamente essa provisoriedade: aproveitar o máximo a pilhagem dos recursos do Estado, no menor tempo possível, antes de ocorrer o próximo golpe.

#### 4.2.2 O “Governo de Reconstrução Nacional” de Garcia Meza

O golpe de Meza (deflagrado a 17 de julho de 1980) teve a aparência de um procedimento típico de redefinição da hegemonia no seio do bloco no poder: esforço de mudança da forma de Estado e do regime político, interrupção do funcionamento das instituições políticas vigentes, fechamento do Parlamento, aumento do grau de repressão às massas populares. Entretanto, houve uma ligeira mudança na forma de Estado, na medida em que o regime fez o duplo esforço de: 1) manter, sem modificações, as conquistas feitas pela fração mineira no governo anterior e basicamente as conquistas feitas durante o regime de Bazer e 2) tentar aprofundar as reformas econômicas para atrair o capital estrangeiro, ao estilo das reformas feitas no regime banzerista.

##### 4.2.2.1 Política mineira

Começamos dando um exemplo sobre a elaboração das políticas de Estado no governo Meza: a política mineira. Em janeiro de 1981, o governo tinha aprovado a Política Mineiro-Metalúrgica para o período de 1981-1990, a qual incluía o *Plano de Ação 1981*, com previsão para 1985. No final de junho e inícios de julho, o Ministério de Mineração planejou e dirigiu o Encontro Nacional do Setor Mineiro-Metalúrgico, realizado na cidade de Tarija (sul do país), no qual saiu a *Declaración de Tarija*. Essa Declaração não era senão a política mineiro-metalúrgica da *Mineria Mediana*, adotada pelo governo Meza, que ia ser implementada no período 1981-1985. O “novo modelo econômico”, sustentado no documento, partia da “reorientação” do papel do Estado para reativar e dinamizar o setor mineiro. Reorientação que somente poderia ser feita através de uma política governamental “inérita” e decidida, cuja ação e “vontade política” poderia provocar um “efetivo crescimento e integração orgânica com os outros setores produtivos da economia nacional”.<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> *Presidencia de la República, Ministerio de Minería y Metalurgia, Política Minero Metalúrgica*, La Paz, julio de 1981, pp. 8-9.

E qual o conteúdo dessa “política governamental inédita”? Era o seguinte: o Estado seria o responsável pelo “salto” econômico do setor, investindo, de entrada, 637 milhões de dólares, conforme rezava o Plano Global de Investimentos da Declaração de Tarija. Desse total, 20% (130 milhões de dólares) estaria sob a responsabilidade da empresa privada (Mineração Mediana, da Mineração Pequena e das Cooperativas mineiras). Essa quantidade, entretanto, deveria ser financiada através do Banco Mineiro (BAMIN). Quer dizer, além dos incentivos fiscais e da liberação de todo tipo de impostos, o setor privado praticamente nem participaria com 20% dos investimentos.<sup>34</sup> Conclusão: a política mineira, que se pretendia adotar, tentava resgatar a livre transferência de capitais e dos recursos do Estado a favor da fração hegemônica, isto é, restaurar a forma do capitalismo de Estado que funcionou no regime banzerista. Com efeito, a política mineira foi decretada por Garcia Meza no dia 23 de julho de 1981, cujo segundo artigo diz: “*Definir o Setor Mineiro Metalúrgico como atividade produtiva de prioridade nacional para superar a crise e conseguir a reativação econômica [do setor e] do país em geral*”.<sup>35</sup>

A única diferença da política estatal, embutida na *Declaración*, é que a burguesia mineira colocava a longo prazo uma prática marcada pela provisoriedade, de curto prazo. Aliás, o decreto só foi assinado em julho de 1981, quando o regime de Meza atravessava suas maiores crises, enfrentando vários intentos golpistas, conforme veremos no próximo capítulo.

---

<sup>34</sup> Idem, ibidem, pp. 52-53. Detalhe: os investimentos *gerais* do período 1971-1978 chegaram apenas a 516,4 milhões de dólares. O investimento estrangeiro direto foi de 46,7 milhões; os investimentos do *setor* mineiro (público e privado) não passaram de 37 milhões. Entre 1976 e 1983, o setor privado (Mineração Mediana) investiu, em *oito* anos, apenas 113,4 milhões. Lembremos que os investimentos *diretos* desse setor, em 1981, foram de 13 milhões, 3,6 milhões em 1982 e somente 500 mil dólares em 1983. Ver nota 42 do terceiro capítulo desta dissertação.

<sup>35</sup> Idem, ibidem, p. 69; grifo nosso.

#### 4.2.2.2 Política econômica

Devemos também analisar a forma como se processou a política econômica no governo Meza. O primeiro fator importante é que Meza ofereceu boas condições políticas e econômicas para o grande capital, através da *Nova Lei de Incentivos*. Essa medida incluía a liberação de impostos, novos incentivos à grande empresa (Mineração Mediana), a transferência de capitais provenientes dos recursos do Estado (projetos econômicos leoninos, entre outros), liberação das importações, bem como políticas preferenciais para o setor agro-exportador (isenção de impostos, tarifas aduaneiras reduzidas e créditos estatais).

O “Governo de Reconstrução Nacional” pretendia estabelecer, basicamente, as seguintes políticas estatais: 1) “programas de investimentos estritamente prioritários no marco de geração de divisas” e 2) adaptação da “política monetária à real capacidade produtiva” e a orientação do crédito, de preferência, aos setores produtivos. Esses setores eram o mineiro (alusão à mineração privada), o petroleiro (privado) e o setor agro-industrial, setores em que a presença do grande capital era evidente.<sup>36</sup>

Por outro lado, o governo Meza deu incentivos e subsídios preferenciais ao setor agro-industrial, considerado como *fator fundamental* da produção econômica do país. Conforme a sua declaração em outubro de 1980, Meza propunha-se “fomentar a agro-indústria”, porque era considerada como “um fator essencial da produção no país”. Alguns dias depois, o governo ratificou sua postura frente ao setor agro-exportador: “reorientar as atividades econômicas [...], voltando a atenção preferentemente à agro-indústria, à

---

<sup>36</sup> Ver “Programa del Gobierno de Reconstrucción Nacional de las Fuerzas Armadas”, in Germán Monroy Block, *Los Partidos Políticos en Bolivia*, Cuadernos de Hoy, Año 1, N° 1, 1° de octubre de 1981, pp. 83-84. Além do mais, o programa previa a exploração dos recursos naturais (minerais e energéticos), o que significava a abertura da exploração das reservas fiscais, tão cobiçadas pela Mineração Mediana e pelas empresas petroleiras estrangeiras. Quanto à política agrícola, o governo incentivaria “a produção agropecuária com mecanismos especializados de comercialização”, outorgando-lhes centros de abastecimento (*silos* para grãos), assistência técnica e linhas de crédito, para que o camponeses obtivessem preços adequados para os seus produtos, p. 84. Essa política, a nosso ver, materializou-se através do monopólio estatal da comercialização da folha de coca implementada pelo governo Meza. Tal política contribuiu para o aumento da produção da coca, garantindo a sua comercialização e o livre fluxo do produto em direção às regiões produtoras de cocaína (Departamento de Santa Cruz).

agricultura [...], para que esses setores recebam, com prioridade, maiores benefícios e incentivos [econômicos]”.<sup>37</sup>

Os setores empresariais, organizados na CEPB, manifestaram a sua satisfação pelo programa do governo, porque basicamente ele *coincidia*<sup>38</sup> com as suas expectativas e aspirações econômicas. Além do mais, Meza tinha prometido aos empresários um pacote de reformas estruturais, dentre as quais estava a privatização de várias empresas públicas e a reforma administrativa. As privatizações não apareceram no programa, mas durante os doze meses de governo, Meza manteve essa promessa aos empresários privados. Tratava-se de um programa econômico liberal, o qual propunha fortalecer o setor privado, em detrimento do setor público. Esse setor era considerado pela CEPB como a maior causa da crise econômica, devido à sua ineficiência e pelo fato de ser o criador do enorme déficit público, além de ser o principal fator de atraso econômico do país. Vejamos as palavras do presidente da CEPB, Marcelo Pérez Monastérios:

“A Confederação tomou conhecimento do programa exposto pelo *Supremo Gobierno* com grande expectativa, [porque manifesta] uma *significativa mudança* na concepção do desenvolvimento econômico e social, a qual considera a iniciativa privada como a *pedra principal* dessa política. Com essa perspectiva, alimentamos a firme esperança de que a iniciativa e o investimento privados contarão, a curto prazo, com políticas coerentes, que efetivem e impulsionem o seu papel principal no desenvolvimento econômico e social do país. Nesse marco de expectativas e de abertura para o nosso setor,

<sup>37</sup> Cf. *Presencia*, 10.09.1980; “Se inició reformulación de la Ley de Inversiones”, *Presencia* 12.09.1980. Em dezembro do mesmo ano, o próprio Meza afirmou que a política econômica de seu governo eliminaria todo obstáculo às importações, *Presencia* 9.12.1980. Por outro lado, não foi por acaso o apoio do governo ao setor agro-exportador, pois um bom setor dessa fração burguesa beneficiou-se do capital do narcotráfico. Meza viajou constantemente (como parte das suas viagens presidenciais ao interior do país, reforçando ao mesmo tempo a Ação Cívica do Exército e o Pacto Militar Camponês) às regiões camponesas de produção de coca (Chapare) e às regiões de produção de cocaína (Departamento de Santa Cruz, regiões do Departamento de Beni). Uma rápida leitura dos jornais da época confirma a nossa observação. Conforme a declaração de Meza à imprensa, na cidade de Trinidad, Beni: “o governo se propõe realizar verdadeira *revolução produtiva*”, com o fim de orientar a formação de empresas camponesas, de organizações de produtores e de cooperativas agrícolas, *Presencia*, 17.11.1980; grifo nosso.

<sup>38</sup> “Depois do golpe de Estado de julho de 1980, a CEPB manteve por alguns meses um cauteloso silêncio”, afirma Mansilla. Mas foi lamentável, segundo o autor, que o presidente da CEPB (Pérez Monastérios) tenha declarado publicamente o apoio ao governo Meza: o projeto econômico dos “*reconstrutores*”, segundo Monastérios, “tem plena coincidência com os que a empresa privada boliviana estava buscando constantemente”, H.C. F. Mansilla, *La Empresa Privada Boliviana...*, op. cit., pp. 132-133. As declarações de Monastérios estão em *El Diario* (5.02.1981), sob o título “*Empresa privada respalda las medidas económicas*”, citada pelo próprio Mansilla.

*responderemos*, como sempre, com o mais alto grau de responsabilidade e patriotismo”.<sup>39</sup>

Em relação à urgência da implementação dessa política, o mesmo informe apresenta uma tonalidade semelhante ao da *política mineira*, formulada pelos representantes da ANMM (exposta no início deste item):

“Defendemos uma política econômica *agressiva*, dinâmica e de portas abertas, sendo altamente aconselhável, neste contexto, explorar nossos recursos naturais, para obter deles, o *máximo benefício possível*; desse modo, colocaremos as bases de nossa recuperação econômica e superaremos o nosso subdesenvolvimento. Para tanto, deve eliminar-se as *reservas fiscais* nos setores mineiro e petroleiro, permitindo a exploração ao setor privado, sob condições claras e precisas; que interpretem, de um lado, *os sagrados interesses do país*, e de outro, ofereçam adequados *atrativos de lucro* ao capital privado. Ao mesmo tempo, deve-se *eliminar* o conceito estratégico [do papel do Estado], geralmente utilizado como um freio ou pretexto, porque impossibilita e distorce o *nosso* desenvolvimento”.<sup>40</sup>

Em consonância com essa política econômica, o governo Meza aplicou, a 9 de janeiro de 1981, um conjunto de “medidas econômicas corretivas” sem desvalorização da moeda nacional. Na verdade, tratava-se de um pacote econômico que eliminava a subvenção estatal dos artigos de maior consumo popular: liberava o congelamento dos preços dos alimentos, reajustava os preços da energia elétrica e do petróleo (os dois últimos produtos eram fornecidos pelas empresas estatais). Ao mesmo tempo, eliminou todo tipo de

<sup>39</sup> CEPB, *Memoria Anual - Gestión 1980-1981*, La Paz, 11 de março de 1981, pp. 15-16; grifo nosso. Frente a essa postura da CEPB, Mansilla diz que apenas se tratava de alguns membros dessa entidade a título individual, e que não reflete o pensamento ou postura do empresariado em seu conjunto, ver H.C.F. Mansilla, *La Empresa Privada Boliviana...*, op. cit., pp. 132-133. Essa é uma interpretação bastante cômoda, pois Mansilla não admite que a CEPB tenha apoiado o governo Meza. Outra coisa, bem diferente, seria dizer que, embora os empresários estivessem atravessados pela prática da maximização dos lucros, agravada pelo “egoísmo de fração”, alguns empresários, ávidos pela acumulação de capital a curto prazo, teriam apoiado, a título individual, o regime de Meza. Mansilla só dedica um *parágrafo* às relações entre o governo Meza e a CEPB. A nosso ver, o apoio dos empresários ao governo Meza não apenas foi feito por empresários isolados, porém foi um apoio orgânico, do conjunto da CEPB.

<sup>40</sup> E continua o documento: “O Setor Público merece uma total reestruturação, devendo ser feita sob a base da racionalização da burocracia, da eliminação da ineficiência, bem como do déficit crônico, os quais são os principais fatores que causam a grave crise econômica do país”, CEPB, *Memoria Anual 1981-1982*, op. cit., p. 35. Grifo nosso.

imposto para as importações.<sup>41</sup> A justificação do governo era a de que o país precisava sair da crise econômica através do saneamento das empresas públicas; para isso deveriam tornar-se mais rentáveis. Assim, tratava-se apenas de um “pequeno sacrifício” e não do aumento do custo de vida, porque não houve desvalorização monetária.

Quanto aos salários, o governo os manteve congelados. Frente a essa situação, os setores laborais ligados à COB, à dissolvida CONADE, bem como à UDP, cujas direções estavam na clandestinidade, convocaram uma greve geral para os dias 12 e 13 de janeiro. A UDP acreditava que com uma greve geral de 48 horas, contra o pacote econômico do governo, o regime de Meza acabaria caindo. Entretanto, a situação política tomou um outro rumo: a maioria dos sindicatos de base da COB estavam praticamente desgovernados, devido à intensa repressão, situação que era agravada pelas contradições da direção da COB e da UDP na clandestinidade.<sup>42</sup>

Por outro lado, o êxito do governo frente à imposição do pacote econômico, não somente se deveu tanto às contradições no seio da própria esquerda como ao fracasso da greve geral que seria decretada pela oposição. Existe um fator que contribuiu para o êxito da aplicação das medidas de reajuste econômico: o governo não eliminou a *pulperia* mineira por razões estratégicas. O objetivo principal de manter a *pulperia* era a de isolar o proletariado mineiro, frente ao resto do proletariado urbano e aos camponeses, para que não reagisse contra as medidas adotadas. É que entre julho e agosto de 1980, os trabalhadores mineiros tinham resistido, armados, ao golpe de Meza. Naquela oportunidade, o governo montou um plano para controlar e, por conseguinte, desarmar os trabalhadores: o Ministério do Interior seqüestrrou Lechin e o obrigou a fazer declarações públicas (rádio e televisão) para que os trabalhadores entregassem as armas ao governo. Ademais, Lechin exigiu que o

---

<sup>41</sup> Em julho de 1980, o governo Meza tinha baixado para 25% o Depósito Prévio para as importações (o governo Gueiler o tinha fixado em 100%). Lembremos que o Depósito Prévio de 25% foi criado no governo Banzer em 1975. O Decreto de 12 de janeiro de 1981 eliminava todo imposto para as importações. Os preços da gasolina aumentaram entre 20 e 30%; os do transporte público em 25%; as tarifas da energia elétrica sofreram um aumento de 85% e os produtos agrícolas (provenientes da produção camponesa) aumentaram 100%. Ver Guillermo Lora, *Autópsia del Gorilismo*, op. cit., pp. 261-262. Segundo os dados do Banco Central, o IPC aumentou 25,1% em relação a 1980, sofrendo maior aumento o item alimentos: 26,7%. Já a inflação para o mesmo período foi de 32,1%. Ver BCB, *Memoria Anual 1981*.

<sup>42</sup> A UDP passou a adotar, desde o golpe de Meza (julho de 1980), a estratégia do golpe de Estado para retirar Meza do governo e estabelecer um governo provisório que convocasse a novas eleições. Ver Guillermo Lora, *Autópsia...*, op. cit., pp. 268-271.

conjunto dos trabalhadores bolivianos adotassem a luta pacífica, conforme a CONDADE tinha proposto.

Nesse sentido, o governo Meza tinha postergado, desde julho de 1980, a aplicação das medidas econômicas. Assim, a eliminação da *pulperia* podia significar a queda do regime, pois essa situação empurraria, novamente, à greve geral e à resistência da massa trabalhadora mineira que, unidas com os trabalhadores urbanos e camponeses, poderia derrubar Meza, como se dera na mobilização das massas em novembro de 1979 contra Natusch.<sup>43</sup>

Em suma, as “medidas econômicas corretivas” adotadas pelo governo Meza tinham como objetivo colocar em prática o programa de governo, em consonância com os objetivos econômicos liberais apregoados pela CEPB (controlada pelos setores dominantes da burguesia compradora). Por outro lado, Meza queria mostrar ao FMI e ao capital estrangeiro que o seu regime tinha o poder político suficiente para colocar em andamento um programa econômico liberal de maior envergadura.<sup>44</sup>

A seguir, vejamos as medidas que seriam adotadas pelo governo para o combate à inflação, ao saneamento do déficit fiscal, ao desequilíbrio da balança de pagamentos, bem como ao excessivo endividamento externo. Em princípio, o programa pretendia *reconstruir* o país, porque teria caído numa descomposição social, econômica e política sem precedentes. Nessas condições, a intervenção do Exército, conforme justificava a Junta Militar, era iminente. Desse modo, o país entraria num “novo ciclo histórico na luta pela reconstrução nacional”. Assim, o governo se propôs aplicar “um conjunto de medidas e ações que, no fundamental, coloquem freio ao processo inflacionário que vive o país e revertam as tendências negativas da balança de pagamentos”. Para isso, deveria: 1) restituir

---

<sup>43</sup> Cf. Idem, *Ibidem*; ver o item “*Las llamadas medidas económicas correctivas*”.

<sup>44</sup> Tratava-se de aprofundar um regime (ao estilo Pinochet) no qual existiria liberdade econômica sem liberdade política, com o apoio, obviamente, da CEPB. Nesse sentido, o programa econômico do MNR-Estensoro e o de ADN-Banzer não diferia, no fundamental, do programa do regime de Meza: o rígido controle da COB e do proletariado mineiro (em 1985, foi aplicado um programa semelhante, só que sob um regime democrático). Já no primeiro mês do governo Siles Suazo (novembro de 1982), a iluminada CEPB tinha vociferado: “*Sin libertad económica no hay libertad política*”, quando tinha apoiado claramente uma variante desse tipo de liberalismo. Mansilla esquece que essa variante da fórmula liberal, apregoada por Milton Friedman (*Capitalismo e Liberdade*, São Paulo, Nova Cultura, 1985, 2ª ed.) e adotada pela CEPB, tinha funcionado, muito bem, no regime de Pinochet. Nesse sentido, a CEPB não era tão “aprendiz de feiticeiro” - conforme pensa Mansilla - , ao “convocar ingenuamente” os espíritos da nova coligação de centro-esquerda que liderou o governo Siles Suazo. Ver H.C.F Mansilla, *La Empresa Privada...*, op. p. 141.

a rentabilidade das operações das empresas do setor público (porque teriam caído numa corrupção desmedida); 2) limitar o gasto público; 3) elevar a renda do Tesouro Geral da Nação, através de uma maior eficiência, moralização, bem como do controle dos mecanismos de arrecadação tributária e 4) renegociar a dívida externa, através de “uma política de endividamento que seja compatível com a utilização dos recursos externos, [para serem utilizados] em projetos rentáveis e de *efetivo interesse nacional*”.<sup>45</sup>

Só que o governo de “Reconstrução Nacional” fez completamente o contrário daquilo que pregou no seu programa: aprofundou o déficit fiscal, gastou mais do que arrecadou (aliás um gasto elevadíssimo), esvaziou as reservas do Banco Central e contribuiu ao colapso das empresas estatais.

Em suma, o governo Meza aprofundou, ostensivamente, a situação de falência e insolvência do Estado boliviano, em conivência com as frações mineira e agro-exportadora. Vejamos alguns exemplos de como se processou a transferência dos recursos econômicos do Estado para os setores da cúpula do Exército, da burocracia estatal e das frações politicamente dominantes.

#### **4.2.2.3 Transferência de capitais ao setor privado**

Foi comum a prática de saqueio dos cofres do Estado pelos militares e pelas frações detentoras do aparelho estatal. Isso foi feito de várias maneiras: 1) através do pagamento, em grandes somas de dinheiro, aos generais golpistas da Junta ou gabinete militar; 2) o aumento descontrolado do Orçamento Público; 3) a transferência direta de capitais, através da modalidade de *pagamentos e gastos* do Executivo, os quais eram colocados na conta do TGN; 4) esvaziamento das reservas do Banco Central e 5) desfalque das principais empresas públicas (COMIBOL, YPFB, ENAF, CBF, etc.), das instituições autárquicas descentralizadas (Corporações de Desenvolvimento), bem como dos recursos dos bancos estatais (BAMIN, BAB, Banco do Estado). Vejamos alguns exemplos: a) o golpe de Natusch custou 3,5 milhões de dólares aos cofres do Estado, quer dizer, os militares golpistas “assaltaram” os cofres do Banco Central; b) Meza distribuiu cem mil dólares a

---

<sup>45</sup> “Programa do Gobierno de Reconstrucción Nacional de las Fuerzas Armadas”, op. cit., p. 83. Grifo nosso.

cada integrante da Junta de Comandantes em nome do *Governo de Reconstrução Nacional*. A quantidade distribuída chegou a 2,1 milhões de dólares e c) no governo Torrelío (março 82) desapareceram 47 toneladas de ouro do Banco Central.<sup>46</sup>

Entretanto, o exemplo mais típico da transferência dos recursos estatais é o do Orçamento Geral da Nação. Durante o regime Banzerista, principalmente entre 1971 e 1974, o Orçamento Público foi objeto de acirradas disputas entre os representantes do MNR-Estenssoro, a FSB e os setores militares dominantes. A partir de 1974, o Exército e a alta burocracia estatal adquirem a prerrogativa de definir e alocar os recursos provenientes do Orçamento.

Na busca de aperfeiçoar os mecanismos de decisões para a implementação de projetos de desenvolvimento e de investimentos a médio e longo prazo, em função da aplicação de um programa de planificação econômica (programa patenteado no Plano Quinquenal 1976-1980), o Estado militar reestruturou o aparelho econômico criando novos órgãos e instâncias burocráticas para a seleção dos projetos de investimentos (estatais e privados). Uma vez selecionados os projetos, estes passavam para a fase de financiamento. Esse financiamento saía basicamente dos recursos provenientes dos empréstimos externos, recursos esses que eram integrados ao Orçamento Geral da Nação. Depois de passar pelo estudo do Comitê de Projetos, composto pelo *Instituto Nacional de Preinversión* (INALPRE), INI, Instituto Nacional de Financiamento Externo (INDEF), Ministério de Finanças e o presidente do Banco Central, o projeto passava a ser analisado pelo Conselho Nacional de Economia e Planificação (CONEPLAN). Uma vez aprovado pelas instâncias anteriores, o projeto era integrado ao Orçamento Público e ao Plano Operativo para, finalmente, ser aprovado pelo Executivo. Assim, o Orçamento converteu-se num dos meios mais importantes para transferir capitais ao setor privado e numa das principais fontes de rendimentos para a burocracia estatal e para as frações detentoras do aparelho de Estado.

Ocorre que durante o período 1978-1982, o governo Meza caracterizou-se por levar ao limite a prática de transferir capitais ao setor privado através de variadas formas, num

---

<sup>46</sup> Em 1982, já não existiam reservas econômicas no Banco Central (o colapso econômico era iminente, pois a inflação chegava a 700 % ao ano). Cf. *Gaceta Oficial* (1979-1982); *Memoria Anual*, BCB (1978-1982); Marcelo Quiroga Santa Cruz, **Bolivia Recupera la Palabra...**, op. cit.; LAB-IEPALA, **Narcotráfico y Política**, op. cit., p. 76. Quanto à natureza dos regimes militares da periferia do sistema capitalista, ver Nicos Poulantzas, **A Crise das Ditaduras**, op. cit.

contexto de marcada recessão e inflação. Quer dizer, o comportamento econômico desse governo retratou, de forma típica, o comportamento do governo Banzer. Entretanto, modificadas as estruturas e órgãos burocráticos estatais que definiam a política econômica (INDEF, CONEPLAN, INALPRE, etc.) durante o governo Banzer, o Orçamento passou a ser uma das peças chaves cobiçadas pelos governos pós-78. Nesse sentido, o governo Meza extrapolou, de longe, a real capacidade produtiva do Estado e o avultado gasto público redefinido no Orçamento Geral da Nação. Vejamos.

O governo Gueiler havia definido o seu orçamento (Governo Central) em 811 milhões de dólares para o ano fiscal de 1980. Depois do golpe de Meza, em julho desse ano, a Junta Militar estabeleceu um novo orçamento para o Governo Central, equivalente a mesma quantia do orçamento já definido no anterior governo: 811 milhões de dólares. A medida foi tomada a 26 de agosto, faltando apenas quatro meses para acabar o ano fiscal 1980. Já o Orçamento Geral da Nação de 1981, sob o governo Meza, foi definido em 4,4 bilhões de dólares, significando um aumento de 9,8% em relação a 1980. Somente o orçamento para o Governo Central foi definido em 1,1 bilhão de dólares (equivalente a 24,8% do Orçamento geral), significando um aumento de 26,3% em relação ao orçamento de agosto de 1980. Quer dizer que somente o governo central teria gasto, em 1980, 1,6 bilhão de dólares: 34,8% superior às exportações (as quais chegaram a 1 bilhão) e o equivalente a 32,6% do PIB oficial desse ano (4,9 bilhões). Por outro lado, o Orçamento geral de 1981 foi quase igual ao PIB de 1980 e superior, em 900 milhões de dólares, ao PIB oficial de 1981 (3,5 bilhões). Isso sem contar que durante os doze meses do governo Meza, o seu orçamento (Governo Central) foi de 1,9 bilhão de dólares. Ou seja, consumiu 45,7% do PIB de 1981 e 70,7% a mais do que arrecadou no mesmo ano (a arrecadação fiscal de 1980 foi de 471,7 milhões e 555,4 milhões de dólares, a de 1981).<sup>47</sup>

O desfalque ao Estado através do Orçamento Público não fica por aí. A 21 de junho de 1981, no contexto de vários intentos golpistas contra o general Meza, o governo aprova um enorme Orçamento de Divisas ao Setor Público (Decreto Supremo N°. 18403) da ordem

---

<sup>47</sup> As instituições autárquicas descentralizadas (Corporações de Desenvolvimento Departamentais, empresas estatais e mistas) adquiriram 78,2% do orçamento geral (87,4 bilhões de pesos bolivianos). Ver BCB, *Memorias*, 1980 e 1981. O cálculo em dólares foi feito com base no dólar de 1980. Em relação ao movimento dos fundos do TGN, o total da arrecadação de 1980 chegou a 11,4 bilhões de pesos bolivianos; já os gastos

de 643,3 milhões de dólares. Desse total, a administração central obteria 28,6 milhões, ao passo que a administração descentralizada (Corporações de Desenvolvimento, instituições e empresas públicas) obteria 611,4 milhões de dólares (95%).<sup>48</sup>

Vemos, então, que além do Estado ser o maior empresário capitalista, no sentido em que movimenta o maior capital que o setor privado boliviano em seu conjunto, ele consegue gastar acima da sua capacidade de arrecadação fiscal, o que é totalmente desproporcional à sua capacidade produtiva. Só que esse gasto desproporcional é feito em benefício das frações burguesas politicamente dominantes, das frações detentoras do aparelho de Estado, bem como da burocracia estatal.

#### 4.2.2.4 A dívida externa

Em relação à dívida externa, a Bolívia passou, em 1980, à categoria dos países insolventes, segundo a classificação do FMI. Com a saída de Banzer do governo (1978), o país foi perdendo o *status* de *creditworthiness* (solvente). Saída que foi péssima para o capital financeiro e bancário porque Banzer “era a última fonte de segurança para os bancos; sua retirada do cenário político e a incerteza que provocava a abertura democrática produziram uma nova reticência dos bancos em cumprir o seu apoio financeiro”.<sup>49</sup> Em 1980, o total da dívida externa contratada ascendeu a 2,9 bilhões de dólares. Além do mais, o governo Meza previa um novo empréstimo externo de 205 milhões de dólares, como parte do programa de estabilização econômica apresentada ao FMI. Tal empréstimo não se realizou, devido à oposição do governo norte-americano em razão da aberta relação do governo boliviano com o narcotráfico. Apesar de haver pago parte dos juros atrasados e as amortizações da dívida externa (quantidade que chegou a 26,5% em relação às exportações de 1980, ou seja, 265 milhões de dólares), o país deveria reembolsar ainda 825 milhões de dólares às instituições credoras internacionais. Em março de 1981, o governo Meza chegou a um acordo com o FMI para refinaranciar somente 400 milhões de dólares.

---

chegaram a 18,1 bilhões de pesos, significando um déficit de 6,6 bilhões, ou seja, 36,7%. Ver Horst Grebe, “*El Excedente sin Acumulación...*”, op. cit., p. 122.

<sup>48</sup> BCB, *Memoria Anual 1981*, pp. 29A-33A.

<sup>49</sup> CEPAL, *Los Bancos Transnacionales...*, op. cit., p. 48.

Foi impressionante como o FMI apressou-se a concretizar o acordo com o governo Meza. A rapidez das negociações para refinanciar a dívida boliviana não ocultava o caráter espoliador do capital financeiro internacional frente à débil economia do país. Por outro lado, tal negociação expressa também o caráter submisso da burguesia boliviana ao capital financeiro e à fraca capacidade de negociação dos governos bolivianos. É que o governo Meza estava interessado em garantir o fluxo de divisas para transferi-las ao setor privado, num processo que também acabava beneficiando às frações detentoras do aparelho de Estado e à burocracia estatal (atravessadas pela lógica de acumulação de capital no curto prazo). Situação que contribuiu tanto para a falência como para a insolvência do Estado boliviano. Vejamos algumas implicações econômicas da renegociação da dívida externa por parte do governo Meza.

Dissemos que em março de 1981 esse governo conseguiu a renegociação de 400 milhões de dólares, condição vital para conseguir novos empréstimos externos.<sup>50</sup> Só que as condições de pagamento, impostas pelo FMI, eram bastante gravosas para o país: a dívida deveria ser paga em quatro quotas, com juros e comissões bastante elevadas (juros de 2,25% sobre a taxa *Libor* e comissões de 1,125% para a dívida de médio e longo prazos), num prazo de sete anos, descontado os anos de graça. Todavia, o governo aceitou uma outra condição, imposta pelos bancos credores: firmar o acordo (do pagamento) com o FMI num prazo de sessenta dias (28 de abril de 1981).<sup>51</sup> Contudo, o governo efetivou as duas primeiras quotas da renegociação. As outras duas quotas estavam em processo de negociações, junto com um outro acordo para obter um Fundo de Exequibilidade Ampliada, a ser assinado em setembro de 1981, conforme Tamayo Ramos,<sup>52</sup> quando Meza é obrigado a renunciar (no início de agosto), no quinto intento de golpe de Estado sobre o seu governo.

---

<sup>50</sup> Os efêmeros governos pós-banzeristas tinham adquirido, através do FMI, vários créditos de curto prazo destinados basicamente para sanear o déficit fiscal e manter em funcionamento as empresas estatais. Tais créditos elevaram-se a partir de 1979: de 240,2 em 1979, passaram para 359,1 em 1981, pulando para 466,5 milhões de dólares em 1982. Entre 1976 e 1981, a média anual do serviço da dívida e da transferência líquida de recursos foi de 378,2 milhões. Entre 1982 e 1983, somente os serviços da dívida chegaram a 292,7 milhões; já a transferência de recursos ficou negativa: -156,2 milhões de dólares. Ver Oscar Ugarteche, *El Estado Deudor*, op. cit., pp. 138-141.

<sup>51</sup> CEPAL, *Los Bancos Transnacionales...*, op. cit., p. 49 e 53. Ver também o *Decreto Ley* sobre o refinanciamento da dívida, BCB, *Memoria Anual 1981*, pp. 11A-16A.

<sup>52</sup> Ver Oscar Ugarteche, *El Estado Deudor*, op. cit., p. 170. Jorge Tamayo Ramos foi Ministro das Finanças do governo Meza, um dos tecno-burocratas liberal-conservador mais respeitados pelo FMI. Tamayo foi um dos artífices do Plano de Estabilização Monetária sob o governo Siles Suazo (1956-1960).

Vemos então que, nessas condições, o FMI aproveitou para firmar o acordo com o governo boliviano o mais depressa possível. A lógica espoliadora do capital financeiro, isto é, a maximização da transferência de capitais num curto período de tempo, novamente a detectamos aqui. É que as atitudes do FMI e dos bancos transnacionais, que operavam no país, viram-se atraídas pelo regime de Meza, no sentido de que ele se apresentava como uma variante do regime de Banzer, oferecendo vantagens e segurança ao capital financeiro. Além do mais, o governo Meza tinha apresentado ao FMI um plano de estabilização econômica com os seguintes pontos: 1) controle do gasto e da dívida pública, bem como do crédito interno; 2) redução dos subsídios da gasolina, dos serviços públicos e dos produtos agrícolas; 3) redução ou eliminação de outros subsídios governamentais e 4) ajuste dos balanços financeiros das empresas públicas, buscando torná-las mais rentáveis.<sup>53</sup>

Entretanto, tanto a equipe econômica do governo Meza, sob o comando do Ministro das Finanças, Jorge Tamayo Ramos, quanto o FMI e os bancos internacionais sabiam que o programa de estabilização econômica do governo boliviano tinha “boas intenções”, porém inexequível, devido fundamentalmente à ostensiva falência e insolvência do Estado boliviano. Por que, então, o FMI aceitou renegociar parte da dívida externa com o governo Meza, sendo que não apenas estava desprestigiado internacionalmente, por causa da sua articulação com o narcotráfico, mas também sofria um embargo econômico aplicado pelo governo norte-americano?

Para Ugarteche, a resposta disso estaria na *cumplicidade* do FMI.<sup>54</sup> Em outros termos, apesar de que já no início da década de 80 os países da América Latina atravessassem uma situação de *default* técnico, os banqueiros preferiram se proteger das possíveis perdas econômicas (com efeitos negativos para as suas ações na Bolsa de Valores), no caso de ser feita a declaração formal do *default*. Nessas condições, conforme

---

<sup>53</sup> Ver Salomón Bros, *Bolivian Economic Memorandum*, Nº 4, 1981, em Oscar Ugarteche, *El Estado Deudor*, op. cit., p. 165. A razão de não aparecer, explicitamente, a eliminação da *pulperia* dos trabalhadores mineiros (um dos subsídios estatais que tanto os governos bolivianos pós-78 como o FMI consideravam como um fator inflacionário), é que o governo Meza manteve estrategicamente esse subsídio para não se complicar com os trabalhadores mineiros, os quais já haviam resistido, armados, ao golpe de Meza em julho-agosto de 1980.

<sup>54</sup> Segundo o autor, essa situação de cumplicidade pode se detectar através da própria regulamentação do sistema bancário norte-americano, que comanda as ações financeiras dos órgãos e instituições internacionais de financiamento (FMI, Banco Mundial, BID). Quando um país é declarado em *default* (cessação de pagamento) por parte do comitê interbancário norte-americano, o banco credor deve colocar, nas suas

Ugarteche, os credores internacionais teriam aceitado acordos necessários que contribuíssem para o refinanciamento da dívida. Assim, para não afetar a movimentação financeira dos bancos internacionais, os credores teriam outorgado mais empréstimos com o fim de garantir o pagamento dos juros e dos serviços da dívida. Para os governos devedores, tal refinanciamento os levaria à ilusão de que o FMI estaria reabrindo os créditos. Portanto, a cumplicidade do FMI manifestar-se-ia, segundo o autor, de um lado, no conhecimento da verdadeira situação econômica dos países devedores, os quais precisariam dos créditos contingentes para o pagamento dos juros; e de outro, qualquer acordo do refinanciamento da dívida significava contribuir à proteção do capital financeiro. No caso boliviano, os bancos credores não precisavam obrigar o país a fazer elevadas transferências de capitais (em relação à sua economia) para que ele mantivesse em dia o pagamento, tanto dos juros como das parcelas da dívida em mora.<sup>55</sup>

Nessas circunstâncias, o FMI apressou-se a firmar o acordo do refinanciamento da dívida boliviana com o governo Meza, motivado basicamente por duas razões: 1) o acordo deveria materializar-se de qualquer maneira, antes de que o país entrasse numa situação de insolvência real (cessação dos pagamentos aos bancos credores por impossibilidade econômica) e 2) pela marcada instabilidade política do regime, pois a qualquer momento ascenderia um novo governo e as negociações se veriam tremendamente afetadas. Por seu lado, o governo Meza não ofereceu nenhuma resistência às condições gravosas da renegociação da dívida externa, porque tentou manter as condições favoráveis ao capital estrangeiro, conforme a sua política econômica, calcada na Nova Lei de Investimentos (uma versão da Lei de Investimentos estabelecida em 1971, sob o regime banzerista). Essa situação contribuía para aprofundar a inflação (que já era galopante) e a recessão econômica.

Para termos uma idéia do caráter “nacionalista” e “anti-imperialista” (conforme o programa de governo de Reconstrução Nacional) do regime de Meza frente ao FMI, basta comparar o refinanciamento da dívida externa entre o governo boliviano e o governo nicaraguense (outro país golpeado pela dívida externa, pela pilhagem da ditadura de

---

reservas, o equivalente a 75% do valor dos vencimentos dos créditos anuais, como forma de aprovisionamento pelos maus créditos. Oscar Ugarteche, *El Estado Deudor*, op. cit., p. 167.

<sup>55</sup> Idem, *ibidem*, pp. 167-170.

Somoza, pela crise econômica, bem como pela pobreza). Naquela ocasião (1980), o governo da Nicarágua renegociou a sua dívida externa com o FMI sob condições que se ajustavam à capacidade de pagamento do país. O acordo basicamente foi o seguinte: a Nicarágua conseguiu doze anos de prazo (5 anos e meio de graça), juros entre 1% e 1,75% sobre a taxa *Libor* (uma média de menos de 1,5%), bem como uma taxa de juros máxima de 7% ao ano, que vigoraria até 1985. Além do mais, o acordo foi feito sem nenhum pagamento das comissões.<sup>56</sup>

Trata-se, obviamente, de dois regimes diferentes: o de Meza e o da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Contudo, os próprios funcionários do FMI ficaram surpreendidos pela oportunidade perdida, por parte do governo boliviano, para renegociar a sua dívida externa nos termos colocados pelo governo nicaraguense.

#### 4.2.2.5 A fuga de capitais

Por último, para completar o quadro do caráter que assumiu a transferência de capitais ao setor privado e ao exterior, devemos falar da enorme fuga de divisas, efetuada durante os efêmeros regimes pós-banzeristas. Durante o período 1980-1982, a fuga de capitais chegou à soma de 540 milhões de dólares. Somente durante o governo Meza, saíram do país 433,8 milhões de dólares. Apesar de não ter conseguido obter nenhum crédito do FMI, esse governo conseguiu dois empréstimos significativos: um do governo argentino (que apoiou a empreitada golpista de Meza) equivalente a 255 milhões de dólares, os quais seriam destinados para equilibrar a balança de pagamentos; e outro de governos e organizações financeiras estrangeiras que chegou à soma de 470 milhões. Contudo, esses créditos não ingressaram ao TGN, sendo transferidos à conta do Banco Central de Bolívia no exterior e, por consequência, desviados a contas particulares por ordem do governo Meza. Assim, tais empréstimos foram acrescentados à dívida pública para ser pagos pelo Orçamento Geral, num momento em que o governo eliminava as subvenções estatais e

---

<sup>56</sup> CEPAL, *Los Bancos Transnacionales...*, op. cit., p. 53. Ugarteche considera que a renegociação da dívida nicaraguense foi um caso isolado. O caso boliviano teria sido um ensaio do estabelecimento do refinanciamento de tipo "*plurianual*", aplicado pelo FMI na América Latina a partir de 1983. Oscar Ugarteche, *El Estado Deudor*, op. cit., pp. 164 e segs.

aumentava o preço dos combustíveis com a justificação de sanear o déficit fiscal e pagar a dívida externa.<sup>57</sup>

Já durante o período 1978-1982, a fuga de capitais chegou a 973,8 milhões de dólares, ou seja, o equivalente a 73,6% do total dos créditos de curto prazo recebidos pelo país, o qual chegou a 1,3 bilhão. O quadro complica-se ainda mais se compararmos essa quantidade à do período 1971-1977: a fuga de divisas chegou a 820,3 milhões, quantidade inferior em 15,7% à do período 78-82. Ou seja, somente nos anos de 1980-1982 (cujas soma total que saiu do país chegou a 646,2 milhões de dólares) saíram do país mais de três quartas partes (78,2%) do capital em relação ao do período de 71-77. Em termos gerais, entre 1971 e 1980, os bancos credores desembolsaram aos governos bolivianos 1 bilhão de dólares; ao passo que a fuga de divisas chegou a 1,4 bilhão de dólares.

A conclusão então é simples: durante toda a década de 70, as divisas procedentes dos empréstimos externos passaram ao setor privado, saindo imediatamente do país através da fuga permanente de capitais, sem falar da transferência líquida de recursos, referente ao pagamento dos juros e serviços da dívida externa, bem como de outros tipos de transferência de capitais ao exterior. Essa situação agravou-se ainda mais no período pós-78, particularmente sob os governos Meza e Torrelio. O que manifesta não apenas o caráter da submissão das frações burguesas dominantes ao capital estrangeiro, mas também a forma de intervenção desse capital no país mais pobre da América do Sul: o capital que entrou na Bolívia durante a década de 70 acabou sendo reexportado, com um acréscimo significativo, a seus países de origem. Essa reexportação de capitais processou-se com uma intensidade e rapidez impressionantes.

---

<sup>57</sup> Ver *Corte Suprema de Justicia, Sentencia Juicio de Responsabilidad Contra Luis García Meza y sus Colaboradores*, Sucre, Ediciones Gráficas, 1993, p. 54. Entre os crimes mais sérios cometidos pelo governo Meza contra a economia estatal (além do desvio dos empréstimos externos), note-se: 1) o desfalque das arcas do Estado (a soma de 4,3 milhões de dólares), pela compra sobreavaliada de equipamentos petrolíferos para YPFB e 2) o contrato “fantasma” de compra de equipamentos agrícolas e de insumos (fertilizantes, gado etc.) pela soma de 50 milhões de dólares; o contrato foi feito entre o *Ministério de Asuntos Campesinos e Agropecuários* e a firma argentina “Puerto Norte S. A”. Cf. pp. 107-117 do documento citado.

#### 4.2.2.6 Facilidades outorgadas ao funcionamento do capital do narcotráfico

Chegamos, assim, a nosso último ponto: o governo Meza ofereceu ótimas condições para a operação do capital do narcotráfico. Isso foi feito através de um mecanismo variado para garantir tanto a produção como o tráfico de cocaína. Dentre esses mecanismos, sublinhamos os seguintes:

1) Os próprios órgãos estatais de combate ao tráfico de cocaína eram dirigidos pelo pessoal militar-policial que estava articulado com o narcotráfico. Por sua vez, esses órgãos estavam subordinados tanto ao aparelho paramilitar, denominado Serviço Especial de Segurança (SES), como ao Ministério do Interior, comandado por Arce Gomes, o “Ministro da cocaína”. O SES, cujos efetivos chegavam a três mil homens, estava formado por nazistas e neonazistas (como por exemplo, Klaus Barbie, o carnicheiro de Lyon), terroristas italianos, criminosos norte-americanos, assessores militares argentinos (da “tríplice A”), capangas dos narcotraficantes e criminosos de todo tipo, muitos deles procedentes do *lumpen*.

2) A segurança militar para a produção de cocaína, a sua comercialização, bem como para as operações de tráfico de cocaína, efetuadas pelas máfias (nacionais e estrangeiras), dentro do território nacional. A segurança era feita pelo próprio SES, em conivência do Exército.<sup>58</sup>

<sup>58</sup> O caso da maior fábrica de cocaína descoberta na década de 80, “Huanchaca”, é paradigmático. Durante o governo Banzer foi feita a maior repartição de terras (desde 1952) na região oriental do país aos integrantes da pequena e da média burguesia (principalmente aos integrantes da cúpula do Exército e da alta burocracia estatal) e aos integrantes da burguesia compradora. Uma boa quantidade de terra “vendida” (na verdade doada) era parte de uma grande reserva florestal (550 mil hectares), denominada *Huanchaca*, que fica na região Leste, na fronteira com o Brasil. O objetivo da dotação de terras fiscais era o de incentivar a criação de empresas agropecuárias (basicamente criação de gado). Só que nunca funcionaram tais empresas. Entre os primeiros donos dessas terras estavam o coronel Natusch, o general Juan Pereda e o coronel Ariel Coca. O Governo Padilla reverteu as terras para o Estado e as declarou *Parque Nacional de Huanchaca*. Mas o governo Meza anulou o decreto de Padilla e devolveu as terras aos “supostos donos”. Ademais, Meza outorgou créditos estatais (através do Banco Central) para as empresas que supostamente estariam funcionando nesse lugar. Entre 1980 e 1981, Meza esteve envolvido num escândalo referente a contrabando de pedras preciosas, extraídas das jazidas que ficavam perto de “Huanchaca”. Em 1986, o biólogo boliviano Noel Kempff, que estava estudando a floresta do Parque Nacional de Huanchaca, descobriu, por acaso, a maior fábrica de cocaína de todos os tempos. Kempff acabou sendo assassinado pelos capangas narcotraficantes. O assassinato do biólogo e o descobrimento da fábrica de cocaína, causou o maior escândalo nacional, conhecido como o caso “Huanchaca”. A fábrica de cocaína havia funcionado com o conhecimento da própria DEA, do Exército boliviano, dos órgãos estatais de combate ao narcotráfico e dos partidos políticos burgueses. Ver Hugo Rodas Morales, *Huanchaca - Modelo Político Empresarial de la Cocaína en Bolivia*,

3) O *monopólio estatal* da comercialização da folha de coca, que visava garantir a produção da matéria prima (folha de coca) e o seu livre fluxo a seu destino final (produção de cocaína).<sup>59</sup>

A facilidade outorgada pelo regime de Meza, tanto para o funcionamento do capital estrangeiro como para o capital do narcotráfico, refletiu as contradições, no seio do bloco no poder, referentes à forma de acumulação de capital e à forma de intervenção sobre o aparelho de Estado. Os conflitos e contradições processaram-se basicamente entre a fração hegemônica (grande mineração) e a burguesia agro-exportadora, que aspirava a se converter em fração hegemônica. Durante o regime banzerista, a fração agro-exportadora praticamente absorveu enormes capitais provenientes de empréstimos externos (créditos públicos com capital perdido), bem como dos recursos estatais baseados nos lucros das empresas públicas (COMIBOL, YPFB), além de isenções fiscais e incentivos à exportação. A facção preponderante dessa burguesia era composta basicamente dos grandes proprietários de terra do Departamento de Santa Cruz e do Departamento de Beni (nordeste do país). Sua acumulação de capital não apenas processou-se através dos variados mecanismos de transferência dos recursos estatais (pilhagem, extorsão, fraude fiscal,

---

La Paz, Plural, 1997, pp. 106-110 e segs. Ver também, Gerardo Irueta & Edwin Miranda, *De Huanchaca al Narcoavión*, La Paz, Gráfica Latina, 1995.

<sup>59</sup> Ver Gonzalo Flores & José Blanes, *Donde vá el Chapare?* Cochabamba, CERES, 1984, pp. 235-240. O estabelecimento de centros de abastecimento (*acopio*) de folhas de coca, no Chapare e nos Yungas (regiões de produção de coca), tinha o objetivo de confiscar a produção ilegal de folhas de coca (produção que excedia a produção legal, destinada para o consumo tradicional) e evitar que fosse vendida aos narcotraficantes. Mas os centros jamais funcionaram de acordo com os objetivos traçados pelo Estado, por cinco razões: 1) confiscaram apenas uma ínfima parte da produção ilegal, isto é, o equivalente a 1,1 tonelada mensal (0,5% da produção legal, que chegava a 233 toneladas mensais!), o que não justificava a criação do centro; 2) praticamente toda a coca confiscada foi vendida à região (Departamento de Santa Cruz) onde se encontrava a maior parte das fábricas de cocaína; 3) os centros eram autônomos e não tinham fiscalização; 4) os preços pagos pelos centros nunca chegaram a ser competitivos com os preços do mercado negro e 5) o abuso de poder dos funcionários dos centros (prática de extorsão de todos os tipos), frente aos camponeses do Chapare, era permanente, enquanto que os grandes narcotraficantes eram intocáveis. Conclusão: os centros de abastecimento resultaram ser mais um incentivo para que os produtores de coca vendessem seu produto aos fabricantes de cocaína, através do mercado negro, e não ao Estado. Para um estudo mais aprofundado da problemática do monopólio estatal da comercialização da folha de coca, durante o governo Banzer e os governos pós-banzeristas (1978-1982), ver Amado Canelas Orellana & Juan Carlos Canelas Zannier, *Bolivia: Coca Cocaína. Subdesarrollo y Poder Político*, La Paz, Los Amigos del Libro, 1983. 528 pp.; ver especialmente o capítulo III, "*La Impronta Económico-Política*". Na área da análise sobre o narcotráfico e as relações internacionais, sob o governo Meza, ver Raúl Barrios Morón, *Bolivia & Estados Unidos. Democracia, Derechos Humanos y Narcotráfico (1980-1982)*, La Paz, HISBOL-FLACSO, 1989. Eduardo Gamarra, *Entre la Droga y la Democracia*, La Paz, ILDIS, 1994.

transferência de capitais com fundos perdidos, etc.); ela também acumulou capital através dos negócios provenientes do capital do narcotráfico.

Nos governos Banzer e Meza, não havia um integrante dessa burguesia que não estivesse diretamente implicado com o tráfico de drogas (para dar alguns exemplos, esse foi o caso das famílias Gasser, Bowles, Razuk, Atalá, Valverde Barbery e até da família Banzer). Durante o governo Banzer, o aparelho diplomático boliviano funcionou basicamente como um “balcão de negócios” do narcotráfico. Quer dizer, os negócios do Estado boliviano no exterior (Embaixadas, Consulados, escritórios de negócios) confundiram-se com os negócios do narcotráfico. O governo Meza levou ao limite essa situação.<sup>60</sup>

Entretanto, a articulação das frações burguesas bolivianas com o narcotráfico é um problema sociológico que ainda não foi estudado amplamente, devido basicamente à natureza complexa do fenômeno. Como esse objetivo escapa ao foco da nossa análise, preferimos colocar algumas observações que contribuam para o esclarecimento da nossa problemática: como se processaram as contradições entre a burguesia tradicional e as frações ligadas ao narcotráfico sob o governo Meza?

Podemos partir do seguinte suposto geral: os integrantes da “máfia” boliviana do narcotráfico provêm das diversas frações burguesas bolivianas, especialmente da fração agro-exportadora.<sup>61</sup> Contudo, essa formulação conduz a outras questões complexas que ainda não foram aprofundadas: existiria uma fração burguesa narcotraficante, ou seja, uma fração que se teria especializado na produção e no tráfico de cocaína durante a década de 70? Poderíamos chamar essa fração de *burguesia narcotraficante*? Como essas frações (ligadas ao narcotráfico) influenciaram o aparelho de Estado, a tal ponto de disputar o aparelho governamental e determinar as políticas estatais? Dada a complexidade dessa

<sup>60</sup> São inúmeros os exemplos da articulação dos funcionários do aparelho diplomático com o narcotráfico, inclusive com o consentimento da própria DEA (órgão norte-americano de combate às drogas) e da CIA. Ver *Narcotráfico y Política...*, op. cit.; Amado Canelas Orellana & Juan Carlos Canelas Zannier, *Bolivia: Coca Cocaína...*, op. cit.; René Bascopé, *La Veta Blanca. Coca y Cocaína en Bolivia*, La Paz, Aquí, 1982; Gregorio Selser, *Bolivia. El Cuartelazo de los Cocadólars*, México, MEX-SUR, 1982; Michael Levine & Laura Kavanau-Levine, *La Guerra Falsa*, Cochabamba, Acción Andina-CEDIB, 1994.

<sup>61</sup> Essa natureza de classe da máfia, bem como as relações de alguns integrantes das frações burguesas com o narcotráfico podem ser constatadas na abundante literatura referente ao tráfico de cocaína.

articulação, torna-se difícil identificar, com precisão, quais seriam as frações diretamente implicadas com o tráfico de cocaína e qual seria a burguesia narcotraficante.

Um dos problemas centrais da dificuldade de identificar a articulação das frações burguesas com o narcotráfico e a identificação da *burguesia narcotraficante*, é que as operações ligadas a esse negócio (produção e tráfico de cocaína, circulação de capital, lavagem de dinheiro) processam-se de forma *subterrânea*. Entretanto, tais operações desbordaram, permanentemente, esse caráter subterrâneo, permeando as relações econômicas, políticas e sociais entre a burocracia estatal (principalmente o Exército), os representantes dos partidos políticos burgueses e os integrantes da “máfia” do narcotráfico. O caso do governo Meza foi o exemplo paradigmático.

Nesse sentido, podemos identificar três posturas referentes ao problema mencionado:

1) A colocação do problema geral, isto é, o narcotráfico faria parte da “forma estatal boliviana” através da *mediação prebendária*. Tal mediação teria sido estabelecida a partir do regime de Barrientos, adotando uma maior expressão durante o regime de Banzer e constituindo-se numa das mediações principais do regime de Meza. Entretanto, tal interpretação, que provém das análises de Zavaleta, não identifica as frações articuladas ao narcotráfico ou a própria burguesia narcotraficante; limita-se a colocar o problema geral.<sup>62</sup>

2) A postura que tende a *confundir* o conjunto da burguesia boliviana como sendo narcotraficante, ou seja, a burguesia boliviana seria narcotraficante por natureza.<sup>63</sup>

<sup>62</sup> Embora não seja o centro da preocupação das análises de Zavaleta, ele tende a identificar os setores ligados ao narcotráfico, como é o caso do próprio Banzer e Meza. Na ocasião das eleições de 1979, o autor diz: “a mediocridade [...] converteu-se com Banzer num sistema político. Com um otimismo inexplicável [...], ele pensou, sem dúvida, que a promiscuidade entre o poder (que resultou para ele baratíssimo), o dinheiro (ou seja, a mediação *prebendal*, a *folha sagrada* convertida em articulação política) [...] teriam formado um esquema invencível”, René Zavaleta, “*Las Masas en Noviembre*”, op. cit., p. 25; grifo do autor. Sobre o colapso do Estado de 1952, patenteado em 1980, diz: “É um Estado que não vive hoje de consenso, mas da prebenda, estampada num excedente concreto (basicamente a cocaína), que deve praticar a violência política ou deixar de existir”, p. 57.

<sup>63</sup> Essa interpretação tem várias ramificações: vão desde as interpretações dos jornalistas que analisam o mundo do crime (a bibliografia é abundante), até certas posturas de esquerda como, por exemplo, a de Guillermo Lora. Para Lora, a burguesia nativa (de natureza corrupta, saqueadora e criminosa), que se configurou depois de 1952, teria sido atravessada pelo negócio do narcotráfico (tese parecida à de Zavaleta). O narcotráfico, como grande empresa, estaria fusionado com o capital financeiro: “não é possível distinguir entre narcotráfico, burguesia boliviana e imperialismo”. Isso implicaria considerar a *burguesia boliviana* como narcotraficante. Ver Guillermo Lora, *Política y Burguesia Narcotraficante*, La Paz, La Colmena, 1988, pp. 70-71.

3) Por último, existe uma postura que tende a identificar uma *burguesia narcotraficante*, politicamente autônoma, que se teria especializado na produção e na comercialização da cocaína. Essa fração burguesa teria consolidado a sua capacidade de influenciar o aparelho estatal no final do processo do retorno à democracia (período 1978-1982).<sup>64</sup>

Para os nossos propósitos, em vez de entrar na problemática da identificação de se existiria ou não uma fração burguesa narcotraficante, preferimos partir do suposto da sua existência, porém sem excluirmos a possibilidade de que as demais frações burguesas bolivianas tenham recorrido aos negócios relacionados com o narcotráfico como outra fonte de rendimentos ou de acumulação de capital. Dada a natureza do conjunto da burguesia boliviana, a sua dependência ao capital estrangeiro, elas utilizaram diversos métodos de acumulação de capital, sejam legais ou ilegais. Temos visto, ao longo deste capítulo, como elas estiveram marcadas pela maximização dos lucros no menor tempo possível. Portanto, nada impediria que a acumulação de capital, procedente do narcotráfico, fosse rejeitada como outro método de acumulação, num contexto de acentuada crise de acumulação.

Visto isso, as observações da terceira interpretação, acima mencionadas, referentes à burguesia narcotraficante, são úteis, no sentido de que apontam a nossa problemática. Conforme Rodas Morales, a dificuldade de identificar a fração burguesa narcotraficante (ela não seria “muito visível”) é evidente. Contudo, ela manifestar-se-ia somente na esfera política. Assim, é possível identificar seis características dessa burguesia:

1) possuiria um caráter de *fração autônoma* (a sua constituição estaria determinada pela esfera jurídica, distinguindo-a das outras frações burguesas, devido à natureza ilegal das suas atividades); 2) seria *legitimada socialmente*, devido à sua inserção nas “instituições da sociedade civil” desde alhures, bem como a “imunidade” à investigação

---

<sup>64</sup> Essa é a interpretação de Hugo Rodas Morales, *Huanchaca - Modelo Político Empresarial de la Cocaína en Bolivia*, op. cit. O autor defende a existência de uma fração burguesa *autônoma*, formada à sombra do Estado de 1952. Ela teria se desenvolvido primeiramente com a comercialização da folha desde o século passado. A sua especialização na produção de cocaína teria ocorrido ao longo do Estado de 52, ver pp. 25-28 e segs. Para tentar descobrir e identificar a *burguesia narcotraficante*, o autor, que retoma as teses de Zavaleta referentes à mediação *prebendária*, analisa a lógica capitalista do modelo político-empresarial da cocaína instaurado no país, ver pp. 100-103 e segs. Assim, existiria uma fração burguesa narcotraficante *de fato*, a qual teria uma expressão *politicamente autônoma*. Inclusive, a reforma estatal de 1985 manifestaria, segundo Rodas Morales, o estabelecimento duma “rearticulação funcional entre a fração hegemônica mineira e a narcotraficante”.

policial, porque ela seria “considerada estranha aos narcotraficantes conhecidos”; 3) seria uma *fração burguesa, no sentido pleno*, devido à sua especialização produtiva e ao caráter capitalista da sua atividade; 4) possuiria um *caráter pacífico*, devido ao controle da utilização da violência entre seus grupos e ao ajustamento dos seus métodos de resolução de conflitos ao contexto boliviano; 5) *não* seria uma fração *anti-estatal*, devido ao fato de provir dos espaços criados pelo Estado de 1952 e por seu relacionamento com os órgãos de segurança estatais e 6) seria uma fração *visível somente na esfera política*, porque “seus interesses conjunturais coincidem com os do Estado boliviano atual e com os da própria sociedade, porém contraditórios a longo prazo, em razão dos efeitos - embora não anti-estatais - de sua presença em instâncias políticas [interpretação tomada de Canelas & Canelas]”.<sup>65</sup>

Excluídas as implicações políticas gerais da interpretação de Morales, podemos chegar às seguintes conclusões. Como se processaram, então, as contradições entre as frações burguesas tradicionais e as frações articuladas ao narcotráfico durante o governo Meza?

A nosso ver, não houve contradições antagônicas nos métodos de acumulação de capital entre as frações tradicionais da burguesia compradora e as frações “modernas” articuladas ao narcotráfico (incluída aí a burguesia narcotraficante). Quer dizer, as

<sup>65</sup> Hugo Rodas Morales, **Huanchaca...**, op. cit., pp. 252-253; grifo do autor. Devemos esclarecer que, não endossamos as teses gerais do autor no que respeita à queda do Estado de 1952. Morales incorpora a tese de Canelas & Canelas, segundo a qual a partir de 1980 o Estado de 1952 entraria em colapso, em detrimento de um novo “Super Estado da Cocaína”, cujo poder teria sido homólogo ao do “Super Estado Mineiro”, anterior a 1952; ver Amado Canelas Orellana & Juan Carlos Canelas Zannier, **Bolivia: Coca Cocaína. Subdesarrollo y Poder Político**, op. cit., pp. 206-208. Essa tese é uma variante das teses da queda do Estado de 52, só que considera o narcotráfico como fator *determinante e fundamental* da emergência dum suposto *novo* Estado boliviano. René Bascopé (**La Veta Blanca**, op. cit.) também defende a mesma tese. Enfim, ela foi reformulada por Morales, ganhando uma versão mais complexa. O título de seu livro, *Huanchaca*, manifesta a influência dessas teses. Vejamos um trecho da obra do autor: “Considerar a cocaína como o ‘veio branco’, ou o novo recurso de exploração por parte da burguesia boliviana, depois da queda do modelo produtivo baseado no estanho, não é somente uma metáfora referente ao escasso interesse produtivo; antes, trata-se de um interesse extrativo e especulativo da burguesia boliviana. A imagem remete a um nome [Huanchaca] significativo para a antiga oligarquia mineira [...]; também exprime, hoje, o exemplo mais importante da nova e pujante fração burguesa da cocaína, descoberta [...] no nordeste de Santa Cruz: Huanchaca”, p. 105. É claro, portanto, o excessivo poder que os autores atribuem à fração burguesa narcotraficante, no marco do “Super Estado da Cocaína”. Uma postura semelhante, ainda que não idêntica, influenciada por uma visão sistêmica e juridicista, é a de Marcos Kaplan: o poderio do narcotráfico seria tal, que o Estado nacional se veria completamente dominado e indefeso (Narco-Estado dentro do Estado), ameaçando a existência da sociedade e do próprio Estado (narco-economia, narcocultura e narcosociedade). Cf. **El Estado Latinoamericano y el Narcotráfico**, México, Porrúa, 1991.

contradições não adquiriram uma tonalidade violenta, antagônica, como no caso colombiano, o qual caracterizou-se pelo confronto acirrado e de caráter antagônico entre os setores tradicionais da burguesia detentora do aparelho de Estado e os “novos empresários” ou nova fração burguesa, formada sobre a base do capital do narcotráfico.<sup>66</sup> É possível que o caso boliviano, na melhor das hipóteses, tenda a manifestar, segundo a sua particularidade e a sua complexidade, que a fronteira que delimita as atividades econômicas dos diversos setores da burguesia tradicional (setores atrasados, setores “modernos” representativos, setores preponderantes) e as atividades econômicas da *burguesia narcotraficante*, seja muito tênue. Esclareça-se que não estamos afirmando que o critério de delimitação das atividades econômicas, de ambos setores, sejam as atividades do narcotráfico (produção e tráfico de cocaína). Interpretação que levaria ao erro de considerar que as atividades das primeiras entrariam na categoria das atividades próprias do narcotráfico, podendo chegar, assim, à falsa conclusão de que o conjunto da burguesia boliviana seja *narcotraficante* (conforme a segunda postura mencionada acima).

Dissemos que a fronteira que delimita as atividades econômicas entre ambos os setores tenderia a ser muito tênue, na medida em que o narcotráfico teria injetado uma boa dose de capital à economia boliviana através das atividades econômicas constituídas legalmente, num contexto de recessão, inflação galopante e de extrema carência de divisas. De um lado, a economia legal, dominada pelos grupos empresariais dominantes, altamente vulnerável ao capital estrangeiro, seria propensa a absorver os investimentos feitos pelo capital procedente do narcotráfico, devido à acentuada crise econômica. De outro, a burguesia narcotraficante precisaria legalizar ou valorizar o seu capital, cujos mecanismos de legalização processaram-se de uma maneira bastante diversificada (lavagem de dinheiro, investimentos no setor agro-industrial, financeiro, imobiliário, importação de bens de

---

<sup>66</sup> Ver Iván Orozco Avad, “Los diálogos con el narcotráfico: historia de la transformación fallida de un delincuente común en un delincuente político”, em *Análisis Político*, N° 11, Septiembre/Diciembre 1990, pp. 28-58. O autor analisa as negociações entre o Estado colombiano e os representantes do narcotráfico (cartel de Cali e de Medellín). Os narcotraficantes tentaram mudar a concepção do Estado sobre os empresários da droga (considerados delinquentes comuns pelo direito burguês colombiano), obrigando-o a considerá-los como delinquentes políticos, processo de transição fundamental para que os “novos empresários” possam se inserir na sociedade para desenvolver as suas atividades legalmente. Só que o Estado (classes dominantes tradicionais) acabou ganhando a guerra militar e jurídica: os “barões” da droga foram derrotados em 1990. As negociações haviam começado em 1982, deteriorando-se em 1984, momento em que o Estado declara a guerra contra os “narcos” até 1990.

consumo não duráveis e duráveis, principalmente carros, etc.). Nesse sentido, os efeitos multiplicadores dos investimentos provenientes do capital do narcotráfico para as atividades econômicas das frações burguesas dominantes tiveram um peso significativo. A partir de 1980, por exemplo, a movimentação econômica geral por parte do narcotráfico tende a ser igual ou superior ao PIB oficial: em 1980 o narcotráfico teria movimentado 1,6 bilhão de dólares durante o ano (três vezes menor que o PIB oficial do mesmo ano, 4,9 bilhões, e quase equivalente ao de 1982, que foi de 1,9 bilhão de dólares).<sup>67</sup>

Em suma, a inexistência de uma linha de demarcação entre as atividades econômicas do conjunto da burguesia tradicional e as atividades econômicas da burguesia narcotraficante (que alude ao caráter complexo do funcionamento da economia boliviana), provavelmente se deve ao fato de que os setores burgueses, diretamente implicados com o narcotráfico, bem como os integrantes da própria burguesia narcotraficante (isto é, a *direção empresarial* da indústria capitalista da cocaína, mormente denominada “máfia”), provêm da burguesia tradicional, sobretudo, da burguesia agro-exportadora. Nesse sentido, a burguesia narcotraficante não somente faz parte das frações burguesas dominantes tradicionais, mas também é aceita sem dificuldades, processando-se as relações entre ambos os setores de uma forma pacífica, como observou Morales.

Acrescente-se a isso que as associações econômicas da burguesia boliviana (CEPB, CNI, CNC, ASOBAM, ANMM, CAINCO e CAO) guardaram um absoluto silêncio sobre o narcotráfico. A análise dos seus documentos e Anais (*Memorias Anuales*) revelou que durante o final da década de 70, o maior problema atacado por essas associações foi o papel

---

<sup>67</sup> Ver Nicolas Hardinghaus, “*Droga y crecimiento económico...*”, op. cit. Hardinghaus estima cerca de 3 bilhões para a “narcoeconomia” boliviana e um PNB oficial de 4 bilhões. Os efeitos multiplicadores provocados pelo capital do narcotráfico, nas atividades legalmente constituídas, seriam enormes, sem contar os gastos do governo para o combate ao tráfico de cocaína e à repressão contra os camponeses produtores de coca. Esses gastos provêm dos empréstimos externos, os quais seriam destinados tanto para equipar o aparelho repressivo e militar para o combate ao narcotráfico, quanto para implementar projetos de desenvolvimentos e de substituição do cultivo de coca. Entretanto, os recursos provenientes dos empréstimos externos para o combate ao narcotráfico converteram-se, também, numa apreciada fonte de rendimentos para os altos escalões da burocracia estatal e para as frações detentoras do aparelho de Estado. Sobre essa problemática, a literatura é enorme. Ver por exemplo, os trabalhos apresentados ao Simpósio Internacional, realizado em 1991: **El Impacto del Capital Financiero del Narcotráfico en América Latina**, La Paz, CERID, 1991. Sobre o caso colombiano, ver Francisco Thuomi, **Economía Política y Narcotráfico**, Bogotá, Tercer Mundo, 1996.

econômico detido pelo Estado (estatismo). O segundo problema atacado foi o contrabando.<sup>68</sup> O que reforça a nossa hipótese acima apresentada.

Nesse sentido, os conflitos e contradições entre a fração mineira e agro-exportadora de Santa Cruz tenderam a ser minimizados, sendo deslocados para o governo Meza, que adotou, num determinado momento, um caminho próprio, distanciando-se da fração mineira. Parte desse processo político o analisaremos no próximo capítulo. Basta indicar aqui que, os confrontos e as acusações, entre essas frações burguesas, centraram-se em torno do comportamento de alguns funcionários estatais e oficiais do Exército que apareciam abertamente articulados com o narcotráfico (Arce Gomes, Rico Toro, Bernal, coronel Ariel Coca, entre outros). Vejamos dois exemplos.

Durante o primeiro semestre de 1981, afloraram as contradições entre Banzer e Garcia Meza acerca do caráter da condução dos governos militares. As acusações e intrigas entre os dois generais chegaram a um nível bastante tenso entre os meses de abril e junho de 1981. Banzer acusava Meza da “descarada corrupção” de seu governo, referindo-se

---

<sup>68</sup> Foi o que revelou a nossa pesquisa feita na cidade de La Paz (nos meses de outubro e novembro de 1996); praticamente não conseguimos nenhum documento que demonstrasse a articulação entre burguesia e narcotráfico. Durante toda a década de 70 houve um silêncio desses grupos sobre o problema. O predomínio do silêncio não indica, entretanto, que a burguesia não careça de uma postura ou posicionamento sobre a questão: ela assume, isto sim, o papel nacionalista e se posiciona *contra* o narcotráfico, da mesma maneira que o fizeram os regimes militares (Banzer, Meza). Vale dizer, eles se posicionaram contra o narcotráfico somente quando o governo norte-americano pressionou incisivamente para a queda dos governos diretamente implicados com o tráfico de drogas; e também quando as contradições entre o regime militar e a burguesia mineira chegaram a um ponto crítico (o caso do governo Meza). A CEPB, por exemplo, só assumirá uma atitude aberta e agressiva - de “guerra” contra o narcotráfico e a economia informal -, em 1986, através de seu programa SEAMOS, financiado pelos Estados Unidos (USAID). Embora esteja voltada para o trabalho da “conscientização” da população boliviana sobre os “efeitos nocivos da produção, tráfico e consumo de drogas”, SEAMOS constitui-se no principal instrumento ideológico na busca de criar um consenso nacional para a aceitação integral da campanha norte-americana da “guerra contra as drogas”, que privilegia a resolução dos conflitos por meio da permanente intervenção militar. SEAMOS publica uma série de cadernos e documentos intitulado “*Drogas: El Debate Boliviano*”; ver também **Marco Referencial de Prevención de SEAMOS**, La Paz, 1995. No que tange aos partidos políticos burgueses, a regra do silêncio em relação ao narcotráfico expressa-se de forma mais nítida: não existe documentação nem publicação sobre o problema. Esse fenômeno deve-se ao caráter subterrâneo do funcionamento da economia do narcotráfico, cuja articulação com os partidos políticos tende a ser intensa, tornando-os mais vulneráveis frente à opinião pública. Vale dizer, os escândalos que envolveram os partidos burgueses com o narcotráfico foram permanentes. No geral, a postura dos partidos políticos foi semelhante ao da CEPB e às dos governos banzerista e pós-banzeristas. Os documentos oficiais sobre a articulação do narcotráfico e os partidos políticos aparecem somente no final da década de 80 e na década de 90. Ver **Vinculación de Dirigentes del MIR con el Narcotráfico. Informe Dictamen a la H. Cámara de Diputados**, 1994; **Impugnación del Diputado Fernando Barthelemy. Sobre el caso “La Florida”. Protección oficial al narcotráfico**, La Paz, s/d; **Honorable Cámara de Diputados. La Honorable Cámara de Diputados Discute los Antecedentes, el**

particularmente à corrupção sobre o caso *La Gaiba* (contrabando de pedras preciosas): uma firma que pertencia aos integrantes da Junta Militar estava explorando e comercializando, irregularmente, pedras preciosas numa reserva florestal (região fronteira com o Brasil). Ao passo que Meza acusava Banzer de ter afundado o país na sua maior crise econômica. O contexto das acusações era o de que a burguesia mineira hesitava em retirar o apoio político ao governo Meza, devido à sua aberta articulação com o narcotráfico; o governo norte-americano estava pressionando para retirar Meza do governo, pois já tinha suspenso toda ajuda econômica (estabelecendo o embargo econômico) e cortado as relações diplomáticas com o governo boliviano.

Entretanto, havia um pacto implícito entre os dois generais: nenhum deles deveria tocar a questão da “folha sagrada” (cocaína), como diz Zavaleta. É sintomático que Banzer (que apoiou o golpe de seu camarada de armas) apenas direcionou os seus ataques a uma das empresas corruptas mais supérfluas do governo Meza (o contrabando de pedras preciosas) e não à empresa fundamental: o narcotráfico. O governo Banzer tinha espoliado os recursos econômicos do país, além de ter praticado todo tipo de corrupção, inclusive de ter incentivado a criação da própria máfia boliviana da cocaína.<sup>69</sup> Por seu lado, Meza devia-se retirar do governo sem chamar a atenção da “opinião pública” (acusar Banzer). Uma vez isolado e desprestigiado (1982), Meza denuncia publicamente que o golpe de julho de 1980 foi financiado pela empresa privada (CEPB). Tal denúncia foi feita no momento em que a CEPB atravessava um período de auge político, marcado pela sua postura democratizante: estava funcionando como partido político da burguesia (agosto de 1982). A CEPB negou, rotundamente, através de um documento público, que teria apoiado o golpe de Meza. O general ficou no total desprestígio e abandono político.<sup>70</sup>

---

**Presente y el Futuro del Narcotráfico en Bolivia**, La Paz, *Soluciones en Democracia*, 1987, Vol. 2 e “*Lo que el Narcovideo Calló*”, em **SOSPECHA**, La Paz, 1989.

<sup>69</sup> O general Hugo Banzer Suárez é o representante típico da burguesia agro-exportadora, o qual formou o seu “império econômico” basicamente através de duas fontes de acumulação: 1) dos recursos estatais e 2) do narcotráfico. Durante o seu governo, nasceu uma das maiores máfias bolivianas do narcotráfico, comandada por seu primo, Roberto Suárez Gómez (detalhe: o Ministro do Interior do governo Meza, Luís Arce Gomes, o qual foi apelidado de “o Ministro da Cocaína” pela rede norte-americana de televisão, CBS, era o primo do chefe Suárez). Há alguns trabalhos sobre o narcotráfico que consideram que Banzer teria sido o “padrinho” dessa máfia durante a década de 70, ver LAB-IEPALA, **Narcotráfico y Política**, op. cit.

<sup>70</sup> O único general que foi julgado pela justiça boliviana foi García Meza. Mas foi julgado pelos crimes cometidos contra o Estado, sob o seu governo (assassinatos, desfalque dos recursos do Estado, venda do *Diário do Che*, etc.), mas não pela sua articulação com o narcotráfico! O julgamento demorou mais de dez

O outro exemplo refere-se à polêmica que envolveu Banzer e Pereda, em finais de 1981, sobre a questão de qual dos dois generais teria designado o Cônsul boliviano, numa cidade canadense, durante o final do governo Banzer e o governo Pereda (1978). O Cônsul era o primo de Banzer (Banzer Ojopi), o qual foi preso pela polícia canadense por introduzir vários carregamentos de cocaína a esse país e aos Estados Unidos, através do Consulado boliviano. Banzer atribuiu a designação do Cônsul a Pereda. Este último respondeu, através de um documento extenso, publicado na imprensa, que o seu governo não havia designado tal Cônsul, pelo contrário, teve que demiti-lo.<sup>71</sup>

Em suma, se o golpe de Natusch foi um ensaio grotesco da redefinição da hegemonia, por parte da fração mineira, ao tentar restabelecer a dominação burguesa que vigorou durante o regime banzerista, o governo Meza foi uma paródia mal feita desse regime. A burguesia agro-exportadora não apenas apoiou em peso o regime de Meza como também controlou um grande segmento do aparelho estatal até o final desse governo.

#### 4.2.3 O governo Torrelío

Dada a dificuldade das classes politicamente dominantes de se reorganizarem em torno das forças do Exército, representadas por Meza, e de instaurarem um projeto duradouro ao estilo de Banzer, devido à incapacidade do governo Meza em dirigir tal empreitada, elas pressionaram pela mudança do governo através do método do golpe. Apesar disso, Meza resistiu a cinco intentos de golpe e, afinal, acabou renunciando à Presidência da República. A Junta de Comandantes delegou a Presidência, em setembro de 1981, ao general Torrelío. Nesse contexto, a burguesia manufatureira passa a ter novamente uma ligeira vantagem política: converte-se em fração detentora do aparelho estatal. Dissemos ligeira vantagem porque as frações mineira e agro-exportadora perdem a direção do aparelho estatal e passam a uma posição defensiva na cena política. Vale dizer,

---

anos e foi conhecido como o "Inquérito do Século". Estando em liberdade condicional, à espera da sentença final, Meza conseguiu fugir do país. Em 1996, foi preso pela *Interpol* em São Paulo e extraditado para a Bolívia. Atualmente cumpre a condenação de 30 anos de prisão. O coronel Arce Gomez, preso nos EUA, foi condenado pela justiça boliviana também a 30 anos de prisão. Ver **Sentencia Juicio de Responsabilidad Contra Luis García Meza y sus Colaboradores**, op. cit.

<sup>71</sup> Ver *Los Tiempos*, 22.07.1982; *El Mundo*, 23.07.1982 em Amado Canelas Orellana e Juan Carlos Canelas Zannier, **Bolívia: Coca Cocaína**, op. cit., p. 133.

assistimos a uma situação em que a fração manufatureira aproveita o momento do agravamento da crise e da instabilidade hegemônica, no seio do bloco no poder, para tentar impor seus interesses de fração. Vejamos mais de perto o processo político do novo governo provisório.

O governo Torrelío se propôs reativar a economia do país, que havia entrado numa fase crítica a partir de 1980, ao mesmo tempo em que justificava a “preparação” do caminho de “volta à democracia”. Para tanto, o governo decretou a reativação da economia através do *Plano Trienal*, lançado no dia 21 de outubro de 1981. Em termos gerais, o Plano parecia expressar os ideais das frações ligadas ao capital não-monopolista, além de ser adornado com um discurso democrático: propunha-se colocar “as bases do *Estado Nacional Moderno* e garantir a institucionalização de um verdadeiro *Sistema Democrático*”. Enfim, as novas medidas econômicas tentavam submeter, politicamente, a fração mineira aos “desígnios da indústria nacional”.<sup>72</sup> Não obstante, o Plano não foi bem recebido por essa fração, passando a atacar o governo de uma forma agressiva: a CEPB exigiu publicamente um *governo militar* e no lugar do Presidente da República deveria ser designado um Primeiro Ministro civil. As mudanças administrativas desse novo governo não deveriam ser processadas “sem afetar os mecanismos da estrutura de poder”.<sup>73</sup>

Mas onde estava o problema do Plano para que a fração mineira ficasse indignada e reagisse imediatamente? Uma análise cuidadosa do Plano revela que ele não passava de um simples *programa* de governo para um pouco mais de um semestre. Com efeito, o programa parecia bem elaborado, manifestando uma certa influência cepalina. Vejamos o essencial. A nosso ver, o programa atingia a fração mineira em dois pontos fundamentais. O primeiro faz uma direta acusação às frações burguesas dominantes (em especial à fração mineira), cuja direção política e econômica teria levado o país ao colapso:

“[...] são as características do país, tanto culturais como econômicas, as que determinam que a atividade política esteja limitada a minorias que direcionam a economia [...]. Uma análise objetiva da realidade política mostra que quase

<sup>72</sup> Ver “*Plan trienal busca reactivar economía nacional*”, *Presencia*, 22.10.81. O mesmo Plano foi publicado em *HOY*, 26.10.8, sob o título “*Programa de Gobierno de las Fuerzas Armadas de la Nación*”. Quanto à política salarial, o salário mínimo devia aumentar de acordo com o incremento da produtividade. Em uma palavra, deveriam permanecer congelados.

<sup>73</sup> Cf. Documento da CEPB, “*A las Fuerzas Armadas de la Nación*”, *HOY*, 26.10.81. Ver também os documentos da CEPB, em *Memoria Anual, Gestión 1981-1982*, op. cit.

sempre são os mesmos grupos que se alternam no exercício do poder, repetindo suas frustrações, seus erros e sua conduta, comprometendo [...] a perspectiva histórica do país. Esse fato [...] é uma das causas do caráter precário da atividade política. A ausência das grandes correntes sociais reduz o âmbito do poder ao jogo dos interesses pessoais, no qual a conduta de um só homem pode mudar, da noite para o dia, a composição do governo ou a organização da economia”.

O segundo elemento refere-se à política fiscal: o programa anunciava a implementação de uma *Reforma Tributária* para aumentar a arrecadação fiscal. Tal reforma buscava implementar os seguintes pontos: 1) a ampliação da base tributária (com caráter de equidade e universalidade); 2) a drástica redução da evasão tributária estatal e privada, além de eliminar as isenções de impostos e os privilégios; 3) a racionalização e modernização do sistema de controle e de arrecadação de imposto; 4) a transformação dos impostos específicos em impostos *ad-valorem*, outorgando-lhes mobilidade simultânea, de acordo com a elevação dos preços e 5) a reorientação da política aduaneira, cujos objetivos seriam os seguintes:

“I) *substituição seletiva de importações*; II) *punição às importações de bens suntuários*; III) *incentivo das exportações, em particular das não tradicionais* e IV) *submetimento da indústria nacional a padrões de concorrência, através da redução dos impostos aduaneiros, a fim de orientar a indústria para a produção de bens que possuam vantagens comparativas*” (grifo nosso).

Em relação à política mineira, o programa era ambíguo: de um lado, o governo daria “a maior atenção e consideração favorável à implementação da *Política Mineiro Metalúrgica 1981-1985*”, contida na Declaração de Tarija; de outro, o governo se propunha estabelecer um “sistema tributário racional, compatível com o domínio originário do Estado sobre as jazidas de minérios, como fonte legítima de rendas fiscais, bem como dos lucros provenientes do processo produtivo [do setor mineiro]”. Esse sistema se basearia “numa *regalia* básica e num imposto dos lucros reais” das empresas.

Em suma, a Reforma Tributária não fazia outra coisa senão tirar os privilégios fiscais e econômicos da fração mineira, em detrimento da fração manufatureira. Entretanto, falar de Reforma Tributária e do aumento do imposto, significava, para a fração mineira, o chamado ao *golpe*.

A partir do lançamento do Plano (21 de outubro de 1981), acirrou-se o conflito verbal entre a CEPB e o governo. Este último rejeitou enfaticamente as propostas da CEPB, dizendo que não se submeteria às ordens (o termo que utilizou Torrelio foi “*férula*”, que significa autoridade despótica, ditadura) da empresa privada. Um setor do Exército apoiava os empresários; outro setor passou a defender o governo e fazer duros ataques e denúncias contra os empresários, devido aos privilégios econômicos e políticos detidos nos governos militares. Mas a controvérsia tendeu a ser minimizada, por ambos os lados, na medida em que os dois setores compartilhavam uma comunidade de interesses econômicos e políticos que caracterizou os regimes militares. Quer dizer, a prolongação do conflito significava sérios riscos para os dois setores, em vista da delicada situação política que o país estava vivendo: pressão das massas contra o regime militar, greves permanentes, crise econômica, deslegitimação do governo pela corrupção e a articulação com o narcotráfico. Essa situação manifestava o agravamento das contradições, de um lado, no interior do bloco no poder, através da luta entre a burguesia mineira e a burguesia manufatureira democratizante, e de outro, entre esse bloco e o aparelho do Estado, particularmente o aparelho militar.

Na verdade, a proposta política da CEPB (de instaurar um governo militar, dirigido por um Primeiro Ministro civil) era uma versão menos camuflada do que aquela defendida por Banzer, no mesmo período: o caudilho militar exigia a instauração imediata de “um modelo democrático autenticamente boliviano”. Aqui detectamos uma semelhança entre as posturas políticas da ADN-Banzer e da CEPB, as quais coincidiram, inclusive no tempo, de acordo com os discursos políticos e os documentos publicados por ambos os setores.

De fevereiro a julho de 1982, a CEPB reiniciou seus ataques ao governo Torrelio em três direções: 1) contra os reajustes econômicos propostos pelo FMI (rejeição da desvalorização da moeda); 2) contra a intervenção do Estado na economia (leia-se, aumento do imposto), criticando a imoralidade e a credibilidade do governo, em vista da corrupção e 3) a exigência do restabelecimento imediato das *liberdades constitucionais* e da retirada dos militares da condução do Estado.

As medidas econômicas adotadas pelo governo no dia 5 de fevereiro de 1982 abriram uma nova fase do confronto entre o governo Torrelio e a fração da grande mineração. No intento de atenuar o impacto da crise econômica, o governo buscava obter a

maior quantidade de divisas para diminuir o brutal déficit fiscal, o desequilíbrio da balança comercial, bem como manter parte do pagamento dos juros e dos serviços da dívida externa. Vejamos os principais pontos do pacote econômico:

1) a desvalorização da moeda em 88% (de 25 passou a 44 pesos bolivianos por dólar) e o estabelecimento de um câmbio único; 2) a entrega obrigatória ao Banco Central de 100% das divisas provenientes das exportações dos setores público e privado; 3) a proibição ao sistema bancário e financeiro de fazer depósitos, no exterior, das divisas provenientes do Banco Central; 4) todas as empresas estatais, autárquicas, mistas, bem como as administrações central, regional e local ficavam proibidas de fazer depósitos ou movimentação financeira em moeda estrangeira, tanto dentro como fora do país; 5) a reabertura do imposto às exportações, fixada em 7% (os minerais antimônio, zinco e chumbo deveriam pagar 5%) e 6) diminuição dos *custos presumíveis* para o setor mineiro, com o fim de aumentar a alíquota impositiva.

Tais medidas econômicas novamente feriam o conjunto da burguesia compradora, basicamente os setores mineiro e agro-exportador. Desta vez, a luta econômica e política girou em torno de três questões: 1) da eliminação do imposto à exportação; 2) da não entrega de 100% das divisas ao Banco Central e 3) da política cambial, instrumento político que a fração mineira estava acostumada a definir.

No dia primeiro de março de 1982, a fração mineira conseguiu excluir o pagamento do imposto à exportação somente para o setor mineiro. Quanto à entrega obrigatória de 100% das divisas e à política cambial, as lutas foram mais acirradas. As posturas sobre a política cambial, por parte dos setores interessados, foram claramente contraditórias. Tais contradições manifestaram-se, de um lado, entre a direção da CEPB (cujo presidente era Fernando Illanes)<sup>74</sup> e os setores comerciais (organizados na CNC) e industriais (CNI); de outro, entre o governo e a CEPB.

<sup>74</sup> Fernando Illanes provinha dum setor do empresariado que nasceu sob o Estado de 1952. Trata-se do setor que nós denominamos *burguesia interior*. A sua firma, *Plastix S.A.*, do setor industrial (indústria química, de plásticos e de bebidas) de pequeno porte, funcionava com capitais provenientes da *National Distiller S.A.* dos EUA, a qual pertencia ao grupo do *First National City Bank of New York*. Ao mesmo tempo, a *Plastix* possuía investimentos no setor bancário e financeiro. Entretanto, seus maiores investimentos estavam nesse último setor (a *Plastix* aparece como o sétimo acionista do Banco Nacional de Bolívia, além de ter ações no Banco Industrial e no Banco Hipotecário Nacional). Illanes era o único representante da *National Distiller* na Bolívia. A afinidade de Illanes com a ASOBAN era mais estreita do que com a CNI. Ver J. M. de la Cueva, *Bolívia: Imperialismo y Oligarquía*, op. cit., pp. 232-233; ver também Quadro IX-11. Em suma, Illanes era

Por parte do governo, o Ministério das Finanças deparava-se num descomunal dilema: se implantava ou não, a flutuação do dólar (dois tipos de câmbio: oficial e paralelo). Só que, em janeiro, a CNI e a CNC já estavam fazendo campanha contra a flutuação do dólar, defendendo um câmbio único e a criação imediata de um *colchão financeiro*: pediam que o Banco Central se encarregasse de garantir o fluxo de divisas e a venda de dólares oficiais, com preço antigo, para o setor privado.

Já a CEPB manifestava uma enorme ambigüidade nas suas propostas. A sua postura era de total rejeição a qualquer solução feita pelo governo, pois estava mais interessada em derrubar Torrelío. Por outro lado, a CEPB fazia uma brutal pressão ao governo para implantar a flutuação do dólar (dois tipos de câmbio: oficial e paralelo). Em março (estamos em 1982), o FMI sugeriu ao governo a implantação da flutuação do dólar, dois tipos de câmbio e a aplicação de mini-desvalorizações. As justificações do Fundo eram a de que as desvalorizações fixas e de longo prazo não solucionariam a crise econômica. Além do mais, o governo deveria reduzir o déficit fiscal. Para tanto, teria que eliminar, principalmente, as subvenções estatais, bem como a regulamentação dos créditos estatais.<sup>75</sup> Em relação às subvenções estatais, era uma referência direta ao congelamento dos salários e, especialmente, à eliminação da *pulperia* do proletariado mineiro, cujos produtos de maior consumo eram subvencionados pelo Estado.

Nesse mês (março), o governo conclamou ao diálogo “nacional”, pedindo uma ação conjunta entre civis e militares para solucionar a crise política e a crise econômica. Os primeiros em dialogar com o Alto Comando Militar foram a ADN e a CEPB. É nesse contexto político que a CEPB, através de Fernando Illanes, propõe ao governo a instauração de um *Grande Pacto Social*; anteriormente tinha proposto um *governo militar*, chefiado por um primeiro ministro civil. Naquela ocasião, Banzer já tinha proposto a implantação de um *governo civil-militar*, cuja direção deveria ser reservada para ele.<sup>76</sup>

---

um empresário típico da burguesia interior, mas sua função era a de representar e intermediar o capital estrangeiro no país. A “luta democrática” do “empresário de grande energia e visão política” (Fernando Illanes), que teria transformado a CEPB, segundo H.C.F. Mansilla (*La Empresa Privada...*, op. cit., p. 145), não passava de uma defesa intransigente ao grande capital estrangeiro.

<sup>75</sup> Ver “FMI sugiere flotación del dólar y ‘mini-devaluaciones’”, *Presencia*, 18.03.82.

<sup>76</sup> Reunião de Banzer com o Alto Comando Militar: “Banzer propõe formar governo civil-militar”. Esse governo deveria servir de “ponte ao restabelecimento da institucionalidade democrática, cujo modelo deve ser genuinamente boliviano”, *Presencia*, 17.03.82. Na reunião de Illanes com o Alto Comando, a CEPB propôs: “a convocação de um grande pacto social”; ao mesmo tempo Illanes propõe emendas econômicas ao

Afinal, no dia 22 de março, o governo concedeu aos empresários (CEPB) os dois tipos de câmbio do dólar (oficial e paralelo), além de modificar o regime de entrega obrigatória de divisas ao Banco central. Esse novo decreto governamental, entretanto, estava marcado por uma terrível contradição e ambigüidade. A entrega de divisas, de caráter obrigatório, passou a vigorar não somente para o setor exportador (público e privado), mas para *todos* os setores que efetuassem operações de exportação: se entregaria as divisas equivalentes do *valor líquido* (descontados todos os tipos de impostos e gravames aduaneiros) das exportações. Isso significava que tal medida, mesmo modificada, não teria nenhum efeito, devido a seu caráter amplo e impreciso. A realidade refletiu que os setores produtivos privados não entregaram as suas divisas ao Estado.<sup>77</sup> Boa parte delas foi transferida ao exterior, principalmente através da enorme fuga de capitais.

Em relação à política cambial, as novas medidas adotadas foram as seguintes:

1) o Banco Central administraria o mercado oficial, “atendendo unicamente” as obrigações do comércio exterior e do serviço da dívida externa; 2) para manter as transações do mercado oficial, as divisas seriam captadas da seguinte forma: a) duma proporção (o Decreto não especifica a quantidade) do valor líquido das exportações efetuadas pelos setores público e privado, b) dos recursos provenientes dos impostos e c) dos empréstimos externos; 3) todos os excedentes de divisas das empresas e entidades estatais seriam canalizados ao mercado paralelo e 4) o setor privado teria a liberdade de comercializar as suas divisas no mercado paralelo, sem interferência do Banco Central.

Contudo, o que aconteceu na prática? Resposta: o governo obteve a maior parte das divisas do setor público, principalmente do setor exportador (setor mineiro) e dos impostos, e a transferiu para o setor privado, beneficiando o setor bancário e financeiro. Duas razões nos levam a essa conclusão. A primeira, o próprio Decreto deixava transparecer que todas as divisas obtidas pelo setor público (adquiridas através de exportações, impostos e outro tipo de rendas) seriam colocadas à disposição do mercado paralelo, conforme os pontos

---

governo: 1) eliminação dos 7% de imposto às exportações; 2) eliminação do controle de preços para produtos agropecuários e agro-industriais; 3) aplicação de dois tipos de câmbio e 4) garantir o fluxo de divisas ao setor produtivo para evitar a paralisação da indústria em geral, ver *Presencia*, 19 e 20.03.82.

<sup>77</sup> Frente às medidas adotadas pelo governo, “nenhum dos Setores Exportadores cumpriu com a entrega [de divisas], porquanto os bancos carecem de divisas e, como consequência, o Setor Manufatureiro do país, para sobreviver, deve acudir ao mercado paralelo para adquirir as suas divisas, obtendo-as a mais de \$b. 100,00 por dólar”, CNI, *Memoria Informe 1981-1982*, p. 19.

dois e três mencionados acima. Como o Estado não tinha a capacidade suficiente de impor a entrega obrigatória de uma proporção (que o Decreto não especifica) das divisas (do valor líquido das exportações) ao setor privado, o ônus recaía sobre o setor público.

A segunda razão refere-se à fixação percentual, por parte do Ministério das finanças, da compra-venda das divisas obtidas na base dos dois tipos de câmbio. Conforme os informes anuais do Banco Central, o governo colocou para a venda 40% do total das divisas obtidas ao tipo de câmbio oficial (44 pesos por cada dólar); o resto, 60%, foi vendido no mercado paralelo. Além do mais, as empresas e as instituições públicas eram obrigadas a entregar 60% das suas divisas ao Banco Central. Essa quantidade era trocada pelo Banco na base do preço do câmbio paralelo. Boa parte desse dinheiro deveria cobrir as despesas do funcionalismo público, que havia aumentado desmedidamente.<sup>78</sup> Para cobrir as suas despesas e obrigações monetárias (empréstimos, pagamento dos juros e outro tipo de serviços econômicos), todas as empresas estatais deveriam trocar, assim, o restante de suas divisas (40%) no mercado paralelo.<sup>79</sup> Em suma, o setor público estava obrigado a transferir, de forma indireta, senão 100% pelo menos a grande parte de suas divisas ao setor privado: 60% das divisas iam para o Banco Central, o qual as vendia ao setor privado com o preço do *câmbio oficial*; o restante, 40%, deveria vendê-las ao mercado paralelo (setor privado).

É curioso que essa fixação percentual, para a compra-venda das divisas, não aparece no decreto governamental. Isso reforça a nossa observação de que o Estado foi incapaz de fazer cumprir, ao setor privado, a entrega obrigatória de divisas ao Banco Central. Com efeito, como já dizemos anteriormente, tal decreto era completamente contraditório e ambíguo: de um lado, tentava atenuar a crise econômica, buscando obter as divisas para

---

<sup>78</sup> Somente o pessoal da administração central e o do Executivo aumentou entre 6,4 e 7% nos anos de 1980 e 1982. Em relação à PEA, o setor público era responsável por 16,7% (276.078 pessoas) em 1980, chegando a 17% em 1982 (292.754 pessoas). Nesse último ano, o número de pessoas empregadas pelo Executivo foi de 102.399. Dados de Müller & Asociados, UDAPE, Ministerios das Finanças e do Trabalho, em Carlos Toranzo, *"Bolivia: Macrodinástico..."*, op. cit., pp. 56-57. Cabe lembrar que o setor público é o segundo empregador na Bolívia. O setor agrícola é o principal empregador, oscilando entre 46,4 e 46,5% da PEA de 1980 e 1982, ver UDAPE, 1990.

<sup>79</sup> BCB, *Memoria Anual*, 1982. Ver o item *"Política Cambiaria"*. Sobre os Decretos Supremos, ver pp. 9A-12A.

manter um certo equilíbrio das contas estatais; de outro, colocava as escassíssimas divisas obtidas do setor público à disposição do setor privado.<sup>80</sup>

Conclusão: era um mecanismo solapado de transferência de capitais ao setor privado, basicamente ao setor bancário e financeiro, porque o setor público continuava sendo o fator fundamental de obtenção de divisas. O setor privado não entregou as suas divisas ao Banco Central. Entretanto, podia livremente comercializá-las no mercado paralelo ou transferi-las ao exterior. Contudo, o setor privado permaneceu reclamando, o tempo todo, da falta de divisas, da política cambial, da inflação e dos desincentivos para o setor, conforme manifestam os anais das principais entidades econômicas: CNI, CNC, ANMM e a CEPB.

A fração mineira, por exemplo, não se cansou de criticar o governo pelo estabelecimento da flutuação do dólar e os dois tipos de câmbios. Conforme o seu balanço econômico de 1982, a ANMM considerou a política econômica do governo Torrelio como desorientada e equivocada. Tal política teria aprofundando a inflação, a distorção do sistema de preços, a ampliação da especulação financeira, o excessivo aumento dos impostos, bem como o desincentivo dos setores produtivos. Em uma palavra, o governo teria levado ao país a uma situação de instabilidade e caos econômico. Assim, a política cambial teria resultado no estabelecimento de um imposto indireto ao setor mineiro privado:

“[...] enquanto os custos não salariais de operação mineira - tanto de origem local como importado - incrementavam-se ao ritmo da variação do tipo de câmbio do dólar, no mercado paralelo, o produtor mineiro recebia as suas *rendas* [leia-se divisas] em pesos, ao tipo de câmbio mineiro: 40% a \$b. 43,18 [oficial] por dólar e 60% ao câmbio paralelo. Essa diminuição nas suas rendas, assumiu a forma de um imposto indireto sobre a produção, incrementando-se, de 10% a mais de 20% para o caso do estanho”.<sup>81</sup>

<sup>80</sup> O déficit fiscal tinha pulado de 8,9 bilhões, em 1981, para 93,5 bilhões de pesos bolivianos em 1982 (de 202,4 milhões de dólares pulou para 2,1 bilhões de dólares de fevereiro de 1982). No mês de julho de 1982, as reservas internacionais netas do Banco Central chegavam a -260,2 milhões de dólares. Outro detalhe: a venda de divisas do Banco Central ao sistema bancário foi de 969,6 milhões de dólares em 1980; 787,1 milhões em 1981 e somente 65,4 milhões em 1982. Ademais, entre 1980 e 1981, o Banco Central teve um déficit de 167,2 milhões de dólares, em razão das operações de compra-venda de divisas. O governo Meza, portanto, desfalcou o Estado em todos os sentidos. Ver BCB, *Memorias* 1981 e 1982.

<sup>81</sup> ANMM, *La Minería y la Economía Boliviana en 1982. Minería Mediana Memoria* 82, p. 11.

Além de manifestarem divergências e contradições frente à política cambial, as frações burguesas dominantes estavam marcadas pelo “egoísmo de fração”, característica do isolamento econômico, situação que havia se agravado novamente desde o lançamento do Plano Trienal. Como veremos mais à frente, o presidente da CEPB estava satisfeito pela flutuação do dólar e os dois tipos de câmbio, situação que beneficiava diretamente aos setores da ASOBAN (os setores mais especulativos).

No início de abril de 1982, o dólar já estava sendo vendido no mercado paralelo a 83 e 88 pesos bolivianos, vale dizer, em dois meses a desvalorização chegou a 176%, o dobro daquela de fevereiro. Com efeito, o acordo entre o governo e a CEPB significou duas coisas: 1) a abertura das comportas do Banco Central para a transferência de divisas ao câmbio oficial, a favor da CEPB e 2) a mudança do gabinete de Torrelio: nele deveriam participar alguns notáveis da CEPB. Naquela ocasião, o governo é acusado de vender irregularmente as divisas do Banco Central.<sup>82</sup> Com essas medidas adotadas pelo governo, os confrontos políticos entre os militares e a CEPB pareciam ter chegado a seu fim.

Contudo, as contradições entre o governo Torrelio e a CEPB não ficam por aí. Houve alguns elementos novos das contradições entre esses dois atores. Em maio, a CEPB tinha manifestado a sua satisfação pela implantação da flutuação do dólar (depois de ter se posicionado contra essa política). Conforme declarou Fernando Illanes: a flutuação levaria o país “a um novo modelo econômico”, pois “é a única solução a ser adotada [...], o dólar é muito *valioso* na Bolívia porque não temos”.<sup>83</sup> Logo após, a CEPB adotou uma atitude nacionalista, criticando a “intransigência” do FMI, porque não desembolsava os fundos (créditos de curto prazo) para sanear a balança de pagamento do país. Na verdade, a CEPB queria dólares oficiais, bem como a canalização dos empréstimos do FMI, justamente no momento em que o Estado estava na verdadeira falência. Frente a essa situação, o FMI se negava a fazer novos empréstimos ao governo boliviano até renegociar a dívida externa, porque o governo Meza tinha cumprido somente parte do acordo de abril de 1981.

Em outros termos, a decepção das frações dominantes foi maior e dupla: elas certificavam-se de que o Estado não apenas estava realmente falido (as reservas do Banco

---

<sup>82</sup> Torrelio responde que tal “acusação” não passava de uma campanha contra as Forças Armadas, *Presencia*, 6.04.82.

<sup>83</sup> “*Flotación del dólar conducirá a Bolivia a un nuevo modelo económico*”, *Presencia*, 08.05.82; grifo nosso.

Central praticamente eram negativas), mas também era completamente insolvente. Tratava-se, portanto, de um Estado que estava no seu maior colapso econômico. A principal fonte que permitia o livre fluxo de divisas ao setor privado tinha secado. Era uma situação trágica, inadmissível para as frações burguesas dominantes. É nesse contexto que a CEPB volta a atacar o governo, cuja corrupção da administração militar teria chegado ao extremo. Para que os militares não se “desgastassem” mais frente ao povo - justificavam os setores empresariais iluminados - , deveriam abandonar a “condução do Estado”. É assim que a CEPB lança a sua proposta de chamar o Congresso de 1980 para eleger o Presidente da República. O novo presidente seria empossado no dia 6 de agosto. Vejamos um trecho do documento publicado pela CEPB, o qual exprime, nitidamente, o seu desespero (que já era vivido como tragédia), a sua postura *messiânica* para tirar o país da crise econômica, bem como a sua original “capacidade de imaginação” política:

*“[...] se falamos que não há tempo nem recursos para soluções eleitorais, como tampouco para reimplantar desenlaces pela força, teremos dado um passo, por eliminação, para nos aproximar a outra alternativa: ela consiste em um acordo político, que colocaria à prova a nossa capacidade de imaginação [...]. [trata-se de um] patriotismo, realismo frente aos problemas urgentes que devemos solucionar e, finalmente, [de] um desapaixonado pragmatismo que possa poupar-nos maiores tragédias”.*<sup>84</sup>

Era um apelo desesperado ao acordo político, que deveria se tecer entre os setores dominantes da burguesia compradora (representada pela CEPB), os seus representantes políticos (MNR-Estenssoro e ADN-Banzer) e a direita do Exército (Alto Comando Militar), setores que estavam numa franca fragmentação e atravessados pelo “egoísmo de fração”. Essa situação era agravada - daí o pavor da CEPB - pela “intransigência” de Siles Suazo de permanecer aliado com a massa popular. Conforme o próprio Mansilla:

“Devido à correlação de forças desse momento e à debilidade do movimento sindical, uma transformação real do regime militar (que imperava desde julho de 1980), somente era possível se provinha do interior mesmo da direita; nesse sentido, a CEPB - sob a nova direção de Fernando Illanes de la Riva - realizou a tarefa essencial, de convencer a importantes setores ‘conservadores’, da necessidade de um retorno à democracia e, de maneira concomitante, de tomar

<sup>84</sup> Ver CEPB, “A los Bolivianos”, *Presencia*, 27.05.82; grifo nosso.

a iniciativa desse processo e não deixá-lo nas mãos dos grupos de esquerda. Esse é o mérito histórico da CEPB: transformou notavelmente a constelação de forças e até a cultura política do país”.<sup>85</sup>

Por outro lado, o governo Torrelío tinha esgotado os últimos recursos econômicos do Estado (tão apreciados pelo conjunto da burguesia) e já não conseguia dirigir o aparelho estatal. Quer dizer, as frações dominantes descobrem que o governo Torrelío (ou outro que se instaurasse provisoriamente, como foi o caso do governo Vildoso) já não tinha mais a capacidade de garantir a acumulação de capital, nas modalidades em que elas estavam acostumadas a fazer. Do lado dos militares, a tentativa de Torrelío de prolongar o seu governo por um maior tempo, expressou-se na proposta, ambígua e ambivalente, da “abertura democrática”: de um lado, o governo convocava ao “diálogo nacional” e de outro, prorrogava as eleições para 1983 e 1984.<sup>86</sup> Mas essa atitude política refletia, também, as pressões da fração dominante da burguesia compradora, que se debatia entre manter os governos militares (ou uma variante deles) e instaurar um regime democrático, na base do *Grande Acordo Político*, porém que controlasse rigidamente a classe operária e os setores da esquerda representados pela COB.

Torrelío foi obrigado a renunciar a 20 de julho de 1982 e a Junta Militar delegou a Presidência ao general Vildoso.

Em suma, o Plano Torrelío foi um verdadeiro cavalo de batalha que serviu aos propósitos políticos do governo Torrelío e da fração manufatureira. Do lado dos militares, o Plano buscava a legitimação política do governo, para desse modo possibilitar a prolongação do regime militar, com o apoio do setores de direita do Exército (os “*prorroguistas*”), através de Torrelío ou de outro caudilho militar. Do lado da burguesia manufatureira, esta mostrou-se vulnerável às pressões e exigências das frações mineira e agro-exportadora, porque o seu objetivo último era o de monopolizar os recursos econômicos que provinham do Estado,<sup>87</sup> tal como as outras frações burguesas o fizeram. Já

<sup>85</sup> H.C.F. Mansilla, *La Empresa Privada Boliviana...*, op. cit., p. 136.

<sup>86</sup> No mês de fevereiro, Torrelío tinha afirmado que o objetivo do governo era a reorganização econômica e que o país voltaria à democracia somente em 1984. Ver *Presencia*, 6 e 27.02.82. Em maio e junho falava da instauração de uma Constituinte para 1983.

<sup>87</sup> O caso mais claro foi o desfalque das reservas do Banco Central, além do desaparecimento, em março, de 47 toneladas de ouro dos cofres do Banco. Ver *Presencia*, 6.03.82 e 13. 05.82. É curioso que o Ministro das Finanças do governo Torrelío, o coronel Javier Alcoreza, sempre anunciava, publicamente, a quantidade

para as frações dominantes da burguesia compradora (a burguesia mineira e a burguesia agro-exportadora), estas estavam atravessando um momento de descomunal “tragédia” econômica, política e ideológica, no sentido de que não se conseguia unificar as frações burguesas, devido ao acúmulo das três crises já mencionadas. Nessas circunstâncias, mobilizadas pela maximização dos lucros, as frações ligadas ao capital financeiro e bancário (organizadas na ASOBAN), aproveitam as pressões do FMI para instaurar a flutuação do dólar. Contudo, ao certificar-se da falência do Estado - ou seja, da impossibilidade dele manter o livre fluxo de capitais para o setor privado -, a CEPB passou a defender uma solução “democrática” através do Grande Acordo Político.

Já o regime de Torrelio foi a continuação do regime de Meza: a corrupção e o narcotráfico continuaram sendo a moeda forte do governo. A temível SES, criada no governo Meza e que estava a serviço dos narcotraficantes, continuou funcionando no governo Torrelio com o nome de Departamento de Inteligência do Estado (DIE).<sup>88</sup>

Finalmente, é provável que o tão ansiado “colchão financeiro” (defendido pela CNC e CNI), conforme observaram alguns autores, já estivesse em funcionamento desde 1980: o “colchão amortecedor”<sup>89</sup> proveniente do capital do narcotráfico, que não teria deixado cair o país numa maior “tragédia” econômica.

---

existente das reservas do Banco Central. Em março, as reservas chegavam a 189,6 milhões de dólares. A última informação do Ministro, em maio, depois do acordo com os empresários, foi a de que as reservas já eram negativas. Ver *Presencia*, 13.05.82.

<sup>88</sup> O “ministro da cocaína” do governo Meza, Arce Gomes, continuou comandando os grupos da DIE. Em maio de 1982, Arce ameaçou o embaixador norte-americano, Edwin Corr, de entrar na justiça por calúnia (Corr acusou insistentemente Arce de ser um dos maiores responsáveis pelo tráfico de cocaína). Nesse mês, o consulado dos EUA, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, sofreu um atentado terrorista e o embaixador teve que abandonar imediatamente o país. Ver *Presencia*, 14.05.82. Arce Gomes foi extraditado para os EUA no final de 1982. Klaus Barbie, o carniceiro de Lyon, prófugo da justiça alemã e francesa, foi extraditado para a França no governo Siles Suazo, em 1983.

<sup>89</sup> Essa interpretação provém das análises sobre a economia informal, a qual considera que a partir de 1980 o país teria entrado num novo ciclo econômico, deixando atrás a sua fase mineiro-exportadora: a economia agro-exportadora baseada na produção de cocaína (folha de coca, pasta base de cocaína e a cocaína). Ver Eliana Castedo, “*El desarrollo de la sociedad boliviana entre 1980 y 1990*”, in Eliana Castedo & H.C.F. Mansilla, *Economía Informal y Desarrollo Socio-Político en Bolivia*, op. cit., pp. 20-23. Ver também, Samuel Dória Medina, *La Economía Informal en Bolivia*, La Paz, Edobol, 1986.

## CAPÍTULO CINCO

### GOVERNOS EFÊMEROS E PRÁTICA GOLPISTA

No capítulo anterior fizemos uma análise da relação entre a forma estatal boliviana (da década de 70) e o bloco no poder. Privilegiamos o exame da relação entre a prática de classe e a postura econômica, defendida pelas frações burguesas dominantes. Colocamos que a modalidade de intervenção do econômico sobre o político esteve determinada por um tipo específico de acumulação de capital: a prática da maximização dos lucros no curto período de tempo. Vimos também que as frações burguesas preponderantes, organizadas na CEPB, adotaram uma postura econômica liberal e neoliberal, estendendo-a à esfera política: a “luta pela democracia”. Só que a postura econômica da CEPB manifestou algumas defasagens importantes, em relação à formação social boliviana, em dois níveis: 1) a defesa de um tipo de capitalismo e de seu correspondente Estado (capitalismo concorrencial, Estado “guardião noturno”; neoliberalismo econômico, “Estado mínimo”), que não correspondeu ao tipo de capitalismo instaurado na Bolívia (economia de enclave, no qual predomina o capital monopolista estrangeiro); 2) a defesa do desenvolvimento econômico (industrialização de tipo endógeno) baseada na substituição das importações, em clara defasagem com o tipo de desenvolvimento instaurado desde a década de 50; desenvolvimento que reforçou a economia de enclave e aprofundou a vulnerabilidade da economia boliviana frente ao capital estrangeiro.

Restaria, então, examinar como a *prática das classes e frações dominantes*, na esfera econômica (luta econômica), determinou a prática política (luta política)<sup>1</sup> e qual seria

---

<sup>1</sup> Relembremos que a *prática política*, luta política, tem como objetivo a conquista do poder de Estado (PPCS, p. 92). Lembremos também que esse conceito está relacionado aos conceitos de bloco no poder e de hegemonia. A esse respeito, “o conceito de bloco no poder - sustenta Poulantzas - , tendo por objeto - como acontece com o conceito de hegemonia - o terreno das práticas políticas das classes, serve assim para elucidar as ligações das classes dominantes subjacentes - limites - com as relações entre os partidos - efeitos - na cena política, relações de classe freqüentemente ocultas pelas numerosas variáveis das relações partidárias” (Idem, Ibidem, p. 246). Dito isso, interessa aqui mostrar como a prática política das frações dominantes da burguesia boliviana adotou a forma de uma “prática golpista”, num contexto de crise de hegemonia, de crise de legitimidade e de crise de organização e representação partidária burguesa. Entendemos por *prática golpista* a capacidade dessas frações burguesas, aliadas com a burocracia estatal, de definir a sucessão governamental pela via do golpe de Estado, impondo, dessa maneira, os seus interesses imediatos de fração. Essa prática acabou acarrentado, paradoxalmente, de um lado, o reforço das estruturas do Estado militar, na medida em que contribuiu para recrudescer a intervenção da burocracia estatal para liquidar as formas de representação política (sufrágio universal, Parlamento); de outro, tal prática levou à instauração de governos efêmeros, o que

a forma que adquiriu essa última durante o período em questão. Em outros termos, devemos indagar qual teria sido a forma que adquiriu a dominação de classe sob os efêmeros governos do período pós-78; qual teria sido a relação entre a prática de classe e a forma de dominação política. Este capítulo tentará responder justamente essas questões. Para tanto, ele se propõe analisar o processo propriamente político, sob a ótica da *periodização política*.<sup>2</sup> Este tipo de periodização, conforme Poulantzas, relaciona-se com o conceito de forma de regime, “cuja transformação não podem ser diretamente referidas as modificações da relação entre o político e o econômico, as quais marcam as transformações da forma de Estado”. Ele diz respeito às transformações do nível do político (que possui uma *temporalidade e ritmo* próprios), que é “escondida pela relação entre as temporalidades próprias de cada nível”; numa palavra, diz respeito “às estruturas próprias do Estado capitalista, às coordenadas da representatividade partidária, à instituição do sufrágio, etc.”, determinadas pela “cena política”.<sup>3</sup> E o “espaço da cena política”, que constitui o campo da periodização política, é entendida por Poulantzas como “o lugar onde é possível referenciar uma série de defasagens entre os interesses políticos e as práticas políticas das classes, por um lado, e a sua representação partidária, os próprios partidos políticos, por outro”.<sup>4</sup>

---

possibilitou, ao mesmo tempo, a maior fragmentação da burguesia e da instituição castrense, acelerando assim a queda do regime militar.

<sup>2</sup> Utilizamos aqui o conceito de *periodização política* proposto por Poulantzas em PPCS (Ver página 31 do primeiro capítulo desta dissertação), cujo conceito é elaborado na base das periodizações feitas por Marx em *O Dezoito Brumário* e em *As Lutas de Classe na França*. Relembremos que as formas de Estado (relacionadas ao conceito de bloco no poder, que tem por objeto o terreno das práticas políticas das classes dominantes), conforme o nosso autor, “só podem ser estudadas concretamente na sua conjunção com as *formas de regime*, que dizem respeito à *cena política* e à periodização propriamente política”. Por isso, “as formas de Estado fixam os limites desse espaço particular que é a cena política, circunscrevendo o quadro geral do papel dos partidos em relação ao bloco no poder. A cena política diz respeito às modalidades concretas da representação política partidária relativamente à ação aberta ou declarada das forças sociais. A combinação das formas de Estado e da configuração da cena política nos apresenta os regimes políticos”, PPCS, pp. 314-315; grifo do autor. Nesse sentido, a periodização política é diferente da “periodização de uma formação social” (relacionada ao conceito de forma de Estado). Ver PPCS, capítulo sobre “*Tipologia e tipo de Estado capitalista*”, itens: “*Tipos de Estado, Formas de Estado e Periodização de uma Formação Social*” e “*Formas de Regime e Periodização do Político*”. Ver também o capítulo sobre “*O Estado capitalista e as classes dominantes*”, itens II e IV (“*Periodização Política - Cena Política - Classes Reinantes - Classes Detentoras do Estado*”).

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*, pp. 240-241.

<sup>4</sup> E continua o autor: “A cena política, como campo particular de ação dos partidos políticos, encontra-se frequentemente defasada em relação às práticas políticas e ao terreno dos interesses políticos das classes, representada pelos partidos na cena política: essa defasagem é pensada por Marx através da sua problemática da “representação”, Idem, *ibidem*, p. 242; grifo do autor.

Nesse sentido, propomos uma periodização política que nos permitirá reconstituir parte do complexo processo político boliviano do período 1978-1982. Tal periodização nos ajudará a especificar as principais contradições entre as práticas de classe dominante e sua representação na cena política; entre os seus interesses políticos e a sua prática de classe. Assim, tentaremos detectar como o bloco no poder e a forma de Estado correspondente (Estado militar) delimitou o funcionamento dos governos efêmeros e quais seriam os efeitos políticos sobre as classes ou frações dominantes, sobre o aparelho de Estado (principalmente o Exército), sobre a pequena e média burguesia e sobre as massas populares.

Primeiramente, faremos uma caracterização geral da forma que adquiriu a disputa pela sucessão governamental no período em questão. A seguir, propomos três períodos políticos fundamentais: o primeiro parte da abertura do sufrágio universal até o golpe de Padilla (1978); o segundo vai da abertura do Congresso Nacional ao golpe de Natusch (1979) e o terceiro parte do golpe de Garcia Meza (julho de 1980) e se estende até a instauração do regime democrático, com a eleição de Siles Suazo para Presidente da República, a 10 de outubro de 1982.

### **5.1 O Estado e a Acirrada Disputa pela Sucessão Governamental**

Devemos partir das observações feitas nos capítulos anteriores, sobretudo da análise feita no terceiro capítulo: o Estado militar da década de 70 mantém os traços fundamentais do Estado formado em 1952. Mais especificamente, as metamorfoses do Estado boliviano, durante o período pós-78, foram determinadas pela forma de Estado que se configurou sob o regime de Banzer. Essa forma estatal, por um lado, impôs limites bem claros ao funcionamento das regras do jogo na cena política, e por outro, dificultou a passagem imediata para um regime democrático relativamente estável.

Isso significa que a instauração dos regimes pós-banzeristas manifestou, por um lado, as contradições internas do aparelho de Estado, particularmente do aparelho militar, em razão da relativa recuperação do controle da cúpula castrense por parte das facções lideradas por Banzer desde o golpe de 1971; por outro, o intento de reorganização, sob a

égide do Exército, das classes ou frações dominantes que participaram do bloco no poder durante o regime banzerista. A reorganização do bloco no poder se fazia fundamentalmente no sentido de reeditar o regime ditatorial-militar de Banzer, por um tempo indeterminado, sob a hegemonia da burguesia mineira. O enorme esforço de recuperação da hegemonia política dessa fração teve efeitos devastadores no interior do aparelho militar, principalmente no seu ramo dominante, o Exército, que era o centro de poder político mais importante para a tomada do governo.

Entretanto, a volta do sufrágio universal (1978), bem como a abertura do Parlamento (1979), possibilitaram a concorrência dos partidos políticos tradicionais pela organização e representação partidária burguesa na cena política, num contexto em que o Exército ainda funcionava, embora com muita dificuldade, como partido político da burguesia.

Esse fato explicaria o empenho dos setores do Exército - principalmente dos *constitucionalistas* e do setor de direita - e dos velhos representantes políticos da burguesia (Paz Estenssoro, Banzer, Siles Suazo) para conquistar, por todos os meios, a presidência da República. No afã de preparar o caminho da volta, Banzer perdeu boa parte do controle das forças armadas e os setores que o apoiavam se lançaram numa concorrência acirrada na disputa pela direção do Alto Comando Militar. Essa acirrada disputa intra-militar contribuiu à deflagração do “rodízio”<sup>5</sup> de golpes e contragolpes militares em grosseira paródia ao regime banzerista. A fração representada por Paz Estenssoro - formada pelo núcleo oficialista da Revolução Nacional de 1952 e por seu partido, o MNR - primeiramente tentou voltar ao poder por meio de um acordo com o governo Padilla, depois através do golpe de Natusch em 1979. Já a fração representada por Siles (MNR-I) aproveitou para tecer uma ampla aliança, com as massas populares e a COB, para chegar ao poder; mas a UDP acabou apoiando empreitadas golpistas na disputa pela presidência.

Em termos gerais, estamos frente a intentos de reedição de projetos políticos de dominação, provenientes das diferentes frações burguesas bolivianas, que têm como substrato os modelos políticos da década de 50 e 60: 1) a reedição do regime banzerista; 2)

---

<sup>5</sup> O regime banzerista (que permaneceu sete anos) provocou uma descomunal corrida dos coronéis e generais pela presidência da República. Banzer controlou essa situação, até o final do seu governo, através do esmagamento da oposição interna (o assassinato de Torres, Zenteno Anaya e outros) e da reorganização do Alto Comando, monopolizando os máximos postos. Pereda e Natusch eram ministros do governo Banzer.

a restauração dos regimes populistas, em torno do velho caudilho Estenssoro e 3) o restabelecimento de um populismo de esquerda, nos moldes da Revolução Nacional de 1952, por parte de Siles Suazo e Paz Zamora (UDP).<sup>6</sup>

Nossa hipótese é que o Estado boliviano no período pós-78 resultou da confluência de três importantes crises: a permanente crise de hegemonia, a crise de organização e de representação política das classes dominantes e a crise de legitimidade. Esta última desdobrada na crise da ideologia dominante e patenteada na crise do *nacionalismo revolucionário*. É consensual na maioria dos autores bolivianos a referência à última crise. Para Zavaleta, por exemplo, as conjunturas de 1978-1980 manifestaram uma “dissolução da hegemonia de 1952”, ou seja, a dissolução do nacionalismo revolucionário: as frações burguesas estavam fragmentadas (Banzer, Estenssoro, Siles); o Exército estava dividido e desprestigiado; a pequena burguesia tornou-se nacionalista revolucionária; as massas rejeitaram essa ideologia e defenderam ferreamente a democracia burguesa.<sup>7</sup>

Dito isso, vejamos, a seguir, parte do complexo processo político, do período em consideração, reconstituído sob a ótica da periodização política.

---

Garcia Meza e Arce Gomes comandavam a “guarda pretoriana” de Banzer. Torrelío sucedeu Arce Gomes no Ministério do Interior no governo Meza.

<sup>6</sup> Sobre os programas dos partidos políticos, ver German Monroy, *Los Partidos Políticos en Bolivia, Cuadernos de Hoy*, Nº 1, 1º de outubro de 1981. Ver também Guillermo Lora, *Documentos Políticos...*, Vol. 1., op. cit., ver principalmente o item “*El Nacionalismo*”. Ver do mesmo autor, *História de los Partidos Políticos en Bolivia*, La Paz, Masas, 1987. Cf. também o trabalho de Isaac Sandoval, *Los Partidos Políticos en Bolivia*, La Paz, UMSA, 1993. Sobre as siglas e as alianças políticas nas três eleições do período, ver INE, 1994.

<sup>7</sup> René Zavaleta, “*Las Masas en Noviembre*”, op. cit., ver o item “*La disolución hegemónica de 1952*”. Ver os seguintes trabalhos de Guillermo Lora: *Autópsia del Gorilismo*, La Paz, Masas, s/d., ver o item “*Desintegración del nacionalismo*”; *Cuál es el Partido Revolucionario?*, Lima, Masas, 1981, ver a parte três, “*La total caducidad del nacionalismo burgués*”. Ver também Luís Antezana, “*Sistema y Proceso Ideológicos en Bolivia (1935-1979)*”, in René Zavaleta (comp.), *Bolivia Hoy*, op. cit. Finalmente, ver Fernando Mayorga, *Discurso y Política en Bolivia*, La Paz, CERES-ILDIS, 1993, ver principalmente a Primeira Parte, “*El Discurso Nacionalista*”.

## 5.2 Periodização Política

Retomando as observações do capítulo primeiro, sobre o conceito de formas de regime, aqui propomos uma *periodização política* a partir da metodologia utilizada por Poulantzas em PPCS. Devemos lembrar que a periodização propriamente política nos permite acompanhar o movimento complexo, no espaço circunscrito pela forma de Estado, das contradições entre práticas de classe e interesses políticos de classe no jogo da representação partidária na cena política. Nesse sentido, os regimes políticos referem-se à “combinação das formas de Estado e da configuração da cena política”.

Dito isso, propomos a seguinte periodização política, baseada em três períodos importantes:<sup>8</sup>

Primeiro período: *9 de julho a 24 novembro de 1978*, da abertura do sufrágio universal ao golpe de Padilla.

Segundo período: *6 de agosto a 1º de novembro de 1979*, da abertura do Congresso Nacional e a designação de Guevara como presidente interino da República ao golpe de Natusch.

Terceiro período: *17 de julho de 1980 a 28 setembro de 1982*, do golpe de Garcia Meza à abertura do Congresso de 1980, que elegeu Siles Suazo (UDP) presidente da República.

Essa periodização toma em conta dois argumentos importantes. Em primeiro lugar, a reabertura do Congresso Nacional tem como condição necessária a reabertura do sufrágio universal, em 1978, produto das lutas políticas das massas populares. Isso nos leva a definir dois tipos de regimes, que funcionaram de uma forma mais ou menos combinada, de acordo com os limites estabelecidos pela forma de Estado. De um lado, temos o regime ditatorial-militar típico, onde o mecanismo predominante de encaminhamento da sucessão governamental é o golpe de Estado. Tal regime militar se viu obrigado a implementar o sufrágio universal em três ocasiões (1978, 1979 e 1980), bem como a reabrir o Parlamento em três oportunidades (duas vezes em 1979; a terceira foi feita em setembro de 1982,

---

<sup>8</sup> Para acompanhar a nossa periodização política ver o **Quadro 2**.

quando o governo Vildoso aceita a proposta de restabelecer o Congresso eleito de 1980 para dar solução à descomunal crise política). De outro lado, temos o regime democrático-parlamentar nos governos Guevara e Gueiler, cujo funcionamento esteve determinado pelas estruturas do Estado militar.

Em segundo lugar, essa periodização política tenta explicitar o caráter do Estado militar do período em questão.

Dito isso, desde já colocamos duas hipóteses que serão explicitadas ao longo deste e do próximo capítulo:

1) O regime democrático-parlamentar (Guevara e Gueiler) não deve ser visto como uma anormalidade, como fraqueza do funcionamento do Estado militar; tampouco deve ser visto como o seu contrário, isto é, como uma democracia parlamentar débil por natureza, devido à inexistência tanto de uma tradição parlamentarista democrática como de uma Constituição democrática, conforme tendem a interpretar vários autores (Mayorga, Mansilla e, inclusive Lora e Zavaleta). Deve ser visto, isto sim, como uma forma específica de regime político, na medida em que a burocracia abriu espaço a outro tipo de representação popular, no contexto de uma marcante crise de hegemonia: a representação propriamente política. Vale dizer, essa forma específica de regime não deve ser vista como “anormal” ou “patológica” (caráter “disfuncional”), pois não fez outra coisa senão expressar o agravamento da instabilidade hegemônica, no seio do bloco no poder. Instabilidade que foi provocada, entre outras coisas, pela prática golpista das frações dominantes e agravada pela permanente pressão política da massa popular ao regime militar.

2) A interrupção do regime democrático-parlamentar, a nosso ver, deveu-se ao efeito do alastramento da crise de hegemonia, que permaneceu sem solução. Nesse sentido, o golpe de Estado processou-se dentro da lógica de funcionamento das estruturas do Estado militar; ou seja, a reorganização do aparelho estatal militar inviabilizou o funcionamento da democracia política (sufrágio universal e o Parlamento). Nesse contexto, as classes dominantes recorreram, sistematicamente, ao golpe de Estado para legitimar o sufrágio universal, e, ao mesmo tempo, aboliram, sistematicamente, o sufrágio para legitimar o golpe. A conclusão então é a seguinte: o sufrágio universal foi utilizado pelo conjunto da

burguesia como outra forma de golpe, através da combinação de manobras golpistas e eleitorais.<sup>9</sup>

O exemplo patente dessa prática política é aquela encarnada pelos setores banzeristas (e pelo próprio Banzer) e pela CEPB; no momento da ascensão das massas e do acirramento da luta de classes, tais setores adotaram uma postura liberal-democrática. Não é difícil, portanto, decifrar o discurso político de Banzer (representativo dos setores mais recalcitrantes da direita golpista), baseado na defesa da democracia “autenticamente boliviana”. No entanto, não apenas a direita era golpista. Nas conjunturas pós-78, veremos que nem a burguesia democratizante (setores da burguesia compradora e interior) nem a pequena burguesia, que apoiaram a causa da luta pela democracia, descartaram o método do golpe para conquistar o governo. Essa postura política hesitante contaminou a própria cúpula da COB (sob o comando de Lechin e dos dirigentes do PCB), que passou a apoiar empreitadas golpistas.

### **5.2.1 Primeiro Período: Da Reabertura do Sufrágio Universal ao Golpe de Padilla**

Passemos, a seguir, ao exame do processo político pós-78, que nos permita especificar as formas de regime. Começemos com o primeiro período: *da abertura do sufrágio universal* (julho 1978) *ao golpe de Padilla* (novembro de 1978).

#### **5.2.1.1 Manobras eleitorais e golpistas**

A queda do regime de Banzer começou com uma greve de fome de quatro mulheres de trabalhadores mineiros, iniciada em dezembro de 1977, alastrando-se logo por todo o país com mais de uma centena de grevistas que reivindicavam uma série de direitos e liberdades políticas negadas pela ditadura. Pressionado por essa greve, o general Hugo

---

<sup>9</sup> Em *O 18 Brumário* e *As Lutas de Classe na França* Marx mostrou, entre outras coisas, que as frações burguesas abolem a lei do sufrágio universal quando esta se torna contrária aos interesses ou à dominação burguesa ao passo que Luís Bonaparte restaura essa instituição como uma forma de legitimação do golpe. Ver Karl Marx, “*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*”, op. cit. Ver também Karl Marx, “*As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*”, in Marx-Engels, **Obras Escolhidas**, cit., ver o item “*A abolição do sufrágio universal em 1850*”.

Banzer se viu obrigado a liberalizar o regime: teve que decretar anistia geral e convocar as eleições gerais para o dia 9 de julho de 1978.

Depois de desistir da candidatura à Presidência da República, Banzer lançou, como o seu sucessor, o general Juan Pereda, candidato da recém criada UNP. Essa coligação partidária pretendia ressuscitar a antiga FPN, sustentáculo político-partidário que levou Banzer ao poder no golpe de 1971. No pleito de julho, a UNP fez uma descarada fraude, com o claro apoio do governo, em favor de seu candidato. No contexto de grande pressão e rejeição popular frente à fraude, a primeira eleição geral, depois de 14 anos, foi anulada.

É que a estratégia banzerista - o projeto originário de Banzer era o de ficar no governo até 1980 - visava assegurar o poder do Estado nas mãos dos militares, fazendo algumas concessões políticas às massas populares e reorganizando certos aparelhos estatais, mas sem modificações substanciais do Estado militar. Mas a nova correlação de forças, marcada pela franca ascensão da massa popular na cena política, era totalmente desfavorável à presença dos militares.

Um possível golpe de Estado poderia complicar a situação política, frente à irrupção da massa popular. Entretanto, a cartada do golpe não foi excluída. Nesse contexto, a estratégia que parecia mais viável para o regime banzerista era a fraude. A descomunal fraude teria sido provocada pela seguinte situação curiosa, conforme apontam alguns autores: os estrategistas do regime teriam caído numa postura ingênua - ao subestimar a força das massas populares - , baseada na interpretação de que a suposta paralisia do país faria possível que as massas não chegassem a enxergar uma flagrante fraude<sup>10</sup> (a UNP “ganhou” com mais do dobro dos votos obtidos pela FUDP). Isso significa que o empenho da cúpula militar - de assegurar o poder da instituição castrense - a levou a perder até o

---

<sup>10</sup> Laurence Whitehead já tinha observado vários elementos dos erros da estratégia banzerista. Ver “*A democratização fracassada...*”, op. cit., pp. 87-92 e segs. Quanto ao resultado do pleito eleitoral, o total dos votos da UNP foram 949.309, ao passo que os da FUDP chegaram a 447.062, uma brutal diferença de 502.247 votos. Ver *INE* 1994, quadro N°. 1. Lora considera que a UDP chegou aos 700 mil votos. Guillermo Lora, *Autópsia del Gorilismo*, La Paz, Masas, s/d., p. 16. Referindo-se à participação de Banzer nessas eleições, Zavaleta diz o seguinte: “a mediocridade da alma converteu-se com Banzer em um sistema político [...], este homem que nunca parecia ter estado aqui, pensou sem dúvida que a promiscuidade entre o poder (que havia resultado baratíssimo), o dinheiro (ou seja, a mediação prebendária, a *folha sagrada* convertida em articulação política) e o que ele pensava [...] como uma transformação reacionária da opinião pública [...] havia conformado um esquema invencível”, René Zavaleta, “*Las Masas en Noviembre*”, op. cit., p. 25; grifo do autor.

controle da própria fraude. Vê-se assim que os erros da estratégia banzerista foram evidentes. Entretanto, o que nos interessa aqui são as implicações políticas dessa estratégia.

Começamos identificando algumas contradições no seio do aparelho militar. No segundo capítulo tivemos a oportunidade de apontar algumas contradições importantes como, por exemplo, a *unidade-na-desunião*. Ao nível da cúpula militar, o confronto entre a facção fascistizante, ligada a Banzer, e a facção constitucionalista foi se acentuando. Mas também no seio do setor de direita, as disputas e contradições em torno das estratégias referentes à continuidade do regime militar ganhavam força. Essa disputa ficou patenteada entre Banzer e Pereda, justamente pela sucessão presidencial. Assim, as divergências entre os dois generais, que encarnaram as fissuras no seio do bloco no poder, traduziram-se na seguinte questão fundamental: como manter a continuidade do bloco no poder originário de 1974 e, por conseguinte, da política econômica alinhada aos interesses das frações dominantes (neste caso das frações mineira e agro-exportadora).

A estratégia banzerista defendia uma mínima abertura política do regime, processo que deveria ser acompanhado igualmente de uma mínima reforma da administração militar do Estado (participação de quadros civis), porém mantendo o poder real no Alto Comando Militar. As frações burguesas, representadas por Pereda, perceberam que a única forma de garantir a continuidade do modelo banzerista era através do reforço do Estado militar, para garantir, dessa forma, o poder econômico e as relações de dominação instaurada em 1971.<sup>11</sup>

Pereda, general de aviação que era ex-ministro e o “*delfim*” (apadrinhado) de Banzer, começou a se rebelar contra seu chefe militar, em razão da corrida pela presidência. O reduto da campanha eleitoral de Pereda estava na “República de Santa Cruz”, onde se encontrava a maior unidade da Força Aérea. Dessa cidade surgiu um dos maiores apoios ao golpe de Banzer de 1971. As forças políticas e econômicas representadas pela UNP (Pereda-Banzer) queriam reeditar essa façanha. Mas é também desse lugar que tomou força o golpe *contra* Banzer. Inconformado com o fracasso da estratégia militar para a sucessão presidencial, porquanto o governo não se responsabilizou pela fraude, recaindo as acusações sobre o candidato da UNP, o general Pereda depõe Banzer a 22 de julho de 1978.

---

<sup>11</sup> Mayorga identifica muito bem: a) o caráter do bloco no poder do final do regime banzerista, b) as contradições entre Banzer e Pereda e c) as variantes de regime militar em disputa, encarnadas por esses dois generais. Ver René Antônio Mayorga, “*Empate histórico...*”, op. cit., pp. 404-405.

É que Pereda se viu no direito de reivindicar a sua condição de “sucessor natural” à Presidência da República. Essa atitude do general foi encorajada quando descobriu que o Alto Comando Militar estava fazendo um duplo jogo frente à sucessão presidencial: de um lado, teria dado o total apoio a Pereda; de outro, este último foi excluído facilmente dos planos golpistas, descartando Pereda dos planos da sucessão, sem o seu consentimento (Pereda justificou publicamente o golpe porque queria fazer respeitar sua “honra militar”). O general Davi Padilla também tinha encorajado Pereda na empreitada golpista justamente porque “descobriu” o despotismo e, sobretudo, a manipulação de suboficiais e oficiais do Exército feita pelos comandantes do Alto Comando, na busca de seus interesses particulares. Na verdade, Padilla tinha descoberto, sem ele o saber, o papel da cúpula militar como o principal partido da burguesia naquele momento.

O abandono de Banzer a Pereda, em relação à fraude, tem uma outra implicação política. Trata-se do fracasso das duas estratégias concorrentes no seio da direita militar, aprofundando as cisões e debilitando ainda mais o aparelho militar: o golpe de Pereda seria um corolário desse fracasso. Nesse contexto, proliferaram os “homens fortes” e candidatos à representação da burguesia compradora e do imperialismo norte-americano. Embora Banzer tenha fracassado em seu intento de prorrogar seu mandato, nunca abandonou sua condição de candidato potencial para voltar ao governo. Banzer deixou, assim, afundar Pereda na lama da fraude, lavando-se as mãos, pois pretendia se lançar como candidato na próxima eleição.<sup>12</sup>

Dada a permanente hostilidade das massas contra o governo e do fraquíssimo apoio dos setores dominantes do Exército ao governo, Pereda apenas permaneceu três meses no poder, sendo deposto, no dia 24 de novembro de 1978. Desta vez, quem aplicou o golpe foi o grupo de militares *constitucionalistas*, cuja postura política centrava-se na defesa da volta dos militares aos quartéis e da democratização do país. O general Padilla, líder desse setor militar, assumiu imediatamente a presidência; convocou as eleições gerais para julho de 1979, prometendo entregar o poder ao presidente eleito no dia 6 de agosto do mesmo ano.

Como Pereda não escondeu suas intenções de prorrogar seu mandato, por tempo indeterminado (pois pretendia convocar as eleições gerais somente para 1980), a COB e a

---

<sup>12</sup> Esta observação foi feita por René A. Mayorga. Ver *idem*, *ibidem*, p. 405.

UDP convocaram uma greve geral para o dia 24 de novembro de 1978. O objetivo fundamental dessa greve era pressionar Pereda para que este renunciasse, para logo implantar um governo provisório que convocasse as novas eleições. Ante essa situação - temor, dos militares e das frações burguesas do bloco no poder, duma possível radicalização das massas populares - , o setor *constitucionalista* do Exército, sob a égide de Padilla, adiantou-se à greve e aplicou o golpe a Pereda (o golpe foi deflagrado na madrugada do mesmo dia 24). Era um verdadeiro golpe preventivo, diferentemente dos outros perpetrados no mesmo período. A planejada greve nacional, que deveria ser combinada com uma enorme manifestação da massa, foi suspensa, porque Padilla convocou as eleições para julho de 1979, ganhando o novo regime certa simpatia por parte das cúpulas da COB e da UDP. Contudo, em menos de um ano as massas foram a verdadeira vítima de dois golpes e uma eleição geral, além da crescente perda da direção do processo político em favor da burguesia e da pequena burguesia democratizante, lideradas pelo MNR-Siles.

### 5.2.2 Segundo Período: Da Abertura do Congresso Nacional ao Golpe de Natusch

Depois da queda do governo Pereda, as frações mineira e agro-exportadora perdem significativas posições no interior do bloco no poder. A primeira perde o duplo papel hegemônico. Já a segunda fica à mercê dos esforços de reorganização da hegemonia por parte da burguesia mineira, além de buscar apoio nos setores golpistas do Exército para recuperar suas posições perdidas durante o regime banzerista. Entretanto, ambas as frações permaneceram no bloco no poder, além de “controlar” ainda alguns segmentos importantes do aparelho estatal. No âmbito da esfera político-partidária, elas participaram da cena política, num processo eleitoral que combinou o *método da fraude* e o *método do golpe de Estado* (1978).

Agora veremos a tentativa aberta do governo Padilla em eleger Estenssoro no pleito de 1979. Dado que a estratégia Pereda-Banzer, que visava redefinir a hegemonia no seio do bloco no poder, tinha fracassado, as frações burguesas golpistas voltaram sua atenção à potencialidade populista de Estenssoro. Só que a alternativa Estenssoro também fracassou,

devido a diversos fatores importantes, que logo serão analisados. Um desses fatores foi a fraude feita pelo MNR-Estenssoro, o que não permitiu eleger Siles Suazo (UDP) como presidente da República.<sup>13</sup>

### 5.2.2.1 Manobras golpistas e eleitorais

Encerrada, então, a primeira encenação eleitoral (1978), abre-se uma segunda (1979) marcada pela presença dos mesmos representantes políticos burgueses tradicionais na cena política: Paz Estenssoro, Siles Suazo, Guevara, Gueiler e Banzer. Ocorre que, a esta altura, o “homem forte” indicado para representar os setores da burguesia compradora e do capital monopolista estrangeiro era justamente Estenssoro. Nesse sentido, o apoio do setor *constitucionalista* do Exército a esse caudilho populista só se explicaria pela nova correlação de forças abertas desde a crise do governo Pereda. Os militares constitucionalistas apareceram na “hora certa”, para tentar dar uma solução à crise de hegemonia. E qual era a estratégia desse setor militar? Resposta: era materializar um processo de retorno *gradativo e honroso* dos militares aos quartéis, uma retirada tática. Tratava-se de um processo que combinaria uma razoável abertura democrática com a manutenção do poder nas mãos do Exército. Para tanto, as forças políticas implicadas previam fazer uma tácita aliança com os setores politicamente dominantes da burguesia boliviana, porém que respeitassem esse acordo. Era uma variante da estratégia banzerista de 1978, só que mais democratizante,<sup>14</sup> na medida em que previa fazer algumas concessões políticas às massas populares como, por exemplo, o respeito à livre sindicalização, a organização partidária dos trabalhadores, eleições livres e periódicas e o respeito às liberdades constitucionais.

<sup>13</sup> A UDP obteve um total de 528.696 votos e o MNR 527.184. Era evidente a fraude a favor do MNR-Estenssoro. Banzer (ADN) obteve um surpreendente 12,9% (218.587). Mas as eleições não foram anuladas. Ver INE 1994.

<sup>14</sup> Seria interessante analisar se a estratégia dos militares constitucionalistas bolivianos (identificados com a ideologia do MNR) teria alguns elementos semelhantes com a estratégia de “abertura” dos regimes militares brasileiros da década de 70, processo que é chamado de “distensão”, e que teria sido aberta no governo Gueisel. Ver Suzeley Mathias, **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**, Campinas, Papirus, 1995. O grupo *generacional* (constitucionalista) começou a atuar com maior agressividade a partir de 1974 com o “*tanquetazo*”, falido golpe a Banzer.

É nesse contexto que Banzer entra novamente na disputa pela representação partidária dos setores de direita da burguesia compradora. E entra com força, brigando pelos votos do MNR-Estenssoro e tentando desorganizar as massas populares. Entretanto, há um duplo fator que marcou o surgimento do partido de Banzer, a ADN: 1) a perda do controle majoritário do Exército por parte de Banzer: no momento de abandonar a presidência da República, ele passava à reserva das Forças Armadas, na condição de general em retiro; 2) a necessidade de criação de um órgão partidário que o lançasse como candidato no pleito de 1979.<sup>15</sup> O que explica a impressionante rapidez da criação desse partido.

Derrotado e controlado o setor de direita do Exército (no golpe de Padilla), o setor constitucionalista tece uma aliança com o MNR-Estenssoro, o único partido que poderia cumprir com o papel determinado pela cúpula da instituição castrense. No segundo capítulo vimos que esse governo tinha colocado a máquina governamental a disposição do MNR-Estenssoro. Um dos exemplos disso foi que o governo passou a arbitrar os conflitos dos sindicatos camponeses, num momento de irrupção e unificação dos camponeses, os quais tentavam voltar à COB. O governo Padilla esforçou-se em desorganizar/reorganizar o movimento camponês criando a CUCN, controlada pelo partido de Estenssoro.

Na esfera econômica, o governo Padilla não modificou substancialmente a política econômica implementada no regime banzerista. Deu continuidade aos Planos Operativos Anuais que faziam parte do Plano Quinquenal (1976-1980) do governo Banzer. Esses planos eram a base tanto para a elaboração do Orçamento Público como para os programas monetários e de financiamento externo. Entretanto, o governo Padilla adotou o discurso desenvolvimentista do nacionalismo revolucionário (MNR) que, igual à ideologia desenvolvimentista embutida no Plano Quinquenal, colocava um decisivo peso ao papel do Estado na organização da economia. Nesse sentido, não apenas manteve abertos os fluxos de capitais provenientes dos empréstimos externos, mas também a transferência desses recursos, através do Orçamento Público, para os setores da fração detentora do aparelho de Estado (fração manufatureira) e, principalmente, para os altos escalões da burocracia

---

<sup>15</sup> Os aduladores do general dirão depois que a criação da ADN visava reforçar a fraca democracia boliviana e, sobretudo, defender o caudilho militar de eventuais ataques da esquerda e do comunismo - direta referência ao Inquérito Parlamentar aberto no governo Guevara. Ver Floren Sanabria, **Banzer - Democracia y Nacionalismo**, La Paz, Proinsa, 1990, pp. 139-142 passim.

estatal. Este último setor conseguiu se beneficiar com os recursos estatais destinados aos projetos no setor mineiro-metalúrgico.

O exemplo mais claro disso, foi a aprovação dos contratos de crédito para a construção da primeira etapa do projeto da nova usina de fundição de minérios, denominada “Complejo Metalúrgico *Karachipampa*”.<sup>16</sup> O governo Padilla havia aproveitado muito bem esse acontecimento - explorando ao máximo o populismo militar de corte nacionalista revolucionário - para aprofundar o seu discurso desenvolvimentista. Entretanto, detrás da enorme fumaça levantada em relação a *Karachipampa*, escondia-se uma verdadeira negociata, um descomunal desfalque de capitais procedentes do projeto, os quais foram obtidos através de maciços empréstimos externos. Foi assim que o grupo constitucionalista chegou a ser conhecido como os “*karachipampas*”.

Por outro lado, a fração mineira continuou detendo alguns privilégios econômicos. As maiores empresas da Mineração Mediana (GRACE, COMSUR, EMUSA) tinham sob a sua direta influência a COMIBOL, a ENAF, o BAMIN e os órgãos de assessoramento do desenvolvimento dos projetos de investimentos (INI, INALPRE, CONEPLAN, entre outros). Isto reforçava a tendência da transferência direta de capitais do setor público ao setor privado. Transferência que se materializou através das políticas do Estado militar, alinhadas aos interesses econômicos da burguesia mineira, conforme vimos no capítulo anterior. Na década de 70, o grosso do investimento de bens de capital, que já era fraco, foi feito pelo Estado, em benefício das frações dominantes da burguesia boliviana.

Em suma, embora a burguesia mineira tinha perdido a dupla hegemonia no seio do bloco no poder, ela continuou sendo a fração preponderante, além de ter, sob a sua direta

---

<sup>16</sup> O projeto denominou-se “*Sociedad Complejo Metalúrgico Karachipampa*”, criado no governo Banzer a 10 de março de 1978. *Karachipampa* deveria fundir principalmente concentrados de chumbo e prata, permitindo, dessa maneira, diversificar a indústria mineira, sob o monopólio estatal. O governo Padilla autorizou um crédito procedente da Alemanha Federal, destinado para o projeto, de 78,8 milhões de marcos. A firma encarregada de prover equipamentos e maquinarias para o projeto foi o consórcio Klockner-Sidech, do mesmo país, cujo custo inicial ascendeu a 170 milhões de dólares. Mas o projeto foi elaborado tendo em conta os seguintes elementos: 1) na base de dados de produção e preços totalmente desfasados e otimistas, 2) pelo preço excessivo da tecnologia adquirida e 3) pela baixo rendimento do projeto. Os governos Meza, Torrelio e Vildoso, continuaram aceitando créditos externos para o projeto *Karachipampa*. A usina começou a funcionar somente em maio de 1985, com uma produção mínima, aquém da sua capacidade produtiva. Em 1986, ela já estava falida: tinha acumulado concentrados de chumbo e prata, equivalente a 10 milhões de dólares, os quais não podia fundir por falta de recursos econômicos (pagamento de salários e gastos de produção). Ver José Pimentel, “*Evaluación de la experiencia cogestionaria en Comibol*”, in *El Sector Minero, Crisis y*

influência, segmentos importantes da burocracia estatal: o Ministério de Mineração e Metalurgia, a gerência da COMIBOL, do BAMIN, da ENAF e do FONEM.<sup>17</sup>

#### 5.2.2.2 Abertura do regime democrático-parlamentar: governo Guevara

Passemos agora a analisar o caráter do regime democrático-parlamentar de Guevara. Este personagem político - que foi um dos teóricos do nacionalismo revolucionário e que fazia parte da direita do MNR da década de 50 - manteve suas esperanças de chegar um dia à presidência da República. Em 1956, quando os confrontos entre as facções de direita e de esquerda do partido se acirraram, devido, entre outras coisas, à forma como estava sendo conduzida a Revolução Nacional, Guevara aliou-se a Siles Suazo para tentar barrar a candidatura de Lechin, que seria lançada na próxima convenção do partido. Naquela ocasião, o governo Siles estava em aberta campanha para derrotar ou neutralizar a esquerda do partido, liderada por Lechin, a qual se opunha à política econômica implementada pelo governo. Guevara passou a atacar duramente a COB, a FSTMB e o próprio Lechin, acusando-os de estarem conduzindo a Revolução ao “colapso”. Lembremos que Guevara era o “terceiro homem” do MNR e por isso reivindicava a sucessão presidencial, depois da saída de Siles Suazo (1960). Frustrado no seu intento, porque Estenssoro ganhou a corrida presidencial, Guevara abandona o MNR, funda seu próprio partido (o PRA) e passa a acusar a prática caudilhistas e populista de Estenssoro.<sup>18</sup>

---

**Perspectivas**, op. cit., p. 125. Ver também Carlos Barragán, “*Diagnóstico General del Sector Minero Metalúrgico*”, in *El Sector Minero*, cit., pp. 39-40.

<sup>17</sup> O *Fondo Nacional de Exploración Minera* (FONEM), criado em 1977, para incentivar o pequeno produtor mineiro e as cooperativas mineiras, ficou ao serviço direto da Mineração Mediana. Esse órgão estatal estava destinado a financiar *investimentos de alto risco*, em duas áreas básicas: 1) na busca de recursos mineralógicos e 2) na expansão das reservas mineiras (novas jazidas). O FONEM tinha funções semelhantes as do Serviço Geológico da Bolívia (GEOBOL), o qual também dependia do Ministério de Mineração e Metalurgia. Assim, o FONEM fornecia financiamento para projetos de exploração; tal financiamento tinha um caráter contingente, isto é, a sua restituição, por parte do empresário, estava condicionada ao êxito da exploração. Ademais, as condições financeiras eram brandas: o Estado exigia somente as reservas das jazidas como garantia. Resultado: foram pouquíssimos os projetos que tiveram êxito e todo o mapeamento geológico sobre as jazidas e reservas mineralógicas ficavam à disposição da empresa privada; a gerência da COMIBOL simplesmente excluiu-se dos benefícios outorgados pelo FONEM. Em suma, o FONEM era o exemplo mais acabado da clara transferência de recursos estatais ao setor privado, além da investigação e pesquisa geológica estarem a serviço da empresa privada. Ver Marcelo Moscoso, *Minería Mediana y Política...*, op. cit., pp. 180-183.

<sup>18</sup> Os duros ataques a Estenssoro, ao sistema político que teria criado a Revolução (pilhagem dos recursos do Estado, os privilégios outorgados às camadas do MNR, a utilização da máquina eleitoral do partido no campo,

Entretanto, há um outro elemento da postura política de Guevara. Em 1944, no contexto do embate ideológico entre marxismo e nacionalismo, Guevara tinha defendido a revolução por etapas, da mesma maneira que o PIR. O que não era outra coisa senão a justificação da revolução burguesa. Segundo Guevara, o proletariado teria um papel importante somente na tomada do poder, depois, seria mero coadjuvante, porque a direção corresponderia à pequena burguesia. Essa tese é reforçada por Guevara em 1960, quando defende que o processo revolucionário deveria ser dirigido, no momento, pela classe média. Nessa ocasião Guevara fazia parte da burocracia estatal, sendo o Ministro de Governo.<sup>19</sup>

No pleito do primeiro de julho de 1979, o PRA fazia parte da coligação ADRN (liderada pelo MNR-Estenssoro). Guevara conseguiu ser eleito senador. Nesse contexto, ele passará a encarnar a defesa obstinada de um Estado de direito, adotando um juridicismo intransigente, numa situação onde as regras jurídico-políticas formais tinham sérias dificuldades de funcionar. O interessante é que a ideologia adotada por Guevara era uma variante da postura do democratismo assumido por Siles Suazo, naquele momento: Suazo defendeu obstinadamente o voto popular, até chegou a fazer greve de fome (junto com Paz Zamora) para obter a presidência, no momento da eleição do Presidente no Congresso de agosto de 1979.

Como a UDP não conseguiu a maioria absoluta, a segunda volta deveria ser feita no Congresso - através do voto colegiado, conforme rezava a Constituição de 1967 - , entre os três partidos mais votados: a UDP, a ADRN e a ADN. Mas o processo político da eleição do presidente levou a uma situação de impasse prolongado, conhecido como o "*empantanamiento*", demorando sete dias a ser "resolvido". Chamamos a atenção para essa solução porque na verdade o impasse possibilitou a emergência de dois fracos e efêmeros governos parlamentares. O *empantanamiento* foi interpretado senão como algo estranho pelo menos como um fenômeno "patológico", como uma situação de "lógica destrutiva" que teria prevalecido entre as principais forças políticas.

---

etc.), à esquerda e ao movimento sindical (COB), estão contidos no documento publicado por Walter Guevara, intitulado "*La realidad que ha creado la Revolución Nacional*", in Guillermo Lora, **Documentos Políticos de Bolivia**, Vol., op. cit., pp. 231-273. A data provável deste documento é o início dos anos 60.

<sup>19</sup> Ver Walter Guevara, *Manifiesto a los Electores de Ayopaya*, 1944; e *Clase Média y la Revolución Nacional*, conferências de Guevara em 1960, *La Nación*, *El Diario*; ambos documentos citados em René Zavaleta, "*La Revolución Democrática...*", op. cit., p. 32 e notas 18 e 19; ver o item "*La teoría de las etapas*".

A primeira coisa a ser observada é o resultado dos comícios: houve praticamente um empate técnico entre a UDP (31,2%) e a coligação partidária liderada pelo MNR-Estenssoro (31,1%). A diferença entre Siles e Estenssoro foi apenas de 1.512 votos. Uma análise mais detida dos resultados eleitorais *oficiais* - mesmo que admitamos que esses números eram viciados ou alterados - das eleições de 78 e 79 mostra que o enorme crescimento do segundo partido não se justifica por nenhum motivo, a não ser pela fraude. Basta aqui fazer duas observações importantes para se ter uma idéia da empreitada fraudulenta do MNR-Estenssoro. Em 1978, a coligação liderada por Estenssoro (ADRN) obteve apenas 9,9% (185 mil votos). Na melhor hipótese, este partido, mais o PDC e a fração MNRP, que têm afinidade ideológica, obteriam somente 20% (372 mil), cujo déficit, em relação aos resultados de 1979, é ainda de um pouco mais de 10% (150 mil). Em relação às eleições de 1980, o MNR-Estenssoro obteve somente 17,7% (263 mil), aproximando-se dos resultados de 1978. Todavia, se juntarmos os partidos que ficam perto do espectro ideológico do partido de Estenssoro (FDR, PRA, MNR-U, AFIN), chegariam a um máximo de 25,5% (381 mil), o que seria um resultado semelhante ao da melhor hipótese de 1978. Portanto, o MNR-Estenssoro nunca teria chegado a 31% dos votos, na pior ou na melhor hipótese. Assim, a fraude feita por esse partido (obviamente corroborado pelo governo Padilla) foi evidente.

Isso significa que o MNR-Estenssoro deu uma verdadeira lição a Banzer de como se faz uma fraude: mostrou uma maior eficiência da manipulação da máquina eleitoral. Entretanto, isso não era nenhuma novidade, pois o partido adquiriu experiência durante os três governos do MNR (entre 1952 e 1964), quando utilizou as massas urbanas e, sobretudo, as massas camponesas como base de sustentação eleitoral do regime. Além do mais, Estenssoro não era apenas o mestre da fraude e da manipulação do processo eleitoral, era também o mestre do golpe. Banzer sabia disso muito bem e por isso andava se precavendo do velho caudilho populista.

A vocação golpista de Estenssoro ficou claramente expressa na aliança Radepa-MNR,<sup>20</sup> que aplicou o golpe de Villarroel em 1943. Naquela ocasião, a pequena burguesia,

---

<sup>20</sup> A Radepa (Razão de Pátria) era uma organização militar formada por um grupo reformista do Exército, identificada com as lutas políticas defendidas pelos generais Toro e Busch, heróis da Guerra do Chaco (1932-1936). Terminada a Guerra, esses dois generais dirigiram governos militares reformistas, cuja ideologia foi

que havia criado recentemente o seu partido (MNR), aliou-se ao setor militar reformista do Exército, para tomar o governo e aplicar algumas reformas políticas (Estenssoro debutou como Ministro das Finanças do governo Villarroel). Depois em 1952, quando o MNR aplicou outro golpe ao governo militar. Tal governo tinha anulado as eleições que ganhou Estenssoro em 1951. Nessa ocasião, a direção do partido passou a planejar, meticulosamente, o “golpe mestre” para derrocar o general Ballivian. Só que esse golpe converteu-se, curiosamente, em uma insurreição popular (9 de abril de 1952), dando início à Revolução Nacional. Os líderes do partido ficaram altamente surpreendidos pela reação da massa, pois não esperavam uma transformação política dessa envergadura. Eles pretendiam apenas mudar o governo, através do método do golpe de Estado, e aplicar algumas reformas sociais, dando algumas concessões políticas às massas populares. No golpe de 71, encontramos Banzer e Estenssoro, os quais permanecem juntos até 1974, ano em que Banzer expulsa do governo o velho caudilho. Durante os anos de 1973 e 1974, Estenssoro, aliado com o setor militar conhecido depois como o grupo “constitucionalista”, estava planejando um golpe contra Banzer. No Congresso de 79, encontramos os dois mestres golpistas novamente, ambos disputando a presidência, em “igualdade de condições”, embora Estenssoro tivesse uma relativa vantagem.

Pois bem, o outro fator importante das eleições de 79 diz respeito à representação partidária no Parlamento. O MNR-Estenssoro obteve 44,4% das cadeiras, ao passo que a UDP 31,9% e a ADN apenas 15,2%. Mas nenhum partido, sozinho, podia eleger presidente, justamente porque não havia um partido que conseguisse a maioria simples: obter 73 votos, conforme rezava a Constituição. Resultado: cada partido manteve-se hermético, durante as *sete votações* ininterruptas (cujos resultados foram idênticos), sem eleger o novo presidente. Era uma situação em que parecia que tudo estava previamente determinado. É nesse contexto que aparece a figura de Guevara: ele era o presidente do Congresso. Não obstante,

---

caracterizada, na época, como “socialismo militar”. Tais lutas visavam transformar o sistema político do chamado Estado oligárquico, o qual estava diretamente influenciado pelos “Barões do Estanho” e pelos grandes proprietários fundiários. Depois da derrota boliviana na Guerra do Chaco, esse Estado entrou em permanentes crises e instabilidade política, desaguando na Revolução de 1952. Estenssoro foi o Ministro das finanças do governo Villarroel. Ao passo que Villarroel teve um final infeliz: foi enforcado em plena *Plaza Murillo* por um setor da massa influenciado pela oligarquia (PURS) e pelo PIR. Tratava-se do golpe da oligarquia, em contubérnio com o PIR, abrindo o período conhecido como o “sexênio”: 1946-1952, período de guerra civil permanente, sob uma das ditaduras militares mais impiedosas da história boliviana.

Guevara estava esperando o momento em que algum partido o nomeasse presidente interino, como de fato aconteceu: a ADN propôs Guevara para presidente interino da República, como uma iminente solução ao impasse. Entretanto, será que houve um acordo prévio? Se o houve, de parte de que forças políticas? A resposta afirmativa seria a mais simples. Contudo, o processo parece ser mais complexo.

A nosso ver, não foi um simples “empate”. Não se trata duma questão “técnica” que deve ser examinada, conforme aponta a maioria das análises. Foi a vitória da direita, da burguesia golpista, frente ao frágil democratismo das frações burguesas e da pequena burguesia representada pela UDP. Banzer não quis dar os seus votos a Estenssoro, com os quais este ganharia folgadoamente. Aliás, Estenssoro só precisava de cinco votos para ser eleito presidente. Estamos frente a uma situação em que as forças da direita sabiam o que faziam, quer dizer, uniram-se contra a UDP e contra a massa popular; ao mesmo tempo, não permitiam a vitória de uma de suas facções concorrentes, isto é, eleger Estenssoro. A escolha de Banzer era remota, mas não impossível.<sup>21</sup>

Zavaleta interpreta que Banzer votou pelo golpe militar, quer dizer, sua votação não foi contra Estenssoro e Siles, mas para impedir a materialização da solução constitucional. E conclui de forma lapidar: “na noite do dia 6 de agosto, o *vértice golpista* parecia invencível. Se refletirmos nesse sentido, a solução Guevara é uma solução *cesarista*. O *empate catastrófico* era inevitável”.<sup>22</sup> Assim, Guevara teria sido “uma transação lógica” na medida em que manifestaria uma desarticulação do poder político boliviano, conotando “uma nova fase de incerteza, na qual lutariam acirradamente o autoritarismo militar e o

<sup>21</sup> Em 1985, Banzer ganhou as eleições gerais, mas, no Congresso, Estenssoro foi eleito presidente. O acordo político entre esses dois partidos (ADN-MNR-Estenssoro) foi chamado de “Pacto pela Democracia”. Na verdade é um “pacto” entre os dois velhos caudilhos golpistas. Em 1989, Paz Zamora (MIR), terceiro nas eleições gerais, foi eleito presidente no Congresso com o apoio de Banzer. Nesse ano, surgiu o “Acordo Patriótico” entre Banzer e Paz Zamora (que excluiu o MNR-Estenssoro): tratava-se duma versão do Pacto de 85. Em 1997, Banzer ganha novamente as eleições, mas não consegue maioria absoluta. Entretanto, ele conseguiu a presidência da República graças a uma grande coligação partidária que derrotou o MNR-Estenssoro no Congresso (segundo turno). Entre os partidos que apoiaram Banzer (ADN) estão: o MIR (Paz Zamora), a NFR, o CONDEPA e a UCS (os dois últimos partidos apareceram depois de 1985, os quais são liderados por figuras neo-populistas). Embora na campanha eleitoral não se tenha falado explicitamente de um “acordo” ou “pacto” (os autores da teoria da modernização boliviana interpretariam que a Bolívia teria chegado a um nível de prática democrática, aberto em 1985, semelhante à prática da democracia parlamentar dos países centrais), o discurso da posse presidencial de Banzer (agosto de 1997) referiu-se, implicitamente, ao “Pacto Social contra a miséria”. Vemos, assim, que a Bolívia deixou de ser o país do golpe para ser o país do “pacto”.

<sup>22</sup> “*Bolívia: la fuerza de la masa*”, op. cit., p. 95; grifo nosso.

messianismo esquerdista, impondo-se ambos em cada um dos seus bandos”.<sup>23</sup> O que interessa para nós aqui, é que Zavaleta identificou o nosso problema: 1) o “vértice do golpe” predominava no Parlamento, 2) a natureza da solução encarnada em Guevara e 3) o agravamento das contradições entre as frações dominantes e o acirramento das lutas de classe (que para Zavaleta se teria traduzido na polarização militarismo e messianismo esquerdista).

Pergunta: será que poderíamos qualificar a *solução Guevara* como um tipo de cesarismo, na medida em que as forças políticas dominantes empurraram a situação política para essa solução, no contexto de um equilíbrio precário entre o bloco no poder e as massas populares, até se converter num equilíbrio catastrófico? A nosso ver, a interpretação que Zavaleta faz do *empantanamiento* é problemática. Ele tende a interpretar que as forças golpistas, neste caso o autoritarismo militar, estariam encarnadas em Banzer e que, se a solução era lógica, então tudo estaria predeterminado, desaguando num conflito (que alude ao conceito de equilíbrio catastrófico formulado por Gramsci, em relação ao cesarismo) entre o autoritarismo militar e o messianismo esquerdista. Temos aqui a idéia primogênita do “empate histórico”, formulada por Antônio Mayorga. Ora, não podemos reduzir o problema da natureza das crises políticas do período a um confronto de tipo binário (autoritarismo militar *versus* messianismo esquerdista, ou seja, militares x COB). Inclusive, as forças golpistas vão além do autoritarismo militar. Não esqueçamos que, desta vez, eram as forças estenssoristas que estavam buscando o golpe. A rigor, o golpe poderia ter vindo de Banzer, Estenssoro ou de um caudilho militar qualquer (como Natusch, por exemplo). Isso não indica, entretanto, que o setor que representava Siles Suazo estivesse isento de participar em empreitadas golpistas.

Por outro lado, o *empantanamiento*, que deu origem ao governo Guevara, está longe de ser um caso de cesarismo ou bonapartismo.<sup>24</sup> O país não estava saindo duma situação

---

<sup>23</sup> Idem, *Ibidem*, p. 96.

<sup>24</sup> Não entraremos na análise do que seriam o cesarismo e os tipos de bonapartismo. Basta fazer algumas observações sobre as características gerais do bonapartismo analisado por Marx em *O Dezoito Brumário*. O bonapartismo, como fenômeno político geral e como forma de Estado capitalista específico, teria as seguintes características: 1) ele surgiu numa conjuntura pós-revolucionária, 2) surge como um processo de legitimação do antigo sistema de dominação, no qual se revisa a política de concessões às classes populares, 3) um grupo burocrático assume a direção das políticas estatais, sem excluir os interesses das frações dominantes e 4) seria uma situação onde existe uma hegemonia de uma classe ou fração dominante (características apontadas pelo Prof. Décio Saes). Nesse sentido, o bonapartismo teve uma base social ampla e relativamente sólida, cuja

revolucionária. Tampouco se tratava, o período 1978-1982, duma situação revolucionária, embora os principais representantes políticos da burguesia tenham parodiado permanentemente os processos da Revolução Nacional de 1952. O contexto imediato do *empantanamiento* era a espetacular fraude montada pelo MNR-Estenssoro e o intento da redefinição da hegemonia (centrada na figura de Estenssoro) por parte da grande burguesia compradora.

Todavia, Guevara não era um Ovando, Torres, Meza ou um Estenssoro; era apenas um oportunista político encrostado no poder dos velhos setores dominantes, mas sem a capacidade de convocação política. Nesse sentido, Guevara tornou-se um prisioneiro, num duplo sentido: do palácio e de sua própria *fortuna*. Prisioneiro do palácio,<sup>25</sup> quer dizer, dos militares e de Estenssoro, porque foi colocado no lugar onde ele queria chegar com tanta ansiedade, porém carecia de qualquer base de apoio ou poder político. Ao mesmo tempo, ele encarnava a crise do próprio nacionalismo revolucionário. Prisioneiro de sua própria fortuna: comportou-se como um presidente *tout court* e esqueceu sua condição de interino; enfim, cometeu o erro de tentar prolongar seu mandato, sob o pretexto de dar solução à crise econômica. Tal erro foi bem aproveitado pelas forças golpistas, que o acusaram de tentar prorrogar o seu mandato, e que, ao mesmo tempo, contribuiu para a sua deposição.<sup>26</sup>

---

permanência não teve um caráter contingente, mas uma permanência prolongada (no caso do Luís Bonaparte, o seu regime permaneceu por 22 anos). Assim, deve-se distinguir entre uma ditadura bonapartista - e sua decorrente crise e instabilidade política - e uma ditadura militar de tipo sul-americano, como a ditadura de Banzer, por exemplo. No caso dos regimes pós-banzeristas, a característica específica é a de uma instabilidade política crônica, a qual não pode ser confundida com o tipo de instabilidade política que caracterizou o bonapartismo acima mencionado. Pior ainda, confundir uma instabilidade política crônica com uma "instabilidade catastrófica", oriundas das interpretações gramscianas sobre o cesarismo. Remetemos, assim, diretamente às seguintes indicações bibliográficas: Karl Marx, "*O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*", op. cit.; Sobre o cesarismo observado por Antônio Gramsci, ver **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, 2ª ed., pp. 65-66 e segs. Nicos Poulantzas, em PPCS, considera o bonapartismo "*como um traço teórico constitutivo do próprio tipo capitalista do Estado*", e sendo uma das suas característica essenciais "*a autonomia relativa do Estado face às classes ou frações dominantes*", pp. 254-255; grifo do autor. Uma síntese sobre a problemática do bonapartismo, em relação ao caso do regime militar brasileiro pós-64, oferece Ricardo Antunes em **A Rebeldia do Trabalho**, Campinas, Editora da Unicamp, 1988, pp. 112-126. Antunes considera o Estado brasileiro de pós-64 como uma "forma particular de Estado bonapartista" *de fato*, p. 116.

<sup>25</sup> O termo "prisioneiro do palácio" é do jornalista Irving Alcaraz que escreveu um livro sobre o golpe de Natusch, no qual descreve a situação de Guevara e das forças golpistas; ver **El Prisionero de Palacio**, La Paz, Amerindia, 1983.

<sup>26</sup> Guevara tinha manifestado abertamente que pretendia prorrogar o seu interinato, conforme a sua declaração à imprensa: [Guevara] "...ou combatemos com êxito, em conjunto, a crise econômica ou realizamos eleições no próximo ano. Ambas as coisas não podem se fazer simultaneamente [...]". "Isso significa que as eleições poderiam postergar-se até 1981?", pergunta o jornalista. Resposta de Guevara: "pode ser, não sei, isso

O outro problema da interpretação de Zavaleta é que ele tende a caracterizar uma situação “cesarista” prolongada no tempo, produto de um suposto “vazio de poder” e do “equilíbrio catastrófico”, isto é, um confronto entre o autoritarismo militar e o messianismo esquerdista. Bem entendido, seria um “empate” entre os militares e a COB, entre o Estado autoritário e a sociedade civil (fraca e ossificada).

Trata-se duma tese que Mayorga retomou de Zavaleta, elaborando-a de uma forma mais complexa: o “empate histórico” entre os militares e a COB. Tal empate é entendido como “um bloqueio mútuo e uma incapacidade política e ideológica, por parte das forças políticas, para dar solução de hegemonia e de consenso, em escala nacional, à questão estatal”.<sup>27</sup> Mais especificamente, o empate seria entendido, de um lado, como uma “situação de forças em que a crise *global* da sociedade inclina a balança de poder para as forças armadas”, e de outro, “implica também que a COB, sendo tendencialmente um sujeito contra-estatal, não esteve em condições de elaborar e impor uma alternativa de hegemonia popular, capaz de conquistar o poder”.<sup>28</sup> Visto assim, o golpe de Natusch expressaria - segundo Mayorga - um caso típico de bonapartismo, como foi o golpe de Torres, situação produzida justamente por um *equilíbrio catastrófico*, na qual se busca, sem êxito algum, “uma conciliação estável das contradições sem que se altere a mesma correlação de forças”. Nesse sentido, os regimes que surgiriam dessa situação experimentariam um “vazio de poder porque os próprios agentes políticos não se comprometem e se distanciam dele, permanecendo presos numa ‘terra de ninguém’”. Ademais, eles não poderiam conciliar e arbitrar as forças políticas, nem conquistar o poder pela via da hegemonia, mas tampouco poderiam “ser vencidos política e militarmente”.<sup>29</sup>

---

dependerá da decisão do Congresso”, Coletiva de imprensa feita por Guevara a 22 de outubro de 1979, em Ana Maria Romero de Campero, *Ni Todos ni Tan Santos. Crônicas sobre el poder*, La Paz EDOBOL, 1996, op., cit., p. 69. Esta obra é uma réplica ao golpista Guillermo Bedregal (MNR-Estenssoro) sobre o golpe de Natusch e tem como objetivo descrever a experiência da autora (jornalista) como ministra de informações do governo Guevara.

<sup>27</sup> René Antônio Mayorga, “*Empate histórico y debilidad constructiva...*”, op. cit., p. 399.

<sup>28</sup> Idem, ibidem, p. 399; grifo nosso.

<sup>29</sup> Idem, ibidem, p. 398.

Embora o período pós-78 tenha manifestado uma complexidade da crise de hegemonia e da crise do Estado, é altamente discutível a tese do *empate histórico*. Em primeiro lugar, não se trata de uma situação de poder “soma zero”, em que uma fração supostamente ganharia uma cota de poder que a outra perderia. Em segundo lugar, reduzir o conflito político boliviano, do período pós-64, ao confronto entre os militares e a COB é desconhecer: 1) a complexidade do funcionamento do Estado burguês boliviano, 2) o papel político desses dois atores importantes e 3) os tipos de crise política estabelecidos ao longo das transformações do Estado militar boliviano. É curioso que Mayorga não faça uma análise do aparelho estatal, nem do caráter que assumiu a crise de organização e representação partidária burguesa. Limita-se a fazer uma crítica, devastadora por certo, à crise ideológica e política dos partidos de esquerda e da COB, crise essa que manifestaria uma congênita “debilidade construtiva do campo popular”. Os culpados da crise de hegemonia, em última análise, seriam a COB e os partidos de esquerda, nomeadamente de ideologia marxista, cuja forma de fazer política seria anacrônica, ultrapassada: “se existe crise de hegemonia no país é precisamente porque a esquerda não oferece soluções [nacionais] e, portanto, não conseguiu elevar-se à *direção* política”.<sup>30</sup> Pergunta: será que o “empate histórico” é a chave conceptual para entendermos a complexidade do funcionamento do Estado do período em questão, da suposta “abertura” das instituições democráticas, do papel dos principais atores políticos e, sobretudo, da *direção* política burguesa do processo de democratização e modernização da sociedade e do Estado bolivianos, exprimida na análise de Mayorga?

A nosso ver, não se trata aqui - o que não é o caso - de subestimar ou defender a crise de organização e representação partidária do setor popular, cujas contradições foram igualmente profundas e trágicas para o movimento popular. Trata-se de um exame que identifique as principais determinações das crises políticas, que permita desvendar a natureza de classe das mesmas.

Para elaborar o seu conceito de “empate histórico”, Mayorga incorporou o conceito gramsciano de crise política, relativo ao Cesarismo (“equilíbrio catastrófico”) e as

---

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, p. 413; grifo nosso.

considerações de Marx sobre o bonapartismo francês, no que diz respeito a um certo equilíbrio de forças particular, expressas na famosa frase seguinte: *a burguesia tinha perdido e a classe operária não havia alcançado a faculdade de dirigir o país*. Só que Mayorga tende a interpretar que o equilíbrio catastrófico teria uma “deficiência orgânica necessariamente insuperável”, além de considerar esse tipo de equilíbrio (que para Mayorga seria “empate”) como prolongado no tempo, totalmente o contrário do que defendia o próprio Gramsci. Este último autor teve o cuidado de não reduzir o fenômeno do equilíbrio catastrófico ao equilíbrio geral; do mesmo modo, ele estava consciente de que esses dois tipos de equilíbrio não eram suficientes para explicar o “fenômeno histórico concreto do bonapartismo francês”.

Vejamos uma frase de Gramsci sobre o assunto: “[...] a fase catastrófica pode apresentar-se como consequência de uma deficiência política ‘momentânea’ da força dominante tradicional, e não em virtude de uma deficiência orgânica necessariamente insuperável”.<sup>31</sup> Mayorga tende a interpretar que a suposta situação de “empate histórico”, no caso boliviano (no final da década de 70), aludiria a uma passagem de um tipo de Estado para outro. Vale dizer, o “empate histórico” necessariamente teria deslanchado no aparecimento de um novo tipo de Estado, instaurado em 1985. Durante o período 1978-1982, o Estado de 1952 estaria num “processo de queda gradativa”.

Por outro lado, Mayorga confunde o equilíbrio geral das forças presentes como um equilíbrio entre a classe burguesa e a classe operária, conforme uma leitura errada das observações de Marx sobre o bonapartismo francês. A esse respeito Poulantzas diz o seguinte:

“[...] através de uma leitura aprofundada dos textos de Marx, podemos verificar que este não admite de fato, no caso do bonapartismo na França, qualquer equilíbrio entre a classe burguesa e a classe operária - na acepção, por exemplo, em que se pode falar de um equilíbrio entre a classe feudal e a classe burguesa apenas no último período do Antigo Regime - : a classe operária, desorganizada pelos acontecimentos de 48, não só se encontra em uma situação de equilíbrio

<sup>31</sup> E continua o texto: “Foi o que passou no caso de Napoleão III [...], a forma social existente não tinha ainda esgotado as suas possibilidades de desenvolvimento, como a seqüência dos acontecimentos amplamente o demonstrou. Napoleão III representa [...] essas possibilidades latentes e imanentes: o seu cesarismo tem pois uma cor particular [...] no caso do cesarismo de Napoleão [...] não houve passagem de um tipo de Estado para um outro tipo, mas somente ‘evolução’ do mesmo tipo segundo uma linha ininterrupta [...]”, citação de Nicos Poulantzas, in PPCS, p. 257; grifo nosso.

de forças com a burguesia, como 'desaparece mesmo da cena'. A contradição principal desloca-se e encontra-se entre a burguesia de um lado, a pequena-burguesia e o campesinato do outro, sem que também se possa falar de um equilíbrio entre estas forças".<sup>32</sup>

Dito isso, podemos colocar algumas observações importantes. A nosso ver, o agravamento da crise de hegemonia, manifesto na abertura do Congresso, que possibilitou o surgimento do governo Guevara (e nos posteriores golpes de Natusch e Meza), reflete um processo político contraditório, semelhante ao já ocorrido na cúpula castrense, que caracterizamos como um processo de *unidade-na-desunião* das classes dominantes: unidade contra a massa popular; mas ao mesmo tempo, desunidade no momento da sucessão presidencial, fato que impediu a tomada do poder entre elas, entrando em francas contradições e cisões permanentes. Essa situação expressaria igualmente a fragmentação no seio do bloco no poder e a incapacidade de redefinição da hegemonia, prolongando indeterminadamente essa crise, já tornada crônica. Esse é o primeiro elemento importante.

O segundo elemento é que, nesse contexto, quem tende a manter uma mínima unidade, ainda que precária, é a instituição castrense: o processo de unidade é maior quando ela está ameaçada pelo "mundo político-civil". Nessa situação, a burguesia golpista novamente volta desamparada aos braços da cúpula castrense. Em outros termos, o Parlamento contribuiu a exacerbar a hostilidade do Exército contra o funcionamento das instituições democráticas, provocando a unidade das forças golpistas. Esclareça-se que o Parlamento não era um ente que estava por cima das forças contrárias a seu funcionamento, isto é, que estaria imune às forças golpistas. Bem pelo contrário, excluindo um pequeno grupo que acreditava, ilusoriamente, na transparência do funcionamento das instituições democráticas e da administração do Estado (sobretudo o PS-1), o Parlamento era um verdadeiro ninho de golpistas.

Marx já tinha observado que, no caso do bonapartismo francês de pós-1848, e a propósito da crise de unificação burguesa, o funcionamento da República parlamentar "era a condição indispensável da sua dominação comum, a única forma de Estado em que o seu interesse geral de classe podia subordinar a si, ao mesmo tempo, as pretensões das diferentes frações e de todas as outras classes da sociedade". Entretanto, a França daquela

---

<sup>32</sup> PPCS, p. 256.

época - o bonapartismo - "já encontrava-se inteiramente na República parlamentar".<sup>33</sup> Parafraseando Marx, podemos dizer que, embora não se trate de uma situação de bonapartismo, o Estado militar boliviano estava presente no Parlamento de agosto de 1979. Os acontecimentos políticos posteriores simplesmente comprovaram esse fenômeno como, por exemplo, o caso do governo Gueiler e a reabertura do Parlamento em setembro de 1982.

O terceiro elemento importante a ser retido aqui é que não estamos frente a uma situação de um "equilíbrio catastrófico" entre as forças políticas antagônicas. Trata-se de uma situação política de equilíbrio geral, das forças sociais presentes, numa conjuntura concreta: a instabilidade política crônica, oriunda do bloco no poder. Essa situação foi provocada pelo caráter particular da luta de classes (de um lado, entre as classes dominantes, de outro entre elas e as classes populares), num momento de crise alastrada do Estado militar configurado em 1974. Por sua vez, a crise do Estado estava em direta relação, de um lado, com a aguda crise de hegemonia no seio do bloco no poder, e de outro, com a permanente pressão da massa popular. Esses dois elementos tiveram um impacto muito forte no seio do aparelho de Estado, principalmente no seio do Exército, o qual atravessava a sua maior crise política e ideológica desde 1971. Por outro lado, não se tratava tampouco duma crise revolucionária, que teria desaguado necessariamente numa solução de tipo insurreição popular armada, sob a liderança de um partido de massas (como foi o caso de 1952) ou de um partido revolucionário (como o caso nicaraguense de 1979-1980, sob a liderança da FSLN).

Na verdade, a COB, que tinha liderado as massas populares desde 1952, estava controlada pela cúpula da UDP. Por sua vez, a UDP estava sob a direta influência do MNR-I (Siles Suazo) e do MIR (Paz Zamora). A cúpula da COB era controlada por Lechin, por dirigentes do PCB estalinista e por alguns dirigentes dissidentes do POR-Lora. Conforme já observamos no segundo capítulo, a COB adotou a luta pela democracia, em detrimento da luta pelo socialismo. Nesse afã, perdeu a liderança das massas para a cúpula da UDP, passando a defender, intransigentemente, um democratismo burguês, caindo no campo ideológico do inimigo de classe. Portanto, as contradições no seio da COB, UDP e

---

<sup>33</sup> Karl Marx, *O Dezoito Brumário*, em Nicos Poulantzas, PPCS, p. 280.

dos setores de esquerda foram também trágicas para as massas populares. O exemplo disso, foi a estratégia adotada, posteriormente, pela CONADE.

O último elemento importante a ser retido sobre o *empantanamiento* é que a crise de agosto de 1979 manifestou a possível solução política que seria adotada posteriormente pelas classes ou frações dominantes. Em outros termos, o complexo processo político boliviano acabaria desaguando num tipo de solução política dirigido pelas velhas frações burguesas dominantes, cujas cartadas oscilavam entre o democratismo burguês e o golpismo. Entretanto, desde já colocamos que a solução democrática (defendida pela CEPB de maio a setembro de 1982) proposta pelas frações burguesas dominantes somente foi possível graças ao funcionamento do poder institucionalizado do Estado burguês boliviano. O contexto geral é, de um lado, o de incapacidade de organização e unificação das classes dominantes; de outro, de derrota, divisão, de profundas contradições das lideranças das massas (COB e os partidos de esquerda), bem como da desorganização/organização das massas populares por parte do aparelho estatal, sob os efêmeros governos (civis ou militares). Nesse sentido, o Estado organizou as frações do bloco no poder, através do Exército, do Executivo e do Parlamento, num contexto de crise de organização e de representação partidária burguesa. De julho a setembro de 1982, o aparelho estatal foi um fator determinante que permitiu a reorganização político-partidária da velhas frações burguesas dominantes: a fração mineira e a fração agro-industrial. Essa questão será retomada mais à frente.

Não era estranho, portanto, que, em todo o processo de votação do presidente no Congresso de agosto de 79, o ambiente político estivesse contaminado de uma tamanha incerteza e, sobretudo, de rumores sobre conspirações golpistas. Conforme declarou o chefe do Estado Maior das Forças Armadas (general Vítor Castillo): “alguns integrantes do Parlamento converteram o Congresso num circo”; mas os Comandos do Exército respeitarão à Constituição e, se o processo “ultrapassar os *limites* da tolerância, deveremos tomar nosso papel e pôr ordem no país”. No mesmo dia Banzer denunciou uma conspiração golpista, a qual estaria aproveitando o momento do “*empantanamiento*” do Congresso para aplicar o golpe. Banzer justificou também que seu partido não estava participando nessa empreitada (de duas uma: ou Banzer aludia ao golpe que estaria amadurecendo no setor

estensorista ou estava fazendo o jogo para tentar confundir os seus adversários e ganhar posições perante a corrida presidencial). O comandante do Exército, general Ramón Azero, desmentiu, logo, os rumores de golpe e afirmou que tudo estava “nas mãos do Congresso”.<sup>34</sup> Com efeito, esse Congresso com uma mão escolhia o presidente e com a outra preparava o golpe que o deporia.

### 5.2.2.3 O Golpe de “*Todos Santos*”

Chegamos assim ao golpe de Natusch (1º de novembro 1979), que provocou o massacre de “*Todos Santos*”.<sup>35</sup> O general Padilla, que permaneceu como Comandante-em-Chefe das Forças Armadas para garantir o governo democrático, teve que aceitar sua derrota e, por conseguinte, o fracasso de sua estratégia. Desde setembro, Natusch, o novo homem forte do Exército, diretor do Colégio Militar “Gualberto Villarroel” (o ramo do aparelho militar mais importante, depois do Alto Comando, na escalada para a presidência da República) já agia como presidente *de fato*. Guevara e Padilla dedicaram mais tempo para tentar desfazer a conspiração golpista do que governar: o primeiro praticamente não dormia com a paranóia do golpe.<sup>36</sup>

Estamos ante um típico golpe cirúrgico? Podemos catalogar esse golpe como tal? Ou foi uma expressão do “empate” entre as Forças Armadas e a COB? Ora, num país onde acontecia um golpe em cada quatro ou seis meses, pode-se reduzir o barbarismo de Natusch a um golpe cirúrgico? Golpe cirúrgico foram os de Barrientos, Banzer e García Meza, se podemos classificá-lo como tal. Aliás, um ideal de golpe “cirúrgico” foi o de Padilla que “operou” sem derramamento de sangue. Em vez dessa discussão, a nossa análise deve ser deslocada para uma outra questão, mais importante: por que as forças golpistas fracassaram ruidosamente no *coup d'état* de Natusch? Quais as implicações políticas dessa empreitada?

<sup>34</sup> Ver “*Cronología del empantanamiento*”, *Coyuntura*, N.º. 27, CIDOB, 15 de agosto de 1979, em Ana María Romero de Campero, *Ni Todos ni Tan Santos*, op. cit., pp. 15 e segs.

<sup>35</sup> A Comissão de Direitos Humanos identificou 216 mortos e mais de mil feridos. Entretanto, a Comissão dá fortes evidências de que os mortos foram o dobro dessa quantidade, ver *Asamblea Permanente de los Derechos Humanos en Bolivia. La Masacre de Todos Santos*, La Paz, 1980.

<sup>36</sup> Ver Gral. David Padilla, *Decisiones y Recuerdos...*, cit., pp. 149-155 e segs.

Coloquemos sumariamente os principais fatores: 1) o golpe nasceu no próprio Parlamento aberto em agosto de 1979, ligado à estratégia política do MNR-Estenssoro; 2) o Inquérito Parlamentar aberto contra Banzer, no início de setembro; 3) erros do governo Guevara (principalmente o intento de prorrogação do mandato) e 4) ascensão da massa e de sua organização política, motivada pela abertura do Parlamento e do Inquérito contra Banzer.<sup>37</sup>

Para tanto, o fator determinante do golpe foi o intento de recuperação da hegemonia das frações participantes do bloco no poder sob o regime banzerista, as quais tinham escolhido Estenssoro como seu homem forte. Estenssoro elege Natusch como o seu escudeiro com poder de fogo para o *putsch* de novembro. O que se traduziu no duplo fracasso da estratégia das frações dominantes: 1) da estratégia do setor constitucionalista do Exército, cuja contradição evidenciou-se, de um lado, na tentativa de manter o poder estatal, situação que levou à repressão descomunal das massas populares por parte do setor de direita do Exército; e de outro, na defesa da retirada tática; 2) da estratégia parlamentarista, patenteada na incapacidade do funcionamento da representação propriamente política, que permitisse criar bases suficientemente estáveis de poder democrático.

Dito isso, vejamos, a seguir, o processo político. No dia do golpe, Natusch e Estenssoro estavam juntos no palácio de governo: o primeiro estava justificando publicamente a drástica intervenção do Exército. Inclusive, Natusch estava rodeado dos parlamentares golpistas filiados ao MNR-Estenssoro: Guillermo Bedregal, Fellman Velarde, Sandoval Morón, entre outros. O massacre nas ruas de La Paz foi comandado pelo coronel Dória Medina (do regimento Tarapacá) e pelos temíveis oficiais Arce Gomes e Garcia Meza. Este último foi nomeado por Natusch Comandante Geral do Exército. Em

---

<sup>37</sup> O pedido de Inquérito foi proposto pelo PS-1 a 9 de agosto de 1979. As sessões do Inquérito começaram no dia 30 do mesmo mês com a exposição das provas das acusações contra Banzer feitas pelo deputado Quiroga, culminando na exposição na primeira semana de setembro. Cf. Marcelo Quiroga, **Bolivia Recupera la Palabra: Juicio a la Dictadura**, La Paz, MEP, 1982. A COB, FSTMB, o MIR e outros setores das classes trabalhadoras apoiaram o Inquérito. Veja-se as seguintes datas: 1) 5.09: "ADN pediu ampliação do Inquérito até 1952", 2) 10.09: ADN pediu cópias do Inquérito ao Congresso; os deputados do MNR apoiam Banzer e consideram "legítimo o golpe das Forças Armadas contra Torres" (Bedregal); 3) 16.09: a CEPB lança seus ataques ao setor público e diz estar "estrangulada e asfixiada"; 4) 18 e 19.09: a COB denuncia que está preparando golpe como em 1971; "Banzer considera que Inquérito tende a debilitar as Forças Armadas".

ações encobertas, Arce Gomes tinha comandado o desmantelamento dos arquivos do Parlamento e roubado a documentação do Inquérito contra Banzer.<sup>38</sup>

Mas há um detalhe importante a ser lembrado. Antes do 1º de novembro os setores golpistas já estavam divididos: o comando do golpe, ao ver que a empreitada era altamente perigosa e arriscada, em razão da correlação de forças desfavorável - marcada pela presença decisiva da massa no processo político - , decidiu postergar a quartelada. Dentre esse comando estavam assessores norte-americanos. O que não era nada estranho: desde o golpe de Barrientos eles estavam presentes na vida política do país; Banzer teve um decidido apoio deles no golpe de 71. Alguns autores afirmam que a ordem de "retirada" procedia da CIA e, por isso, Estenssoro teria recuado no último momento. O que parece plausível. Entretanto, as mudanças da correlação de forças mostraram que o imperialismo estava também vacilante: evidenciava a perda do controle dos processos bolivianos desde a queda do regime banzerista. A ação polivalente deste ator parecia estar subordinada à dupla estratégia das classes dominantes bolivianas: a combinação do método da defesa da democracia (sufrágio universal) e do método do golpe. Não obstante, a cartada do golpe, para ambos os atores, permaneceu em primeiro plano, pelo menos até a queda do governo Torrelio (julho de 1982).

Com efeito, a cisão do comando golpista era evidente, conforme foi constatado durante os 16 dias que permaneceu Natusch no Palácio. O setor mais radical queria manter o acordo e levar o golpe até as últimas conseqüências. A perda do controle do comando sobre o processo golpista foi patente no massacre de "Todos Santos": Natusch tinha reconhecido esse fato, tentando, logo, "lavar as mãos". É interessante que o excessivo poder de fogo acabou-se voltando contra os golpistas. No setor civil, as cisões expressaram-se na polêmica pública entre Bedregal e Estenssoro (ambos do mesmo partido) sobre o apoio a Natusch. Esperto conspirador, o primeiro vinha defendendo a quartelada, duma forma inescrupulosa, desde a abertura do Parlamento (agosto de 1979). Fracassado o golpe, Bedregal denuncia o plano e acusa Estenssoro de ser o autor intelectual; abandona o MNR-

---

Fonte: *Presencia*. No dia do golpe, Banzer declarou que a intervenção do Exército serviu para consolidar o processo democrático e não destruí-lo, dando maior força ao Inquérito! *Presencia*, 01.11.79.

<sup>38</sup> Era uma verdadeira ação planejada de "queima de arquivos": o próprio Quiroga denuncia o roubo da documentação do processo do Inquérito, efetuado durante o golpe. Ver *Presencia*, 20.11.79. O mesmo grupo,

Estenssoro e, no pleito de 1980, candidata-se para presidente pelo MNR-Unidade. Posteriormente, Bedregal justificará o golpe de novembro e defenderá obstinadamente Natusch.<sup>39</sup> Por seu lado, Estenssoro optou pelo silêncio tático, buscando sair ileso da empreitada golpista fracassada.

Por outro lado, o golpe de Natusch possibilitou a reorganização do Exército sob a liderança do setor fascistizante. Abriu as comportas do Alto Comando Militar (relativamente fechada por Padilla) para a circulação dos coronéis e generais a caminho da sucessão presidencial. Vale dizer, os dois objetivos imediatos logrados pelo golpe foram a retomada da direção do aparelho militar pelo setor da direita castrense (que acabou destituindo Padilla) e a interrupção do Inquérito contra Banzer.

Em suma, o golpe de novembro apresentou-se como um “monstro de duas cabeças”:<sup>40</sup> uma era a do Exército (Alto Comando-Executivo) e a outra a do Parlamento. Mas as faces desse monstro bicéfalo se revelarão, de forma mais nítida, no governo Gueiler e no golpe de julho de 1980.

---

comandado por Gomes, fez outra “operação limpeza” de arquivos nos escritórios do Serviço de Inteligência do Estado (SIE).

<sup>39</sup> Ver Guillermo Bedregal, *Doy la Cara*, La Paz, Editorial Jurídica Zegada, 1995. Evidentemente, Bedregal defendeu inescrupulosamente seu camarada Natusch. No seu livro alega que a eleição de Guevara foi um verdadeiro golpe constitucional: “...a eleição arbitrária e ilegal de Guevara Arze... [foi] um verdadeiro golpe de Estado do Congresso”, o que significa que “juridicamente em agosto de 1979 o Congresso da Bolívia consagrou uma modalidade autocrática de poder”, pp. 95-96. Por isso, o governo Guevara e o Parlamento não tinham razão de existir. Conclusão: o golpe de novembro foi uma verdadeira ação democrática, ação essa feita para “reforçar” a nascente democracia boliviana que era ameaçada pelos esquemas políticos tradicionais da “velha sociedade”. A filosofia golpista de Bedregal é uma variante da postura ideológico-política de Banzer.

<sup>40</sup> Essa imagem aparece em *Asamblea Permanente...*, op. cit., p. 111. A idéia aqui é que esse golpe foi um “monstro de duas cabeças”, por seu caráter cívico-militar (nacionalismo e banzerismo). Ora, a diferença ideológica entre o banzerismo e o nacionalismo revolucionário é muito tênue. Aliás, o primeiro é uma variante ideológica do segundo. Por outro lado, todos os golpes bolivianos tiveram uma sustentação e uma legitimação cívico-militares. A diferença é de forma e não de conteúdo. Já a imagem do “monstro bicéfalo” que nós utilizamos aqui é uma paráfrase retirada das análises de Marx sobre a “cabeça de Jano da República constitucional” francesa (entre o 20 de dezembro de 1848, quando Luís Bonaparte proclama-se presidente da República e o 28 de maio de 1849, no contexto da Restauração e da Monarquia de julho), cujas duas faces eram a do Executivo e a do Legislativo, ver Karl Marx, *As lutas de classe na França...*, op. cit., pp. 158-159.

### 5.2.3 Terceiro Período: Do Golpe de Garcia Meza à Instauração do Regime Democrático

Antes de entrar na análise dos fatores mais importantes deste período, é importante fazer uma observação. O golpe de Garcia Meza suscitou uma polêmica em torno às interpretações sobre as verdadeiras causas que o teriam originado. Entre as leituras predominantes encontram-se a do suposto “subimperialismo” argentino (governo Videla) e a do narcotráfico. Zavaleta já tinha chamado - acertadamente - a atenção para a simplicidade dessas análises.<sup>41</sup> Aliás, ambas interpretações partem do suposto da ação conspirativa dos principais atores políticos (imperialismo, “subimperialismo”, narcotráfico), reduzindo a complexidade dos fenômenos políticos a uma ou duas determinações causais. Inclusive Toranzo, tentando ir além dessas análises, não passou de uma interpretação puramente técnica: a principal causa que teria levado à deflagração do golpe de Meza estaria, em última instância, na “violência planejada” ou na “modernização da repressão”, por parte do Exército, cujo trauma da dissolução [crise ideológica] teria sido o fator determinante do golpe.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> Ver René Zavaleta, “*Las Masas en Noviembre*”, op. cit., pp. 53-54. No caso do golpe de Banzer de 1971, um parte da esquerda tinha interpretado como uma das causas principais, a direta intervenção do “subimperialismo” brasileiro. Naquela ocasião, Zavaleta criticou essa postura por não ter nenhum fundamento objetivo. Ver *El Poder Dual*, op. cit., item “*Norteamericanos y brasileños en la construcción de Banzer*”. Parece que as posturas geopolíticas provenientes da ESG brasileira tiveram um certo efeito até na esquerda, aliada a uma visão conspirativa do imperialismo norte-americano e dos “subimperialismos” sul-americanos (Brasil, Argentina).

<sup>42</sup> Carlos Toranzo, “*Las Interpretaciones del Golpe de García Meza*”, in *Bolivia: Reproducción de Capital y Política*, op. cit., pp. 263 e segs. Tese curiosa que não esconde sua admiração pela “eficiência” da repressão. Na verdade é uma variante da tese de Zavaleta sobre a modernização do Estado, no regime de Banzer, na base da corrupção-terror-inteligência, a consistência do aparelho estatal. Ver René Zavaleta, “*Bolivia: la fuerza de la masa*”, op. cit., pp. 86-91. Whitehead também cai na interpretação simplista de que a causa fundamental do golpe de Meza foi o narcotráfico. Ou seja, o autoritarismo militar boliviano, alimentado por sua prática corporativista e do enriquecimento ilícito em larga escala, levou ao livre tráfico de cocaína. Ver “*A Democratização Fracassada...*”, op. cit., p. 101. Não por acaso este autor considerou o êxito de Banzer à combinação do medo (terror) e *fortuna*.

### 5.2.3.1 O golpe de Garcia Meza

Resta agora reconstituir parte do processo político que originou o golpe de Garcia Meza.<sup>43</sup> Veremos que a nossa hipótese sobre o caráter enviesado do funcionamento das instituições democráticas (sufrágio universal, Parlamento), situação que foi levada ao limite pela prática de classe do conjunto da burguesia boliviana, tomará maior força ao longo da análise deste período. Para começar, diremos que a justificação da intervenção de Natusch, por parte dos setores golpistas do Exército e dos principais partidos políticos burgueses, adquiriu um sentido “democrático”. Quer dizer, a quartelada era vista como “necessária” para *garantir* o processo democrático e *endireitar* o funcionamento do Parlamento, convertido em circo. Esta postura democratizante também aparece nos representantes políticos da burguesia: do MNR-Estenssoro, da ADN, da FSB e do PDC.

Na instituição castrense, Banzer já tinha utilizado a postura democrática duma maneira sistemática. Tal postura foi defendida com maior ímpeto no final do seu regime, quando a ascensão das massas era cada vez maior. Naquela oportunidade, o caudilho militar tinha se referido à necessidade “histórica” da democracia, cujo “manto democrático” cobria o seu governo. Com efeito, a democracia burguesa apresentava-se como um “manto”, uma fachada para cobrir a prática golpista. Esse manto cobriu também o Parlamento, aberto em agosto (1979). Desde então, o manto democrata cobriria as “duas cabeças” (Alto Comando-Executivo, Parlamento) do Estado boliviano. É nesse contexto que se experimenta a *terceira* eleição do período (29 de junho de 1980): ao que parece, não houve fraude, mas houve golpe de Estado.

A UDP tinha ganho pela terceira vez consecutiva.<sup>44</sup> A massa já não participou da “festa eleitoral” como antes: a abstenção foi enorme. Contudo, o democratismo burguês,

<sup>43</sup> A esse respeito, as análises de conjuntura de Guillermo Lora são valiosas, embora não endossemos a sua perspectiva teórico-ideológica geral. Um conjunto de artigos referentes às conjunturas de 1979-1981 foi publicado em *Autópsia del Gorilismo*, op. cit.; *Cuál es el Partido revolucionario?*, Lima, Masas, 1981; e *Causas de la Inestabilidad...*; e *Inviabilidad de la Democracia...*, obras já citadas.

<sup>44</sup> A UDP obteve 34,0% (507.173 votos); o MNR-Aliança (Estenssoro) 17,7% e a ADN 14,7%. A UDP não conseguiu novamente a maioria absoluta. Em termos da representação no Congresso, a UDP conseguiu apenas 53 cadeiras, entre senadores e deputados (36,8%), o MNR-A 41 (28,4%) e ADN 28 (19,4%). O MNR-A e os partidos afins (FDR e PRA-A) chegavam a um total de 47, enquanto que a ADN e partidos afins (FSB) chegariam a 31 representantes. A UDP e o PS-1 totalizavam 64 cadeiras, ou seja, 44,4%, enquanto que toda

assumido pela maioria dos atores políticos, foi bastante curioso. Depois do golpe de Natusch, as forças democráticas uniram-se na Comissão Nacional de Defesa da Democracia (CONADE): integravam-na desde o MNR-Estenssoro, passando pela UDP (MNR-Siles, MIR, PCB), PS -1, até a COB, além de integrá-la uma quantidade bastante grande de instituições políticas e civis. O objetivo fundamental da Comissão era o de dar sustento político ao regime democrático (Gueiler) e barrar qualquer intento golpista. Frente a um novo golpe, a CONADE convocaria imediatamente as instituições políticas que a integravam e mobilizaria a massa popular, colocando-a como um muro de contenção frente ao Exército. Mas, na hora do golpe, a CONADE mostrou a sua debilidade: foi facilmente controlada pelo Exército e, por conseguinte, não conseguiu materializar seus objetivos.

O golpe de Meza deflagrou-se a 17 de julho de 1980, tendo o apoio substantivo do Parlamento aberto em agosto de 1979. E qual foi a justificação da Junta Militar nessa intervenção? Resposta: a Junta alegou que não houve golpe; simplesmente se tratava duma espécie de *sucessão constitucional*, “através da voluntária entrega do poder pela presidenta Gueiler às Forças Armadas”. É que a Junta Militar havia obrigado Gueiler a firmar uma carta na qual ela renunciava voluntariamente à presidência. Assim, a intervenção do Exército era uma atitude que visava defender a democracia e, sobretudo, respeitar a Constituição:

“[...] era necessária esta atitude das Forças Armadas [...] pela defesa do império da Constituição [...], restituindo a plena expressão da vontade popular, manipulada e distorcida por outra fraude eleitoral baseado na transgressão flagrante da Constituição [...] e de toda a estrutura jurídica nacional”.<sup>45</sup>

O programa de governo era mais enfático ainda: propunha-se a colocar “as premissas para o estabelecimento da institucionalidade democrática” no país, buscando “a real participação do povo no processo democrático”.<sup>46</sup> Não era nada estranho, portanto, que o próprio Meza

---

direita (MNR-A e ADN e outros) chegava a um total de 78 (54,1%). Se fosse governo, a UDP não teria controle sobre o Parlamento.

<sup>45</sup> Declaração de García Meza à imprensa, ver *Presencia*, 23.07.80, em Guillermo Lora, *Autópsia del Gorilismo*, op. cit., p. 31.

<sup>46</sup> “Programa del Gobierno de Reconstrucción Nacional de las Fuerzas Armadas”, in German Monroy, *Los Partidos Políticos...*, op. cit., p. 83. O programa insere-se no marco da “Revolução boliviana para a reconstrução nacional”, defendendo a estratégia da “segurança integral com desenvolvimento”. No social, aproxima-se das posturas cepalinas (criação da sociedade justa com “distribuição equitativa”), além de

justificasse, nos primeiros dias de governo, que estava colocando em prática uma “democracia à la boliviana”.<sup>47</sup>

Vejamos agora o contexto imediato do *putsch*:

1) O golpe adiantou-se aos planos originais. Uma das táticas do plano previa dar um relativo tempo ao novo governo que se instauraria em agosto (neste caso, o de Siles Suazo, que seria empossado o dia 6 desse mês), o qual entraria em contradições com a massa popular e, sobretudo, com o Alto Comando Militar. Essa situação permitiria às forças golpistas adquirir maior legitimidade e consenso na massa popular e, assim, aplicar o golpe sem “maiores traumas”. Há fortes evidências que Gueiler apoiou esse plano golpista, conforme a sua declaração no exílio (Chile).<sup>48</sup>

2) A CONADE foi surpreendida pelo golpe de Meza: a sua direção política, bem como a dos partidos que faziam parte dela, não acreditavam que os militares voltassem. O erro estratégico da Comissão resultou num verdadeiro prejuízo político aos sindicatos proletários e à massa popular.

3) Antes das eleições, os militares de direita, sob a égide de Meza, tinham pedido à presidenta Gueiler a prorrogação das eleições, porque o país não estaria preparado para a democracia: era um chamado ostensivo ao golpe de Estado.

A embaixada norte-americana manteve-se vacilante, até que decidiu-se pela cartada democrática, passando a apoiar a um candidato favorável a seus interesses (Estenssoro, Banzer e até Siles Suazo). Antes do golpe, Meza tentou conseguir apoio da embaixada para materializar a empreitada golpista, mas não conseguiu. Inclusive o golpe ia estourar antes do previsto, porém foi contido pelo Embaixador norte-americano: é por isso que, no início

---

defender a implementação de um programa econômico austero, racionalizador do gasto público, eficiente na administração e no combate à corrupção.

<sup>47</sup> Ver Guillermo Lora, *Autópsia...*, op. cit., ver o item “*Democracia a la Boliviana*”. Assim como não faltaram aduladores e lacaios de Estenssoro e Banzer, o general Garcia Meza também não ficou atrás: foi defendido obstinadamente por Daniel Salamanca. Este personagem ainda tentava ir mais longe: justificar o golpe de julho de 1980 mostrando “provas rigorosas” (31 violações à lei eleitoral) da “fraude” realizada no pleito de 1º de julho. A extensa documentação provém do Ministério do Interior, sob a direção de Arce Gomes, e cujo secretariado era exercido por Salamanca. Ver *Ministerio del Interior, Migración y Justicia, Bolivia: Elecciones, Fraude y Democracia*. La Paz, 1980.

<sup>48</sup> Ver *El Diario*, 6.08.1980, em Guillermo Lora, *Autópsia...*, op. cit., pp. 23-25. Lúcia Gueiler ingressou no MNR em 1948; em 1953 começou sua carreira política e burocrática à sombra do poder. Em 1959 escreveu um relato de sua vida no livro “*La Mujer y la Revolución*”; em 1960 ingressa no partido de Guevara, o PRIN. Em 1979, reconcilia-se com Estenssoro e é eleita deputada pelo MNR-Estenssoro. Para Lora, Gueiler é “a ambição e o oportunismo feitos mulher, caso típico da pequena burguesia empobrecida”. Idem, *Ibidem*, p. 25.

do seu governo, Meza passou a adotar uma postura nacionalista e anti-imperialista. Naquela ocasião, Banzer manteve as esperanças de que um golpe, ou um acordo com o Alto Comando, o levaria de novo à presidência, pois em várias oportunidades tinha manifestado ser o autor intelectual da quartelada que estava a caminho. Ao ver os planos de Meza, que já estavam bem adiantados, Banzer tentou recuperar as posições perdidas (em razão de encontrar-se fora do país), mas fracassou. Por seu lado, Estenssoro teve que se contentar como ator coadjuvante.

Vejamos agora alguns elementos importantes sobre o governo Gueiler. Embora tenha surgido de uma situação política semelhante à de Guevara, o governo Gueiler foi pior ao anterior, num duplo sentido: 1) no acordo feito entre Gueiler e o setor de direita da instituição castrense para manter o pessoal do Alto Comando Militar; acordo que depois estendeu-se para a eventual derrubada do governo da UDP, caso Siles Suazo assumisse a presidência e 2) no controle do Executivo e das altas esferas da burocracia estatal pelas forças estenssoristas, forças essas que, junto com o banzerismo, conspiraram no Parlamento para o golpe de julho. No primeiro caso, Garcia Meza foi nomeado Comandante Geral do Exército, quer dizer, a cúpula castrense impôs a Gueiler esse máximo cargo, quando era o Executivo que o definia. No segundo caso, as políticas econômicas foram aplicadas pelo setor estenssorista e materializadas no pacote econômico de novembro de 1979 e na reforma tributária mineira de março de 1980 (conforme vimos no terceiro capítulo): a desvalorização da moeda, o congelamento dos salários, o aumento dos preços dos produtos de maior consumo, a eliminação dos bônus de transporte para os trabalhadores urbanos, a redução do imposto mineiro e a eliminação do imposto às exportações. Tais medidas afetaram mais à massa camponesa. Conclusão: a COB decretou uma greve geral e os camponeses fizeram uma enorme manifestação e bloqueio de estradas durante vários dias.

Dito isso, vejamos alguns elementos específicos do golpe. Primeiro, a empreitada golpista começou com a imposição da chefia do Alto Comando do Exército ao Executivo, passando o Alto Comando a ser controlado por Garcia Meza.

Segundo, a cúpula castrense reforçou seu pessoal e chegou a controlar o órgão de inteligência, o Departamento II do Exército. No governo Gueiler, esse Departamento (chefiado pelo temível coronel Arce Gomes) adquire aos poucos uma importância decisiva,

na medida em que passa a ter uma função duma verdadeira “polícia política” (como no regime banzerista): o próprio Arce comandou a “operação limpeza” dos arquivos relacionados com o Inquérito contra Banzer; invadiu brutalmente as dependências onde se encontravam os arquivos do SIE, do Colégio Militar, do Congresso e da Presidência da República. No Parlamento, os advogados de Banzer, junto com a bancada de ADN, desenvolviam uma batalha jurídica para inocentar o acusado. O processo do Inquérito estendeu-se até o mês de junho, mas sempre foi interrompido por falta de quorum.<sup>49</sup> Depois do golpe de julho, no qual resultou ser assassinado Marcelo Quiroga Santa Cruz (o principal acusador de Banzer), nunca mais se falou desse Inquérito.

Terceiro, García Meza praticamente agia como o presidente da República e não escondia sua agressividade contra o funcionamento das instituições democráticas. Conforme o seu discurso adotado durante o governo Gueiler, sempre negou que estivesse preparando o golpe e, ao mesmo tempo, afirmava seu desinteressado apoio ao processo democrático. A tônica dessa postura foi seguida por Banzer: no meio da campanha eleitoral, levantava a bandeira democrática, mas também alertava para as conspirações golpistas, as quais estariam tomando corpo, devido justamente à situação “caótica” que vivia o país (Inquérito, greves, manifestações políticas.). A mesma postura adotou a CEPB durante todo esse período: para ela, o país estaria na beira do caos e da anarquia.

Quarto, a quartelada de julho de 1980 marcou o momento do deslocamento da dominância do Alto Comando Militar ao Departamento II do Exército, cuja síntese manifestou-se na conjunção de três ramos de aparelho militar e cujas funções foram dirigidas pelo Ministro do Interior, o coronel Arce Gomes. Tratava-se do funcionamento unificado dos principais aparelhos militares: o Alto Comando, o aparelho de Inteligência (que fazia o papel repressivo através do SES) e o Ministério do Interior. Gomes manteve a direção desses aparelhos por mais de sete meses (de julho de 1980 até o 26 de fevereiro de 1981, quando foi destituído do cargo por pressão da Embaixada norte-americana). No

---

<sup>49</sup> Existe uma publicação pormenorizada dos principais documentos do Inquérito, cujo objetivo é inocentar o ex-ditador, ver Germán Vargas, *Responsabilidad, Juicio o Sainete?* La Paz, Moxos, 1982. A ADN propôs abertura de Inquérito contra o MNR-Estenssoro, Siles Suazo e Lechin a 30 agosto de 1979, ver pp. 81-122. O curioso é que há uma “declaração” bem elaborada de Banzer, cuja data é 4 de fevereiro de 1980, ver “*Declaración y Defensa del Gral. Banzer Suárez*”, pp. 147-213.

governo Torrelío, o SES funcionou com o nome de Departamento de Inteligência do Estado (DIE).

Isso explica a “planificada” e “eficiente” ação repressiva contra a massa popular. Só que a reorganização desses aparelhos militares serviu de fachada para encobrir a ação de um verdadeiro Exército irregular (grupos paramilitares), denominado Serviço Especial de Segurança (SES), ao serviço dos setores de direita fascistizante da burguesia compradora e, sobretudo, ao serviço da máfia do narcotráfico. O número dos paramilitares chegou a cerca de três mil homens. O SES era formado pelo *lumpen-proletariado*, delinqüentes comuns, mercenários, narcotraficantes, criminosos de todo tipo, cujo grupo de elite estava composto de conotados nazistas e neonazistas, comandado por Klaus Barbie (o carniceiro de Lyon, prófugo da justiça alemã e francesa), capanga de Banzer, e por assessores militares argentinos (da *Triple A*, grupo fascistizante).

Não era estranho então que uma verdadeira máfia do Exército, comandada pela dupla Meza/Gomes chegasse a ter o monopólio da máquina repressiva, num contexto de descomunal crise da instituição castrense e da crônica crise de hegemonia. Fato que suscitou muita admiração e espanto até de economistas como Toranzo, que qualificou esse fenômeno como uma “modernização da repressão” ou “violência planificada”. A planificação da repressão estaria em certas táticas e estratégias inovadoras para perpetrar o golpe como, por exemplo: a utilização, no próprio dia da quartelada, de ambulâncias (para transportar as tropas de elite), a demolição do prédio da COB; os oficiais e os suboficiais não “quiseram sujar as suas mãos”, deixando as tarefas repressivas e os assassinatos sumários nas mãos dos integrantes do SES, no momento da deflagração do golpe, e assim por diante.

Ora, em princípio, o Exército não precisava ter utilizado esses métodos “inteligentes” e “inéditos”, num país onde, de um lado, era evidente que esse aparelho armado era o agente repressor da massa popular; de outro lado, um golpe processava-se a cada quatro ou seis meses. Ocorre que as crises internas, agravadas pela fragmentação e a degradação do Exército foram tais, que a sua direção caiu nas mãos de uma verdadeira máfia, surgida do interior da instituição castrense.

O fato de o Exército ser dirigido por uma máfia, em conjunturas políticas particulares como a boliviana, não é um fato novo. O caso da ditadura bonapartista do período pós-1848 na França, ilustra muito bem como Luís Bonaparte constituiu-se em líder dos camponeses e do *lumpen-proletariado*. Além de utilizar o aparelho militar à sua disposição, o segundo Bonaparte era o chefe do aparelho paramilitar (que funcionava legalmente) da Sociedade de 10 de Dezembro. Entretanto, a ditadura bonapartista, *religião da burguesia*, não é de nenhuma maneira antagônica ao funcionamento do Estado burguês, porque exprime uma forma particular desse Estado. Vejamos um trecho do Dezoito Brumário:

“O segundo Bonaparte que, ademais, dispunha de um poder executivo muito diferente do de Cromwell ou do de Napoleão, buscou seu modelo não nos anais da história do mundo, mas nos anais da Sociedade de 10 de Dezembro, nos anais dos tribunais criminais. Rouba vinte e cinco milhões de francos ao Banco da França, compra o general Magnan com um milhão, os soldados por quinze francos cada um e um pouco de aguardente, reúne-se secretamente, com seus cúmplices, como um ladrão, na calada da noite, ordena que sejam assaltadas as residências dos dirigentes parlamentares mais perigosos [...]”.<sup>50</sup>

O grupo paramilitar que funcionou durante o governo Meza (na verdade ele já havia sido formado durante o governo Gueiler, provocando vários atentados terroristas para confundir a população e legitimar a ascensão de um governo militar) remonta-se ao regime de Barrientos com a FURMOD. Banzer aperfeiçoou os grupos paramilitares, criando a sua própria “guarda pretoriana”, comandada por oficiais do Exército como, por exemplo, Arce Gomes e o general Meza. Nessa guarda pretoriana participavam também um grupo de nazistas (sob o comando de Klaus Barbie), neonazistas e capangas ao serviço dos narcotraficantes.

O curioso do golpe de 17 de julho é que nem as classes e suboficiais do Exército conseguiram participar e ter controle das técnicas e estratégias do assalto ao Palácio, às

---

<sup>50</sup> E continua o texto: “[...] que as principais praças de Paris e o edifício do Parlamento sejam ocupados pelas tropas e que cartazes escandalosos sejam colocados ao romper do dia nos muros de Paris proclamando a dissolução da Assembléia Nacional e do Conselho de Estado, a restauração do sufrágio universal e colocando o departamento do Sena sob o Estado de sítio. Da mesma maneira manda inserir pouco depois do *Moniteur* um documento falso afirmando que parlamentares influentes se haviam agrupado em torno dele em um Conselho de Estado”, Karl Marx, “O Dezoito Brumário...”, op. cit., p. 272.

universidades e à sede da COB, como tradicionalmente faziam. Enfim, até o golpe foi vedado às classes e suboficiais da instituição castrense.

Nesse contexto, Meza aproveitou colocar esses ramos de aparelhos militares à disposição da máfia do narcotráfico, chefiada por Roberto Suárez (parente de Banzer e de Arce Gomes), cujo poder econômico foi formado nas sombras do regime banzerista.

No início, a máquina repressiva funcionou a mil maravilhas, frente a uma massa popular desarmada. Nesse contexto, as entidades políticas representativas das massas (COB, UDP, CONADE) estavam atreladas à estratégia da resistência passiva, à defesa da pureza do processo eleitoral, bem como à luta intransigente do voto popular (claros objetivos da direção da UDP-MIR). Os paramilitares precisaram apenas de um par de horas para neutralizar e acertar o golpe de graça à direção política da CONADE, conforme observou Guillermo Lora.

Em suma, a prolongação da crise de hegemonia, o “egoísmo de fração” das classes dominantes, o fracasso da dupla estratégia burguesa (a retirada tática do Exército, a busca da alternativa da representação burguesa propriamente política), o acirramento da luta pela sucessão presidencial tanto na esfera político-partidária como na cúpula da instituição castrense, além dos erros táticos e estratégicos da direção política das massas (UDP, COB, CONADE) foram os fatores que possibilitaram a ascensão de Garcia Meza. Entretanto, Meza foi o “homem forte” escolhido pelas frações burguesas dominantes para implantar um tipo de dominação semelhante ao estabelecido no regime de Banzer. A fração mineira deteve o papel hegemônico, conforme vimos no capítulo anterior, em que analisamos a relação da forma de Estado e das políticas estatais. Assim, a solução Meza (para a reorganização da crise de hegemonia) não teve os resultados esperados pelas frações dominantes, entrando em flagrantes contradições entre o bloco no poder e o aparelho estatal, especialmente o Exército.

No bojo das contradições, Meza aproveitou para montar uma variante de regime militar boliviano, ao estilo Banzer e Barrientos, distanciando-se assim, da fração hegemônica. Nessa situação, o mais bruto dos generais - como diz Lora - resultou ser mais “maquiavélico” que os próprios políticos tradicionais (Estenssoro, Siles, Banzer, Guevara,

Gueiler). O regime de Meza conseguiu permanecer pelo tempo recorde de doze meses, desmontou cinco golpes de Estado e ainda designou seu sucessor: o general Celso Torrelio.

Dito isso, podemos chegar à seguinte conclusão:

O golpe de Meza é o corolário da extrema fragmentação das Forças Armadas bolivianas e das classes dominantes. Essa fragmentação manifestou claramente a incapacidade política e, por conseguinte, o fracasso político da “direção” do “processo de democratização”, reivindicado pelas frações burguesas democratizantes. Manifestou igualmente o grau alcançado pela crise de hegemonia, pela crise de organização e representação partidária burguesa e pela crise do nacionalismo revolucionário. Estamos, assim, frente a uma situação de condensação das crises, não da sociedade boliviana como um todo, nem de uma crise entendida como *global*, mas das classes e frações dominantes e de seu correspondente Estado.<sup>51</sup> Parafraseando Marx, podemos dizer que se trata de uma situação de *podridão* da velha classe dominante (grande burguesia compradora) e de seu Estado, formado em 1952.

<sup>51</sup> Aqui também nos afastamos das interpretações de Zavaleta e de Lora. Para Zavaleta, uma consequência da tese da dissolução do Estado de 1952 seria a “desintegração” do Exército e da classe dominante, expressa no governo Meza: “Estamos frente ao crepúsculo do partido de 1952, do Estado de 1952 [...] e da própria ideologia de 1952. [...] É um Estado que atualmente não vive do consenso mas da prebenda, estampada num excedente concreto (basicamente da cocaína), que deve praticar a *violência política* ou dissolver-se”. O Estado aqui funcionaria sem legitimidade, cuja base estaria na força física, na pura repressão (Estado policial); concepção que reduz o Estado a um mero aparelho ou instrumento de força detido pela classe dominante, por indivíduos ou grupos militares. Trata-se de uma interpretação semelhante à de Toranzo, que vê na ação do Exército, liderada por Meza/Gomes, como uma expressão da modernização da repressão. Ou por outra, “É um processo de desintegração que afeta, em primeiro lugar, o Exército”, René Zavaleta, *Las Masas en Noviembre*, op. cit., pp. 57 e 59. Ou seja, o Exército, que estava em processo de desintegração, acaba ele próprio, através do golpe de Meza em 1980, acelerando a sua destruição (os termos utilizados por Zavaleta são: *desagregación, desolación, dispersión e decadencia*). Vejamos um último exemplo: “No Estado, por outro lado, nada é tão difícil como construir um aparelho repressivo eficaz em profundidade, [...] porque a repressão não é a inteligência, pois quem tem a força tende a conquistar a sua autonomia. Por que então o Exército seria eficiente no momento em que o Estado está num processo de atrofia hegemônica, de dispersão e decadência?”, Idem, *Ibidem*, p. 58. Por sua vez, Lora sustenta que essa crise expressaria a “desintegração” do Exército, da burguesia e do Estado. Vejamos: “Existe um outro aspecto que, em geral, tende a ser ignorado: a desintegração interna do Exército, situação que aparece como algo independente e que nada teria que ver com a classe dominante ou com os processos políticos que vive o país; esse é um elemento, embora o mais dramático, da desintegração da burguesia e de seu Estado”, Guillermo Lora, *Causas de la Inestabilidad Política y de la Crisis de las Fuerzas Armadas*, op. cit., p. 75. Assim, Lora tende a considerar o colapso do regime militar como co-extensivo ao colapso e desintegração da classe dominante (os termos utilizados são: *desmoronamiento, hundimiento, desintegración, crisis definitiva, crisis irreversible*). “A atual crise das Forças Armadas não é episódica ou circunstancial, mas definitiva e está profundamente enraizada na crise da classe dominante. [...] Atualmente o Exército boliviano encontra-se numa etapa avançada de desintegração interna como consequência de sua corrupção e imoralidade”, pp. 79-80 e 102. A pergunta que se impõe então é: o período que nos ocupa expressou uma situação revolucionária, de transição ao socialismo? Essa desintegração do Exército, das classes dominantes e do Estado burguês boliviano sustentada por Lora e Zavaleta revelou o

Esta é a sociedade em crise. Situação em que o conjunto da burguesia mostrou sua verdadeira face, a substância da velha sociedade, a representação dos “interesses renovados” dentro de uma sociedade *caduca*. Tais classes não podem “emergir por suas próprias forças”, porque esperam, em todo momento, que a massa popular faça a revolução por elas, como em 1952. Em relação à burguesia mineira, podemos dizer o seguinte:

“[...] sem fé em si mesma e sem fé no povo, murmurando contra os de cima e tremendo em face dos de baixo, egoísta diante de ambos e consciente de seu egoísmo [...], sem energia em qualquer sentido e plagiária em todos os sentidos, vulgar por [estar] destituída de originalidade e original na sua vulgaridade [...], velho maldito condenado a dirigir e a desviar no seu próprio interesse senil os primeiros impulsos juvenis de um povo forte; sem olhos, sem orelhas, sem dentes, uma ruína completa [...]”.<sup>52</sup>

Esse seria o caráter da burguesia mineira, que sustentou o golpe de Natusch e o golpe de Meza; posteriormente retirou o seu apoio ao governo Meza, mas não conseguiu afastá-lo do governo quando este desviou-se de sua órbita de influência. Pelo contrário, ela teve que recorrer ao imperialismo e aos coronéis e generais golpistas e descontentes com esse governo, tentando, ao mesmo tempo, arrastar a massa popular a seu favor para golpear o “bárbaro ditador”. Esse é também o contexto do “processo democrático”. É esta a classe *iluminada* que lutou pela modernização da sociedade e do Estado? É esta a classe que diz ter uma “solução nacional” à crise econômica e política e que sempre justificou ter dirigido o “processo democrático”, com o apoio dos setores mais *esclarecidos* da sociedade boliviana (burguesia agro-exportadora)?

Não estamos, portanto, frente a uma situação de “empate histórico” entre os militares e a COB, conforme defende Mayorga, nem frente à crise geral, global, de Zavaleta, tampouco frente a um processo de “revolução modernizadora” por parte das elites

---

começo de uma situação de expropriação dirigido pela classe proletária, num processo de instauração de um novo Estado (de tipo socialista ou revolucionário)?

<sup>52</sup> Karl Marx, “*A burguesia e a contra-revolução*”, in Karl Marx & Friedrich Engels, **Obras Escolhidas**, op. cit., p. 51. Lembremos que Zavaleta tinha-se referido ao fenômeno da permanência das classes dominantes bolivianas como o “paradoxo senhorial”. Situação que alude à burguesia surgida do Estado de 1952: tais classes teriam a incapacidade de transformar-se em burguesia moderna; ao mesmo tempo, elas teriam a capacidade de permanecer, sem modificações substanciais, ao longo do Estado formado em 1952. Daí o caráter oligárquico-senhorial da burguesia boliviana. Os adjetivos utilizados por Zavaleta para se referir a essa classe são “casta secular” e “casta maldita”, ver René Zavaleta, **50 Años de Historia**, op. cit., pp. 80-82 e segs.

democráticas e iluminadas, conforme sustenta Mansilla. Trata-se de uma descomunal crise política, articulada à crise do Estado burguês e de seu aparelho armado. Mas tal crise não decreta a dissolução ou queda desse Estado. Conforme já observamos no primeiro capítulo, esse Estado teve a capacidade de sobreviver, de absorver e reproduzir as suas crises e contradições. Tal situação viabilizou uma tendência à reorganização das velhas classes dominantes no seio do bloco no poder. Assim, foi o funcionamento do poder institucionalizado do Estado burguês dependente que permitiu reorganizar as frações burguesas dominantes. Estas acabaram propondo uma solução burguesa à crise de hegemonia, num contexto em que o Estado militar dava sinais de fraqueza e de incapacidade de solucionar às suas principais crises.

#### 5.2.3.2 *Monœuvres* golpistas

Resumamos até aqui a análise do ponto anterior. O “manto do golpe” esteve sempre presente nos processos políticos (e permanecerá ainda até setembro de 1982), manifestando a predominância desse método de sucessão governamental. O processo político boliviano de 1979-1980 evidenciou que as classes dominantes utilizaram o sufrágio universal e o Parlamento para legitimar o golpe de Estado. É que a estrutura do Estado militar tinha delimitado o espaço de funcionamento dessas duas instituições burguesas; funcionamento esse cujo caráter contraditório foi patenteado tanto na cena política como no seio do Exército. Veremos, a seguir, a configuração das novas *monœuvres* golpistas, processo homólogo ao das *manobras* eleitorais.

Para os nossos propósitos, devemos retomar a questão das contradições internas do aparelho militar e já tínhamos adiantado parte dessa análise no segundo capítulo. Ali dissemos que o Alto Comando Militar não conseguia cumprir sua função de representação e organização das frações burguesas, em franca fragmentação. Tampouco podia dirigir a instituição castrense, motivo pelo qual já não conseguia planificar uma bem sucedida quartelada, nem barrar qualquer golpe, devido ao agravamento das cisões militares e ao acirramento da luta pela sucessão governamental. O regime de Meza expressou essa particularidade, mas conseguiu a façanha de barrar quatro intentos golpistas. Só o quinto

conseguiu afastá-lo da presidência. Aqui é suficiente analisar dois intentos golpistas contra Meza, por uma dupla razão: 1) ilustram muito bem a problemática da natureza da fragmentação do Exército e 2) expressam claramente o grau ao qual chegou a crise de organização e representação burguesa, na esfera político-partidária, manifestando a relação de dependência das frações dominantes frente ao aparelho de Estado.

Vejamos a primeira empreitada golpista fracassada contra o regime de Meza, a do dia 26 de junho de 1981. Essa conspiração foi meticulosamente planejada pelo Pentágono e dirigida pelo Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, o general Cayoja Riart, e o chefe do Estado Maior do Exército, general Lúcio Añez. No plano golpista participou até o general Torrijos de Panamá, ponta de lança da estratégia do Pentágono: Torrijos atuou como veículo para aproximar o Alto Comando Militar boliviano e a oposição burguesa democratizante, a UDP. Logo após, Meza teria afirmado que Torrijos havia subornado os golpistas com dez milhões de dólares.

Por que então o plano não deu certo, sendo que parecia ter uma ampla articulação política? O fracasso do golpe não se deveu a uma mera traição e suborno, pois esses dois elementos já se haviam convertido em uma moeda forte no seio da instituição castrense. Para manter o seu regime, Meza tinha subornado boa parte dos oficiais, suboficiais e classes com dinheiro proveniente do narcotráfico e das arcas do Estado. Entretanto, o plano fracassou devido fundamentalmente a dois fatores importantes:

1) O poder de decisão do Exército estava nas mãos das pequenas unidades da cidade de La Paz (neste caso no regimento Tarapacá, sob o comando do coronel Dória Medina, que dirigiu o massacre de "Todos Santos", no golpe de Natusch) e não no Alto Comando; situação em que um coronel tinha mais poder do que a cúpula castrense;

2) Os próprios erros de Cayoja, quem ingenuamente tinha comentado o plano a um suboficial (o major Cossio). Cossio acabou delatando os conspiradores: aí uma delação converteu-se em uma poderosa arma contra os próprios golpistas.

Foi assim que Meza - que já estava por renunciar - conseguiu neutralizar a conspiração, levantando parte da tropa contra o Alto Comando Militar e controlando as pequenas unidades do Exército que tinham poder de fogo.<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup> Ver Guillermo Lora, *Causas de la Inestabilidad...*, op. cit., pp. 118-119.

Vê-se então que o Alto Comando tinha sérias dificuldades tanto de planejar como desmontar um golpe, chegando ao ponto de estar, como comentou Lora, “composto por elementos inúteis ou imbecis”, isto sem contar que, durante os acontecimentos golpistas, a cúpula castrense tinha perdido “o controle sobre as armas”. O fato de que uma simples traição tinha-se convertido no fator decisivo, contra os golpistas, evidencia o nível de fragmentação das Forças Armadas e a quebra da disciplina militar. Aliás, o fracasso de Cayoja deixou desorientada a UDP, que se havia integrado totalmente ao golpismo.<sup>54</sup> O fato curioso dessa situação era que o endurecimento do regime de Meza contra os conspiradores militares, camaradas de armas, confundia-se com o endurecimento da repressão contra o comunismo e contra os setores organizados da massa popular.

Já o último intento golpista, que começou em julho e alastrou-se até agosto de 1981, adquiriu uma maior significação e implicação políticas. O movimento conspirativo nasceu numa unidade do Exército da cidade de Santa Cruz de la Sierra. Os principais dirigentes golpistas exigiam a renúncia de Meza até o dia 6 de agosto de 1981. Tal movimento foi adquirindo a forma de um protesto regionalista, até adotar, no início de agosto, uma configuração “nacional” de caráter “popular”. Por trás do movimento estavam quase todas as correntes conspirativas: uniram-se contra o governo os caudilhos militares desterrados, comandados por Natusch e o coronel Lanza, grupos falangistas (FSB) e banzeristas e, até, o próprio Banzer, que tinha entrado em francas contradições com Meza nos meses anteriores. Afinal, essa empreitada golpista acabou sendo comandada por Natusch (o general de novembro) e Añez, os quais adotaram uma postura “democrático-liberal” de aparência radical, conforme o seu programa de seis pontos:

“1) restabelecimento das garantias e liberdades cidadãs estabelecidas na Constituição, incluindo a sindicalização [...]; 2) restituição da liberdade de imprensa; 3) [...] formulação de um plano econômico de emergência, destinado a solucionar a crise atual; 4) execução de uma firme campanha de moralização para lavar a imagem da Bolívia; 5) execução de um plano político destinado a consolidar uma democracia solidária e estável e 6) respeito a todos os acordos internacionais firmados pelo país”.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Idem, *ibidem*, pp. 119-120.

<sup>55</sup> Citado em Idem, *ibidem*, p. 123.

Afinal, Meza acabou renunciando no dia 5 de agosto, pois já não conseguiu controlar as grandes e pequenas unidades do Exército. Apenas conseguiu ficar entrincheirado no Regimento *Tarapacá*, unidade que manifestou ter um poder de fogo nada desprezível para um golpista profissional. Entretanto, a Junta de Comandantes (de julho de 1980) assumiu o Executivo, alastrando a crise de sucessão presidencial durante quase um mês. Era uma situação limite, na qual os militares não conseguiam mais dirigir o aparelho de Estado, mas também não queriam voltar aos quartéis. O problema se agravava, porque na Junta de Comandantes não havia um homem “limpo” e do agrado da burguesia compradora e do imperialismo para assumir a presidência: todos estavam articulados ao narcotráfico. Foi impressionante como proliferaram os candidatos a presidência nesse momento (como afirmou um suboficial: até um valente soldado era um candidato potencial!): Banzer, Padilla, Ayoroa, Lea Plaza, Rico Toro, entre outros. Nessa situação, Natusch e Añez reivindicavam, com maior direito, a presidência, justamente por terem conseguido afastar Meza do governo.

Contudo, o mais interessante da crise política de agosto é que o “grande” movimento conspirativo fracassou ruidosamente, deixando um bando de candidatos a presidência decepcionados, entre eles Natusch, Añez, Banzer, Siles Suazo e Estenssoro. Isto sem contar os outros candidatos militares.

Por outro lado, as manobras golpistas, desta vez, se haviam deslocado para a direção política da UDP. Esta passou a apoiar, ostensivamente, os caudilhos Natusch e Añez, considerados os “salvadores da pátria”. A este respeito devemos salientar um detalhe importante: a direção do PCB moscovita (que fazia parte da UDP) tinha apoiado o golpe de Natusch em novembro de 79. Os dirigentes desse partido alegavam que o massacre não foi responsabilidade do general. Ademais, consideravam Natusch como um militar progressista (democrata) e que poderia instaurar um regime nacionalista. Tal regime, que estaria a favor da massa popular, facilitaria a implantação do programa econômico da COB. Em agosto de 1981, o PCB ainda apoiava Natusch. Logo após, o MIR, de Paz Zamora, também incorporou-se aos planos golpistas, apoiando publicamente a dupla Natusch-Añez. Essa situação originou uma das maiores crises e contradições entre o MNR-Siles e o MIR, fato que provocou a debandada de amplos setores populares da UDP.

Semelhante ao anterior intento golpista mencionado, a estratégia golpista de julho-agosto igualmente tinha uma conotação internacional. O Departamento de Estado norte-americano estava apoiando Natusch e Añez. A UDP, através do MIR e o PCB, aproveitaram essa oportunidade e pediram ajuda ao governo Reagan. Uma vez conhecido o plano, Banzer ficou indignado com os assessores norte-americanos por permitirem a participação de Siles e Paz Zamora na empreitada golpista. Afinal, estes dois foram excluídos do plano, ficando desorientados novamente, pois “o imperialismo por boca de Banzer os excluiu energicamente”. Logo após, Añez e Natusch declararam publicamente que “nada tinham a ver com a UDP nem com o MIR”, pois “o movimento liderado por eles era estritamente cívico-militar”.<sup>56</sup>

Com efeito, a renúncia de Meza tinha modificado as posições políticas dos atores em cena: 1º) Natusch e Añez exigiam que ambos fossem declarados presidentes; 2º) o caráter bicéfalo da presidência, reivindicada por esses caudilhos militares, levantou uma polêmica entre os que disputavam a sucessão presidencial e a Junta Militar de governo; 3º) os norte-americanos passaram a defender a escolha de um homem forte, mas desvinculado do narcotráfico, isto é, que mantivesse o Ministério do Interior sob a influência dos EUA e que adotasse a política econômica do FMI e 4) a hierarquia da Igreja Católica ofereceu seus serviços como mediadora do diálogo e da conciliação nacional.

A entrada desse último ator na cena política significou a derrota da dupla Natusch-Añez: houve um acordo político entre a Igreja e o Departamento de Estado, cujo objetivo era impedir a vitória desses dois generais, pois segundo as justificações, uma suposta vitória deles poderia provocar uma descomunal rebelião das massas populares.

No interior da Junta de Comandantes, a disputa presidencial centrou-se no seguinte dilema: se se designaria a presidência tricéfala ou se aceitaria a imposição do ditador Bernal, o qual não ocultava seu desejo de tornar-se o novo presidente. Mas o general Bernal estava abertamente articulado com o narcotráfico. Afinal, a solução para o impasse foi a designação do general Celso Torrelio (ex Ministro do Interior, que ocupava o Comando do Exército), o homem de influência de Meza. Contudo, a Junta fez algumas concessões importantes ao governo norte-americano (manter o Ministério do Interior sob a sua direta

---

<sup>56</sup> Idem, *ibidem*, p. 138.

influência e aplicar as receitas econômicas do FMI), que já mostrava sinais de uma franca recuperação de suas posições, aproveitando a crise do momento para impor suas decisões. No capítulo anterior vimos como o governo Torrelío aceitou as receitas econômicas (a flutuação do dólar) impostas pelo FMI. Assim, Torrelío foi uma solução híbrida (neste sentido se parece à solução Guevara), que acabou satisfazendo os norte-americanos; mas, por outro lado, Torrelío era o homem de influência do grupo de García Meza.

Em suma, os processos golpistas de junho a agosto de 1981 manifestaram os efeitos da condensação das crises e das contradições tanto no interior do Exército como no seio das classes dominantes; contradições essas calcadas pela prática do golpe, manifestando ser esse o método mais apreciado para a sucessão presidencial. Tais processos manifestaram igualmente a incapacidade das frações burguesas, influenciadas pela ideologia democrática, em *dirigir* o “processo de democratização” e, sobretudo, de dirigir um “golpe salvador” bem sucedido. Elas correram atrás dos caudilhos militares golpistas e do imperialismo, ficando, ao mesmo tempo, desorientadas e com medo de ambos atores. Sem fé no povo, sem fé em si mesma, a burguesia democratizante arrastou a massa popular a lutar pela democracia, quando na verdade estava lutando a favor da velha sociedade. Temerosa da rebelião das massas, acabou caindo, desamparada, nos braços dos militares e assim pensava que estava lutando pela democracia.

### **5.2.3.3 O retorno ao regime democrático**

A seguir, examinaremos os conflitos entre o regime de Torrelío (1981-1982) e Vildoso (1982) e a empresa privada, representada pela CEPB. Nos processos políticos de 1982 detectamos uma mudança no discurso político, na cena política, do conjunto da burguesia boliviana, seja através das suas representações partidárias, seja diretamente das suas organizações de classe (CEPB, ANMM, CNI, CNC, etc.). A fraca reorganização do bloco no poder, sob a direção das frações mineira e agro-exportadora, durante o regime de Meza não garantiu a recuperação da hegemonia nos moldes esperados (ao estilo do regime banzerista) devido aos conflitos e contradições surgidas, por um lado, entre Banzer e García Meza, e, por outro, devido à forma corrupta e “criminosa” que adotou o governo Meza

(assassinatos sumários, corrupção generalizada, articulação explícita com o narcotráfico). Não obstante, o governo Torrelio vai ser outro obstáculo para as frações mineira e agro-exportadora.

Primeiramente devemos considerar como se processaram as defasagens e contradições entre os interesses políticos e as práticas de classe das principais frações burguesas dominantes na cena política, o que se desdobrou na contradição entre discurso político e prática política. Se examinarmos isoladamente a atitude política de Banzer, por exemplo, veremos uma oscilação entre um nacionalismo conservador e um democratismo nacionalista. Vejamos alguns exemplos.

Retirado o apoio ao regime de Meza, Banzer assumiu a postura *nacionalista conservadora*: transfigurou-se num “soldado nacionalista”, defensor da pátria, exprimindo sua tradição militarista. Tal ideologia legitima o império da lei, da ordem, o respeito da propriedade privada, da tradição e, sobretudo, a ideologia do Estado militarista. O nacionalismo conservador (aqui incluído o *nacionalismo revolucionário* [MNR] e o nacionalismo banzerista) reflete o mais profundo da tradição golpista das classes ou frações dominantes, cuja ideologia é abertamente racista e pró imperialista (frações do grande capital ligado à mineração mediana, a burguesia agro-exportadora, os setores ligados ao capital do narcotráfico, os setores denominados de “oligarquia tradicional” e as frações da burguesia manufatureira).<sup>57</sup> Compartem essa ideologia os setores das classes médias ligados ao médio capital e à burocracia estatal, a pequena-burguesia urbana (pequenos proprietários, comerciantes e *transportistas*, por exemplo) e setores camponeses conservadores (pequenos proprietários de terra), os quais mantinham as esperanças da restauração do Pacto Militar Camponês.

Quanto aos militares, devemos esclarecer que eles não são uma classe social ou casta (embora a ideologia militar, reforçada pela hierarquia da instituição castrense, se apresente como tal): é uma categoria social que faz parte da burocracia estatal, cuja organização hierárquica e despótica está calcada pelo *burocratismo*, sistema de organização

<sup>57</sup> Ver a análise de Zavaleta (1986) acerca da prática e ideologia racista da chamada “casta” oligárquico-senhorial e a construção de seu Estado contra as massas índias e proletárias. Cf. o capítulo três dessa obra: “*El mundo del Temible Wilka*”. Ver também Marcos Domich, *Ideología y Mito* (*Los orígenes del fascismo boliviano*), La Paz, Los Amigos del Libro, 1978. Embora a direita boliviana assumisse posturas fascizantes,

específica do Estado burguês. Lembremos que o aparelho de Estado (e por conseguinte, o aparelho militar) não é uma Coisa ou Sujeito, mas uma estrutura institucional material específica, que organiza a dominação de classe e, portanto, está atravessada pelas lutas entre frações da classe dominante. Nesse sentido, a instituição castrense e, sobretudo, a sua cúpula, refletem, também, as contradições provenientes das posturas políticas e ideológicas do conjunto da burguesia boliviana. Esclareça-se, por outro lado, que as diversas posturas políticas e ideológicas, especificamente militares - as quais não serão analisadas aqui - , não são idênticas às das frações burguesas. Tampouco as contradições intra-militares estão necessariamente determinadas pelas contradições provenientes da burguesia.<sup>58</sup>

O democratismo nacionalista, por sua vez, aparece mais nos períodos marcados pelas pressões de índole democráticas dos setores econômicos e políticos da burguesia compradora - os setores dominantes das frações mineiras e agro-exportadora que vestiram a roupagem democrática - e da burguesia manufatureira. Nos momentos políticos desfavoráveis (governos Guevara e Torrelio) para as frações mineira e agro-exportadora, Banzer assumiu a postura democrática nacionalista: exigiu, por exemplo, a criação de uma “democracia autenticamente boliviana”. Lembremos que Meza, no início do governo, referiu-se a seu regime como a encarnação da “*democracia à la boliviana*”.

Em 1982, a CEPB adotou um discurso liberal-democrático, cuja principal exigência foi a imediata criação de um Grande Acordo Político (uma espécie de *Pacto pela Democracia* de 1985). No final de 1978 e inícios de 1979, a CEPB pregou a Unidade Nacional - na verdade, era a busca da unidade da burguesia, que começava a dar sinais de franca fragmentação. Mas a defesa da ideologia da Unidade Nacional, por parte das classes ou frações dominantes bolivianas, não é nova. Já na década de 40, o MNR pregava a unidade nacional, a harmonia de classe, bem como a conciliação nacional, visando se posicionar contra uma possível Frente Política que representasse a Nação Oprimida, defendida pelos marxistas e pelo proletariado mineiro. Nas conjunturas pós 78, a UDP passou a reivindicar a criação do Governo de Unidade Nacional (GUN), visando dar uma

---

o POR tende a interpretar que ela é fascista, ver Guillermo Lora, **Gobierno Paz-Banzer, Hundimiento del Proyecto Fascista?**, La Paz, Masas, 1990.

<sup>58</sup> Ver os documentos sobre o pensamento político militar boliviano: Barrientos, Ovando, Torres, Banzer, in Guillermo Lora, **Documentos Políticos...**, Vol. II, op. cit.; ver a seção “*El Pensamiento Político Castrense*”.

solução populista à crise de unidade e de representação partidária da burguesia, no bojo da crescente crise de hegemonia. Não por acaso a coligação formada pelo MNR-I, MIR e o PCB (setores da burguesia e da pequena burguesia que optaram pela causa democrática) denominou-se *Frente Unidad Democrática Popular*.

Nesse contexto (1978-1979), a CEPB primeiramente havia defendido, abertamente, um regime político forte, que se caracterizasse pela ordem e pelo império da lei - expressando assim sua verdadeira face golpista. Ao passo que Banzer assumia uma “férrea” postura democrático-nacionalista (momento da criação da ADN). Quando o MNR e a UDP apoiavam um caudilho militar (Cayoja e Añez) para conquistar a presidência da República, durante as crises políticas do governo Meza, Banzer assumia a postura nacionalista conservadora; quando a CEPB defendia um governo militar, dirigido por um Primeiro Ministro civil, Banzer passou a assumir seu democratismo nacionalista. Semelhantes contradições aparecem no interior da UDP, durante os meses de março a junho de 1982: o MIR passou a defender um governo de transição “civil-militar”, aderindo às propostas da CEPB e de Banzer; ao passo que o MNR-Siles passou a defender obstinadamente novas eleições gerais.<sup>59</sup>

No segundo capítulo vimos como os principais atores políticos tentaram parodiar a Revolução Nacional de 1952. Como diz Zavaleta, todos estavam presos a 1952. Embora os processos políticos pós-78 estejam longe de exprimir uma situação revolucionária, a verdade é que encontramos tais atores *transfigurados*, trocando permanentemente a sua roupagem na cena política e tentando imitar os acontecimentos da décadas de 50, 60 e 70 (conforme vimos no início deste capítulo). Longe de considerar esse processo político como

---

Há um documento sobre “*Ejército y Revolución - Los soldados nos alineamos junto a la mayoría nacional*”, pp. 320-362.

<sup>59</sup> “O MIR propõe governo de transição civil-militar”, *Presencia*, 26.05.82. “Siles Suazo [MNR-I] propõe eleições gerais”, *Presencia*, 24.06.82. De junho a setembro de 1982, esses dois partidos defenderam primeiramente as eleições gerais para o final de ano, logo apoiaram a imediata transferência da presidência a Siles Suazo. A outra proposta era a instalação do Congresso de 1980, defendida pela CEPB, MNR-Estenssoro, ADN [Banzer] e os seguintes partidos menores: PDC, PRA [Guevara], MNR-U [Bedregal], FRI [cujo candidato nas eleições de 1980 foi Lechin] e o PS, facção dissidente do PS-1. Este grupo de partidos foi denominado “o grupo dos sete”. Na verdade, eram nove partidos os que passaram a defender a instauração do Congresso de 1980: deve incluir-se a CEPB e o Alto Comando Militar, que afinal se aderiu a essa proposta.

algo “disfuncional” ou patológico,<sup>60</sup> consideramos válidas as observações de Marx referente às determinações histórico-estruturais de uma formação social. Vejamos:

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob as circunstâncias da sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena da história do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada”.<sup>61</sup>

Por outro lado, é interessante notar que, entre outubro de 1981 e setembro de 1982, a CEPB funcionou como um verdadeiro partido político. Isto se deveu basicamente ao colapso da organização e representação partidária burguesa, bem como ao reforço do papel político do Executivo e do Exército na “direção” do próprio “processo de abertura democrática”. Vale dizer, apesar das contradições e do alastramento da crise do aparelho militar, o Alto Comando Militar e o Executivo ainda eram comandados pela facção mais corrupta e fascistizante do Exército. Nesse sentido, o regime militar boliviano de 1982 deparava-se com a seguinte contradição: de um lado, tentava manter o regime inaugurado em julho de 1980, e de outro, em vista das flagrantes contradições do mesmo (corrupção, narcotráfico, perda de legitimidade), propunha-se liberalizar o regime político num processo “gradual” e “controlado” de abertura democrática. Só que o contexto era o seguinte: 1) as massas já manifestavam estar cansadas e desiludidas com o “processo democrático”, 2) suas organizações funcionavam parcialmente, além de estarem fragmentadas, 3) essa situação foi agravada devido à estratégia adotada pela direção UDP-COB (estratégia patenteada na CONADE, que visava a defesa obstinada da democracia e do sufrágio universal) e 4) o agravamento da crise econômica, outro golpe para a massa popular. Contudo, esta última permaneceu pressionando para a queda do regime militar, fator importante que incidiu para dar solução imediata à crise política.

<sup>60</sup> René Antônio Mayorga tende a interpretar como algo disfuncional e patológico esse fenômeno, ver “*Empate Histórico e Debilidad Constructiva...*”, op. cit., p.

<sup>61</sup> Karl Marx, “*O Dezoito Brumário...*”, op. cit., p. 203.

Dito isso, voltemos ao caso da CEPB para ver como ela se posicionou, neste particular contexto: incapacidade real dos efêmeros governos militares de dar solução à descomunal crise política boliviana em 1982. Como organização preponderante, a CEPB passará a intervir no político, nos governos Torrelio e Vildoso, insistindo sistematicamente na mudança do regime militar. O que seria um claro indício de que essa instituição passou a representar o bloco no poder, no contexto duma descomunal crise de representação e de organização partidária, bem como da crise crônica de hegemonia.

Nesse ano a CEPB adotou a sua roupagem liberal-democrática. Quer dizer, ela passou a lutar pelas liberdades políticas constitucionais e a defender certos valores democráticos (direito de dissensão, direito de organização, pluralismo político, eleições periódicas, defesa da democracia representativa, legalidade da representação partidária, etc.), quando percebeu que o método do golpe já estava obsoleto e quando os militares já não conseguiam mais dirigir o aparelho de Estado.

Isso é particularmente claro quando a CEPB passa a assumir a defesa de um nacionalismo econômico, adotando a *postura* ideológica duma *burguesia nacional*: passa a ter uma enorme preocupação com a crise econômica, com as condições miseráveis das massas proletárias, além de assumir uma atitude quase messiânica em relação à solução dos principais problemas econômicos do país. Em outros termos, a CEPB apresentou-se como sendo a representante política duma burguesia nacional, aparentando ter uma ideologia própria e uma prática ou vocação democrática. Esse fenômeno político foi bem aproveitado, ideologicamente, pelos autores da teoria da modernização, os quais colocaram um peso decisivo na suposta transformação dos setores dominantes da burguesia boliviana. Ou seja, ela teria dirigido as lutas democráticas e puxado o carro da modernização, processo esse que teria acabado na suposta revolução política de 1985.

Ora, a nossa análise tem mostrado que, ao longo dos anos 1978-1982, o conjunto da burguesia boliviana, representada na CEBP, não tinha um programa econômico claro, definido e de caráter nacional, como o tinha a pequena burguesia do final da década de 40. Parte do programa (que defendia ideologicamente a revolução burguesa) foi aplicado ao longo da Revolução de 1952, embora tenha fracassado politicamente, em razão de que a pequena-burguesia acabou se submetendo à grande burguesia compradora e ao capital

estrangeiro. Para manter e legitimar politicamente o regime, a pequena burguesia utilizou, ideologicamente, como propaganda política, parte do programa da classe trabalhadora (*Tese de Pulacayo*) para atrair as massas populares. O máximo que ela conseguiu foi constituir-se em “burguesia de Estado”, mas nunca em burguesia nacional. Em suma, a CEPB correu atrás dos técnicos do FMI e das grandes empresas estrangeiras para aplicar um programa econômico contingente, que permitisse o livre fluxo de capitais, provenientes dos recursos do Estado, ao setor privado. Temos denominado essa prática como a maximização dos lucros no curto período de tempo, característica de uma situação marcada por um extremado “egoísmo de fração”. Esse foi um dos fatores determinantes da instabilidade política crônica do final da década de 70, conforme vimos no capítulo anterior e ao longo desta dissertação.

Frente à condensação das crises política e econômica, bem como à acumulação das contradições do Estado militar, durante a reta final de 1982 (incapacidade do regime militar de solucionar as crises, falência e insolvência do Estado, inflação galopante e uma brutal recessão econômica), era, portanto, um fato consensual que a solução da crise econômica passava pela solução da crise política. Tanto as organizações da classe operária como a própria COB viviam colocando essa questão, pelo menos desde 1978. É nesse contexto que a CEPB passa a defender, com maior força, justamente essa solução. Logicamente, num contexto de instabilidade política crônica como a boliviana (de proliferação de golpes de Estado, greves e manifestações permanentes dos trabalhadores e da massa popular repudiando os golpes), o processo produtivo fica praticamente paralisado; e não só isso, aprofunda também a recessão econômica e a inflação, situação que não é, obviamente, desejada por nenhum país.

Entretanto, essa situação, como o caso boliviano a concretiza, favoreceu, em última análise, as frações burguesas dominantes. Primeiro, porque a ampla crise política, como direto reflexo da crise econômica, foi provocada pela prática de acumulação de capital, que por sua vez, esteve em direta relação com a prática golpista das classes ou frações dominantes. Segundo, a crise econômica não decretou a falência econômica dos setores preponderantes da CEPB; e por conseguinte, golpeou mais as classes populares.

Contudo, o discurso da CEPB apresentava-se como uma variante da postura política de Banzer. Não era estranho, então, que essa postura aparecesse transfigurada nos autores da teoria da democracia, os quais defenderam que o processo de democratização (1978-1982) dependia, em última análise, das soluções dadas à crise econômica. Não por acaso eles criticaram duramente as organizações sindicais e políticas de esquerda, de que teriam sido incapazes de propor uma *solução* econômica de caráter nacional que fosse viável para o país. Assim, esses autores interpretam essa incapacidade como sendo algo constitutivo, como algo congênito dos setores populares e de esquerda, em razão de sua ideologia corporativista, estatista e ultrapassada.<sup>62</sup>

Com a roupagem democrática adotada pela CEPB, em torno da sua intransigente defesa da convocação do Congresso de 1980, completa-se o quadro da paródia política aos processos revolucionários da década de 50. Naquela ocasião, a pequena burguesia adotou uma postura revolucionária, na medida em que defendeu intransigentemente a revolução burguesa, contra o programa do proletariado boliviano que defendia a revolução socialista. Em 1982, a grande burguesia compradora, transfigurada de democrata, acredita ela própria estar possuída por um espírito iluminista, puxando, sozinha, o carro da modernização. Será que ela adquiriu uma vocação democrática, tão de repente, de maio a setembro de 1982?

Não nos enganemos: ela estava totalmente embriagada da prática golpista e, portanto, assumiu a sua postura democrática para convocar a velha sociedade. Desesperou-se por restaurar o regime implantado em 1971 e 1974 (nesse último ano instaura-se uma variante do Estado Militar). Como não conseguiu essa façanha, na medida em que a solução defendida por ela escapou da sua direção (a convocação do Congresso de 1980, resultando eleito Siles Suazo), a grande burguesia compradora começou a criticar o Estado formado em 1952, clara sugestão de volta à situação anterior a 1952. Já Marx havia observado um fenômeno curioso do comportamento político dos principais atores na primeira revolução francesa: os partidos políticos apoiaram-se nos mais avançados, desenvolvendo-se a revolução “ao longo de uma linha ascensional”. No caso da Revolução de 1848, o mesmo fenômeno processou-se de uma forma inversa: desenvolveu-se em linha descendente. Vejamos:

---

<sup>62</sup> Ver René Antônio Mayorga, “*Empate histórico y debilidad constructiva...*”, op. cit., pp. 412-416 e segs.

“O partido proletário aparece como um apêndice do partido pequeno-burguês democrático. É traído e abandonado por este a 16 de abril, a 15 de maio e nas jornadas de junho. O partido democrata, por sua vez, se apoia no partido republicano burguês. Assim que consideram firmada a sua posição os republicanos burgueses desvencilham-se do companheiro inoportuno e apoiam-se sobre os ombros do partido da ordem. O partido da ordem ergue os ombros fazendo cair aos trambolhões os republicanos burgueses e atira-se, por sua vez, nos ombros das forças armadas. Imagina manter-se ainda sobre estes ombros militares quando, um belo dia, percebe que se transformaram em baionetas. Cada partido ataca por trás àquele que procura empurrá-lo para frente e apoia-se pela frente naquele que o empurra para trás. Não é de admitir que nessa *postura* ridícula perca o equilíbrio e, feitas as inevitáveis caretas, caia por terra em estranhas cabriolas. A revolução move-se, assim, em linha descendente”.<sup>63</sup>

Da mesma maneira, sem fazer uma relação direta e mecânica entre essa revolução francesa de 1848 e o caso boliviano, os processo políticos bolivianos pós-78 (que estão longe de ser um processo revolucionário) manifestaram uma grande semelhança histórica com a situação descrita por Marx, no que tange ao comportamento dos principais partidos políticos tradicionais, à natureza das práticas de classe e ao caráter da derrota da COB, o máximo organismo político das massas populares bolivianas.

É nesse contexto que nasce uma das propostas políticas mais oportunistas, que foi coberta de uma “sabedoria” e “iluminação”, sem precedentes, por parte dos autores da teoria da democracia: a convocação do Congresso de 1980 (que não se tinha reunido, devido ao golpe de Meza) para eleger o novo presidente. Essa proposta, que visava solucionar a crise política, não saiu das fileiras do MNR-Estenssoro, da ADN e da UDP-COB, porém da CEPB: foi a proposta que se tornou consensual, no seio da burguesia boliviana, para impossibilitar uma solução de caráter popular mais abrangente à crise política.<sup>64</sup> Deve-se tomar em conta o contexto em que foi formulada a proposta, bem como o principal objetivo que buscava a CEPB. O contexto imediato exprimia a rivalidade entre

<sup>63</sup> Karl Marx, “O Dezoito Brumário...”, op. cit., p. 221. Grifo nosso.

<sup>64</sup> O Congresso eleito em 1980 “é a mais recente expressão da vontade e boa fé do povo boliviano”: a proposta da CEPB ao governo Torrelío, *Presencia*, 27.05.82. A CEPB mantém sua proposta ao governo Vildoso em julho, *Presencia*, 22.07.82. A 18 de setembro, o governo Vildoso convoca o Congresso de 1980. O contexto: a CEPB ameaçava “paralisar” atividades econômicas; a ASOBAN adere à postura da CEPB e lança seu programa de reativação econômica (reivindicam a imediata reabertura de negociações do Estado com as entidades financeiras para garantir o “livre fluxo de divisas” aos setores produtivos); os sindicatos operários e a COB mantêm greves indefinidas.

as frações mineira e agro-exportadora e o governo Torrelio, em razão do programa econômico que tentou implementar esse último, numa situação em que a maior parte do aparelho estatal estava nas mãos da fração manufatureira. Mas os maiores obstáculos que encontrou a burguesia compradora e, portanto, sua maior decepção, deviam-se basicamente aos seguintes pontos: 1) ela não conseguia mais transferir capitais, através das diversas modalidades já conhecidas, provenientes dos recursos do Estado; 2) os regimes militares já não conseguiam dirigir o aparelho estatal, não oferecendo garantias suficientes para a implementação das políticas estatais determinadas e 3) a real falência e insolvência do Estado.

Até aqui, a maioria dos atores políticos e econômicos dominantes assumiu posturas democratizantes para tentar controlar e desorganizar o poder das massas populares. A fração mineira buscava restabelecer sua hegemonia no bloco no poder: a proposta de chamar o Congresso de 1980 tinha como objetivo fundamental eleger como presidente Banzer ou Paz Estenssoro, já que o candidato ganhador das eleições desse ano (Siles Suazo) tinha minoria parlamentar, em relação à representação do MNR-Estenssoro e da ADN juntos. Dessa maneira, pretendia-se instaurar uma variante de regime forte (conforme haviam defendido Banzer e a CEPB: governo militar, com um Primeiro Ministro civil), que controlasse, de forma rígida, a classe operária e as massas populares.

Em caso de ser eleito Banzer ou Estenssoro, era bem provável que se instaurasse um regime democrático autoritário, como aquele que surgiu em 1985. Sendo instaurado esse regime, ele duraria somente alguns meses, porque não poderia controlar e neutralizar as massas populares lideradas pela COB. Nessas circunstâncias, aplicar-se-ia um golpe de Estado, surgido do próprio Parlamento e apoiado pela burguesia compradora, voltando-se assim, ao regime militar. Esse regime seria aquele defendido por Banzer e a CEPB, só que desta vez, seria legitimado pelo Parlamento. Por outro lado, a Bolívia já teve o caso do funcionamento do regime democrático-parlamentar durante os governos de Guevara e Gueiler, os quais surgiram do próprio Parlamento, no bojo da prática golpista, pois o Estado militarista estava dentro do Parlamento. A instauração desse tipo de regime não estava tampouco descartada. Se fosse instaurado, ele duraria mais tempo do que o governo Gueiler ou Guevara, sendo dirigido por Banzer ou Paz Estenssoro.

Percebida a estratégia da CEPB, isto é, a convocação do Congresso de 1980, os partidos burgueses se apressaram a fazer alianças com os setores da pequena e média burguesia para conseguir eleger Banzer ou Paz Estenssoro. Formou-se assim, um grupo de sete partidos que apoiavam a proposta da CEPB. Mas o processo político desenvolvido durante os meses de agosto e setembro de 1982 impossibilitou a materialização dos objetivos políticos defendidos pela CEPB. É que as massas populares pressionaram o governo militar (paralisaram o país através da greve indefinida, combinada com manifestações populares) para que entregasse, imediatamente, a Presidência a Siles Suazo, como o justo ganhador das eleições de 1980.

Afinal, em setembro de 1982, o governo Vildoso aceitou a proposta de convocar o Congresso de 1980. No dia 6 de outubro (1982), o Congresso elegeu Siles Suazo para a presidência da República.<sup>65</sup> As frações burguesas novamente ficaram divididas: Estenssoro deu o apoio a Siles Suazo; Banzer anunciou fazer “oposição civilizada”, quando na verdade o caudilho militar buscava uma solução política que não excluísse a instituição castrense (solução ideal que sempre defendeu Banzer, mantendo as esperanças de ser o candidato potencial desse novo regime).<sup>66</sup> Finalmente, a CEPB, desmoralizada, retirou-se momentaneamente da cena política, anunciando que velaria pelos interesses econômicos do país.

Em suma, detectamos, de um lado, defasagens importantes entre posicionamento político e prática política dos partidos políticos majoritários das classes dominantes (ADN,

---

<sup>65</sup> Dado que Estenssoro deu o apoio ao candidato da UDP, a votação efetuou-se entre Siles Suazo e Banzer (ADN). O primeiro obteve 113 votos, de um total de 146, ao passo que o segundo obteve apenas 29 votos.

<sup>66</sup> Já no dia 22 de setembro de 1982, quando tudo parecia estar definido politicamente, Estenssoro tinha decidido dar os seus votos a Siles Suazo no Congresso. No mesmo dia, Banzer, desiludido, declarou que o seu partido não se oporia ao processo democrático, mas faria “oposição construtiva [ao governo Suazo]”. Afirmou igualmente que a “*transitoriedad*” (o que nós chamamos de “governos efêmeros”) dos governos acabaram prejudicando o país, sem dar soluções aos principais problemas. O sistema ideal, para o momento atual, segundo Banzer, era o *pluripartidarismo* (postura política). Entretanto, ele próprio se contradizia, ao expressar o sentimento de derrota da direita boliviana, ancorada na prática golpista: a decisão das Forças Armadas (de entregar o governo ao próximo presidente civil) não era ideal, afirmava Banzer. “Isso não quer dizer que não faremos uma oposição *construtiva* [...]. Analisaremos os problemas para determinar se daremos o nosso apoio, de acordo com o que mais interessa ao país”. Logo, conclui: “acreditávamos que a solução para o país era a formação dum governo *ponte*, em *transição*, para estabelecer uma democracia ordenada, na qual tomariam parte todos os fatores do poder, incluindo o militar, mas com um processo ordenado, que caminhasse em direção do sistema democrático *autenticamente boliviano*”, *Presencia*, 22.09.1982; grifo nosso. Aqui vemos, portanto, um resumo da expressão da prática golpista (em direta relação com a prática de maximização dos lucros no curto período de tempo) e dos governos efêmeros.

MNR-Estenssoro, MNR-Siles Suazo) e de outro, uma tendência de remanejamento das mesmas, direcionadas a um “consenso democrático”, somente para dar solução imediata à crise política. A assunção de Siles Suazo ao governo não significou, entretanto, a unidade da burguesia boliviana. O governo Suazo pretendia materializar esse objetivo, através de um governo de unidade nacional (GUN). Contudo, o vértice do golpe ainda não havia sido afastado, mas estava em definhamento, sendo deslocado para segundo plano. Assim, as contradições e defasagens entre o discurso político (democratismo, nacionalismo) e a prática de classe (golpismo, maximização dos lucros) manifestaram - pelo menos até setembro de 1982 - a incapacidade do bloco no poder em reorganizar a hegemonia. Tanto o Exército, basicamente o Alto Comando Militar, como os partidos políticos burgueses tradicionais fracassaram no seu intento de organizar e representar as classes dominantes.

Nesse contexto, a CEPB, passou a preencher esse vazio, tentando encontrar uma solução ao problema. Mas também fracassou, na medida em que a sua proposta não conseguiu colocar as bases para redefinir a hegemonia, nos termos que defendia a grande burguesia compradora. Por outro lado, as frações burguesas que abraçaram a causa da democracia, perderam a direção do “processo democrático”, com efeitos políticos negativos para as massas populares que acreditaram na democracia burguesa. O novo governo democrático herdará as principais contradições e crises políticas do período analisado, entrando em outro processo de instabilidade política, combinada com uma brutal hiperinflação.<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> No primeiro ano do governo Suazo (1983), Paz Zamora (MIR) renunciou à vice presidência. No bojo das contradições entre a COB e o governo, a grande burguesia compradora, representada pela CEPB, aproveitou para aprofundar suas críticas ao governo, ao sistema estatizante e à classe trabalhadora representada na COB. O papel político da CEPB esteve centrado na busca dum consenso político para legitimar as possíveis transformações neoliberais. Mas tais transformações somente poderiam ser feitas amordaçando e neutralizando o sindicalismo dirigido pela COB. Com efeito, em 1984, Siles Suazo renunciou à presidência (faltando um ano para terminar o seu mandato) e convocou as eleições gerais. Tratava-se, desta vez, de um golpe constitucional, aplicado pela burguesia boliviana.

## **CAPÍTULO SEIS**

### **A SUCESSÃO GOVERNAMENTAL, A UNIDADE DO PODER E A AUTONOMIA RELATIVA DO ESTADO BOLIVIANO**

Neste capítulo pretendemos realizar a discussão de três questões importantes que, a nosso ver, estão estreitamente relacionadas: 1) a sucessão governamental, 2) a unidade do poder estatal e 3) a autonomia relativa do Estado frente às classes dominantes. A primeira diz respeito à forma que adotou a sucessão governamental, questão que se articula à problemática do método do golpe de Estado, amplamente descrito nos dois últimos capítulos. Através das outras duas questões buscamos identificar os principais indicadores do funcionamento da unidade do poder institucionalizado e da autonomia relativa do Estado militar-de-crise, focalizando a sua importância para a transformação da forma de Estado e da forma de regime no período chamado de “transição à democracia”.

As três questões têm como ponto central - e esta é a hipótese a ser defendida aqui - o funcionamento do poder institucionalizado do Estado, na medida em que: 1) o método da sucessão governamental pela via do golpe não era outra coisa senão o efeito do papel determinante da burocracia estatal e da representação burocrática; 2) tal método exprimiu a essência da unidade contraditória do poder do Estado, manifesta no aparelho militar (Exército), e que diz respeito à intensa luta da burguesia mineira para restabelecer a sua hegemonia nos dois níveis: no interior de um bloco no poder desorganizado e instável e no conjunto da sociedade e 3) a manifestação da autonomia relativa do Estado face às classes dominantes.

#### **6.1 A Forma da Sucessão Governamental**

Começamos com a problemática da sucessão governamental. Já temos constatado que a forma de sucessão governamental adotada na Bolívia, durante o período aqui analisado, apresentou a predominância da sucessão pela via do golpe de Estado. Igualmente já tivemos a oportunidade de comentar parte das crises e contradições do aparelho de Estado no segundo capítulo, onde consideramos pertinente a observação de Poulantzas

acerca da impossibilidade de transformação dos regimes militares por um movimento interno do aparelho estatal, no sentido em que tais regimes são incapazes de “controlar e dirigir sua própria transformação”. Ali também chamamos a atenção de que era a partir dessas observações que se deveria considerar a “ruptura democrática”.

Apontamos também, naquele capítulo, duas crises importantes do aparelho estatal, ambas estreitamente relacionadas, que tornaram-se mais patentes no aparelho militar: 1) a crise de unidade da instituição castrense e 2) a crise ideológica do Exército (doravante essas duas crises passam a ser denominadas *crise de unidade do Exército*). Finalmente, apontamos outra crise política importante, articulada às duas anteriores: a crise da sucessão governamental, determinada pela prática do golpe de Estado. Havíamos considerado essa particular crise como sendo um traço característico do Estado boliviano desde o seu nascimento. Devemos acrescentar que ela apareceu como um fenômeno invariante, porém manifestando-se de diversos modos, variando de acordo com os períodos cíclicos acentuados de instabilidade política e com o desenvolvimento das diferentes fases e determinações históricas desse Estado.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Referimo-nos aos seguintes períodos e fases estatais: 1) Nascimento e Constituição da República, 1825-1827; 2) o período sob a dominação de caudilhos civis e militares, 1827-1880; 3) o período sob o conservadorismo liberal (relativa estabilidade na sucessão governamental pela via do sufrágio), 1880-1899; 4) o período liberal (estabilidade da sucessão governamental na base do sufrágio), 1899-1920; 5) o período de relativa estabilidade, com golpes intermitentes, sob o domínio do partido Republicano (conservadores), 1921-1934; 6) o período pós Guerra do Chaco, marcado pela sucessão pela via do golpe, 1936-1952. O período pós-52 já o conhecemos suficientemente. Cabe mencionar que tanto a abertura como o fechamento de cada período e fase estatais foi estabelecido pelo golpe de Estado. Por outro lado, os períodos de maior estabilidade foram marcados por transformações políticas relativamente profundas: 1) a instauração da Junta Militar que derrubou Melgarejo, em 1880, e que selou o primeiro processo de *descampesinización* (o Estado decretou a expropriação das terras comunais dos índios e camponeses, declarando-a propriedade estatal); 2) a Revolução Federal de 1899-1901, que levou ao poder os liberais com amplo apoio das massas índias, sendo estas, posteriormente, derrotadas pelo regime estabelecido; 3) a Revolução Nacional de 1952, a qual iniciou-se com um golpe de Estado. Ver mais detalhes sobre os períodos e fases estatais no Quadro 1. Sobre o sistema partidário boliviano e as mudanças políticas ocorridas desde o século passado, ver o trabalho de Herbert Klein, *Parties and Political Change in Bolivia - 1880-1952*, Londres, Cambridge at the University Press, 1969. Ver também os trabalhos de René Zavaleta, *Lo Nacional-Popular en Bolivia*, op. cit. e *50 Años de História*, op. cit.; e os trabalhos de Guillermo Lora, *Inviabilidad de la Democracia...*, op. cit. e *Causas de la Inestabilidad Política...*, op. cit.

Dito isso, tentemos, a seguir, responder à pergunta: como se processaram a crise de unidade do Exército e a crise de sucessão governamental sob o Estado militar da década de 70? A resposta a essa questão leva-nos a fazer algumas observações importantes que vão além da problemática das crises do regime militar (já apontados nos anteriores capítulos), bem como da discussão sobre a *institucionalização* desses regimes, conforme as preocupações da ciência política norte-americana e de suas variantes latino-americanas (autoritarismo *versus* democracia; disfuncionalidade ou patologia dos sistemas políticos; Estado burocrático-autoritário, etc.). A nossa resposta centra-se na questão da problemática do funcionamento do Estado burguês boliviano, inserido numa formação social cujo aspecto principal era o lugar ocupado (elo mais fraco) no interior da cadeia imperialista da periferia sul-americana. Para tanto, devemos analisar quatro elementos importantes: 1) a confluência dessas duas crises no Estado militar da década de 70, as quais exprimem as contradições desse Estado; 2) o caráter da relação do método do golpe com a Constituição boliviana; 3) o caráter geral da relação Constituição-golpe na república boliviana e 4) o caráter da relação do método da sucessão governamental pela via do golpe com a representação burocrática.

#### **6.1.1 Confluência da crise de unidade do Exército e da crise de sucessão governamental**

Começemos, então, pela observação mais evidente, isto é, houve uma confluência da crise de unidade do Exército e da crise da sucessão governamental durante a década de 70; mas, no bojo da condensação das crises e das contradições do Estado, a última crise foi exacerbada, interna e externamente (prática golpista; efeitos das pressões e contradições do capital estrangeiro no país; intervenção do imperialismo norte-americano, etc.), manifestando-se, de forma espetacular, no período 1978-1982. Sem entrar numa análise comparativa dos vários períodos de instabilidade política na década de 60, essa confluência apresenta uma semelhança com os outros períodos e fases do Estado boliviano, na medida em que o problema da sucessão pela via do golpe aparece como um elemento invariante. Já dissemos que o problema do golpe de Estado não se limita aos períodos de instabilidade

política; ele manifesta-se também nos períodos de relativa estabilidade que o país experimentou ao longo da sua vida republicana, quer sob os governos civis quer sob os governos militares.

Todavia, já havíamos observado que a Revolução Nacional Boliviana de 1952 começou com a deflagração de um golpe de Estado, inicialmente planejado pelas forças políticas lideradas pelo MNR, como respostas à anulação das eleições gerais, no ano anterior, em que o candidato Paz Estenssoro havia saído vitorioso. O golpe transformou-se num movimento político de grande envergadura, encabeçado pelas massas proletárias, sob a direção dos trabalhadores mineiros. Mas o movimento foi tal que nem o próprio MNR tinha previsto tanta agitação política e tampouco o governo norte-americano acreditava numa vitória ou ascensão ao poder daquele partido. Contudo, a revolução nacional, impulsionada pelas massas populares fracassou devido, entre outras coisas, à incapacidade da direção política da pequena burguesia (MNR) e à sua submissão política frente grande burguesia compradora e ao imperialismo norte-americano. As forças contra-revolucionárias, que haviam atuado desde as próprias entranhas do regime nascido em 1952, acabaram dando o golpe restaurador em 1964. Nesse sentido, para o historiador Halperin Donghi, a revolução boliviana teria sido, em última análise, uma *redistribuição do poder* no quadro duma “estrutura fundamentalmente invariada”:

“[...] na Bolívia, a revolução nacional estava para terminar, e, apesar da nacionalização das minas e da reforma agrária, o país continuava essencialmente a ressentir-se das conseqüências da dependência econômica, atenuadas unicamente pelas subvenções norte-americanas. A revolução social, não acompanhada por transformações econômicas ou técnicas profundas, demonstrava ser apenas *uma versão mais radical da política favorável à redistribuição do poder político* e, até certo ponto, do bem-estar no interior de uma *estrutura fundamentalmente invariada*”.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Túlio Halperin Donghi, *História da América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 256; grifo nosso. No contexto da sua análise acerca das transformações sócio-históricas depois da crise econômica de 1929, o autor apenas dedica quase duas páginas ao país; o seu comentário sobre a Revolução Boliviana de 1952 se reduz a alguns parágrafos. Além disso, no cerne das análises de Donghi está um lugar comum do processo revolucionário: a nacionalização das minas e a reforma agrária.

Apesar da pouca atenção dada à revolução boliviana, Donghi chegou, de forma nítida, à nossa problemática: a questão da sucessão no poder governamental pela via do golpe. Contudo, surge a seguinte questão: a de saber se a revolução boliviana se reduz a uma mera redistribuição radical do poder político, no quadro de uma “estrutura fundamentalmente invariada”. A pergunta que se impõe então é: qual teria sido essa mudança radical do poder político boliviano e quais as suas estruturas que permaneceram invariantes? O próprio Donghi não responde a essa pergunta.<sup>3</sup> Tampouco nós tentaremos responder a essa questão, pois os nossos objetivos, aqui propostos, são diversos. Isso não significa, entretanto, que não devamos fazer algumas observações importantes que contribuam para o esclarecimento do problema da sucessão governamental adotado na Bolívia.

Será que a revolução boliviana de 1952 não teria passado de uma manifestação complexa do método do golpe, redistribuindo, dessa maneira, o poder político? Uma resposta afirmativa dessa questão levaria a minimizar o impacto e as transformações da revolução boliviana. Nós temos insistido, no primeiro capítulo e ao longo desta dissertação, que em 1952 emergiu uma variante de Estado burguês, cujas transformações mais evidentes foram: 1) a modernização do aparelho estatal, 2) a modernização do aparelho militar e 3) a forma de intervenção do Estado na esfera econômica. Tais transformações não se processaram sem modificações importantes no âmbito dos diversos tipos de legitimidade burguesa, incidindo no comportamento político das classes dominadas. Assim, tanto o funcionamento do aparelho estatal como da forma de intervenção do Exército na vida política do país, processaram-se, a partir de 1952, de forma diferente. Acrescente-se a isso o fato de que o Exército ainda conviveu com sua dupla crise (de unidade e ideológica) decorrente da derrota frente à massa popular nos processos revolucionários de abril desse ano; mas ao mesmo tempo, a instituição castrense adotou uma nova forma de relação com as classes populares, principalmente com o campesinato parcelar: o populismo militar.

---

<sup>3</sup> Para Donghi, a estrutura invariada boliviana seria a estrutura (base) econômica (atrasada, dependente), a que corresponderia o poder político (Estado). O que não deixa de ser verdade, em parte. Há, entretanto, um certo economicismo nas observações do autor. “Mesmo assim - diz Donghi - a revolução boliviana ousara realizações entre os vários grupos sociais e, sob esse aspecto, distinguiu-se dos experimentos mais modestos efetuados no restante da América Latina. Isso explica, em parte, a sua duração, uma vez esgotadas as suas possibilidades: ainda que enfraquecida, encontrava-se diante de forças sociais decapitadas pela nacionalização das minas e pela reforma agrária”, *Idem, ibidem*, p. 256.

Nesse contexto, o funcionamento do golpe de Estado processou-se duma maneira mais complexa, acompanhando o processo de transformações do Estado formado em 1952. Isso significa que a crise de sucessão ganhou nova expressão e tonalidade: tanto os regimes civis quanto militares esforçaram-se por ampliar a base de legitimidade - ao tentar buscar apoio político especialmente nas classes da pequena produção e do campesinato - recorrendo permanentemente à Constituição para definir o processo de sucessão governamental, numa clara tentativa de perpetuar o regime político. Com a emergência do Estado militar, em 1964, e a expressão de sua forma mais acabada na década de 70, assistimos à confluência das três crises apontadas anteriormente (a crise de unidade e a crise ideológica do Exército, bem como a crise de sucessão governamental). Isso nos leva ao segundo ponto.

#### **6.1.2 Relação entre a sucessão pela via do golpe e a Constituição Boliviana de 1967**

Já o segundo elemento não é tão evidente: a sucessão pela via do golpe teve suficiente base constitucional, aparecendo de forma solapada na Constituição de 1967. A esse respeito, aqui devemos analisar os seguintes pontos: 1) que tipo de relação existiu entre o golpe de Estado e essa Constituição, ou qual o caráter dela face ao golpe? e 2) qual a relação entre a Constituição de 1967 e o regime militar?

##### **6.1.2.1 O caráter da Constituição de 1967 e o golpe de Estado**

Antes de mais nada, devemos começar pela análise do caráter da Constituição de 1967 face ao golpe de Estado. A primeira coisa a ser observada é que ela tem como fundamento a democracia representativa, caráter herdado da primeira Constituição (1826) e reproduzida nas diversas constituições estabelecidas ao longo da República. Vejamos alguns artigos importantes. O Artigo 1º diz: “A BOLÍVIA, livre, independente e soberana, constituída em REPÚBLICA unitária, adota para seu governo a forma democrática representativa”. Quanto ao caráter da representação, o Artigo 2º diz: “A soberania reside no povo; é inalienável e imprescritível; seu exercício está delegado aos poderes Legislativo,

Executivo e Judiciário [...]”; o Artigo 4º: “O povo não delibera nem governa senão por meio de seus representantes e das autoridades criadas pela lei”. Existe, entretanto, um parágrafo que foi acrescentado a esse último artigo: “Toda força armada ou reunião de pessoas que se atribua a soberania do povo comete delito de sedição”.<sup>4</sup> Bem entendido, tal parágrafo era um dispositivo constitucional contra: 1) o ressurgimento das milícias populares que derrotaram o Exército em 1952; 2) o ressurgimento das milícias camponesas, criadas durante o regime do MNR e 3) o surgimento de grupos guerrilheiros. Podemos assim inferir que, embora o termo “golpe” não seja explicitado na Constituição, tal parágrafo já pressupõe a intervenção do Exército através do golpe, na medida em que ele seria o depositário do monopólio da força legítima detida pelo Estado.<sup>5</sup>

Esclareça-se que os dispositivos de segurança e de intervenção do Exército para a manutenção da Ordem social, codificados na Constituição boliviana, não são um caso isolado. É que “o segredo de todas as constituições burguesas” é justamente este, conforme observou Lenin: em caso de “necessidade de manutenção da ordem” (a manutenção da dominação burguesa e do aparelho de Estado burguês), todas as liberdades constitucionais contidas na Constituição são praticamente negadas.<sup>6</sup>

A intervenção do Exército boliviano, entretanto, fica mais patente nos artigos que regulamentam o papel das Forças Armadas. Conforme o artigo 208:

---

<sup>4</sup> Esse parágrafo também aparece no Código Penal de 1973. Por sua vez, esse Código inclui as leis de Segurança do Estado (1974), elaboradas no governo Banzer. Ver *Constitución Política del Estado*, 2 de febrero de 1967; versão *Concordada* de Servando Serrano Torrico.

<sup>5</sup> Essa observação é ainda genérica, porque, em geral, a maioria das constituições burguesas pressupõem a intervenção das Forças Armadas, sem mencionar o termo “golpe”. Provavelmente, a única Constituição burguesa que menciona o golpe explicitamente, como dispositivo de segurança contra a sua materialização, seria a Constituição italiana pós-fascista. Semelhantes dispositivos de segurança também aparecem na Constituição Alemã pós-nazista. Ver o artigo de Perry Anderson (que analisa as posturas liberais de Bobbio à luz da problemática “liberalismo vs. socialismo”): “*The Affinities of Norberto Bobbio*”, em *New Left Review*, Nº 170, July/August 1988, p. 32. No caso das constituições não-burguesas, a romana, por exemplo, justificava a intervenção do exército pela via do golpe (esse foi o caso do golpe de Júlio César) em caso de perigo interno ou ameaça externa ao Estado ou sociedade romana. Ver Montesquieu, *O Espírito das Leis*, Brasília, Editora UnB, 1982, Livro II, Capítulo 3.

<sup>6</sup> O texto de Lenin é citado em Décio Saes, “*A democracia burguesa e a luta proletária*”, in *Estado e Democracia...*, op. cit., p. 179. Ver também Karl Marx, “*O Dezoito Brumário...*”, op. cit., pp. 213-215.

“As Forças Armadas têm por *missão fundamental* defender e conservar a independência nacional, a segurança e estabilidade da República, bem como a honra e a soberania nacionais; *assegurar o império da Constituição Política, garantir o Governo legalmente constituído* e cooperar no desenvolvimento integral do país” (grifo nosso).

Visto isso, cabe agora mostrar três elementos fundamentais da relação Constituição-golpe de Estado. Em primeiro lugar, essa Constituição é essencialmente golpista. Ela refletiu o caráter da sua relação com os regimes militares pós-64: a justificação da intervenção do Exército, pela via do golpe, em caso de não respeito à Constituição e, simultaneamente, em caso de *desordem* e *anarquia*. Tanto a garantia como a fonte de funcionamento (“império”) da Constituição estavam nas mãos da Instituição Tutelar da Pátria: eis o papel fundamental da instituição militar estabelecido no próprio texto constitucional. A missão do Exército de garantir a estabilidade política e o governo legalmente constituído é uma decorrência da função anterior. Portanto, a Constituição de 1967 - a despeito de sua forma liberal-democrática, e apesar de não mencionar o termo *golpe* - era golpista por antonomásia, na medida em que facultava ao Exército intervir permanentemente na vida política do país.

Em segundo lugar, as Forças Armadas estavam acima da Constituição, conforme prescreve o artigo 209: “A organização das Forças Armadas *descansa em sua hierarquia e disciplina. É essencialmente obediente, não delibera e está sujeita às leis e regulamentos militares*. Como organismo institucional, *não realiza ação política*”.<sup>7</sup> Embora o texto expresse uma contradição em relação ao papel político que deveria ser adotada pela instituição castrense, esse artigo ratifica a função fundamental - intervenção na política -

---

<sup>7</sup> Em relação às questões da *obediência* e da não *deliberação* da instituição castrense (preceitos constitucionais que, paradoxalmente, são típicos de uma constituição democrática), tratava-se de um dispositivo constitucional que visava reforçar o caráter “neutro” do aparelho militar, contra a ação *deliberadora* (ação política) das Forças Armadas, estabelecida nos regimes do MNR entre 1952 e 1964. Tal regime funcionou sobre a base do partido único (MNR); dessa maneira, o regime estabeleceu que as Forças Armadas seriam deliberativas. Mas, para participarem na política, os altos membros da hierarquia militar deveriam se filiar ao MNR. Esse foi o caso dos generais Ovando e Barrientos, figuras-chaves da reorganização do aparelho militar, os quais, posteriormente, deram o golpe em Estenssoro em 1964. Ver a crítica do POR-Lora sobre essa questão em “*Ejército y Revolución - Los Soldados nos alineamos junto a la mayoría nacional*”, in Guillermo Lora, *Documentos Políticos de Bolivia*, op. cit., pp. 320-362, Vol. II. Por outro lado, o artigo 209 (o caráter neutro e obediente) pode-se interpretar como uma tentativa de reforçar a limitação da participação política das classes e suboficiais da instituição militar, sendo essa participação restrita à cúpula militar (coronéis e generais).

dessa instituição definida no artigo anterior. Além disso, o artigo 209 estabelece o funcionamento autônomo da força armada: ela baseia-se em sua própria *regulamentação interna* (o Estatuto Orgânico das Forças Armadas) e não nas leis constitucionais. Portanto, a Constituição de 1967 esteve subordinada às leis militares: as Forças Armadas são essencialmente obedientes às suas leis e não às leis constitucionais ou civis.

Em terceiro lugar, a própria Constituição não apenas estabelece a função das Forças Armadas acima das leis constitucionais, mas também abre uma “brecha legal”<sup>8</sup> para a intervenção do Exército pela via do golpe. Se o artigo 208 estatui a função fundamental da instituição castrense - o de “assegurar o império da Constituição” - , sendo homologado pelo artigo 209 - estabelecendo o Estatuto Orgânico militar acima das leis constitucionais - , então o caminho para a permanente intervenção militar está praticamente aberto, tendo uma base constitucional. Quer dizer, a própria Constituição atribui à instituição militar a interpretação do grau da ameaça à ordem interna ou da seriedade do momento político que vive o país (desordem, anarquia, guerrilha etc.) para intervir, por meio do golpe de Estado, e suprimir as liberdades constitucionais. No entanto, esse fato não deve ser interpretado como um indício do não funcionamento da Constituição, ou que ela seja uma letra morta.

Isso significa que a intervenção militar, possibilitada pela própria Constituição não violaria, em última análise, os preceitos constitucionais. Basta dar alguns exemplos do caráter da “brecha constitucional” para a deflagração da intervenção do Exército. Examinemos o artigo 111, que corresponde à seção da “Conservação da Ordem Pública”: “Nos casos de *grave perigo por causa de comoção interna* ou guerra internacional, o *Chefe do Poder Executivo* poderá, com ditame afirmativo do Conselho de Ministros, *declarar o estado de sítio* na extensão do território que fosse necessário”.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Agradecemos ao Prof. Décio Saes pela valiosa sugestão de examinar se a Constituição Boliviana de 1967 possibilita ou abre uma “brecha” legal para a intervenção militar, dando liberdade ao Exército para interpretar a “seriedade” do momento político ou da ameaça interna do país para intervir legalmente.

<sup>9</sup> Mesmo decretado pelo Executivo, o estado de sítio deveria ter autorização do Legislativo no referente a sua continuação e ao tempo que vigoraria tal medida. A Constituição estabelecia o período máximo de noventa dias para o estado de sítio, não podendo exceder-se desse tempo nem ser novamente aplicado no mesmo ano. Em caso de ser aplicado novamente, essa medida devia ser homologada pelo Parlamento. Esse artigo, entretanto, foi o instrumento jurídico-político dos governos *democráticos* pós-85, aplicado contra as massas trabalhadoras para estabelecer a NPE e as reformas neoliberais. Quer dizer, o estado de sítio foi aplicado em várias oportunidades, inclusive, excedendo os 90 dias num só ano.

Este artigo reforça a intervenção legal das Forças Armadas em caso de perigo, ameaça ou desordem interna. É curioso que ele fale do “Chefe” do poder Executivo, sendo a única vez que aparece esse termo em todo o texto constitucional. A esse respeito, a própria Constituição define que esse poder deve ser exercido pelo Presidente da República (somente em casos particulares ou excepcionais, esse cargo deve ser exercido por um presidente interino, podendo ser ocupado pelo vice presidente, pelo presidente do Senado, pelo presidente do parlamento, e assim por diante), mas nunca por um *Chefe*. De duas uma: ou o legislador esqueceu esse termo e deixou passar o texto constitucional tal como ele aparece, expressando o caráter contingente das leis constitucionais, dada a eventualidade da sua elaboração num contexto de alta instabilidade política; ou então o termo manifesta o caráter intencional da redação desse artigo por parte do legislador, como parte da justificação da intervenção, no mesmo contexto de instabilidade política e do caráter contingente da elaboração das leis constitucionais.

Conforme a nossa análise, tudo indica que a segunda hipótese é mais verosímil, porque ela faz sentido com os artigos 208 e 209: o termo “Chefe do Executivo” seria uma clara alusão aos chefes militares ou à Junta Militar geralmente instaurada depois de um golpe de Estado. No final da década de 60 e, principalmente no período pós-78, proliferaram os golpes de Estado. Houve casos em que os integrantes (chefes militares) da Junta Militar reivindicaram a presidência bicéfala e tricéfala (lembramos da crise da sucessão governamental logo após a saída de Meza do governo). Pode-se inferir, assim, que a denominação “chefe do executivo” reforça o caráter da intervenção permanente das Forças Armadas bolivianas, no sentido de que, numa eventual situação de desordem interna, o Executivo passa a ser chefiado por um oficial do Exército (general ou coronel) ou por uma Junta Militar.

Além disso, a forma da aplicação do estado de sítio definido na Constituição aparece como uma outra justificação da intervenção legal das Forças Armadas, no caso de perigo, desordem interna ou situação excepcional. Conforme o artigo 112:

“A declaração de estado de sítio produz os seguintes efeitos [...]: 3) *“Não serão suspensos, de fato e em geral, as garantias e os direitos que consagra esta Constituição com a mera declaração do estado de sítio; mas poderão ser*

*suspendidos em relação às indicadas pessoas acusadas fundamentalmente de conspirar contra a ordem pública [grifo nosso]*".

Pelo menos duas implicações políticas imediatas decorrem desse artigo. A primeira, caso seja insuficiente o estado de sítio, o recrudescimento da repressão do "inimigo político" (o proletariado mineiro, a massa popular) seria justificado legalmente (basta lembrar os massacres das massas populares realizadas pelo Exército nas décadas de 60 e 70). A segunda implicação: as liberdades constitucionais poderão ser negadas em casos excepcionais, quer dizer, a exceção é a regra. E quem está autorizado a definir ou interpretar uma situação política excepcional? O Exército.

Por último, o artigo 115, que fecha a parte que trata da segurança pública, diz: "Nem o Congresso, nem qualquer associação ou reunião popular, nem a soma do Poder Público *podem conceder faculdades extraordinárias ou supremacia* ao Poder Executivo, que coarquem a vida, a honra e os bens dos habitantes, ficando estes a mercê do governo ou de qualquer pessoa" (grifo nosso). Fica evidente assim que, tanto neste artigo como nos outros citados, a única instituição ou aparelho estatal que poderia intervir legalmente seria a instituição militar, na medida em que a própria Constituição lhe concede esse privilégio (faculdades extraordinárias).<sup>10</sup>

Em suma, a Constituição de 1967, elaborada no regime militar de Barrientos, caracteriza-se por três elementos fundamentais: 1) aparentemente democrática mas de essência golpista: a intervenção do Exército, através do golpe, contou com uma base constitucional; 2) as Forças Armadas estavam acima da Constituição: calcadas nas próprias leis militares (Estatuto Orgânico), a instituição castrense era a única fonte tanto da segurança como do funcionamento das leis constitucionais da República e 3) a Constituição "abre uma brecha" para a intervenção do Exército, na medida em que atribui somente a essa instituição a tarefa de interpretar a seriedade da ameaça interna ou da violação das leis

<sup>10</sup> Um dos artigos que fazem parte da seção referente às garantias pessoais, o artigo 32, diz: "ninguém será obrigado a fazer o que a Constituição e as leis não mandem, nem a se privar daquilo que elas não proíbam". Em concordância com esse artigo, o artigo 229 (da seção que diz respeito à "Primazia da Constituição"): "Os princípios, garantias e direitos reconhecidos por esta Constituição não podem ser alterados por leis que regulamentem seu exercício, nem precisam de regulamentação prévia para seu cumprimento". Nesse sentido, as leis ordinárias e extraordinárias feitas pelos governos militares ou pelas Juntas militares nem sempre estiveram em contradição com a Constituição, como foi o caso da criação de órgãos burocráticos com funções legislativas: CONARE, CONAL e CONAPOL.

constitucionais; conferindo assim, a essa intervenção, um caráter legal (golpe de Estado, imposição do estado de sítio e, por consequência, a negação das liberdades constitucionais).

Uma análise das reformas do Estado e do sistema político realizadas no período pós-82 e, principalmente das reformas neoliberais de 1985, mostra que as reformas constitucionais não modificaram o caráter golpista da Constituição de 1967. As perguntas que se impõem seriam: como funcionou a Constituição de 1967 no regime democrático pós-82? Quais foram as reformas constitucionais feitas durante os governos democráticos? Qual o caráter dessas reformas? Em termos gerais, o problema do golpe ainda não foi afastado, pois essa Constituição continua em vigor. Surge assim novamente a preocupação, tanto no âmbito político como no âmbito acadêmico, acerca do “fantasma do golpe”. A preocupação central dos setores dominantes face aos militares é precisamente a questão que se refere à “construção da democracia”; quer dizer, a criação de mecanismos civis que possam controlar as Forças Armadas, pois estas novamente estariam se configurando como um problema sério para a consolidação do “processo de redemocratização” que vive o país.

Trata-se de um problema importante, sem dúvida, que deve ser amplamente debatido. A questão é saber qual é a preocupação central e quais as premissas fundamentais dos autores que analisam a *problemática militar* no contexto das transformações políticas do país depois de 1982. Se até meados da década de 80 os estudos sobre essa problemática na maioria dos países latino-americanos eram tímidos e precários,<sup>11</sup> existe atualmente a tendência, principalmente nos autores bolivianos da teoria da democracia, não apenas de sobrestimar o assunto, mas também de direcionar unilateralmente a discussão da “questão militar” a partir do neoliberalismo.<sup>12</sup> Deixa-se de lado, assim, temas importantes como a

<sup>11</sup> Cf. José Murilo de Carvalho, “*Militares e Civis: um debate além da Constituinte*”, em *Cadernos de Conjuntura*, IUPERJ, N° 10, agosto de 1987, 22 pp. Para o autor, entre os principais fatores que impediam a constituição do estudo sobre o militarismo estariam a omissão e a conivência, tanto por parte da academia como do resto da “sociedade civil” face aos militares (a esquerda era omissa e a direita conivente).

<sup>12</sup> Esses autores tendem a considerar os militares como grupo coeso, ideologicamente fechado (de tradição anti-liberal) ou como grupo de pressão; as Forças Armadas seriam uma instituição burocrático-corporativa que tende a se autonomizar. Além disso, o suposto normativo, embutido nessas análises, é a de instaurar no país os modelos democráticos provenientes dos países anglo-saxões e, por consequência, os seus modelos de organização militar. Esses autores defendem (como a maioria dos autores latino-americanos filiados a essa corrente teórica) o modelo militar norte-americano, apregoado por Alfred Stepan (*Rethinking Military Politics: Brazil and the Southern Cone*, Princeton University Press, 1988), e Adam Przeworski (*Democracy and the Market. Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991; ver também “*Ama a incerteza e serás democrático*”, em *Novos Estudos CEBRAP*, N° 9, julho de 1984). Basicamente, esse modelo centra-se na redefinição do papel que deveria

lógica interna de funcionamento das Forças Armadas, a sua relação com os outros aparelhos de Estado, a predominância do Executivo e o caráter do sistema presidencialista instaurado no país.<sup>13</sup>

A reforma constitucional de 1992, por exemplo, uma das mais significativas em matéria de “modernização do Estado”, teve como objetivo central promover a “descentralização político-administrativa”, a criação de uma nova Lei Eleitoral e de Partidos Políticos, bem como a reforma do Poder Judiciário. Contudo, as Forças Armadas foram deixadas intactas, isto é, não houve uma *reforma militar*. Naquele ano, uma comissão do Executivo, composta por militares e parlamentares, elaboraram uma nova *Lei Orgânica das Forças Armadas*, sendo promulgada pelo governo Zamora. O conteúdo de tal lei mantém a continuidade da lógica intervencionista (tutela militar), a defesa da Constituição e o governo legalmente constituído por parte da instituição castrense, além de perseguir reivindicações imediatas como, por exemplo, o aumento de salários e a prolongação do serviço ativo dos comandos superiores das três armas. O que nos leva de encontro à permanência dos elementos golpistas da Constituição de 1967 analisados acima: o caráter

---

jogar os militares numa “sociedade democrática”, adaptando a instituição castrense às exigências do mercado. Para tanto, exige-se uma ampla reforma militar que complemente as reformas do Estado, possibilitando assim a “profissionalização” e “modernização” da instituição castrense. Tal reforma deve surgir de um amplo acordo (“democracia pactuada”) entre as “elites políticas” e as forças sociais, cabendo a direção desse processo às primeiras. Enfim, trata-se do estabelecimento, de um lado, daquilo que Przworski denomina “submissão dos interesses e valores por parte de todas as forças sociais à lógica incerta das instituições aceitas por todos”, ou seja, a submissão “à lógica incerta da democracia” (que em última análise seria o predomínio da lógica do mercado); de outro, daquilo que Stepan denomina *democratic empowerment*: uma estratégia de criação de poder democrático que seria a chave para redefinir a relação entre o sistema democrático e os militares; quer dizer, a criação de um mecanismo de controle da instituição militar por parte da sociedade civil. Ver René Antônio Mayorga, “Sistema Político, Estado y fuerzas Armadas: Consolidación de la Democracia y Redefinición del Rol Militar en América Latina”, in Raúl Barrios Morón & René Antônio Mayorga, *La Cuestión Militar en Cuestión*, op. cit., pp. 63-70. Ver a crítica de João Quartim de Moraes a Stepan, “Alfred Stepan e o mito do poder moderador”, em *Filosofia Política*, Nº 2, 1985, pp. 163-169. Ver também outro artigo deste último autor, “A Função das Forças Armadas num Brasil Democrático”, in João Quartim de Moraes (org.), *A Tutela Militar*, São Paulo, Vértice, 1987. Ver a crítica de Robert Kurz ao militarismo e neoliberalismo norte-americanos: “O último buraco negro”, *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 14/12/1997.

<sup>13</sup> As discussões geralmente giram em torno do problema da governabilidade, das virtudes da democracia pactuada, do papel fundamental dos partidos políticos e do Parlamento para sustentar essa democracia. René Antônio Mayorga considera o sistema presidencialista boliviano como um “presidencialismo parlamentarizado”: “A democracia boliviana é uma *democracia pactuada* e representa na América Latina o único caso de um sistema de governo de *presidencialismo atenuado*, com fortes tendências parlamentaristas ou, como acertadamente a define Juan Linz, de *presidencialismo parlamentarizado*”, “Sistema Político, Estado y Fuerzas Armadas...”, op. cit., p. 38; grifo do autor. Ver também do mesmo autor: “*Gobernabilidad en entredicho: conflictos institucionales y sistema presidencialista*”, in *Democracia y Gobernabilidad en América Latina*, op. cit., pp. 41-62; nessa coletânea, ver também o artigo de Eduardo Gamarra, “*Presidencialismo híbrido y democratización*”, pp. 21-40.

da intervenção e o caráter da “brecha” legal para o golpe, expressos na própria Constituição.<sup>14</sup>

A pergunta que se impõe é: por que será que o Parlamento e os governos democráticos instaurados em 1982 e 1985 não se interessaram em promover reformas no aparelho militar? Para Antônio Mayorga e Morón, a resposta estaria basicamente em três fatores: 1) tanto os governos quanto os políticos desconhecem a problemática militar, por isso não deram muita importância às Forças Armadas; 2) as reformas políticas e do Estado não atingiram o setor militar, permanecendo este atrelado à sua ideologia estatista, corporativista e anti-liberal (que teria caracterizado esse setor nas décadas anteriores), ideologia essa firmada em padrões culturais autoritários e 3) as reformas neoliberais teriam colocado em crise às Forças Armadas, na medida em que questionaram o seu papel tradicional: o “bem segurança” que essa instituição reivindica e defende (não-equilíbrio entre os custos e benefícios) teria ficado aquém da lógica e do modelo econômico instaurados no país (lógica do mercado, que funcionaria alocando os recursos com eficiência). Assim, deve se fazer, de forma urgente, uma reforma militar que subordine a função da instituição castrense ao sistema democrático e instaure o verdadeiro papel das Forças Armadas na sociedade, modernizando-as e reforçando a profissionalização da carreira de armas.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Em relação ao novo Estatuto Orgânico de 1992, Antônio Mayorga, observa: “esta lei insiste em considerar às Forças Armadas como a instituição-chave para a sustentação da democracia e do Estado de Direito, como se a estabilidade institucional girasse em torno do papel militar e não das próprias instituições e atores democráticos. Nem os militares nem os parlamentares, que participaram na elaboração desta lei, estiveram dispostos a renunciar ao princípio de que as Forças Armadas são a instituição básica da república, bem como a estabelecer, de maneira inequívoca, o papel fundamentalmente subordinado das Forças Armadas num sistema democrático. Por outro lado, não há nenhuma modificação nesta lei, nem na própria Constituição que obrigue as Forças Armadas a se submeterem ao controle democrático institucional do Parlamento e do poder executivo. De acordo com os princípios em vigor, os militares respondem pelos seus atos exclusivamente ao Presidente da República, que é o capitão geral das Forças Armadas”, in *“Sistema Político, Estado y Fuerzas Armadas...”*, op. cit. p. 61.

<sup>15</sup> Ver Raúl Barrios Morón, *“Militares y Democracia en Bolivia: Entre la Reforma y la Desestabilización”*, in *La Cuestión Militar en Cuestión*, cit., pp. 73-89.

Embora esses autores analisem o problema da “redemocratização” à luz da relação dos militares com o processo de modernização do sistema político e do Estado, eles não aprofundam a dinâmica interna, as contradições do funcionamento da organização militar (a lógica militar), as contradições no seio das Forças Armadas perante o “processo de democratização”, tampouco o papel dessa instituição nesse processo (que setores estariam apoiando o processo e quais não? etc.).<sup>16</sup> O problema é que estes autores vêem os militares como grupo homogêneo, como instituição que tende à autonomização, levantando assim, barreiras ao processo de redemocratização. Em última análise, essa situação revelaria - na perspectiva desses autores - um sintoma de deformação ou disfunção, afetando sobremaneira o funcionamento “equilibrado” (harmonioso) do sistema político e do Estado.

No caso brasileiro, José Murilo de Carvalho<sup>17</sup> já tinha colocado a problemática da insuficiência das análises da questão militar, bem como do caráter das propostas das reformas constitucionais do setor militar por ocasião da Constituinte de 1988. A nosso ver, o autor defendeu basicamente duas coisas: 1) os estudos militares devem privilegiar uma análise que equilibre os aspectos macro e micro sociológicos - ou seja, teorias sociológicas de médio alcance, como aquelas defendidas por Robert Merton<sup>18</sup> - e, 2) a reforma militar, feita a partir da Constituição, deve ser complementada com leis ordinárias, que seriam cuidadosamente elaboradas (por exemplo, o controle parlamentar dos órgãos militares dominantes); tais leis visariam estabelecer um controle civil sobre os militares. A idéia seria a de estabelecer dispositivos micros (legislação ordinária) para que, aos poucos, estes se convertessem em mecanismos capazes de reforçar o consenso político acerca do verdadeiro papel que deveriam exercer os militares. Logo, essas leis ordinárias contribuiriam para modificar os dispositivos gerais sobre o assunto, isto é, modificar os dispositivos constitucionais.

---

<sup>16</sup> Sobre o caso brasileiro, ver a análise de Geraldo Lesbat Cavagnhari Filho, “*Autonomía Militar y Construcción del Poder*”, in **Democracia y Fuerzas Armadas**, Seminario Internacional realizado por la Corporación de Estudios para el Desarrollo - CORDES - del 4 al 6 de julio de 1988, Quito, Ecuador, pp. 47-89.

<sup>17</sup> “*Militares e Civis: um debate além da Constituinte*”, op. cit.

<sup>18</sup> **Sociologia - Teoria e Estrutura**, São Paulo, Mestre Jou, 1970. Ver os conceitos de “estrutura social”, “anomia” e o de “comportamento desviado”, capítulo sexto.

Contudo, conforme adverte o próprio autor, o caminho da reforma militar, a nível constitucional, tornar-se-ia problemática, por duas razões: 1) devido ao carácter das leis constitucionais, pois estas dizem respeito a “princípios gerais”, o que dificultaria um consenso, a curto e médio prazos, sobre o verdadeiro papel dos militares e 2) devido ao carácter da reforma militar: o que levaria a uma batalha constitucional que giraria justamente em torno da redefinição desses princípios, pois os militares dificilmente abririam mão de seus privilégios. Conclusão: o caminho mais prático seria, em última análise, a implementação de dispositivos micros: o reforço da legislação ordinária visando controlar o papel dos militares.<sup>19</sup>

Na prática, a proposta de Murilo de Carvalho foi aplicada na Bolívia durante o governo Zamora, em 1991. Só que ela fracassou. Naquela ocasião, por iniciativa do Executivo, criou-se uma comissão denominada *Directiva Presidencial*, composta por membros desse poder e por membros da cúpula das Forças Armadas. Essa comissão tinha como objetivo central redefinir o papel da força armada no contexto das “mudanças sócio-econômicas e políticas ocorridas nos âmbitos nacional e internacional”. Numa palavra, tentava-se coordenar os esforços para redefinir a ação externa do país nas esferas da diplomacia e da defesa nacional. O que não deixava de significar um passo importante para o estabelecimento de uma reforma militar, cujos principais temas de discussão, conforme Morón, seriam 1) a redefinição dos conceitos de segurança e de defesa nacional, 2) os fundamentos jurídicos constitucionais das Forças Armadas, 3) a eficiência operativa de suas forças, 4) o papel da instituição armada perante o desenvolvimento do país e 5) a preparação profissional do pessoal militar.

Para Morón, a *Directiva Presidencial*, apesar de suas boas intenções, teve um efeito limitado, porque o presidente “encarregou aos próprios militares a tarefa de pensar seu futuro institucional, mas sem contar com a participação civil”. Assim, “os caminhos desenhados para a reforma [militar] não apontaram para a integração cívico-militar”; mas ao contrário, consolidaram, de modo paradoxal, “a autonomia castrense”, exatamente por permitir a possibilidade de “renovação”, “mantendo intactos os sentimentos

---

<sup>19</sup> José Murilo de Carvalho, op. cit., pp. 15-17 e segs.

corporativos”.<sup>20</sup> Além disso, a tentativa de criar dispositivos de segurança extra constitucionais contra os militares foi inviabilizada, notadamente através do estabelecimento do novo Estatuto Orgânico das Forças Armadas, aprovado em novembro de 1992. Naquela ocasião, a maior arma dos militares para vetar qualquer tentativa de reforma militar substancial foi a de que o poder civil (executivo, parlamento, partidos políticos) estava se intrometendo na esfera de competência militar. Isso significa que, apesar da crise castrense, a reafirmação “do poder” e da autonomia militares passa pela defesa da Constituição de 1967.<sup>21</sup> Assim, a implementação de dispositivos extra constitucionais que visavam redefinir o papel dos militares não atingiram o fundamental, isto é, a mudança do conteúdo dessa Constituição: a permanência do caráter da intervenção militar e da “brecha” constitucional para a legitimação do golpe.

#### 6.1.2.2 A Constituição de 1967 e o regime militar

Há, entretanto, uma outra característica importante da relação entre o golpe e a Constituição de 1967: a relação entre essa Constituição e o funcionamento dos regimes militares instaurados no período pós-1964. O caráter da intervenção militar foi amplamente justificado pelos caudilhos militares e pelas forças políticas golpistas do período 1978-

<sup>20</sup> Raúl Barrios Morón, “*Militares y Democracia en Bolivia...*”, op. cit., pp. 108-109. O objetivo proposto pela comissão presidencial era o de “adaptar a estrutura das Forças Armadas da Nação frente às mudanças no sistema econômico, político e social, nacional e internacional”: “*Directiva Presidencial para las FF.AA.*”, La Paz, 2 de mayo de 1991, em Idem, ibidem, p. 108. No que tange à relação entre o poder civil e os militares, o caso boliviano (semelhante ao caso argentino), conforme sustentam Morón e René A. Mayorga, configuraria um modelo de redemocratização marcado pelo “reajustamento obrigado, sem capacidade de influência política”, o que implicaria em “um compromisso débil e integração negativa ou passiva” dos militares, já que estes manteriam uma autonomia decisória dos assuntos internos das Forças Armadas. Por outro lado, o modelo de integração negativa possibilitaria a implementação de duas prováveis opções corporativas: 1) a positiva, de modernização profissional: a força armada se constituiria como aparelho estatal e como grupo burocrático-profissional e 2) a negativa, de retorno à politização corporativa e à intervenção política: a força armada voltaria a se constituir como *ator político*, como um *grupo de pressão* e de *veto* ao poder executivo. Cf. Morón & Mayorga, *La Cuestión Militar*, cit., pp. 64-65 e segs. e 108-109 e segs. Vale esclarecer que os modelos de redemocratização defendidos por estes autores e aplicado ao caso boliviano é formulado por Augusto Varas em “*Autonomización Castrense y Democracia en América Latina*”, in *La Autonomía Militar en América Latina*, Caracas, Nueva Sociedad, 1988.

<sup>21</sup> Ver, por exemplo, a *Ley de Reforma a la Constitución Política del Estado* de 1995: a parte que regulamenta a função das Forças Armadas não aparece, mantendo-se o conteúdo da Constituição de 1967. Existem, entretanto, extensos regulamentos que dizem respeito à Participação Popular. Ver *Ley de Participación Popular* e *Reglamento de la Ley de Participación Popular*, em *Participación Popular*, La Paz, Cultura Cívica “Siempre”, 1995.

1982. No Inquérito Parlamentar contra Banzer, por exemplo, as forças golpistas justificaram que o golpe de 71 teria sido *legítimo e legal*, alegando a defesa da Constituição e do próprio país, pois este estaria à beira da anarquia e da dissolução (governo Torres, Assembléia Popular).

Conforme Poulantzas, as ditaduras militares (e em geral as formas de Estado de exceção do Estado burguês) caracterizam-se por um elenco de elementos particulares, dentre os quais estão as “modificações do sistema jurídico”.<sup>22</sup> Em termos gerais, o sistema jurídico desempenha um papel político importante para perpetuar e consagrar a dominação política de classe, através de dois elementos: 1) a regulamentação do exercício do poder político por meio de um sistema de “normas gerais” e 2) o estabelecimento de limites desse exercício do poder (ou da intervenção dos aparelhos de Estado). Através do primeiro elemento, o direito burguês permite a previsibilidade do exercício do poder político, na medida em que “o sistema jurídico prevê as suas próprias *regras de transformação*”, sendo esse o papel principal da Constituição. Através do segundo elemento, o sistema jurídico constitui-se como direito de classe, como limite; dessa maneira ele exprime uma relação de força, ou seja, uma relação de classe.<sup>23</sup>

Ocorre que na forma de Estado de exceção, o funcionamento político do direito processa-se de modo diverso: isso não quer dizer que o papel político do direito burguês e, por conseguinte, da Constituição deixem de funcionar, como supostamente teria acontecido no caso boliviano, segundo alguns autores (como veremos mais à frente). Para Poulantzas, o funcionamento do direito, nessa forma de Estado, adquire basicamente duas características, as quais parecem contraditórias:

1) O seu aspecto *arbitrário*, de atropelamento das leis constitucionais; quer dizer, o direito já não regula nada, passando a reinar o arbitrário. Nesse sentido, o que caracteriza o Estado de exceção não seria tanto a transgressão de suas regras, mas o fato de ser incapaz de “estabelecer as suas próprias ‘regras’ de funcionamento”, no sentido de um conjunto de normas que prevejam “as suas próprias transformações”. Mas, a que se deve a inexistência de regulamentação? Poulantzas responde que esse fenômeno se deve ao fato de que, em

<sup>22</sup> Referimo-nos aos sete elementos característicos do Estado de exceção proposto por Poulantzas em F&D, pp. 335 e segs. Tais elementos já foram citados na nota 69 do primeiro capítulo desta dissertação.

<sup>23</sup> Idem, ibidem, pp. 342-344; grifo do autor.

geral, somente pode “ser juridicamente regulada, no sentido pleno, uma relação de forças que apresente *em outro lugar*, isto é, onde ela realmente se joga, um certo grau de estabilidade”.<sup>24</sup> Além disso, o autor fornece outras razões igualmente importantes que justificam a ausência de regulamentação:

“[...] tendo o Estado de exceção por objetivo, nesta conjuntura, reestabilizar a situação reorganizando a relação de forças, ele se dá os meios de uma intervenção neste sentido e de uma ‘liberdade de ação’ face às forças em presença. Nomeadamente, a limitação característica da previsibilidade, por parte das próprias classes ou frações do bloco no poder, constitui um fator *estratégico* importante do acréscimo de autonomia relativa que tem que assumir o Estado de exceção a fim de reorganizar a hegemonia”.<sup>25</sup>

2) A incapacidade do direito de *limitar* o exercício do poder de Estado. Para Poulantzas, seria somente nesse sentido que se poderia falar (em relação a essa forma de Estado) “de um exercício ‘ilimitado’ de poder”. Isso deve-se justamente ao fato da limitação do poder da classe ou fração hegemônica por parte do poder das outras classes ou frações do bloco no poder, bem como pela ação da classe trabalhadora e das classes-apoios. Por outro lado, o problema é que esses limites “não estão juridicamente fixados”, adquirindo, tal fenômeno, “a forma de um direito” que já não pode estabelecer “limites de princípios entre o ‘privado’ e o ‘público’”: tudo passa a ser resolvido através da intervenção estatal. Finalmente, a inexistência de limites, juridicamente fixados, “liga-se assim - diz Poulantzas - ao mesmo tempo ao ‘jogo’ particular de intervenção do Estado de exceção face à instabilidade hegemônica, e ao acréscimo do seu papel de repressão sobre as massas populares”.<sup>26</sup>

Dentre os efêmeros governos militares do período pós-78, o governo Meza sintetizou, de forma peculiar, as duas características do Estado de exceção apontadas por Poulantzas. A Junta Militar, comandada por Meza, elaborou seu Estatuto de Governo, o qual definia, rigorosamente, as regras que deveriam ser cumpridas para a sucessão presidencial. Contudo, afundado em suas próprias crises e instabilidade, a Junta Militar e o Alto Comando Militar (lugar que supostamente tinha uma mínima estabilidade) foi incapaz

<sup>24</sup> Idem, *ibidem*, p. 345; grifo do autor.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*, p. 345; grifo do autor.

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*, p. 345.

de seguir o seu Estatuto. A mínima estabilidade do regime foi deslocada não para os ramos de aparelho militar que geralmente cumpriam com essa função - o Alto Comando Militar; ela foi deslocada para os ramos repressivos, até então tidos como irrelevantes: o Departamento II do Exército (órgão de Inteligência), o aparelho paramilitar (SES), ambos sob o comando do Ministério do Interior, e o Regimento *Tarapacá* (regimento com poder de fogo que em várias oportunidades neutralizou as tentativas golpistas dos generais do Alto Comando Militar). Esse deslocamento refletiu o caráter altamente instável do governo Meza; redundando no reforço da liberdade de ação do governo frente às burguesias mineira e agro-exportadora e da limitação da previsibilidade do bloco no poder. É nesse contexto que deve se entender o incremento da intervenção estatal e da repressão desnecessária das massas populares.<sup>27</sup>

Devemos ainda tomar em conta uma outra característica importante do Estado de exceção apontado por Poulantzas. Trata-se da modificação do princípio do sufrágio universal, mais especificamente, da *suspensão* do princípio de eleição. Esse fenômeno deve-se a dois fatores particulares, nessa forma de Estado, os quais já foram suficientemente analisados: a crise de hegemonia e a crise de organização e representação partidária. Nesse contexto, compete aos outros aparelhos de Estado, e não aos partidos “tradicionais”, a “reorganização da relação de forças, no seio do sistema estatal”.

---

<sup>27</sup> Ver “*Estatuto del Gobierno de Reconstrucción Nacional*”, publicado em *El Diario*, 28.09.1980. Vejamos alguns pontos importantes: 1) a Junta de Comandantes designa-se a si própria como o “Poder Constituinte” e como o órgão supremo do Estado boliviano, tendo atribuições legislativas, conforme o Art. 59 da Constituição (1967); 2) coloca em vigência a Constituição de 1967; 3) em caso de eleger um novo presidente, este deveria ser o membro mais antigo da Junta e 4) o Estatuto deveria vigorar pelo período de três anos; depois de uma “pertinente avaliação” desse período, a Junta definiria o novo período em que vigoraria o Estatuto. No entanto, Torrelío, que nunca integrou a Junta, foi designado presidente, depois de cinco tentativas de golpe contra Meza e depois de se prolongar por um mês a crise de sucessão presidencial.

Esclareça-se, entretanto, que, nas formas “normais” do Estado burguês e no interior do sistema eleitoral, nunca existiu a ilimitada e “livre competição” do poder, quer para as classes dominadas, quer para o próprio bloco no poder.<sup>28</sup> No Estado de exceção, tal “competição” persiste, “mas sob uma forma diferente”: em geral, não são eliminadas do poder “todas as classes e frações do bloco no poder que não sejam a hegemônica”.<sup>29</sup> Entretanto, existe um outro elemento da suspensão do princípio de eleição igualmente importante: dado que a luta de classes passa sempre pelos conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado (e pelos aparelhos repressivos), “baseados no princípio do sufrágio”, tais aparelhos “apresentam possibilidade de ação para as massas populares”. Fator importante, porque “o sufrágio universal foi também uma conquista da classe operária e das massas populares, imposta às classes dominantes”.<sup>30</sup>

O caso boliviano do período aqui analisado apresentou esses traços teóricos gerais apontados acima. Num contexto político marcado pelas crises e contradições do Estado militar, agravada pela pressão e resistência das massas populares contra os governos militares, a burocracia estatal viu-se obrigada a abrir espaço para a representação política, através do restabelecimento do sufrágio universal e da regulamentação jurídica do acesso e do exercício do poder de Estado. O que significava uma reorganização mais ou menos substantiva dos aparelhos do Estado militar, possibilitando, a curto e médio prazo, a sua própria dissolução. Entretanto, o processo de abertura política conduzido pela burocracia estatal, sob a égide do aparelho militar, fracassou.

Já vimos que esse fracasso exprimiou-se através das três tentativas mais importantes de reorganização do aparelho estatal: 1) a estratégia de Banzer no final de seu governo, que visava manter o aparelho de Estado sob o controle do Exército, outorgando algumas concessões às massas populares, na tentativa de prolongar o regime banzerista; 2) a estratégia adotada pelo setor *constitucionalista* do Exército, sob liderança de Padilla, que

---

<sup>28</sup> Conforme Poulantzas: “A organização do poder no seio do sistema estatal faz-se, para o próprio bloco no poder, por intermédio do conjunto dos aparelhos de Estado - administração, magistratura, exército, outros aparelhos ideológicos - de que os partidos políticos são apenas uma peça”, F&D, p. 348. Grifo do autor. Esclareça-se que para este autor os sindicatos e partidos operários revolucionários não são aparelhos ideológicos de Estado (AIEs) porque não fazem parte do sistema dos partidos políticos estabelecidos; Cf. F&D, p. 329. Ver também Nicos Poulantzas & Ralph Miliband, *Debate sobre o Estado Capitalista*, op. cit., p. 29.

<sup>29</sup> Idem, *ibidem*, p. 348.

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, p. 349.

resultou ser uma variante da estratégia anterior, dotada da seguinte particularidade: a manutenção do aparelho estatal sob o controle do Exército, somada à outorga de maiores concessões políticas, de cunho democratizante, às massas populares e 3) a resistência dos setores mais conservadores e golpistas do Exército e da burocracia estatal a qualquer mudança do Estado militar.

É por isso que devido ao peso das *remodificações* - esforço de restabelecimento do sistema jurídico e do princípio eleitoral - desses dois *critérios* importantes, o Estado militar entrou em “curto circuito” com os outros critérios que faziam parte do conjunto da sua estrutura (esqueleto) organizacional: as modalidades da intervenção do Estado; a modificação da relação entre aparelho repressivo e aparelho ideológico; a manutenção do Exército e do Alto Comando Militar como aparelho e como ramo de aparelho dominantes; o índice elevado de burocratização e o forte centralismo.

Assim, esse “colosso” boliviano “com pés de barro” entrou numa das suas maiores contradições: a de tentar inserir critérios de organização ou meios institucionais para a sua administração que correspondiam ao Estado democrático-parlamentar (o sufrágio universal; a pluralidade dos partidos e da representação política; relações particulares entre o Executivo e o Parlamento; regulamentação jurídica das respectivas esferas de competência entre os ramos e os aparelhos de Estado, etc.). Tal esqueleto organizacional possibilita o “funcionamento e circulação orgânica da hegemonia entre as frações” no seio do bloco no poder e uma “certa ventilação regulamentada do poder” no interior das classes e frações dominantes. Essa situação revelou-se totalmente impossível<sup>31</sup> no Estado militar boliviano. E o resultado já o sabemos: a combinação do método do sufrágio e o método do golpe, com dominância deste último.

Vejamos agora como se efetuaram as modificações desses dois critérios tomando como base a Constituição de 1967. No bojo do agravamento das crises políticas que atravessaram os regimes militares bolivianos pós-64, quase todos os governos militares utilizaram a Constituição como arma política para prolongar o tempo de sua permanência,

---

<sup>31</sup> Comprovamos assim as formulações teóricas de Poulantzas em *F&D* e *A Crise das Ditaduras*. Daí a impossibilidade interna de transformação dos regimes ditatoriais, na medida em que o “*papel determinado e o peso específico* de seu aparelho institucional atuam maciçamente em resistência a tais transformações” (*A Crise das Ditaduras*, op. cit., p. 73; grifo do autor). Ver também o item 4 do segundo capítulo desta dissertação.

reformando-a basicamente no que diz respeito às normas da sucessão governamental. Esse foi o caso da reforma constitucional feita no governo Barrientos em 1967, que incluía o estabelecimento da nova Lei Eleitoral de 1966. Um dos principais pontos da reforma foi a de colocar dispositivos constitucionais como base para a intervenção do Exército, apesar da Constituição estar firmada em princípios liberais-democráticos. Tal Constituição também acabou eliminando as reformas do Estatuto Eleitoral (1956) e as da Constituição de 1962, que vigoraram durante o regime do MNR.<sup>32</sup>

Embora o golpe tenha sido excluído do processo de sucessão governamental, a verdade é que a maior contribuição do regime do MNR foi o aperfeiçoamento do método da fraude e da manipulação eleitoral. O regime somente reformou a Constituição em 1962, por ocasião da reeleição de Estenssoro. Mas em 1956, o governo Siles Suazo havia implementado um novo Estatuto Eleitoral baseado no sufrágio universal e na representação proporcional (voto distrital). O sufrágio universal foi utilizado como uma poderosa arma pelo regime, visando basicamente três objetivos: 1) de ordem ideológica: a justificação da inserção das massas camponesas na vida política do país, visando neutralizar os votos da classe operária; 2) de ordem política: a derrota eleitoral da classe trabalhadora, outorgando-lhe um papel de mero coadjuvante no processo da “revolução nacional” e 3) de ordem burocrática: para materializar esses objetivos, o regime jogou a sua maior cartada política através do desenvolvimento de um complexo mecanismo que ia desde a pura fraude até a coerção política para a captação dos votos das massas populares; para tanto, o regime colocou à disposição a máquina governamental e eleitoral para conquistar principalmente as massas camponesas.<sup>33</sup>

<sup>32</sup> A Constituição de 1967 eliminou, entre outras coisas: 1) a eleição do presidente da República pela maioria simples dos sufrágios; para tanto, voltou-se à Constituição de 1938, que estabelecia a eleição do presidente pela maioria absoluta e o segundo turno no Congresso (voto colegiado); 2) a reeleição presidencial; 3) o sistema do voto distrital; 4) o sistema de representação que garantia maioria parlamentar do partido majoritário ou governista; a nova lei eleitoral garantia representação para as minorias (sejam oposicionistas ou não) e 5) eliminação do sistema de uma folha eleitoral por cada partido, passível de fraude; a nova lei estabeleceu a folha única, multicolor e multisigno, sob o controle do Estado. Todos os pontos que foram eliminados faziam parte do Estatuto Eleitoral de 1956; a reeleição presidencial foi estabelecida em 1962, por ocasião da reeleição de Estenssoro no pleito de 1964. Dessa maneira, o MNR garantia a sua vitória esmagadora e a sucessão governamental. Ver a introdução feita por Mário Rolón Anaya (“notável” a serviço dos militares golpistas e da grande burguesia compradora) à *Ley Electoral 1966*, pp. I-VIII. Anaya foi membro da Comissão que elaborou o Projeto dessa lei, aprovada no governo Barrientos em janeiro de 1966.

<sup>33</sup> Ver a crítica de Guillermo Lora a esse Estatuto, “*Crítica al Estatuto Electoral (la “ley trampa”)*”, in *Hacia la Dictadura del Proletariado*, La Paz, Masas, 1978, 2ª. ed., pp. 103-146. Naquela ocasião, o POR foi

Em síntese, o Estatuto tinha como objetivo fundamental garantir, a qualquer preço, a sucessão governamental para os candidatos do partido de governo, além de assegurar o domínio dos representantes desse partido no Parlamento, controlando ou eliminando os partidos da oposição e propiciando a derrota do movimento operário.<sup>34</sup>

Já o regime banzerista, sob o Estado militar, elaborou suas “próprias normas constitucionais”, mas se viu obrigado, pela enorme pressão das massas populares, a abrir espaço à representação política através da convocação de eleições gerais em 1978. Nesse ano, o governo Banzer simplesmente eliminou a folha única de sufrágio (multicor e de diversas legendas políticas), conforme prescrevia a Lei Eleitoral de 1966, e estabeleceu a lei antiga (Estatuto Eleitoral de 1956, que vigorou durante o regime do MNR): uma folha simples para cada partido, isto é, uma folha eleitoral que facilmente poderia ser trocada, possibilitando a fraude feita pelo governo em favor do candidato situacionista (o general Pereda).

Nas eleições de 1979, o governo Padilla, respeitoso dos princípios constitucionais, considerou válida a Constituição de 1967, além de fazer vigorar a Lei Eleitoral de 1966, restabelecendo a folha única, controlada pelo governo. Contudo, o governo Padilla também cometeu fraude, esta vez em favor do MNR-Estenssoro. Isso sem contar o “golpe constitucional” dado pelos representantes políticos das frações burguesas dominantes no Congresso de 1979, dando lugar ao “*empantanamiento*”. Essas forças políticas legitimaram o golpe, na medida em que eram amparadas pela Constituição de 1967. Por outro lado, os golpes de Natusch e o de Meza foram dados em defesa da Constituição, bem como do verdadeiro funcionamento do Parlamento e da verdadeira vigência do sufrágio universal. Além do mais, o regime de Meza tentou elaborar, através de um órgão burocrático que tinha

---

proibido de participar nas eleições. Seu máximo dirigente, Lora, estava preso. Ver também do mesmo autor, “*Vigencia de nuestra crítica al Estatuto Electoral*” que data de 1977 e publicado na mesma obra, pp. 147-170.

<sup>34</sup> O Estatuto baseava-se nos seguintes pontos: 1) o sufrágio universal, com caráter obrigatório para os cidadãos maiores de 21 anos; 2) o presidente deveria ser eleito por simples maioria; 3) a instauração da representação proporcional para os candidatos ao Senado e à Câmara de deputados e 4) a proibição dos candidatos provenientes dos sindicatos operários, bem como a proibição da participação eleitoral dos partidos operários da oposição. Ademais, o Estatuto tinha como objetivo fundamental propiciar a derrota política da classe trabalhadora (processo de desorganização/reorganização dessas classes por parte do Estado), objetivo esse que visava complementar a sua derrota no campo econômico (Plano Triangular, Plano Eder, etc.). Essas duas estratégias do regime não poderiam ser materializadas sem o papel que jogou a burocracia estatal no processo político da “revolução nacional”, através da intermediação burocrática, da definição da política estatal e da reorganização do Exército, entre outras coisas, privilegiando a conquista do campesinato.

faculdades legislativas (o *Consejo Nacional de Asesoramiento y Legislación* - CONAL), uma nova Constituição e uma nova Lei Eleitoral, bem como uma nova Lei de Partidos Políticos. O governo Torrelio extinguiu o CONAL e novamente considerou válida a Constituição de 1967. Finalmente, foi sob essa Constituição que em 1982 elegeu-se (depois de instaurado o Congresso eleito em 1980) o presidente constitucional, dando abertura ao regime democrático.

Por último, depois da experiência da eleição de 1979 e do estabelecimento do primeiro governo parlamentar (Guevara), surgiu a discussão sobre a reforma constitucional. Durante o governo Gueiler, os setores de esquerda ligados à estratégia adotada pela CONADE, passaram a defender a instauração de um Congresso Constituinte para elaborar uma nova Constituição. Esse setor acreditava que com uma nova Constituição as instituições democráticas passariam a funcionar efetivamente, dando uma base sólida às conquistas democráticas das massas populares e ao governo Gueiler. Já os setores mais conservadores da burguesia opunham-se obstinadamente a tal projeto: assumiram uma postura legalista, em defesa da Constituição de 1967 e contra qualquer intento de reforma proposto pelo poder Legislativo. Aliás, tais setores justificavam que a própria Constituição estabelecia os “mecanismos democráticos” e o tempo suficiente para a reforma constitucional. E todo intento que se desviasse desses procedimentos seria golpe, como aquele que estaria preparando o poder Legislativo<sup>35</sup> (na verdade, era esse setor que estava apostando na cartada do golpe, aliás a partir do Parlamento).

A esta altura, deve ficar claro que houve uma complexa relação entre a Constituição e o método de sucessão pela via do golpe. Isso se evidencia através das duas características do Estado militar boliviano: 1) as modificações do sistema jurídico e suas decorrentes “novas regras” e limites do exercício do poder de Estado e 2) as modificações do princípio do sufrágio universal, combinadas com modificações que visavam assegurar a fraude e a manipulação eleitoral em favor do governo. Ambos os elementos dizem respeito à

---

<sup>35</sup> Era o que diziam os dois editoriais do jornal conservador *Presencia*, nas suas edições de 14 e 15 de fevereiro de 1980, cujos títulos são: “*Asamblea Constituyente*” e “*Reforma de la Constitución*”. O editor da *Constitución Política de 1967* (já citada) reproduziu esses dois editoriais nas páginas 106-110, mostrando total aceitação da postura adotada pelo jornal. Recordemos que a conjuntura do momento era: 1) de embate ideológico e jurídico dos representantes políticos de ADN para inocentar Banzer das acusações do Inquérito instaurado em sua contra; 2) de ascensão, à cúpula da instituição castrense, dos setores militares golpistas liderados por Meza; 3) de estabelecimento de políticas estatais alinhadas aos interesses da burguesia mineira.

reorganização do conjunto dos aparelhos de Estado e do funcionamento da burocracia estatal, manifestando assim a predominância da representação burocrática sobre a representação política.

Assim, de nenhuma maneira a Constituição de 1967 foi uma letra morta: ela teve um papel político importante no processo de funcionamento dos regimes militares pós-64 e pós-78. Isso nos leva ao terceiro ponto da problemática aqui abordada: o caráter geral da relação Constituição-golpe de Estado refletida na história republicana do país.

### 6.1.3 Caráter geral da relação Constituição-golpe na República Boliviana

O problema que surge agora é o seguinte: o leitor boliviano diria que as características, anteriormente descritas, do papel da Constituição de 1967, no âmbito do funcionamento do Estado militar da década de 70, também manifestar-se-iam, de forma geral, nas outras fases e períodos estatais. Até porque o fator *golpe de Estado* teria prevalecido sobre a Constituição, aparecendo esta última como desfasada frente às relações de produção ou perante a base econômica. Por último, argumentar-se-ia que, em última análise, todas as constituições não teriam passado de uma letra morta. Essa questão leva-nos a fazer uma tentativa de *apreender* e especificar os elementos importantes do *caráter geral* da relação *Constituição-golpe* na Bolívia. Para apreender esse elemento lógico, a metodologia aqui adotada dispensa-nos de aprofundarmos a análise do percurso histórico das fases e períodos estatais e da relação com a Constituição da época, pois o nosso objetivo escapa a essa problemática, igualmente complexa e importante.

Para os nossos propósitos, devemos aqui abordar dois pontos importantes: 1) colocar os principais argumentos de Lora e Zavaleta referentes à dissociação entre a Constituição e a realidade sócio-econômica do país; 2) fazer uma breve análise da primeira Constituição boliviana, porque ilustra muito bem a suposta problemática da dissociação entre Constituição e prática anticonstitucional (golpismo). À luz dos elementos propiciados por essa abordagem, poderemos propor a nossa hipótese sobre a questão.

Antes de mais nada, devemos partir da seguinte observação empírica: num país como a Bolívia, é evidente que a Constituição *aparece* como uma “letra morta” e o golpe de

Estado é tido como a lei (não escrita) da classe dominante: o país teve quinze Constituições (até 1967)<sup>36</sup> e 190 golpes de Estado (uma média de 1,2 golpes por ano) ao longo de seus 157 anos de existência republicana. Essa observação não faz mais que constatar um suposto teórico geral bastante conhecido: toda Constituição burguesa traduz a vontade política da classe dominante convertida em lei (*Manifesto Comunista*). Marx também havia observado o caráter da dominação de classe e da sua relação com o Estado capitalista: “a dominação burguesa, enquanto emancipação e resultado do sufrágio universal, enquanto povo soberano [...]”. Ou por outra, “a nação elevava a sua vontade geral à altura de uma lei, isto é, fazia da lei da classe dominante a sua vontade geral”.<sup>37</sup>

O problema da instabilidade política crônica e do golpismo foi amplamente tratado na literatura sociológica e política bolivianas e pelos observadores estrangeiros. Entretanto, as interpretações acerca desse fenômeno oscilaram entre uma explicação economicista e outra culturalista, ou articulam ambas as explicações. Vejamos alguns exemplos sintéticos desse tipo de interpretação: o atraso, a pobreza endêmica do país e a predominância de valores feudais-coloniais de tipo *ibérico-latino*, num contexto de enorme população *índia*, teriam impossibilitado o funcionamento da democracia burguesa na Bolívia. Ou então: a causa fundamental da dissociação entre Constituição, democracia burguesa e realidade nacional seria o caudilhismo e o caciquismo, fenômenos tipicamente bolivianos que ter-se-iam traduzido no *golpismo*. Como já esclarecemos anteriormente, não faremos aqui uma análise dessa problemática, tentando descobrir as suas causas e determinações sócio-históricas.<sup>38</sup> Apenas tocaremos o aspecto relacionado com essa “suposta” dissociação entre Constituição e prática anti-constitucional (golpismo).

<sup>36</sup> Depois da Constituição bolivariana, aprovada em 1826, o Marechal Santa Cruz ditou duas Constituições: em 1831 e 1834. Logo apareceram as seguintes: a de José Miguel de Velasco, em 1839; a de José Ballivián, em 1843; a de Belzu, em 1851; a de José Maria Achá, em 1861; a de Melgarejo, em 1868; a de Morales, em 1871; a de Daza, em 1878; a de Campero, em 1880; a de Busch, em 1938; a de Villarroel, em 1945; a do MNR, em 1962 e a de Barrientos, em 1967. Esta última vigorou durante o período aqui analisado. Cf. Guillermo Lora, *Causas de la Inestabilidad Política...*, op. cit., p. 9.

<sup>37</sup> A primeira citação é de *As lutas de classe na França* e a segunda é de *O Dezoito Brumário*, em PPCS, p. 277.

<sup>38</sup> As interpretações que se afastam dessas concepções, tentando dar uma resposta diferente, são ainda as de Guillermo Lora e as de René Zavaleta. Sobre essa problemática, já tivemos a oportunidade de conhecer parte das interpretações desses autores no primeiro capítulo desta dissertação. Os dois trabalhos de Guillermo Lora sobre a questão são da maior importância para se entender a problemática que aqui levantamos, embora exista neles um certo economicismo, influenciado pelas interpretações da IV Internacional. Referimo-nos a *Inviabilidade de la Democracia* e *Causas de la Inestabilidad Política y de la Crisis de las Fuerzas*

### 6.1.3.1 Lora e Zavaleta: dissociação entre Constituição e prática golpista

Sem fazermos uma análise pormenorizada das concepções de Lora e Zavaleta acerca do direito burguês e da questão jurídico-política, coloquemos as suas principais observações referentes à dissociação entre Constituição e prática golpista. Para Lora, a Bolívia nasceu com uma Constituição democrática, que traduziu o esforço de Bolívar em instaurar um regime estável, que superasse o anarquismo e a tirania e que controlasse as forças locais,<sup>39</sup> absorvidas pela prática política caudilhistas. As idéias e preceitos constitucionais, geralmente importados dos países centrais (França, Inglaterra e EUA) e mecanicamente implantado no país, não correspondiam à realidade sócio-econômica da república boliviana. Depois de sua fundação, foram numerosas as tentativas de instaurar a estabilidade política com a ajuda de constituições políticas avançadas. Contudo, tais esforços fracassaram devido à carência do suficiente embasamento material, isto é, do desenvolvimento do capitalismo e da democracia burguesa. Nesse sentido, as declarações e formulações democráticas, presentes desde a Assembléia Constituinte de 1825,

“ficaram unicamente escritas no papel [letra morta], sem haver frutificado, pelo fato de não terem encontrado terreno adequado. Como expressões políticas [as Constituições], correspondiam a outras sociedades e o transplante converteu-se em ficção democrática e em promessa demagógica. [...] Uma das

---

**Armadas**, ambas obras já citadas. Quanto aos trabalhos de Zavaleta, ver **Lo Nacional-Popular en Bolivia** (cit.) e os dois curtos artigos: “*Las Masas en Noviembre*” e “*Bolivia: la fuerza de la masa*” (já citados). O interessante da observação do caráter geral do golpe feita por Zavaleta (*outra forma de representatividade política*) é que parece apontar para o conceito de *representação burocrática*, proposto por Poulantzas, e aplicado nesta dissertação (com ressalvas). Entretanto, Zavaleta refere-se à problemática da representatividade política entendida nos termos weberianos (a problemática dos “tipos de legitimidade”). Contudo, a dissociação entre Constituição boliviana e prática política remete ao conceito de “Estado atrasado” de Zavaleta: o caráter invariante da determinação “direta” da base sobre a superestrutura. Assim, a carência de uma Constituição democrática seria o efeito da “real instrumentalização” do Estado por parte das classes dominantes.

<sup>39</sup> Forças locais, compostas por: 1) antigos e novos proprietários fundiários; 2) proprietários de minas; 3) militares do Exército Libertador que ficaram na Bolívia; 4) novos militares, cujos principais líderes eram parte do derrotado Exército (*realista*) da coroa espanhola e que passaram a integrar o Exército nacional (o Mariscal Santa Cruz, entre outros); 5) os famosos advogados da antiga Real Audiência de Charcas com sede em Chuquisaca (hoje cidade de Sucre, capital constitucional da Bolívia, onde fica o poder Judiciário). Sobre os problemas e conflitos entre as forças locais e o Exército Libertador (exército da Grande Colômbia), ver: Inge Buisson, “*El ‘Ejército Libertador’ y la Formación del Estado Boliviano, 1825-1828*”, in **Problemas de la Formación del Estado y de la Nación en Hispanoamérica**, Köln, Böhlau Verlag, 1984, pp. 499-512; Scarlett O’Phelan Godoy, “*El Mito de la ‘Independencia Concedida’: Los Programas Políticos del Siglo XVIII y del Temprano XIX en el Perú y Alto Perú (1730-1814)*”, publicada na mesma coletânea, pp. 55-92. Ver também, José Santos Vargas, **Diario de um Comandante de la Independencia Americana (1814-1825)**, México, Siglo XXI, 1982.

lições mais grandes da história consiste em que as revoluções são inéditas, originais e nunca servis calcos. Nas revoluções burguesas clássicas, a longa luta sangrenta acabou plasmando-se na constituição; entre nós esta minimizou-se até se converter num papel copiado de fora. A aristocracia fundiária não precisava de constituição alguma, bastavam-lhe o látigo e o fuzil dos uniformados para explorar e manter submissos os *pongos* [servos]”.<sup>40</sup>

Em vez de uma prática constitucionalista, democrática, teriam predominado o localismo e caudilhismo, embasamento material pré capitalista que teria sustentado a prática do golpismo. Assim, na Bolívia dificilmente teria funcionado - e não poderia funcionar - a democracia burguesa, devido ao atraso do desenvolvimento capitalista.

Por outro lado, para Lora não existe relação direta entre a estabilidade ou instabilidade política e o caudilhismo/golpismo, porque as suas causas seriam de tipo histórico, “determinadas por circunstâncias objetivas concretas”.<sup>41</sup> Ou seja, as verdadeira razões da instabilidade política e do golpismo seriam de ordem sócio-estrutural e não meta-históricas (culturalismo, etc.). Entretanto, a instabilidade pode atuar como caldo de cultura para o caudilhismo e o golpismo. Nesse contexto, a instabilidade política - diz Lora - pode-se traduzir em “*instabilidade do ordenamento jurídico*”, na medida em que esse ordenamento “*necessariamente tem como marco a norma constitucional*”.<sup>42</sup> Infere-se disso que a instabilidade jurídica seria o efeito da instabilidade política e se manifestaria através de sucessivas mudanças constitucionais: “cada caudilho [...] acreditava ter a obrigação de traduzir, numa particular Constituição, suas ambições e seus projetos. Num determinado período de nossa história, cada novo Presidente [...] promulgava a sua Constituição, que era desconhecida no momento de se produzir o golpe de Estado que o destituía”.<sup>43</sup> Com efeito, Lora colocou, de forma certa, o problema do qual parte a hipótese que exporemos mais à frente.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*, p. 19. Grifo nosso.

<sup>41</sup> Cf. Guillermo Lora, **Causas de la Inestabilidad Política...**, op. cit., p. 14. No geral, para Lora o papel dos dirigentes políticos, caudilhos, heróis, etc., está determinado pelas relações e pelas lutas de classe. Entretanto, a causa última da instabilidade política e do caudilhismo estaria na estrutura (base) econômica: “A política, o caudilhismo e a instabilidade crônica têm suas causas últimas na estrutura econômica. Unicamente desta maneira podem se explicar [esses três elementos] de acordo com as leis da história”, p. 7.

<sup>42</sup> Idem, *ibidem*, p. 9. Grifo nosso.

<sup>43</sup> Idem, *ibidem*, p. 9.

Já Zavaleta considera que a Bolívia careceu tanto duma Constituição democrática como duma tradição parlamentarista,<sup>44</sup> na medida em que o método do golpe teria prevalecido ao longo da história boliviana. Nesse sentido, o golpe de Estado é considerado pelo autor não como uma anormalidade, mas como a *forma* que adotaram a mudança política e a sucessão do poder na Bolívia. A principal razão disso seria que o contrato da constituição do poder ainda não foi resolvido, devido, fundamentalmente, à fraqueza da democracia representativa.<sup>45</sup> Porém, se a instituição democrática - no raciocínio do autor - tem uma lógica de funcionamento racional e previsível, o caso boliviano tem mostrado que a lógica do golpe funcionou como uma forma diferente de "representatividade": como confronto carismático e *enunciação patrimonial do poder*; representatividade essa que é carregada de acaso e incerteza:

"A maneira como se processaram os fatos [políticos] bolivianos desmente essa lógica da história [da democracia representativa]. Não é verdade, como o demonstram as nossas vivências, que um golpe de Estado pode ser mais legítimo que um poder que se considera a si próprio "representativo"? Na memória da massa, Villarroel o Torres foram mais legítimos (mais

<sup>44</sup> Para Zavaleta, o fato de que na Bolívia tudo começa e acaba num golpe de Estado, é porque "não existe o pacto ou acordo constitutivo" do poder, pois sem ele, "a democracia torna-se uma discussão de advogados sobre um contrato que não existe". Nesse sentido, a Bolívia "não tem uma Constituição, nem poderia tê-la", *"Las Masas..."*, op. cit., p. 16. Ver também *"Bolívia: la fuerza de la masa"*, op. cit., p. 94. Neste artigo, Zavaleta coloca várias observações que dizem respeito à relação entre formação social invertebrada e o funcionamento da democracia burguesa: "[...] é possível que a democracia política, entendida no sentido em que é usada pela tradição européia, seja aplicável a uma formação complexa e as vezes invertebrada como a boliviana?", p. 80.

<sup>45</sup> Na verdade a tese de Zavaleta sobre caráter do golpe de Estado na Bolívia é ambígua. De um lado, o autor afirma que o golpe não seria anormal, na medida em que essa foi a forma de mudança política e da sucessão governamental adotada no país. Até porque o golpe expressaria um confronto carismático e uma ação patrimonial do poder. Pode-se inferir, assim, que o golpe refletiria uma outra forma de "representação política", diferente daquela proveniente da democracia representativa. De outro lado, embora o golpe não seja anormal (é um hábito social ou um costume coletivo), ele é o fiel reflexo do atraso endêmico do país e, por consequência, da impossibilidade de funcionamento da democracia representativa. O que seria anormal, para Zavaleta, é o "sistema político", que ainda não resolveu ou definiu "o contrato da constituição do poder". A conclusão é a seguinte: o golpe seria o efeito dessa anormalidade. O que é uma tautologia, no sentido de que o golpe seria uma prática anormal frente a incapacidade do funcionamento da democracia representativa. Além disso, esta última é tida como a única forma de representação popular. Vejamos a citação completa: "Na construção da política nesta sociedade, qual é o significado daquilo que se denomina *golpe de Estado*? É uma espécie de *costume coletivo* ou, melhor, a maneira que adotou a mudança política e a sucessão no poder na Bolívia". Como consequência disso, "não se trata de uma anomalia"; trata-se do caráter do "*contrato da constituição do poder* ou pacto político" que "é algo ainda não resolvido na Bolívia" (essa seria a anomalia). Porque "os fatores reais da sociedade não podem se expressar" devido a dois elementos importantes: 1) a "existência de um desacordo entre a manifestação democrática e a determinação real do poder" e 2) a "inexistência de um espaço onde possam pactuar aqueles que controlam os termos centrais do poder e aqueles que deveriam aceitá-los", *"Las Masas en Noviembre"*, cit., p. 14. Grifo do autor.

democráticos e representativos) que Barrientos ou Hertzog [...]. É por isso que o *golpe de Estado* contém uma espécie de incerteza, própria dos acontecimentos peculiares, ou pelo menos a marca de um hábito social. Com efeito, sem a consideração dos hábitos ou dos mitos, a análise política não avança muito. Se a democracia representativa é a compatibilidade entre a quantidade da sociedade e sua seleção qualitativa, *ergo*, aqui [prevalece] o acaso, o confronto carismático, a enunciação patrimonial do poder [...] são mais possíveis que o escrutínio [eleitoral].<sup>46</sup>

Contudo, o golpe de Estado, para Zavaleta, não deixa de ser fruto do atraso da formação social. A seu ver, a “forma *invertebrada* e desigual da sociedade impede a eficácia da democracia representativa como quantificação da vontade política”.<sup>47</sup> Nesse sentido, Zavaleta pergunta: qual seria “o papel efetivo da democracia representativa numa formação *invertebrada*?”. Resposta: “o caráter invertebrado, classista e econômico da sociedade manifesta-se na incerteza da construção do poder político, ou seja, existe uma correspondência fútil entre a sociedade política e a sociedade civil, como se falaria na linguagem de Gramsci, mas somente porque ambas são atrasadas”.<sup>48</sup> Nesse contexto, paradoxalmente, a única expressão de democracia na Bolívia teria sido a “autodeterminação da massa” popular, no sentido de organização política e de autodeterminação da classe operária.<sup>49</sup>

Colocados os principais argumentos desses dois autores sobre a problemática aqui abordada, a pergunta permanece: será que a Constituição Política do Estado boliviano simplesmente foi uma letra morta? Qual a relação entre estrutura jurídico-política e a prática do golpismo? Qual teria sido o verdadeiro papel da Constituição? As valiosas observações de Lora e Zavaleta, embora aludam à problemática, não dão uma resposta satisfatória a essas questões. No fundamental, as interpretações desses autores tendem a

<sup>46</sup> E continua a citação: “Não pode-se exercer uma contabilização [lógica eleitoral?] num lugar onde os homens não se consideram iguais, ou seja, onde não prevalece o preceito capitalista da igualdade, mas o dogma pré-capitalista da desigualdade”. Idem, *Ibidem*, p. 15.

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*, p. 15. Grifo nosso.

<sup>48</sup> “*Bolívia: la fuerza de la masa*”, op. cit., p. 94. Zavaleta concorda com Lora no ponto referente à carência do embasamento material para o funcionamento da democracia burguesa, no sentido de que a Bolívia seria um país invertebrado. Logo, o país condensaria extremos opostos, típicos de uma formação social invertebrada e heterogênea (que dificultaria a análise empírica justamente pela “própria falta de unidade convencional do objeto de estudo”, “*Las Massas...*”, cit., p. 17): o método do golpe expressar-se-ia “pateticamente” no “paradoxo senhorial”, num contexto em que as lutas das massas populares teriam sido a única expressão democrática.

<sup>49</sup> Idem, *ibidem*, p. 95.

coincidir no seguinte ponto: em última análise, a Constituição teria sido uma letra morta, sem papel político significativo, na medida em que a única “constituição” a prevalecer teria sido a do golpe de Estado, a vontade política despótica da classe dominante traduzida em lei; ou seja, a força dos caudilhos militares, a serviço da oligarquia e do imperialismo.

Entretanto, as suas observações apontam para um outro elemento: a força da representação que nós denominamos *burocrática*: 1) para Lora, seria o aparelho de Estado (Exército) que definiria a vida política do país e 2) para Zavaleta, de um lado, ter-se-ia imposto um poder patrimonial (utilização do aparelho de Estado por parte das classes dominantes); de outro, o golpe constituiria uma outra forma de representatividade (a força do aparelho estatal).

Feitas essas observações, passemos a analisar o caráter da Constituição bolivariana de 1826 para tentar encontrar uma resposta à problemática da dissociação entre Constituição e prática golpista.

#### 6.1.3.2 Caráter da Constituição bolivariana de 1826

A primeira coisa a ser observada é o paradoxo da adoção duma Constituição democrático-representativa, num contexto onde predominou o caudilhismo e o *localismo*. O outro fator importante que deve ser salientado é o da contradição resultante entre a defesa, por parte de Bolívar, da presidência vitalícia (mandato imperativo) e o preceito das eleições livres e periódicas. Com efeito, por vontade do Libertador Bolívar, a Bolívia nasceu como República unitária e - segundo Lora - *excessivamente* presidencialista: o presidente deveria ser *vitalício*, conforme prescrevia o artigo 76 da primeira Constituição boliviana.<sup>50</sup> No seu discurso ao Congresso Constituinte da Bolívia, Bolívar justificou a adoção da *presidência vitalícia* e a *vice presidência hereditária*, já que era o método de sucessão mais adequado

<sup>50</sup> “O exercício do Poder Executivo reside no presidente vitalício, um vice presidente e três secretários de Estado” (Art. 76). O presidente possuía imunidade com relação às responsabilidades provenientes das funções do cargo: “o presidente da República é o chefe da administração do Estado, sem responsabilidade pelos atos da sua administração” (Art. 79). Já o vice presidente e os secretários de Estado eram passíveis de aplicação de inquéritos por parte do Legislativo. Este, composto de três câmaras tinha como principal função fazer que o Executivo cumpra e faça “cumprir a Constituição, as leis e os tratados públicos” (Art. 50, § 1º). Cf. Guillermo Lora, *Causas de la Inestabilidad...*, op. cit., p. 22.

para o país, além de controlar a tirania e a anarquia, os principais problemas que ameaçavam as novas repúblicas sul-americanas:

“O presidente da República nomeia o vice presidente para que administre o Estado e lhe suceda no mando. Por esta providência evitam-se as eleições, que produzem o grande açoitado das repúblicas [e] a anarquia, que é o luxo da tirania e o perigo mais imediato e mais terrível dos governos populares. Vede como ocorre nos reinos legítimos, a tremenda crise das repúblicas”.<sup>51</sup>

No entanto, era evidente que a proposta de Bolívar de sucessão presidencial exprimia uma dupla influência: 1) do método de sucessão dos regimes das monarquias absolutistas européias e 2) do impacto das idéias políticas de Montesquieu. No que respeita ao primeiro ponto, o próprio Bolívar não escondia tal influência, pelo contrário, a justificava:

“Sim, legisladores, a monarquia que governa a terra, obteve os seus títulos [através] da *herança*, que a faz estável, e da *unidade* que a faz forte. Portanto, [...] o príncipe soberano [...] manda o gênero humano, porque conserva a ordem das coisas e a subordinação entre os cidadãos, com um poder firme e uma ação constante. Considerai, legisladores, que estas grandes vantagens reúnem-se no *Presidente Vitalício e o Vice Presidente hereditário*”.<sup>52</sup>

<sup>51</sup> Simón Bolívar, “*Mensaje del Libertador Bolívar al Congreso Constituyente de Bolivia con Motivo de la Presentación del Proyecto de Constitución Política*”, in Guillermo Lora, **Documentos Políticos de Bolivia**, op. cit., Vol. 1, p. 29. A data do documento é 25 de maio de 1826.

<sup>52</sup> Idem, Ibidem, p. 30. Grifo do original. A idéia da presidência vitalícia, a nosso ver, foi provavelmente retirada de Montesquieu: “o poder executivo deve permanecer nas mãos de um monarca porque esta parte do governo, que quase sempre tem necessidade de uma ação momentânea, é melhor administrada por um do que por muitos [...]. Porque, se não houvesse monarca, e se o poder executivo fosse confiado a certo número de pessoas extraídas do corpo legislativo, não haveria mais liberdade, pois os dois poderes estariam unidos, neles tomando parte, algumas vezes ou sempre, as mesmas pessoas” (*O Espírito das Leis*, op. cit., p. 191). Por outro lado, o sistema presidencialista proposto por Bolívar já havia sido adotado pela República de Haiti por aqueles anos. E é a essa experiência histórica que Bolívar remete. Essa república, que havia atravessado insurreições permanentes e “experimentado todas as formas de governo”, viu-se forçada a pedir ajuda ao “ilustre Petión” para que a salvasse, afirma Bolívar. “Confiaram nele e os destinos de Haiti não vacilaram mais. Nomeado Petión presidente vitalício, com faculdades para eleger o seu sucessor, nem a morte deste grande homem, nem a sucessão do novo presidente, têm causado maior perigo ao Estado: tudo marchou sob o digno Boyer, na tranqüilidade dum reino legítimo. Prova triunfante de que um Presidente vitalício, com direitos para eleger o seu sucessor, é a inspiração mais sublime na ordem republicana”, p. 27. E continua o autor, “o presidente da Bolívia participa das faculdades do Executivo americano, mas com restrições favoráveis ao povo. Sua duração é a dos presidentes de Haiti. Eu escolhi para a Bolívia o Executivo da república mais democrática do mundo”. Assim, o presidente boliviano “será menos perigoso que o de Haiti, sendo o modo de sucessão mais seguro para o bem do Estado”, pp. 26-27.

É plausível inferir (conforme interpreta Lora) que Bolívar tenha defendido esse método de sucessão visando “garantir o funcionamento da democracia burguesa” nas novas repúblicas, ameaçadas pelo anarquismo e a tirania. O maior perigo avistado por Bolívar, portanto, era o de que os novos países libertados poderiam se converter em regimes autocráticos, em detrimento dos princípios republicanos. Nesse contexto, as eleições periódicas para presidente e vice presidente poderiam ser utilizadas como instrumento para perpetuar a tirania dos caudilhos locais. Assim sendo, a sucessão pela via do sufrágio - considerada como um dos maiores açoitamentos das nascentes repúblicas - acabaria legitimando o funcionamento de regimes fortes, atropelando a soberania do povo.

Entretanto, uma análise mais minuciosa do documento em questão revela que Bolívar não estava totalmente contra o princípio do sufrágio: este deveria ser excluído somente do processo de escolha do presidente e do vice presidente. Já o Parlamento - conforme pode-se inferir das propostas bolivarianas - deveria ser renovado periodicamente através do voto direto dos cidadãos. Isso era particularmente claro na atribuição do quarto poder: o *Eleitoral*. As suas atribuições tinham semelhança com as do sistema federal, conforme justificava o próprio Bolívar, no sentido de que os colégios eleitorais de cada região não apenas representavam os seus interesses e as suas necessidades, mas também serviam como mecanismo de protesto e controle contra as infrações das leis e dos abusos de poder dos magistrados.<sup>53</sup>

Curiosamente, o Poder Legislativo tinha maior cota de poder do que o Executivo por três razões: 1) possuía três câmaras: a dos Tribunais, a dos Senadores e a dos *Censores*; 2) tinha funções com atribuições executivas (por exemplo, designar os funcionários do executivo - local e regional - e do alto escalão da burocracia estatal) e 3) fiscalizar as atividades do Executivo; no geral, a Câmara dos Censores não somente deveria funcionar como árbitro, resolvendo as contradições e impasses entre as outras duas câmaras, mas sobretudo fiscalizar as atividades do governo e velar pela Constituição.

---

<sup>53</sup> Embora o sistema eleitoral fosse censitário, Bolívar acreditava que os cidadãos poderiam ter um certo controle sobre os seus representantes políticos eleitos: “Nenhum objeto é mais importante a um cidadão que a eleição dos seus legisladores, juizes [...]. Os colégios eleitorais de cada província representam as necessidades e os interesses delas e servem para protestar contra as infrações das leis e os abusos [de poder] dos magistrados. [...] Desse modo, colocou-se novo peso à balança contra o Executivo; e o governo adquiriu mais garantias, mais popularidade, bem como novos títulos para que sobressaísse entre os mais democráticos”, Idem, *ibidem*, p. 24.

Além disso, os membros do Parlamento e do Executivo seriam destituídos, por parte da Câmara dos Censores, através da instauração de um Inquérito Parlamentar, quando comprovados os delitos ou as arbitrariedades contra o povo e contra o Estado. Nesse contexto, apesar do caráter vitalício da presidência, os poderes do Presidente estariam limitados pelo poder do parlamento.<sup>54</sup> Acrescente-se a isso que a Constituição bolivariana previa um poder Judiciário que deveria ter “uma independência absoluta”.<sup>55</sup>

Quanto às Forças Armadas, Bolívar apenas dedica um parágrafo ao papel do Exército. Até porque a sua preocupação não era a instituição castrense, mas a preservação do território das novas repúblicas. Para tanto, o papel fundamental do Exército era cuidar da fronteira nacional: “o destino do exército é guarnecer a fronteira. Preserve-nos Deus do exército voltar as suas armas contra os cidadãos!”.<sup>56</sup>

Vemos, assim, que o projeto constitucional de Bolívar não era “excessivamente presidencialista”: evidentemente, manifestava a sua profunda preocupação pela estabilidade política e a durabilidade das novas repúblicas nos primeiros anos da Independência. Todavia, no fundo, Bolívar estava tocando num problema da maior importância para o emergente *Estado liberal boliviano*<sup>57</sup>: o estabelecimento de um mecanismo de controle contra os abusos de poder sobre o povo provenientes do Executivo e do Parlamento. Esse mecanismos de controle aparecem nitidamente na questão da “separação de poderes”, da

---

<sup>54</sup> “o Presidente da Bolívia está privado de todas as influências: não nomeia os magistrados, os juizes [...]. Esta diminuição de poder não tem experimentado ainda nenhum governo bem constituído: ela acrescenta travas sobre travas à autoridade dum chefe que encontrará sempre todo o povo dominado pelos que exercem as funções mais importantes da sociedade”. “Não devendo [os magistrados] sua dignidade, sua gloria e sua fortuna senão ao povo, não pode o presidente esperar complicá-los com seus interesses ambiciosos”, Idem, ibidem, p. 27.

<sup>55</sup> Dessa maneira Bolívar mostrava a sua profunda defesa do liberalismo. “O poder Judiciário que proponho goza de uma independência absoluta [...]. O povo apresenta os candidatos e o Legislativo escolhe os indivíduos que participarão dos Tribunais. Se o Poder Judiciário não emana desta origem, é impossível que conserve, em toda a sua pureza, a defesa dos direitos individuais. Estos direitos, legisladores, são os que constituem a liberdade, a igualdade, a segurança, todas as garantias da ordem social. [...] O poder Judiciário contém a medida do bem e do mal dos cidadãos; e se existe liberdade, se há justiça na república, são distribuídas por este poder”, Idem, ibidem, pp. 30-31.

<sup>56</sup> Idem, ibidem, p. 31.

<sup>57</sup> Referimo-nos à *forma de Estado* que adotou a nascente República boliviana (ex Alto Peru), emanada de sua primeira Constituição liberal. O Congresso Constituinte da fundação da República reuniu-se a 6 de agosto de 1825. Ver os seguintes documentos: “*Convocatoria a la Asamblea General de Diputados de las Provincias del Alto Perú*” e “*Acta de la Independencia de las Provincias del Alto Perú*”, em Guillermo Lora, *Documentos Políticos de Bolivia*, op. cit., pp. 13-22, Vol. I.

qual Bolívar fez uma espécie de apologia.<sup>58</sup> Embora a presidência vitalícia e a vice presidência hereditária apareçam, à primeira vista, como os argumentos de maior peso de Bolívar, a verdade é que se combinam aqui as duas propostas: um presidencialismo forte (do tipo americano) e um parlamentarismo igualmente forte (do tipo inglês). Isso era particularmente claro nas idéias constitucionais bolivarianas, que exprimiam a mistura da ordem nova com a velha. Era um claro esforço político de garantir um “estável predomínio” as classes dominantes do antigo regime em detrimento das forças políticas emergentes, que lutavam pelo controle dos novos Estados libertados, sob o comando das próprias forças do Exército Libertador. A presidência vitalícia disfarçava, assim, uma tendência autoritária presente em Bolívar.<sup>59</sup>

Nesse sentido, a defesa do funcionamento de um tipo de democracia embutida nessas propostas constitucionais levou Bolívar ao seguinte paradoxo: a férrea defesa de um método de sucessão típico do antigo regime europeu - mandato imperativo - e a rejeição parcial do método do sufrágio. A presidência vitalícia acabou reforçando a unidade das

<sup>58</sup> Sabemos que essa problemática converteu-se, ideologicamente, num dos maiores postulados teóricos do liberalismo. As preocupações constitucionais de Bolívar manifestam uma enorme influência da teoria política do liberalismo clássico, principalmente as idéias de Montesquieu, o teórico da democracia política mais importante e mais influente. Nesse sentido, a Constituição bolivariana reflete a influência dos postulados teóricos dos livros Décimo Primeiro e Décimo Segundo de *O Espírito das Leis*, op. cit. Como sabemos, os teóricos do liberalismo atribuem a Montesquieu a proposta da teoria da “separação dos poderes”. Uma leitura crítica e mais rigorosa de Montesquieu, como a apresentada por Ch. Einsenmann e Louis Althusser, e retomada por Poulantzas em PPCS, sustenta que de nenhuma maneira Montesquieu estabeleceu a separação dos poderes; além do mais, tal teoria não se verifica histórica nem teoricamente. Entretanto, Montesquieu estava-se referindo à problemática da *distribuição* dos poderes. Conforme observa Poulantzas, essa redistribuição remete para “uma certa concepção das relações entre as classes sociais em luta, no quadro do período transitório que Montesquieu tinha em vista. As relações entre o executivo e o legislativo, diferenciado em câmara baixa e câmara alta, relacionam-se a uma certa concepção das relações entre as forças sociais, relações entre a realeza, que tem a sua sede no poder executivo, a nobreza, que tem a sua sede na câmara alta, e o “povo”, isto é, a burguesia, que tem a sua sede na câmara baixa”. Por outro lado, a distribuição de poderes de Montesquieu pressupõe a “*unidade do poder institucional*, no sentido de que esta distribuição não é pensada como uma separação-repartição pondo em questão a unidade [do Estado]. Esta própria unidade refere-se à dominância de um desses poderes” [“que constitui o ponto nodal do poder do Estado”] sobre os outros, PPCS, cit., pp. 302-303. Grifo do autor.

<sup>59</sup> Ver a crítica de Túlio Alperin Donghi ao projeto de Bolívar em *Historia Contemporánea de América Latina*, Madrid, Alianza Editorial, 1972, 3ª. ed., pp. 168-175. Para Donghi, na esfera política “Bolívar encontrava a solução na república autoritária, com presidente vitalício e corpo eleitoral reduzido; ao assegurar um estável predomínio às elites de raiz pré-revolucionária, esse regime encontraria, segundo Bolívar, uma forma de sustento em Hispano-américa. Foi sob essas linhas políticas que Bolívar organizou a república de Bolívia [...]”, p. 170. Em 1815, Bolívar sustentava que “as instituições perfeitamente representativas não se adaptam a nosso caráter, a nossos costumes, a nossas luzes atuais [...]. Os Estados americanos necessitam governos paternos”, Simón Bolívar, “Carta Profética”, em Alain Rouquié, *Dictadores, Militares y*

poderosas forças locais em rejeição às propostas constitucionais bolivarianas.<sup>60</sup> Tais forças se materializaram no poder do Exército, que passou a se configurar como o primeiro poder de Estado, estabelecendo-se, desse modo, a supremacia do Executivo e, por conseguinte, do método de sucessão pela via do golpe, perpetuando a ditadura da oligarquia sobre as massas artesãs (logo serão massas trabalhadoras) dos centros urbanos e sobre as massas índias e camponesas.<sup>61</sup>

Em suma, um dos maiores problemas da proposta constitucional bolivariana residia justamente na defesa de dois tipos contraditórios de método de sucessão governamental; ou seja, na incompatibilidade de dois critérios organizacionais impostos a um Estado liberal periférico (um tipo de Estado burguês) que acabava de nascer: o mandato imperativo e o princípio do sufrágio (numa palavra, o princípio da democracia representativa).

Feitas essas observações, passemos agora a apresentar uma hipótese alternativa sobre o caráter geral da relação entre Constituição e a prática do golpe de Estado.

---

*Legitimidad en América Latina*", in Julio Labastida Martín del Campo (coord.), **Ditaduras y Dictadores**, México, Siglo XXI, 1986, p. 15.

<sup>60</sup> As propostas constitucionalistas e a presidência vitalícia de Bolívar fracassaram. O Marechal Sucre, segundo presidente vitalício de Bolívia, acabou renunciando em 1827, devido à pressão política do caudilho militar peruano, Agustín Gamarra (presidente do Peru) que invadiu o país nesse ano. Um dos maiores detratores bolivianos de Bolívar foi Sabino Pinilla, que referiu-se à Constituição bolivariana da seguinte maneira: "elucubração bastarda duma política que, encarnando o futuro, desenvolvia-se por caminhos retrospectivos; amálgama confusa de doutrinas monárquicas e republicanas; transação pusilânime e mal dissimulada do novo regime com o antigo, a Constituição boliviana repousava sobre princípios gregos, ingleses e americanos...", em Guillermo Lora, **Causas de la Inestabilidad Política...**, op. cit., p. 24.

<sup>61</sup> É sobejamente conhecido pelos autores bolivianos esse caráter invariante da história boliviana: o método do golpe e a ditadura oligárquica ou das classes dominantes. Para Luís Alberto Echazú, as diferentes fases históricas do Estado boliviano resumir-se-iam em democracia para as classes dominantes e ditadura para os índios, camponeses e trabalhadores, Cf. "*El Estado Boliviano (1825-1989)*", em **Ensayo, Revista de Teoría y Análisis Político**, Nº 2, Diciembre de 1990, UMSA, pp. 7-39. Zavaleta já tinha observado também o caráter binário e permanente do funcionamento da ditadura e da democracia nas diferentes fases estatais bolivianas: "A ditadura é então a democracia para nós, a democracia interior ou no seio da ditadura proletária, da mesma maneira que a chamada democracia em geral é a democracia no seio da ditadura ou dominação política burguesa. Assim, os critérios de ditadura e de democracia adquirem um caráter binário constante", René Zavaleta, **Lo Nacional-Popular en Bolivia**, op. cit., p. 204. Já para Lora, não existiu democracia em nenhuma de suas formas e expressões: "A cópia democrática desnuda-se quando se enfrenta com esse poder real que é o Exército. As formas estatais emanam da vontade despótica dos generais e não da 'vontade popular'. O parlamento é débil porque as suas decisões não adquirem preeminência frente aos outros poderes [Forças Armadas e o Executivo]. Conforme a Lei, que todos dizem respeitar, o Exército e o Legislativo não podem ir além ou contra as suas determinações. Entretanto, na Bolívia, a fábrica de leis submete-se à espada ameaçadora. Não existe democracia", Guillermo Lora, **Inviabilidad de la Democracia...**, op. cit., p. 23. Ver também Isaac Sandoval Rodríguez, **Las Crisis Políticas Latinoamericanas y el Militarismo**, México, Siglo XXI, 1981, 4ª. ed., 212 pp.

### 6.1.3.3 Uma hipótese alternativa: Constituição + direito privado + prática golpista

Antes de mais nada retomemos as observações de Lora sobre a questão do papel da Constituição e do sistema jurídico-político num contexto em que predominou o caudilhismo e o golpismo. Num contexto desses, a instabilidade política - diz Lora - pode-se traduzir em "*instabilidade do ordenamento jurídico*" [sistema jurídico-político], na medida em que "*necessariamente tem como marco a norma constitucional*" [direito constitucional]. Pode-se inferir dessa proposição que existiria necessariamente uma relação de causalidade entre o sistema jurídico-político e o direito constitucional boliviano, na medida em que o último não regularia nada ou muito pouco, tendo uma função semelhante à da Constituição (letra morta, papel). Embora Lora tenha colocado o problema geral, isto é, a enorme dificuldade de funcionamento da Constituição e do direito constitucional num contexto golpista, alertamos para três pontos de sua proposta que nos parecem problemáticos: 1) reduzir o funcionamento do direito burguês ao direito constitucional, 2) reduzir o funcionamento do sistema jurídico-político (isto é, o conjunto de normas impostas ao indivíduo e o aparelho de aplicação da lei) ao direito constitucional (parte do direito que regulamenta o exercício do poder de Estado) e 3) subestimar o funcionamento da Constituição (letra morta) e do direito constitucional (não regularia nada ou simplesmente não funcionaria).<sup>62</sup>

Enfim, detectada a insuficiência das análises de Lora e Zavaleta com respeito à problemática da dissociação entre Constituição e prática política, e analisado o caráter da primeira constituição boliviana, passemos a colocar a nossa hipótese sobre o assunto. A nosso ver, não existiu dissociação nem muito menos a contradição entre Constituição e o método de sucessão pelo golpe. A contradição aqui é de caráter aparente. Porque os termos dessa relação não foram determinados pela Constituição, mas pelo direito privado. Este direito exprimiu-se na prática de acumulação de capital adotada na Bolívia (prática caracterizada pela alta exploração da força de trabalho das massas índias, camponesas e

<sup>62</sup> Esclareça-se que a problemática acima mencionada é comum a vários autores que analisam essa questão na América Latina. Alain Roquié, por exemplo, coloca o problema da relação entre Constituição e sistema político, mas reduz a questão a um problema de legitimidade e de cultura política; ver "*Dictadores, Militares y Legitimidad...*", op. cit., pp. 10-26. O caso extremo, isto é, de um juridicismo liberal idealista, é Marcos

trabalhadoras, devido às relações de produção de tipo pré capitalista), por parte das classes dominantes. E essa prática traduziu-se na prática do golpe, determinando, na maior parte das vezes, intensas mudanças da Constituição, tendo como consequência rápidas modificações da forma de Estado e da forma de regime. Durante a década de 70, a relação entre direito privado e a prática da acumulação, denominada aqui “prática de maximização dos lucros a curto prazo” das classes e frações dominantes, apareceu de forma mais nítida.

Essa hipótese somente pode ser entendida se considerarmos três supostos importantes. O primeiro diz respeito ao efeito da justificação bolivariana da presidência vitalícia. Foi o próprio Bolívar que colocou na pauta um dos problemas fundamentais da forma que assumiu o poder político na Bolívia. A preocupação pela estabilidade das novas repúblicas levou Bolívar a subestimar a importância da forma de Estado e da forma de regime. Ele concentrou, excessivamente, sua atenção no funcionamento formal das leis (preocupação liberal). Conforme justificava Bolívar: “*pouco importa, às vezes, a organização política, dado que a organização civil seja perfeita; que as leis se cumpram religiosamente e sejam consideradas inexoráveis como o destino*”.<sup>63</sup>

O que ocorreu foi, contrariamente ao que esperava Bolívar, o reforço de uma prática constitucional que desconsiderava a importância da organização política - forma de Estado e forma de regime - , passando a ser considerada secundária ou contingente. Essa prática constitucional expressou-se nas forças políticas locais influenciadas pela prática política caudilhista. O que se traduziu na permanente intervenção do Exército através do golpe de

---

Kaplan, “*El Estado y la Teoría Política y Constitucional en América Latina*”, in Pablo Gonzales Casanova (coord.), **El Estado en América Latina - Teoría y Práctica**, México, Siglo XXI, 1990, pp. 70-107.

<sup>63</sup> Idem, ibidem, p. 31. Grifo nosso. Entretanto, as contradições das propostas constitucionais de Bolívar eram evidentes. Uma delas decorria do sistema de governo baseado na presidência vitalícia e no papel dos censores. De um lado, o presidente deveria ser tido como o centro do sistema (como “o sol”), cuja função, basicamente decorativa, deveria ser perpétua: “nele está toda a nossa ordem, sem ter por isso ação. Cortou-se lhe a cabeça para que ninguém tema suas intenções e amarrou-se lhe as mãos para que não abusasse de ninguém”. Além do mais, o presidente tinha imunidade política. Isso significava que o presidente deveria ser um cidadão extraordinário: possuir as qualidades de um rei e o comportamento político de um *Censor*. De outro lado, o poder político dos *Censores* era tal (possuindo um poder maior do que o presidente e o Executivo) que eram juizes e parte ao mesmo tempo: “A mais terrível e a mais augusta função pertence aos Censores. Condenam ao opróbrio eterno os usurpadores da autoridade soberana e os insígnies criminosos. [...] pelo mesmo, os Censores devem ter uma inocência intacta e uma vida sem mácula. [...] A estes sacerdotes da lei confiei a conservação de nossas sagradas tábuas, porque são eles os que devem clamar contra seus profanadores”, Idem, ibidem, p. 26. A constituição bolivariana simplesmente não determina se os integrantes da Câmara dos Censores deveriam ser eleitos dentre a população ou designados diretamente pelo senadores. O mais provável seria a segunda possibilidade, já que os Censores, considerados como “sacerdotes da lei”, deveriam ter uma função semelhante à dos cidadãos do Areópago de Atenas e à dos Censores de Roma.

Estado. Infere-se disso que a Bolívia adquiriu, desde muito cedo, uma característica peculiar no plano da organização do exercício do poder político: a permanente modificação das constituições indica que elas permitiram, com uma enorme flexibilidade, a intensa mudança de forma de Estado e de forma de regime. Tais modificações foram provocadas e sustentadas pela prática do golpe: o padrão característico e invariante tanto da mudança política quanto da sucessão governamental.

O segundo suposto diz respeito à postura geral das constituições bolivianas frente ao golpe: todas elas tiveram um substrato liberal-democrático; por conseguinte, a forma de governo adotada foi a democrático-representativa. O termo golpe não apareceu em nenhuma delas. No entanto, as forças políticas dominantes, que disputavam o controle do aparelho estatal, alegaram que o golpe era considerado inconstitucional, arbitrário, por romper a “legalidade” e a “soberania do povo”, aludindo assim à aparência “universal” e “neutra” do aparelho estatal e da dominação de classe.

Já o último suposto diz respeito ao papel que jogou o direito burguês no funcionamento do Estado boliviano ao longo de sua existência republicana. Em outros termos, a contradição Constituição-golpe é uma contradição aparente porque o problema fundamental está no próprio funcionamento do direito burguês e sua relação complexa com o aparelho de Estado burguês. Tal direito caracteriza-se pelos seguintes elementos:

1) Igualiza todos os agentes da produção, declarando-os sujeitos individuais, dotados de capacidade jurídica em geral; a igualização exprime-se particularmente no contrato (ato de troca entre dois sujeitos); na sua essência, o direito burguês “é um tratamento igual dos desiguais” (diferentemente dos tipos historicamente anteriores de direito: escravista, feudal);

2) Um sistema jurídico composto de um conjunto de normas gerais, formais, escrita ou não, estritamente regulamentadas e compartamentalizadas (Constituição, os diversos códigos especializados, etc.) que são impostas aos agentes da produção, conferindo a suas diversas relações um caráter previsível; nesse sentido, o direito burguês é uma instituição efetiva que não se reduz à lei (escrita ou não);

3) Um processo de aplicação da lei: um aparelho estatal específico, que concretiza o seu caráter impositivo (o Poder Judiciário); assim, o direito burguês diz respeito a uma

estrutura jurídica que exprime a unidade de duas subestruturas: “a da lei e a do processo de aplicação da lei”. É nesse sentido que o direito burguês, enquanto estrutura específica do Estado, articula-se à estrutura propriamente política (burocratismo) do Estado burguês;<sup>64</sup>

4) Uma das funções principais do direito burguês é o de regulamentar os fundamentos econômicos do sistema capitalista; basicamente isso é feito através do “direito privado” de três formas: a) consagrando, “sob as formas de propriedade jurídica, as relações de produção”; b) organizando a “esfera de circulação do capital e das mercadorias” (direito “contratual” e “comercial”) e c) regulando “as formas de intervenção do Estado no domínio econômico”.<sup>65</sup>

À luz desses supostos importantes, retomemos a nossa hipótese. Ela parte da seguinte metodologia: deve-se inverter os termos da problemática, quer dizer, não focalizar a suposta contradição entre Constituição e golpismo-instabilidade política. A relação deve estabelecer-se entre estrutura jurídico-política e as relações de produção. Ocorre que os termos dessa relação não estão definidos pela Constituição, antes, pelo “direito privado”.<sup>66</sup>

<sup>64</sup> Cf. Décio Saes, “O Conceito de Estado burguês”, op. cit.; ver o item “O direito burguês”, pp. 34-38. Cf. também F&D, pp. 342-346.

<sup>65</sup> F&D, pp. 345-346. Esclareça-se que o direito burguês é, enquanto direito de classe, essencialmente contraditório. Isso deve-se ao duplo papel do direito: 1) de instaurar e regulamentar as relações de todos os agentes da produção, convertendo-os em sujeitos jurídico-políticos, dando um tratamento igual aos desiguais, mascarando, ideologicamente, a essência dessa relação e 2) de intervir na constituição do corpo nacional-popular, a representação simultânea da soberania do Estado e da soberania do povo. Por outro lado, o caráter compartimentalizado do funcionamento do direito burguês reflete o caráter da autonomia relativa dos níveis econômico e político, típico do modo capitalista de produção. Nesse contexto, o direito privado manifesta mais nitidamente as contradições instauradas entre as frações do capital. Quanto à problemática da relação entre Estado e direito burguês, Ver Nicos Poulantzas, “La teoría marxista del Estado y del derecho y el problema de la ‘alternativa’”, in *Hegemonía y Dominación en el Estado Moderno*, México, Pasado y Presente, 1985, 6ª. ed., pp. 11-34.

<sup>66</sup> Agradecemos novamente a sugestão do prof. Décio Saes de examinar o caráter do direito burguês (direito privado, civil, etc.) e sua relação com a Constituição. Por outro lado, a nossa análise baseia-se na metodologia adotada por Saes na sua análise sobre o caráter de classe do direito escravista e sua articulação com a organização do Estado escravista brasileiro (que vigorou entre 1831 e 1888). O fato de não ser mencionada diretamente a palavra escravidão ou ser aludida indiretamente na Constituição de 1824, não indica que ela seja “burguesa liberal”, entrando em contradição com o direito privado e civil. Saes propõe que, para detectar o caráter de classe do direito em questão (neste caso o direito escravista), deve ser feita “uma análise de conjunto da estrutura jurídica do período, ao invés de se proceder a análises isoladas e compartimentadas de cada um dos códigos legais. Quando esse último procedimento é adotado [análise fragmentária do direito], torna-se praticamente impossível chegar ao conhecimento da natureza de classe do direito em questão”, Décio Saes, *A Formação do Estado Burguês no Brasil*, op. cit., p. 107; ver o capítulo 4, item “A) O caráter da estrutura jurídico-política (o direito e a burocracia)”. E conclui o autor: “É, portanto, incorreto qualificar a constituição de 1824 como uma Constituição burguesa liberal em contradição com o caráter escravista do direito civil e da estrutura econômica; entre a Constituição imperial e o direito civil imperial não existia

Assim, a essência da prática golpista estaria no direito privado boliviano e não na Constituição. E o caráter golpista desse direito, por parte das classes e frações dominantes, materializar-se-ia na prática de acumulação de capital a qualquer preço, quer dizer, utilizando mecanismos variados para lograr esse objetivo. Esse fenômeno deveu-se a basicamente três fatores importantes: 1) a forte presença dos modos de produção pré capitalistas, prevalecendo as relações de produção de tipo oligárquico-senhoriais (“coronelista”); 2) o lento desenvolvimento do modo de produção capitalista e a instauração das relações capitalistas de produção no setor mineiro (economia de enclave) e 3) o caráter (extorsão, pilhagem) da intervenção do capital estrangeiro no país.

Assim, o tipo de capitalismo instaurado na Bolívia, com as relações de produção, não apenas agiu preservando mas também reforçando os modos de produção pré capitalistas.<sup>67</sup> A combinação complexa desses fatores contribuiu para a reprodução das relações de produção e a reprodução do Estado boliviano, marcado pelo golpismo e pela instabilidade política. No caso do Estado militar da década de 70, a prática golpista materializou-se na prática da maximização dos lucros a curto prazo por parte das classes e frações dominantes, determinando as políticas estatais. É por isso que as constituições bolivianas não mencionam ou aludem diretamente ao golpe de Estado. Elas exprimem um conteúdo avançado em relação à sociedade ou aparecem como letra morta. Esse é o primeiro ponto a ser retido.

O segundo ponto da nossa hipótese diz respeito ao caráter do direito privado. A Constituição (lei escrita) simplesmente é uma parte do direito burguês que diz respeito à regulamentação do acesso e do exercício do poder estatal. E o papel desse direito não se reduz a regulamentar o exercício do poder político, isto é, a fazer cumprir a Constituição. Todavia, há uma aparência de independência ou separação do funcionamento dos diversos Códigos. Em outros termos, enquanto lei escrita - abstrata, estritamente fixada e regulamentada - , ela não necessariamente exprime uma relação direta entre Constituição, direito civil e direito privado. Isso deve-se justamente ao caráter compartamentalizado do

---

contradição, mas unidade com dominância do direito civil, onde estavam definidas as categorias de escravo e [...] de *homem livre*”, p. 108; grifo do autor.

<sup>67</sup> Sobre a questão dos efeitos de diluição e de conservação, sobre os outros modos de produção, no processo de desenvolvimento do capitalismo (estágios e fases), Cf. Nicos Poulantzas, *As Classes Sociais no*

funcionamento do sistema jurídico burguês, como subestrutura do Estado burguês. Analisados separadamente, os diferentes códigos podem apresentar contradições secundárias: aparência de não correspondência entre eles e com o sistema econômico. Entretanto, uma análise de *unidade*, do conjunto desses códigos, revela a correspondência e a não contradição com a estrutura jurídico-política e, por conseguinte, com a Constituição.

Nesse sentido, o direito civil estaria mais propenso a possuir uma certa relação com o direito público e com a Constituição, embora não necessariamente aconteça regularmente. Em geral, a natureza de classe, das relações entre os agentes da produção (convertidos em indivíduos jurídico-políticos), é dada pelo direito civil e não pela Constituição. Em relação a permanência e variações desses direitos, historicamente o direito civil teve maior durabilidade, enquanto o direito constitucional caracterizou-se pela sua variabilidade. O caso francês é paradigmático: o Código de Napoleão, por exemplo, teve uma maior durabilidade, ao passo que várias constituições foram criadas ao longo do século passado e boa parte deste século (situação que não foi muito diferente da boliviana). Contudo, no âmbito do Estado burguês, o que prevaleceu foi o “direito privado”: parte do direito que tem a função de regulamentar os fundamentos econômicos do sistema capitalista. Isso significa que a estrutura jurídico-política de um particular Estado burguês está, no essencial, determinada pelo direito privado e não pelo direito constitucional.<sup>68</sup>

Com efeito, como já o havíamos mencionado, o caso boliviano mostra que as constituições permitem, com maior flexibilidade, a mudança intensa da forma de Estado e da forma de regime. Mas somente podemos entender esse fenômeno se consideramos que a

---

**Capitalismo de Hoje**, op. cit.; ver o capítulo “*As contradições atuais da burguesia*”, principalmente pp. 139-153 e segs.

<sup>68</sup> Esclareça-se que não é unicamente o direito privado que faz reproduzir as relações de produção capitalista. Lembremos que é uma estrutura jurídica política particular (neste caso o direito burguês e o burocratismo burguês) que faz possível a reprodução do Estado burguês. Dentre o sistema jurídico burguês, o direito privado teve um papel importante na reprodução das relações de produção, na medida em que regulamenta as relações econômicas. Assim, como direito privado, que regulamenta as relações sociais econômicas, ele tende a dissimular o papel dominante do econômico. E esse fenômeno pode ser entendido, conforme Poulantzas, pela função da ideologia política burguesa - neste caso da ideologia jurídico-política, que em geral exerce o papel, no ideológico, de região dominante - que dissimula o papel dominante do econômico no modo de produção capitalista. No estagio do capitalismo monopolista de Estado, o papel dominante é exercido pelo político, ao passo que a ideologia econômica “tende a tornar-se a região dominante da ideologia da ideologia dominante” (PPCS, p. 205). Enfim, “se a ideologia jurídico-política é a região dominante da ideologia burguesa, é porque se encontra à altura de preencher melhor o papel particular da ideologia no M.P.C e em uma formação capitalista: isto está, aliás, em relação estreita com o papel específico que cabe ao nível jurídico-político real, ao Estado e ao direito” (Idem, *ibidem*, p. 207).

estrutura jurídico-política, nos diferentes períodos e fases estatais, esteve sob a dominância do funcionamento do direito privado e não, do direito constitucional. É por isso que a contradição entre regulamentação do exercício do poder político (basicamente a Constituição) e a prática real de dominação de classe é uma contradição aparente.

O terceiro ponto importante da nossa hipótese (relação estrutura jurídico-política e as relações de produção) diz respeito à articulação direta entre prática econômica (luta econômica de classes) e prática política (luta política de classes). No quadro do Estado militar da década de 70, temos mostrado amplamente nos capítulos anteriores que houve uma relação entre a prática de maximização dos lucros a curto prazo e a prática do golpe. Essa última prática geralmente regeu-se pelo “direito privado” que acabou determinando o conteúdo das políticas estatais. Foi o caso do direito contratual e do direito comercial que determinaram o funcionamento dos códigos públicos, como por exemplo: 1) o Código Comercial aprovado no governo Suazo (1956), visando o comércio exterior somente com os EUA; 2) o Código Mineiro de 1965 e 3) o restabelecimento do Código do Petróleo (Código Davenport). Não esqueçamos que esses códigos estavam amplamente subordinados à dupla lógica do capital estrangeiro: 1) do seu próprio funcionamento econômico e 2) da forma de sua intervenção na Bolívia. Basta mencionar os exemplos do procedimento jurídico do governo Banzer e dos representantes do capital estrangeiro por ocasião da revogação dos contratos de nacionalização da *Gulf Oil Company* e do contrato de indenização estatal aos antigos “donos” da Mina Matilde.<sup>69</sup>

Em matéria de legislação civil, o governo Banzer modificou o Código Civil, adaptando-o ao Código Penal e às Leis de Segurança do Estado. A pena de morte, por exemplo, não era reconhecida pela Constituição de 1967, porém estava estabelecida no Código Penal (Art. 252 de 2 de abril de 1973). Tal governo também estabeleceu uma legislação rigorosa sobre o narcotráfico (“*Ley Nacional de Control de Substancias Peligrosas*” de 1974, reformulada em 1976), cujas maiores penas iam de 10 a 25 anos de reclusão. No entanto, na Constituição de 1967 não se menciona esse problema

---

<sup>69</sup> Relembremos os trabalhos de Sérgio Almaraz (*Requiem para una República; El poder y la Caída*), Marcelo Quiroga Santa Cruz (*El Saqueo de Bolivia; Oleocracia o Pátria*) e Guillermo Lora (“*La Revolución Boliviana*”

(narcotráfico). Os efêmeros governos do período 1978-1982 simplesmente ratificaram as leis civis estabelecidas no regime de Banzer. Durante os governos Meza e Torrelio, a burocracia encarregada da luta contra o narcotráfico elaborou leis paradoxalmente mais progressistas que a dos regimes democráticos do período pós-82, no que respeita aos seguintes pontos: 1) a *descriminalização* da folha de coca, não considerando-a como droga; 2) a desmilitarização da luta contra o narcotráfico, posicionando-se, tal lei, contra medidas puramente repressivas e 3) a elaboração de projetos de substituição do cultivo de coca baseados em planos rurais de desenvolvimento, os quais visavam favorecer os camponeses.<sup>70</sup>

Quanto ao direito “privado”, o período aqui analisado mostrou que, no que tange ao papel econômico do Estado militar, as leis referentes ao funcionamento da economia capitalista estiveram determinadas pelo direito privado que vigorou durante o regime de Banzer. No geral, a lógica da prática da maximização dos lucros a curto prazo, estreitamente articulada à prática do golpe, prevaleceu sobre a lógica do sufrágio universal. Conforme Poulantzas, o Estado de exceção geralmente deixa, no essencial, “íntacto esse aspecto do direito [o “privado”] que regulamenta os fundamentos econômicos do sistema capitalista, nele fazendo apenas, eventualmente, as simples modificações exigidas pelo estágio no interior do qual se situa”.<sup>71</sup>

Em suma, a nossa hipótese tentou mostrar que é invertendo os termos da relação entre Constituição e prática anti-constitucional (golpe) que se detecta a sua verdadeira relação: esta aparece determinada pelo direito privado, fonte da prática golpista. Assim, é a partir dessas observações teóricas gerais que devemos apreender a relação complexa da estrutura jurídico-política e das relações de produção, relação que tem uma repercussão importante na Constituição, mas que de nenhum modo engendra uma contradição. Portanto, refutamos as interpretações segundo as quais a Constituição não teria passado de uma letra

---

e os seus artigos de análise de conjuntura de Masas) sobre a natureza da intervenção do capital estrangeiro, aliada à grande burguesia compradora. Essa intervenção assumiu a forma de uma “pilhagem regulamentada”.

<sup>70</sup> Tais pontos foram defendidos pelo *Consejo Nacional de Lucha Contra el Narcotráfico* (criado a 25.11.1981) no documento publicado por *Presencia* a 13.03.1982. O Conselho elaborou o conceito de Desenvolvimento Rural Integrado (PRODES), tomando como exemplo o cultivo do café para substituir a coca. Ver também os outros planos de substituição da coca e do controle e repressão ao narcotráfico em *Consejo Nacional de Lucha Contra el Narcotráfico. Narcotráfico. Causas e Soluciones*. La Paz, maio de 1982.

<sup>71</sup> F&D, p. 346.

morta (Lora), não seria democrática ou não corresponderia ao caráter invertebrado da formação social boliviana (Zavaleta); bem como as interpretações segundo as quais, além dessa não correspondência, devido à cultura política prevalecente, a prática do golpe manifestaria uma “disfunção” ou patologia face à Constituição (Mansilla, Antônio Mayorga).

#### **6.1.4 O método da sucessão governamental pela via do golpe e a representação burocrática**

Chegamos, assim, ao quarto e último ponto a ser abordado. Nele, a nosso ver, encontra-se o cerne da problemática da sucessão governamental pela via do golpe. A nossa hipótese aqui limita-se ao período da década de 70. Sob a forma estatal militar e sob o Estado formado em 1952; o método da sucessão do poder pelo golpe não era outra coisa senão o efeito da predominância do funcionamento da representação popular de tipo burocrática. Essa representação manifestou-se de várias maneiras, das quais apenas sublinhamos as três mais importantes: 1) através da organização (esqueleto) particular do aparelho estatal típico da forma ditatorial-militar: centralização, índice de burocratização, deslocamento de seus aparelhos, modificações do sistema jurídico e do princípio do sufrágio, etc.; 2) através do funcionamento da burocracia estatal, comandada pelo princípio do burocratismo; que garantia a sua “unidade de ação” e constituía seu “interesse político particular”; burocracia estatal que teve no período em questão um peso importante na elaboração e definição da política estatal 3) através da unidade do poder estatal e da autonomia relativa do Estado frente às classes dominantes. O indicador mais específico, neste último ponto, é a dupla função do Estado: o efeito de isolamento e a sua função de construção da unidade do povo-nação. Para ser representante do povo-nação, o Estado burguês não precisa se basear em alguma representação de tipo político, porque o jogo de suas próprias instituições já lhe confere uma representação simultânea da soberania do povo

e da soberania do Estado.<sup>72</sup> O que aponta para o caráter *contingente* da representação propriamente política.<sup>73</sup>

Podemos estender o alcance de nossa hipótese e aplicá-la ao Estado boliviano em geral, na medida em que o método do golpe aparece como um elemento invariante na história do país. Preferimos, entretanto, circunscrever a nossa hipótese somente para o período da década de 70 para nos limitarmos ao nosso objeto de estudo.

Um primeiro fator que contribui para reforçar a nossa hipótese é o caráter contingente da representação política e o reforço da representação burocrática durante a década de 70. Na seção anterior, vimos como o caráter contingente desse tipo de representação popular manifestou-se na enorme flexibilidade da Constituição boliviana em modificar permanentemente a forma de Estado e a forma de regime. Tal flexibilidade foi provocada pela prática golpista das classes e frações dominantes, a qual foi, por sua vez, determinada, no geral, pelo direito privado. Com a emergência da forma de Estado ditatorial-militar pós-64, a lógica do direito privado prevaleceu sobre o sistema jurídico-político, estabelecendo bases constitucionais (Constituição de 1967) para a intervenção militar. Durante a década de 70, o direito privado cristalizou-se na prática da maximização dos lucros a curto prazo, tornando o sistema jurídico-político (no período pós-78), extremamente vulnerável aos golpes e contragolpes de Estado, possibilitando assim o estabelecimento de governos efêmeros. Nesse contexto, a burocracia estatal foi reforçada a tal ponto que a representação burocrática (principalmente a partir de 1974) não somente passou a ter um peso significativo no processo decisório estatal, como também impossibilitou o funcionamento da representação política, chocando-se, assim, com a enorme resistência das massas populares. Estas últimas haviam mantido altas as expectativas em relação à democracia representativa burguesa.

---

<sup>72</sup> Cf. PPCS, pp. 273-275.

<sup>73</sup> Essa tese é mais condicente com a nossa análise, a qual mostrou que a história do Estado boliviano esteve marcada pelo golpe de Estado, traço característico da importância da burocracia no funcionamento do aparelho de Estado, materializada na permanente implementação da política de Estado, resultando daí a predominância da representação burocrática. Nesse quadro, a representação política foi contingente. Ver a nota 68 do terceiro capítulo deste trabalho, onde consideramos que a representação burocrática é constitutiva do Estado burguês, ao passo que a *representação política* (democracia política, formas de consulta popular) não integra o conceito desse tipo de Estado, portanto, ela tem um caráter *contingente*.

O segundo elemento que reforça a nossa hipótese diz respeito à contradição entre democracia política e o funcionamento da burocracia estatal no quadro do Estado militar. Tal contradição é constitutiva do funcionamento do Estado burguês e não um fenômeno excepcional, restrito, do Estado boliviano. A esse respeito, os clássicos do marxismo e os autores não-marxistas (Hegel, Weber, entre outros) detectaram essa problemática, a qual foi retomada por Poulantzas em PPCS.<sup>74</sup> Em outros termos, o Estado boliviano do período 1978-1982 exprimiu claramente a síntese de dois ingredientes constitutivos do Estado burguês: 1) o golpe de Estado, que rompe a legalidade constitucional 2) o funcionamento do sufrágio universal e do Parlamento, a defesa da Constituição e do direito burguês. Por sua vez, ambos os elementos estão diretamente relacionados com a contradição, que é própria desse tipo de Estado, entre a democracia política e a burocracia estatal, resultando daí, dois tipos de legitimidade burguesa: a ancorada na representação política e a ancorada na representação burocrática.

As análises do processo político francês de 1848-1852 feita por Marx em *O Dezoito Brumário* e em *A Luta de Classes na França*, ilustram muito bem a problemática acima mencionada. Nas suas análises sobre o bonapartismo (Segundo Império), Marx mostrou que na República parlamentarista já estava incluído o bonapartismo, este caracterizado como a “religião da burguesia”. Por outro lado, Marx mostrou também como Luís Bonaparte conseguiu ampla legitimidade, através da burocracia (executivo), apresentando esta última como a representante da unidade do povo-nação, além de restabelecer o sufrágio universal abolido pela República parlamentar.

No que respeita ao caso boliviano, na década de 70 reproduziu-se um tipo de Estado burguês que nós havíamos denominado Estado-militar-de-crise. A expressão mais acabada desse Estado, durante o período 1978-1982, sem dúvida foi o que nos chamamos *Estado-de-golpe*.<sup>75</sup> Esse conceito designa a capacidade do Estado militar de definir a sucessão

<sup>74</sup> Principalmente a parte V dessa obra: “*Sobre a burocracia e as elites*”. A contradição basicamente diz respeito a: 1) ao funcionamento do burocratismo burguês e as formas de dominação política burguesa (estendendo-se à problemática das formas de Estado e das formas de regime); 2) às formas de representatividade popular adotadas pelo Estado burguês (a burocrática e a política) e 3) às formas de legitimidade burguesa decorrente dessas formas de representatividade, ver pp. 350-353

<sup>75</sup> Esclareça-se, entretanto que, com essa caracterização não estamos referindo-nos a um tipo de Estado, porém a uma expressão complexa - e a mais acabada - da crise do Estado militar boliviano do período aqui analisado. O caráter desse Estado já foi amplamente descrito nos capítulos quarto e quinto desta dissertação. É por isso

governamental pela via do golpe, com o intuito de solucionar suas principais crises, refletindo assim o caráter contraditório do funcionamento desse Estado. O caráter contraditório exprimiu-se, de um lado, na adoção de critérios conflitantes de organização (esqueleto) do aparelho de Estado: o estabelecimento de critérios organizacionais do Estado parlamentar no Estado militar; e de outro, na utilização de dois métodos de sucessão governamental: o do golpe e o do sufrágio universal. Essa capacidade de definição da sucessão resultou no enorme esforço da burocracia estatal de criar as condições ideológicas necessárias para a reprodução desse Estado utilizando, indistintamente, mecanismos típicos da democracia política (restabelecimento do sufrágio universal, representação partidária, etc.) e os mecanismos golpistas.

Por outro lado, com esse termo queremos chamar a atenção para duas características importantes: 1) a sua potencialidade golpista, como fator de instabilidade política crônica, provocando a instauração de governos efêmeros e 2) o seu papel na desorganização política<sup>76</sup> das massas populares. Lembremos que o conceito de Estado burguês inclui, no fundamental, um duplo elemento, que está inscrito no seu jogo institucional: a) o efeito de isolamento e b) a função da representação da unidade, do povo-nação. Podemos, assim, dizer, que ambas as funções do Estado visam a “desorganização/reorganização” política das classes trabalhadoras, bloqueando a tendência da organização coletiva procedente do processo de trabalho. Embora nem todo *coup d'état*, na Bolívia, tivesse a função de desorganização das massas populares (como os golpes de Toro, Busch, Torres, etc.), sob o Estado-militar-de-crise, o golpe agiu como reforço do processo de desorganização/reorganização política das classes dominadas. Esse processo possibilitou, entre outras coisas, um mínimo de estabilidade e de unidade estatal para a “solução” das suas crises políticas nos meses de agosto-setembro de 1982. Isso foi feito através do apelo à imagem do povo-nação: “unidade nacional” para a “solução da crise nacional”, para logo, instaurar um “governo de unidade e reconciliação nacional”.

---

que preferimos caracterizar esse Estado neste capítulo, pois somente era possível entender o Estado-de-golpe *a posteriori*.

<sup>76</sup> Esse fato também foi observado por Lora; ver *Inviabilidad de la Democracia*, op. cit., pp. 23-24.

Chegamos, assim, ao terceiro elemento que reforça a nossa hipótese sobre a determinação da burocracia estatal no funcionamento do Estado militar boliviano: no período pós-78, assistimos a uma situação na qual combinou-se o método do golpe e o método do sufrágio universal, com dominância do primeiro. A esta altura, já temos suficientes elementos para retomar a nossa hipótese - apresentada no anterior capítulo - sobre a utilização dos dois métodos de sucessão governamental: durante o período de 1978-1982, os setores dominantes da burguesia boliviana praticaram, indistintamente, o método do golpe e o do sufrágio universal para "controlar" o aparelho de Estado. Temos afirmado que esses setores utilizaram o método do golpe para justificar o funcionamento do sufrágio universal e, ao mesmo tempo, utilizaram o método de eleições livres para justificar o golpe de Estado. A conclusão que chegamos era a de que a forma em que funcionou a instituição do sufrágio universal e, por conseguinte, a do Parlamento, traduziram-se em outra forma de golpe. A esse respeito, o capítulo cinco tentou abordar, amplamente, essa problemática.

Assim, foi o Estado militar-de-crise que abriu espaço para a representação política, fazendo possível o funcionamento enviesado tanto do sufrágio universal como do Parlamento, através das manobras golpistas e eleitorais (fraude). Como as estruturas desse Estado estavam determinadas pelo funcionamento da representação burocrática, ambas as instituições democráticas foram absorvidas pela lógica do Estado-de-golpe.

O quarto e último elemento que reforça a nossa hipótese da dominância da representação burocrática é o prevalecimento de um padrão de golpe. Nesse sentido, é da maior importância salientar o padrão geral do golpe de Estado, como forma de sucessão governamental, mantido durante o período pós-78. Ele se compõe dos seguintes elementos: 1) o novo governo ou caudilho militar golpista justificava a intervenção argumentando que era necessário restabelecer a Ordem e o respeito à Constituição, sob a tutela das forças armadas, devido a um suposto caos político ou à escalada do comunismo e do extremismo; 2) anúncio de eleições e do restabelecimento das liberdades políticas para uma data futura, dentro do prazo mínimo de um ano, período suficiente para prolongar o governo; 3) justificação de reformas substantivas à Constituição, principalmente a elaboração de novas leis eleitoral e de partidos políticos e 4) promessa de saneamento e reativação da economia através de uma administração eficiente e transparente. Esse foi o padrão iniciado por

Barrientos, aperfeiçoado por Banzer e reproduzido pelos governos militares e civis pós-78. Mas o padrão específico que estes últimos adotaram foi o modelo do autoritarismo banzerista.

Em suma, os processos políticos do período 1978-1982 apresentaram uma situação de unidade contraditória do método de sucessão via *coup d'état* e o do sufrágio universal com dominância do método do golpe; a instauração da República parlamentarista sob a lógica do funcionamento do Estado ditatorial-militar. Tratou-se de um processo político contraditório devido ao prevalecimento do Estado-de-golpe. Vale dizer, a contradição basicamente proveio do caráter frágil da abertura política propiciada pela burocracia estatal ao funcionamento da democracia política, num contexto do agravamento das crises e das contradições do Estado militar e da enorme pressão das massas populares. Esse caráter frágil da abertura política exprimiou-se no restabelecimento (remodificação) de dois critérios organizacionais do aparelho de Estado (basicamente a Constituição e o princípio do sufrágio) num quadro estrutural (esqueleto organizacional) dominado pelo Estado militar. O que ocorreu foi, contrariamente ao esperado, a rápida liquidação da representação política por parte da burocracia, tornando mais vulnerável o Estado militar às pressões da massa e portanto provocando sua própria queda.

A predominância da sucessão via golpe de Estado não significou, entretanto, que as classes e frações dominantes tenham subestimado o método do sufrágio universal, pois a seu ver (nas conjunturas que elas se deparavam) tal método era considerado desfavorável. E, quando perceberam a importância dessa instituição, não hesitaram em recorrer à fraude, à manipulação eleitoral e até, embora de forma ambígua e tímida, ao método de sucessão pela via do sufrágio. No entanto, uma vez afastado (por impossibilidade de funcionamento) o método do sufrágio universal, tais classes passaram a defender as liberdades constitucionais, a livre competição partidária e o justo funcionamento do Parlamento (proposta da convocação do Congresso de 1980), num contexto em que não tinham outra alternativa perante os processos políticos de maio-setembro de 1982.

## **6.2. Elementos da Unidade do Poder Político e da Autonomia Relativa do Estado**

Neste item devemos abordar a questão da unidade do poder político e da autonomia relativa do Estado, dois traços constitutivos do Estado burguês que estão estreitamente relacionados. Não iremos repetir aqui as teses poulantzianas sobre o assunto,<sup>77</sup> mas colocar os elementos importantes diretamente relacionados com a nossa problemática: o de saber como se manifestaram esses dois elementos importantes no funcionamento do Estado boliviano durante o período em consideração, particularmente na conjuntura de 1982.

### **6.2.1 Caráter da unidade do poder político institucionalizado do Estado militar no processo de transição ao regime democrático**

A esse respeito, retomemos a hipótese que foi lançada no final do anterior capítulo: nas circunstâncias políticas marcadas pela virtual queda do regime militar em 1982, o Estado militar, através de vários órgãos burocráticos, deteve um papel importante nos processos de negociação política para o encaminhamento de um tipo de solução das crises políticas que, a longo prazo, acabou favorecendo as velhas classes dominantes. Esse papel importante o deteve a alta burocracia estatal, comandada pelo Executivo e o Alto Comando Militar. Em outros termos, a proposta de chamar o Congresso eleito em 1980 (defendida pela CEPB em 1982) acabou sendo aceita pela burocracia estatal, uma vez que ela foi amadurecendo no seio do Alto Comando Militar e porque aparecia como a solução mais viável para a retirada “honrosa” dos militares da direção do aparelho de Estado. Assim, os aparelhos estatais dominantes contribuíram decididamente para que as velhas classes dominantes materializassem essa proposta e, desse modo, viabilizassem uma “solução” à crise política de agosto-setembro de 1982. Mas a proposta acabou favorecendo a fração burguesa representada pela UDP, que abraçou a causa democrática em aliança com os setores populares identificados com essa luta, representados pela cúpula da COB e pelos partidos pequenos burgueses (o MIR e o PCB).

---

<sup>77</sup> Remetemos diretamente a Poulantzas (quem analisa essa problemática com maior propriedade) e a sua obra já citada, PPCS. Ver particularmente o capítulo IV: “*A unidade do poder e a autonomia relativa do Estado capitalista*”, pp. 249-304.

Nesse sentido, contestamos a tese dos autores bolivianos da teoria da democracia, segundo a qual o processo de democratização e modernização, iniciado em 1978, foi possível graças à intervenção política das elites bolivianas, especialmente das elites econômicas “iluminadas”, representadas pela CEPB. Essas elites teriam um papel crucial na transição à democracia e sua luta política teria sido altamente favorável para o país. Tal luta ter-se-ia estendido a toda a sociedade, culminando, em 1985, numa espécie de revolução política sem precedentes (a outra parte da tese, conforme vimos no primeiro capítulo, diz respeito à *queda gradativa* do Estado de 1952).

No capítulo anterior, vimos parte da condensação das crises políticas e das contradições do Estado, num contexto de enorme incapacidade do regime militar de dirigir sua própria transformação: vimos um bloco no poder altamente desorganizado e instável devido à aguda crise de hegemonia; o aparelho militar estava à beira do colapso e da desintegração; a cúpula castrense não conseguia mais aplicar um golpe salvador, tampouco barrar, através de depurações sistemáticas, os contragolpes e conspirações internas; o conjunto da burguesia encontrava-se atravessado por uma descomunal crise de unidade, agravada pelo “egoísmo de fração”, não conseguindo se organizar através de seus representantes políticos tradicionais (crise de organização e representação partidária); além da incapacidade do conjunto da burguesia, sob a égide das frações burguesas supostamente mais “iluminadas” (fração mineira; fração ligada ao capital financeiro internacional), de elaborar um programa de ordem econômica e política que tirasse o país da brutal crise econômica (carência de um projeto ao estilo das “burguesias nacionais”).

Cabe perguntar, então, por que a proposta, elaborada pela CEPB, de chamar o Congresso de 1980 acabou sendo aceita pelo Alto Comando Militar, tornando-se consensual para a abertura do regime democrático em outubro de 1982? Primeiramente, tal proposta foi uma das mais oportunistas, no sentido de que foi habilmente defendida e utilizada como arma ideológica pela CEPB, mascarando a prática golpista dos setores dominantes da burguesia boliviana. Vale dizer, os setores golpistas passaram a defender, de forma intransigente, as liberdades constitucionais, a instauração de um pluripartidismo ilimitado e o “sagrado” direito de eleger os seus representantes políticos; numa palavra, a

defesa da democracia burguesa com vistas a legitimar a abertura do Parlamento e a eleger como presidente a Estenssoro ou Banzer.

Há, entretanto, um outro fator importante que deve ser salientado: no quadro da condensação das crises e contradições do Estado militar golpista, a burocracia estatal passou ter um papel determinante para a aceitação da proposta de chamar o Congresso de 1980. Vejamos alguns elementos importantes do papel da burocracia.

Depois da deposição de Torrelío e da designação do general Vildoso para a presidência da República, em julho de 1982, a CEPB continuou defendendo a sua proposta. Já o novo governo pretendia convocar a eleições gerais para 1983, manifestando um claro intento de prorrogar o regime militar. No final desse mês, a UDP não apresentava uma proposta unívoca: o MNR-I (Siles) defendia eleições gerais, ao passo que o MIR defendia a imediata transmissão do governo aos candidatos vitoriosos das eleições de 1980 (Siles Suazo e Paz Zamora); por sua vez, a COB rechaçava a proposta da CEPB. Posteriormente, a COB passou a endossar as propostas do MNR-I. Já Estenssoro mantinha uma postura ambivalente: de um lado, justificava que se deveria entregar o governo a Siles Suazo; de outro, alentava a necessidade de convocar o Congresso de 1980.<sup>78</sup>

Na busca de um acordo nacional para solucionar a crise política, o governo Vildoso convocou - em meados de agosto - ao diálogo as principais forças políticas representativas do país. Naquela reunião, tanto a CEPB quanto a COB mantiveram as suas propostas. O governo militar, entretanto, atravessava o seu maior dilema: de um lado, pretendia permanecer por mais tempo no governo, e de outro, ceder às pressões da massa popular e dos organismos sindicais e políticos. No dia 25 desse mês, surgiu o grupo de partidos políticos, denominado o "grupo dos sete", que defendiam a proposta da CEPB: a convocação imediata do Congresso de 1980 e o restabelecimento da Lei Eleitoral desse ano. Em resposta, o governo decretou a validade dessa Lei, passando logo, tal medida, a ser considerada pelo "grupo dos sete" como uma vitória política, no sentido de que era um passo importante para convocar o Congresso de 1980. Foi assim que, na mínima expressão de fraqueza do regime militar, a massa popular, liderada pela COB, aproveitou para fazer

<sup>78</sup> "Lo lógico es que se entregue el poder al Dr. Siles Suazo", *Presencia* 28.07.1982. Por outro lado, o MNR-Estenssoro também havia participado do "grupo dos sete" partidos que defendiam essa proposta. Ver

greves gerais (paralisando por vários dias o país) com o objetivo de exigir do governo a imediata solução da crise política.

No dia 14 de setembro, o governo militar decretou a sua própria dissolução: lançou o *Plano Económico de Emergência* para solucionar a crise económica.<sup>79</sup> Mas, no dia seguinte, a reação das massas foi determinante: a COB rejeitou o Plano e decretou uma greve geral indefinida, seguida de passeatas e protestos nas ruas. Foi assim que, dois dias depois, no meio da intensa pressão da massa popular, o governo decidiu convocar o Congresso de 1980.<sup>80</sup> Já no dia 8 de outubro, nas vésperas da entrega do governo à UDP, Vildoso diz o seguinte: “não pretendemos outra coisa senão redimir as Forças Armadas”. Tratava-se da saída “honrosa” que perseguiam os militares, uma vez que o regime já estava em colapso. Contudo, não houve profundas transformações do aparelho militar; este apenas deveria se submeter ao novo regime democrático. Esse era o acordo tácito que a própria UDP, nas palavras de Siles Suazo, aceitava: o seu governo seria de *harmonia e unidade* nacionais.<sup>81</sup>

---

publicação dos princípios políticos desse grupo: “*Al Pueblo de Bolivia*”, *Presencia*, 21.07.1982. Sobre a CEPB, ver o documento *Democracia Yá!* *Presencia*, 23.07.1982.

<sup>79</sup> Ver “*Gobierno expuso plan de 17 puntos para superar la crisis económica*” e “*Informe del Ministro de Finanzas sobre el Plan Económico de Emergencia*”, *Presencia*, 15.09.1982. O Plano tinha basicamente quatro pontos: 1) diminuir o brutal déficit fiscal através de cortes substantivos do gasto público, eliminando as subvenções estatais, medidas que visavam a diminuição do déficit da balança comercial, 2) o estabelecimento do câmbio único do dólar para obter mais divisas, 3) a renegociação da dívida externa e 4) reativação da economia sobre a base dos setores produtivos. Era evidente que, através desse “Plano”, o governo pretendia permanecer pelo menos cinco ou seis meses, como o fizera o governo Torrelío (e os outros governos efêmeros).

<sup>80</sup> “*Trabajadores rechazan Plan Económico y exigen inmediata solución política*”, *Presencia*, 16.07.1982; “*FFAA deciden convocar al Congreso de 1980*”; “*Gobierno calificó de ‘ilegal y arbitrario’ el paro de la COB*”, *Presencia*, 17.07.1982. Depois de aceitar a UDP a direção do novo governo, a COB decidiu suspender a greve geral: “*UDP acepta responsabilidad de asumir gobierno democrático*”; “*COB decidió suspender la huelga provisionalmente*”, *Presencia*, 19.07.1982.

<sup>81</sup> Depois de eleito presidente, Siles Suazo afirmou que se deveria “desterrar o ódio entre os bolivianos”. Por seu lado, Zamora (vice presidente) diz que começava a terceira fase da Revolução Nacional, *Presencia*, 06.10.1982. Na cerimônia da transferência do governo, Vildoso exigiu “reconciliação autêntica entre civis e militares”, *Presencia*, 11.10.1982. Entretanto, as diversas frações burguesas permaneceram fragmentadas durante os primeiros meses do governo UDP-COB: a CEPB e a ADN ficaram ressentidas com os resultados eleitorais do Congresso; embora o MNR-Estenssoro tenha dado os seus votos a Siles Suazo, não participou do novo governo. Porém, como a ADN e o MNR-Estenssoro tinham maioria parlamentar, constituindo-se numa poderosa oposição ao governo, junto com a ação intransigente da CEPB, Siles Suazo foi forçado a renunciar no terceiro ano de seu mandato.

Em suma, os processos políticos de agosto e setembro de 1982 evidenciam, de um lado, a profunda fragmentação e as linhas de clivagem das frações burguesas dominantes; e de outro, um processo complexo de *unidade-na-desunião* experimentado por parte da instituição castrense. Ambos os elementos estão, por sua vez, relacionados com um outro fenômeno importante: o fator de *unidade contraditória* do poder institucionalizado do Estado. De *unidade*, no sentido de que o poder unívoco de classe manifestou-se no aparelho estatal dominante: o aparelho militar, sob a égide do Alto Comando Militar que monopolizou o Executivo. Nesse sentido, a unidade do Estado era a unidade do Exército. Este esforçou-se por organizar, sem sucesso, a hegemonia da fração mineira e, conseqüentemente, organizar e unificar o bloco no poder. Nesse contexto, o papel político fundamental da CEPB, sob a liderança de Illanes, foi o de buscar, a todo custo, a unidade política burguesa. De unidade *contraditória*, na medida em que o Exército, atravessado pela problemática da *unidade-na-desunião*, permaneceu abalado não apenas por suas profundas crises internas, mas também pelo impacto das crises e contradições provenientes do bloco no poder, das frações mineira e agro-exportadora e da enorme pressão política das massas populares.

Assim sendo, como centro de poder mais importante, a cúpula do Exército exprimia a unidade contraditória do poder institucionalizado do Estado. Aqui, desenrolava-se um processo inverso ao de unidade-na-desunião: o de *desunidade-na-união*. Tal processo se deu em dois sentidos. De um lado, estando o Exército abalado pela sua crise de unidade, num contexto de iminente colapso do regime militar, a cúpula militar conseguiu um mínimo de unidade, além de não permitir a dissolução da própria instituição castrense. De outro, as mínimas unidade e estabilidade políticas foram suficientes para preservar a matriz da formação social boliviana e de seu correspondente Estado. Esse processo de desunidade-na-união remete, por sua vez, ao funcionamento do duplo papel do Estado burguês: 1) de fator de coesão, face à formação social e 2) de fator de organizador da fração hegemônica e, por conseguinte, de organizador do bloco no poder. Assim, o Estado boliviano garantiu uma relativa unidade do poder político e implementou uma ação de organização das frações burguesas, num quadro de profunda crise de unidade burguesa, de crise de organização e representação partidária, bem como de aguda crise de hegemonia.

Temos visto que o período aqui analisado de nenhuma maneira manifestou uma situação revolucionária ou de guerra civil, porém uma situação em que as massas populares foram levadas a defender os valores da democracia burguesa. Não obstante, o temor às massas populares por parte das classes dominantes, bem como por parte do próprio Exército, era bastante forte. É por isso que, nos processos políticos de 1982, a proposta de restabelecer o Congresso de 1980 surgiu como a única solução *viável* tanto para a instituição castrense quanto para o conjunto da burguesia.<sup>82</sup> Portanto, o governo Vildoso somente aceitou tal proposta quando os comandantes das grandes unidades das Forças Armadas haviam decidido aceita-la, conforme anunciado pela Junta de Comandantes: “depois da reunião de Comandantes das Grandes Unidades e Institutos Militares, as Forças Armadas decidiram convocar o Congresso de 1980”, decisão que foi considerada “como uma solução adequada às circunstâncias atuais”, mostrando uma atitude de “alto espírito patriótico e o firme desejo institucional de preservar a *unidade nacional*”. Os comandantes também afirmaram que tal reunião “serviu, ademais, para fortificar a *unidade das Forças Armadas* e para mostrar a inclinação patriótica dos militares em favor da *unidade de todo o povo boliviano*”.<sup>83</sup>

Sublinhamos essas palavras para indicar o *caráter* da unidade do poder político do Estado boliviano face à “ruptura democrática”, no contexto do colapso do regime militar em 1982: a mínima unidade do aparelho militar (Exército) confundiu-se com a unidade nacional, ou seja, a unidade contraditória e instável do bloco no poder e das frações burguesas altamente fragmentadas; por sua vez, tal unidade confundiu-se com a unidade do povo-nação. Nesta última acepção, o Estado, como representante da soberania do povo - exprimindo assim a correlação-fusão da soberania do povo e da soberania do Estado; em outros termos, a representação simultânea da unidade do corpo político e da unidade do poder do Estado<sup>84</sup> - , tornou-se expressão da unidade política através da intervenção da Instituição Tutelar da Pátria, sob a dominância do Exército.

<sup>82</sup> As outras propostas eram: 1) imediata transmissão do governo a Siles Suazo; 2) eleições gerais para dezembro de 1982; 3) eleições para 1983 (proposta do governo Vildoso); 4) Convocação de uma Constituinte (proposta do FSB) e 5) convocação do Congresso de 1980.

<sup>83</sup> Ver “FF.AA. comprometen su respaldo al futuro gobierno democrático”, *Presencia*, 18.09.1982. Grifo nosso.

<sup>84</sup> Sobre a questão da unidade do poder político, ver PPCS, pp. 272-273 e segs.

Essa Instituição havia reivindicado, o tempo todo, a representação da Soberania do povo-nação e do direito de governar o país. Desta vez, frente ao colapso real do Estado militar, o consenso militar de voltar à caserna parecia unânime. Num estágio da luta de classes e no bojo das crises e das contradições do Estado (durante os meses de agosto e setembro de 1982), o Exército acabou cedendo às pressões políticas dos partidos tradicionais, da CEPB e das outras organizações econômicas, dos comitês cívicos regionais e, principalmente, das massas populares. É que o regime militar já não conseguia controlar repressivamente o movimento popular, além de ser incapaz, sobretudo, de dirigir e controlar a sua própria transformação.

Portanto, foi o Estado, e não as “elites políticas iluminadas”, que garantiu a relativa coesão da formação social boliviana e a unidade do poder político, conforme evidenciou a materialização da proposta de restabelecer o Congresso de 1980. Tal solução favoreceu, a curto e longo prazo, as velhas classes e frações dominantes na retomada do controle do aparelho de Estado. A curto prazo: 1) as frações burguesas representadas pelo MNR-Siles e as frações da pequena burguesia representada pelo MIR, converteram-se nas frações detentoras do aparelho de Estado; 2) elas não estavam interessadas em fazer reformas substanciais do aparelho estatal, não passando o seu programa de um puro reformismo de tipo burguês e de uma política meramente populista; 3) o novo governo não tinha maioria no Parlamento, o que facilitou o trabalho da oposição (a ADN, MNR-Estenssoro, etc.) e 4) as frações detentoras do aparelho estatal entraram logo em contradições internas (saída do MIR no primeiro ano do governo), dando lugar a outras crises políticas oriundas da aliança governo-COB, da oposição rasteira da CEPB, da ADN, do MNR-Estenssoro, bem como da profunda crise econômica.

A instauração do Congresso de 1980 também favoreceu as velhas classes dominantes a longo prazo: 1) através da reorganização política das frações dominantes da burguesia compradora, cuja ação oposicionista centrou-se nos seus partidos políticos e no Parlamento; 2) a recuperação de posições político-ideológicas desses setores no âmbito das massas populares, por meio da ação sistemática de inculcação ideológica que visava a defesa da democracia burguesa e a instauração de um sistema econômico neoliberal - campanha acirrada, sob a liderança da CEPB, contra os “resquícios” do Estado de 52:

estatismo, corporativismo, populismo e socialismo; e 3) os esforços, sacrifícios e contradições do governo Suazo em solucionar a crise econômica, agravadas pela galopante hiperinflação. No entanto, os erros do governo foram bem aproveitados pela oposição; para esta última, tais erros teriam levado a um “consenso”, quanto a encurtar o tempo do governo Suazo e a instaurar um novo governo que aplicasse medidas de cunho neoliberais, as quais seriam legitimadas pelas massas populares.

Conforme Poulantzas, uma das características fundamentais da unidade do poder institucionalizado do Estado é a expressão da unidade do Estado (a representação simultânea da unidade do corpo político e a unidade do poder do Estado) como sendo a unidade política das classes dominantes, através do bloco no poder. Essa relação complexa está, por sua vez, relacionada a outro elemento constitutivo do Estado burguês: a sua autonomia relativa. Tal relação decorre de uma dupla incapacidade da burguesia:

1) De se erigir, “através de seus próprios partidos políticos”, ao nível político, “ao nível hegemônico de organização”, no sentido de não realizar a sua unidade interna, devido ao isolamento econômico característico do modo de produção capitalista; daí a tendência à fragmentação interna das diversas frações burguesas (frações que são representativas das diversas frações do capital); fragmentação que é agravada pelas lutas intensas entre frações, não conseguindo a unidade política a partir de “um interesse comum”. A suposta unidade burguesa, portanto, pregada ideologicamente pelos liberais e neoliberais, é um mito.

2) Da sua incapacidade para realizar a sua hegemonia frente às classes dominadas.

Conclusão: o Estado capitalista de classe toma a seu cargo os interesses políticos da burguesia e realiza, por conta dela, “a função de hegemonia política que aquela não pode preencher”. Mas para realizar tal empreitada, “*o Estado capitalista assume uma autonomia relativa face à burguesia*”.<sup>85</sup>

<sup>85</sup> PPCS, p. 281. Grifo do autor. Na relação da unidade estatal com o bloco no poder, Poulantzas considera que o Estado capitalista possui um traço distintivo particular, diferentemente dos Estados não-capitalistas: a não partilha ou repartição do poder político por parte das classes dominantes. Nesse sentido, o papel do Estado é o de constituir “*o fator de unidade política do bloco no poder sob a égide da classe ou fração hegemônica*”, ou seja, “*constitui o fator de organização hegemônica dessa classe ou fração de forma a que seus interesses específicos possam polarizar os das outras classes e frações do bloco no poder*” (PPCS, p. 296; grifo do autor). Em síntese, “a unidade do poder do Estado reside, em última análise, na sua relação particular com a classe ou fração hegemônica, no fato da *correspondência unívoca com os interesses específicos dessa classe ou fração*” (PPCS, pp. 297-298; grifo do autor).

### 6.2.2 Indicadores da Autonomia relativa do Estado boliviano face às classes dominantes

É assim que a materialização da unidade do poder político somente é possível se o Estado burguês assumir a autonomia relativa face à fração hegemônica, frente às demais frações burguesas do bloco no poder e frente a este último. O que indica a estreita articulação conceptual da autonomia relativa e da unidade do poder de Estado, dois traços fundamentais do tipo de Estado burguês. Temos oferecido, ao longo desta dissertação, várias situações e elementos relacionados com a questão da autonomia relativa do Estado frente às classes dominantes. A esse respeito, boa parte do terceiro capítulo, bem como os capítulos quarto e quinto foram elaborados sob a preocupação fundamental de detectar os principais traços e características desse tipo de autonomia relativa do Estado e do papel da burocracia na elaboração das políticas estatais. E essa análise somente foi possível na medida em que a autonomia relativa do Estado burguês permite “estabelecer, *no quadro da periodização política*, a relação direta do Estado com os interesses políticos das classes dominantes: quer funcione como fator de organização política dessas classes, quer tome diretamente a seu cargo esses interesses”.<sup>86</sup> Por isso, acreditamos que não é necessário estender-nos nesse ponto, na medida em que ele é um pressuposto teórico importante deste trabalho, que nos permitiu entender a complexidade do funcionamento do Estado boliviano.

Contudo, preferimos relembrar alguns indicadores importantes da autonomia relativa do Estado face às classes dominantes. Um dos principais indicadores do funcionamento dessa autonomia foi o de que o Estado militar organizou a hegemonia - em diversos momentos, com bastante dificuldade por certo - da fração mineira frente ao bloco no poder. Isso foi patente durante os governos Pereda, parte do período do governo Padilla, no governo Gueiler e no governo Meza.

Outro indicador importante da autonomia relativa do Estado frente as classes dominantes, foi o papel do Exército, particularmente, de certos aparelhos que se constituíram em aparelhos dominantes: a direção do Colégio Militar “Gualberto Villaroel”, a chefia do Comando do Exército e, sobretudo, o Alto Comando Militar. Em alguns casos

---

<sup>86</sup> PPCS, P. 283; grifo do autor.

(governo Meza), devido à aguda crise de unidade da instituição castrense, certos ramos de aparelhos conquistaram dominância: o Departamento II, o SES e o Regimento *Tarapacá*. Assim, através desses aparelhos, o Exército constituiu-se em partido político das classes dominantes, num contexto de aguda crise de hegemonia e de crise de organização e representação partidária burguesa. Isso não significa que o Exército e os partidos políticos burgueses sejam as únicas instâncias estatais que organizaram o poder de Estado: eles são apenas uma peça que faz parte do sistema estatal. Já temos visto que a organização do poder estatal faz-se, para o bloco no poder, “por intermédio do conjunto dos aparelhos de Estado”. Numa palavra, a organização se faz por médio da burocracia estatal (executivo, administração, magistratura, outros aparelhos ideológicos, etc.).

A esse respeito, vários órgãos estatais assumiram um papel político importante: o de serem representantes do povo-nação, no particular contexto de busca de soluções políticas para a crise boliviana. Esses órgãos foram criados pelos governos efêmeros com o fim de “conduzir” o processo de “transição à democracia” ou elaborar reformas “verdadeiramente democráticas” - esses eram os termos comuns utilizados pelos burocratas e pelos líderes militares. Tal foi o caso do CONAL e do CONAPOL, ambos órgãos criados no governo Meza. O primeiro tinha como função particular, através de suas atribuições legislativas, criar uma nova Constituição, uma nova Lei de Partidos Políticos, bem como uma nova Lei Eleitoral.<sup>87</sup> Recordemos que setores da pequena burguesia, classe média e amplos setores burgueses, representados pela CEPB, não apenas apoiaram abertamente mas também mantiveram amplas expectativas e esperanças no trabalho do CONAL. Contudo, o seu trabalho fracassou, devido as suas própria contradições internas e às repercussões das contradições do governo Meza. A maior crise do CONAL ocorreu por ocasião da

---

<sup>87</sup> O modelo e função do CONAL foi extraído do antigo *Consejo Nacional de Reformas Estructurales* (CONARE), que teve uma existência efêmera durante o governo Banzer (funcionou de julho a novembro de 1974). O CONARE tinha atribuições legislativas, além de funcionar como órgão de assessoramento da Presidência da República. O seu objetivo fundamental era o de fazer reformas substanciais à Constituição. Entretanto, o único trabalho que fez foi elaborar o Estatuto de Governo, o qual foi aplicado em 1974, marcando a segunda fase do Estado militar. Ver Isaac Sandoval, *El Proyecto Político Militar*, op. cit., pp. 130-131. Um dos integrantes do CONAL era Rolón Anaya (Chanceler do governo Meza), burocrata corrupto (como o coronel Lechín Suárez, entre outros) que havia sido parte da comissão redatora da Lei Eleitoral de 1966. Anaya também era membro de ADN e advogado defensor de Banzer no processo de Inquérito Parlamentar. No que tange ao CONASE, instância militar reorganizada na década de 60, permaneceu ligado ao Executivo como órgão assessorar da Presidência da República. Atualmente o CONASE continua com essa função, mantendo as suas prerrogativas conferidas pela Constituição de 1967.

interferência, nos assuntos que competiam estritamente à Junta Militar, no processo decisório relacionado justamente com a sucessão governamental. Tal crise marcou a sua dissolução.

O governo Torrelío dissolveu formalmente o CONAL, mas manteve o CONAPOL. Na busca de “soluções” para a crise política do regime militar, este órgão burocrático passou a ser a peça “chave” do diálogo entre o governo, os partidos políticos, os sindicatos operários, os camponeses e as organizações econômicas da burguesia (CEPB, CNI, CNC, etc.). O CONAPOL apresentou-se, assim, como uma instância séria e autônoma, tendo funções de “árbitro” no interior do complexo “jogo político” ao longo de 1982. A sua missão fundamental era a de “buscar um acordo nacional”.<sup>88</sup> O fato novo foi que o papel político desse órgão começou a se intensificar numa proporção inversa ao papel da CEPB, no contexto de aumento da participação dos partidos tradicionais e das organizações políticas das massas populares (partidos, sindicatos, COB) na cena política. Na verdade, esse órgão não era outra coisa senão uma mera extensão do Executivo, pois era controlado pelo Ministério do Interior: os seus integrantes eram ministros de Estado e chefes militares.

O governo Vildoso manteve em funcionamento o CONAPOL. Mas no processo de diálogo político, na busca da ansiada unidade e acordo nacionais, esse órgão passou a ter um papel secundário. Foi assim que o Executivo e os “órgãos técnicos” do Ministério do Interior passaram a “administrar” o diálogo político<sup>89</sup> em favor da unificação burguesa. Entretanto, os efeitos desse diálogo nacional e da solução política adotada (o estabelecimento do Congresso de 1980) foram negativos para a classe trabalhadora e para as massas populares, no sentido de que os setores dirigentes de ambos os grupos permaneceram alinhados à política e à estratégia da UDP: as massas haviam ferreamente

---

<sup>88</sup> “CONAPOL y COB inician hoy diálogo en busca de un acuerdo nacional”, *Presencia*, 1.07.1982. Entretanto, os efeitos de desorganização para a classe operária provenientes do funcionamento do CONAPOL foram devastadores. O acordo nacional pressupunha o “controle” e direção (tutela) por parte da burocracia estatal sobre o processo de busca desse acordo. A cúpula da COB, alinhada com as políticas e estratégias da UDP, recorreu ao diálogo com o governo mas não consultou as suas bases, criando mal-estar e descontento no seio destas.

<sup>89</sup> “O começo do diálogo político foi altamente positivo”, afirmava Vildoso. Conforme o jornal *Presencia* (18.08.1982): “órgãos técnicos do Ministério do Interior estudarão a proposta sobre adiamento das eleições. Governo declarou-se ‘flexível para lograr um entendimento com todos os grupos que reunissem a maioria nacional’ [...]. Participaram na primeira rodada de negociações a ADN, camponeses, a COB e empresários”.

defendido e legitimado o processo de democratização; processo que era irreversível em 1982.

Não devemos esquecer outro fator importante relacionado com o papel político da burocracia e de certos aparelhos estatais no processo de organização/desorganização das classes dominadas. O objetivo fundamental desse papel, entretanto, foi a incessante busca de legitimidade estatal sobretudo no campesinato parcelar. Embora um amplo setor do campesinato tenha-se unificado em 1979, nascendo assim a CSUTCB no seio da COB, um outro setor, não menos importante, permaneceu com a ilusão do Pacto Militar Camponês. Todos os efêmeros governos militares do período aqui analisado mantiveram laços políticos profundos com essa “classe tranqüila” através do populismo militar. Novamente, o governo Meza foi o exemplo paradigmático da relação entre burocracia estatal e campesinato parcelar. Meza reincorporou o padrão político adotado por Barrientos e Banzer frente aos camponeses: 1) restabeleceu o Pacto Militar Camponês, o qual deveria vigorar por dez anos; 2) manteve a promessa da reforma agrária, a qual deveria ser complementada com uma revolução agrícola no campo e 3) prometeu defender os interesses dos “irmãos camponeses” frente à oligarquia e, principalmente, frente ao comunismo. Contudo, o governo Meza acrescentou mais três promessas: a) a de implementação com urgência da “revolução agrária”, beneficiando o pequeno produtor; b) a criação da Universidade Rural e c) a criação do Banco Agrário.<sup>90</sup>

Devemos ainda colocar, sumariamente, mais dois indicadores importantes da autonomia relativa do Estado frente às classes dominantes. O primeiro diz respeito à

---

<sup>90</sup> Não foram poucas as manifestações camponesas em apoio ao governo. Lembremos que desde as décadas de 50 e 60, a base social da instituição castrense (recrutas, classes e suboficiais, funcionários etc.) era composta predominantemente das classes provenientes do campesinato. Na década de 70, essa base social do Exército (de origem camponesa e indígena) tornou-se majoritária. Além da ação cívica do Exército, o governo doava alimento, dinheiro e até tratores para as comunidades camponesas. Basta uma referência para termos uma idéia da inculcação ideológica dos militares frente aos camponeses. Por ocasião da visita da Junta de Comandantes a uma comunidade camponesa, Meza, no seu discurso, diz: “na Junta de Comandantes existem dois índios do altiplano, um de Oruro que é o general Bernal e o outro *paceño* (de La Paz) que sou eu; temos também outro índio *camba* (de Santa Cruz), que é o Comandante da Força Naval”. Meza também afirmou que foram os camponeses os que derrotaram o *Ché* e as outras guerrilhas. Assim, os camponeses “são patriotas” e as Forças Armadas lhes pertencem; devido a esse fato, eles constituíram-se em “donos de Bolívia”: “é por isso que nós somos o governo dos irmãos camponeses e não interessam-nos as outras classes; interessam-nos os irmãos camponeses para fazer a pátria”, ver “*El Presidente García Meza entregó tractores a campesinos de Viacha*”, *Presencia*, 12.10.1980. Nos meses de julho e agosto de 1982, Meza havia proposto um governo Militar Camponês como solução da crise política. Um reduzido grupo de camponeses mantinha as esperanças de que Meza voltasse à presidência.

natureza dos governos efêmeros: a autonomia relativa do Estado frente à burguesia mineira materializou-se através do enorme esforço do aparelho militar em organizar a hegemonia dessa fração face a um bloco no poder em franca desorganização. Mesmo recuperando parte da hegemonia em duas oportunidades (nos governos Gueiler e Meza), ela perde posições importantes no seio do bloco no poder em favor da fração manufatureira. Além disso, esse processo não se deu sem sérios atritos e contradições entre a fração mineira e o governo militar, como foi o caso do governo Meza: este distanciou-se da fração mineira e das outras frações burguesas adotando um caminho próprio. Por sua vez, a fração manufatureira tentou erguer-se em fração hegemônica, mas não conseguiu (basicamente nos governos Guevara e Torrelio), constituindo-se apenas em fração detentora do aparelho estatal. As lutas de classes no seio do bloco no poder - que se tornou mais desorganizado, instável e altamente movediço - repercutiram nos aparelhos estatais e na configuração dos governos efêmeros, determinando assim o caráter das políticas estatais.

O outro indicador da autonomia relativa face à burguesia mineira e ao bloco no poder diz respeito justamente à implementação das políticas estatais por parte da burocracia do Estado. Temos visto como se processaram os mecanismos de elaboração da política estatal no capítulo quarto desta dissertação. A burocracia não se configurou como força social, apesar de que a formação social boliviana refletia uma dominância do MPC “menos franca e nítida” sobre os outros modos de produção (inchaço do Estado, a burocracia estatal e o terceiro setor empregador). Ela submeteu-se politicamente à fração mineira e simplesmente repetiu tanto o modelo geral dos planos econômicos quanto os princípios econômicos cepalinos, característicos do intervencionismo estatal que vigorou durante o regime de Banzer. Mas nem por isso ela não deixou de criar atritos com as classes e frações dominantes na elaboração das políticas estatais: é o caso das tensões e contradições durante os governos Guevara e Torrelio, conforme foi analisado nos capítulos quarto e quinto.

Por último, o funcionamento da autonomia relativa do Estado golpista frente à fração mineira e ao bloco no poder, no período aqui analisado, correspondeu a uma crise de hegemonia e não a um “empate histórico” ou “equilíbrio instável” (Antônio Mayorga) das

forças presentes, muito menos ao “equilíbrio catastrófico” (Zavaleta).<sup>91</sup> Tal crise foi co-extensiva a outras três crises importantes, manifestando-se de forma condensada no período: a crise de organização e representação partidária, expressa também numa crise de unificação burguesa e a crise de legitimação, no plano da relação classes dominantes-classes dominadas. Numa palavra, no período 1978-1982 ocorre uma condensação de crises com dominância da crise de hegemonia. Portanto, o contexto político geral, marcado pela presença da massa popular na cena política (luta política das classes dominadas), define-se por uma complexa transição de uma forma de Estado para outra, seguida da transformação de uma forma de regime para outro, dentro do tipo burguês de Estado. Porém não se tratou de uma situação de “crise revolucionária”. O que entrou em colapso foi o regime militar e sua estrutura organizacional correspondente (Estado militar), mas de nenhuma maneira tratou-se da queda do Estado burguês formado em 1952.

Em síntese, o Estado militar experimentou uma autonomia relativa devida<sup>92</sup> a uma crise de hegemonia no seio do bloco no poder, na qual o Estado funcionou como fator de organização política das classes dominantes. O Estado implementou uma ação, na maior parte das vezes, de reorganização da hegemonia da burguesia mineira, embora tal empreitada tenha sido realizada com bastante dificuldade, devido à descomunal crise interna de seu aparelho dominante (crise de unidade do Exército) e à condensação das outras crises e contradições. Portanto, a autonomia relativa do Estado burguês boliviano de nenhuma maneira se deveu ao equilíbrio das forças presentes, equilíbrio catastrófico ou “empate histórico”.

Recapitulando, a unidade do poder do Estado militar-de-crise e a autonomia relativa do Estado frente às classes e frações dominantes converteram-se em fator importante que,

---

<sup>91</sup> Já definimos as crises políticas e a sua relação com as formas de Estado e formas de regime no primeiro capítulo; ver o item 3. Quanto à questão do “equilíbrio instável” e do “equilíbrio catastrófico”, que para Zavaleta e Antônio Mayorga teriam se manifestado - no período em questão - num “empate” entre os militares e a COB, ver a nossa crítica no quinto capítulo, item “O golpe de todos santos”.

<sup>92</sup> Quanto às variações e modalidades da autonomia relativa, Poulantzas diz: “[...] o Estado fixa os limites no interior dos quais a luta de classes age sobre si próprio: *o jogo das suas instituições permite e torna possível* essa autonomia relativa face às classes e frações dominantes. As *variações e modalidades* dessa autonomia relativa dependem da relação concreta dentre as forças sociais no campo da luta política de classe; dependem, em particular, *da luta política das classes dominadas*”, PPCS, p. 285; grifo autor. Esclareça-se que as crises políticas marcadas pelo equilíbrio de forças (das forças presentes e o catastrófico) não é condição necessária para a autonomia relativa do Estado capitalista. Esta decorre da própria função política desse tipo de Estado, sendo um caráter constitutivo e invariante.

ao final do período 1978-1982, facilitou os meios materiais mínimos para a solução política que levou à instauração do regime democrático em outubro de 1982. Mas tal processo político complexo não teria sido possível sem a participação decidida das massas populares (fator determinante do colapso do regime militar boliviano). No entanto, estas últimas ficaram amplamente atreladas à estratégia da luta pela democracia; luta essa que foi dirigida pela fração burguesa representada pelo MNR-I. Por outro lado, as classes dominadas estavam condicionadas pela representação burocrática estabelecida pelo Estado militar. Tal representação impossibilitou o normal funcionamento da representação política e contribuiu, entre outras coisas, para a desorganização dos movimentos operário e popular. Essa situação manifestou-se nas três eleições, nos dois processos de fraude e na proliferação de golpes e contragolpes de Estado, fatores que impossibilitaram a instauração imediata de governos eleitos pelas urnas. É que a burocracia estatal se viu obrigada a abrir espaço para o funcionamento da representação política, num contexto de enorme pressão das massas populares. No entanto, tal abertura significou a queda do Estado militar.

Contudo, o funcionamento da representação burocrática teve um enorme efeito político no seio das classes dominadas, repercutindo na questão da legitimidade dominante. Durante o período em questão, houve um deslocamento da ideologia dominante (nacionalismo revolucionário, em franca crise) para a ideologia liberal-democrática (discurso político). Embora comprometidas com a prática golpista, tanto as frações burguesas dominantes quanto a burocracia estatal passaram a defender demagogicamente a democracia política, vulgarizando o seu conceito permanentemente. Ocorre que as classes dominadas, vale dizer, o campesinato, setores da pequena burguesia, a classe proletária e um amplo setor das massas populares, lideradas pela COB, passaram a defender a democracia burguesa (endossando assim a ideologia dominante) através de um processo complexo que Poulantzas chama de “referência de oposição”.<sup>93</sup> O Estado militar-de-crise

---

<sup>93</sup> Para Poulantzas, o fenômeno da dominância da ideologia dominante se reflete “no fato das classes dominadas viverem as suas condições de existência política nas formas de discurso político dominante”; quer dizer, vivem “a sua própria revolta contra o sistema de dominação no quadro referencial da legitimidade dominante”. Tal fenômeno se apresenta de uma forma variada. Em geral, o discurso dominante se apresenta para as classes dominadas “como uma *referência de oposição*, como um ausente que, no entanto, define a diferença entre a sua ideologia e a ideologia dominante”. E continua o autor: “a atitude das classes dominadas em relação à ‘democracia política’ é freqüentemente a de reivindicação oposta de ‘outras formas de democracia política’”. Isto continua a ser uma maneira de participar na legitimidade dominante que, neste caso,

não estava totalmente desprovido de legitimidade por parte das classes dominadas. A aceitação da ideologia da classe dominante por parte da cúpula da COB arrastou a classe operária boliviana e as massas populares ao campo do inimigo de classe.<sup>94</sup> Esse foi um dos elementos que favoreceu a burocracia estatal e o conjunto da burguesia golpista na busca de uma eventual solução à “crise política” em 1982: a convocação do Congresso de 1980.

Nesse contexto, o proletariado boliviano e o movimento popular esforçaram-se por avançar, na luta política, dentro dos parâmetros da democracia burguesa contra a dominação de classe estabelecida no país. Na verdade, não saíram do lugar em que haviam estado no início de 1978.<sup>95</sup> Claro indício, entre outras coisas, de que a democracia burguesa na Bolívia já estava em crise antes mesmo de se instaurarem os regimes democráticos a partir de outubro de 1982.

---

é precisamente dominante por constituir o *modelo referencial* da oposição contra ela”, PPCS, p. 218. Grifo do autor.

<sup>94</sup> A autonomia relativa do Estado em relação às classes politicamente dominantes, conforme Poulantzas, “de forma nenhuma autoriza uma *participação efetiva* das classes dominadas no poder político, ou uma cessão a essas classes de ‘parcelas’ de poder institucionalizado”, PPCS, p. 285; grifo do autor. Ou por outra, “o Estado capitalista, no cumprimento de sua função política, chega a apoiar-se em classes dominadas, a fazê-las por vezes, funcionar contra as classes dominantes, face a estas realizando concretamente a autonomia relativa inscritas nas suas instituições: autonomia que lhe permite concentrar-se em relação constante com o seu interesse político. Convém sobretudo não esquecer, com efeito, que o Estado capitalista não se afasta, nesses limites precisos, um único milímetro dos interesses políticos da burguesia”. Foi o caso do bonapartismo francês: Luís Bonaparte “representante ‘oficial’ da pequena burguesia e do campesinato parcelar, não toma nenhuma medida política em favor destes”, PPCS, p. 282.

<sup>95</sup> Trata-se da imagem anedótica que caracteriza a democracia burguesa “como um tapete rolante, percorrido pela classe operária em sentido contrário ao do movimento mecânico realizado pelo tapete: muitas vezes, o passageiro (classe operária) deve correr bastante (lutar politicamente) para tão somente permanecer no mesmo lugar (conservar a democracia burguesa já existente)”, Décio Saes, “*A democracia burguesa e a luta proletária*”, op. cit., pp. 177-178.

## CONCLUSÃO

A análise do objeto de estudo foi orientada por duas preocupações metodológicas importantes: 1) a abordagem teórica, tomando em conta os principais temas e assuntos relacionados com o conceito de Estado burguês e 2) a ilustração histórica dessa abordagem teórica através do estudo do Estado boliviano no período em consideração. A nossa análise tentou equilibrar, na medida do possível, esses dois elementos, embora exista um certo excesso de dados empíricos e históricos. Entretanto, esse relativo excesso de informação tem uma explicação: o objeto de estudo aqui tratado é desconhecido no âmbito acadêmico brasileiro, razão pela qual nos vimos na necessidade de fornecer uma razoável quantidade de dados e informações históricas, com o intuito de facilitar a compreensão do assunto aqui tratado.

A caracterização geral do Estado boliviano apresentada nesta dissertação somente foi possível graças a uma análise aprofundada das principais determinações históricas da formação social boliviana da década de 70. No entanto, para entender o funcionamento desse Estado, partimos da análise do Estado formado em 1952. À luz dessas considerações, examinamos o caráter da forma estatal que vigorou durante o período pós-78. Assim, as principais conclusões deste trabalho foram as seguintes:

Em primeiro lugar, houve uma relativa modernização do aparelho estatal iniciada em 1952 e reforçada em 1964, com a emergência do regime militar boliviano. O Estado de 1952 foi fruto de um processo revolucionário de caráter democrático-burguês, impulsionado pelas massas populares (sob a égide do proletariado mineiro e urbano) e dirigido pela pequena burguesia (MNR). Esta acabou se submetendo politicamente à grande burguesia compradora e ao capital estrangeiro. Contudo, um dos resultados desse processo foi a relativa modernização do aparelho estatal, que adquiriu uma nova feição em relação ao Estado denominado "oligárquico-liberal". Entre os principais elementos dessa modernização estão: 1) a maior abertura do aparelho estatal às classes provenientes das massas populares; 2) a maior expansão da burocracia estatal, passando esta a ter um papel importante na busca de legitimidade junto às massas populares e ao campesinato parcelar; 3) a reorganização do aparelho militar e 4) a reorientação do papel econômico do Estado

através da definição do conteúdo da política econômica (de cunho desenvolvimentista) por parte da burocracia estatal (em conjunto com as classes e frações dominantes).

Em segundo lugar, esse aparelho estatal, mais modernizado, forneceu a base material para uma nova expansão da burocracia e da militarização das tarefas do Estado, processo que foi iniciado no regime de Banzer em 1971 e aprofundado em 1974. Tratava-se da emergência duma versão mais acabada daquilo que nos temos denominado *Estado militar*. Este Estado passou a organizar politicamente a hegemonia da burguesia mineira face o bloco no poder, num contexto de crise de hegemonia e de legitimação burguesa.

Devido justamente ao agravamento das crises e contradições provenientes do interior do bloco no poder e do aparelho militar, bem como à deterioração da relação do regime militar com às classes dominadas, o Estado militar passou a reforçar a representação burocrática (representação direta do povo-nação), com o fim de recuperar e ampliar a sua base de legitimação frente às massas populares. Essa tarefa foi feita através de um complexo mecanismo de intermediação burocrática que ia desde o estabelecimento de um sindicalismo de Estado (os coordenadores trabalhistas) e do Pacto Militar Camponês, passando pela criação de redes paralelas de poder, até a reorganização do aparelho estatal (maior centralização e hierarquização das tarefas e funções estatais, sob o controle do Executivo e do Alto Comando Militar). Entretanto, os efeitos da organização/reorganização provenientes da representação burocrática manifestaram-se tardiamente, isto é, no período de maior crise e instabilidade política: 1978-1982.

Nesse sentido, mostramos que a organização particular do aparelho estatal (estrutura organizacional), a expansão da burocracia e o reforço da representação burocrática devem ser entendidos como expressões concretas do funcionamento de três elementos constitutivos do Estado burguês boliviano, sob a sua forma ditatorial-militar: 1) do aparelho estatal sob o princípio do burocratismo, 2) da unidade do poder político institucionalizado do Estado e 3) da autonomia relativa estatal face às frações burguesas dominantes. Mostramos também alguns indicadores importantes desse tipo de autonomia relativa do Estado como, por exemplo, as tensões e contradições entre a burocracia estatal e as frações dominantes na definição da política estatal, principalmente da política econômica. Em termos gerais, a burocracia se empenhou em defender os interesses de longo prazo do

conjunto da burguesia boliviana, entrando em contradição com a fração mineira e a fração agro-exportadora, as quais estavam atravessadas pela prática da maximização dos lucros a curto prazo. Nesse contexto, a burocracia elaborou mecanismos - o estabelecimento do sindicalismo de Estado, a preservação da *pulperia* mineira, entre outros - que visavam preservar a força de trabalho, contrapondo-se à fração mineira, que defendia o recrudescimento da repressão e a aniquilação de amplos setores das massas trabalhadoras.

Em terceiro lugar, verificamos uma *prolongação* da forma ditatorial-militar do Estado até 1982 e, por consequência, da *dominância da representação burocrática*. Essa forma estatal impediu a imediata instauração de um regime democrático relativamente estável, porque delimitou o espaço de funcionamento dos principais atores na cena política. Entre as principais causas do prolongamento da forma de Estado estavam a condensação e o agravamento de três crises importantes: 1) a crise de hegemonia, no seu duplo sentido, 2) a crise de organização e representação partidária burguesa e 3) a crise de legitimidade. A síntese dessas crises exprimiu-se na incapacidade do aparelho militar (Exército) de reorganizar a hegemonia da fração mineira face ao bloco no poder e frente ao conjunto da sociedade. As frações burguesas que participaram do bloco no poder sob o regime banzerista afundaram-se numa descomunal crise de unidade, expressa no “egoísmo de fração”, provocada pela prática da maximização dos lucros a curto prazo. Essa situação levou a uma acirrada disputa pelo controle do aparelho estatal; disputa que ocorreu no interior do Exército e no âmbito dos partidos políticos tradicionais, através dos velhos representantes políticos das classes dominantes. O resultado disso foi a deflagração dos golpes e contragolpes de Estado, que refletiam por sua vez a situação do bloco no poder: altamente instável, movediço e em franca desorganização.

Frente a essa situação, o Estado militar entrou numa fase crítica, adquirindo uma feição caracterizada aqui como *Estado-militar-de-crise*. À beira do colapso, esse Estado tentou solucionar as suas crises abrindo espaço para o funcionamento da representação política, razão pela qual acabou adotando critérios organizacionais típicos do Estado democrático-parlamentar (restabelecimento do direito e do sufrágio universal). Tal reorganização do aparelho estatal provocou uma descomunal crise interna do Estado militar, resultando na rápida liquidação da representação política por parte da burocracia,

liquidação que foi feita através dos golpes e contragolpes de Estado. Numa palavra, em vez de solucionar as crises políticas, o Estado militar decretou sua própria dissolução. Foi assim que o Estado-militar-de-crise tentou, sem êxito algum, não apenas buscar legitimidade frente às massas populares, mas também reorganizar a hegemonia da fração mineira no seio do Parlamento. Mas este último estava dominado pela lógica do funcionamento da burocracia (lógica do golpe), aparecendo como uma extensão do Executivo.

Assim, o Estado militar adquiriu uma nova feição, caracterizada aqui como *Estado-de-golpe*. Esse conceito conota três elementos importantes: 1) o caráter golpista da Constituição de 1967 - posto que confere poder supremo às Forças Armadas para intervir na política através do golpe de Estado, além de abrir espaço ("brecha") legal para justificar tal intervenção; 2) uma situação em que todos os atores políticos apelam para o método do golpe como o meio mais eficaz para conquistar o aparelho governamental e 3) o resultado da prática golpista sobretudo da burguesia mineira e da burguesia agro-exportadora, prática essa que foi impulsionada pela maximização dos lucros a curto prazo. A nossa análise mostrou que o caráter da relação entre a Constituição e o golpe de Estado está francamente embasado no direito privado, que por sua vez mantém estreita articulação com essa prática burguesa de maximização dos lucros. Ao mesmo tempo, essa prática de classe era ocultada pelo discurso político democratizante do conjunto da burguesia (tanto por parte dos partidos políticos tradicionais como pela CEPB). A esse respeito, o papel ideológico da CEPB, que assumiu esse discurso, revelou-se fundamental para encobrir o caráter da dominação política (golpismo): as velhas frações golpistas adotaram a roupagem democrática, cobriram-se com o "manto da democracia". Em suma, a prática de classe (econômica e política) foi um dos principais fatores determinantes da instabilidade política do período aqui analisado, na medida em que se traduziu na prática do golpe de Estado, provocando a instauração de governos efêmeros.

Em quarto lugar, os fatores importantes que possibilitaram o estabelecimento dos meios materiais mínimos - processo de negociações comandada pela burocracia estatal - para dar um tipo de solução política à aguda crise boliviana de 1982 (instauração do Congresso de 1980) foram a unidade do poder do Estado militar e a autonomia relativa estatal face às frações burguesas dominantes. Nesse contexto, a mínima unidade do

Exército, confundida com a unidade do *povo-nação* (unidade nacional), permitia dar fim à desunidade burguesa e à desorganização do bloco no poder. Essa mínima unidade, embora precária e contraditória, foi garantida através de um processo complexo de *desunidade-na-união* experimentada pelo aparelho militar: 1) de *desunidade* frente ao tipo de regime a ser instaurado ou ao tipo de solução política, num contexto de enorme pressão das massas populares e 2) de *unidade*, frente à preservação da instituição castrense, da coesão do Estado, bem como da mínima unidade burguesa face às massas populares.

Essa solução política (a instauração do Congresso de 1980 que acabou elegendo Siles Suazo presidente), entretanto, não refletiu as expectativas do núcleo duro da grande burguesia compradora (a fração mineira e a fração agro-exportadora), de vocação golpista, representada pela CEPB. Refletiu, isto sim, as expectativas duma fração da burguesia interior (as frações burguesas e da pequena burguesia que faziam parte da UDP), cujo democratismo confundiu-se com o caráter da luta popular pela democracia burguesa. Os efeitos da representação burocrática, a combinação do método do golpe e do método do sufrágio universal por parte das classes e frações dominantes, bem como a perda, por parte da cúpula da COB, da direção política do movimento popular em favor do MNR-I contribuíram para a desorganização política das massas populares e para a derrota política do proletariado mineiro e urbano.

Enfim, a cúpula da COB e os setores representativos das massas populares, desenvolveram uma estratégia de luta contra o regime militar tomando como “referência de oposição” a ideologia dominante, caindo no campo ideológico do inimigo de classe, num duplo sentido: 1) na defesa da democracia burguesa (defesa da pureza do sufrágio universal, portanto, ilusão da transformação do Estado pela via do sufrágio) e 2) na busca do golpe salvador para instaurar um governo provisório, que posteriormente entregaria o poder a Siles Suazo; clara adoção da prática política (golpismo) do frações burguesas dominantes (ilusão da transformação do aparelho estatal pela via do golpe).

Em suma, a solução que derivou da instauração do Congresso de 1980 exprimiu a importância do papel do Estado (unidade do poder político e a autonomia relativa) para garantir, de um lado, os interesses políticos das classes e frações dominantes a médio e longo prazo; de outro, a mínima coesão estatal, possibilitando assim a reprodução do

Estado formado em 1952 e a dominação de classe. Vista de outro ângulo, a solução adotada revelava ser uma medida preventiva frente à possível irrupção das massas populares nos meses de agosto e setembro de 1982. Nesse sentido, a ascensão da UDP ao governo selava a derrota das massas populares: já havíamos dito que essa coligação partidária também foi uma espécie de muro de contenção contra a radicalização da luta política das massas populares. Além disso, a solução à crise política boliviana evidenciava o funcionamento da autonomia relativa do Estado boliviano face à fração mineira, na medida em que o Estado não conseguiu reorganizar a hegemonia dessa fração face ao bloco no poder e frente ao conjunto da sociedade, porém acabou favorecendo a fração burguesa representada pelo MNR-I e uma fração da pequena burguesia (MIR, PCB).

Portanto, o Estado boliviano apresenta, no período estudado os traços fundamentais do Estado burguês: a unidade do poder político institucionalizado; a autonomia relativa; o efeito de isolamento e a representação da unidade do povo-nação; as suas diversas funções econômicas e políticas (função geral de coesão da formação social, função de fator de organizador da hegemonia de classe, etc.); as diversas modalidades de legitimidade burguesa e de representação popular, principalmente a representação burocrática. Assim sendo, a despeito de ser um Estado atrasado e de ocupar o elo mais fraco da cadeia imperialista da região sul-americana, o Estado boliviano funcionou como um Estado burguês.

Verificamos assim que o conceito geral de *Estado atrasado* (conceito esse que tende a permear as análises das duas correntes teóricas mencionadas no primeiro capítulo, que parte de um critério técnico, econômico ou cultural), aplicado ao Estado boliviano, é insuficiente para acompanhar a performance histórica do Estado de 1952 e para a apreensão lógica do seu funcionamento. Além do mais, o problema fundamental da caracterização do Estado boliviano como *atrasado e invertebrado* é justamente o de desconsiderar, teórica e empiricamente, dois traços constitutivos que o próprio Estado burguês oculta: o burocratismo burguês e a potencialidade da representação burocrática. Na perspectiva apontada, o Estado boliviano se apresenta como um Estado que necessariamente deve funcionar sob o critério da consulta popular ou da democracia política (e das diversas formas de representação política). No caso boliviano, apresentamos suficientes subsídios empíricos para concluirmos que o funcionamento do Estado burguês dependente apresentou

uma dupla peculiaridade interessante, mas nem por isso deve ser considerado como anormal: 1) a fronteira que delimita as formas de funcionamento da democracia burguesa e o autoritarismo (golpismo, ditadura de classe) é muito tênue e 2) nesse Estado verificou-se claramente o caráter contingente da representação propriamente política: pelo menos até 1982, a Bolívia foi o país do golpe de Estado.

Verificamos também que o Estado boliviano anterior a 1982 não é, por natureza, um Estado-de-golpe (nesse caso, ele seria deformado, atrofiado ou anormal, conforme a caracterização da maioria dos autores bolivianos); mas um Estado burguês que adotou, na conjuntura de 1978-1982, o caráter de um Estado-de-golpe, sem por isso ser considerado como atrofiado ou atrasado. Isso não significa que o Estado boliviano não possa funcionar sob a lógica da democracia burguesa, sendo inviável a instauração dessa forma de dominação política. Em períodos históricos determinados, ele funcionou sob a lógica liberal-democrática (eleições periódicas, sufrágio censitário ou universal, concorrência partidária limitada tanto para os partidos provenientes das massas populares como dos partidos burgueses não dominantes ao bloco no poder, etc.), sem que essa forma de representação política tenha modificado substancialmente a dominação de classe. O outro exemplo é que, justamente a partir de 1982, o Estado boliviano adotou o regime democrático-parlamentar, passando, em 1985, a ser reorganizado sob a lógica de uma variante da democracia burguesa: o *neoliberalismo*, base ideológica do funcionamento do “pacto democrático” das velhas classes dominantes. De “país do golpe”, a Bolívia passou a ser o “país do pacto”.

Com efeito, a nossa caracterização do Estado boliviano contribui para desfazer o mito de que o principal critério para caracterizar e conceituar esse Estado seria a democracia política, o que, a nosso ver, é um erro teórico. É por isso que Zavaleta e Lora chegam a interpretações semelhantes sobre o Estado e a compartilhar posturas céticas sobre o funcionamento da democracia burguesa. No que tange ao Estado, ambos os autores concordam com a instrumentalização, *de fato*, do Estado por parte das classes dominantes, perdendo a unidade do poder estatal e a autonomia relativa. No que respeita à democracia burguesa, para Lora seria inviável o seu funcionamento, na medida em que o país carece de um suficiente embasamento material (desenvolvimento capitalista); para Zavaleta, o caráter

*invertebrado*, atrasado, da formação social boliviana interdita igualmente o funcionamento da democracia burguesa. Ambos elementos (caráter do Estado e caráter da democracia) se refletiriam na Constituição boliviana, cujo funcionamento seria, senão nulo, pelo menos extremamente limitado.

Sem voltarmos à análise, já apresentada, das implicações teóricas e políticas das posições dos autores bolivianos filiados à teoria da democracia, sublinhe-se aqui que não é difícil decifrar as suas análises sobre o tema: a *queda gradativa* do Estado de 1952 no período 1978-1982 é detectada à luz da “nova revolução democrática” de 1985, o que se explica pelo fato de que encaram a democracia política como sendo a essência do Estado burguês. Esse erro teórico aparece como arma metodológica no embate ideológico contra as posturas teóricas provenientes do marxismo.

Portanto, o Estado boliviano do período aqui analisado funcionou tipicamente como um Estado burguês dependente, ostentando os seus traços constitutivos como, por exemplo, a unidade do poder político, a autonomia relativa face as classes dominantes, os diversos tipos de legitimidade burguesa e a dominância potencial da representação burocrática, expressa espetacularmente no Estado-de-golpe. Embora abalado por suas profundas crises de 1978-1982, o Estado formado em 1952 permaneceu, entrando numa nova fase em 1982 e em 1985. Assim, o que entrou em colapso foi o Estado militar boliviano, colapso determinado pelas lutas das massas populares; mas os fatores principais dessa queda foram as próprias contradições e crises do regime militar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Livros e Artigos

- ALCARAZ, Irving. **El Prisionero de Palacio**, La Paz, Ameríndia, 1983.
- ALMARAZ, Sergio. **El Poder y la Caída**. La Paz, Los Amigos del Libro, 1993. 6ª ed.
- ALMARAZ, Sergio. **Requiem para una República**. La Paz, Los Amigos del Libro, 1988. 4ª ed.
- ALTHUSSER, Louis. "*Ideologías e Aparatos Ideológicos del Estado (Notas para una Investigación)*", in **La Filosofía como Arma de la Revolución**. México, Pasado y Presente, 1986. 16a. ed.
- ANTEZANA, Luís. "*Sistema y Proceso Ideológico en Bolivia (1935-1979)*", in René Zavaleta (coord.). **Bolivia Hoy**. México, Siglo XXI, 1983. pp. 60-84.
- ARCE, Roberto. **Recomendaciones para la Rehabilitación de la Industria Minera**. La Paz, 1965.
- ARCE, Roberto. **Pasado y Futuro de la Minería en Bolivia**. Oruro, Editorial Universitária, 1990.
- ARRIETA, Mario & ABREGO, Guadalupe & CASTILLO, Abel & DE LA FUENTE, Manuel. **Agricultura en Santa Cruz: de la Encomienda Colonial a la Empresa Modernizada (1559-1985)**. La Paz, ILDIS, 1990.
- ASAMBLEA PERMANENTE DE LOS DERECHOS HUMANOS EN BOLIVIA. **La Masacre de Todos Santos**, La Paz, 1980.
- BAPTISTA Gumucio, Mariano & BAPTISTA Alvarez, Mariana. **Del Tiempo de los Reconstructores (Entrevistas)**. La Paz, Alencar, 1983.
- BARRAGÁN, Carlos. "*Diagnóstico General del Sector Minero-Metalurgico*", in **El Sector Minero. Crisis y Perspectivas**. La Paz, FLACSO-ILDIS, 1986.
- BARRIOS Morón, Raúl. **Bolivia & Estados Unidos. Democracia, Derechos Humanos, y Narcotráfico (1980-1982)**. La Paz, HISBOL-FLACSO, 1989.
- BARRIOS Morón, Raúl. "*Militares y Democracia en Bolivia: Entre la Reforma y la Desestabilización*", in Raúl Bárríos Morón & René Antonio Mayorga. **La Cuestión**

- Militar en Cuestión. Democracia y Fuerzas Armadas.** La Paz, CEBEM, 1994. pp. 71-111.
- BARRIOS Morón, Raúl. "*Hacia una Legitimidad Renovada de la Institución Militar Boliviana*", in Raúl Bárríos Morón & René Antonio Mayorga. **La Cuestión Militar en Cuestión. Democracia y Fuerzas Armadas.** La Paz, CEBEM, 1994. pp. 112-147.
- BASAURE Forgues, Pedro. **Banca: El Crédito Comercial.** La Paz, Los Amigos del Libro, 1984.
- BASCOPE, René. **La Veta Blanca. Coca y Cocaína en Bolivia,** La Paz, Aquí, 1982.
- BEDREGAL Gutierrez, Guillermo. **Doy la Cara,** La Paz, Editorial Jurídica Zegada, 1995.
- BOLÍVAR, Simón. "*Mensaje del Libertador Bolívar al Congreso Constituyente de Bolivia con Motivo de la Presentación del Proyecto de Constitución Política*", in Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia.** La Paz, Futuro, 1987. 2ª ed. Vol. I.
- BUISON, Inge. "*El 'Ejército Libertador' y la Formación del Estado Boliviano, 1825-1828*", in Buisson Inge & Günter Kahle (edit.). **Problemas de la Formación del Estado y de la Nación en Hispanoamérica.** Köln, Böhlau Verlag, 1984. pp. 499-512.
- CALDERON, Fernando & DANDLER, Jorge. "*Movimientos Campesinos y Estado en Bolivia*", in Fernando Calderon & Jorge Dandler (comp.). **Bolivia: la Fuerza Histórica del Campesinado.** Cochabamba, CERES-UNRISD, 1984.
- CANELAS Orellana, Amado. **Quiebre de la Minería Estatal Boliviana?** La Paz, Los Amigos del Libro, 1981.
- CANELAS Orellana, Amado & CANELAS Zannier, Juan Carlos. **Bolivia: Coca Cocaína. Subdesarrollo y Poder Político,** La Paz, Los Amigos del Libro, 1983. 528 pp.
- CASANOVA, Pablo Gonzales. "*Dictaduras y Democracias en América Latina*", in Juan Labastida Martín del Campo (Coord.). **Dictadura y Dictadores.** México, Siglo XXI, 1986.
- CASTEDO, Eliana. "*El desarrollo de la sociedad boliviana entre 1980 y 1990*", in Eliana Castedo Franco & H.C.F. Mansilla. **Economía Informal y Desarrollo Socio-Político en Bolivia.** La Paz, CEBEM, 1993.

- CAVAGNHARI FILHO, Geraldo Lesbat. "*Autonomía Militar y Construcción del Poder*", in **Democracia y Fuerzas Armadas**, Seminario Internacional realizado por la Corporación de Estudios para el Desarrollo - CORDES - del 4 al 6 de julio de 1988, Quito, Ecuador. pp. 47-89.
- CERRONI, Umberto. "*Para una Teoría del Partido Político*", in Umberto Cerroni & Lucio Magri & Monty Johnstone. **Teoría Marxista del Partido Político**. Córdoba, Pasado y Presente, 1973. 3ª. ed. pp. 11-55.
- COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA. **Los Bancos Transnacionales, el Estado y el Endeudamiento Externo en Bolivia**. Santiago, Chile. 1983.
- CHOMSKY, Noam. **Ano 501. A Conquista Continúa**. São Paulo, Página Aberta, 1993.
- DE LA CUEVA, Juan Manuel. **Bolivia: Imperialismo y Oligarquía**. La Paz, Ediciones Roalva, 1983.
- DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- DONGHI, Tulio Halperin. **Historia Contemporánea de América Latina**. Madrid, Alianza Editorial, 1972. 3ª. ed.
- DOMIC, Marcos. **Ideología y Mito**. (Los orígenes del Fascismo Boliviano). La Paz, Los Amigos del Libro, 1978.
- DOMIC, Marcos. **Militares en la Revolución y en la Contrarrevolución**. La Paz, IDIS-UMSA, 1993.
- DORIA Medina, Samuel. **La Economía Informal en Bolivia**, La Paz, Edobol, 1986.
- DUNKERLEY, James. **Rebellion in the Veins, Political Struggle in Bolivia: 1952-1982**. London, Verso Editions, 1984.
- ECHAZU Alvarado, Jorge. **El Militarismo Boliviano**. (La anti-historia de Bolivia). La Paz, Liberación, 1988.
- EROSTEGUI, Rodolfo. **Economía, Sindicato y Conflicto Laboral**. La Paz, ILDIS, 1996.
- ESTENSSORO, Víctor Paz. "*El MNR, Réplica de la Historia*", in Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**. La Paz, Futuro, 1987. 2ª. ed. Vol. I.

- FLORES, Gonzalo. *"Estado, Políticas Agrárias y Luchas Campesinas: Revisión de una Década en Bolivia"*, in Fernando Calderon & Jorge Dandler (comp.). **Bolivia: la Fuerza Histórica del Campesinado**. Cochabamba, CERES-UNRISD, 1984.
- FLORES, Gonzalo & Blanes, José. **Donde vá el Chapare?** Cochabamba, CERES, 1984
- FEDERACION SINDICAL DE TRABAJADORES MINEROS DE BOLIVIA. **Proyecto de la FSTMB para la Cogestion Obrera en COMIBOL**. Documentos, 1983.
- GAMARARRA, Eduardo. **Entre la Droga y la Democracia**. La Paz, ILDIS, 1994.
- GALLARDO Lozada, Jorge. **De Torres a Banzer**. La Paz, Editorial G.H., 1991. 3ª ed.
- GALLARDO, Hélio. **Fundamentos de Formación Política. Análisis de Cojuntura**. San José, DEI, 1988.
- GODOY, Scarlett O'Phelan. *"El Mito de la 'Independencia Concedida': Los Programas Políticos del Siglo XVIII y del Temprano XIX en el Perú y Alto Perú (1730-1814)"*, in Buisson Inge & Günter Kahle (edit.). **Problemas de la Formación del Estado y de la Nación en Hispanoamérica**. Köln, Böhlau Verlag, 1984. pp. 55-92.
- GREBE, Horst. *"El Excedente Sin Acumulación. La Génesis de la Crisis Económica Actual"* in René Zavaleta (org.). **Bolivia Hoy**. México, Siglo XXI, 1983. pp. 85-128.
- GREBE, Horst. *"Esbozo General del Ciclo de la Minería del Estaño"*, in **El Sector Minero. Crisis y Perspectivas**. La Paz, FLACSO-ILDIS, 1986.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, 2ª ed.
- HEALY, Kevin. **Sindicatos Campesinos y Desarrollo Rural. 1978-1985**. La Paz, Hisbol, 1989.
- KAPLAN, Marcos. **El Estado Latinoamericano y el Narcotráfico**. México, Porrúa, 1991.
- KLEIN, Herbert S. **Orígenes de la Revolución Nacional Boliviana**. La crisis de la generación del Chaco. La Paz, Juventud, 1995. 3ª ed.
- KLEIN, Herbert S. **Historia de Bolivia**. La Paz, Juventud, 1996. 6ª ed.
- KLEIN, Herbert S. **Bolívia. Do Império pré-incaico à independência**. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- KLEIN, Herbert S. **Parties and Political Change in Bolivia, 1880-1952**. Cambridge, Cambridge at the University Press, 1969.

- LAB-IEPALA. **Narcotráfico y Política. Militarismo y Máfia en Bolivia.** Madrid, Iepala, 1982.
- LACLAU, Ernesto. "*Teorías Marxistas del Estado: debate y perspectivas*", in Norbert Lechner (ed.). **Estado y Política en América Latina.** México, Siglo XXI, 1985. 3°. ed. pp. 25-59.
- LAVAUD, Jean Pierre. "*Los Campesinos Frente al Estado*", in Fernando Calderon & Jorge Dandler (comp.). **Bolivia: la Fuerza Histórica del Campesinado.** Cochabamba, CERES-UNRISD, 1984.
- LAZARTE, Jorge & PACHECO, Mario Napoleón. **Bolivia: Economía y Sociedad 1982-1985.** La Paz, CEDLA, 1992.
- LLOBET, Cayetano. "*Apuntes para una historia del movimiento obrero en Bolivia*", in Pablo Gonzales Casanova (org.). **Historia del Movimiento Obrero en América Latina.** México, Siglo XXI, 1984.
- LLOBET, Cayetano. "*Bolivia: Estado y Ficción Gubernamental*", in Pablo Gonzales Casanova (coord.). **El Estado en América Latina. Teoría y Práctica.** México, Siglo XXI, 1991.
- LORA, Guillermo. **Documentos Políticos de Bolivia.** La Paz, Futuro, 1987. 2ª ed. Vol. I.
- LORA, Guillermo. "*Tesis de Pulacayo (Tesis Central de la Federación de Trabajadores Mineros de Bolivia)*", in Guillermo Lora, **Documentos Políticos de Bolivia,** La Paz, Futuro, 1987. 2ª. ed. Vol. II.
- LORA, Guillermo. **Política y Burguesía Narcotraficante.** La Paz, La Colmena, 1988.
- LORA, Guillermo. **Gobierno Paz-Banzer. Hundimiento del Proyecto Fascista?** La Paz, La Colmena, 1990.
- LORA, Guillermo. "*La Clase Obrera Después de 1952*", in René Zavaleta (org.). **Bolivia Hoy.** México, Siglo XXI, 1983. pp. 169-218.
- LORA, Guillermo. **Abajo la Bota Militar!. Análisis de la Situación Política.** La Paz, Ediciones Masas, 1965.
- LORA, Guillermo. "*Crítica al Estatuto Electoral (la "ley trampa")*", in **Hacia la Dictadura del Proletariado,** La Paz, Masas, 1978, 2ª. ed., pp. 103-146.

- LORA, Guillermo. *"Vigencia de nuestra crítica al Estatuto Electoral"*, in **Hacia la Dictadura del Proletariado**, La Paz, Masas, 1978, 2ª. ed., pp. 147-170.
- LORA, Guillermo. **Estudios Histórico-Políticos sobre Bolivia**. La Paz, El Amauta, 1978.
- LORA, Guillermo. **Movimiento Obrero Contemporáneo (1952-1979)**. La Paz, Ediciones Masas, 1979.
- LORA, Guillermo. **Inviabilidad de la Democracia. Proletariado y Nación Oprimida**. La Paz, Ediciones El Amauta, 1980.
- LORA, Guillermo. **El Proletariado en el Proceso Político, 1952-1980**. La Paz, Ediciones Masas, 1980.
- LORA, Guillermo. **Cuál es el Partido Revolucionario?** (Crítica al PS-1, al MIR, al nacionalismo movimientista y al stalinismo). Lima, Ediciones Masas, 1981.
- LORA, Guillermo. **Autopsia del Gorilismo**. La Paz, Ediciones Masas, 1981.
- LORA, Guillermo. **Causas de la Inestabilidad Política y de la Crisis de las FF.AA.** La Paz, Ediciones Masas, 1983.
- LORA, Guillermo. **Ejército y Revolución**. (Bases ideológicas de la tendencia revolucionaria de las FF.AA.). La Paz, Vivo Rojo, 1984.
- LORA, Guillermo. **Por que la Clase Obrera no tomó el Poder en 1952?** La Paz, Bolivia, 1984.
- LORA, Guillermo. **El Frente Antiimperialista**. La Paz, s/i, 1984.
- LORA, Guillermo. **La Burocracia Sindical**. La Paz, s/i, 1984.
- LORA, Guillermo. **Diccionario. Político, histórico, Cultural**. La Paz, Ediciones Masas, 1986.
- LORA, Guillermo. **Historia de los Partidos Políticos de Bolivia**. La Paz, Ediciones Masas, 1987.
- LORA, Guillermo. *"La Revolución Boliviana"*, in **Obras Completas**. Tomo XIV. 1963-1964. La Paz, Ediciones Masas, 1996.
- LORA, Guillermo. *"El Plan Decenal, Descomunal Impostura e Instrumento del Imperialismo. Estabilización Monetaria"*, in **Obras Completas**. La Paz, Masas, 1996. Tomo XIV. pp. 281-300.

- LORA, Guillermo. **Obras Completas**. Tomo XXII. 1947-1979. La Paz, Ediciones Masas, 1997.
- LUTTWAK, Edward. **Golpe de Estado. Um Manual Prático**. Rio de Janeiro, 1991.
- MALLOY, James M. **Bolivia: la Revolución Inconclusa**. La Paz, CERES, 1989.
- MANSILLA, H.C.F. **La Empresa Privada Boliviana y el Proceso de Democratización**. La Paz, Fundación Milenio, 1994.
- MANSILLA, H.C.F. **La Cultura del Autoritarismo ante los Desafíos del Presente**. Ensayo sobre una teoría crítica de la modernización. La Paz, CEBEM, 1991.
- MANSILLA, H.C.F. "*Gobernabilidad, élite del poder y cultura política*", in René Antonio Mayorga (comp.). **Democracia y Gobernabilidad**. Caraca, Nueva Sociedad-ILDIS, 1992.
- MANSILLA, H.C.F. **Posibilidades y Dilemas de los Procesos de Democratización en América Latina**. La Paz, CEBEM, 1991.
- MARSH, Margarita Alexander. **Nuestros Banqueros en Bolivia**. La Paz, Juventud, 1980.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **O Palácio e a Caserna**. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). Tese de doutorado, Campinas, IFCH-UNICAMP, 1993.
- MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. São Paulo, Nova Cultural, 1985. Volume I.
- MARX, Karl. "*O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*", in Karl Marx & Friedrich Engels. **Obras Escolhidas**. São Paulo, Alfa-Omega, s/d. pp. 203-291.
- MARX, Karl. "*As Lutas de Classes na França de 1848 a 1950*", in Karl Marx & Friedrich Engels. **Obras Escolhidas**. São Paulo, Alfa-Omega, s/d. pp. 111-198.
- MARX, Karl. "*A burguesia e a contra-revolução*", in Karl Marx & Friedrich Engels. **Obras Escolhidas**. São Paulo, Alfa-Omega, s/d. pp. 48-51.
- MATHIAS, Suzeley K. **Distensão no Brasil: O Projeto Militar (1973-1979)**. Campinas, Papirus, 1995.
- MAYORGA, René Antonio. **Democratización y Modernización del Estado en Bolivia**. La Paz, CEBEM, 1991.

- MAYORGA, René Antonio. **Democracia e Modernización del Estado: el caso de Bolivia. Proyecto PNUD-UNESCO-CLACSO.** La Paz, 1988.
- MAYORGA, René Antonio. "*La Democracia en Bolivia: Consolidación o Desestabilización?*", em **Pesnamiento Iberoamericano**, Madrid, Revista de Economía Política, N° 14. Julio-Diciembre 1988.
- MAYORGA, René Antonio. "*La Democracia entre la fragmentación y la imposición*", in René Antonio Mayorga (comp.). **Democracia a la Deriva.** La Paz, CLACSO-CERES, 1987.
- MAYORGA, René Antonio. "*Crisis de Estado y Democracia*", in René Antonio Mayorga (comp.). **Democracia a la Deriva.** La Paz, CLACSO-CERES, 1987.
- MAYORGA, René Antonio. "*Gobernabilidad en entredicho: conflictos institucionales y sistema presidencialista*", in René Antonio Mayorga (comp.). **Democracia y Gobernabilidad.** Caracas, Nueva Sociedad-ILDIS, 1992.
- MAYORGA, René Antonio. "*Empate Histórico y Debilidad Constructiva: la Crisis del Proceso de Democratización en Bolivia (1978-1979)*", in Julio Labastida Martín del Campo (coord.). **Hegemonía y Alternativas Políticas en América Latina.** México, Siglo XXI, 1985. pp. 395-424.
- MAYORGA, René Antonio. "*Sistema Político, Estado y Fuerzas Armadas: Consolidación de la Democracia y Redefinición del Rol Militar en América Latina*", in Raúl Barrios Morón & René Antonio Mayorga. **La Cuestión Militar en Cuestión. Democracia y Fuerzas Armadas.** La Paz, CEBEM, 1994. pp. 11-70.
- MAYORGA, Fernando. **Discurso y Política en Bolivia.** La Paz, CERES-ILDIS, 1993.
- MONROY, Germán. **Los Partidos Políticos en Bolivia.** La Paz, Cuadernos de Hoy. Año I, N° 1, 1° de Octubre de 1981.
- MONTAÑO, Gary & VILLEGAS, Carlos. **Industria Boliviana. Entre los resabios del pasado y la lógica del mercado.** La Paz, CEDLA, 1993.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, Baron de la Brède et de. **O Espírito das Leis.** Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- MORAES, João Quartim de. "*A Função das Forças Armadas num Brasil Democrático*", in João Quartim de Moraes (org.). **A Tutela Militar.** São Paulo, Vértice, 1987.

- MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. **Liberalismo e Neoliberalismo**. Uma introdução Comparativa. **Primeira Versão**, Campinas, Nº 73, IFCH/UNICAMP, novembro/1997.
- MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. **Celso Furtado. O Subdesenvolvimento e as Idéias da CEPAL**. São Paulo, Ática, 1995.
- MORALES, Juan Antonio. "*Política Económica Después de la Transición a la Democracia*", in Mario Miranda Pacheco (Comp.). **Bolivia en la Hora de su Modernización**. México, UNAM, 1993.
- MORALES, Juan Antonio & SACHS, Jeffrey. "*Bolivia's Economic Crisis*", in Jeffrey Sachs (edit.). **Developing Country Debt and Economic Performance**. Chicago, The University of Chicago Press, 1990.
- MOSCOSO Zamora, Marcelo. **Minería Mediana y Política Económica Minera. 1971-1978**. Tesis de Licenciatura en Economía. Universidad Mayor de San Simón. Cochabamba, 1993. Tomo I y II.
- MURMIS, Miguel & PORTANTIERO, Juan Carlos. **Estudos Sobre as Origens do Peronismo**. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- O'DONNELL, Guillermo. **Análise do Autoritarismo Burocrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- O'DONNELL, Guillermo. **Reflexões sobre os Estados Burocrático-Autoritários**. São Paulo, Vértice, 1987.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis, Vozes, 1976.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Color: Forças Armadas, Transição e Democracia**. Tese de livre Docência. IFCH-UNICAMP, 2º. semestre 1993.
- OVANDO Candia, Alfredo. "*Mandato Revolucionario de las Fuerzas Amadas*", in Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**. La Paz, Futuro, 1987. 2ª ed. Vol. II.
- PADILLA Arancibia, David. **Decisiones y Recuerdos de un General**. La Paz, Urquiza, 1982. 2ª ed.

- PEARSE, Andrew. "*Campesinado y Revolución: El Caso de Bolivia*", in Fernando Calderon & Jorge Dandler (comp.). **Bolivia: la Fuerza Histórica del Campesinado**. Cochabamba, CERES-UNRISD, 1984.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. **Che Guevara e a luta revolucionária na Bolívia**. Tese de Mestrado, São Paulo, USP-FFLCH, 1996.
- PETRAS, James. **Ensaio Contra a Ordem**. São Paulo, Página Aberta, 1995
- PIMENTEL, José. "*Evaluación de la experiencia cogestionaria en Comibol*", in **El Sector Minero, Crisis y Perspectivas**. La Paz, FLACSO-ILDIS, 1986.
- PLATT, Triatan. **Estado Boliviano y Ayllu Andino**. Tierra y Tributo en el Norte de Potosí. Lima, IEP, 1982.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo, Martins Fontes, 1986. 2ª. ed.
- POULANTZAS, Nicos. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- POULANTZAS, Nicos. **A Crise das Ditaduras - Portugal, Grécia, Espanha**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e Ditadura**. São Paulo, Martins Fontes, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. "*As Transformações Atuais do Estado, a Crise Política e a Crise do Estado*", in Nicos Poulantzas (org.). **Estado em Crise**. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. "*La Teoría Marxista del Estado y del Derecho y el Problema de la Alternativa*", in **Hegemonía y dominación en el Estado Moderno**. México, Pasado y Presente, 1985. 6ª. ed. pp. 11-34.
- POULANTZAS, Nicos & MILIBAND, Ralph. **Debate sobre o Estado Capitalista**. Porto, Afrontamento, 1975.
- PRADO Salmon, Gary. **Poder y Fuerzas Armadas. 1949-1982**. La Paz, Los Amigos del Libro, 1987. 2ª ed.
- PRZWORSKI, Adam. **Democracy and the Market. Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America**. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

- QUIROGA Santa Cruz, Marcelo. **El Saqueo de Bolivia**. La Paz, Puerta del Sol, 1979. 3ª ed.
- QUIROGA Santa Cruz, Marcelo. **Bolivia Recupera la Palabra: Juicio a la dictadura**. La Paz, Ediciones M.E.P, 1982.
- QUIROGA Santa Cruz, Marcelo. **Oleocracia o Patria**. México, Siglo XXI, 1982.
- RAMÍREZ, Edgar. “*Fundamentos Teóricos y Realidad Histórica de la Cogestión*”, in **El Sector Minero. Crisis y Perspectivas**. La Paz, FLACSO-ILDIS, 1986.
- RAMOS Sánchez, Pablo. **Siete Años de Economía Boliviana**. Universidad Mayor de San Andrés. La Paz, 1980.
- RAMOS Sánchez, Pablo. **Radiografía de un golpe de Estado**. Otra vez la democracia en peligro. La Paz, Puerta del Sol, 1983.
- RAMOS Sanchez, Pablo. **Temas de la Economía Boliviana**. La Paz, Puerta del Sol, 1983. Vol. 1 y 2.
- RAMOS Sánchez, Pablo. **La Crisis de la Política Económica**. La Paz, Espartaco, 1982
- RIVERA, Silvia. “*Luchas Campesinas Contemporáneas en Bolivia: el Movimiento ‘Katarista’: 1970-1980*”, in René Zavaleta (coord.). **Bolivia Hoy**. México, Siglo XXI, 1983. pp. 129-168.
- RODAS Morales, Hugo. **Huanchaca. Modelo Político Empresarial de la Cocaína en Bolivia**. La Paz, Plural Editores, 1996.
- ROMERO de Campero. **Ni Todos ni Tan Santos**. Crónicas Sobre el Poder. La Paz, EDOBOL, 1996.
- ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo, Alfa-Omega, 1984.
- ROUQUIÉ, Alain. “*Dictadores, Militares y Legitimidad en América Latina*”, in Júlio Labastida Martín del Campo (Coord.). **Dictadura y Dictadores**. México, Siglo XXI, 1986.
- SAES, Décio. “*O conceito de Estado Burguês*”, in **Estado e Democracia: Ensaios Teóricos**. Coleção Trajetória 1. IFCH-UNICAMP, 1994.
- SAES, Décio. “*Coronelismo e Estado Burguês: Elementos para uma Reinterpretação*”, in **Estado e Democracia: Ensaios Teóricos**. Coleção Trajetória 1. IFCH-UNICAMP, 1994.

- SAES, Décio. "*A democracia burguesa e a luta proletária*", in **Estado e Democracia: Ensaio Teóricos**. Coleção Trajetória 1. IFCH-UNICAMP, 1994.
- SAES, Décio. "*A emergência do populismo no Brasil e na América Latina*", in Evelina Dagnino (org.). **Anos 90. Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- SAES, Décio. "*Democracia e Capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas*", em Revista de Sociologia e Política, Curitiba, Nº 6/7, 1996, pp. 129-147.
- SAES, Décio. **Estado e Classes Sociais no Capitalismo Brasileiro dos Anos 70/80. Primeira Versão**, Campinas, IFCH-UNICAMP, Nº 2, 1989. 31 pp.
- SAES, Décio. **Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil**. Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, IFCH-UNICAMP, Nº 6, 1976. 45 pp.
- SAES, Décio. **Democracia**. São Paulo, Ática, 1987.
- SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- SALAMANCA, Daniel T. **Del Caos a la Reconstrucción Nacional**. La Paz, Offset, 1981.
- SANABRIA, Floren. **Banzer. Democracia y Nacionalismo**. La Paz, Proinsa, 1990.
- SANDOVAL Rodríguez, Isaac. **La Crisis del Nacionalismo**. Cuaderno *Ensayo Historico-Politico*, Nº 1. La Paz, SIDIS. s/d.
- SANDOVAL Rodríguez, Isaac. **El Estado Oligarca**. Cuaderno Ensayo Historico-Politico, Nº 6. La Paz, SIDIS. s/d.
- SANDOVAL Rodríguez, Isaac. **Las Crisis Políticas Latinoamericanas y el Militarismo**. México, Siglo XXI, 1981. 4ª ed.
- SANDOVAL Rodríguez, Isaac. **Los Partidos Políticos en Bolivia**. La Paz, UMSA, 1993.
- SANDOVAL Rodríguez, Isaac. **Culminación y Ruptura del Modelo Nacional-Revolucionario**. Torres en el escenario político boliviano. La Paz, Urquiza, 1979.
- SANDOVAL Rodríguez, Isaac. **El Proyecto Político Militar - 1971-1982**. El Estado de la Seguridad Nacional en Bolivia. Santa Cruz, Editorial Universitaria, 1988.
- SEAMOS. **Marco Referencial de Prevención de SEAMOS**, La Paz, 1995.

- SELSER, Gregorio. Bolivia. **El Cuartelazo de los Cocadólares**. México, MEX-SUR, 1982.
- SIMPÓSIO INTERNACIONAL. **El Impacto del Capital Financiero del Narcotráfico en América Latina**, La Paz, CERID, 1991.
- SORIA Galvarro, Carlos. **Con la Revolución en las Venas**. Los Mineros del Siglo XX en la Resistencia Antifascista. La Paz, Roalva, 1980.
- SORIA Galvarro, Carlos. **Vista al Mar...! Testimonios Sobre el 17 de Julio de 1980**. La Paz, Huellas, 1993. 2ª ed.
- SOTO, César. **Historia del Pacto Militar Campesino**. Entre la Subordinación y la Reciprocidad. Cochabamba, CERES, 1994. 70 pp.
- STEPAN, Alfred. **Rethinking Military Politics: Brazil and the Southern Cone**. Princeton, Princeton University Press, 1988.
- STRENGERS, Jeroen. **La Asamblea Popular. Bolivia, 1971**. La Paz, SIDIS, 1992.
- THERBORN, Göran. **Como Domina la Clase Dominante?** Aparatos de Estado y poder estatal en el feudalismo, el capitalismo y el socialismo. México, Siglo XXI, 1982. 3ª. ed.
- TORANZO Roca, Carlos. "*Banzerato: Un Nuevo Modelo de Acumulación?*", in **Bolivia: Reproducción de Capital y Política**. Santa Cruz, Editorial Universitaria, 1988.
- TORANZO Roca, Carlos. "*La Lucha Política en Bolivia*", in **Bolivia: Reproducción de Capital y Política**. Santa Cruz, Editorial Universitaria, 1988.
- TORANZO Roca, Carlos. "*Las Interpretaciones del Golpe de García Meza*", in **Bolivia: Reproducción de Capital y Política**. Santa Cruz, Editorial Universitaria, 1988.
- TORANZO Roca, Carlos. "*Bolivia: Macrodiagnóstico Económico y Social (1980-1991)*", in Gonzalo Chávez & Carlos Toranzo. **Claves y Problemas de la Economía Boliviana**. La Paz, ILDIS, 1993.
- TORRES, Juan José. "*Defensa Continental*", in Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**, La Paz, Futuro, 1987. 2ª. ed. Vol. II.
- THUOMI, Francisco. **Economía Política y Narcotráfico**, Bogotá, Tercer Mundo, 1996.
- UNIDAD DE ANALISIS DE POLITICAS ECONOMICAS. **Estadística Económica de Bolivia**. La Paz, Julio de 1990.

- UGARTECHE, Oscar. **El Estado Deudor. Economía Política de la Deuda: Perú y Bolivia 1968-1984.** Lima, IEP, 1986.
- VARGAS Martinez, German. **Responsabilidad, Juicio o Sainete?** Acusación a: Banzer-Paz Estenssoro, Siles Suazo, Ovando, Quiroga Santa Cruz, y otros. La Paz, Moxos, 1982.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião. **Empresariado e Estado na Transição Brasileira: um Estudo Sobre a Economia Política do Autoritarismo (1974-1977).** Campinas, Editora da UNICAMP, 1995.
- VIEZZER, Moema. **Se me deixam falar...** São Paulo, Símbolo S.A. 4ª ed., 1979.
- VILLEGAS Quiroga, Carlos & AGUIRRE Badani, Alvaro. **Excedente y Acumulación en Bolivia: 1980-1987.** La Paz, CEDLA, 1989.
- WILKIE, James. **The Bolivian Revolution and U.S. Aid since 1952.** Los Angeles, University of California, 1969.
- WHITEHEAD, Laurence. "*A democratização fracassada da Bolívia: 1977-1980*", in Guillermo O'Donnel. **Análise do autoritarismo burocrático.** São Paulo, Paz e Terra, 1990.
- WHITEHEAD, Laurence. **The United States an Bolivia. A Case of Neocolonialism.** Osford, Haslemer Group Publications, 1969.
- ZAVALETA Mercado, René. "*Las masas en Noviembre*", in René Zavaleta (org.). **Bolivia Hoy.** México, Siglo XXI, 1983. pp. 11-59.
- ZAVALETA Mercado, René. "*Forma Clase y Forma Multitud en el Proletariado Minero en Bolivia*", in René Zavaleta (org.). **Bolivia Hoy.** México, Siglo XXI, 1983. pp. 219-240.
- ZAVALETA Mercado, René. "*Autodeterminación y democracia en Bolivia (1978-1980)*", in Pablo Gonzales Casanova (coord.), **No Intervención, Autodeterminación y Democracia en América Latina,** México, Siglo XXI, 1983.
- ZAVALETA Mercado, René. **Lo nacional-popular en Bolivia.** México, Siglo XXI, 1986.
- ZAVALETA Mercado, René. **El Poder Dual. Problemas de la Teoria del Estado en América Latina.** La Paz, Los amigos del libro, 1987.

- ZAVALA Mercado, René. "*La Revolución democrática de 1952 y las tendencias sociológicas emergentes*", in René Zavaleta. **Clases Sociales y Conocimiento**. La Paz, Los Amigos del Libro, 1988.
- ZAVALA Mercado, René. **La Formación de la Conciencia Nacional**. La Paz, Los Amigos del Libro, 1990.
- ZAVALA Mercado, René. "*Notas sobre fascismo, dictadura y coyuntura de disolución*", in René Zavaleta. **El Estado en América Latina**. La Paz, Los amigos del libro, 1990.
- ZAVALA Mercado, René. "*Notas sobre la cuestión nacional en América Latina*", in René Zavaleta. **El Estado en América Latina**. La Paz, Los amigos del libro, 1990.
- ZAVALA Mercado, René. "*Cuatro conceptos de democracia*", in René Zavaleta. **El Estado en América Latina**. La Paz, Los amigos del libro, 1990.
- ZAVALA Mercado, René. "*El Estado en América Latina*", in René Zavaleta. **El Estado en América Latina**. La Paz, Los amigos del libro, 1990.
- ZAVALA Mercado, René. **50 Años de Historia**. La Paz, Los Amigos del Libro, 1992.
- ZAVALA Mercado, René. **La Caída del M.N.R. y la Conjunción de Noviembre**. La Paz, Los amigos del libro, 1995.

## 2. Artigos Assinados em Jornais e Periódicos

- ANDERSON, Perry. "*The Affinities of Norberto Bobbio*", em **New Left Review**, London, N° 170, July/August 1988.
- ANDERSON, Perry. "*As antinomias de Antonio Gramsci*", em **Crítica Marxista**, São Paulo, Juruê, 1986. pp.7-74.
- AVAD, Iván Orozco. "*Los diálogos con el narcotráfico: historia de la transformación fallida de un delincuente comun en un delincuente político*", em **Análisis Político**, Bogotá, N° 11, Septiembre/Diciembre 1990, pp. 28-58.
- BRUNET, Ferrán. "*El Estado, la Política, la Clases Sociales y el Capital*" em **Nueva Sociedad**, Caracas, Noviembre/Diciembre 1986. pp. 49-56.

- CARVALHO, José Murilo de. "*Militares e Civis: um debate além da Constituinte*", em **Cadernos de Conjuntura**, Rio de Janeiro, IUPERJ, Nº 10, agosto de 1987. 22 pp.
- DANDLER, Jorge. "*El Desarrollo de la Agricultura, Políticas Estatales y el Proceso de Acumulación en Bolivia*", em **Estudios Rurales Latinoamericanos**, Vol 7, Nº 2, Mayo-Agosto, 1984. pp. 81-149.
- DUNKERLEY, James, "*The Bolivian Crisis*", em **New Left Review**, London, Namber 155, January/February, 1986, pp. 86-106.
- ECHAZU, Luis Alberto. "*El Estado Boliviano (1825-1989)*", em **Ensayo**, Revista de Teoria y Análisis Político, La Paz, Año 2, Nº 2, Diciembre 1990.
- ECKSTEIN, Susan. "*El capitalismo mundial y la revolución agrária en Bolivia*", em **Revista Mexicana de Sociología**, México, Nº 2, Abril/Junio de 1979, pp. 457-478.
- FIORI, José Luís. "*A análise política do tempo conjuntural*", em **Dados**, Rio de Janeiro, Vol., 34, Nº 3, 1991, pp. 379-414.
- GUEVARA, Walter. "*Los militares en Bolivia*", em **Nueva Sociedad**, Caracas, Sept.-Oct.-Nov.-Dic. 1981.
- HARDINGHAUS, Nicolás. "*Droga y Crecimiento Económico. El Narcotráfico en las Cuentas Nacionales*", em **Nueva Sociedad**, Caracas, Nº 102, 1989.
- KURZ, Robert. "*O último buraco negro*", em *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 14/12/1997.
- MAYORGA, René Antonio. "*Problemas metodológicos de la dialéctica y del análisis marxista del Estado capitalista*", em **Revista Mexicana de Sociología**, México, Vol. XLI, Nº 4, Octubre-Diciembre, 1979, pp. 1385-1419.
- MAYORGA, René Antonio. "*El racionalismo crítico y la sociedad abierta*", em **Revista Mexicana de Sociología**, México, Vol. XLII, Nº 2, Abril-Junio, 1980, pp. 865-882.
- MOLLINEDO, José. "*ADN. La Nueva Falange?*", em **Perspectivas**, La Paz, Año 2, Nº 13, Octubre de 1985. La Paz.
- MORAES, João Quartim de. "*Alfred Stepan e o mito do poder moderador*", em **Filosofia Política**, Porto Alegre, Nº 2, 1985.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. "*Classes Dominantes e Crise Política na Argentina Atual*", em **Estudos CEBRAP**, São Paulo, Nº 6, 1973.

- PRZWORSKI, Adam. "*Ama a incerteza e serás democrático*", em **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, Nº 9, julho de 1984.
- SAES, Décio. "*O governo de FCH e o campo político conservador*", em **Princípios**, São Paulo, Nº 40, fevereiro/março, 1996.
- ZAVALETA Mercado, René. "*Las luchas antimperialista en América Latina*", em **Revista Mexicana de Sociología**, México, Vol. 38, Nº 1, Enero-Marzo, 1976, pp. 9-27.
- ZAVALETA Mercado, René. "*Bolivia: la fuerza de la masa*", em **Nueva Sociedad**, Caracas, Nº 47, 1980.

## FONTES

### 1. Documentos das Associações de Classe

ASOCIACION NACIONAL DE MINEROS MEDIANOS. **La Minería Mediana y la Estrategia Socio-Económica del Desarrollo Nacional**. La Paz. Febrero de 1971.

ASOCIACION NACIONAL DE MINEROS MEDIANOS. **Memoria 1981**. La Paz, Bolivia.

ASOCIACION NACIONAL DE MINEROS MEDIANOS. **La Minería y la Economía Boliviana en 1982. Minería Mediana Memoria 82**.

ASOCIACION NACIONAL DE MINEROS MEDIANOS. **Memoria 1982**.

ASOCIACION NACIONAL DE MINEROS MEDIANOS. **Memoria 1983**.

ASOCIACION NACIONAL DE MINEROS MEDIANOS. **Memoria e Informe Anual 1996**.

CAMARA DE INDUSTRIA Y COMERCIO DE SANTA CRUZ. **Resumen de Labores 1978-1979**. Santa Cruz de la Sierra, Bolivia.

CAMARA DE INDUSTRIA Y COMERCIO DE SANTA CRUZ. **Memoria Anual 1979-1980**. Santa Cruz de la Sierra, Bolivia.

CAMARA DE INDUSTRIA Y COMERCIO DE SANTA CRUZ. **80 Años. 1915-1995**. Santa Cruz de la Sierra, 5 de febrero de 1995.

CAMARA NACIONAL DE COMERCIO. LXXXIII Memoria. Gestión 1977-1978. La Paz.

CAMARA NACIONAL DE COMERCIO. LXXXIV Memoria. Gestión 1978-1979. La Paz.

CAMARA NACIONAL DE COMERCIO. LXXXV Memoria. Gestión 1979-1980. La Paz.

CAMARA NACIONAL DE COMERCIO. LXXXVI Memoria. Gestión 1980-1981. La Paz.

CAMARA NACIONAL DE COMERCIO. LXXXVII Memoria. Gestión 1981-1982. La Paz.

CAMARA NACIONAL DE COMERCIO. LXXXVIII Memoria. Gestión 1982-1983. La Paz.

CAMARA NACIONAL DE INDUSTRIAS. Memoria 1976-1977. La Paz.

CAMARA NACIONAL DE INDUSTRIAS. Memoria 1977-1978. La Paz.

- CAMARA NACIONAL DE INDUSTRIAS. Memoria 1978-1979. La Paz.
- CAMARA NACIONAL DE INDUSTRIAS. Memoria 1979-1980. La Paz.
- CAMARA NACIONAL DE INDUSTRIAS. Memoria 1980-1981. La Paz.
- CAMARA NACIONAL DE INDUSTRIAS. Memoria 1981-1982. La Paz.
- CAMARA NACIONAL DE INDUSTRIAS. Memoria 1982-1983. La Paz.
- CENTRAL OBRERA BOLIVIANA. "*Tesis Política de la C.O.B.*", in Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**, La Paz, Futuro, 1987. 2ª. ed. Vol. II.
- CENTRAL OBRERA BOLIVIANA. "*Declaración Política del V Congreso de la Central Obrera Boliviana*", in Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**, La Paz, Futuro, 1987. 2ª. ed. Vol. II.
- CONFEDERACION DE EMPRESARIOS PRIVADOS DE BOLIVIA. **Documentos**. Congreso Nacional Extraordinario. 27 y 28 de Julio de 1979. La Paz.
- CONFEDERACION DE EMPRESARIOS PRIVADOS DE BOLIVIA. **Memoria Anual**. Abril 1980-Marzo 1981.
- CONFEDERACION DE EMPRESARIOS PRIVADOS DE BOLIVIA. "*A las Fuerzas Armadas de la Nación*". HOY, La Paz, 26 de Octubre de 1981.
- CONFEDERACION DE EMPRESARIOS PRIVADOS DE BOLIVIA. **Memoria Anual**. Gestión 1981-1982. La Paz.
- CONFEDERACION DE EMPRESARIOS PRIVADOS DE BOLIVIA. **Memoria Anual**. Febrero 1982 - Enero 1983. La Paz.
- NATIONAL ASSOCIATION OF MEDIUM MINERS. **Annual Report July 1977 - June 1978**. La Paz, Bolivia.
- NATIONAL ASSOCIATION OF MEDIUM MINERS. **Annual Reports 1978**.
- NATIONAL ASSOCIATION OF MEDIUM MINERS. **Annual Reports 1980**.
- SISTEMA DE DOCUMENTACION E INFORMACION SINDICAL. Documentos de la Resistencia a la Dictadura de Banzer e García Meza. La Paz, s/d.

## 2. Partidos Políticos

- ACCION DEMOCRATICA NACIONALISTA. "*Acción Democrática Nacionalista - Por el restablecimiento de um sistema de Ordem, Paz y Trabajo*", in Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**. La Paz, Futuro, 1987. 2ª. ed. Vol. I.
- FRENTE DE UNIDAD DEMOCRATICA Y POPULAR. "*Declaración Política del Frente de Unidad Democrática y Popular*", in Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**. La Paz, Futuro, 1987. 2ª. ed. Vol. I.
- MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIO. "*Movimiento de Izquierda Revolucionario - Bases para una Estrategia Económica, Democrática, Popular y Liberadora*", in Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**. La Paz, Futuro, 1987. 2ª. ed. Vol. I.
- MOVIMIENTO NACIONALISTA REVOLUCIONARIO. "*Declaración de Principios del Movimiento Nacionalista Revolucionario*", in Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**. La Paz, Futuro, 1987. 2ª. ed. Vol. I.
- MOVIMIENTO NACIONALISTA REVOLUCIONARIO DE IZQUIERDA. "*Movimiento Nacionalista Revolucionario de Izquierda - Síntesis de Principios*", in Guillermo Lora. **Documentos Políticos de Bolivia**. La Paz, Futuro, 1987. 2ª. ed. Vol. I.

## 3. Jornais

- PRESENCIA, La Paz. Período: de 1971 a outubro de 1982.
- EL DIARIO, La Paz. Período: de janeiro a abril de 1981.
- HOY, La Paz. Período: de maio a dezembro de 1981.
- GACETA OFICIAL DE BOLIVIA, La Paz. Período: 1977 a 1980.
- AQUI, La Paz. Período: 1979 a 1980.

#### 4. Documentos Oficiais

BANCO CENTRAL DE BOLIVIA. 50a. **Memoria Anual**. Correspondiente a la Gestión del año 1978. La Paz, Bolivia.

BANCO CENTRAL DE BOLIVIA. **Memoria Anual**. Gestión 1979. La Paz, Bolivia.

BANCO CENTRAL DE BOLIVIA. **Memoria Anual**. Gestión 1980. La Paz, Bolivia.

BANCO CENTRAL DE BOLIVIA. **Memoria Anual**. Gestión 1981. La Paz, Bolivia.

BANCO CENTRAL DE BOLIVIA. 54a. **Memoria Anual**. Correspondiente a la Gestión del año 1982. La Paz, Bolivia.

CONSEJO NACIONAL DE LUCHA CONTRA EL NARCOTRÁFICO. **Narcotráfico. Causas e Soluciones**. La Paz, maio de 1982.

CONSTITUCION POLÍTICA DEL ESTADO. 2 de febrero de 1967. (Serrano Torrico edit.). Cochabamba, Serrano, 1973.

CORTE NACIONAL ELECTORAL. **Ley Electoral**. La Paz, Bolivia, 1966.

*"Estatuto del Gobierno de Reconstrucción Nacional"*, em *El Diáριο*, 28.09.1980.

HONORABLE CÁMARA DE DIPUTADOS. **Vinculación de Dirigentes del MIR con el Narcotráfico. Informe Dictamen a la H. Cámara de Diputados**, 1994;

HONORABLE CÁMARA DE DIPUTADOS. **Impugnación del Diputado Fernando Barthelemy. Sobre el caso "La Florida". Protección oficial al narcotráfico**, La Paz, s/d.

HONORABLE CÁMARA DE DIPUTADOS. **La Honorable Cámara de Diputados Discute los Antecedentes, el Presente y el Futuro del Narcotráfico en Bolivia**, La Paz, *Soluciones en Democracia*, 1987, Vol. 2.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA. **Bolivia en Cifras 1980**. La Paz, Bolivia.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA. **Anuario Estadístico 1985**. La Paz, Bolivia.

JUICIO DE RESPONSABILIDAD. **Sentencia Histórica Contra la Impunidad. Sentencia Juicio de Responsabilidad Contra Luis García Meza y sus Colaboradores**. La Paz, Ediciones E. G., 1993.

- LEY NACIONAL DE CONTROL DE SUSTANCIAS PELIGROSAS. La Paz, Juventud, 1974.
- LEY NACIONAL DE CONTROL DE SUSTANCIAS PELIGROSAS. Ministerio del Interior Migración y Justicia. Subsecretaría de Justicia. La Paz, Bolivia, 1976.
- LEY DE PARTICIPAÇÃO POPULAR, em **Participación Popular**, La Paz, Cultura Cívica "Siempre", 1995.
- LEY GENERAL DEL TRABAJO. (Ríos Zuazo). La Paz, Bolivia. 1977.
- MINISTÉRIO DE INFORMACIONES, CULTURA Y TURISMO. **Realizaciones, Objetivos y Propósitos del Gobierno Revolucionario de Bolivia**. Mensaje del Presidente de la República, Gral. Alfredo Ovando Candia el 31 de Diciembre de 1969. La Paz.
- MINISTERIO DE PLANEAMIENTO Y COORDINACION DE LA PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA. **Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social. 1976-1980**. La Paz, Bolivia. Tomo I.
- MINISTERIO DE FINANZAS. **Informe Musgrave. Reforma Fiscal en Bolivia**. El Marco Económico General. La Paz, Bolivia. 1977. Vol. 1.
- MINISTERIO DE FINANZAS. **Informe Musgrave. Reforma Fiscal en Bolivia**. El Marco Económico General. La Paz, Bolivia. 1977. Vol. 2.
- MINISTERIO DEL INTERIOR, MIGRACION Y JUSTICIA. **Bolivia: Elecciones, Fraude y Democracia**. La Paz, Bolivia. 1980.
- MINISTERIO DE MINERIA Y METALURGIA. **Bolivia Minera en Números. 1975**. La Paz.
- MINISTERIO DE MINERIA Y METALURGIA. **Anuário Estadístico Minero. 1979**. La Paz.
- MINISTERIO DE MINERIA Y METALURGIA. **Política Minero Metalúrgica. 1981-1985**. La Paz, 1981.
- REGLAMENTO DE LA LEY DE PARTICIPACIÓN POPULAR, em **Participación Popular**, La Paz, Cultura Cívica "Siempre", 1995.
- PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. Ministério de Minería y Metalurgia. **Política Minero-Metalúrgica**. La Paz, Julio de 1981.

*"Programa del Gobierno de Reconstrucción Nacional de las Fuerzas Armadas", in Germán*

Monroy Block. **Los Partidos Políticos en Bolivia.** La Paz, Cuadernos de Hoy, Año

1, N° 1, 1° de octubre de 1981, pp. 83-84.

CORTE SUPREMA DE JUSTICIA. **Sentencia Juicio de Responsabilidad Contra Luis**

**García Meza y sus Colaboradores.** Sucre, Ediciones Gráficas, 1993.

## Quadro 1

### Cronologia do Processo Político Boliviano: Século XX

|           |                                                                                                                                                                                                                       |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1899-1920 | Período de governos liberais (Partido Liberal)                                                                                                                                                                        |
| 1921-1934 | Período de governos republicanos (facções do Partido Republicano)                                                                                                                                                     |
| 1932-1936 | <i>Guerra del Chaco</i>                                                                                                                                                                                               |
| 1936      | Golpe de David Toro<br>Toro Presidente da Junta Militar<br>(socialismo militar)                                                                                                                                       |
| 1938      | Governo Busch (continuação do socialismo militar)                                                                                                                                                                     |
| 1939      | Golpe da coligação conservadora<br>Governos Quintanilla e Peñaranda                                                                                                                                                   |
| 1943      | Golpe de Gualberto Villarroel<br>Governo RADEPA- MNR                                                                                                                                                                  |
| 1946      | Golpe do PURS-PIR<br>Período chamado de “sexênio” (guerra civil)                                                                                                                                                      |
| 1951      | Eleições gerais (censitárias)<br>Ganha o candidato do MNR (Vítor Paz Estenssoro)<br>Governo desconhece resultados do pleito eleitoral<br>Mamerto Urriolagoitia entrega o governo a uma Junta Militar<br>(“Mamertazo”) |
| 1952      | Golpe do MNR que depõe o general Ballivian: Estenssoro presidente<br>O golpe é seguido de uma insurreição popular<br>Começa a Revolução Nacional (9 de abril)<br>Organizações sindicais e políticas criam a COB       |
| 1953      | Reforma Agrária                                                                                                                                                                                                       |

- 1956  
Hernán Siles Suazo (MNR) é eleito Presidente da República  
Estabelecimento do Novo Estatuto Eleitoral
- 1960  
Segundo mandato presidencial de Vítor Paz Estenssoro (MNR)
- 1962  
Elaboração de nova Constituição (objetivo: reeleição de Estenssoro)  
Empresários criam a CEPB
- 1964  
Terceiro Mandato de Estenssoro  
O general René Barrientos Ortuño é eleito Vice Presidente  
novembro: Golpe do general René Barrientos Ortuño  
O general Alfredo Ovando Candia assume o Comando do Exército
- 1967  
Estabelecimento de nova Constituição e nova Lei Eleitoral  
Convocação a eleições gerais  
Barrientos é eleito Presidente da República
- 1968  
Barrientos morre num acidente aéreo  
O vice presidente Luís Adolfo Siles Salina (PDC) assume a Presidência
- 1969  
Golpe do general Alfredo Ovando Candia
- 1970  
Golpe do general Miranda: uma Junta Militar assume o governo  
Golpe do general Juan José Torres
- 1971  
1º de maio: Instaura-se a *Asamblea Popular*  
21 de agosto: Golpe do coronel Hugo Banzer Suárez apoiado pela FPN:  
MNR-Estenssoro, FSB e a CEPB
- 1974  
Autogolpe de Banzer; diluição da FPN; Estenssoro é expulsado do governo  
O Exército massacra mais de um centenar de camponeses

## Quadro 2

### Cronologia do Processo Político Boliviano: Período 1978-1982

1977 - dezembro

1978 - janeiro

**Greve de fome** de quatro mulheres mineiras contra o regime militar (exigiam anistia geral, o restabelecimento das liberdades políticas e eleições gerais), a qual alastrou-se por todo o país com mais de dois mil grevistas

#### 1978

9 de julho      **Eleições Gerais** (*a primeira*)  
Ganha a UNP (fraude)  
Eleições anuladas

22 de julho      **Golpe** do general Juan Pereda Asbún que depõe Hugo Banzer Suárez

24 de novembro      **Golpe** do general David Padilla Arancibia

#### 1979

1º de julho      **Eleições Gerais** (*a segunda*)  
Ganha a UDP com mínima diferença mas não consegue maioria absoluta  
Fraude do MNR

1º de agosto      **Abertura do Parlamento**

3 ao 7 de agosto      **Empantanamiento:** Congresso não consegue eleger Presidente

8 de agosto      Walter Guevara Arze eleito Presidente interino pelo Congresso

9 de agosto      Marcelo Quiroga Santa Cruz propõe Inquérito Parlamentar contra o general Banzer

30 de agosto      **Abertura de Inquérito contra Banzer**  
Quiroga apresenta provas documentadas dos delitos do governo Banzer

5 setembro      Quiroga termina sua exposição de provas contra Banzer

- 1º de novembro **Golpe** do coronel Alberto Natusch Busch  
*Todos Santos*
- 16 de novembro Natusch abandona o Palácio de Governo; Acordo entre militares, a COB e partidos políticos designa Lúdia Gueiler Tejada Presidente interina
- 18 de novembro Gueiler assume a Presidência  
**Reabertura do Parlamento**  
Reabertura do Inquérito contra Banzer
- 30 de novembro O governo aplica um pacote econômico e desvaloriza a moeda

## 1980

- 29 de junho **Eleições Gerais** (*a terceira*)  
**Ganha a UDP mas não consegue maioria absoluta**
- 17 de julho **Golpe** do general Luís Garcia Meza Tejada

## 1981

- 9 de janeiro O governo Meza aplica um novo pacote econômico
- 5 de agosto Renúncia de Garcia Meza à Presidência  
**Junta Militar assume o governo**
- 3 de setembro O general Celso Torrelio Villa é designado Presidente pela Junta Militar

## 1982

- 5 de fevereiro O governo Torrelio aplica um novo pacote econômico e desvaloriza a moeda
- 21 de março O governo Torrelio aplica a flutuação do dólar
- 20 de julho O general Jorge Vildoso Calderón assume a Presidência
- 23 setembro A Corte Nacional Eleitoral declara legítimas as eleições de 1980
- 28 setembro **Instala-se o Congresso de 1980** para eleger novo Presidente para ser empossado a 10 de outubro de 1982
- 6 de outubro Hernán Siles Suazo (UDP) é eleito presidente (113 votos de um

total de 146; Banzer obteve 29 votos)

10 de outubro

**Volta ao regime democrático**

Hernan Siles Suazo (UDP) assume a Presidência

Jaime Paz Zamora (MIR) vice Presidente